



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Área de concentração: **História e Cultura Histórica**

Linha de pesquisa: **História e Regionalidades**



**Tempos misteriosos: uma história da população rural pelas estradas do
mundo moderno (Paraíba, 1932-1962)**

Luiz Mário Dantas Burity

Orientadora: **Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano**

JOÃO PESSOA

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Área de concentração: **História e Cultura Histórica**

Linha de pesquisa: **História e Regionalidades**

**Tempos misteriosos: uma história da população rural pelas estradas do
mundo moderno (Paraíba, 1932-1962)**

Dissertação apresentada à banca examinadora em
cumprimento ao cronograma de atividades
desenvolvidas no curso de Mestrado oferecido pelo
Programa de Pós-Graduação em História da UFPB.

Luiz Mário Dantas Burity

Orientadora: **Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano**

JOÃO PESSOA

2017

B958t Burity, Luiz Mário Dantas.
Tempos misteriosos: uma história da população rural pelas estradas do mundo moderno (Paraíba, 1932-1962) / Luiz Mário Dantas Burity.- João Pessoa, 2017.
409f. : il.
Orientadora: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
1. História regional. 2. População rural - história - Paraíba.
3. Modernização.

UFPB/BC

CDU: 981.422(043)

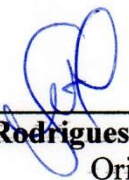


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luiz Mário Dantas Burity

**Tempos misteriosos: uma história da população rural pelas estradas do
mundo moderno (Paraíba, 1932-1962)**

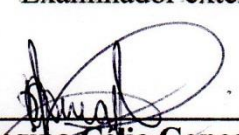
Trabalho final avaliado no dia **2 de fevereiro de 2017**, com o conceito: APROVADO.



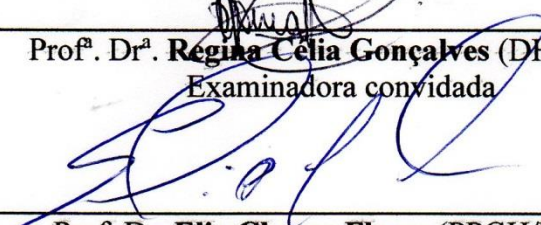
Prof.ª Dr.ª **Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano** (PPGH/UFPB)
Orientadora



Prof. Dr. **Antonio Carlos Ferreira Pinheiro** (PPGE/UFPB)
Examinador externo



Prof.ª Dr.ª **Regina Célia Gonçalves** (DH/UFPB)
Examinadora convidada



Prof. Dr. **Elio Chaves Flores** (PPGH/UFPB)
Examinador interno

JOÃO PESSOA

2017

Resumo

Os sertões misteriosos povoavam a imaginação e o cotidiano da gente que habitava as suas fronteiras. Entre os espinhos da vegetação e a vastidão das campinas, viviam criaturas encantadas dotadas de força e coragem inalcançáveis aos seres humanos. Ao longo do período compreendido pela seca de 1932 e o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira em 1962, agricultores e vaqueiros experimentaram o novo tempo, o qual virou seu mundo de ponta a cabeça. O objetivo dessa dissertação foi discutir como a população agrária viveu a modernização do mundo rural. A modernização tomava como rédeas os projetos renovador, expansionista, democratizador e emancipacionista, conforme Néstor Canclini (2000[1989]), mas também se fez acompanhar dos processos de racionalização, leia-se desencantamento do mundo, para citar Max Weber (2004[1920]) e Antônio Pierucci (2005[2003]), de ascensão do regime de historicidade futurista, conforme Reinhart Koselleck (2006[2003]) e François Hartog (2014[2003]), e de alargamento da esfera pública, na esteira de Jürgen Habermas (2014[1962]). A mudança se revestiu de jogos de poder, em meio aos quais foi esboçado o conceito de reação, esse abria para os comportamentos e as representações possíveis no cenário que estava posto, considerando os valores, os hábitos, as tradições daquela gente, mas também os conflitos que envolviam os padrões apenas parcialmente compartilhados por eles, nas margens de Edward Thompson (2011[1963]) e Roger Chartier (2002[1985]). Essas reações se davam em meio aos territórios que envolviam as diferentes culturas históricas que estavam em jogo, observe-se Elio Flores (2007). A documentação foi composta dos processos civis e criminais impressos na *Revista do Foro*; dos suplementos agrícolas do jornal *A União*; da revista *Paraíba Agrícola*; dos folhetos; dos romances regionalistas; para além dos relatórios, mensagens, leis, entre outras referências de uso mais pontual. Essa pesquisa assumiu o argumento de que não houve ingenuidade na forma como a gente camponesa se movimentou no mundo político, essa população barganhou a todo tempo os rumos desse processo, construindo, em meio às suas tradições e às referências do novo tempo, uma cultura política. A pesquisa mostrou a variedade de leituras do moderno que a gente camponesa inventou e a partir das quais ela se deslocou. O seu mundo povoado de chefes políticos, bandidos e padres passou a dividir espaço com o poder público e os rumos desses personagens dotaram-se de outros contornos, com menos poder e de forma mais racional. Mas também as instituições modernas diagnosticaram essas mudanças, homogeneizando esses personagens sobre categorias estanques e menores em relação aos significados que eles de fato tinham. A construção da agenda modernizadora foi permeada por lutas de representação, os quais mudavam de rota na medida em que os projetos alcançavam o cotidiano da população camponesa. Em meio a isso, a imprensa agrícola foi um suporte importante para a racionalização dessas questões e para a condução delas enquanto pauta pública. Ainda nessa medida, as experiências dos criadores de gado, cultivadores de algodão e plantadores de cana mostraram as cenas de violência simbólica e os conflitos que permearam esse processo. Ao longo desse tempo, a população camponesa conquistou cada vez mais espaço no mundo público, elevando a questão agrária ao primeiro posto das pautas nacionais, e barganhou, por dentro e por fora dos caminhos institucionais, formas de viver o mundo moderno. Para isso, pequenos proprietários, por vezes, cercavam terrenos outrora comuns e moradores expulsos das usinas negociavam o pagamento pelas suas benfeitorias. Ao passo disso, os diferentes contornos das migrações e os crescentes dados demográficos desautorizavam que se falasse em êxodo rural, a reforma agrária se tornou projeto nas casas legislativas do país e as ligas camponesas expuseram as muitas movimentações da gente camponesa com as ferramentas do moderno, na contramão de como agiram as elites, que, não raro, rompiam com os preceitos da legalidade. Em outras palavras, a modernização foi um cenário importante para a democratização, que não seguiu um caminho estanque, mas esteve envolto de muitos atropelos e novos rumos, pelo menos até o ano de 1964, quando o golpe civil-militar levou esse processo a termo.

Palavras-chave: população rural; modernização; Paraíba.

Abstract

The mysterious hinterlands made the imagination and the quotidian of the people who have lived in their frontiers. The delighted creatures, with the greatest courage and force, impossible for the humans, have been habited there, between the thorns of the vegetation and the wilderness of the plains. During the period started with the dry of 1932 and finished with the murder of the peasant leader João Pedro Teixeira in 1962, the rural workers met the new time, which turn their universe. The objective of this paper was discourse how agrarian people lived the modernization of the rural world. The modernization was composed with the projects of renovation, expansion, democratization and emancipation, like Néstor Canclini (2000[1989]) said. It happens in the same time of the processes of rationalization, read disenchantment of the world, to cite Max Weber (2004[1920]) and Antônio Pierucci (2005[2003]), of the growing of the futurist regime of historicity, according with Reinhart Koselleck (2006[2003]) and François Hartog (2014[2003]), of enlargement of the public sphere, in the way of Jürgen Habermas (2014[1962]). The change was made with the games of powers, in the middle of which appears the concept of reaction. This concept opened itself for the possible behaviors and representations in the scenario where the changes were happening. It talks about the values, the habits, the traditions of that people, but with the conflicts which involves the default partially shared for them, according with Edward Thompson (2011[1963]) and Roger Chartier (2002[1985]). Those reactions appears in the middle of the territories which involves the different historic cultures that was been playing, like Elio Chaves Flores (2007) said. The documentation was composed of the criminal and civil processes press in the *Revista do Foro*; of the agricultural supplements of the newspaper *A União*; of the magazine *Paraíba-Agrícola*; of the brochures; of the regionalist romances; and with the reports, laws, and another references with the punctual use. This research had assumed the topic that didn't existe ignorance in the streets where the peasants walks in the politics world, that population bargain all the time the ways of that process, doing a political culture with their traditions and the references of the new time. The search shows the different lectures that the rural population did and like they movement themselves with those. This world occupied for politics bosses, banditries and clerics was dividing places with the public power. With this, the life of those characters changed a lot, they lost power and walked in a rational way. But the modern institutions also made a diagnosis of those changes, reading they like a homogeny group in the same category and smaller than the others. The construction of the modern calendar was involved for the representations fights, which changed the ways during the moment when the projects arrived in the quotidian of the rural population. So, the agriculture press was an important support for the rationalization of those questions and for the constructions of them like a public topic. Thus, the experiences of the cattle breeders, cotton and sugar cane growers show the symbolic violence and the conflicts which made this process. During this time, the peasants won, time after time, a bigger space in the public world, growing the agrarian question in the first position of the national themes and bargain, inside and outside the institutional ways, another forms to live the modern world. For that, the little properties, sometimes, construct fences around the land and the livers expelled of the mills bargain the payment for their investments. With this, the different curves of the migrations and the growing of the demographic numbers proves how was wrong to discourse about rural exodus, the agrarian reform transform itself in a project into the legislative houses of the country and the peasant leagues show the movements of the rural population with the instruments of the modern, in the opposite way than the bigger properties did. In other words, the modernization was an important scenario for the democratization, which didn't walk in a regular street, but in the middle of a lot of run overs and new routes, at least until 1964, when the civil-military coup let that process over.

Key-words: rural population; modernization; Paraíba.

“Atrás do arbusto, apareceu o Capitão Rodrigo, que jogou o laço e levou o boi à fazenda”

Rodrigo, meu sobrinho, aos dois anos e meio, reconstruindo o final da história do boi misterioso.

Agradecimentos

As páginas que seguem foram temperadas ao sabor das manchetes que tomavam o noticiário e atropelavam as disposições aparentemente concluídas. Alguns conceitos, como democratização e republicanismo, foram ensaiados por diferentes caminhos, exigindo reconsiderações a cada novo momento, quando as demandas do tempo presente, as leituras sobre o passado e as projeções de futuro até então hegemônicas entravam em colapso. A pesquisa ora apresentada ao público foi planejada em um país que se queria de todos, que caminhava na direção do progresso social, imaginado pelas esquerdas democráticas, comprado pelo Partido dos Trabalhadores, lideradas pelo presidente Lula e pela presidenta Dilma Rousseff. Eu sonhei com esse país e acreditei que o tempo dos coronéis havia se findado para a sua gente. Mas a história, imprevisível por natureza, traiu as minhas aspirações.

O erro de cálculo talvez fosse devido ao meu pouco trato com as madrugadas, elas foram os cenários mais corriqueiros dos atropelos, dos desvios, das propostas mais escusas. Eu não me habituei a percorrê-las e, quando o fiz, as pálpebras pesadas não me deixaram ver muito bem o que estava à minha volta. Ao caminhar dos meses, as nuvens foram ganhando espaço e as sombras se abateram sobre a terra, mas o sol, teimoso, continuava por lá, se deixando escapar pelas brechas. Eu sou da tribo dos otimistas, daqueles que aguardam ansiosos o primeiro sinal de mudança, que nas primeiras horas do dia correm na fronteira movediça das areias da praia com as águas do mar em busca de uma fresta de esperança nesse mundo onde tudo passa. As observações aqui postas são retratos desse tempo de incertezas, devastado pelo peso da injustiça, mas coalhado pelo otimismo, recheado de muita esperança.

A pesquisa que segue é devida às inquietações que me furtavam a paz nos meus anos de iniciação científica. Àquela ocasião, eu perseguia os rastros das escolas rurais criadas no estado paraibano durante o Estado Novo entre as manchetes do jornal *A União*, jornada na qual tive a companhia sempre divertida do meu orientador, o professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. Devo a ele muito do pesquisador que me tornei, coalhado pela ética, pelo respeito às instituições, pelo comportamento político coerente com a minha filosofia de vida e, sobretudo, pelo amor à História. As nossas discussões não raro eram embaladas pelos textos inflamados de Antonio Gramsci, Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm, autores que me passaram a me acompanhar no intervalo das aulas, nas discussões com os amigos, na forma como eu vivia a universidade.

Ainda por esse caminho, tive a oportunidade de cursar algumas disciplinas com a querida Regina Célia Gonçalves, que me provocava sempre que possível com as desconcertantes

observações acerca daqueles autores de nossa predileção. Em meio a isso, uma questão era flagrante. A documentação que eu consultava dava notícia da criação das escolas rurais e deixava ver as implicações políticas envolvidas, mas escondia as experiências da população camponesa, um problema para um historiador social no qual eu pretendia me tornar. A monografia apresentada ao final do curso de graduação tentou, em alguma medida, dar conta desse impasse. Em *A redentora do atraso do Nordeste: uma Escola de Agronomia na história da sociedade rural paraibana (1934-1950)*, na qual observei o processo de institucionalização da Escola de Agronomia do Nordeste, discorri sobre as interdições sociais que inventavam fronteiras entre os sujeitos que faziam parte e aqueles que não faziam parte do corpo docente e discente de uma escola que se queria de elite.

À ocasião da escrita do meu projeto de mestrado, transformei a inquietação em problema de pesquisa e decidi me aventurar pelas experiências da população rural em um momento particular da sua história, a emergência da economia política. Essa temporalidade me interessava na medida em que ela havia sido objeto de pesquisa de um número considerável de teóricos que eu estava lendo à época. O meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da UFPB esbarrou no momento em que o professor Elio Chaves Flores e a professora Solange Pereira da Rocha assumiram a sua coordenação. Agradeço a ambos pelas janelas que foram abertas para que os bons ventos pudessem embalar a nossa produção.

Ainda nesse sentido, registro a importância das instituições de pesquisa, muito do que há nessa dissertação não seria possível sem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Eu fui orientado no mestrado pela professora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. Ao carinho que eu já possuía por ela desde os meus primeiros dias de aula ainda na graduação, à admiração na qual os seus textos já haviam me flagrado, somou-se uma rotina de trabalho animada de muito café. Essa pesquisa não seria possível sem a liberdade que ela me concedeu, e com a qual eu zarpava para longe da margem mesmo nos dias mais bravios, ou sem as luzes que ela acendia no cais do porto, quando a minha caravela se perdia em uma tempestade de metáforas sem sentido.

A minha pesquisa mudou de forma ainda nos primeiros meses de trabalho, eu me lembro das muitas sugestões que recebi dos meus colegas da turma 2015 na disciplina de Metodologia da História, ministrada pela professora Carla Mary S. Oliveira. Foi por sugestão do meu colega Diogo Pimenta que adotei o conceito de modernização, o qual ampliava a proposta da economia política e mudou significativamente a forma do trabalho. Algum tempo mais tarde, no Seminário de Dissertação, contei com a leitura atenta do professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e com

os comentários do professor Elio Chaves Flores, os quais compuseram a minha banca de qualificação no ano seguinte e, mais tarde, junto à professora Regina Célia Gonçalves, a minha banca de defesa.

Algumas mudanças de rota significativas ensaiadas ao longo dessa pesquisa tiveram como eixo a teoria da história e foram esboçadas, em grande sentido, em meio às muitas aulas da professora Cláudia Engler Cury. Eu lembro que as nossas discussões tinham sempre um sabor de novidade, daquelas que tomam o camponês na feira pública enquanto espera o desfecho da narrativa, boa parte das minhas autoras e autores preferidos, estou certo, foi ela que me apresentou. Acrescento que foi em uma das tardes de quarta-feira, na disciplina *Imprensa e impressos para o estudo do oitocentos*, que eu aventei a possibilidade de trabalhar com os folhetos.

O estágio docência na disciplina Metodologia da História I, ministrada pelos professores Regina Célia Gonçalves e Ângelo Emílio da Silva Pessoa, com a turma do Programa Estudante Convênio – Movimentos Sociais do Campo (PEC-MSC), foi uma das experiências mais ricas que o mestrado me permitiu. Ao longo daquele mês intenso de aulas, eu aprendi formas extraordinárias de ensinar e aprender, mas também descobri o real significado do trabalho em grupo. Agradeço aos mestres e aos colegas, que me emprestaram seus olhos para que eu desse novo significado à minha profissão e à minha vida em sociedade.

Entre os anos de graduação e mestrado, eu participei do grupo de pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil”, cujo vértice coordenado pelo professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro funcionava nas tardes de sexta-feira. As horas por ali passavam sempre muito rápidas ao lado dos colegas de pesquisa, aos quais agradeço. Em meio a esses, destaco um grupo especial de amigas que costumavam me tratar como uma espécie de irmão mais novo, foram elas Vânia Cristina, Evelyanny Cavalcanti, Mariana Marques, Rosângela Chrystina e Priscilla Leandro.

As palavras que se multiplicavam e os tropeços que embaralhavam tudo foram compartilhados, o tempo todo, com as minhas queridas amigas Carla Almeida, Dayanny Deyse, Janyne Paula, Juliana Dantas, Larissa Bagano, Myraí Segal e Thayná Peixoto. Ao longo desse processo, estreitamos os nossos laços, construídos de forma dispersa ao longo dos anos de graduação, no entorno de um mesmo time, que nos rendeu grandes aventuras entre os aeroportos, as rodoviárias, as locadoras de carro, as pizzarias, os museus, os cafés do país. Estou certo que elas foram as melhores companheiras de pesquisa do mundo, decerto o melhor presente que essa longa temporada de estudos na Universidade Federal da Paraíba – UFPB – me proporcionou.

Pelas esquinas da vida acadêmica, encontrei alguns bons amigos, com os quais dividi as

questões mais cotidianas da pesquisa, muitos copos de café e algumas porções de paçoca. Ao longo do segundo ano do mestrado, eu fixei residência nas bibliotecas do Centro de Educação da UFPB e do Espaço Cultural José Lins do Rego. Os encontros cotidianos com Carla Almeida, Gabriela Carreiro, Caroline Leal e César Santos, entre alguns outros, renderam boas risadas e boas brigas, marcadas pelo entusiasmo ou pelo travamento da escrita. A esse grupo, acrescento a companhia sempre divertida de Shirley Targino e Lucas Oliveira.

Ao final da jornada de pesquisas, a capoeira me provava que, mesmo que eu não acreditasse, o meu corpo continuava vivo. Estou certo de que essa foi a melhor descoberta do ano. Eu agradeço imensamente ao mestre Robson Santiago, ao professor Edson Souza, leia-se Parado, ao monitor André Luiz, à querida Aline Rayanny e a todos os outros amigos que descobri na Escola de Capoeira Angola *Ao Pé do Baobá*. Do lado oposto dessa história, foram as minhas amigas dos tempos de escola que marcaram presença, Ângela Cabral, Livia Luna e Taynah Diniz Alves me provam a cada dia que o tempo é um grande aliado e que não há prova que resista ao carinho que compartilhamos.

Eu agradeço imensamente ao meu pai e à minha mãe, os quais cuidaram dos alicerces enquanto eu sonhava com a fachada do castelo. Essa dissertação é um dos frutos dos investimentos de tempo, dinheiro e afeto que eles depositaram na minha vida. Ainda por essa estrada, registro a participação cotidiana das minhas queridas avós e das minhas tias, mas também dos meus avôs, que estiveram nessa pesquisa em meio às lembranças que me remontavam ao mundo que eu estava estudando.

Os meus primos foram a parte mais divertida disso tudo, eles me provavam, a todo o tempo, que não há limites para a piada e que a vida não deve ser levada tão a sério. Desse grupo, destaco Ricardo, Renata, Amanda, a minha irmã Thais e Renato, que para além de família, foram também uma espécie de melhores amigos. *Last but not least*, o meu irreverente sobrinho Rodrigo foi o melhor companheiro nas caçadas fantásticas ao boi misterioso, ele me ensinou a sonhar com as histórias, como a muito tempo eu não fazia, e com isso desvendou muitas possibilidades de análise que até então eu não conseguia observar.

Enfim, o verão bate a nossa porta, espero que ele traga o sol de volta aos trópicos, que tanto carecem de esperança.

João Pessoa, 21 de dezembro de 2016,

Luiz Mário Dantas Burity

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa da divisão administrativa do estado da Paraíba para o quinquênio 1939-1945...	55
Figura 2: Uma feira - Umbuzeiro - Parahyba do Norte.....	120
Figura 3: Guarabira – Dia de feira – Estado da Parahyba	127
Figura 4: Rainha da Moda	129
Figura 5: Aspecto de uma feira	131
Figura 6: Maquinas Agrárias.....	136
Figura 7: Motores “Otto Legítimo”	138
Figura 8: Fazenda Bonito – Esbrarejamento de um burro – Município de Pilar.....	139
Figura 9: Touro – Armas Lucas, nascido na Hollanda em 2 de fevereiro de 1928 registrado no Pedigree sob nº. 9.825. Filho do touro Lucas Kovistra nº. 8.635 e da vacca Arma nº. 63.289...	143
Figura 10: Antes do tratamento	148
Figura 11: 10 dias depois do 1º tratamento	148
Figura 12: 10 dias depois do 3º tratamento	148
Figura 13: 10 dias depois do 3º tratamento (curado).....	148
Figura 14: Dando de beber ao gado.....	152
Figura 15: Garrote <i>Mané Chique Chique</i> . Raça Guzerat, com 10 mezes. Producto da Fazenda Jatuarana, vendido ao Cel. Francisco Lima do Engenho Pinturas.	154
Figura 16: A Paraíba Rural.....	166
Figura 17: A União Agrícola.....	166
Figura 18: A União Agrícola.....	177
Figura 19: Agricultura e Pecuária	177
Figura 20: Capa da Parahyba-Agrícola	183
Figura 21: Propaganda da Casa Arens	183
Figura 22: Calendário Agrícola.....	186
Figura 23: Quadro de medidas agrárias.....	186
Figura 24: Um engenho da Parahyba	190
Figura 25: Capa da Parahyba Agrícola.....	192
Figura 26: Sumário da Parahyba Agrícola	192
Figura 27: Segundo lugar na 8ª Categoria da raça Indo-Brasil, com 3 anos e meio de idade, e pertencente ao fazendeiro João Duré (Itabaiana). Estava sendo negociada, ontem, por 15 mil cruzeiros.	204
Figura 28: Vaca tuberculosa – Chatinha	210
Figura 29: Serviço do Algodão na Paraíba.....	222
Figura 30: Safra de algodão da Paraíba.....	222
Figura 31: O arado.....	225
Figura 32: Máquinas agrícolas na Paraíba	225
Figura 33: Pulverizando preventivamente o algodão.....	225
Figura 34: Sementes para o Expurgador	225
Figura 35: Mapa da divisão judiciária do estado da Paraíba para o quinquênio 1939-1943.....	265
Figura 36: Cercas “PAGE”	292
Figura 37: Dois mocambos. Quantos problemas?.....	317
Figura 38: Dois mocambos. Quantos problemas?.....	317

Figura 39: "Na disparada estupenda sôbre barracos, e cavalos, e carros e gralhadas - rédeas soltas, sóltos os estribos, estirado sôbre o membilho, prêso às crinas do cavalo - o vaqueiro!" (Foto "3 Américas – Varig).....	349
Figura 40: Um cenário do Cariri atual: apenas um galho de umburana, refugado pelos arvoredos, lembra os antigos “espinhos” destruídos pelo machado. E’ o fim das vaquejadas (Foto “3 Américas – Varig)	351
Figura 41: “Alma de renegado” – O veterano Randolph Scolt num momento do filme que está sendo exibido no Plaza, em Warner Color, e que mais uma vez explora o velho oeste americano	351
Figura 42: Na Parahyba – Tirando leite.....	395
Figura 43: Gravura da Seção de Consultas	395
Figura 44: O arbusto que se vê por traz do cavaleiro é o "Batiputá", nativo dos tabuleiros da Parahyba	396
Figura 45: Um traje de vaqueiro.....	396
Figura 46: Fazenda Fechado - Colheita de Bananas	397
Figura 47: Aspecto da Fazenda Cumaty.....	397
Figura 48: Zebu puro sangue - Fazenda Jatuarana	398
Figura 49: Coronel Aristides Carneiro de Moraes	398
Figura 50: Alfaiataria Zaccara.....	398
Figura 51: Fazenda Cardeiro – Bananeiras – Parahyba	398
Figura 52: Propagandas diversas	399
Figura 53: Chamada aos agricultores	400
Figura 54: Fernando de Noronha – Como é feito o transporte de passageiros	400
Figura 55: Trator Fordson – Rebocando 80 caixas de gasolina.	400
Figura 56: Engenho a bois – Areia – Parahyba do Norte	400
Figura 57: Experiência aratória, na propriedade do Cel. Manuel Henrique - Parahyba – 1911 .	401
Figura 58: Transportando algodão	401
Figura 59: Campos Sementes Espírito Santo – Arando	402
Figura 60: A nora será verdadeiramente ideal se obedecerem, na montagem, às indicações desse croquis	402
Figura 61: Ford Motor Company	403
Figura 62: Fabricando queijo	404
Figura 63: O cesteiro que faz um cesto... faz um cento.	404
Figura 64: Debulhando o milho	404
Figura 65: Primeiro embarque de algodão para a América do Norte. Vapor <i>Virgii</i> entrando em Cabedelo a 28-1-922.	405
Figura 66: Propaganda da Fazenda Modelo Riachão.....	405
Figura 67: Fazenda Marituba - Reunião de Gado - Município de E. Santo	405
Figura 68: Ferramentas.....	406
Figura 69: Um silo.....	406
Figura 70: Propaganda do medicamento "Melhoral"	407
Figura 71: Visita do sr. governador e srs. secretários aos campos da Diretoria de Produção.....	407
Figura 72: Máquinas Agrícolas “John Deere”	407

Lista de Quadros

Quadro 01: Estados de procedência dos trabalhadores nacionais extraídos na hospedaria dos emigrantes da capital de S. Paulo nos anos de 1934, 1935, 1936, 1937, 1938 e 1939.....	72
Quadro 02: Tabela de preço dos animais.....	150
Quadro 03: Campos de cooperação do Serviço do Algodão no anno de 1931.....	219
Quadro 04: Destino dos hospedes do albergue da capital.....	251
Quadro 05: População dos municípios da Paraíba.....	314
Quadro 06: População dos municípios da Paraíba (1960).....	387
Quadro 07: População dos municípios da Paraíba.....	389
Quadro 08: População dos municípios da Paraíba.....	391
Quadro 09: Correspondência dos municípios.....	393

Sumário

1. Introdução: as narrativas de um mundo misterioso.....	23
1.1 “Eles são muitos, mas não podem voar”: a modernização do mundo rural e as reações da gente camponesa.....	30
1.2 Tratados de uma modernização conservadora: os sertões nordestinos e suas definições de tempo e espaço.....	43
2. Sinais de mudança no mundo do mistério: as notícias do moderno e o diagnóstico das tradições	57
2.1 O cenário em mudança: uma história das migrações na Paraíba da primeira metade do século XX	64
2.2 Os chefes políticos e o poder da terra: do Território Livre de Princesa à Seca de 1932	74
2.3 Os mistérios dos bandidos: cangaceiros, malfeitores, ladrões de cavalos e suas redes de solidariedade avessas ao poder policial	87
2.4 As peregrinações da população beata: aspectos do sincretismo da religiosidade camponesa.	103
2.5 A agitação dos dias de feira: o preço da modernização e o termômetro das hierarquias entre o campo e a cidade.....	119
2.6 As tradições que sobreviveram às mudanças: a economia moral camponesa e as redes de solidariedade pelos sertões nordestinos	132
3. “Novos horizontes para a agricultura”: os descaminhos da questão agrícola no cotidiano da população rural.....	143
3.1 “Um pharol a projectar seus raios polymaticos sobre os que, fortes, mourejam na vida simples do campo”: a imprensa agrícola e o alargamento da esfera pública no mundo rural.	156
3.1.1 Os suplementos agrícolas do jornal <i>A União</i> : disputas pelo espaço público na imprensa oficial (1918-1962)	160
3.1.2 A revista <i>Paraíba Agrícola</i> : o ruralismo e suas propostas de modernização para o mundo rural (1922-1959).....	180
3.2 “Culturas do nosso estado”: o convívio da gente camponesa com as modernas práticas agrícolas.....	200
3.2.1 “Levantemos a nossa pecuária”: as experiências dos criadores de gado	203
3.2.2 As variações da cunicultura do Sertão ao Litoral: as tentativas de controle dos cultivadores de algodão.....	215
3.2.3 “Trabalhador do eito só andava com grito e feitor com carão”: as condições de trabalho dos plantadores de cana	231
3.3 “É preciso aprender a evoluir”: o crédito agrícola e os campos de demonstração, espaços de controle de produção e democratização do acesso aos signos do moderno.....	245

4. “O nascimento da vida política moderna”: os atropelos da questão agrária e os limites da modernização.....	255
4.1 Os termômetros do poder judiciário no mundo rural: tradicionalismo e legalidade das comarcas ao Tribunal de Justiça	263
4.2 O cercamento dos terrenos em comum: os pequenos produtores e as mudanças na compreensão do espaço.	284
4.3 A "hospedaria de fantasmas": a mudança nas condições de moradia e trabalho nos latifúndios	295
4.4 O fantasma do “despovoamento do nosso <i>hinterland</i> ”: as migrações, as estiagens e o êxodo rural que não houve	309
4.5 “Uma ideia nova está entusiasmando a mentalidade dos nossos homens públicos”: a emergência da reforma agrária como movimento social brasileiro.....	318
4.6 “Latifundiários deixariam o universo às escuras se fossem proprietários do sol”: as quedas de braço de camponeses e latifundiários nas ligas camponesas da Paraíba	333
5. Considerações Finais: “o campo é um laboratório muito grande para se estudar”	349
Referências	373
Apêndice A: Organização demográfica dos municípios paraibanos.....	387
Apêndice B: Caderno de imagens	395

1. Introdução: as narrativas de um mundo misterioso

Já completaram trinta anos,
Eu estava na flôr da idade,
Uma noite conversando,
Com um velho da antiguidade,
Em conversa ele contou-me,
O que viu na mocidade.

Foi em mil e oitocentos,
E vinte e sete esse caso,
Na época em que o povo,
Só conhecia o atraso,
Quando a ciência existia,
Porém trancada num vaso.

Leandro Gomes de Barros (1939, p.2)¹

Contava-se de um boi misterioso que outrora fizera pastagem pela fazenda Santa Rosa, no sertão de Quixelou, então vila de Ingá do Bacamarte. O coronel Sizenando soubera de seu nascimento enquanto a seca de 1824, que se estendera pelo ano seguinte, destruía a lavoura de tal modo que nem mesmo capim ali nascera, matando a gente de fome onde quase não restara gado². Foi só em março de 1826, quando restituído o inverno, que o coronel mandou juntar as rezes que haviam escapado. Em meio à boiada magra, apareceu o tal bezerro, grande, gordo e bem criado para o espanto de todos os vaqueiros. O touro desde já constituiu a sua fama: veloz como um relâmpago, safo como um peixe na água, nunca achara riacho que com um salto não fosse capaz de vencer e nem "formou carreira, que com tres leguas cançasse" (BARROS, 1939, p.2).

Ao final do primeiro ano, sumiu o dito bezerro, sem notícias que lhe desse o rastro por mais de meia década. Passado esse tempo, um vaqueiro reconheceu a rês de seu patrão na fazenda Venturosa, mas sem sucesso em derrubá-la voltou para casa "se pegando com os santos, que o coronel não soubesse" (BARROS, 1939, p.8). Eis que, então, teriam sido reunidos seis dos mais valentes homens daquelas redondezas, e mesmo depois de dias inteiros de tentativas não

¹A versão consultada desse folheto está assinada por João Martins de Athayde (Ingá do Bacamarte, Paraíba, 1880 – Limoeiro, Pernambuco, 1959). Outros registros, no entanto, atribuem a autoria do mesmo a Leandro Gomes de Barros (Pombal, Paraíba, 1865 – Recife, Pernambuco, 1918), famoso viajante, listado entre os poucos escritores de folhetos que conseguiram viver de seus escritos. O primeiro teria se tornado, em sequência da morte do segundo, editor da obra publicada em 1939, bem como de muitas outras tipografadas àquele momento (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, s/a).

²A imprensa agrícola tratou do gado de forma abrangente, envolvendo para além dos bovinos, também os suínos, os equinos, os caprinos e demais animais que se costumava domesticar no mundo rural. Em razão da conceituação mais aprazível no momento atual, esse trabalho foi escrito adotando um sentido mais estrito para a palavra, que deve ser compreendido aqui exclusivamente como coletivo de bois e vacas.

houve um que tivesse sequer tocado o couro duro do boi misterioso. Dizia-se ainda que, fracassada a empreitada, alguns jamais se recuperaram, traídos pelo seu ofício, venderam os seus cavalos e prometeram nunca mais campear. Apenas o índio Bemvenuto, em seus setenta e dois anos, fez um bom cálculo do que acontecia:

Coronel se desengane,
Esse boi não é pegado,
(...)
Vossa senhoria ajunte,
Os vaqueiros do sertão,
Do Rio do Prata ao Pará,
E depois me diga então (BARROS, 1939, p.12).

Intrigado, o coronel ofereceu três contos de réis para aquele que alcançasse a façanha de prender o boi misterioso. A história correu sertões e atraiu vaqueiros de toda parte, teria vindo até o cavalo Calixto, que em Minas Gerais não estivera em vaquejada da qual não fosse o vencedor. Ao final de certo tempo, quase sessenta vaqueiros teriam participado daquela caçada, quando mais uma vez o afamado touro desapareceu, e junto consigo o índio Bemvenuto. Passados dezesseis anos, a história caminhava para o seu desfecho. Era noite de São João, a festividade mais garbosa das terras sertanejas, "quando viram um touro preto, no pateo se apresentar" (BARROS, 1939, p.27). Todos se debandaram: os "lordes" da freguesia dos salões da casa grande e a gente pobre da "latada de capim". Foi assim que se sucedeu uma última campanha, selados os cavalos, montara-se uma encruzilhada e concorreram todos pela campina. No termo daquelas horas, a terra se abriu e levou o boi consigo. Contrariado, o coronel vendeu todas as fazendas que possuía e decidiu jamais voltar a criar gado.

Não foi possível avaliar quanto dessa história era lenda, mas antes de fechá-la às armadilhas desse rótulo há que se compreendê-la em seu universo de significados. A literatura de folhetos³ habitou, ao menos se tratada a primeira geração de escritores brasileiros, uma posição intermediária da tradição oral com a cultura escrita. Dotado dessas duas dimensões, o enredo conferiu aos seus leitores e ouvintes maior possibilidade de interlocução, e se o mito não só reflete, mas também produz muito da realidade, a narrativa se fez como um importante canal coletivo para a mudança e para a permanência nos mundos por onde a lenda circulou. Contudo, a história supranarrada desenhou ainda uma terceira margem, esboçada no espaço limite inscrito pelo seu suporte. Nesse ínterim, a conservação das desventuras dos vaqueiros sertanejos em

³Expressão preferida por Márcia Abreu (1999), no livro *História de Cordéis e Folhetos*, à literatura de cordel. Para a autora, os folhetos brasileiros constituíram um gênero literário, em grande medida herdado das práticas dos cantadores, e diferente, portanto, dos cordéis portugueses, que pouco tinham em comum para além do formato impresso, constituindo, portanto, um gênero editorial brasileiro.

caçada ao boi misterioso é devida aos poemas artesanalmente tipografados em folhetos, que, cobertos pela poeira dos arquivos, conferiram acesso a uma cultura oral que lhes antecedeu e deu sequência. Depois de compilada e isolada desse contexto de oralidade, a trama decerto perdeu parte de sua fluidez original, ganhando as marcas de um autor, apesar de ainda alicerçada pelo seu passado errante.

Ao escrever a história do boi misterioso, Leandro Gomes de Barros conferiu a si a posição de tradutor daquela narrativa, fazendo referência a um momento anterior à sua própria vida⁴. Aparelhado por esse contexto, o enredo denunciou uma forma de viver o tempo. Guardava-o nas gavetas da assim chamada "antiguidade", que investida de significados próprios ao mundo que ali falava poderia ser tomada como sinônimo de experiência, tradição, memória. Marcada pela figura de um velho, com quem conversara outrora, o autor do folheto tratou a experiência como parece ter sido comum entre os habitantes do mundo rural: passada como herança de uma geração para a outra, destituída de propósitos de autoria, envolvida por uma forma de se comunicar com o outro ao longo de grandes distâncias. Com isso, transmitia-se o mundo conhecido a cada novo viajante, como uma maneira de publicar o que se viu da vida, bem como incorporar à sua própria experiência acontecimentos vividos por outros, sempre no movimento de conhecer o mundo assentado em seu lugar.

Dirigidas por essa receita, a vida no tempo e no espaço corporificavam duas dimensões de um mesmo estar no mundo, o que equivalia considerar: o ritmo da sociedade e da natureza seguiam intimamente amarrados um ao outro. Em suas formas de plantar e de colher, mas também de criar o gado, para consumir o leite e/ou abatê-lo, vendendo a carne e o couro, a gente do campo criava para si uma forma de levar o tempo, regido pelo seu fazer, que definia concomitantemente aquilo que ele era. A insistência dos vaqueiros em alcançar o boi misterioso fora, nesse sentido, simbólica, ela denunciou esse modo peculiar de articular as suas habilidades diante de um sistema de representações tão caro à sua própria identidade: capturar o boi, cumprir o seu ofício a qualquer custo significava reafirmar os seus valores, sobretudo a sua coragem.

Mas esses mesmos sujeitos que se muniram da valentia para vencer a natureza, em algumas circunstâncias se perdiam diante das suas intempéries. A ideia que a narrativa sugeria era que a periodicidade das estiagens constantemente freava o ofício das pessoas no mundo rural, o que significava deixar que o gado tomasse o campo à espera que fosse capaz de permanecer

⁴Conforme Robert Darnton (2014[1984]), essas formas literárias não obedeciam a nenhum sistema formal de datação. A sua obsessão pela repetição, manutenção de determinadas estruturas fixas, mas sempre alteradas no detalhe por cada narrador, fizeram delas um receptáculo de referências múltiplas, completamente tomadas de temporalidades distintas, situadas, portanto, em durações mais longas do que o convencional em outras formas escritas.

vivo. Nesse momento, homens e mulheres se espelhavam profundamente no gado, porque o que ficara para si não fora mais do que a luta pela sobrevivência com aquilo que restara dos meses de fartura. Enquanto esperava por melhores dias, a gente do campo se rendia a uma equação cara ao seu mundo conhecido: em sua forma de tratar o outro, recorria ao mistério. O boi impossível, inalcançável e que sobreviveu gordo à seca constituiu esse imaginário camponês em análise: pelos caminhos aqui investigados, ele alegorizava os desejos e as aspirações dessa população camponesa, de sobreviver com fartura às estiagens e constituir fama por sua valentia.

O mistério como conceito não era novidade entre os habitantes do mundo rural: ele deu título ainda a outras narrativas, marcando uma forma de ver o *outro* que, possivelmente, remetia aos tempos da colonização⁵. Ao longo do folheto, tratou-se do índio Bemvenuto, velho conhecedor dos mistérios da natureza. Se, em uma primeira análise, a sua idade foi destacada como atestado de experiência, ao contrário dos vaqueiros jovens, que insistiam em correr o campo atrás do famigerado boi, uma segunda leitura o sugeriu como o mensageiro dos mistérios da natureza, tão traiçoeiro como ela própria. Tratado à margem e individualmente, o índio parecia habitar a posição entre: ora sábio conselheiro, companheiro de guerra, ora inimigo covarde, com o qual não se poderia contar às horas mais urgentes, sua imagem seria quase a de um mal necessário, tolerado pelo conhecimento dos mistérios da terra. Prescrito ao desconhecido, o mistério possuía ainda uma segunda face, marcada pelos valores da religião cristã e relegada quase sempre à encarnação do demônio.

Nesse sentido, a história do boi misterioso denunciou também a organização hierárquica de uma sociedade agrária. Quando tratada a pretensa democracia da festa de São João, o narrador apontou que três classes ali dançavam, mas quando de sua descrição das mesmas, apenas duas apareceram: as famílias mais ricas da região e os moradores das propriedades destas. Surpreende destacar que essa formação fundiária entrara para esse universo povoando o próprio sistema de referências daqueles homens e mulheres: "Calixto do pé de serra" (BARROS, 1939, p.11). Dentre esses últimos, estavam os vaqueiros daquelas propriedades. O índio Bemvenuto, a título de exemplo, bem poderia ser um deles, se àquele momento já não tivesse desaparecido. Mas, entre essas possibilidades, não apareceram escravizados nem escravizadas. Ficava implícita, assim, uma terceira classe, na qual esses homens e mulheres estariam contemplados. Em um mundo marcado pela valentia, a posição mais destacada assumida pelo único escravizado citado

⁵Lilia Moritz Schwarcz (2008), em seu livro *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, lembrava como parte da imaginação dos imigrantes europeus se constituiu em tempos coloniais: a natureza seria edenizada, mas a sua gente se habituara ao pecado. É possível inferir que essa imaginação também tenha feito parte do cotidiano dos colonos, vista a mesma referência simbólica católica, e o medo que os sertões provocavam nos senhores de terra do litoral.

no folheto fora a de mensageiro, denunciando as hierarquias simbólicas que envolveram a condição jurídica dos seres humanos nos anos que precederam a abolição do trabalho escravo.

A aparição dos cavalos de diferentes regiões do país e sempre tomados de seus prêmios sugeria ainda uma possível economia dos mitos em vigência. Colocados em disputa, como se estivessem em uma vaquejada, o cavalo e o boi concorriam pela posição do invencível, incorporando já ao cavalo o mito do próprio vaqueiro, que o percebia como uma extensão de si. A decepção dos vaqueiros que não conseguiam derrubar o boi misterioso era, nesse sentido, simbólica. Do jogo inventado àquela prova, só poderia sair um nome, à custa da destruição do outro. Fracassada a empreitada, o narrador exagerava em seu desfecho: vaqueiros e cavalos se destituíam de suas vitórias anteriores e concluíam pela derrocada do seu ofício.

Em certa medida, o enredo mensurava a valentia dos vaqueiros que o ouviam, alimentando a imaginação e fazendo a propaganda dos mais falaciosos: “se eu estivesse lá, eu conseguiria”. De volta à vaquejada, a invencibilidade do boi misterioso poderia alegorizar, ainda, uma possível troca de papéis: o cavalo, investido de uma capacidade física superior, era o conhecido campeão daquelas festividades, de forma que, por um instante, o boi misterioso vingava o seu grupo impondo sobre o adversário a derrota. Como uma história contada entre os mais pobres, o enredo permitia um campo de inversão: dotado de tamanha valentia, poderia o camponês pobre⁶ vencer a posição hierárquica à qual estava preso.

No seu limite, a narrativa sugeria uma forma de pensar as distâncias. Tomando esse universo por referência, a definição de grandes vazios demográficos se constituiu, ao longo do tempo, como uma marca identitária do mundo rural. Essa marca, traduzida pela experiência dos seus habitantes, pode ser confirmada nos longos desaparecimentos do boi misterioso, apontando ora para o mistério, para o estatuto surreal de sua existência, ora como uma dimensão estendida desse mundo, que, por seu tamanho, fugia aos domínios dos proprietários de terras. Os quilombos, em certo propósito, tomaram essa mesma margem, de como era possível, em um universo natural tão grande, fugir às possessões dos senhores, ou mesmo dos colonizadores, se ponderada a dificuldade de se tomar posse desses sertões brasileiros.

Mas as distâncias sugeriam ainda uma segunda direção: já existiria, na narrativa supratranscrita, uma leitura da unidade nacional, associada, no entanto, antes a uma integração de todos os sertões que a um universo subscrito à cidade, ou como dissera o índio Bemvenuto:

⁶Se tomado por referência o momento no qual o folheto estava ambientado, o século XIX, as posições jurídicas das pessoas eram mais importantes do que as posições econômicas: ser livre, liberto ou escravizado significava mais do que ser pobre. Sendo assim, a expressão "pobre" foi utilizada no propósito de agregar os membros das três categorias apresentadas e não de reduzi-las.

"Vossa senhoria ajunte, os vaqueiros do sertão, do Rio do Prata ao Pará" (BARROS, 1939, p.13). Lembrando que a versão consultada dessa história foi publicada em 1939, e que o momento possível de sua transposição da cultura oral para a cultura escrita estava situada no contexto da Primeira República, é possível pensar essa ideia de "Nação sertaneja" como uma reação à emergência de um propósito nacional criado para a cidade e hierarquicamente definido em torno dela. No entanto, indicaria, ainda, a forma como as informações chegavam ao mundo rural, e circulavam por meio da cultura oral por todos os domínios interligados da língua, se incorporando à sua agenda de conhecimentos. Contudo, cabe destacar a ausência do Estado como mediador dessa pretensa Nação, disposta, portanto, em oposição àquilo que a lógica citadina instituíra⁷.

A mesma narrativa que expulsava o Estado do seu universo de referências destituiu a ciência de seu poder. "Presa no vaso", ela parecia não ter lugar em um mundo regido pelo mito e pela fé. O espaço público se constituía, nessa estrada, profundamente envolvido pelas relações com os coronéis, com os padres ou com os bandidos, misturada, assim, em uma lógica imaginada do poder de mando associado à terra, à religião, à valentia. Munida desse cenário, a análise do folheto em questão não teve como propósito essencializar as formas de viver no mundo rural do século XIX e nem no início do século XX. Discutia, antes, como, nas primeiras décadas da República, o passado foi representado pela população camponesa, preparando o terreno para a mudança que teria vez na sequência de alguns anos.

Aquele não foi o primeiro folheto que tomou bois, vacas ou cavalos como personagens principais e nem que apresentou os seus enredos com a marca do encantamento, nessa lista estavam o *Boi Mão de Pau*, o *Boi Moleque*, o *Boi Mandingueiro*, o *Cavalo Misterioso*, o *Boi Surubim*, o *Boi Barroso*, o *Boi Espácio*, a *Vaca do Burel*, a *Besta da Serra Joana Gomes*, entre outros, tratados no coletivo por "ciclo do boi". Márcia Abreu (1999, p.82), no livro *História de Cordéis e Folhetos*, explicou a recorrência desses ícones como uma particularidade da literatura popular sertaneja, e acrescentava:

Curiosamente, o herói não era o homem, mas o animal. Nenhum vaqueiro foi glorificado nessas composições. Os homens presentes nas narrativas representavam a ordem, a organização, o respeito às regras, enquanto os bois fugitivos simbolizavam a liberdade, a impossibilidade de se deixar subjugar, a valentia, a habilidade de fugir ao adestramento.

Entre os dois polos do imaginário social, a gente rural parecia escolher a anomia dos

⁷Nação compreendida como uma categoria maior do que uma comunidade. Espelhada no surgimento de um grupo identificado com uma comunidade de origem e que se reconhece diante de um destino político comum, conforme Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2003).

mundos misteriosos, pelo menos no que dizia respeito ao seu universo de representações, povoado dessas criaturas mágicas. Mas ainda essas histórias de outros tempos não restaram impassíveis às mudanças que, já àquela altura, se anunciavam no mundo rural. Impressas em folhetos, elas comunicavam uma forma mais racional de lidar com as representações coletivas, a qual ainda mantinha uma relação muito íntima com a oralidade, mas que já comportava em seu interior certa lógica de mercado que permitiu aos seus escritores, os quais também foram editores e vendedores, obter algum lucro por meio daquelas atividades.

As narrativas dos feitos mitológicos incorporavam processos racionais de organização do mundo social. Esse fenômeno, no entanto, era parte de um movimento mais amplo de mudanças, o qual deslocou a forma com a qual os seres humanos lidavam com a passagem do tempo. Os planos de futuro ganhavam uma extensão cada vez maior na definição dos caminhos coletivos, encolhendo a autoridade que as experiências das gerações pregressas tinham na condução da ordem geral. Em outras palavras, a modernização estava a caminho e seus primeiros sinais já apareciam no horizonte da população rural do, ainda pretenso, estado paraibano⁸. Os leitores e ouvintes de *O Boi Misterioso*, contudo, ainda esperariam alguns anos para assistir a tais mudanças de maneira mais acentuada.

Ao longo do período margeado pelas estiagens de 1932, quando as instituições estatais atravessaram as porteiras dos latifúndios, adentrando o cotidiano da população agrária, e pelo assassinato do líder da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira, em 1962, os habitantes do mundo rural, pelo menos no que concernia ao pretenso estado da Paraíba, recorte territorial dessa pesquisa, viveram tamanha mudança em seu universo de referências que nenhum dos conceitos anteriores teria sobrevivido ao tempo portando o mesmo significado. No curso desse processo, a política se tornou gradativamente a moeda central na economia das relações humanas – assistiu-se à emergência da economia política – e o Estado, investido de seus intelectuais e de suas instituições, ascendeu ao centro das disputas de poder que marcaram o seu tempo. A partir de então, foi possível conduzi-lo como espaço de investimento, repressão, mas também de definição dos direitos sociais e participação política, enfim, existiu, sobretudo, como um campo de diálogo circunscrito pela razão.

Movida por esses preceitos, a presente dissertação tomou por objetivo discutir como a população agrária viveu a modernização do mundo rural, tomando por recorte as circunscrições territoriais do pretenso estado paraibano entre 1932 e 1962. Esse propósito exigiu que, em um

⁸Entenda-se pretenso estado paraibano porque, àquela ocasião, esse território não era uma evidência na experiência dos sujeitos que habitavam as suas fronteiras. A marca, portanto, seria antes um projeto que um dado.

primeiro momento, fosse descrito o encontro daquela gente com o novo tempo, o qual perpassava as reações dos habitantes daqueles sertões às notícias do moderno e o diagnóstico que as instituições de saber fizeram das suas tradições. Em seguida, foram perscrutados os conflitos e as negociações que escreviam e reescreviam os projetos de modernização agrícola na medida em que esses acessavam o cotidiano da população rural. Por fim, fez-se necessário compreender a vida política daquelas pessoas, a qual esbarrava na emergência da questão agrária ao primeiro posto dos problemas nacionais.

1.1 “Eles são muitos, mas não podem voar”⁹: a modernização do mundo rural e as reações da gente camponesa

A modernização estava a caminho e com ela o império do futuro sobre os demais tempos históricos. E se o passado guardava com as intempéries da natureza, representadas pelo boi, a parte inexplicável de seu mundo, o futuro seria igualmente pensado sob a marca do mistério, dessa vez na figura do pavão, belo, vaidoso e mecânico, como se prometia a modernidade.

Eu vou contar uma história
de um Pavão Misterioso
que levantou voo na Grécia
com um rapaz corajoso
raptando uma condessa
filha dum conde orgulhoso (FERREIRA, s/a, p.1)¹⁰.

Pelas paragens do sertão nordestino, contava-se de dois irmãos, que na Turquia haviam herdado os negócios de seu pai. Dizia-se que um deles, João Batista, seguira para uma longa viagem prometendo ao outro que não voltaria sem um presente que o agradasse. Ao final dos seis meses em que esteve no Oriente, teria o viajante desembarcado na Grécia, onde um evento muito falado estava para acontecer: Creusa, a bela filha de um conde muito bravo sairia à janela. Todos os anos, a aparição da donzela encantava turistas, jornalistas e fotógrafos. Certo de que tamanha beleza não passaria indiferente aos olhos do irmão, levou para ele um retrato da moça, que por um conto de réis um fotografo havia lhe vendido.

⁹Trecho da música *Pavão misterioso* composta e gravada em 1974 por Ednardo.

¹⁰O folheto foi assinado por João Melquiades Ferreira. Contudo, atribuir autoria nesse gênero literário é sempre um problema. A fluidez das fronteiras entre a inventividade de um escritor e as características que pairavam nos grupos sociais com os quais ele se comunicava eram ainda menos notáveis do que em outras formas textuais. Isso se deve, em grande parte, ao forte vínculo que a literatura de folhetos estabeleceu com a tradição oral, que destituída de qualquer propósito autoral pertencera a cada narrador no momento em que este a contava. Também não há precisão nem quanto à data na qual *O Romance do Pavão Misterioso* foi escrito ou impreso pela primeira vez, nem quanto ao momento de publicação da edição utilizada, mas se tomadas as referências biográficas do autor, é provável que isso tenha ocorrido nas primeiras três décadas do século XX (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, s/a).

Ao ver o retrato, Evangelista, seu irmão, se encantou pela jovem, e prometeu: "se eu não casar com Creusa, findo os meus dias enforcado" (FERREIRA, s/a, p.8). Desembarcou em terras gregas, hospedou-se em um hotel dos mais pobres, e andou sempre disfarçado, até o dia da aparição da moça. À hora marcada, a senhorita saiu à janela, ladeada pelo conde e pela sua mãe, e encantou a todos, mas especialmente ao turco, que, contrariado porque não pode falar consigo, inventou uma ideia que o levasse até ela. Procurou o engenheiro mais famoso e contou para ele o seu problema, era preciso um aparelho que alcançasse a sua amada. O engenheiro trabalhou dias e noites, e ao final de seis meses entregou sua invenção:

O grande artista Edmundo
 desenhou uma invenção
 fazendo um aeroplano
 de pequena dimensão
 fabricado de alumínio
 com importante armação

Movido o motor elétrico
 depósito de gasolina
 com locomoção macia
 que não fazia buzina
 a obra mais importante
 que fez em sua oficina

Tinha cauda como leque
 as asas como pavão
 pescoço, cabeça e bico
 alavanca, chave e botão
 voava igual ao vento
 para qualquer direção (FERREIRA, s/a, p.12/13).

Pagou pela máquina duzentos contos de réis, mas recebeu ainda uma serra afiada e silenciosa, bem como um lenço enigmático. O pavão alcançou voo e partiu com velocidade. À meia noite, levantou com as luzes apagadas no muro do palácio e aterrissou na cumeeira. Evangelista fez um buraco no telhado e escorregou por uma corda no quarto da moça, onde declarou o seu amor, pediu a sua mão em casamento e pôs o lenço em seu nariz, enquanto a donzela gritava pelo seu pai. Creusa desmaiou e o turco fugiu, no exato momento em que o bravo conde apareceu. A filha disse-lhe que estava apaixonada pelo homem que invadiu o seu quarto e o velho conde jurou de morte o moço apaixonado.

Em duas horas, voltou Evangelista pelo telhado de sua amada, que, desperta, pode conversar consigo, mas ainda temerosa gritou pelo seu pai. Quando o conde chegou ao quarto, o turco já não estava mais lá, tocaram as cornetas do palácio, mas ninguém o alcançou. Ao final daquelas horas, a moça combinou com seu pai de por banha na testa do rapaz caso ele voltasse a

importuná-la, mas passaram-se dois meses até que isso acontecesse novamente. Pela terceira vez, o apaixonado Evangelista se arriscou pelos aposentos de sua amada, e, se pode conversar consigo, saiu de lá com a testa tingida de banha, tendo mais uma vez escapado do conde raivoso e prometido que no próximo encontro levaria a donzela consigo.

Amanheceu e os guardas da cidade estavam decididos a encontrar o atrevido invasor do palácio. Evangelista saiu de chapéu, mas tendo sido interrogado, teve que mostrar os cabelos amarelos. A polícia ameaçou levá-lo consigo, mas o safo rapaz fez um último pedido: que pudesse trocar suas roupas para que chegasse apresentável à presença do conde. Entrou por um arbusto e, antes que os policiais se dessem conta, levantou voo em seu pavão na direção do palácio. Os soldados ficaram pavorosos e correram para contar ao chefe o que havia acontecido. Enquanto isso, o turco convenceu sua amada a partir consigo e os dois alçaram voo ao som dos berros do pai raivoso, sequer os guardas do palácio puderam fazer qualquer coisa: "lá vai passando o pavão!" (FERREIRA, s/a, p.29). Teriam se casado na Turquia e voltado anos depois, a pedido da condessa, quando o pai da moça já havia falecido.

Apesar de ambientada na Europa, a epopeia que o folheto narrou dizia mais do universo de significados da população camponesa na Paraíba das primeiras décadas do século XX que propriamente dos modos de vida às margens do mar Mediterrâneo. Esse fato deveu muito aos canais de transmissão de notícias disponíveis à época, sobretudo entre lugares tão distantes e represados pelo oceano. Àquele tempo, a cultura oral era o principal meio de difusão de informações no mundo rural, transformando a narrativa dos viajantes ou daqueles que tinham acesso aos jornais das cidades: passando de boca a boca, essas notícias perdiam cada vez mais o lastro da referência europeia, se valendo dos símbolos caros aos camponeses e às camponesas, que, ao contá-las, viviam essas narrativas e imprimiam sobre elas um pouco de seu mundo. Definida por essa régua, o romance do pavão misterioso era tributário do fazer da população camponesa. Entenda-se por população camponesa, a gente trabalhadora do mundo rural.

Nesse âmbito, o enredo do pavão misterioso dotava-se de uma dimensão projetiva coerente com a quantidade limitada de informações que se tinha quanto ao espaço no qual ele estava ambientado, a Grécia e a Turquia, e com a forma variável de sua transmissão. Em seu mundo de significados, referências locais e estrangeiras trocavam-se umas nas outras, potencializando o efeito daquela história. Nesse sentido, o folheto espelhava e inspirava uma prática passional que as famílias brasileiras herdaram da sociedade colonial: os raptos consentidos figuraram uma alternativa, em um mundo marcado pelo patriarcalismo e pelo casamento de interesses, para a afirmação da vontade feminina na escolha dos seus matrimônios,

conforme argumento de Rosemere Olimpio de Santana (2008).

A arquitetura dos elementos envolvidos por essa prática tomou e deu forma às hierarquias da sociedade agrária no Nordeste entre o final do século XIX e o início do século XX. Se a figura do conde, pai da donzela raptada, fazia alusão à postura aristocrática dos senhores de terras, a altura do castelo, como extensão da autoridade desses homens, assumia a dimensão imaginada da própria casa grande. Os raptos consentidos diziam muito de uma estratégia largamente usada pelas elites nordestinas no propósito de assegurar a continuidade do seu poder: o familismo. Durante o século XIX, os fazendeiros mais poderosos da região se valiam do casamento dos seus filhos para constituir ou fortalecer alianças políticas, certificando laços de favores e proteção mútua.

Na Paraíba, essas redes familiares deram margem a uma associação de referências entre sobrenomes e localidades, atestando o poder das famílias sobre os municípios, bem como servindo de alicerce à formação de partidos políticos, conforme Serioja Mariano (2014[2010]). Em tempos republicanos, o familismo tomou outros contornos, ocupando, ou melhor, enfrentando o espaço público o tempo todo, como uma dimensão nativa das flexões do poder, infiltrando o domínio privado no interior de cada investimento legalista do Estado. As parentelas foram uma dimensão fundamental desse familismo, como apontava Linda Lewin (1993), articulando grupos políticos no entorno das searas dos arranjos que se davam na intimidade.

O familismo compôs uma cultura política que tratou com certa fluidez os limites do público e do privado. Os senhores de terras costumavam lidar com os moradores de suas fazendas e, em muitos casos, com os pequenos proprietários que circunvizinhavam os seus latifúndios como se com eles compartilhassem laços de parentesco. As relações fechavam-se no mundo do privado, movendo-se, em grande sentido, pela cordialidade que era comum a todos. Dizia Sérgio Buarque de Holanda (1995[1936]) que o homem cordial geria a vida com as medidas do coração – *cor* –, e que, como tal, organizava a sociedade pelo termômetro das emoções, o que atrapalhou a formação de um sentimento republicano no Brasil. Essa régua, contudo, nem sempre pendia para a benevolência, fazia antes o contrário, a sociedade patriarcal brasileira usou constantemente da violência em suas práticas cotidianas. Essa intimidade quase que familiar entre os sujeitos, a propósito, se estendia para as esferas mais altas da política, lembravam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), levando a certa forma de lidar com os chefes do executivo pelo primeiro nome, pelo apelido, quando não pelo diminutivo, mas chegava também a ocupar dimensões que iam além desse universo, tomando os mundos no sagrado, no qual os santos eram tratados como um ente próximo, com o qual era barganhada uma promessa.

Partindo dessa perspectiva, ao fugir com o turco, Creusa traía a forma como o poder estava organizado pelos homens da elite, como o seu pai. Mas o folheto abria espaço para a compreensão de outras dimensões dessa mesma forma de organização social: ao cuidar dos negócios da família, enquanto o irmão viajava, Evangelista, e em seguida João Batista, confirmavam que essa herança não fora seccionada entre os dois, mas permanecia com a força com a qual o pai lhes deixara. Ainda Evangelista se fazia de pobre pelas terras gregas, denunciando que o dinheiro e o sobrenome chamavam atenção, e se não era a atenção das famílias amigas, era melhor que essa não fosse percebida, porque a rivalidade entre elas fora beligerante.

Ainda na escalada pelos aposentos da bela Creusa, Evangelista enfrentava outras estruturas de poder capitalizadas pelo conde. Tendo invadido o seu protetorado, o turco foi caçado por dois corpos militares juridicamente distintos: os guardas do palácio e a força policial da cidade. À moda dos jagunços, o primeiro grupo essencializava o poder de mando daquele chefe político, garantindo não só a sua segurança pessoal, mas também o seu potencial bélico. O mandonismo referia-se, em conformidade com José Murilo de Carvalho (1997, p.2), "à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder". E o autor completava: "O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse de terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política" (CARVALHO, 1997, p.2).

O segundo grupo dizia mais do momento político vivido nos pequenos municípios em relação às disposições de poder articuladas nacionalmente. Na Primeira República, o aperfeiçoamento das instituições públicas marcou presença nos municípios brasileiros, mesmo que o poder estatal ainda não fosse suficiente para certificar uma atuação legalista. Em vias desse processo, a Nação recém-declarada republicana teve de haver-se com as incertezas do regime político que se insurgia, em conformidade com Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), era necessário um arranjo institucional que pacificasse o país, fazendo a transição de uma República jacobina para uma República oligárquica. Nesse cenário, o governo Campos Sales instrumentalizou a política dos governadores, que reconhecia plena autonomia para as elites estaduais, enviando recursos e ratificando as suas decisões. Em troca, caberia aos presidentes de estado barganhar votos com os chefes políticos municipais, garantindo a eleição dos candidatos dos partidos da situação.

A contrapartida desses coronéis, herdeiros dos títulos da Guarda Nacional, foi uma ampla

rede de chancelas, o que implicava na escolha das pessoas que seriam nomeadas para os cargos de prefeito, delegado, professora primária, e inúmeros outros. Esse sistema político foi descrito por Victor Nunes Leal (2012[1947], p.43/44) como coronelismo e resultou antes da decadência do poder de mando desses chefes políticos que do contrário: "não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa". Na sequência apresentada pelo folheto, o protagonista, tendo sido apanhado pela polícia, caso não tivesse fugido, seria levado ao conde e não a uma delegacia ou outra instituição estatal, como era de se esperar em um Estado de Direito.

Em seu primeiro plano, o romance do pavão misterioso atentava com esperança e espanto para as mudanças anunciadas em seu mundo: a máquina, capaz de fazer pessoas voarem, ameaçava o poder de um patriarca imaginado invencível. Foi esse o momento no qual alguns dos principais meios de transporte inventados pela Revolução Industrial chegaram para a população rural paraibana: os coronéis mais poderosos compravam carros, as linhas de trem avançavam pelo interior do estado e, quando da sedição de Princesa, até um avião da frota de guerra mineira havia sobrevoado a cidade. Àquele tempo, os signos do moderno alcançavam os municípios mais distantes da capital, provocando desejos nos corpos das gentes¹¹. Os novos meios de transporte alimentavam a ilusão de que pela ciência seria possível vencer os mistérios da natureza. Mas é necessário lembrar ainda que, como mensageiro da modernidade, o pavão era atributo de uns e não de outros. Para tê-lo, era preciso ser rico, leia-se herdeiro em um mundo marcado pelo familismo, e bem relacionado entre os bacharéis, como Evangelista, que por indicação de um jornalista conhecera o engenheiro.

Pensados na esteira desse processo de muitas faces, alguns signos modernos ainda perfizeram o cenário no qual pavão estrelou: jornalistas e fotógrafos apontavam para o desenvolvimento da imprensa; o engenheiro dizia de um mundo construído pela ciência e não mais pela tradição; e a burguesia, corporificada pelos dois irmãos turcos, dotada de capital e tecnologia, sinalizava o desenvolvimento do comércio. Contudo, foram esses mesmos signos que indicaram a modernidade como um mundo distante, descolado das experiências e estranho às habilidades dos habitantes do mundo rural: o jornalista e o fotógrafo, na contramão do alargamento da esfera pública que a imprensa deveria encampar, atentavam antes para um

¹¹Conforme Serioja Mariano (2010[1999]) no livro *Signos em Confronto? O Arcaico e o Moderno na Cidade de Princesa (PB) na década de 1920*.

assunto devido à esfera privada que propriamente a um acontecimento relevante para o mundo público; sem contar que, das inúmeras vezes que o personagem Evangelista teve notícia do que estava havendo na cidade, não as recebeu por meio dos jornais ou das revistas, mas através dos boatos que corriam pelas ruas, do irmão que viajara para longe, ou mesmo do jornalista que indicara o engenheiro; ainda o engenheiro não era figura estranha às pessoas do mundo rural, em seu fazer ele mais lembrava um artesão, dotado dos saberes tradicionais do seu ofício. Até mesmo João Batista e Evangelista, constituíam esse grupo dotado de capital e força, mas destituído de sobrenome, dispositivo fundamental àquele que se quisesse pretendente de Creusa.

Sendo assim, apesar de olharem para temporalidades distintas, Leandro Gomes de Barros e João Melquiades Ferreira viveram um mesmo regime de historicidade. O boi e o pavão projetavam, respectivamente, o passado e o futuro, mas estavam assentados em espaços de experiência e horizontes de expectativa muito próximos¹². Ambos os personagens se alicerçavam no passado para entender o mundo, representavam o desconhecido na chave do mistério e com ele adjetivaram o tempo. Viviam-se uma brecha entre um passado que não era mais e um futuro que não era ainda: os tempos misteriosos, que anunciavam uma alteração no mundo conhecido, mesmo que ainda resguardada pela distância do que até então só se tinha notícia. Mas o romance do pavão misterioso conferia ainda outra armadilha para pensar os signos do moderno, eles seriam faculdades de um estrangeiro.

No curso de tais processos, a Europa não era uma referência espacial qualquer ou marcada exclusivamente pela imagem de um mundo distante que aguçava a curiosidade, nem a Grécia e a Turquia o foram. O continente fora o berço da modernidade, e os países apontados retomavam os rastros dos momentos de ascensão e queda do Império Romano, respectivamente o helenismo e a fragmentação bizantina. Enquanto referência temporal, aquele império havia sido largamente utilizado pelos estados nacionais europeus para dar legitimidade e poder aos seus critérios de civilização. Em reação a esse conceito, a população camponesa na Paraíba constituiu em seu universo uma narrativa que alegorizava a *Ilíada*, mas com homens valentes, não heróis, e com a bela filha do conde raivoso no lugar da rainha Helena.

Esquadrinhado o cenário, havia um problema em pauta: por um lado, a modernização narrada pela literatura de folhetos sugeria não só que a gente do campo recebia informações, mesmo que de forma indireta, quanto àquilo que acontecia no resto do mundo, desde que tivesse

¹²Reinhart Koselleck (2006[1979]) defendeu as relações dos seres humanos com os tempos históricos diante da régua espaços de experiência e horizontes de expectativa. Ao passo que os primeiros diziam das relações do presente com o passado, os últimos falavam dos vínculos entre o presente e o futuro. As duas variáveis, contudo, se relacionariam na forma como os grupos sociais se resolviam com os tempos históricos.

relevância para si, mas também interferia na sua realidade cotidiana a partir desse contato cultural com outros grupos sociais. Por outro lado, não há como negar a existência de uma hierarquia que conferia autoridade aos intelectuais na decisão dos rumos através dos quais a modernidade seria institucionalizada. Conhecidas as duas margens do rio, coube à história farejar os rastros dessa população agrária, dotada de semelhanças, mas também de muitas diferenças no seu interior, pelas correntes da modernização.

A modernização, tomada por esse sufixo para em si corporificar a estrutura do processo que ela foi, não marcou a história dos povos como destino manifesto, apesar de assim ter sido reiteradamente apresentada em sua época. Escrita sempre no singular, ela precisa ser restituída à posição de um projeto, que apesar de dotado de inúmeras dissidências, possuía algumas homogeneidades, ou hegemonias, já que foi por meio dos jogos de poder que esses consensos se constituíram. Néstor García Canclini (2000[1989]), no livro *Culturas híbridas*, pensou esse processo por meio de quatro movimentos: um projeto democratizador, ou seja, com instituições que reconhecessem e assegurassem o acesso coletivo ao poder público e aos meios de produção; um projeto emancipador, o qual deveria garantir as liberdades individuais, viabilizadas pelos direitos civis, políticos, sociais e culturais; um projeto de renovação do mundo e dos seus significados, sobretudo a partir de uma agenda cultural dita civilizada e do progresso técnico gerado pela industrialização e/ou mecanização; e um projeto expansionista, o qual pretendia espalhar os valores dos países imperialistas pelo mundo¹³.

A essa definição, é possível acrescentar três processos que acompanharam a modernização. O primeiro deles foi a secularização ou racionalização, movimento que, na esteira das definições elaboradas por Max Weber (2004[1920]), teriam por alicerce o desencantamento do mundo. Antônio Flávio Pierucci (2005[2003]), em sua tese *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*, explicou que como essa mudança cultural tomou dois caminhos concomitantes, a desmagificação, a qual teve as religiões como protagonistas, e a perda do sentido das práticas tradicionais, cujo agente principal foi a ciência. A modernização universalizou esse fenômeno, encampando seus domínios, no entanto, sobre formas do pensamento mágico diferentes daquelas que se estabeleceram no continente europeu. A população rural paraibana, a título de exemplo, se valeu do mistério enquanto ferramenta desse mundo encantado que perfazia os seus pretensos vazios demográficos.

¹³Reinhart Koselleck (2014a[2010]) concebeu a modernização por meio de três processos: democratização, emancipação, bem como o sistema econômico industrial-capitalista e sua réplica socialista, o qual pode ser pensado como uma variação conceitual dos projetos expansionista e renovador, associando a eles, porém, as experiências históricas que estiveram em curso no plano mundial.

As narrativas do mistério construíram o imaginário da população camponesa, que, dispersa no mundo rural, partia do mito das terras distantes e de sua gente, bem como daqueles sujeitos que erravam pelos caminhos recônditos desses sertões, para organizar a sua sobrevivência. Essa linguagem, porém, não esteve isenta de conflitos de significação, ela era partilhada apenas parcialmente pelos diferentes personagens dessa história, ampliando os seus contrassensos ao passo em que as fronteiras entre eles se expandiam. Os tempos misteriosos recobravam antigos hábitos da gente camponesa em sua forma de lidar com o espaço e com o ritmo do tempo, adjetivando o passado, mas também o futuro, conferindo uma marca de subjetivismo à sua apregoada racionalidade. O mistério enquanto instrumento conceitual servia para assegurar certa desconfiança dos signos do moderno, que, como os demais significantes que se valiam dele, deveriam estar nem tão próximos nem tão distantes da gente camponesa.

A racionalização do mundo se deu em concomitância à aceleração do ritmo da vida dos seres humanos. Reinhart Koselleck (2006[1979]), em seu livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*, mostrou como a modernização se fez acompanhar de uma mudança na forma como os seres humanos lidavam com o tempo, se até então eram as narrativas do passado que tinham autoridade sobre a organização do mundo social, na sequência daquele processo, os projetos de futuro tomariam cada vez mais espaço. Em outras palavras, vivia-se um *gap* entre dois regimes de historicidade, como explicava François Hartog (2014[2003]), em *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. No curso dessa brecha, as narrativas do futuro e do passado se misturariam, dando forma ao novo tempo.

A modernização, a secularização e a aceleração do ritmo em que os acontecimentos tomavam a agenda coletiva traziam por ponto comum o alargamento da esfera pública. Jürgen Habermas (2014[1962]), com a pesquisa intitulada *Mudança estrutural da esfera pública*, explicou como a emergência dos novos tempos exigiu formas coletivas de gestão do mundo social. O governo das sociedades se democratizava na medida em que os sujeitos tinham maior abertura para interferir nos espaços de poder, para isso, era preciso que diferentes grupos tivessem informação sobre o que estava acontecendo e que as questões do mundo público fossem discutidas em espaços também públicos, de forma que os cafés e os jornais, dentre outros lugares ou suportes que permitissem esse diálogo, ganharam maior importância ao longo desse processo.

Em meio a esse cenário, no qual a imprensa e os cafés instrumentalizavam a esfera pública, a cidade se tornou o palco por excelência da vida política, a qual se definia, não por acaso, como *cidadania*, ou o exercício da cidade. O mundo urbano, afinal, se tornava cenário prioritário da efetivação do projeto moderno, o que implicava em um descompasso para com o

mundo rural, que não podendo livrar-se dele, teve de adaptá-lo aos seus pujantes "vazios demográficos". Incoerência legível, mais ou menos àquela época, na descrição um entusiasmado estudioso das ciências, personagem de Thomas Mann: "É fácil chegar à conclusão de que o pouco caso que essa gente faz do tempo está relacionado com a vastidão selvagem do seu país. Onde há muito espaço, há muito tempo. Diz-se que eles são o povo que tem tempo e pode esperar"¹⁴. Acontecia que a mudança era iminente e a gente do campo não ficou na janela esperando ela passar, mas agiu a todo instante, negociando sempre a sua forma, mesmo que em franca desvantagem.

A história da modernização foi objeto de estudo de um vastíssimo número de cientistas sociais, que conferiram a ela perspectivas profundamente distintas de interpretação. Alguns desses autores observaram o seu desenvolvimento através das mudanças econômicas que elas empreenderam na vida dos sujeitos históricos, foi o que fez Karl Marx (2013[1867]) em *O capital*, ao analisar o processo de alienação dos trabalhadores ingleses quando da ascensão do capitalismo industrial, mas foi também o que fez Fernand Braudel (1995[1979]) nos seus três volumes de *Civilização material, Economia e Capitalismo* no século seguinte, quando descreveu as condições materiais que permitiram a emergência primeira da economia política no continente europeu e não em outros lugares do mundo.

Alguns escritores se dedicaram mais detidamente ao processo de secularização ou desencantamento do mundo, como preferia Max Weber (2004[1920]), o qual desembocava em observações mais atentas sobre o mundo da cultura ou sobre a forma de viver o tempo. O teórico em questão, a título de exemplo, explicou como a emergência do capitalismo esteve atrelada ao surgimento da ética protestante, reverberando em uma série de práticas que tendiam ao disciplinamento dos indivíduos. Também Reinhart Koselleck (2006[1979]) e François Hartog (2014[2003]) seguiram por esse caminho, para tais autores, as transformações experimentadas pela sociedade ocidental quando da modernização diziam respeito a uma mudança na forma de viver os tempos históricos, que, dada a racionalidade empreendida no momento em questão, assistiram a emergência dos projetos de futuro que desenhavam a história da humanidade pelo progresso em linha reta na direção do desenvolvimento social.

Uma parte significativa dos pensadores sociais, no entanto, se dedicou mais profundamente à compreensão das relações de poder que se estabeleceram quando do seu advento. Michel Foucault (2013[1975]), com o livro *Vigiar e Punir*, tratou da invenção das redes

¹⁴Dizia o Sr. Settembrini a Hans Castorp a respeito da senhora russa que eles costumavam encontrar durante as refeições, no romance *A montanha mágica*, de Thomas Mann (MANN, 1980[1924]. p.272/273).

disciplinares a partir da criação das instituições de saber-poder. Conforme tal perspectiva, os sujeitos incorporavam desde muito cedo a disciplina em seus corpos e em suas mentes, vigiando aos seus semelhantes ao passo em que vigiavam a si mesmos. Michel de Certeau (2013[1980]), na coletânea *A invenção do cotidiano*, concordava com o autor supracitado quanto ao poder das instituições de saber na construção das estratégias de controle social, mas discordava quanto à desenvoltura das táticas. Essas seriam formas através das quais os indivíduos burlariam a regra geral, tornando-as mais aprazíveis à sua subjetividade.

Aquele também foi o caminho trilhado por Edward Palmer Thompson (2011[1963]) em *A formação da classe operária inglesa*. Ao tratar do fazer-se da classe trabalhadora, o autor explicou como a transformação dos homens de ofício em operários implicou em uma padronização das suas experiências. Mas antes de incorporar a disciplina de trabalho em seus corpos, esses sujeitos teriam resistido à dominação social das formas mais variadas possíveis¹⁵. A gente camponesa, no entanto, não viu a sua história seguir por aqueles rumos no mundo rural. Àquela localidade, em acordo com Eric Hobsbawm (1998[1973]), os vaqueiros e agricultores não constituíram uma classe trabalhadora, dada a permanência dos ofícios e o estabelecimento de relações sociais de outra ordem entre os diferentes sujeitos.

As peculiaridades da gente camponesa em terras paraibanas, por conseguinte, também estavam inscritas pelas suas tradições, em aspectos da sua religiosidade e nos caminhos que a sua história estava tomando, os quais nem sempre implicavam em declaração de guerra, e que nem por isso se fizeram menos violentos, observe-se Edward Palmer Thompson (2001[1965]). A modernização trazia entre os seus propósitos a expansão de um projeto cultural hegemônico, que, entre outras disposições, inventava modelos de civilidade em todo o mundo. A população em geral, no entanto, não comprou com tamanha facilidade as demandas dessa proposta que se estava tentando espalhar. O processo tinha em si a força do imperialismo ocidental, de forma que não era fácil estar indiferente a ele, por algum caminho seria necessário reagir e isso se faria considerando as peculiaridades da história de cada povo.

A leitura das resistências encampada por Edward Palmer Thompson (2012b[1963]) tomava como referência as tradições, os valores e os significados que os de baixo davam ao seu mundo. Para o autor, era necessário pensar as atitudes dos sujeitos em meio aos seus universos

¹⁵Edward Palmer Thompson possui outros textos nos quais as experiências da população camponesa foram contempladas, no entanto, esses trabalhos adotaram uma periodização que antecedeu o processo modernizador, a saber, o livro *Senhores e caçadores: a origem da lei negra* (1987[1975]) e vários textos da coletânea *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (1998[1991]). Em *A formação da classe operária inglesa* (2012a[1963]), existe um capítulo dedicado aos trabalhadores agrícolas, mas os instrumentos teóricos apresentados diziam mais das particularidades do fazer dessa gente do que do seu pertencimento a uma classe.

culturais, evitando possíveis anacronismos. Essa perspectiva, em grande medida, foi devida à sua convergência teórica com as definições de Clifford Geertz (2013[1973]) em *A interpretação das culturas*, na qual estava posto como as lógicas de organização social de cada grupo estavam alicerçadas pelo mundo de referências da sua gente. Essa leitura foi compreendida por Fredrik Barth (2000[1989]), no livro *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, como excessivamente holística, o que desconsideraria o arsenal de conflitos que habitariam os significados que estavam em jogo, sendo melhor falar em padrões parcialmente compartilhados. Roger Chartier (2002[1985]), a esse respeito, teorizava as lutas de representação. Atentando para a natureza dessas diferenças, esse trabalho preferiu seguir os rastros de um conceito mais aberto às particularidades do grupo social em análise.

O substantivo *reação*, bem como o verbo *reagir* que lhe faz correspondência, foi preferido a outras expressões que empregavam agência às relações de poder por comportar em seu quadro semântico uma amplitude de atitudes possíveis na vasta régua sociedade-indivíduo. As reações podem qualificar comportamentos individuais e coletivos, mas também representações, por meio das quais os sujeitos podem manipular os significados parcialmente compartilhados pela sociedade, a fim de torná-los mais aprazíveis aos seus espaços de experiências e horizontes de expectativas. Elas se constituem mediante a oposição, aquiescência, ou qualquer outra disposição intermediária a esses dois polos, dos preceitos inventados pelos grupos hegemônicos. Em sendo assim, foi por meio dessas ferramentas que os seres humanos conseguiram trilhar os caminhos das negociações e dos conflitos que contornavam as experiências sociais, respondendo pelo amplo leque de possibilidades que estavam sendo desenhadas para o futuro coletivo.

Por esse caminho, não é possível pensar a reação como uma defesa, ou contra-ataque, articulada em uma direção específica, movimentada em oposição a um grupo ou norma. É preciso dispor dele, antes, como um movimento que, por vezes, se fez em curvas, com ritmos descompassados e por caminhos vacilantes. Além disso, as reações dispõem de forças que nem sempre se calculam de forma linear, se é certo que os homens de elite as tinham à sua disposição em um número maior de vezes, isso não significava que alguns sujeitos de baixo não pudessem, mediante circunstâncias específicas, e por meio de um esforço significativo, inverter as condições do jogo a seu favor. As solidariedades, a propósito, foram ferramentas importantes nesse processo. Em outras palavras, as reações incorporavam todas as possibilidades de movimentação humana nos horizontes de um referente ao qual reagir.

Antes de seguir adiante no uso desse conceito, no entanto, é devida uma observação. O

prefixo *re*, acusado de conferir ao radical da palavra a ideia de repetição, reforço ou recuo, foi jogado pela historiografia em uma lógica hierárquica segundo a qual caberia à população "dominada" uma ação sempre oposta e posterior à regra desenhada pelos seus respectivos "dominantes". Ora, a própria raiz da palavra, *ação*, minou por si só essa leitura passiva dos de baixo. Se a sequência temporal é uma evidência no conceito de reação, ou seja, se ela pressupõe que uma ou mais ações a tenham precedido, isso se deve antes a um fenômeno próprio da história que a qualquer disposição hierárquica, afinal, os seres humanos sempre inscrevem seus comportamentos a partir de uma larga base de acontecimentos recheados de ações humanas.

Caro à definição em curso, foi o mesmo prefixo *re* o grande responsável pelo caráter político que a palavra comportou: ela subentendia pessoas em relação, apoderadas por diferentes capitais, organizadas de variadas formas, mas sempre reagindo à cena geral. Esse movimento, portanto, é próprio do mundo da política, no qual os sujeitos calculam a força da qual dispõe, potencialmente da força física, para barganhar posição no espaço público¹⁶. O *habitat* da reação seria, assim, o processo, nesse caso, a modernização, cujas margens ensaiaram o intervalo que ia do encontro dos estranhos ao momento em que eles se tornaram conhecidos, alcançam, de alguma forma, um equilíbrio, agindo no entorno de uma hegemonia com bases mais duradouras e instituições que represassem as dissidências que fugissem à normalidade da ordem política.

As reações variaram ao sabor das circunstâncias, coalhadas dos acontecimentos efêmeros e duradouros, nas quais foram produzidas, ao passo em que incorporavam tradições e eram medidas pelos valores dos sujeitos que as protagonizaram. Nesse sentido, em se tratando de uma temporalidade tomada por mudanças significativas nas referências de tempo e espaço, outra variável se destacava quando o assunto envolvia a modernização, as culturas históricas. A cultura histórica, conforme Rosa Maria Godoy Silveira (2007), é composta por duas dimensões, as representações e as territorialidades. Para a autora, na medida em que os sujeitos pensam a história, eles também produzem domínios sobre o mundo social. A essa definição, é preciso acrescentar que esses domínios jamais foram exclusivos dos historiadores. Todo aquele que, lembrava Angela de Castro Gomes (2007a), em algum momento produziu ou mediasse, intencionalmente, um enredo para a história, também estava manejando uma cultura histórica. Ainda nessa esteira, deve-se notar a variedade de linguagens historiográficas que podem servir de suporte para a produção dessas representações, as quais não se renderam aos domínios da cultura escrita (FLORES, 2007).

¹⁶De acordo com o verbete *Política* escrito por Norberto Bobbio no Dicionário de Política (1998), a política acontece quando os indivíduos consideram sua força física no cálculo das relações sociais, mantendo-a em segundo plano, vista a prioridade dada ao consenso por via dos argumentos.

As culturas históricas, no plural, eram produzidas em meio aos padrões parcialmente compartilhados, os quais, ocasionalmente, entravam em conflito. Essa diversidade de representações, a propósito, desembocava em uma disputa por territórios, mediante os quais nem sempre havia negociação (GOMES, 2007a). Há que se observar, ainda, que havia alguma divergência de opinião entre pelo menos dois autores no que concernia à categoria das representações. Angela de Castro Gomes (2007a) falou em representações do passado, ao passo em que Elio Chaves Flores (2007) abordava as representações dos tempos históricos. Em defesa da segunda perspectiva, observe-se certa leitura dos movimentos da história empreendida por Reinhart Koselleck (2006[1979]).

O teórico falou de duas dimensões nas quais os tempos históricos se projetavam: os espaços de experiência e os horizontes de expectativa. A partir desses domínios, é possível pensar como também as possibilidades de futuro inscritas na vida dos sujeitos, e os projetos desenhados por eles, interferiam na forma como esses personagens viviam a história e criavam territórios sobre o mundo social. Observe-se, como exemplo, o fenômeno da modernização, esse processo mudou a forma como as pessoas lidavam o seu passado e com o seu futuro, conferindo ao segundo tempo cada vez mais autoridade sobre os territórios do presente em detrimento do primeiro. Nesse sentido, seguia o autor, os horizontes eram lidos, cada vez mais, à luz da razão, sendo o futuro, portanto, resultado dos conflitos entre esses muitos futuros passados que se desenharam em certo momento da história (KOSELLECK, 2006[1979]).

Em sendo verdade que as leituras dos tempos históricos inventavam territorialidades, não se pode pensar essa relação de forma estanque, uma leitura do passado ou do futuro parcialmente homogênea poderia desembocar em territorialidades distintas a julgar pelos sujeitos e pelas circunstâncias que estavam em jogo. Mas não seria correto acreditar que essas dimensões se dessem de forma unidirecional. Em verdade, também essas representações eram criadas em meio aos territórios do tempo presente. As culturas históricas da população camponesa, portanto, foram afetadas pelo desencantamento do mundo, pelo alargamento da esfera pública e emergência do regime de historicidade moderno.

1.2 Tratados de uma modernização conservadora: os sertões nordestinos e suas definições de tempo e espaço.

Periodizar, nomeando o tempo, é um ato de poder, como sabemos por dever de ofício. Nessa operação, nada é ingênuo, sendo

necessário pensar que sentidos uma determinada nomenclatura deseja atribuir a um espaço de tempo. O que necessariamente significa considerar quem, para quem e quando se constrói uma determinada designação.

Angela de Castro Gomes (2011, 4'20"/4'50")¹⁷

As primeiras usinas de cana de açúcar se instalaram às margens das várzeas nordestinas entre o final do século XIX e o início do século XX. Esse empreendimento serviu de base para que muitos autores situassem aquela temporalidade como o momento no qual teria se dado a modernização do mundo rural. Aquele momento, a propósito, também teria servido de alicerce para a mecanização das lavouras de café do Rio de Janeiro e de São Paulo, apontando para certa equivalência para o momento no qual teriam se estabelecido essas práticas. Essa concepção, no entanto, esquecia as inúmeras outras lavouras que existiram naquelas localidades, as quais também tiveram a sua importância para o cotidiano da gente camponesa. É certo que muitos dos citados intérpretes tomaram por recorte de suas pesquisas a cultura açucareira, mas ainda assim parece haver um desvio de propósitos quanto ao momento no qual o moderno se tornou hegemônico.

O brasilianista Peter Eisenberg (1977[1969]) defendeu em sua tese de doutorado, intitulada *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*, não só que o processo de modernização da cultura açucareira teria se dado na segunda metade do século XIX, como também que ele não teria empreendido grandes mudanças sociais no cotidiano dos plantadores de cana. A justificativa apresentada para aquela periodização foi o uso por uma parte dos agricultores de modernas técnicas agrícolas, ainda que esses fossem uma ínfima minoria, o que parece ter resultado de uma confusão entre os conceitos de modernização e mecanização. A ideia de uma modernização sem mudança parece também desconcertada, a julgar pela complexidade do movimento modernizador. Essa concepção, a propósito, foi rejeitada por parte dos pesquisadores que deram sequência àquele estudo, apesar de terem repetido os significados da periodização. O referido trabalho, porém, contribuiu bastante com ao explicar como a demanda modernizadora dependeu das iniciativas do poder público, a qual foi frustrada em muitos momentos por falta de impulsos privados que lhes dessem sequência.

José de Souza Martins (2013[1979]) explicou, em *O cativo da terra*, como a

¹⁷Trecho transcrito do vídeo da mesa redonda intitulada *A República que não era velha: exclusão e inclusão social*, a qual se deu no 35º Encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) ocorrido entre os dias 24 e 28 de outubro de 2011 em Caxambu-MG. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=DjJFblApf1Y>. Acessado em 5 de janeiro de 2014.

modernização agrária foi marcada pelas desigualdades que se perpetuaram quando do processo da abolição da escravidão. A mão de obra escrava se transformou em mão de obra assalariada, mas esses trabalhadores assalariados, destituídos de meios de produção que permitissem a sua sobrevivência, tinham restado presos ao latifúndio, o qual, inflado pela modernização, mantivera aquela gente nos domínios dos coronéis, que arbitrariam das suas condições de vida e trabalho, porém, a partir de um novo conceito, a propriedade privada. Essa leitura, contudo, é relativizada por Márcia Maria Menendes Motta (1998), em sua tese *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. A autora mostrou como os conflitos de terra tinham longa duração no mundo rural, e que muitos dos homens livres e pobres tiveram acesso à propriedade ainda no Oitocentos.

Em um estudo comparativo quanto à emergência dos engenhos centrais e das usinas em Pernambuco e em São Paulo, o qual se intitulava *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*, Pedro Ramos (1999) descreveu a modernização agrária tomando por referência também a passagem do século XIX para o século XX. O autor colocou aspas na expressão “modernização sem mudança”, preferindo o título “modernização conservadora”, que se baseava no conceito utilizado por Barrington Moore Jr. (1983[1967]), em *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, quando o mesmo descreveu o processo revolucionário indiano. O conceito de modernização conservadora era tributário do monopólio que os usineiros conseguiram empreender quanto à produção daquela cultura, dominando do seu processo de extração ao seu despacho nas cidades, o que resultava em pouca margem de barganha para a gente pobre envolvida com esse processo.

“A modernização da agricultura não trouxe consigo a desbarbarização do campo. Arcaico e moderno, progresso e regressão, civilização e sertão, cidade e campo, são noções que se negam e se conservam no interior de um desenvolvimento contraditório” (LOURENÇO, 2001[1998], p.11/12). Em sua tese, *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*, Fernando Antonio Lourenço (2001[1998]) corroborou à periodização apresentada outrora por Peter Eisenberg (1977[1969]), mas acrescentou que a medida do conservadorismo em questão não estava na organização econômica daqueles sistemas produtivos, mas na forma como as ideias ilustradas foram difundidas no Brasil, as quais legitimavam a abolição gradual da escravidão e sem qualquer reforma social que proporcionasse mudanças mais efetivas no cotidiano das pessoas que trabalhavam no campo.

Essas perspectivas, contudo, abdicavam do protagonismo da gente camponesa, que decerto não foi a população responsável pela compra das máquinas ou pela introdução dos mais

modernos métodos agrícolas. Ao que parece, ainda àquela ocasião, o processo modernizador não era sentido por aquela gente. A abolição da escravidão foi uma conquista muito importante para a gente camponesa, mas não o suficiente para empreender a modernização. A expansão do complexo de mudanças culturais e, sobretudo, a democratização e emancipação que ela pregava pareciam não ter estado em voga até aquele momento. Apesar de descrever o processo histórico indiano como uma modernização conservadora, Barrington Moore Jr. (1983[1967]) não deixou de tratar dele como uma revolução social, mesmo que lenta e difícil. As circunstâncias semelhantes a essa, no entanto, pelos caminhos que a documentação foi sugerindo, só puderam ser vistas de fato, ao menos em terras paraibanas, entre os anos de 1932 e 1962. A modernização conservadora, na esteira dos argumentos aqui desenvolvidos, teve como preceito não apenas os rumos que as elites desenharam ao processo em questão, fazendo da aristocracia agrária a burguesia que ascenderia ao poder, mas também a ação da gente pobre do campo, que em nome de algumas de suas tradições, renunciou a muitos dos preceitos modernos, abrindo espaço para um número maior de permanências no novo tempo do que foi usual em outros lugares nos quais a modernização se fez presente.

Alguns cientistas sociais que teorizaram a modernização nacional no século XX observaram alguns aspectos mais específicos das relações do campo com a cidade. Dentre esses, os autores que se valeram do populismo enquanto ferramenta para pensar a democracia brasileira, dizia Jorge Ferreira (2013[2001]), elegeram a população camponesa como raiz dos problemas nacionais. O argumento era de que essa gente desconhecia os valores que moviam a política, vendendo o seu voto ao primeiro líder carismático que aparecesse no horizonte, o qual remeteria às tradicionais ferramentas do mandonismo, habitual no mundo rural brasileiro até então. Francisco Weffort (1978[1963]), no livro *O populismo na política brasileira*, falava dessa inabilidade dos eleitores, em sua maioria oriundos do propalado êxodo rural, efeito do desenvolvimento industrial acelerado, para lidar com os instrumentos da democracia, enquanto Octavio Ianni (1978[1967]), em *O colapso do populismo no Brasil*, insistia no antagonismo do urbano com o rural, marcando o segundo mundo pelo atraso, o que estaria atrapalhando o progresso da primeira espacialidade.

As leituras empreendidas pelos teóricos do populismo não só dissuadiam da capacidade da população rural de pensar o mundo, como também desconsiderava os significados que esses sujeitos atribuíam ao sistema político. Nas palavras de Jorge Ferreira (2013[2001], p.88):

O que se questiona é abordar as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir de paradigmas explicativos, ao mesmo tempo opostos e complementares, centrados na repressão e na manipulação, ambos surgindo como formas de

violência estatal sobre os assalariados, física em uma dimensão, ideológica em outra.

Acrescentava-se a isso certo desdém que essas narrativas perpetuaram pelo regime democrático que estava em vigor no país, leitura que custou muito caro à frágil República brasileira em seus malabarismos para sobreviver aos golpes de Estado impetrados com recorrência pelos grupos políticos mais reacionários.

Esse trabalho se fundamentou no argumento de que a gente camponesa barganhou a todo o tempo os rumos da modernização do campo, aprendendo a lidar com as ferramentas da economia política e se valendo delas para conseguir que algumas de suas demandas fossem atendidas pelo poder público. Esse processo se fez por meio de muito atropelo e foi permeado de inúmeras cenas de violência, mas também se deixou circundar das solidariedades que perfaziam as práticas dos habitantes do mundo rural. Alicerçadas nas referências modernas e tradicionais, a gente camponesa criou uma cultura política peculiar às medidas da sua experiência e forma de ver o mundo. Em outras palavras, não houve ingenuidade nos rumos traçados, como tantas vezes foi sugerido pelos intelectuais que leram o populismo enquanto prática corrente entre lideranças políticas e sociedade civil, mas formas de compreender o mundo diversas daquela que propuseram alguns dos sujeitos que queriam a modernização do campo nos moldes da que se deu nas grandes cidades do continente europeu.

Entre 1932 e 1962, os habitantes do mundo rural paraibano conheceram a tantas vezes noticiada modernização, e foram aprendendo a lidar com ela. Assinalada por certa fluidez em torno dos anos que a cercaram, a periodização se assentou em um momento de significativas transformações na história política nacional, quando variados projetos de país entraram no cenário de discussão e ensaiaram que significados teriam a cidadania, os direitos sociais, mas também o desenvolvimento e a democracia, em uma Nação disposta a integrar-se com os seus sertões, leia-se mundos dentro de si ainda estranhos ao poder público. O que se quer mostrar, portanto, é que a gente camponesa encontrou espaço institucional após a consolidação do regime republicano, em 1930, e, sobretudo, nos tempos da experiência democrática, compreendida entre 1945 e 1964, para barganhar as suas demandas, tendo conquistado, ao final desse processo, espaço significativo na imprensa e no parlamento, o qual permitiu a discussão de projetos como a reforma agrária. Apesar disso, esse trabalho manteve como foco as experiências da gente do campo, e destituído de qualquer pudor em declarar que é para ela que essa história foi escrita, elegeu como marcos temporais acontecimentos de relevância ao seu universo de significados.

Até a década de 1930, Estado e mundo rural viviam represados um do outro,

estabelecendo relações ocasionais, quando não mediadas pelos chefes políticos. Aconteceu que, em 1932, as pessoas do mundo rural conviveram com mais uma desastrosa estiagem, a qual foi, no entanto, usada como cenário da tomada de suas relações com o poder estatal. Na primeira metade de 1930, o mandonismo experimentou aquele que foi, possivelmente, o seu feito de maior amplitude e demonstração de poder. Insatisfeito, entre outras coisas, com as medidas alfandegárias do então presidente do estado da Paraíba, João Pessoa, o coronel José Pereira, então chefe político da cidade de Princesa, decretou o Território Livre de Princesa e manteve um Estado paralelo por quase seis meses com a força de seu exército particular. Frustrado o conflito, poucos meses se passaram até que estourou a dita Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas e seus correligionários assumiram o governo federal sob promessa de desarticular os vícios da administração estatal e centralizar o poder nos domínios do Estado. Na Paraíba, o interventor nomeado para tal finalidade foi Anthenor Navarro¹⁸.

Passados dois anos, a oposição dos coronéis alijados ganhou cada vez mais força no propósito de desarticular o arranjo político dito revolucionário, e na pretensão de não perder a posse do Estado, os líderes do governo trataram de fazer concessões. No Nordeste, José Américo de Almeida, então ministro de Viação e Obras Públicas, se tornou um nome capital dessa agenda, usando a seca de 1932 como cenário das barganhas políticas que se estabeleceriam a partir de então: retomava-se a indústria da seca¹⁹, garantindo os recursos públicos que tanto contribuíram à fortuna dos grandes latifundiários, mas o Estado marcava presença em suas possessões, definindo a estrutura geral dos investimentos e abrindo as porteiras para as suas instituições.

Ao longo dos trinta anos subsequentes, a população do campo viveu em um mundo cada vez mais moderno, vigiado pelas instituições estatais e pela imprensa, pela emergência de um número maior de máquinas e modernas técnicas agrícolas e, sobretudo, da abertura de novos canais de participação política. Mas nem por isso deixou estar recheado de muitas tradições, como a proximidade com as redes de poder dos chefes políticos e a rede de solidariedade que envolvia a população camponesa. Isso implicava no investimento da política como principal termômetro das relações humanas, consciente e concorrente às instituições estatais. As conquistas da população rural em meio a essa barganha só puderam ser observadas a partir das

¹⁸Para mais informações quanto à interventoria Anthenor Navarro, ver dissertação *Os Domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*, escrita por Martinho Guedes dos Santos Neto (2007).

¹⁹A propósito das diferentes agendas do Instituto Federal de Obras Contra as Secas e das instituições semelhantes a essa que tiveram vez na sequência da Primeira República ao Estado Novo, consultar *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*, de autoria de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993[1982]).

medidas da história dessa gente, considerando os seus valores e as suas tradições. A modernização democratizou o acesso dos trabalhadores rurais às instituições estatais e ampliou a visibilidade das questões agrárias no cenário político nacional, mas esse processo teve que enfrentar, a todo o tempo, os boicotes das elites senhoriais. A queda de braço pendia para o lado dos de baixo até meados dos anos 1960, quando uma onda reacionária tomou conta do país e atropelou os propósitos camponeses.

Entre os anos 1930 e os anos 1960, portanto, os camponeses e as camponesas reagiram às mudanças constantes de seu mundo e reconstituíram suas experiências em diálogo, até que, chegados os últimos quatro anos da periodização citada, as ligas camponesas apresentaram um mecanismo de resistência ao mandonismo ainda vivo, usando para isso a própria economia política, consolidada entre as pessoas do campo. Trabalhadores e trabalhadoras rurais institucionalizaram, por meio de sindicatos, uma leitura racional de suas condições de vida e trabalho, a qual seria tomada de referências e valores modernos, como democracia e direitos sociais. Por meio dela, eles acionaram o poder público e exigiram que as disposições constitucionais também fossem garantidas para a sua gente. Com isso, articulavam um discurso coletivo, o que equivalia a se mover pela força dos argumentos, como exigia o ideário moderno.

No entanto, em 1962, foi a força militar e/ou paramilitar que preponderou sobre a força política. Depois de um período de detenção por motivos não justificados devidamente, o líder camponês João Pedro Teixeira foi assassinado a mando dos coronéis da várzea paraibana. A força física mostrava o seu poder sobre a razão, apontando para os limites da modernização agrária que havia marcado as décadas anteriores. Apesar disso, as referências capitais quanto ao episódio em questão foram as outras armas, ou seja, a política, que os camponeses aprenderam a manejar, minando o poder mandonista e conduzindo a história por outros rumos. Com a morte do líder camponês, as reações dos habitantes do mundo rural ganharam tamanha visibilidade e força que foram tomadas por alguns como ameaças à ordem pública instituída, ficando marcadas *a posteriori* como mito de fundação às avessas para o golpe de 1964.

A caixa de ferramentas dos camponeses e das camponesas ao final da periodização em questão, portanto, dava notícia de uma população articulada aos políticos e intelectuais do país e de fora dele, barganhando espaço no corpo legislativo nacional, e, para isso, negociando com as instituições democráticas em suas mais variadas esferas. Mas essa multidão de novas práticas revestia-se de um arsenal de permanências muito caro ao traquejo social dos sujeitos em questão, as barganhas que fugiam ao confronto direto, o boicote das novas demandas, a rápida articulação de amplas redes de solidariedade, o desvio de significados, entre outras atitudes como essas,

permitiu que esses sujeitos corporificassem uma cultura política, a qual seria cara à população rural por muitas décadas em sua luta pela sobrevivência no Estado-Nação.

Cultura política, em conformidade com Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p.21) pode ser definida como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas [parcialmente] partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Apesar de inscritas pela longa duração, as culturas políticas não estavam alheias às variações de contexto e nem pressupunham que as pessoas que partilhavam dela dispusessem de significados de todo homogêneos. Ainda a esse respeito, enquanto Serge Bernstein (1988) as observava de forma plural, compreendendo as disputas que habitavam as relações entre as diferentes culturas políticas nos territórios nacionais e internacionais, Rodrigo Patto Sá Motta (2009) discutiu como era possível tratá-las tanto no singular como no plural, remetendo, no primeiro caso, a uma circunstância particular, em geral hegemônica, ou, na esteira do segundo caso, a essas muitas culturas políticas que disputam espaço, às vezes no interior das outras, que lhes eram maiores, como era o caso das culturas políticas que conformavam Estados nacionais.

Inscrita a essa prova, a hegemonia da modernidade desenhou alguns limites para a experiência da gente camponesa. O encontro dessa população com o novo tempo acessou um mar de outras referências e estranhezas, escrevendo uma ordem para tudo que misturava as tradições locais ao projeto intelectual moderno. O efeito do composto foi uma mudança do significado de ambos, trilhando um caminho sem volta. Progressivamente, os habitantes do mundo rural passaram a ver a nova lógica do tempo interferindo nos mais diversos aspectos de suas vidas. No curso desse processo, desprezar a modernização deixou de ser uma possibilidade, como fora outrora, momento no qual ela não era mais que uma notícia. O que significa dizer, àquele tempo, que era necessário reagir.

Dentre os anos nos quais esse processo se deu, apenas na última década era possível falar em camponeses e camponesas enquanto categorias nativas àquela gente. Antes disso, os sujeitos em questão se identificavam, sobretudo, pelo seu ofício, seriam eles *vaqueiros*, *agricultores*, *ferreiros*, *sapateiros*, entre outros, ou pela sua condição na terra, eram *moradores*, *foreiros* ou *proprietários*. Mas havia ainda aqueles que se valiam do nome do seu senhor ou da localidade em que habitavam, mas, em poucos casos a referência ao mundo rural era tão direta quando se tornaria ao final daquela década. Antônio Torres Montenegro (2013[2003]) alertou para a possibilidade do termo *rurícola*, e do sentido político que a expressão *camponês* estava tomando

nos anos 1960. O que se pode observar é que essa dicotomia entre a cidade e o campo estava sendo inventada junto com esses conceitos, de forma que, para o propósito dessa pesquisa, não era possível fugir deles. No que dizia respeito às primeiras décadas no curso da modernização, ele seguia como uma categoria externa, usada pelo pesquisador para compreender em conjunto, resguardadas as atenções metodológicas necessárias, um grupo que, apenas nos últimos dez anos estudados, passou a se identificar como tal.

Resta saber como alcançar a história das reações dessa população camponesa. Poucos registros da experiência dessa gente produzida por ela mesma sobreviveu ao tempo, o que dizer das referências à sua cultura histórica. A literatura de folhetos foi o mais evidente desses rastros, possivelmente o único a ser acessado durante o tempo de pesquisa no qual se produziu essa dissertação. Todo o resto do trabalho foi feito por meio de fontes indiretas, escritas por intelectuais e funcionários públicos, a maioria dos quais no formato impresso, depois da interferência, no mínimo estética, das tipografias e editoras. O periódico *Revista do Fôro*, publicado pelo Tribunal de Justiça da Paraíba a partir de 1907, foi comumente editado sob o desenho de três seções – Doutrina, Jurisprudência e Legislação –, sendo a segunda delas a de maior interesse para o objeto em análise. Ao transcrever, dentre os processos civis e criminais que chegaram àquela segunda instância do poder judiciário, os que deveriam servir de jurisprudência, o referido impresso configurou uma primeira seleção dos casos que, aos olhos do poder público, seriam representativos dos conflitos pulsantes à época. A essa disposição anterior, foi necessário acrescentar uma segunda triagem, envolvendo as ocorrências que, por meio das mais variadas referências, fossem capazes de sinalizar o mundo rural como cenário do seu acontecido. No período estudado, a revista variou sua publicação entre mensal, bimestral, trimestral e até semestral, não tendo circulado dos anos de 1935 a 1940 e, depois, entre os anos 1945 e 1957.

O jornal *A União*, que se autointitulava *Órgão oficial do Estado*, publicou em variados momentos da sua história um suplemento agrícola, que atendia às questões que perpassavam o propósito público de modernizar o mundo rural. Essa página teve variados títulos, dentre os quais *A União Agrícola*, *Parahyba Rural* e *Agricultura e Pecuária*, circulou pela primeira vez em 1918 e perdeu a sua frequência após 1962, quando outras questões estiveram em pauta. Enquanto isso, a revista *Parahyba-Agrícola*, em outros momentos grafada *Parahyba Agrícola* ou *Paraíba Agrícola*, foi veiculada no estado e fora dele por três períodos distintos e espaçados no tempo: primeiro o biênio 1922 e 1923, em seguida 1932 e 1933, e, por fim, a década de 1950. Seus editores foram responsáveis por uma campanha de modernização do mundo rural, constante

à afirmação dos projetos e investimentos possíveis àquele momento, apontados tanto pelos intelectuais em seus artigos, como nos anúncios que acompanharam todas as edições. Complementou essa documentação as mensagens dos interventores/governadores paraibanos enviadas anualmente aos presidentes ou à Assembleia Legislativa, as coleções das leis vigentes à época, bem como alguns romances produzidos no cenário em questão²⁰.

O recorte espacial dessa pesquisa adotou as disposições administrativas que circunscreveram o território paraibano. A compreensão dessa região como objeto de estudo não a supôs como uma unidade social que se tenha reconhecido mais homogênea no cenário nacional que outras escolhas possíveis. A experiência de pesquisa atestou que essa percepção seria profundamente equivocada: a sedição de Princesa apresentou uma gente do Sertão²¹ paraibano cujas experiências foram muito mais próximas daquela que tomou a população camponesa no Sertão de Pernambuco e do Ceará, bem como as Ligas Camponesas dispuseram antes de um movimento que marcou a Várzea nordestina que propriamente a qualquer unidade estadual. Contudo, a modernidade conferiu força ao Estado, dotando de poder as fronteiras administrativas nacionais: mais uma vez era preciso reagir a elas. Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1989[1980]) alertou para a economia de trocas simbólicas que circunscreveram as regionalidades. As fronteiras não existem *per se*, mas são representadas de variadas formas pelas pessoas e produzem realidade, interferem na vida delas. As regiões estruturam, ainda, jogos de poder, que calculavam o grau de interferência dos mais variados grupos sociais sobre as fronteiras e os sentidos que elas incorporam.

Antes da definição de um território paraibano, a noção que inventava fronteiras para o mundo rural era a categoria sertões. Inventado pelos viajantes para descrever as terras ainda não colonizadas, esse conceito impingia sobre aquelas terras e as suas gentes as marcas distantes e exóticos em relação à instituição simbólica de uma Nação, como dizia Candice Vidal e Souza (2015). A gente camponesa compreendia os sertões como lugares na qual estavam livres das autoridades públicas, mas que não deixavam de ter seus perigos, ao abrir as portas das fronteiras incertas para as desordens dos bandoleiros. Diziam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p.116): “o sertão era o refúgio perfeito para quem quisesse escapar da miséria, conseguir terras,

²⁰A documentação citada foi consultada, prioritariamente, no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, na Coleção Paraibana da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – e no Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte, vinculado à Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

²¹A palavra “Sertão”, escrita no singular e tal qual nome próprio, faz referência à macrorregião nordestina que leva esse nome por razão de suas condições geográficas em comum. Contudo, se tratada no plural, e vez ou outra no singular, mas com a qualidade de substantivo comum, grafada “sertões” ou “o sertão de...”, ela diz faz referência aos espaços ainda não acessados pelas instituições estatais.

driblar a prisão ou ocultar crime de sedição”. As circunscrições estaduais tomariam muito dessas antigas territorialidades, incorporando algumas de suas definições às novas regionalidades.

Entre as homogeneidades e as heterogeneidades que a eleição do mundo rural paraibano como recorte espacial dessa dissertação evocou, subsistiram três categorias de relações que exigiram a atenção do pesquisador. A primeira delas dizia das conexões inter-regionais nas quais a Paraíba estava situada: tratava-se de um estado nordestino, brasileiro, latino-americano e terrestre. Esses estratos de territorialidades se movimentaram de diferentes formas ao longo do tempo e permitiram equacionar os diferentes sentidos da expansão da modernidade pelos domínios políticos e experiências em diálogo. A segunda categoria tratou das diferenças intrarregionais da referida porção de terras, com suas microrregiões e seus municípios, os quais experimentaram o novo tempo de maneiras muito variadas e reagiram a ele de formas mais díspares ainda.

A categoria seguinte envolveu as fronteiras dos municípios paraibanos, que definidos, sobretudo, como unidades administrativas, mudaram as formas de relacionar a cidade e o campo na modernidade. Antes limitada às feiras e determinadas instituições gestoras, a cidade se tornava a sede de um Estado mais forte, que acionava e era acionada pela gente camponesa, e também se transformaria em espaço de consumo de mercadorias que extrapolavam em meio os limites dos mercados de outrora. Ainda o poder dos coronéis se insurgia sobre o mundo público urbano, mostrando as novas formas de estruturar as tradições, o poder de mando se convertia no clientelismo. Ainda a respeito daquelas regionalidades, deve se observar os resultados dos recenseamentos demográficos, os quais atestaram que, até 1960, a população rural paraibana correspondia a 65% do seu total, só tendo se convertido em predominantemente urbana em meados da década de 1980 (Apêndice A).

Ao longo das páginas do capítulo *Sinais de mudança no mundo do mistério: as notícias do moderno e os diagnósticos das tradições*, foi discutido o encontro da gente camponesa com o moderno, apresentando o universo de relações e significados que a modernização encontrou, que diagnóstico as suas instituições de saber-poder fizeram dele, e, sobretudo, como os habitantes daquela região compreendiam as novidades. Para tanto, informou das circunstâncias da formação fundiária quando das chuvas e das estiagens, da decadência do mandonismo, da economia de mitos que perpassavam a religiosidade camponesa e o banditismo, e de como tudo isso interferia nas relações do mundo rural com as cidades, medidas, em grande sentido, pelo cotidiano das feiras.

No capítulo *“Novos horizontes para a agricultura”*: os descaminhos da questão agrícola

no cotidiano da população rural, foram perscrutadas as negociações e os conflitos que permearam as muitas arestas do projeto modernizador no cotidiano dos camponeses e das camponesas, dando vazão principalmente para a questão agrícola. Isso implicou em abordar o alargamento do espaço público no que tangia à gente camponesa com a editoração da imprensa agrícola, o que envolvia, em específico, a revista *Parahyba-Agrícola* e os suplementos agrícolas do jornal *A União*. Em seguida, foram observadas as “culturas do nosso estado”, avaliando em que circunstâncias os plantadores de algodão e cana de açúcar, bem como os criadores de gado, viveram as mudanças que estavam tomando as suas lavouras e os seus currais. Depois, foram mapeados os espaços que a gente camponesa foi conquistando na imprensa e no poder público, sobretudo no que concernia ao crédito agrícola e aos campos de demonstração.

Na sequência desse processo, o capítulo “*O nascimento da vida política moderna*”: *os atropelos da questão agrária e os limites da modernização* compreendeu a vida política da gente camponesa, desconcertando algumas leituras clássicas que ponderavam aqueles sujeitos como inábeis ao trato com a democracia. Isso implicou em observar como o poder judiciário e policial arbitravam as querelas daquela gente; como o cercamento dos terrenos em comum desmontou algumas das tradicionais redes de solidariedade entre vizinhos; de forma tais sujeitos deram significado à expulsão dos moradores das usinas de cana-de-açúcar; por que caminhos foram trilhadas as migrações da gente camponesa as quais não desembocaram em um êxodo rural; a partir de que entraves a questão agrária foi ganhando espaço na imprensa e nas casas legislativas nacionais, enfim, foram narradas as quedas de braço dos trabalhadores rurais com os latifundiários nas ligas camponesas.



Figura 1: Mapa da divisão administrativa do estado da Paraíba para o quinquênio 1939-1945.

Fonte: Decreto-Lei n.º 1.164 (15 nov. 1938, anexo).

2. Sinais de mudança no mundo do mistério: **as notícias do moderno e o diagnóstico das tradições**

Morava na Parahyba
Lá nos confins do agreste
Um homem de pouca idade
Que tinha saber por peste
A ponto de até querer
Vencer o plano celeste.

Descrevo d'elle um tratado
De um mysterio profundo
Que se for apparecido
Tem de ficar sem segundo,
E' a tal machina inventada
P'ra fazer rodar o mundo.

Esse homem inventou
Certa machina preparar,
Por meio de electricidade
Fazer o mundo rodar,
De acordo com a atmosfera
Derramando a agua do mar.

Antonio da Cruz (1921, p.1)

Chamavam-no Manuel Galope pela estranha habilidade de andarilho, destreza que competiu com o vento em seu ambicioso propósito de alcançar o céu. Frustrada a empreitada, restou-lhe a pretensão de tudo descobrir e caminhou pelo mundo perseguindo os rastros misteriosos dos ladrões. Em um sonho, correu pelo mato e encontrou uma serra. Daquela serra, viu uma grande fumaça por onde um ladrão entrou, e, na esteira dos seus passos, andejou longos 25 anos. Chegando ao centro da terra, registrou todo o seu funcionamento e foi assim que o camponês arquitetou aquela máquina.

Eis que, desperto do sonho, o jovem andarilho perseguiu os cobres que permitissem a feitura de tão grandioso aparelho. Alcançou bons sócios, em todo e qualquer lugar, e inventou uma aposta na qual toda a gente palpitou:

Cego, aleijado e moleque,
Padre doutor e soldado,
Inspetor, Juiz de Direito,
Commandante e delegado,
(...)
Matuto, senhor de engenho,
Praciano e mandioqueiro” (CRUZ, 1921, p.5).

Os mais crédulos apostaram suas moedas na palavra do pretenso engenheiro, enquanto os excessivamente desconfiados duvidaram que aquele feito tivesse sido possível. O que se sabe é que o enredo correu sertões e se fez tão acertado quanto a ressurreição de Cristo, o retorno de Maomé para os turcos, o regresso de *El-Rei* D. Sebastião. Falou-se em Santos Dumont, que só na Europa teve sucesso, e em Augusto Severo, que da ousadia de chegar às nuvens e competir com Deus, também daquela altura caiu. Ainda Solano Lopes no Paraguai teria tentado ganhar o mundo e findara vencido pelo monarca brasileiro. Mas o folheto não parava por aí. Antonio Conselheiro e Antonio Silvino também não fugiram àquela narrativa, até a afamada profecia de um e valentia do outro tiveram proporções comparáveis àquela que alcançara a referida máquina. Enfim, depois de tamanha celebridade, seu proprietário e inventor se disse tão rico quanto o rei Salomão. Contavam que ele teria subido ao infinito, mas que um dia voltaria, como Virissimo na grande barca Minerva e que traria consigo a prova do seu trabalho (CRUZ, 1921).

Publicado pela Tipografia da Luz em 1921 na cidade de Guarabira, o folheto intitulado *A Historia da Machina que faz o mundo rodar*, escrito pelo afamado cantador Antonio da Cruz em Mamanguape, circulou, no mínimo, entre o Litoral e o Agreste da Paraíba. Seus limites, possivelmente, esbarraram no alcance que o mito da famigerada máquina tomou, sendo possível inferi-lo pelo contexto dos símbolos aos quais ele recorreu na feitura de sua história. Como lembrava Robert Darnton (2014[1984]), a incapacidade de entender uma piada é um bom sinal da distância entre o leitor e o seu cenário cultural de produção. Tomando isso por verdade, há que se discutir esse universo de referências que colocava em uma mesma arquibancada figuras como Cristo, Maomé, D. Sebastião, Santos Dumont, Augusto Severo, Solano Lopes, Antonio Conselheiro, Antonio Silvino, o rei Salomão e Virissimo da grande barca Minerva.

Incontestavelmente esses personagens faziam referência a lugares distintos da cultura histórica coletiva, dispondo de escalas variadas de observação. No primeiro plano, a máquina que fazia o mundo rodar informava dos signos do moderno que com o passar do tempo foram se tornando cada vez mais presentes no cotidiano das populações que habitavam o interior do estado, sobretudo entre os grupos que povoavam o mundo rural. Em meados da década de 1920, o camponês ou a camponesa que em um dia de feira cruzasse alguma cidade paraibana decerto toparia com evidências da modernização que já habitava o seu porvir. Contudo, as notícias que chegavam das cidades por certo diziam de um domínio em tudo muito estranho àquele horizonte de expectativas que a experiência havia permitido aos trabalhadores rurais. O que não se podia esperar é que toda aquela gente reagisse da mesma forma a mudanças com tamanhas proporções.

A respeito do citado conflito, atestava o folheto que não houve consenso entre os ouvintes

daquela história: no jogo das apostas, cada participante tendeu para um lado, depositando toda a experiência acumulada de uma vida de surpresas e frustrações na possibilidade ou no absurdo da existência de uma máquina com aquele formato. Mas as dissidências, de fato, foram sintomáticas da ambivalência de emoções que a modernização iminente despertava. Enquanto nas metrópoles, lembrava Nicolau Sevcenko (1992), a tecnologia pulsava velocidade e atiçava os instintos de um novo ritmo, no campo, as notícias de tais aparatos não fizeram diferente, mas adicionaram uma quota de mistério e dúvida entre os mais incrédulos. Desembocava-se, não raro, em um receio quanto ao que se vendia com tamanho alarde nas histórias dos cantadores, sábio receio! Contudo, as posições traziam em comum a intensidade com a qual foram expressas: apostava-se ou descartava-se com o mesmo fervor, e não há que se estranhar caso os ansiosos tenham sido os mais jovens e os cismados aqueles que já carregavam na bagagem o peso do tempo.

As notícias do moderno que chegavam ao mundo rural encantavam e assustavam com a voracidade de uma certeza, o novo tempo viraria tudo de cabeça para baixo. Alegorizada na máquina, a modernização fazia o mundo girar com a força da eletricidade, conferindo velocidade aos acontecimentos e produzindo uma sensação de incerteza quanto ao futuro da sociedade. O fascínio que as cidades produziam quando da chegada da energia elétrica e de todo o aparato mecânico que ela permitia que funcionasse servia à composição de uma hierarquia entre aqueles dois espaços, o mundo urbano se investia de novos significados oprimindo o mundo rural cada vez mais às suas necessidades. Essas fronteiras seriam sentidas pela gente dos dois mundos, que reagiram àquela ordem das coisas das formas mais variadas possíveis, o desejo da máquina abria as sensações coletivas para a novidade, todavia, os mais velhos tinham ensinado a tratar com mais cuidado o que não lhes era conhecido, havendo uma multidão de caminhos do meio entre esses dois lados da mesma régua (SEVCENKO, 1992).

O mundo da oralidade, por meio do qual se falava, caminhava por uma linha muito estreita entre a realidade e a quimera, inscrita pela forma peculiar de levá-la adiante na memória dos cantadores. Em se tratando de um dos principais canais de transmissão de informações que acessavam o mundo rural, não era estranho que ela abrisse mais espaço para a dúvida e que incorporasse no seu interior aspectos de histórias reais, sobretudo quando esses acontecimentos haviam tido lugar em alguma localidade mais distante. Era o caso de Santos Dumont e Augusto Severo, que denunciavam do fascínio que o avião provocava, pairando soberano no imaginário coletivo sobre as demais máquinas. Isso se devia ao seu alcance em velocidade, dimensão que tomou de assalto as emoções daqueles que viveram o século XX, mas também da incrível possibilidade de transitar o céu, sempre marcado de significados que margeavam a vida humana.

Contudo, o que tornou aquele aparato o mais intrigante entre os camponeses por certo fora a lógica geográfica com a qual ele rompera. O campo e a cidade se mediam por um termômetro muito bem acertado, os rendimentos do primeiro em geral definiam os limites do segundo. Como dissera Fernand Braudel (1995[1979]), entre esses dois mundos havia uma divisão de trabalho cujos estremecimentos seriam sentidos de uma ponta a outra. Porém, a máquina que fizera o mundo rodar parecia mesmo ter colocado tudo de ponta a cabeça. Em sua prática de multiplicar a produção, as indústrias abriram um abismo entre o rural e o urbano, abismo que hierarquizava as relações ao passo que assistia o segundo cenário cada vez mais inflado horizontalmente, mas sobretudo verticalmente, na direção celeste: o transporte aéreo aterrisou nesse cenário para confirmar essa pretensa autonomia urbana, desprendendo do mundo rural até a necessidade de conexão com as outras cidades. Era como se a malha citadina conseguisse criar *per se* uma Nação, destituída dos laços históricos que a enraizava no campo.

A excepcionalidade dos signos do moderno ataçava ainda a memória que circundou o caso do afamado Virissimo da grande barca Minerva. O personagem em questão, sr. Virissimo Barbosa de Souza, vivera no Recife no final do século XIX e aparecera nos jornais de todo o país e em alguns correspondentes europeus entre os anos de 1891 e 1892 por motivo de sua grande invenção: o submarino Minerva. A máquina movimentara as famílias mais abastadas daquela cidade, todas convidadas a comprar ações da Companhia Minerva Progresso de Pernambuco. A engenharia fora motivo de visitas ilustres na oficina do famigerado investidor e, na sequência, de experiências públicas de flutuação (DIARIO DO COMMERCIO, 22 dez. 1891, p.4). O destino daquela invenção permanece fechado nas armadilhas do tempo, mas sobrevive no território marítimo pernambucano uma elevação do solo cujo intrigante nome Submarino Minerva sugere um possível naufrágio, mas nenhuma outra evidência autoriza que esse final ultrapasse os sentidos da suposição.

O que dessa história interessava à narrativa, contudo, era a leitura das possibilidades de ascensão social que a modernização vendia. Santos Dumont e Augusto Severo traziam consigo valores caros à população camponesa, no primeiro a destacada engenhosidade e no segundo a excessiva ousadia, dois lados de um mesmo termômetro para aqueles que precisavam de uma vida contida, considerando as limitadas condições de produção e sobrevivência. Enquanto isso, Virissimo aparecia como *devenir*, dotado de ares messiânicos. Era como se a população camponesa, apesar das difíceis circunstâncias fundiárias e das promessas pouco atrativas que o futuro apresentava, ainda depositasse alguma esperança na modernização que estava se aproximando: que ela trouxesse alguma fartura para aqueles mundos onde muito ainda faltava.

Afinal, os momentos de mudança declarada sempre foram os mais propícios à inversão da ordem social, restava calcular as brechas que apareceriam para a ascensão individual ou de grupo.

O aspecto messiânico da história que o folheto narrou denunciava o sincretismo de influências que povoavam a religiosidade camponesa e as peculiaridades que ela assumia diante das circunstâncias da vida agrária. Cristo e Maomé, bem como, em certa medida, o rei Salomão, diziam das formas mais abstratas e universais da religião popular, noticiando dos contatos culturais com referências estrangeiras, o que situado na Primeira República informava de um catolicismo margeado de feições específicas de vida e significação que habitavam o cotidiano da gente camponesa, bem como dos imigrantes que chegaram ao Brasil e, ainda que em números bem menores em relação ao Sul do país, alcançaram o interior da Paraíba. D. Sebastião, no entanto, comunicava de um encontro anterior. Em volta do referido rei, pairava uma crença herdada dos colonizadores europeus de que o seu retorno livraria a gente de todas as desgraças. Acontecera que, sendo ele o único sucessor do trono português, guardou-se muita esperança em torno do seu nascimento, mas que logo foi frustrada quando do desaparecimento do monarca na batalha de Alcácer-Quibir que teve vez no Norte da África. O próximo na linha de sucessão era o rei Filipe II da Espanha, dando início ao longo período de união das coroas ibéricas. O sebastianismo tomou força em algumas regiões do Brasil agrário, povoando rituais religiosos, sistemas políticos e conflitos armados que aconteceram, sobretudo, na porção Norte do país²².

Diante de tais circunstâncias, o que de fato esse cenário de mudanças autoriza que se observe é a tipologia dos diagnósticos que o saber popular conferira à modernização iminente. Essas narrativas tinham um sabor de primeiro encontro, quando o *outro* era medido pelos termômetros do seu expectador. Com o passar do tempo, por conseguinte, elas seriam resignificadas e esses territórios realocados, mas há que se observar com alguma atenção esses relatos, nos quais eram esboçadas as impressões e as estratégias de convivência inventados à primeira prova. Eles, em certa medida, foram os alicerces dos pressupostos que, de alguma maneira, se inscreveriam mais adiante. Ao observar o passado e perscrutar o futuro, essa gente desenhava os territórios das notícias do moderno em seu mundo de tradições, avaliando os riscos e ponderando as tentações, com alguma quota de razão e outra de imaginação. Max Weber, ao tratar dos processos de racionalização ou desencantamento do mundo, a esse propósito, explicou como as lógicas encantadas guardavam consigo mais razão do que o mundo secularizado lhe conferiu *a posteriori* em seus diagnósticos, conforme leitura de Antonio Flávio Pierucci (2005[2003]).

²²Há que se considerar que, até o primeiro quartel do século XX, o país ainda era separado em Norte e Sul.

Seguindo os rastros da máquina que teria feito o mundo rodar, a analogia com os fenômenos da natureza ainda guardava a sua pertinência. Para construí-la, Manuel Galope perseguira os ladrões por longas distâncias e observara o centro da terra. O *habitat* dos signos do moderno parecia ser mesmo aquele, mantido ao largo com as engrenagens da natureza pelas trilhas que apenas os saqueadores conheciam. O mistério se tornava, portanto, e ao mesmo tempo, próximo e distante dos moradores do campo. Ele respondia por um universo encantado, guardado pela vegetação e perigoso aos seres humanos, mas que também os acolhia perto de si quando outro desconhecido se aproximava. Nesse momento, a distância estava a seu favor, como no caso dos ladrões, que, muitas vezes, tiveram o apoio de camponeses e camponesas em sua estrada, encontrando abrigo pelos sertões, nos recantos das matas, enraizados nos canais de comunicação e solidariedade que se constituíram no mundo rural desde os tempos mais remotos da Guerra dos Bárbaros e consequente comércio interno de gado. Esses canais serviram de alicerce para toda uma ampla gama de reações que a modernização nacional fez despertar na população camponesa ao passo em que foi se tornando mais presente no seu cotidiano.

As distâncias, afinal, jamais foram distraídas pelos habitantes do mundo rural, e, seguindo essa esteira, nenhuma referência foi mais estranha que Solano Lopes. O pretenso ditador paraguaio, corresponsável pela deflagração da Guerra da Tríplice Aliança, ou Guerra do Paraguai, sobreviveu na história brasileira como o grande vilão da pátria. A amplitude desse conflito muito contribuiu na construção de um imaginário mais acertado quanto aos limites territoriais brasileiros, prestando grande serviço ao projeto de integração nacional e cercando os sertões do país em suas fronteiras terrestres. A referência, por conseguinte, indicava a ciência de algumas das ferramentas culturais que constituíram o Estado nacional brasileiro, informando que camponeses e camponesas, ao menos naquela região, não estavam alheios à sua existência e nem poderiam estar.

O contato, no entanto, perseguira os mesmos rumos que os dois tocaios do casamenteiro Santo Antonio experienciaram em suas andanças pelos sertões brasileiros. Antonio Conselheiro e Antonio Silvino, dispostos estrategicamente em estrofes vizinhas, falavam da proximidade entre a religiosidade e a valentia popular, que dotavam a política de significado no mundo rural. O primeiro chefiara o povoado de Canudos e resistira bravamente quando da guerra, que, sob pretexto do monarquismo, o Estado brasileiro investira sobre aquela população. O segundo, por sua vez, comandara um grupo de cangaceiros que, se valendo de uma vasta rede de solidariedades, desafiou por mais de três décadas o poder estatal. Mais próximos, sem dúvida, do universo de significação camponês que qualquer outro dos personagens, os dois líderes foram

representativos dos mal-entendidos que os propósitos de modernização efetivaram em seus desencontros com a população agrária brasileira.

Quando da passagem da Primeira República para a Era Vargas, um grandioso projeto de colonização, ou recolonização, dos sertões brasileiros foi arquitetado pelo Estado nacional, corrigindo os equívocos que haviam tomado o cenário em questão quando das investidas que tiveram vez no final do século XIX. Ao narrar a Guerra de Canudos, Euclides da Cunha (2009[1901]) apresentou o rio São Francisco, onde bandeirantes, jesuítas e vaqueiros teriam se esbarrado em suas missões de desvendar o país, como berço da nacionalidade brasileira. No período colonial, contudo, o encontro parece não ter tido aquele peso simbólico que o autor, tomado das vicissitudes da República, havia lhe conferido. Pelos rastros desse nacionalismo que se desejava, a modernidade foi penetrando os sertões, desfazendo vínculos políticos tradicionais e investindo tudo de novos significados. Mas a história não se apaga dessa forma e as experiências das tentativas pregressas de institucionalização de alguma forma vacinaram os habitantes do campo quanto aos riscos que acompanhavam a prometida modernidade. Se o encontro da “civilização” com a “barbárie”, quando, nos confins da América Portuguesa, deu-se a Guerra dos Bárbaros, deixou para trás rios de sangue, o reencontro também veio carregado de muitas cenas de violência.

“O mito ajuda a organizar os fatos”, atestou Nicolau Sevcenko (1992, p.41), e essa relação entre a velocidade das novidades e do ritmo do tempo parecia mesmo fazer sentido. “De um anno para o outro o tempo logo se passa, tem que vagar a noticia do sertão até na praça” (CRUZ, 1921, p.6). A previsão, portanto, parecia ter vingado: o novo tempo estava a caminho e mudaria o rumo das coisas muito mais depressa do que se estava imaginando. Apesar disso, até a década de 1920, entre os habitantes do mundo rural paraibano, a modernização não passava de uma notícia espasmódica, povoada de um ou outro contato mais pontual com a maquinaria, com a imprensa ou com qualquer outro signo desse novo mundo que se apresentava. Foi nessa circunstância, e apenas nela, que um folheto como esse se fez possível. Ele tratava do moderno com a ingenuidade de um desconhecido e limitava suas referências ao posto de uma lenda, distante e misteriosa.

O objetivo desse capítulo foi descrever o encontro da gente camponesa com a modernização, a qual, a princípio, era apresentada como uma referência distante, mas que pouco a pouco passava a compor o cotidiano daquelas pessoas, até o momento em que já não era possível ficar alheio aos seus preceitos. Em meio a esse processo, o novo tempo constantemente encontrou um arsenal de tradições que moviam o cotidiano da população rural, tendo de se

constituir a partir dos alicerces que a organização social que o precedia pregava. À sequência dos tópicos, abordou-se, portanto, das mudanças que se deram no cenário geográfico do estado, com as suas migrações populacionais e com a organização da propriedade privada, em seguida foi tratada a tríade na qual se assentava o poder no mundo rural: os chefes políticos, os bandidos e os padres. Por fim, foram analisadas as sociabilidades dos dias de feira e de que forma todo esse arsenal cultural instrumentalizou as reações dos habitantes do mundo rural em seu trato com a modernização iminente. Por meio dessas muitas faces, pode-se observar como o mundo misterioso foi se desencantando, e, nessa medida, como as leituras do passado foram ficando cada vez mais racionais.

2.1 O cenário em mudança: uma história das migrações na Paraíba da primeira metade do século XX

Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã

José Américo de Almeida (1978[1928], p.2)

Os imigrantes das terras sertanejas passaram ao largo da janela da casa-grande levantando poeira na estrada em busca de abrigo, alguma comida e um copo de água. Eles traziam notícias da gente que morava do outro lado das serras que cortavam o estado paraibano depois de alguns meses de estiagem, quando venciam as provisões e pouco restava além das próprias pernas. Há que se constatar que as condições climáticas no Sertão do Nordeste não eram as mais confortáveis para a sobrevivência humana. Contudo, o autor dos livros *A Paraíba e Seus Problemas* (1980[1923]) e *A Bagaceira* (1978[1928]) tinha razão nos caminhos que conferira às suas críticas: o problema não era de ordem exclusivamente climática. As secas constituíram um drama social porque a organização agrária do estado favorecia a concentração de terra e a exploração da população camponesa.

O romancista tratava das experiências dos emigrantes do alto da sua janela, posição da qual se habituara a ver o mundo²³. Encontrou-os na Várzea, tão bem representada pelo mito cristão da terra prometida, de onde, possivelmente, bem se falava, vista a abundância com a qual a natureza se transfigurava em campos férteis, mas cuja fartura era proibida pela construção

²³Conforme metáfora usada por José Carlos Reis (2007[1999]), em *As identidades do Brasil v.1: de Varnhagen a FHC*, para descrever o pensamento social na obra de Gilberto Freyre. Para o pesquisador, o autor de *Casa Grande e Senzala* observava a sociedade colonial das janelas da casa grande, o que faria da sua narrativa um elogio da colonização.

social da propriedade privada. Ao ponto que as coisas andavam, dizia o romancista, a má condição climática sertaneja convertia-se em ainda mais destacada fortuna para os latifundiários que margeavam o rio Paraíba: “a seca representava a valorização da safra. Os senhores de engenho, de uma avidez vã, refaziam-se da depreciação dos tempos normais à custa da desgraça periódica” (ALMEIDA, 1978[1928], p.6). Pelo lado que se olhasse, pouco restava além de um grande paradoxo: os sertanejos, de tempos em tempos, experimentaram a amargura das estiagens, enquanto os brejeiros assistiam todos os anos à bonança que tomava conta de tudo, mas os primeiros não trocavam a minguada liberdade de suas terras pelas amarras que habitavam o mundo do outro. Findada a temporada das vacas magras, era hora de voltar.

A multidão imigrante descrita pelo romancista trazia em sua bagagem mais do que as evidências ofereceram. O retrato da população de “famintos assombrosos”, que corriam sertões em busca de melhores condições de vida, fora marca de um grande republicanista, no qual também José Américo de Almeida se converteria com o passar de alguns anos. Euclides da Cunha (2009[1901]), no entanto, descrevera, naquelas muitas páginas que dedicou à população agrária, um fenômeno que decerto se aproximava com maior veracidade daquilo que os habitantes do mundo rural cearense e baiano conheceram²⁴. No estado paraibano, a história seguiu outros rastros e apesar de seduzido pela paisagem que o escritor fluminense apresentara, José Américo de Almeida não deixou de denunciar as peculiaridades de seus conterrâneos.

Os flagelados da seca que se abatera sobre a região nordestina no ano de 1898, momento no qual o romance *A Bagaceira* estava situado, levou os personagens sertanejos aos engenhos da Várzea e não às cidades do Litoral, apontando para um mundo rural que migrava de si para si quando as provisões, em alguma de suas porções, se esgotavam. Essa lógica dizia muito da organização agrária do estado, mas tratava também do momento da política econômica paraibana e das relações que o campo estabelecia com a cidade, em tudo muito diversas daquela dos estados que possuíam capitais maiores. Contava, ainda, da disposição daquela população para com as localidades que se estendiam para além dos confins da Paraíba, cujas divisas ainda não eram uma evidência tão consistente e cujos fluxos sempre existiram, mas, sobretudo, informava das particularidades do cenário natural, que propiciavam a constituição de rotas diferentes daquelas para os seus retirantes.

A paisagem desses mundos misteriosos que levaram os retirantes em sua peregrinação

²⁴Euclides da Cunha (2009[1901]) analisou prioritariamente a experiência baiana no livro *Os Sertões*. No entanto, o caso mais emblemático de migração da população rural para as cidades quando das estiagens era a experiência cearense. Desde o final do século XIX, os administradores públicos citavam inúmeras ocasiões nas quais a capital Fortaleza foi assolada pelos flagelados da seca, *vide* Lira Neto (2009). Em grande sentido, isso se devia às características geográficas do estado do Ceará, no qual o curto Litoral era quase que ilhado pelo Sertão.

pelos confins do estado paraibano era profundamente diversa. No Sertão, existia certa diversidade de produção: a caatinga sertaneja era favorável à criação de animais. Tratava-se da região circundada pelos rios Piancó e Piranhas, com o solo seco e às vezes pedregoso, ora plano ora ondulado, a depender da proximidade das bacias hidrográficas, *habitat* de uma vegetação florística de tipo mufumbo, que se estendia em forma de arbustos e tinha propriedades detergentes, analgésicas e cicatrizantes. Mas as terras sertanejas também possuíam a sua várzea, que marginava os grandes rios e riachos em terrenos mais baixos, onde era possível plantar algodão de fibra longa e carnaúba, com certas planícies alagáveis (PARAHYBA-AGRICOLA, mai.1923).

Alcançadas as serras pela elevação da Borborema, que atravessava o Nordeste brasileiro desde a porção mais setentrional da Bahia até o Rio Grande do Norte, a altitude fazia variar o clima e as condições hidrográficas e de solo de toda a região. A caatinga serrana, com sua vegetação rasteira e rala era tomada pelas plantas espinhosas, e também o solo raso quase que esbarrava nas rochas. Marcado pelos baixios e pelas vazantes, o ambiente era rico no cultivo de cereais e algodão de fibra longa, bem como na criação dos animais. Dividia-se no Cariri, planalto central da Borborema, e Curimataú, mais próximo dos fundos dos brejos. A vegetação era rica de cactos, bromélias e euforbiáceas. Enquanto isso, no Brejo, com sua vegetação de folhagem persistente e delicada, de clima ameno e água abundante, ainda sobreviviam resquícios das matas de outrora. Era aquela a região do café e do fumo, mas que também produzia cereais de toda sorte e cana de açúcar, havendo espaço para a fruticultura, que encontrava ali um favorável meio de expansão (PARAHYBA-AGRICOLA, mai.1923). Em razão dessa característica, a região herdou a distinta fama de celeiro da Paraíba, lembrava Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993[1982], p.40): “possuindo a menor área entre as microrregiões, com apenas quatro pequenos municípios, contribuía com cerca de 28,7% na produção de alimentos”. A porção de terra que margeava o Cariri e o Brejo era a região Agreste. O clima de transição entre um e outro era próprio para o cultivo da batata e do fumo, sendo o solo um pouco arenoso e claro, com grande abundância de arbustos e árvores com folhas e flores odoríferas, como a jabuticabeira.

Vencidas as serras, os imigrantes adentravam as porções litorâneas, nas quais também era possível encontrar uma variedade significativa de paisagens. Dentre elas, não raro podia-se atravessar a caatinga sertaneja, onde cultivava-se algodão, mandioca, feijão, fumo, milho etc. Parte de sua flora atendia à periodicidade das chuvas, disputando espaço com as culturas mais adaptáveis, que possuíam caráter permanente. Apesar da aridez do solo, foram alcançados bons resultados com a produção do algodão, mas também o gado marcava presença por ali,

conferindo-lhe o título de “a zona de criação do litoral” (PARAHYBA-AGRICOLA, mai.1923, p.2). A região mais propícia ao cultivo da cana de açúcar, no entanto, era a Várzea, apesar de ali também se plantar algodão herbáceo, feijão, arroz, milho e fumo. Sua fácil fertilidade era devida à qualidade do solo e abundância de água, sendo rodeada pelos rios Parahyba, Gramame, Camaratuba e Mamanguape. Contudo, o Litoral ainda desfrutava da faixa de terra muito fértil chamada Taboleiro, adequada ao plantio da mangaba e do batiputá, e da região Arisco, apropriada ao cultivo da mandioca. Por fim, nas praias, cultivava-se, sobretudo, o coqueiro, para além da cultura da pesca, que era bastante rentável e conduzida ao largo das grandes propriedades, sendo guiada por grupos independentes em pequenas vilas de pescadores (PARAHYBA-AGRICOLA, mai.1923)²⁵. Apesar desse cenário, o que se pode notar é que em toda a Paraíba, a policultura subsistia vigorosa entre os camponeses e as camponesas, seja nas pequenas propriedades agrícolas, seja em terrenos comuns, ou naqueles onde prevaleciam os grandes latifúndios.

Entre o Sertão e o Litoral, subsistiram formas muito variadas de concentração de terra e poder. Daquela primeira região até a ascensão das serras, grandes latifúndios fizeram parte do cenário, ocupando extensas planícies que geralmente margeavam, e por que não falar interditavam, as nascentes de água e as vazantes dos rios. Porém, mesmo diante dessas circunstâncias, as proporções de tais domínios não ameaçavam a existência de pequenos proprietários com a mesma força por meio da qual os senhores de engenho constituíram seu poderio, cerceando a extensão litorânea da Paraíba. Diante de tais circunstâncias, o que a documentação sugeriu foi que, em se seguindo na direção oeste do estado, cada vez maior era a incidência das pequenas propriedades com suas práticas de montar roçado para vender nas feiras das cidades.

Dois processos que alcançaram o Tribunal de Justiça da Paraíba ilustraram bem como o conflito de terras recorrentemente se estabelecia em uma e outra localidade, acessando as hierarquias e as ferramentas das quais se dispunham, para além da posse da terra, nas investidas contra os possíveis adversários quando de tais confrontos. Em dias de janeiro de 1931, na comarca de Alagoa de Monteiro, situada no Cariri paraibano, teve vez um conflito de terras entre os posseiros do Sítio de Mello, o senhor Napoleão Bezerra Santa Cruz, e do Sítio Cachorro

²⁵ A narrativa do cenário em questão tem data, ela diz respeito às condições climáticas e de produção que estavam em vigor na década de 1920. É importante que se considere isso porque tanto o clima quando a produção agrícola possuem história com ritmos próprios e que devem ser respeitados, sobretudo quando o tema em questão é tão dependente da produção camponesa como esse o é. Mas há que se considerar ainda que possíveis distorções da narrativa em questão podem ter acontecido no plano geral, já que ela foi baseada prioritariamente nas informações do artigo “Zonas Agrícolas da Parahyba do Norte”, publicado pela revista *Parahyba Agrícola* em maio de 1923.

Morto, o senhor Manuel Bezerra dos Santos, vulgo Manuel Mulatinho. Àquela ocasião, o segundo camponês teria, com a ajuda de outros dois sujeitos, arrombado em dois lugares o cercado do seu vizinho e ali soltado o seu gado, que destruíra os algodoeiros e a pastagem existente²⁶. A turbacão em análise rendeu prejuízos de 100\$000 (cem mil réis) e feriu um acordo de divisão da propriedade Jatobá, na qual estavam assentados ambos os sítios, que havia sido firmada em 1921.

O outro processo teve vez no termo de Espírito Santo, comarca de Santa Rita. Àquela localidade, os apelados Rubens Lins e sua mulher foram cossenhores do coronel Gentil Lins na propriedade Riachão dos Tavares. Conforme os autos, o segundo proprietário, por volta de 1935, houvera se empenhado na aferição de tais limites, mas a resistência do seu parente na resolução do caso levou-o a abandonar aquele projeto, mantendo consigo a posse da propriedade. Com o passar de alguns anos, o coronel Gentil Lins faleceu e os direitos aos referidos bens passaram para a d. Cecília Vieira Lins, a qual movera aquela ação solicitando reintegração de posse, que foi concedida pelo juiz municipal do termo, acrescida de um mandato aos moradores daquela circunscrição para que obedecessem às ordens daquela senhora sob ameaça de despejo sumário e imediato. Quatro moradores submeteram-se ao que pregara a autoridade em questão, mas os outros tiveram seus roçados de algodão confiscados a mando da mesma, que lhes negara o pagamento pela mercadoria, alegando tratar-se da justa paga pelo foro da terra. Na sequência daqueles acontecimentos, Rubens Lins e sua esposa recorreram à segunda instância do poder judiciário, solicitando a manutenção de sua posse. O Tribunal de Justiça da Paraíba então confirmou a procedência da apelação, autorizando a restituição de posse aos antigos senhores e consequente pagamento pelos danos causados ao bem alheio²⁷.

Os dois conflitos por certo não são representativos de todas as formas de confronto que habitaram o cotidiano da população camponesa no que concernia à questão agrária. Problemas de outras naturezas e graus de complexidade existiram e conduziram as histórias de seus personagens por rumos diferentes daqueles que povoaram as duas narrativas. Há, contudo, que se atentar para as singularidades das características que envolveram tais casos. A primeira hostilidade noticiava de dois pequenos proprietários, cujos rendimentos por certo não podiam dispor de uma vaca ou da colheita de um pequeno roçado, a tomar pela proporção dos significados que a invasão do gado ao terreno plantado capitalizara. Enquanto isso, a segunda

²⁶ *Acórdão* n.44 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXIV, fascículo 2º, fevereiro/1932, p.100-103.

²⁷ Apelação civil n.2, do termo de Espírito Santo, comarca de Santa Rita. Consultado na *Revista do Fôro*, n.35, março/1940, p.73-75.

contenda organizava-se em dois planos sociais diferentes: a disputa do proprietário e das proprietárias pela posse da terra e a relação do senhor e das senhoras com os moradores, conflitos que a todo o momento se espelharam, já que em grande medida o seu termômetro foi a reação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A questão agrária circundara ambos os casos: o primeiro pela pobreza dos pequenos proprietários, que possivelmente não tinham acesso às vazantes, onde havia melhores pastos e um solo mais fértil, o segundo pela vulnerabilidade dos moradores e das moradoras, que ficavam à mercê das suas relações com os senhores ou com as senhoras. Mas não restava dúvida que a primeira circunstância dispunha em seu interior de condições mais favoráveis à sobrevivência e liberdade política do que o desenrolar da segunda sugeria. Contudo, reduzir os problemas em observação aos enfrentamentos de senhores e patrões seria limitar muito a análise. A propósito, em nenhum dos dois processos essa era a principal característica: as discórdias entre sujeitos com mesmas condições de subsistência pareciam ter sido tão beligerantes quanto as alianças entre senhores abastados e alguns moradores.

O primeiro processo tratava um conflito histórico entre criadores de gado e produtores agrícolas que desde os tempos mais remotos da colonização brasileira já se afirmara de diferentes formas entre no Sertão e no Litoral. Na derradeira localidade, a força dos senhores de engenho fora suficientemente para espantar os pecuaristas para o interior da então capitania, força que de fato não extinguiu a presença daqueles animais na zona litorânea, mas concentrara os seus produtores a oeste. Por aquelas bandas, os animais serviam, sobretudo, para a produção do leite que era vendido naquelas regiões. Os conflitos, no entanto, continuaram existindo, vez por outra, em favor dos mais pobres, que se valiam dos animais para burlar as regras das propriedades esquecendo porteiras abertas e dando cabo de parte da safra. Mas, por vezes, tais conflitos se investiam contra os moradores e seus roçados, de forma que seguia latente aquela convivência próxima entre uns e outros, com rompimentos de cercas ora acidentais ora propositais que compunham uma verdadeira ferramenta contra os adversários quando do problema da posse de terras²⁸.

Também em terras sertanejas, o gado era usado para afetar os roçados dos pequenos proprietários de terra. A prática, contudo, não ficava sem resposta dos agricultores, que não raro tratavam de atentar contra a vida do animal que turbava os plantios. As duas posições

²⁸Em sua análise do processo de expansão do poderio da família Garcia D'Ávila pelos sertões brasileiros, Ângelo Emílio da Silva Pessoa (2006) explicou como a expansão dos currais atendeu, em grande sentido, aos propósitos da guerra contra os índios quando da colonização daquelas terras. Os assaltos dos animais aos pequenos roçados indígenas atentavam contra a permanência das tribos em determinadas localidades, constituindo uma forma desigual de articulação de forças.

sobreviveram aos séculos, mas despuseram-se daquelas vestimentas sociais que funcionaram outrora. Quando da emergência do século XX, pequenos produtores se valiam das duas ferramentas tradicionais, deixar que o gado turbe a terra e/ou ferir o animal turbador, mas investiram-nas de novos propósitos: em favor da propriedade da terra, que ganhara destacado valor àquele novo tempo.

As primeiras três décadas do século XX foram férteis na quantidade de processos de delimitação de propriedades, o que ocasionalmente se dava por motivos de divisão de heranças, mas que também acontecera em razão de um processo de valorização da propriedade da terra que se deu entre o final do século XIX e o início do século XX, observe-se José de Souza Martins (2013[1979]). Esses conflitos variavam conforme o poderio dos produtores e criadores, o que espelhava suas circunstâncias fundiárias, mas também de acordo com aquilo que eles tinham em suas mãos. Na maioria das vezes, os pequenos proprietários sertanejos ou serranos, bem como os moradores do litoral, eram, ao mesmo tempo, produtores e criadores, de forma que o cálculo das relações desses dois universos da produção e daquilo que o outro dispunha decerto interferia consideravelmente na escolha do próximo passo que o confronto tomaria. Também por essa razão, os conflitos de terra entre os sertanejos costumavam alcançar com maior frequência o Tribunal de Justiça, em comparação à igualdade de condições na qual esses costumavam se encontrar e com as especificidades do sistema produtivo que ali se desenvolvia. Ao que parece, os caminhos que o poder judiciário estava trilhando para institucionalizar as relações públicas no mundo rural alcançaram primeiro os conflitos entre pessoas de posições hierárquicas semelhantes.

De tempos em tempos, no entanto, as estiagens e as chuvas embaralhavam as circunstâncias dos sujeitos redefinindo a posição dos personagens na cena geral. Em ocasião das grandes secas, a população sertaneja tomava estrada em direção ao Litoral, mas não precisavam ultrapassar os primeiros municípios daquela microrregião. Os engenhos costumavam se valer da mão de obra emigrante, que, dadas as condições das quais dispunha, cobrava muito pouco, para aumentar a produção do açúcar. Existe certa previsibilidade quanto à ocorrência das estiagens que assolam o Nordeste do Brasil, elas acontecem em uma frequência média de dez anos e podem durar por três, quatro ou cinco anos. Sua recorrência deve muito a uma variação no regime dos ventos na América do Sul, que quando da incidência do fenômeno *El Niño*, que altera a temperatura das águas do Oceano Pacífico e desencadeia em uma profusão de mudanças climáticas. Também por essas razões, chuvas torrenciais atingem ocasionalmente o estado paraibano, implicando na devastação de lavouras e toda uma série de prejuízos também danosos

às condições de sobrevivência das pessoas que o habitam.

As secas jamais foram, contudo, obra exclusiva da natureza. A ação das estiagens sobre as culturas camponesas não podia ser observada sem que se considerasse o cerceamento dos reservatórios naturais de água, como as nascentes, os rios e as cacimbas, e, entre o final do século XIX e início do século XX, aqueles que foram erguidos pelo poder público. Com o advento da estiagem de 1877, o problema da concentração fundiária nas terras sertanejas dispôs de novas ferramentas. Àquela ocasião, a notícia da calamidade na qual vivia a população do Sertão do Nordeste chegou ao Imperador, o qual mobilizou receitas que a assistissem. A partir de então, a prática de angariar recursos federais quando da ocorrência das estiagens entrou para o *métier* das elites nordestinas, tomando considerável fôlego após a criação do IOCS – Instituto de Obras Contra as Secas – que rapidamente se converteria no IFOCS – Instituto Federal de Obras Contra as Secas – alcançando seu ápice quando da gestão do paraibano Eptácio Pessoa (FERREIRA, 1993[1982]).

Apesar do cenário institucional de combate aos efeitos da seca, o problema que se apresentava estava no destino que tais recursos estavam tomando. A esse propósito, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993[1982]) falou dos valores que eram desviados da agenda pública: mantimentos que foram apropriados pelos grandes latifundiários e, ao invés de distribuídos, eram vendidos nos barracões das casas-grandes; reservatórios de água construídos pelo Estado foram cercados pelos coronéis; e a verba enviada para as obras das estradas carroçáveis e de rodagem, bem como para a construção do porto, não raro foram superfaturadas. No entanto, apesar dessa elite assenhorada da máquina pública ter embargado possíveis investimentos na melhoria das condições vida da população camponesa, deve-se considerar que tal disposição abriu uma porta institucional para que o problema fosse considerado. Nesse sentido, também esse universo de outras possibilidades entrou para a agenda dos habitantes do mundo rural, que reagiam a ele de formas muito variadas.

As peregrinações que tomavam o cenário paraibano não costumavam assolar as cidades com a mesma constância com a qual se davam em outros estados brasileiros e nem mesmo seguiam um rumo sem volta. Os relatos das cidades que eram afetadas pelas estiagens costumavam ser breves e ocasionais, aparecendo com maior recorrência quando das secas mais longas. José Américo de Almeida, no livro *A Paraíba e seus problemas* (1980[1923])²⁹, mencionou alguns desses casos. O autor citou trechos de jornais e relatórios de presidentes de

²⁹A *Paraíba e seus problemas* (1980[1923]) foi produto de um relatório encomendado pelo então presidente do estado paraibano Solon de Lucena (1920-1924), o qual pretendia detalhar as circunstâncias sociais do estado quando do aparecimento das secas ao presidente da República, Eptácio Pessoa.

província que davam notícia da escassez de alimentos e da quantidades de pessoas que alcançavam as cidades do brejo paraibano, e em alguma medida também a capital, em busca de assistência social, nas portas dos hospitais e das igrejas.

A Paraíba mal podia comportar tamanha afluência. Os flagelados amontoavam-se, que nem bichos, no saguão do convento de São Bento, na casa do mercado, no edifício da escola pública e em palhoças improvisadas no terreno que ficava ao fundo do palácio presidencial. E um avultado número perambulava ao desabrigo e dormia ao relento (ALMEIDA, 1980[1923], p.193).

Esses assaltos às cidades e vilas do interior, contudo, se davam nas estiagens mais longas, quando os provimentos não chegavam e parecia já não haver outra saída para aquela população. Mesmo assim, continuava o autor, não era possível comparar a história das migrações paraibanas com aquelas que tomavam o estado do Ceará. Esse último, em razão de suas condições geográficas, sofria mais com o período das secas: “Se o obituário da capital não atingiu, nos ciclos mais funestos, as proporções da mortalidade de Fortaleza, foi por causa da salubridade geral e por que o centro de convergência dos retirantes era a exígua faixa dos *brejos*” (ALMEIDA, 1980[1923], p.39). As migrações, portanto, eram sazonais como a seca e tão logo fossem restituídas as condições climáticas adequadas ao plantio e à criação dos bichos, retomava-se a ordem de outrora. Essas viagens costumavam ter por destino prioritário o brejo e a várzea paraibana, onde os retirantes conseguiam abrigo em troca de sua força de trabalho. Isso não significava que, ocasionalmente, grupos de pessoas não tivessem se deslocado para outras localidades, eles provavelmente o fizeram, mas jamais em quantidades tão vultosas quanto se pregou que tivesse ocorrido.

No que dizia respeito às migrações que tomaram como destino outras regiões do país, foi publicada no suplemento *A União Agrícola*, no ano de 1941, uma pesquisa que noticiava das saídas e entradas de pessoas dos estados brasileiros, a qual se intitulava *O paraibano não emigra*.

Quadro 01 Estados de procedência dos trabalhadores nacionais extraídos na hospedaria dos emigrantes da capital de S. Paulo nos anos de 1934, 1935, 1936, 1937, 1938 e 1939.	
ESTADOS:	
Baía	151.236
Minas Gerais	88.789
Alagoas	26.207
Pernambuco	21.976
Rio de Janeiro	10.789
Sergipe	5.255
Ceará	5.295
Espirito Santo	3.445

Piauí	2.559
Santa Catarina	1.791
Rio Grande do Sul	1.325
Paraná	1.254
Rio Grande do Norte	1.264
Paraíba	563
Distrito Federal	485
Maranhão	142
Pará	31
Goiás	38
Amazonas	15
Mato Grosso	5
TOTAIS	322.464
Fonte: <i>A União Agrícola</i> (4 mai.1941, p.1).	

Os números de imigrantes registrados em uma hospedaria de São Paulo apresentavam índices muito baixos de paraibanos em relação às pessoas dos demais estados brasileiros, mostrando que essa prática não era frequente, pelo menos não com essa proporção nacional, ou mesmo não que se pudesse registrar naquela documentação. A Paraíba ocuparia, assim, a última posição naquele *ranking*, dentre os estados nordestinos³⁰. É certo que isso não seguiria exatamente aqueles rumos nos próximos anos, e que, se o problema estava sendo considerado, ensaiado como objeto de pesquisa, isso mostrava como a questão já àquela altura não era de todo estranha, habitando a cultura histórica coletiva como parte da história da região nordestina que estava se constituindo. O governo atribuía a si os méritos daqueles resultados, mas a disposição decerto era mais complexa, envolvendo as circunstâncias geográficas do estado (A UNIÃO AGRÍCOLA, 4 mai.1941, p.1).

As migrações pareciam ser, de fato, uma boa medida de como a população camponesa reagia às circunstâncias da natureza. Àquela altura dos acontecimentos, no entanto, alguns princípios de modernização já se aventuravam em algumas regiões do estado, mudando a forma por meio da qual as pessoas se relacionavam com o cenário natural: os senhores de engenho mais atentos às novidades, com ou sem subvenção pública, conseguiram montar sociedade com investidores estrangeiros e deram provimento às usinas de cana de açúcar. Mas não foi apenas aquela cultura que abarcou novos métodos de produção, também o algodão foi alvo de novas práticas de cultivo e preparação para a venda com a proliferação de descaroçadores e prensas. A paisagem estava mudando e, com o passar do tempo, isso foi se fazendo sentir no cotidiano de

³⁰É certo que a metrópole paulistana não era o único destino possível para aquela gente. O Rio de Janeiro, a propósito, se tornou, na linguagem popular, uma parada recorrente dos paraibanos. Mas os índices paulistas não devem ser esquecidos, eles, decerto, diziam algo sobre como, até aquele momento, ao que tudo indicava, ainda não se havia caminhado exaustivamente por aquelas estradas.

toda a gente.

Após o ano de 1945, com a derrocada do Estado Novo e o desfecho da Segunda Grande Guerra, o movimento das migrações mudou de figura. Àquela oportunidade, o desenvolvimento industrial dos estados do Sudeste do Brasil fez as suas metrópoles mais abertas aos trabalhadores de outras regiões do país, destacadamente os nordestinos, explicava Paulo Fontes (2008[2002]). Esse deslocamento de pessoas mudava a rota tradicionalmente seguida pelos retirantes, os quais, a partir de então, se estendiam para além dos brejos e várzeas, adentrando outras paisagens do Estado nacional que se consolidava. Contudo, há que se observar que o movimento nem sempre foi só de ida e que também ele não era suficiente para que se falasse em um esvaziamento do mundo rural, como a palavra êxodo pressupunha. Em outras palavras, o cenário estava mudando, em parte porque também os seus atores e atrizes estavam.

2.2 Os chefes políticos e o poder da terra: do Território Livre de Princesa à Seca de 1932

Em 16 de junho de 1930, os ditos cangaceiros do coronel José Pereira Lima entraram na “pacata” vila de Desterro, no termo de Teixeira, então comarca de Patos, e assassinaram um homem cujo nome não foi citado no processo³¹. Alguns anos já haviam passado desde que a ordem política conforme a qual um homicídio passava ao largo das instâncias judiciárias fora extinta, mas a prática das denúncias e abertura dos processos estava longe de garantir que o poder discricionário dos chefes políticos locais não interferisse na decisão sobre a pena, resultando, não raro, na impunidade dos sujeitos mais poderosos. Acontecia que, àquela altura do ano que estava em curso, alguns meses já haviam passado desde a deflagração da Guerra de Princesa, iniciada em fevereiro, quando o mandante do crime enfrentou o presidente do estado da Paraíba e declarou o território aquartelado pelos proprietários de terra, comerciantes, vaqueiros, agricultores, entre outros com os quais mantinha laços de solidariedade, livre da circunscrição estadual.

O movimento sedicioso sobreviveu longos cinco meses e esbarrou no assassinato do presidente João Pessoa na cidade do Recife. A sequência da história inter cruzava-se com os encaminhamentos da dita Revolução de 1930, dando início a uma demorada peregrinação de José Pereira pelos sertões nordestinos à espera da conclusão do processo que resultou na sua anistia pelo Supremo Tribunal Federal em 1934, conforme Inês Caminha Lopes Rodrigues

³¹*Acórdão* n.302 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXXI, fascículo 3º e 4º, julho e agosto/1934, p.103-106.

(1976). O homicídio que sucedera na vila de Desterro, todavia, ainda ameaçava a liberdade do afamado chefe político. A excepcionalidade da sua demanda em detrimento dos demais sujeitos que também tiveram a vida posta a termo quando da insurreição se devia, sobretudo, à posição geográfica na qual acontecera. O termo de Teixeira restara alocado na comarca de Patos e não de Princesa, disposição que guardava certa ambiguidade quanto à inclusão ou não do acontecimento entre os outros desmandos que incorreram no território cerceado pelas batalhas. Mas aquela espacialidade também fizera o desenrolar do processo mais distante das possíveis manobras que os proprietários de grande prestígio costumavam articular em seus domínios locais quando de circunstâncias como aquela. Contudo, também em Princesa a posição política do coronel José Pereira não era a mesma desde que fora levado a termo o combate. O cenário político estava diferente, e, ao que parece, isso não tinha se dado apenas consigo.

Restou ao coronel José Pereira valer-se de bons advogados e recorrer no Tribunal de Justiça da Paraíba pela impetração de um *habeas-corpus* que garantisse a sua liberdade e encaminhasse o processo para o Supremo Tribunal Federal, instância na qual teria maior chance de absolvição, considerada a possível dissolução do crime no processo de anistia. O sujeito que então perseguia as melhores saídas institucionais para assegurar a sua liberdade, ao que tudo indica, pouco guardava consigo daquela figura poderosa capaz de articular líderes políticos do estado, que alcançara o respeito dos cangaceiros de Lampião e reunira em seu entorno um exército particular de mais de duzentos homens, conforme Serioja Mariano (2010[1999]) no livro *Signos em Confronto? O Arcaico e o Moderno na Cidade de Princesa (PB) na década de 1920*. Os mundos da política pareciam mesmo dotados de outros contornos desde que os acontecimentos de 1930 se instalaram no país, resta saber quais foram os limites dessa mudança e que novas configurações ela imprimiu na cena geral.

A grandiosidade do movimento sedicioso disse muito do momento político que estava em curso no plano nacional. A década anterior fora vertiginosa nos índices alcançados pela produção agrícola do país, com destaque para a evolução dos agricultores paraibanos, que renderam boas safras de algodão, mas alcançou os seus limites e fraquejou quando da crise que se abateu sobre o mundo capitalista depois de 1929. O chão em falso deu cabo de um pacto de longa história firmado entre os coronéis e o poder público, cujos contornos atingiram o seu ápice com a famigerada política dos governadores instrumentalizada pelo presidente Campos Sales. O coronelismo, tal como o compreendeu Victor Nunes Leal (2012[1947]), sobrevivia das relações estabelecidas entre os governos estaduais e os chefes dos municípios na condução das eleições nacionais, gerando toda uma rede de conchavos que permitia a manutenção da ordem política no

país quando os coronéis já não guardavam a mesma força de outrora e o Estado nacional ainda caminhava mal das pernas.

Em meio ao pacto que se esfacelava, o então presidente do estado paraibano, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, negou a Washington Luís o apoio à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República, reiterando seu compromisso com a chapa alternativa composta por líderes políticos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, tudo orquestrado em meio a um *lobby* articulado por Eptácio Pessoa e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (RODRIGUES, 1976). A cisão, todavia, não foi acompanhada pelos chefes políticos dos municípios sertanejos, que, em razão de um pacote fiscal com rígidas taxas alfandegarias para as transições das mercadorias por outros estados, o qual foi empenhado pelo governo João Pessoa, já andavam desgostosos dos rumos que a administração estadual estava tomando. O desentendimento serviu de estopim para uma guerra civil cujas consequências já foram apresentadas. Há que se notar, contudo, que a Sedição de Princesa não foi mera bravata de um coronel inconsequente e nem resultado exclusivo de sua valentia. As atitudes que levaram adiante um projeto como aquele dependeram de um cálculo de forças muito preciso e acionaram uma ampla e poderosa rede de solidariedades. No plano local, o vínculo com a família Dantas, cujos membros eram chefes políticos no município de Teixeira, servira de consórcio no propósito da insurreição. Junto a outros proprietários da região, esses sujeitos encamparam a linha de frente do conflito, fazendo de suas casas-grandes verdadeiras fortalezas e recrutando camponeses para os seus exércitos particulares.

Outras famílias contribuíram indiretamente com a condução do movimento sedicioso, seja informando dos rastros das tropas inimigas, seja mandando homens, animais e mantimentos. Em certa medida, a superioridade numérica e de condições de vestimenta e alimentação das tropas sediciosas diziam da força desses laços de solidariedade. Foram ainda esses grupos os responsáveis pela permanência em liberdade do líder do movimento entre o término do conflito e a anistia. O poder do qual dispunham dizia muito do quão espalhados eles estavam pelo mundo rural, ultrapassando os limites do estado paraibano em todo um universo de hospedeiros conhecidos, ou conhecidos de conhecidos, cuja influência alcançava do Rio Grande do Norte e Ceará à Bahia, possivelmente adentrando também o norte de Minas Gerais. Esses mundos recônditos, marcados pelo domínio dessas elites sertanejas, foram os mesmos que, guardadas as peculiaridades da forma como se deu a receptividade, atenderam aos camponeses e às camponesas quando esses precisavam fugir das instituições públicas. Eram os mundos misteriosos, nos quais as figuras mais valentes por vezes se esbarravam, como ocorrera entre o chefe da Revolta de Princesa e o bando de Lampião no povoado de Nossa Senhora da Glória, em

Alagoas (RODRIGUES, 1976).

Esses caminhos históricos, por meio do qual as mais distantes regiões do mundo rural se comunicavam, encontraram apoio, ainda, no plano institucional urbano. Na cidade do Recife, um grupo da família do presidente do estado paraibano, os Pessoa de Queiroz, insatisfeitos com a decisão do primo de negar apoio ao Partido Republicano Paulista – PRP –, romperam relações e deram início a uma campanha em favor da Sedição de Princesa, orquestrada principalmente no *Jornal do Commercio*, enquanto na Paraíba, o jornal *A União* legitimava o Movimento de 1930. Já no plano nacional, não faltou apoio dos correligionários do presidente da República, que extraoficialmente apoiaram o conflito, enviando recursos para a manutenção da tropa e contratação de “bandidos” que engrossavam seus exércitos particulares. Diante do cenário em questão, chegou-se a cogitar uma marcha sobre a capital que resultasse na destituição do presidente do estado, João Pessoa, mas isso não se daria sem a anuência do governo federal. Contudo, Washington Luís não autorizou a operação, frustrando a execução do plano (RODRIGUES, 1976). Em outras palavras, o coronel José Pereira só declarou guerra porque sentiu que estava bem calçado e a consequência da empreitada foi, possivelmente, o maior rompante do coronelismo, exibindo o alcance da força que esse pacto capitalizara, mas também expondo as suas fragilidades. A propósito, fenômenos como esse, que acionam todo o arsenal de um regime político, costumam servir também de anúncio da sua decadência.

Diante do exposto, e daquilo que a historiografia sugeriu, é possível concluir que a Sedição de Princesa não teria vez senão diante do confronto entre os sinais da modernidade e da tradição que se abateram na cena política na década de 1920. Nesse sentido, é um equívoco se compreender os valores da modernidade em oposição à ordem social conduzida pelos chefes políticos: parte significativa dos signos modernos levados ao município sertanejo, aliás, dependeram do poder econômico e/ou influência política do coronel José Pereira, de forma que os capitais dessas duas referências não raro se misturavam, resultado em um caminho do meio ou em uma terceira margem (MARIANO, 2010[1999]). Mas o problema é ainda mais complexo. Tomadas as proporções do conflito em comparação àquelas que tiveram vez no século XIX, quando as insurreições foram muito mais constantes, essa dependeu de uma base política de sustentação externa à localidade do confronto muito mais sólida. As pátrias locais e o familismo, que inflamaram movimentos como a Revolta de 1817 e a Confederação do Equador, *vide* Serioja Mariano (2013[2005]), não capitalizavam *per se* poder suficiente para enfrentar o poderio militar de um Estado-Nação.

Quando alcançou o Tribunal de Justiça, a solicitação de *habeas-corpus* pelo crime

cometido na vila de Desterro foi negada e o processo devolvido à comarca de Patos. Naquele foro, os argumentos que moveram as discussões quanto ao referido *acórdão* circundaram uma questão conceitual. Diante das circunstâncias nas quais o crime aconteceu, as responsabilizações da Sedição de Princesa eram devidas a uma instância especial criada no curso do regime das interventorias que se estabeleceu no país na sequência da dita Revolução de 1930 para o julgamento de crimes políticos, instância essa que deveria ser estadual ou federal. Restava saber se o homicídio do termo de Teixeira, definido juridicamente como crime comum, o que implicaria na sua submissão à comarca de origem, possuía conexão com aquele crime político maior, o que os magistrados entenderam não ter acontecido, sentenciando pelo indeferimento da apelação e consequente devolução do processo à comarca de Patos³².

A julgar pelos argumentos utilizados, e apesar da juramentada parcialidade do tribunal, é possível inferir que o dito crime comum também foi entregue aos méritos políticos quando de sua apreciação. Ao passo que o julgamento desconsiderou a localidade e a temporalidade nas quais a ocorrência teve vez como dimensões suficientes para a conexão do crime comum ao crime político, ele tomou partido pela condenação do acusado. O melhor testemunho da referida tomada de partido, por certo, foi o relatório do procurador geral, Mauricio de Medeiros Furtado, quando da justificativa de sua defesa pela negação do pedido: enquanto os impetrantes do processo diziam que o chefe da insurreição teria tanta responsabilidade pelos fatos isolados quanto Solano Lopes pelas pequenas atrocidades que tiveram vez na Guerra do Paraguai (1864-1870), alegando a impossibilidade de que o chefe respondesse pelo ato de todos os seus subalternos, o procurador se limitou a responder que o nexos simplesmente não fazia sentido e informou que, caso o argumento se aplicasse, ele deveria ser utilizado no processo da própria comarca. Com tal deferência, a defesa de José Pereira reconhecia a tão propalada atrocidade de seu feito, digna de comparação com aquelas que fizeram a imagem do pretense ditador paraguaio. Era como se abaixasse a guarda, certificando a vitória do outro sobre si e pedindo redenção, mas o tribunal não acatou o pedido. Com aquela atitude, o representante do Ministério Público desconsiderava a existência de um estado apartado daquele quando da periodização em curso, e tomava posição pelos correligionários do presidente assassinato.

Declarado inimigo dos ditos revolucionários de 1930, o coronel José Pereira capitalizou em torno de sua figura pública todo o significado negativo diante do contexto de comoção pública que resultou da morte de João Pessoa, o qual relegou aquele personagem ao anonimato.

³²*Acórdão* n.302 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXXI, fascículo 3º e 4º, julho e agosto/1934, p.103-106.

Mediante esse processo, o chefe político parecia não ter vez nas instituições públicas que marcaram o novo regime. Mas essa imagem, por certo, restou limitada às circunscrições das cidades mais vigiadas pela ideologia estatal. No mundo rural, ele continuou a ser heroicizado. O que é necessário ponderar, no entanto, é que, àquela altura, o referido personagem já não era nem um pouco representativo do poder que os chefes alcançavam em seus redutos locais, o símbolo e a situação jurídica da República do pós-1930 haviam traído o peso que a propriedade da terra e as redes de influência ocupavam.

Quando assumiram o poder, os propalados revolucionários de 1930 deram curso a um projeto de moralização pública. A proposição não era nova, a administração do estado paraibano, quando do governo João Pessoa, havia se empenhado em levá-la adiante, agenda que, em grande medida, fora razão das insatisfações dos chefes políticos sertanejos, dando início à Sedição de Princesa. Mas as dimensões que a moralidade pública ganhara a partir do Governo Provisório (1930-1934) de modo algum se comparavam com aquelas que tomaram o cenário anterior. Por ocasião de seu governo, os decretos de João Pessoa não encontravam corpo institucional forte o suficiente para garantir a sua efetivação. Situação oposta, portanto, ao que se deu após a tomada de poder pelo presidente Getúlio Vargas. O peso simbólico do movimento e a força nacional do programa político levaram a um novo equacionamento das relações de poder que estavam em jogo, mudando a conjuntura e consigo os rumos que a história do Estado nacional brasileiro estava tomando.

A propósito, os vínculos que constituem o hífen que habita a palavra-chave Estado-Nação dizia muito de como o projeto moderno equacionava as relações de poder no mundo globalizado. A gestão das sociedades pela égide da economia política, inflando o espaço público de participação popular, carregava consigo um processo paralelo de construção de significados para a integração das unidades nacionais. A combinação dessas duas instituições capitalizara uma força poucas vezes vista na história do mundo, lembrava Eric Hobsbawm (2010[2000]), permitindo que as relações entre os vários países se intensificassem e que a constante ameaça de umas às outras alimentasse o seu aprofundamento por caminhos tão tortuosos que resultaram em guerras totais. O Estado-Nação que se investira sobre o mundo rural antes de 1930 não capitalizou forças com essas dimensões, apenas com o aperfeiçoamento do regime republicano, após a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do país, que foi possível reestabelecer as relações entre sociedade política e sociedade civil a ponto de fazer a máquina estatal andar por esses rumos.

As investidas desse poderoso Estado-Nação sobre o mundo rural, todavia, não caminhou

de cima para baixo substituindo coronéis por instituições. Elas tanto se valeram das estradas que esses ditos vazios demográficos já possuíam, conferindo outro significado aos chefes políticos ao invés de retirá-los de cena, quanto se fizeram sentir, desde suas primeiras aparições, no cotidiano da população camponesa, cujos hábitos continuaram respondendo às regras sociais que sustentavam as redes coronelísticas. Observe-se a história que, por certo, foi muito comentada pelas redondezas da vila de Piancó e que, ultrapassando os limites daquela comarca, também alcançou o Tribunal de Justiça da Paraíba: A caminho da feira da Misericórdia, Antonio Rodrigues dos Santos atravessou, na madrugada do dia 19 de julho de 1924, o lugar Areias, onde foi surpreendido por um grupo de indivíduos armados com rifle e punhais. Daquele encontro, saiu espancado e sem os 70\$000 (setenta mil réis) e mais alguns objetos que estava levando consigo. Mas, ao que parece, não era aquela a finalidade da emboscada. O passante teve ainda de apontar a direção da fazenda do major João Clementino de Sousa, que ficava no lugar Pitombeira, onde o referido grupo concluiu o seu propósito.

Chegados à residência do citado major, o grupo tratou de prender e desarmar o vaqueiro, que foi forçado a chamá-lo à porta para que o acesso ao interior do edifício fosse possível. Para tanto, o refém alegou que estava ali a força do tenente Manoel Benício. A casa foi invadida e o major barbaramente espancado, tendo assistido também ao arrombamento das malas e dos baús de onde foram tirados 70:000\$000 (setenta contos de réis), além de joias e outros objetos. Acontecia que, àquela ocasião, Messias de Almeida Ramalho fora absolvido pelo júri popular da comarca de Piancó com a alegação de não ter o sujeito cometido em verdade o referido crime. Dez anos depois da fatídica madrugada, quando os calendários já esbarravam o segundo quartel do ano de 1934, o Tribunal de Justiça da Paraíba, em análise de um pedido de reavaliação da sentença, julgou que a decisão dos jurados e, possivelmente também juradas, eram contraditas às evidências das provas, dando provisão ao novo julgamento³³. A que se devia aquela disparidade de interpretações?

Os saqueadores da casa do major poderiam ser ladrões comuns, “capangas” de um adversário político ou mesmo justiceiros, se for considerado que o sujeito assaltado poderia ter infringido alguma das regras ou dos valores que vigoravam naquela sociedade. Há que se lembrar que residia naquele crime um golpe contra a posição institucional de um major, que em cumprimento ou escrachado descumprimento de sua função, talvez tivesse rompido com a lógica tradicional, e, com isso, desagradado aos que cometeram o crime e aos que julgaram o

³³ *Acórdão* n.144 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXX, fascículo 3º e 4º, março e abril/1934, p.148-150.

acontecimento *a posteriori*. Contudo, é possível inferir que a resposta para a causa desses desarranjos de opiniões tenha habitado um caminho do meio entre essas margens. Afinal, as pessoas nunca agem movidas exatamente pelos mesmos motivos e o curso da história normalmente atende ao encontro das variadas formas de reagir aos acontecimentos que se colocam na cena geral.

A beligerância da sociedade camponesa compunha esse cenário no qual coronéis, bandidos e padres exerciam forte influência política. Mas essa evidência não pode ser tomada como retrato de um mundo no qual a desordem e o desmando imperavam absolutos junto à lei do mais forte. No interior desse processo, existiam regras e valores que se combinavam na definição de que sujeitos possuíam as características simbólicas que os autorizavam, sob termômetro da valentia, a pregar a justiça com os canos dos seus rifles. Isso não significava, contudo, que não houvesse descompassos e hierarquias nessas ordenações. Antes o contrário, eles existiam, mas não nas mesmas proporções que teriam no regime democrático. Enquanto os descompassos eram mais acentuados na ordem política beligerante, as hierarquias o foram quando da vigência da economia política. A todo o tempo, o que a documentação sugeria era uma economia de mitos constituída em torno de homens armados cuja honra e valentia servia à defesa de suas propriedades, o que não necessariamente diz respeito às terras, referindo-se também às benfeitorias dela, como os roçados, e às mulheres e crianças de suas famílias, bem como de algum agregado ou morador que residisse nos limites de suas influências. Qualquer rompimento dessa lógica tinha como retaliação mais comum a morte do responsável pelo insulto, e daí o valor que tomou a expressão “lavar a honra com sangue” entre os habitantes do mundo rural.

Seguindo por essa esteira, o poder dos senhores de terra era medido antes pela autoridade que esses sujeitos exerciam sobre as pessoas que habitavam essas terras do que efetivamente pela propriedade delas, vista a sua imensidão. Por essa razão, atestava Márcia Maria Menendes Motta (1998), os conflitos de terra eram antes disputas de poder do que algo que efetivamente envolvesse o interesse pelo terreno em litígio. Em meio a esse cenário, continuava a autora, aqueles homens tentavam atrair para os seus domínios um número cada vez maior de colonos, os quais ampliariam os territórios lastreados pela sua autoridade. Nesse sentido, as disputas dos senhores entre si ou com os posseiros por pedaços pequenos de terra às vezes levavam a conflitos de proporções assustadoras: “entre fazendeiros, a violência e os assassinatos mostravam a face mais nefasta da luta pelo poder, que também se expressava nos desmandos daqueles senhores e possuidores de terra” (MOTTA, 1998, p.43).

A respeito do crime supracitado, a decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba anunciava

que alguma mudança estava a caminho. O primeiro sinal dos novos ventos foi levado pelo peso da institucionalidade pública que um processo como aquele impunha sobre a vida das pessoas do mundo rural. A maior incidência daquela entidade fiscalizando o cotidiano da gente, no entanto, ao passo que aprisionava a população camponesa em uma lógica estranha àquela com a qual estava acostumada, também abria espaço para que alguns sujeitos, ameaçados pela ordem política tradicional, se libertassem daquelas possíveis coações. Em certa medida, o novo cenário se afirmava como um campo aberto de novas possibilidades, mesmo que ainda condicionadas às tradicionais estruturas de poder. Não obstante, a regulação das instituições judiciárias, sobretudo daquelas que estavam fora da circunscrição local de poder, ou seja, que fugiam aos domínios dos juízes das comarcas, representavam uma força externa de regulação social, o que constituía uma grande novidade para aqueles mundos nos quais poucas vezes o poder estatal conseguiu se afirmar sem que para isso se valesse das estruturas tradicionais do mandonismo. Era o fenômeno integracionista do Estado-Nação, ou globalizador, se tomadas as dimensões mundiais desse acontecimento, que se afirmavam junto a esse processo. Apresentava-se, com essa estrutura, as quatro características que deveriam compor a modernidade: deveriam estar presentes aos novos tempos uma engrenagem democratizadora, emancipadora, expansionista e renovadora (CANCLINI, 2000[1989]).

Em sequência ao movimento de 1930, a máquina estatal foi fortalecida pela incidência de novas políticas de integração nacional. Àquela ocasião, o então ministro de Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, inspirado pela arquitetura burocrática guiada por Mussolini na Itália, apresentou as realizações de sua administração tecendo elogios aos valores de um homem público: “O segredo de administrar é não preterir as responsabilidades funcionais para satisfazer os amigos; e preferir sacrificar as amizades a sacrificar o interesse público”. E concluía: “Administrar será sempre contrariar interesses” (ALMEIDA, 1933, p.V). O relatório dava sequência informando da redução nos quadros do funcionalismo, até então tomados, em grande parte, por servidores fantasmas, bem como da economia dos gastos em transporte e tudo mais que era possível para desonerar o poder público. Na sequência, apareciam os investimentos em infraestrutura, dentre os quais a parte mais extensa fora dedicada às estradas de ferro e de rodagem, extensão de linhas de telégrafo e iluminação pública, sistema de correios, mas, sobretudo, à construção de barragens e portos que implicavam em uma retomada à agenda estatal contra as secas.

Àquela oportunidade, o interventor do estado paraibano era Anthenor Navarro, que movido pelos rastros da administração do presidente João Pessoa também se empenhou na

execução de um programa de centralização administrativa e moralização pública. Conforme Martinho Guedes dos Santos Neto (2007), o referido governo foi marcado pelo propósito do enxugamento do quadro de servidores, reorganização das tabelas tributárias, redução de taxas e isenções, mudança nas gestões das mesas de rendas, trocando os fiscais coniventes com chefes políticos por outros nomeados à revelia da política local, e intervenção nas administrações municipais. Em conjunto, o programa reincidia do pacto oligárquico que instrumentalizara o coronelismo, minando as bases locais do poder dos chefes políticos e provocando a sua ira, que se materializara em uma forte campanha contra o interventor, instrumentalizada por textos na imprensa e cartas ao presidente da República, o qual prometia, mas retardava, a sua retirada do cargo a fim de manter a agenda dita revolucionária e estancar a insatisfação com as medidas apresentadas.

Diante do exposto, o que a historiografia sugeriu é que o Movimento de 1930, o qual se dizia revolucionário, rompeu com o pacto oligárquico que empreendeu a ordem social durante a Primeira República, mas não o fez sem estabelecer novas relações políticas, as quais deram algum espaço para aquelas mesmas famílias de elite. Esse fenômeno pode ser aferido por meio do expediente que se tentou efetivar nos primeiros anos do Governo Provisório: o Estado-Nação já havia capitalizado poder suficiente para gestar a administração política dos municípios, posição que alarmava para a necessidade de retirar dessa esfera a supremacia dos chefes políticos locais. Contudo, isso não se faria da noite para o dia e nem extinguiria *per se* as bases que estruturavam a ordem social de outros tempos. O que estava acontecendo era uma mudança na posição da balança: do equilíbrio entre a força do mandonismo e o poder estatal ficava uma lógica hierárquica distinta, marcada pela ascensão constante da segunda instituição.

Porém, alertava Barrington Moore Jr. (1983[1967], p.113) quando de sua análise da Revolução Francesa, se “os *sans-culottes* fizeram a Revolução burguesa; os camponeses determinaram até que ponto ela podia chegar”. Tomando essa régua por parâmetro, é possível inferir que o movimento dito revolucionário não iria muito longe se continuasse a se valer das mesmas regras. A população camponesa, àquele momento, ainda se munia da ordem tradicional para conferir ritmo às suas vidas. E, por essa estrada, o reestabelecimento das relações com os coronéis ainda pulsava como principal necessidade para a consolidação do novo regime. Lembrava o mesmo autor que, diante da modernização que dava curso às novas expectativas, era de se esperar certo conservadorismo dos camponeses, os quais guardavam alguma esperança que o castelo os protegesse das mudanças pregadas pela cidade (MOORE JR., 1983[1967]).

Mas a história também é feita das boas e más ocasiões, e se isso é verdade um

acontecimento abriu as portas para a reestruturação do pacto oligárquico, mesmo que diante do estabelecimento de novas bases: a seca de 1932. A assistência à população vitimada pelas estiagens já havia se constituído como urgência estatal desde as primeiras décadas da República e, com o advento da agenda que se dizia revolucionária, tal propósito não haveria de faltar. Diante de tal circunstância, o Ministério de Viação e Obras Públicas e o Estado da Paraíba conduziram uma política de assistência assessorada pela constituição de uma infraestrutura que produzisse resultados mais eficientes em longo prazo. Para todo o Nordeste, foram construídas barragens a partir de sistemas gerais montados no entorno das principais bacias hidrográficas do Semiárido, sendo o da Paraíba arquitetado no entorno do sistema Alto-Piranhas. Ao todo, foram construídos naquele estado oito açudes públicos, complementados por aqueles que foram erguidos em parcerias público-privadas: os estados podiam receber até 70% do valor total da obra e os particulares 50%, devendo posteriormente o pagamento em prestações de um quinto do valor da obra (ALMEIDA, 1933).

Para assegurar a sua imparcialidade quanto à realização de tais empreendimentos e assegurar a mudança nos procedimentos em questão, José Américo de Almeida (1933, p.214), no Ministério de Viação e Obras Públicas, após a longa campanha de combate às secas que havia tido vez em 1932, afirmou: “Acarretava uma verdadeira odysseia esse regime de cooperação: além de só serem atendidos os favoritos da política dominante, o recebimento dos prêmios dependia de formalidades burocráticas, que consumiam muitos lustros. Já conquistou, porém o governo a confiança geral nesse regime”. Contudo, tais obras não deixaram de servir ao bem privado. A circunstância, lembrava Martinho Guedes dos Santos Neto (2007), implicava em uma retomada às práticas de capitalização de recursos federais em benefício particular que movera a indústria da seca. Mas, dessa vez, o Estado barganhara algo a mais em troca: junto aos recursos públicos, guiados pela por uma gestão estatal centralizada, entravam aspectos dessa institucionalidade pública que, com o passar do tempo, foram se fazendo mais presentes no mundo rural.

A agenda contra as secas incorporou ainda uma política de controle dos flagelados, empenhando-se na colonização de algumas regiões dos sertões, prática à qual serviram as colônias agrícolas, como a de Camaratuba na Paraíba, criada em princípios dos anos 1940, onde eram instalados camponeses e camponesas e que serviam ao ensino de novas técnicas de produção de insumos com a distribuição de materiais aos agricultores e criadores. Àquela ocasião, foram construídos no Ceará sete campos de concentração, onde os retirantes eram aprisionados até o final das estiagens, o que visava livrar a cidade de Fortaleza daquele exército

de pessoas famintas³⁴. Há que destacar que, na Paraíba, edificações com esse formato não tiveram vez, reforçando a ideia de que nesse estado havia uma barreira natural, formada pela combinação da fertilidade do solo com a sua situação fundiária, que mantinha os imigrantes empregados no próprio mundo rural. Até a Colônia Agrícola de Camaratuba foi criada com outra finalidade, a qual era manter os imigrantes italianos distantes da cidade, observe-se Virginia Kyotoku (2009). O programa contra as secas, então, revestia-se desses dois *fronts*: construir infraestrutura para que as condições de vida fossem mais satisfatórias no Sertão e modificar as condições sociais da população camponesa por meio da Educação, Justiça e Assistência Social. Observe-se, porém, como essas decisões da macropolítica afetaram a vida dos habitantes do mundo rural.

Em 26 de novembro de 1932, no lugar Riacho dos Cavalos, da comarca de Catolé do Rocha, um grupo de operários das Obras Contra as Secas, os quais Porfírio Alves Batista, João Ramos de Souza, Francisco Almino, Hosano Maia, Luiz Sá, Francisco Souza e Raimundo Celestino, dirigiram-se ao estabelecimento comercial de João Hilda, descrito no processo como um barracão de fornecimento, a fim de tomar satisfação com um de seus empregados, Vicente Pinheiro, que diziam ter espancado um daqueles operários. O encontro resultou em um conflito no qual o local foi atingido a pedrada, e cujo revide do dono foram tiros de revólver, ferindo dois dos operários. O processo foi arquivado pelo Juiz de Direito da comarca, mas foi reaberto pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, sob alegação que nas circunstâncias apresentadas havia mais responsabilidades a serem avaliadas³⁵.

O que se observava é que, mesmo em se tratando de operários vinculados ao poder público institucionalizado, nesse caso ao IFOCS, o senso de justiça que estava em jogo colocava os sujeitos em confronto direto, levando rapidamente a um desfecho beligerante. O poder judiciário só era acionado ao termo da hostilidade entre aqueles sujeitos dotados de uma economia da honra e da valentia. Mesmo assim, antes de limitar o desenrolar de tais acontecimentos ao conservadorismo camponês há que se observar o cenário no qual estes tiveram vez: tratava-se de uma sociedade na qual a propriedade da terra ainda capitalizava mais poder sobre os sujeitos do que a instituição estatal, a julgar pela presença do barracão de distribuição, usado tradicionalmente como espaço de compra e venda de insumos, condicionada ao pagamento de valores maiores que os que a mercadoria alcançava nas cidades e submetido a

³⁴Para mais informações quanto às políticas de convivência com a seca no Ceará quando do governo Getúlio Vargas, ver Frederico de Castro Neves (2001).

³⁵*Acórdão* n.139 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXVII, fascículo 3º e 4º, março e abril/1933, p.143-144.

uma lógica de dívidas que aprisionava os trabalhadores como “servos” da terra. Enfim, o que o conflito noticiava é que, mesmo com a presença do Estado, as condições ainda não haviam mudado, ou haviam mudado muito pouco. No final das contas, o Tribunal de Justiça da Paraíba acabou entrando em cena, mostrando o peso desse Estado que a duras penas estava se afirmando mais democrático.

A autoridade dos chefes políticos sobre o mundo rural fez com que a modernização tivesse de enfrentar e/ou criar caminhos que oficializassem os domínios daqueles homens. Ao passo que o poder público negociava com aqueles sujeitos a emergência das suas instituições nos domínios deles, parte dos recursos públicos tomariam caminhos privados governamentalmente reconhecidos. A polaridade do poder separado entre esses dois mundos exigiu o aperfeiçoamento de instrumentos como a propriedade privada, estruturando um catálogo específico de demandas para a modernização do mundo rural paraibano. Esse caminho do meio, formado pelas margens das regras públicas, mas que também estava envolta de certos arbítrios do poder privado, minava a gente camponesa por um número maior de lados, mas também abria um leque amplo de lugares nos quais aquelas pessoas inventavam suas reações.

Algumas décadas mais tarde, ao cair da tarde do dia 26 de outubro de 1958, em um barraco na estrada em construção que ligaria Piancó a Princesa, os operários tocavam viola, cantavam e bebiam cachaça, a qual era vendida por José Antônio dos Santos, vulgo José Pereira, sujeito que, a certa altura daquele festejo, matou Manuel Pinheiro de Almeida com treze golpes de peixeira. Segundo a documentação, a vítima, já embriagada, estava provocando os demais quando passou a incomodar o acusado, tendo chegado ao ponto de empurrar a esposa dele. As testemunhas atestaram que os ataques foram realizados sem que o esfaqueado esboçasse qualquer reação física, o que, na opinião dos magistrados do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba, não qualificava legítima defesa³⁶.

Ao passo em que a beligerância da reação dos sujeitos em razão de uma ofensa atestava a permanência de algumas atitudes próprias desse mundo tomado pelas hierarquias dos chefes políticos, o curioso apelido do vendedor de cachaça, José Pereira, sem que esse segundo termo aparecesse em seu sobrenome, sugeriu a permanência do um mito no entorno da figura do coronel de Princesa. Essa referência, por certo, não pode ultrapassar muito os limites da suposição, mas se estiver certa, ela diz de uma cultura histórica partilhada pelos trabalhadores rurais que mantinha em seu enredo o valor dos chefes políticos e, com isso, instrumentalizava

³⁶Apelação criminal n.1.017/60, precedente da comarca de Piancó. Conforme consultado na *Revista do Foro* n.68, 1º tomo, 1960. p.73-74.

uma cultura política conforme a qual a proximidade a eles como um distintivo social. As práticas institucionais, porém, estariam em outro momento daquele processo de desencantamento do mundo que tomava conta da sociedade camponesa, as testemunhas, ao descrever a cena do crime, pareciam defender antes a vítima do que o acusado, atestando que a honra havia perdido valor para o direito à vida.

2.3 Os mistérios dos bandidos³⁷: cangaceiros, malfeitores, ladrões de cavalos e suas redes de solidariedade avessas ao poder policial

Constava nos autos de um processo sentenciado na comarca de Souza, que João Marques dos Santos, natural do município de Teixeira, com 28 anos e soldado da força pública, no dia 28 de setembro de 1931, foi às casas onde moravam Maria Regina da Conceição e Maria Joaquina da Conceição, casada a primeira e viúva a segunda, e, sob ameaças e violências, procurou manter relações carnavais com as duas. Acontecera que, em companhia de outros soldados, esse sujeito havia partido em diligência para os lados do lugar Canto, no termo da qual ficaram pelo povoado à espera da passagem de um caminhão que os transportasse de volta para a cidade. O denunciado, no entanto, desviou-se de seus companheiros e foi à casa de Maria Regina, tendo perguntado pelo seu marido, Francisco Ventura, que estava no roçado.

Eis que, então, o sumariado alegou ser cabra de Lampião e disse que a rua estava cercada, prometendo prender o esposo da vítima em questão caso ela não tivesse relações sexuais com ele, ameaçou-a ainda com uma faca em punho, abraçando-a na frente dos dois filhos pequenos. Apenas com a chegada do menor Francisco, o indiciado se amedrontou, largando a vítima e fugindo. Ao sair da casa daquela senhora, o denunciado seguiu para a residência de Maria Joaquina, com quem dispôs da mesma violência, mas que também não se concebeu plenamente em razão da chegada do cabo João Luis Vieira, que o retirou do quarto dela. Em conclusão do processo, o juiz de Direito, Braz Baracuchy, expediu-lhe a pena e consequente mandado de prisão³⁸.

O que significava para um soldado de polícia se valer do mito de um cangaceiro famoso para amedrontar duas senhoras no propósito de ter relações sexuais com elas? O valor do argumento utilizado poderia residir na possibilidade do disfarce que o título autorizava. Um

³⁷O termo bandido foi apropriado nesse trabalho com o mesmo sentido político usado por Eric Hobsbawm (2010[2000]), no livro *Bandidos*. O autor destitui certa imagem pejorativa que pairava sobre esses sujeitos, marcando-os antes como questionadores da ordem pública hegemônica.

³⁸*Acórdão* n.139 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXVII, fascículo 3º e 4º, março e abril/1933, p.143-144.

crime que se acreditasse cometido por um ladrão do bando de Lampião tinha maiores chances de resultar na impunidade do agressor, afinal, encontrá-lo na sequência da denúncia seria bem mais difícil do que identificar um soldado da força policial. Mas o atentado em questão também poderia fazer referência à superioridade do poder dos ladrões e de que tipo de receio eles provocavam na população camponesa. Que diferenças, afinal, guardavam entre si a armada policial e o bando de cangaceiros, ou antes, por que o primeiro recebeu a alcunha de armada e o segundo de bando? As respostas, situada a década de 1920, poderiam ser bem mais fluidas se considerada a experiência camponesa do que era de se esperar tomando por referência os propósitos institucionais que os dois estabeleceram. Como termômetro das interpenetrações desses dois universos, observava-se que o soldado desgarrado de sua tropa estava armado apenas de uma faca, artefato inferior ao que muitos camponeses e camponas possuíam em suas casas, apontando para as limitações da segurança pública, ainda marcada por recursos muito limitados.

O banditismo era um fenômeno recorrente na história dos povos humanos. Ele se definia, conforme Eric Hobsbawm (2010[2000]), pelas ações de sujeitos que desafiavam a ordem econômica, social e política, o que esbarrava nos projetos daqueles que tinham ou desejavam ter o poder, a lei e o controle dos recursos. Em alguns momentos particulares da história da humanidade, mais especificamente quando da ascensão do Estado Democrático de Direito, esse fenômeno costumava se tornar endêmico. Isso aconteceria porque, na intersecção de um regime político alheio ao poder estatal, no qual a força bélica definia os rumos dos conflitos, com a emergência do Estado-Nação, já existia um corpo legal legítimo, tornando o seu descumprimento em série um fenômeno grave, mas não havia força institucional suficiente para reprimir os desvios nas atitudes daqueles sujeitos.

Pelos sertões nordestinos, o banditismo encontrou as condições favoráveis ao seu aparecimento com o apagar das luzes do século XIX e perdeu significativamente a sua força após meados da década de 1930. Falava-se de um momento no qual a manutenção da ordem social ainda dependia das alianças políticas que eram feitas, de modo que o cangaço, uma das faces do banditismo que se alastrou pelo Nordeste, dependeu bastante da descentralização do poder que imperava pelos sertões nordestinos: dizia Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997[1968]) que, àquele momento, esses espaços estavam retalhados das parentelas, ora aliadas, ora inimigas, que viviam um povoamento disperso e disputavam poder entre si, de forma que o cangaço se constituía ora como mais uma ferramenta a favor de um ou outro grupo político, ora como uma forma de regulação social.

Quando da ascensão de Antonio Silvino a líder do bando de ladrões, outros grupos já

viviam aquela vida errante, contudo, lembrava a autora, foi ele que inaugurou a fase das lutas contra a polícia e as autoridades locais. Já naquele momento, o cangaço se alimentava dos signos do moderno, falava-se muito da vaidade dos chefes dos bandos, que se valiam da movimentação dos caixeiros viajantes, profissão que dava bem a medida desse período de transições, para se valer dos enfeites e a partir deles estabelecer marcadores sociais das diferenças. Era esse mesmo bandido, aliás, que desafiava o poder do moderno que se investia sobre o estado, atacando os operários que construíam a estrada de ferro Great Western e obstruindo as partes que já estavam prontas (QUEIROZ, 1997[1968]).

Apesar disso, o momento que o afamado bandido vivera fora vertiginosamente distinto daquele que Lampião estava experimentando por volta dos anos 1930, o segundo cangaceiro decerto acumulou mais força e prestígio do que o líder que, em certo momento, inaugurara o conflito, o que expunha melhor o poder dessa etapa de mudanças, na qual ele possivelmente capitalizara apoio de um número ainda maior de coronéis enfraquecidos pela tomada dos novos ventos, o movimento dito revolucionário de 1930 havia quebrado algum dos privilégios dos quais dispunham alguns daqueles chefes políticos no poder público.

A rede tradicional de ordenamento político e social que tomava os pretensos sertões nordestinos se fragmentava e, na esteira desse processo, também o banditismo experimentava os seus limites. Há que se tomar mais uma vez, portanto, a régua segundo a qual os maiores rompantes de um regime político anunciavam a sua decadência. Ao passo que o cangaço mostrava com maior vigor as suas forças, também o Estado se fortalecia contra ele. A conclusão da história é famosa e não poderia ser mais trágica, nem pela brutalidade com a qual o extermínio do bando foi levado a cabo, nem pelo peso simbólico que ela incorporou: na sequência do fuzilamento do grupo pelas forças policiais, que aconteceu em 1938, as cabeças dos cangaceiros mortos foram expostas em algumas cidades, observe-se Frederico Pernambucano de Melo (2012[2004]).

A história do “valente bandoleiro” vencido pelo poder do Estado marcou a derrocada do cangaço, mas isso não significava que os cangaceiros tivessem sido extintos das terras sertanejas, quanto mais o banditismo. O cenário, no entanto, era declaradamente outro, com o investimento em segurança pública, os ladrões viveram ainda mais sorrateiramente, evitando o enfrentamento com as tropas estatais e não dispendo já da mesma rede de alianças que conduziram os tempos de outrora. Observe-se o processo que teve vez na comarca de Ingá e alcançou o Tribunal de Justiça da Paraíba em meados de 1940. Àquela ocasião, Leonel Monteiro de Albuquerque, acusado de ter contribuído com o grupo de cangaceiros chefiado por José de Totô, foi

sentenciado como cúmplice do grupo por ter consentido um pote e fabricado borneais para os mesmos quando da compra de sua fazenda. O réu negou os fatos apresentandos, em detrimento das evidências narradas pelas testemunhas, e alegou o império da coação sobre o caso, considerando os magistrados que “não se deve ter como cúmplice o indivíduo que, sob o império de coação, presta auxílio a um grupo de cangaceiros; o justo temos de represálias e a impossibilidade de receber qualquer socorro justificam o procedimento do denunciado, que, nas circunstancias em que se encontrou, agiu como teria feito o comum dos homens”³⁹.

O processo seguiu informando que mesmo a polícia local não tinha conhecimento da influência do referido bando e que, ante o desinteresse de tais autoridades, foi aprovado o provimento do recurso. O *acórdão*, portanto, dava notícia das circunstâncias de convivência que o Estado nacional e a ordem política tradicional moveram quando da emergência da modernização tomava conta daqueles espaços: o bando de cangaceiros já não possuía força suficiente para enfrentar a estratégia policial, movida por códigos modernos de perseguição e encurralamento. O grupo provavelmente sobrevivia escondido pelas trilhas misteriosas do mundo rural, aparecendo vez por outra em alguma propriedade para saquear ou capitalizar apoio, no entanto, sem o despudor com o qual se movimentara outrora. Porém, mesmo essas redes de solidariedade já estavam estirpando-se: àquela altura dos acontecimentos, como se pode observar, o proprietário do sítio que se sujeitara a amparar os criminosos estava sob vigilância do sistema judiciário, tendo sido condenado na primeira instância e absolvido na segunda, mas se valendo para isso de valores democráticos e não mais do poderio bélico ou de influências pessoais.

Mas também os policiais, se isoladas as corporações municipais, não tinham o poder necessário para vencer os bandidos. As instâncias locais do poder estatal ainda careciam de muito aperfeiçoamento para alcançar as tradicionais redes de influência política que contornavam coronéis, ladrões e padres. É possível que, mesmo que houvesse vontade política para tornar aquela instância mais eficiente, o problema acabasse, não raro, esbarrando na falta de recursos e pessoal capacitado para desempenhar as funções burocráticas, dotando o serviço público de vícios que atropelavam o republicanismo que era pregado pela ideologia estatal. Foi o que, possivelmente, aconteceu em Alagoa de Monteiro no início dos anos 1930, quando João Ribeiro de Lima, vulgo José Passarinho, foi apelado pelo promotor público como chefe de um bando de cangaceiros que roubaram e agrediram o agricultor João Francisco da Silva, na residência deste, que ficava no lugar Mocós. Disseram os autos que estavam todos armados,

³⁹Apelação criminal n.81 da comarca de Ingá. Consultado na *Revista do Fôro*, n.35, maio/1940, p.48-49.

levando dinheiro e os objetos que foram encontrados, capitalizando mais de 500\$000 (quinhentos mil réis) em prata, papel e níquel que estavam escondidos em uma das malas da vítima, além de três animais selados. Do acontecido, resultou a morte de Francisco Sebastião dos Santos e alguns ferimentos em João Francisco, Manuel Pereira de Souza e José Francisco da Silva.

Constava nos autos que os réus confessaram o crime em seus interrogatórios, não havendo dúvidas quanto à sua veracidade. No entanto, o juri teria condenado-o a apenas sete anos de reclusão de prisão simples. Chegado ao Tribunal de Justiça da Paraíba, a apelação foi julgada precedente e o caso foi exposto a outro julgamento⁴⁰. Ao que parece, as instituições municipais não estavam preparadas para julgar casos com tamanha grandiosidade e nível de comprometimento político. Porém, diante de tais acontecimentos, é preciso problematizar os propósitos racionais e emocionais que moveram a população camponesa quando da ocorrência de casos como aqueles. Os bandos de cangaceiros e a notícia da passagem destes decerto provocava medo naquela gente, mas esse sentimento também se combinava com um senso de justiça social próprio à lógica dos valores e regras de convivência que habitaram os costumes que imperavam pelo mundo rural.

Essa ambivalência corporificava em seu interior uma agenda de significados que levaram o juri a abrandar a pena daquele bandido. Mas e a polícia? O que se notou é que a relação com a armada estatal, apesar de dispor de uma agenda diametralmente oposta àquela, com um compromisso institucional democratizador, não foi diferente, em parte pela representação camponesa quanto a essa institucionalidade fugidia, que só alcançava as suas vidas de modo tangencial e não raro em favor dos sujeitos de maior poder, mas também pelas atitudes dos policiais, que não incorporavam a deferência pública como valor, ainda se valendo do posto, ou de outra circunstância qualquer, em benefício privado, a exemplo do que levava o personagem supracitado ao assédio daquelas duas senhoras, à ameaça da liberdade do marido agricultor de uma delas e à fuga pelas trilhas da mata.

Em meio a esse cenário, a justiça corporificava em suas reiteradas ações públicas de combate aos cangaceiros uma agenda política de Estado que ultrapassava os limites daquela instituição. Agia-se em nome de uma República, na qual um grupo cada vez maior de pessoas passou a demandar maior espaço nas lides do poder público, expandindo os limites nos quais a cidadania era exercida até então. O exercício da cidadania, a propósito, costumava combinar

⁴⁰Acórdão n.276 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXVIII, fascículo 1º e 2º, maio e junho/1933, p.27-29.

opinião com responsabilidade, levando à emergência de regras mais estritas de ordenamento social. Nesse sentido, é possível afirmar que o combate ao banditismo não foi resultado das ações exclusivas dos órgãos de segurança pública, tendo alcançado também a imprensa, que fazia a cobertura jornalística de cada confronto dos policiais com os cangaceiros, mas também dos investimentos do poder executivo para que o enfrentamento ficasse mais ostensivo.

SALVADOR, 16 (A.N.) – O conhecido cangaceiro “Volta Sêca” e seu companheiro de cela Manuel Porfírio fugiram, na madrugada de hoje, com o auxílio de uma serra, arrombaram a grade de ferro do cubículo e, improvisando uma escada de sarrafos, escalaram o muro eletrificado.

A polícia foi informada do fato e iniciou a perseguição dos fugitivos. “Volta Sêca” é antigo lugar-tenente do bando de Lampeão, responsável por vários crimes cometidos friamente. A sua conduta na Penitenciária, entretanto, era exemplar e deu margem a obter permissão do Conselho Penitenciário para afastar-se do cubículo, indo sozinho ao referido Conselho (A UNIÃO, 18 fev.1941, p.5).

A perseguição aos cangaceiros, que por muito tempo havia se configurado como uma demanda local ou privada de alguns fazendeiros que tiveram sua propriedade saqueada ou de um município que tentava se proteger dos ataques dos bandos, se tornou uma causa nacional, em favor da qual o poder público, com toda a sua força, se investiria. A notícia, contudo, falava do ato isolado de um sujeito, que, apesar das pessoas que possivelmente pudessem ter facilitado aquela fuga, já não trazia consigo o poder de um bando como havia tido outrora. Em grande medida, isso tudo era retrato das instituições que se fortaleciam contra os possíveis desvios de conduta dos sujeitos que estavam sob suas jurisdições.

Mas nem só de cangaceiros vivia o banditismo. Em primórdios da década de 1930, já fazia alguns anos que uma “poderosa quadrilha de ladrões de cavalos” operava no município de Umbuzeiro, onde provavelmente constituíram sua primeira sede, estendendo sua rede de atuação para além das fronteiras do estado. Os integrantes do referido grupo mantinham entre si os mais sérios compromissos de solidariedade e sigilo, cujo descumprimento era punido com bastante severidade. Mas as redes de influência não se esgotavam por aí, quando algum dos comparsas era preso, os demais, com destacada solicitude, cuidavam da sua defesa, arranjando advogados cujos honorários eram pagos com os dividendos da quadrilha ou por intermédio dos proprietários que não ficavam estranhos às atividades corriqueiras do bando. Quando das queixas policiais, os senhores dos animais furtados não costumavam dar grande esclarecimento sobre quem eram os ladrões e nem as autoridades policiais se empenhavam deveras na execução dos flagrantes em questão. O poder da quadrilha ameaçava denúncias mais graves e obrigava a população

camponesa a colaborar consigo⁴¹.

Com o passar do tempo, os donos dos animais furtados já não apresentavam queixa, era preferível atender aos expedientes de gratificações e tão logo o cavalo ou burro aparecia no cercado de algum vizinho ou conhecido. Possivelmente, foi o que aconteceu com Antonio Vitorino de Souza, proprietário do engenho Primavera, termo de Alagoa Grande, do fábriço de rapaduras, acusado de ter sido cúmplice da quadrilha. Disseram as testemunhas que o referido paciente teria emprestado a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis) a Julio Grande para soltar um indivíduo conhecido como José Magro, que escondia ladrões em sua propriedade, permitindo que fizessem reuniões para ajuste de planos e partilha de mercadorias, além de oferecer garapa e rapadura aos sujeitos que passavam por aquelas localidades. Disposto em prisão preventiva, foi negado o pedido de *habeas-corpus*, sob argumentação de que se tratava de um homem poderoso, que poderia atrapalhar as investigações sobre a quadrilha em questão⁴².

Também Aureliano Granja do Rego, Manuel Juvino da Silva e Antonio Paz de Souza pleitearam a reforma da sentença na qual foram acusados de cúmplices dos ladrões de cavalos. Conforme a acusação, o último teria comprado um animal furtado no lugar Jundiá do Rio Grande do Norte, o qual foi absolvido pelo Tribunal de Justiça. Os outros dois solicitantes, no entanto, em se alegando ter sido provado o delito, não tiveram suas penas revisadas ou abrandadas⁴³. Mesmo as autoridades policiais estavam envolvidas com os crimes cometidos pelo referido grupo de saqueadores: dizia-se que não era necessário mais que 1\$000 (mil réis), valor inferior à diária média de um camponês, para que um dos criminosos fosse libertado. Em maio de 1945, José Simplicio de Araujo, conhecido por José João, residente em Manguape, do município de Campina Grande, ofereceu uma queixa contra José Felix da Silva, tenente da força pública do estado e ex-delegado de polícia alegando que o referido sujeito era “chefe de ladrão de cavalos”. O processo alcançou o Ministério Público e o acusado processou o seu querelante por calúnia, mas sendo conhecida a péssima reputação do injuriado e o seu passado, quando era afeito ao roubo de animais, isso implicou na negação da calúnia⁴⁴.

As redes de influência da quadrilha de estendiam por um vasto perímetro e eram consolidadas pela frequência e simultaneidade de ataques que protagonizavam. Observe-se com

⁴¹Juízo singular da comarca de Alagoa Grande. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXIX, fascículo 3º e 4º, novembro e dezembro/1933, p.204-216.

⁴²*Acórdão* n.262 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXVIII, fascículo 3º e 4º, julho e agosto/1933, p.140-144.

⁴³Apelação criminal n.9 da comarca de Mamanguape. Consultado na *Revista do Fôro*, n.34, fascículo 3º, março/1940, p.282-283.

⁴⁴Sentença da comarca de Laranjeiras. Consultado na *Revista do Fôro*, n.58, julho/1943, p.103-105.

que intensidade tais furtos aconteciam, considerados os registros do processo julgado na comarca de Alagoa Grande em 1933. Àquela ocasião, o bando fora chefiado por Manuel Zito, cuja morte implicou na transferência do posto a Alpino de Carvalho. Dizia-se que, na segunda metade de 1931, Augusto Secundino Pessôa da Silva, vulgo Barbante, e José Maria da Silva, furtaram um cavalo pertencente à família Azevedo no lugar João Pereira, daquela comarca, e que em seguida venderam o mesmo animal em Floresta dos Leões pela quantia de 70\$000 (setenta mil réis), repartindo a quantia entre eles. Contava-se também que José Maria Silva acoitou em sua casa na cidade e na caatinga toda sorte de malfeitores, subtraindo, ainda, junto com Severino Carnaúba, da passagem daquele ano para 1932, um burro e um cavalo do cidadão Antonio Mendonça, ambos vendidos no Rio Grande do Norte. O acusado era encarregado ainda de vender por aquelas localidades os animais roubados pelo seu comparsa em outros estados.

Julio Pereira da Silva, vulgo Julio Grande, descrito como individuo de péssimos procedentes, e já condenado por ter emprestado a sua casa para reunião de ladrões, teria mandado, no final do ano de 1932, que Severino Carnaúba furtasse um burro pertencente a João Luiz na feira da cidade de Alagoa Grande. Teria ele confessado diversos negócios com a quadrilha, obtendo por troca e compra uns dez animais, e que também se encarregara de arrecadar dinheiro entre os comparsas para as despesas com a liberdade dos sujeitos presos. Ainda Altino Gomes da Silva, que havia sido convidado a fazer parte da quadrilha por José Maria Silva, denunciou diversos crimes praticados em Itabaiana, na capital, mas também em Sapé, Umbuzeiro, Alagoa Nova e Campina Grande. Seu primeiro furto ocorrera em 1931, na companhia de Luiz dos Prazeres no lugar Lagoa da Serra. Mas o referido acusado também disse ter subtraído em companhia de Manuel Aquilino, por volta do final de 1932, no lugar Quirino, três animais, e junto a José Francisco Silva, conhecido por José Magro, outros dois.

O chefe da dita perigosa malta, Alpino de Carvalho, foi apontado como autor da morte de Julio Delmiro no termo de Pilar, dizendo que esse fora falso com o bando, mas também respondera pelo roubo da propriedade Caxeiro e pelo furto de duas burras pertencentes ao senhor de engenho José Guerra em 1932, no lugar Serrotinho, no qual tivera apoio de Manuel Zito. Já em 1933, o referido réu sequestrou um burro de Manuel Raimundo em Lagoa da Serra, bem como dois burros e um cavalo de João Antonio Correia Filho, em Riacho de Areia. José Francisco da Silva, vulgo José Magro, por sua vez, outrora condenado por ligação a fatos criminosos, era sentenciado por furtos que ocorreram na capital, em Pilar e Umbuzeiro. Teria ele, ainda em fins de 1932, furtado dois burros no lugar Quirino e vendido um deles a Pedro Vicente, vulgo Pedro Matuto, como também uma burra pertencente a Francisco Bezerra, em

1932, no lugar Gindiroba, dessa vez na companhia de Luiz dos Prazeres.

João Luiz da Silva, vulgo João do Norte, João Lulu ou João das Moças, que já havia sido condenado naquela mesma comarca por crimes de roubo e estupro, citado como “um dos elementos mais perigosos dessa sociedade criminosa”, teria subtraído para si, contra a vontade do dono, um cavalo da fazenda Pimentel, propriedade do cidadão Francisco Luiz, e, no ano de 1932, em Alagoa Nova, furtado outros cinco animais, que foram vendidos em Pernambuco. Enquanto isso, Pedro Vicente, ou Pedro Matuto, junto a seu irmão Manuel Vicente, roubou no engenho Mandibú, município de Goiana, Pernambuco, e outro no lugar Geraldo, do termo de Campina ou Alagoa Nova, do qual levou ainda outros animais. Constava também que Manuel da Rede, em companhia de Alpino de Carvalho e José Magro, no final de 1932, havia furtado dois burros e outros animais da fazenda Gregório, pertencente a Olavo Lemos no lugar Serra Grande.

Manuel Vicente, conhecido por Manuel do Boi em razão de um furto que certa vez praticara, sequestrou animais em Guarita, do termo de Itabaiana, e em Cobé, no lugar Maraú, do termo de Sapé. Dizia-se ter ainda subtraído um burro do engenho Maribú, de Pernambuco, propriedade de Gedeão Amorim, e três outros muares no lugar João Pereira. Por aquela ocasião, Francisco Belo, conhecido por Canário, furtou, por volta de 1931 e 1932, entre outros animais, um cavalo pertencente a Telesforo Onofre, e João Higino, vulgo João Gino, com Alpino de Carvalho e Manuel Zito, subtraiu da fazenda Capim três animais do padre João Onofre e dois burros do senhor Sergio Mota, no lugar Várzea da Cruz, bem como um cavalo pertencente a Severino Honorio. Já Manuel dos Prazeres, também citado como Antonio do Carmo ou Antonio Grande, denunciado como pessoas distintas, teria furtado, em 1931, uma burra no lugar Jacú e entregue para que José de Souza vendesse pela importância de 180\$000 (cento e oitenta mil réis). Informavam os autos que, na companhia de Altino Gomes, Manuel Aquilino Filho teria tirado, no mês de maio de 1933, três animais do termo de Alagoa Grande, e que Olimpio da Costa Neiva, vulgo Macaco, havia furtado do cercado de João Sobral, próximo à cidade, em dias de 1932, dois burros e uma burra, bem como outros três equídeos do lugar Jacú, cujos nomes não se teve notícia.

Constavam igualmente na lista de processados o nome dos cúmplices daquela quadrilha, sem o apoio dos quais por certa não haveria tão destaca eficiência. José Francisco de Souza permitiu que Alpino, João Luiz, Julio Grande e outros se reunissem em sua residência, no lugar Jacú, e comprou por volta de dez animais furtados em 1931, confessando também ter apanhado alguns dos equídeos furtados quando encontrou com os ladrões na cidade, tendo se dignado a vender alguns burros furtados por Manuel dos Prazeres e Antonio Grande. Enquanto isso, João

Luiz e Altino Gomes encontraram guarida na propriedade de Joaquim Moraes da Silva, o qual também comprou animais roubados em Pilar. Francisco Soares Pereira recebeu em sua residência Severino Guerra, Alpino, Manuel Zito e Manuel Vicente, e adquiriu animais furtados, já Severino Pereira de Almeida Guerra comprou a João Luiz, em Alagoa Grande, dois animais sabendo que tinham sido roubados, permitindo ainda o pouso e a reunião da quadrilha em sua casa.

Manuel Malaquias de Carvalho adquiriu a Luiz dos Prazeres uma burra roubada pela quantia de 40\$000 (quarenta mil réis) e João Soares da Costa, sogro de Alpino de Carvalho, o acoitava desde 1931 em sua casa, ocultando ladrões e cavalos furtados em uma gruta próximo à sua residência. Noticiava o processo que laços fortes de solidariedade uniam Severino Cezario, conhecido por Severino Venerando, aos membros da quadrilha, a ponto de tal sujeito fornecer recursos para a soltura dos comparsas presos pela polícia. Enfim, Fernando José Rosa, cujos antecedentes eram ditos reprováveis, comprou uma burra castanha do gatuno João Luiz ou João do Norte no lugar Gindiroba pelo preço de 70\$000 (setenta mil réis). O processo findou sentenciando todos à cadeia pública, mantendo os que já estavam presos no cárcere e expedindo mandatos aos demais⁴⁵.

Alcançada a década seguinte, o poder da famigerada quadrilha de ladrões de cavalos começou a se esvaír. Em primeiro de agosto de 1940, Oliveira José Barbosa, vulgo Oliveira Figueiredo, conduzia, na companhia de um primo menor de 18 anos, um cavalo que havia furtado de José Gonçalves, no lugar Ingá, da comarca de Guarabira, para Sapé. Contudo, no meio do caminho, os dois bandidos encontraram o menor Severino Gonçalves da Silva, de 15 anos, que ia transportando uma carga de galinhas para vender. Acontecia que o segundo garoto era sobrinho de José Gonçalves e não demorou a reconhecer o animal de seu tio. Certos de que o encontro havia de causar-lhes sérias consequências, os dois sequestradores puseram termo à vida do vendedor de poedeiras.

A consumação do assassinato se deu algumas léguas mais adiante, quando passavam pelo lugar Fundo do Vale, no qual a estrada se apresentava erma e deserta, desfechando-se alguns tiros contra a vítima que morreu de imediato, tendo sido ainda furtado na quantia de 3\$000 (três mil réis) e escondido no mato. A polícia só conseguiu encontrar o corpo três dias depois, já em avançado estado de decomposição, mas decerto não conseguiria chegar adiante nas investigações caso as coincidências não estivessem presentes à cena do crime. Poucos dias depois do

⁴⁵Juízo singular da comarca de Alagoa Grande. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXIX, f. 3 e 4, nov. e dez./1933, p.204-216.

acontecido, um dos membros da quadrilha de ladrões de cavalos, João da Monta, desfechou contra Oliveira um tiro no rosto por questões ditas de pequena importância, provocando a revolta do ofendido que decidiu confessar à autoridade policial todos os crimes que havia cometido com a indicação dos companheiros, historiando os pormenores dos assassinatos e furtos que ocorreram na região, a exemplo do casal de burros roubados no lugar Areial, da comarca de Itabaiana, e um outro pertencente a João Meireles em Sapé. Na sequência do julgamento, o réu confesso foi condenado à prisão simples por trinta anos, acrescida de uma multa de 20% sobre o valor dos animais e da taxa penitenciária de 20\$000 (vinte mil réis)⁴⁶.

A força da quadrilha de ladrões de cavalos tomou tais proporções que, ainda em 1949, um crime teve sua autoria atribuída a ela. Foi sentenciado na comarca de Mamanguape, sob apelação da Justiça Pública, o tenente Sebastião Salustiano Serpa, que na companhia de terceiros teria assassinado Nicoláu Avelino de Araújo, conhecido pelas alcunhas de Nico e Zezinho, e José Hermínio de Andrade, chamado José Janoca, fato que teria acontecido na segunda quinzena do mês de agosto no lugar Capim Azul. Submetido a julgamento, o júri absolveu os réus. Ao que indicam os autos, o crime fora recebido com revolta na tribuna e na imprensa tanto no estado como fora dele, alegada a barbárie com a qual este fora cometido a julgar pela forma como foram encontrados os cadáveres *a posteriori*, em um dos quais um testículo fora extirpado e o outro esmagado, não restando dúvida da participação da polícia na sua execução. Chegado ao Tribunal de Justiça da Paraíba, o processo teve como desfecho o provimento do recurso pela reavaliação da sentença⁴⁷.

O *métier* do grupo de ladrões se espalhava sobre o mundo rural com todas as ferramentas conhecidas da tradição camponesa ou apresentadas pela modernização que se anunciava na medida em que elas estavam disponíveis. Observe-se a mercadoria preferida do bando: os cavalos, as éguas e os muares. Em certo sentido, o furto de tais equídeos constituiu uma marca da quadrilha, espalhando a sua fama pelos confins do mundo rural e autorizando a identificação dos crimes de sua autoria tão logo do desaparecimento de quadrupedes como aqueles. A frequência com a qual animais eram furtados das propriedades decerto era bem maior do que as possibilidades da referida gangue dominavam. Esse aspecto, no entanto, conferia ainda maior vulto à ação dos ladrões, permitindo a incorporação de um símbolo ainda maior do que aquele que de fato eles teriam alcançado.

Os homens e as mulheres que habitaram o mundo rural quando daquela temporalidade

⁴⁶Apelação criminal n.176. Consultado na *Revista do Fôro*, n.46, agosto a setembro/1941, p.186-188.

⁴⁷Apelação criminal n.3.632. Consultado na *Revista do Fôro*, n.65, janeiro a dezembro/1957, p.221-223.

bem sabiam o valor que possuía um mito, era ele que espalhava o medo em toda a população alcançando o respeito de proprietários de terra e moradores. É possível inferir que os chefes políticos possuíam considerável poder para barrar a ação de sujeitos como aqueles, dados os rastros dos seus conhecimentos e a sua força de articulação de exércitos particulares e do efetivo estadual. Um empreendimento como aquele, no entanto, não só dispenderia muito mais energia do que valia a pena levar adiante como também corporificava uma história conhecida daqueles sujeitos e própria à economia de suas relações, que se alastrava pelas matas, fazendo parte do cenário cultural dos moradores do campo.

As razões que levaram cavalos, éguas, burros e burras à preferência do bando, porém, decerto ultrapassam os limites daquela marca. Os referidos mamíferos possuíam a destreza de encampar longas distâncias em considerável velocidade, valiosa entre aqueles que traziam por deferência as longas campanhas pela vastidão do mundo rural. Os equídeos em tudo interessavam aos ladrões, eles possuíam considerável procura da clientela clandestina e favoreciam a fuga, facilitando o deslocamento do grupo pelas matas afora e seus consequentes esconderijos, propósito que o gado dificultaria enormemente vista a sua lentidão, o menor controle sobre a rota que ele estabelecia e a clientela mais abastada que em geral ele capitalizava.

Apesar de estabelecido esse cenário, tratava-se de uma quadrilha de ladrões de cavalos. A todo o tempo, foi essa a denominação que a documentação usou para descrever os bandidos em questão. Resta saber por que razão os equinos foram favorecidos em relação aos muares, que atendiam às preferências da quadrilha nas mesmas proporções. O conceito dos cavalos possivelmente colocava-os acima dos burros em razão de seus atributos físicos. Contudo, há que se questionar a tradução desse valor simbólico em termos de utilidade. Mais valoroso no imaginário popular, o cavalo perdia feio quando o quesito era o uso, vista a habilidade dos muares para levar cargas, o que era destacadamente mais importante para os camponeses e as camponesas, *vide* os preços que ambos possuíam nas feiras: um cavalo de sela poderia ser comprado por 500\$000 (quinhentos mil réis) enquanto o burro de sela poderia variar de 400\$000 (quatrocentos mil réis) a 900\$000 (novecentos mil réis), já o burro de carga chegaria a 300\$000 (trezentos mil réis), números referentes ao município de Cajazeiras em 1922 (PARAHYBA-AGRICOLA, out.1922, p.25). O cavalo era um animal nobre e para nobres, ele servia mais como transporte rápido de pessoas que como apoio no trabalho agrícola. Não restava dúvida, porém, que cavalos, éguas e muares estavam no topo dos valores que um animal domesticado no universo agrário conseguia alcançar, depois deles viria o gado, cuja variação de atividade mais cara alcançaria o teto de 220\$000 (duzentos e vinte mil réis).

A propriedade dos animais era atestada pelas marcas dos seus donos feitas no pelo dos animais pelo ferro em brasa. O gado era criado solto pelos sertões nordestinos e, lembrava Euclides da Cunha (2009[1901], p.102), “ferrados em junho, os garrotes novos perdem-se nas caatingas, com o resto das malhadas”. Caso se perdessem em campo, completava o autor, os vizinhos também saíam à procura, até que o boi, o touro ou a vaca fosse encontrado e levado de volta aos domínios de seu senhor. Conhecidas ao largo daqueles mundos misteriosos, portanto, as marcas possivelmente foram um problema para os ladrões e os compradores. Mas é provável que essa lógica, traída pela cumplicidade dos senhores e moradores da região, atendessem a algum princípio de justiça social que de alguma forma o grupo permitia.

Os salários dos trabalhadores rurais sem qualificação profissional específica alcançavam, em 1922, conforme quadros dispostos em vários números da revista *Parahyba-Agrícola*, valores que variavam de 1\$000 (mil réis) a 3\$000 (três mil réis) por dia. Com esse saldo, seria necessário trabalhar quase metade do ano, desconsiderando todas as outras despesas, para alcançar o preço de um burro ou de um cavalo. Ponderado que esse valor mal dava para comprar o necessário para a alimentação, tornava-se muito difícil que um agricultor ou agricultora comuns conseguissem comprar um daqueles animais por vias legais. Nesse sentido, os animais vendidos por 70\$000 (setenta mil réis) ou 180\$000 (cento e oitenta mil réis) pela quadrilha viabilizariam o acesso a esse bem, apregoando um senso de justiça que superava a lógica inscrita pela instituição estatal.

A longevidade da quadrilha de ladrões de cavalos disse muito do momento no qual ela se estabeleceu e da lógica social dos tempos sobre os quais ela se espalhou. A fragmentação do grupo favorecia a sua sobrevivência em um cenário no qual a força policial mostrava maior eficiência. Os sequestradores de animais, afinal, vez por outra eram presos, mesmo que diante de circunstâncias que permitissem a facilitada libertação dos mesmos indivíduos *a posteriori*. Essa mesma fragmentação, contudo, não seria possível algumas décadas antes. Em certo sentido, ela dependia de algumas das facilidades de comunicação que a modernização autorizava. Não há dúvida que, em outros momentos, as redes de solidariedade que perpassavam aquelas regiões existiram com força possivelmente superior à que se observou na sequência dos anos 1930, mas eles decerto não contavam com a velocidade por meio da qual estavam se dando àquelas novas circunstâncias, com a agilidade em angariar recursos e soltar os companheiros presos que antecederse a publicização dos casos.

Em razão da decadência do coronelismo, a década de 1930 foi um dos momentos mais profícuos à aquisição de recursos para os bandidos. Àquela oportunidade, os coronéis agiam

clandestinamente pela manutenção do seu poder político nas vias institucionais, mas também naqueles tradicionais domínios que representavam a manutenção da velha ordem. A quadrilha de ladrões de cavalos não estava exatamente a favor daqueles chefes políticos como o cangaço em certa medida esteve, ela não ameaçava a ascensão do moderno, não servia à vitória de uma família sobre a outra e nem reforçava o poder de mando daqueles homens quando da invasão de uma cidade. A ação dos sequestradores de animais era uma afronta aos próprios proprietários de terras e criadores de bichos. Mas em certa medida, aquele bando se alimentava do esfacelamento do poder desses sujeitos, que em se valendo dos benefícios de comprar um ou outro equino mais barato autorizavam a ação de uma quadrilha. A propósito, a existência de canais recorrentes de furtos de cavalos e burros não faria sentido se também não houvesse uma clientela ávida por tais semoventes.

Apesar de articulados, cada ladrão do bando respondia pelos crimes de determinadas localidades, definindo certos limites de atuação onde possivelmente era conhecido dos coronéis e temido pela população geral. Contudo, a natureza dos laços que os estabelecia em espacialidades mais específicas não roubava as trilhas misteriosas de um universo paralelo ao poder público, espreado pela vastidão do mundo rural, no qual tais sujeitos se escondiam e encontravam as forças para continuar na clandestinidade. Mas também esse dispositivo foi se esvaindo com o passar do tempo. No ano de 1933, a força policial e a justiça pública já dispunham de informações consideráveis sobre as articulações do grupo, mostrando destacado serviço de inteligência e integração de informações, dispositivo que foi fechando o cerco, a começar pelas denúncias aos proprietários cúmplices, que, mesmo não sendo condenados, eram postos em alerta e consequente vigilância das autoridades locais, os quais já àquela altura dispunham de melhores condições para a averiguação de crimes e maior acesso ao efetivo estadual para casos de maior complexidade.

Observadas tais circunstâncias, a excepcionalidade do caso do réu confesso também deu notícia de uma quadrilha que perdia a sua força para a institucionalidade que lhe cercava. Ao denunciar o grupo, Oliveira Figueiredo tinha ciência de sua vulnerabilidade, se ele já havia tido problemas anteriores com os outros membros do grupo, aspecto que ameaçava a sua sobrevivência quando do tiro que levou no rosto, depois das informações concedidas à autoridade policial isso se agravava significativamente. Mas aquela aposta não foi de todo um tiro no escuro, ao se entregar para a polícia, o ladrão ficava mais protegido de possíveis emboscadas. Dessa vez, a instituição judiciária contava a seu favor, como uma forma de escapar dos conflitos internos à horda. A atitude, no entanto, decerto não foi completamente planejada

pelo sujeito que decidiu tomá-la, ela deve ter tido a sua quota de sangue quente de quem vivera uma humilhação no seu circuito de relações. Em parte, conferida pelas condições do momento da história social, em parte pelas combinações de atitudes individuais e coletivas, o certo é que a quadrilha de ladrões de cavalos foi perdendo força até ser levada à extinção.

Outros grupos, no entanto, subsistiram no banditismo, incorporando variadas formas de agir, mas cada vez dotados de menor força e amplitude de atuação. Era o caso da quadrilha de saqueadores “Caras Sujas”. Em 1940, se tinha notícia de que, já havia três anos, o bando atuava pelas regiões de Cariri da Paraíba e de Pernambuco, apesar de algumas acusações falarem de crimes que tiveram vez mais de uma década antes. Os ladrões tinham por hábito o uso de máscaras quando da realização dos saques. Dentre eles, os que se teve notícia foram João Pessoa da Silva, vulgo João Carneiro, condenado por ter furtado uma burra em 1937 e alguns objetos em 1935, contra José Campos e Francisco Martins dos Santos nos lugares Jardim e Mata Verde da comarca de Umbuzeiro⁴⁸; Manuel Soares de Lima, Manuel Pedro da Silva e Yoyô de José Galdino, acusados de terem assaltado as residências de Manuel de Brito Lira e José Pereira Leôncio no lugar Olho d’Água Doce, onde com toda sorte de violência teriam roubado diversos objetos, sendo flagrados *a posteriori* na casa do velho Valdevino⁴⁹; Antonio Rodrigues da Silva, vulgo Relâmpago, Pedro Vieira Filho, vulgo Pedro do Algodão, João Verissimo Filho e Antonio Xavier, vulgo Gato Preto⁵⁰; bem como Manuel Valdevino de Santana, Francisco Valdevino de Santana, José Valdevino de Albuquerque e Francisco Joaquim de Santana, cujos nomes sugerem vínculos de parentesco, que foram acusados de terem saqueado diversas fazendas da região. Diziam os autos que, depois da prisão de Manuel Soares de Lima em flagrante, ficou mais fácil elucidar os fatos em razão da apreensão dos instrumentos do crime, dentre os quais as máscaras, os rifles e os objetos roubados⁵¹.

As estratégias das quais os Caras Sujas se valiam em seus saques traziam diferenças significativas em relação às práticas da quadrilha de ladrões de cavalos. A máscara utilizada pelos ladrões possivelmente tinha uma serventia cuja ambivalência marcava o sinal dos novos tempos: ela escondia a identidade dos indivíduos, mas expunha a marca do grupo. Mas as diferenças não paravam por aí, elas também diziam de um bando cuja ação era concentrada em uma região de dimensões mais limitadas, inscrevia a sua atividade com o apoio de um número

⁴⁸Revisão criminal n.10 da comarca de João Pessoa. Consultado na *Revista do Fôro*, n.34, f.4, abr./1940, p.411-412.

⁴⁹Revisão criminal n.21 da comarca de João Pessoa. Consultado na *Revista do Fôro*, n.36, jun./1940, p.23-24.

⁵⁰O processo dizia que o caso aconteceu em 1924, data estranha às demais evidências, podendo ser resultado de algum erro de escrita ou digitação. Em verdade, ele provavelmente teve vez na década de 1930. Conforme revisão criminal n.74 da comarca de João Pessoa. Consultado na *Revista do Fôro*, n.38, ago. e set./1940, p.116.

⁵¹Revisão criminal n.44 da comarca de João Pessoa. Consultado na *Revista do Fôro*, n.39, out./1940, p.34-35.

possivelmente mais restrito de sujeitos e era levada à frente com o apoio das famílias da região, a julgar pelos sobrenomes Valdevino e Santana dos últimos acusados. Os primeiros, por sua vez, possuíam apelidos comuns aos ladrões profissionais, apresentando sujeitos que possivelmente se associaram aos chefes políticos locais para tentar manter a estrutura de poder tradicional. Enfim, o que se pode concluir é que os tempos eram outros e que a eficiência policial já estava mais destacada na década de 1940, perceba-se a limitada duração da atuação do grupo e de suas redes de solidariedade se postas em perspectiva com a outra horda.

Articulado no propósito de vencer as milícias que asseguravam a manutenção da ordem tradicional, o Estado-Nação tratou de instituir um valor menor ao seu *outro*. Quando da constituição dos documentos oficiais ou da montagem das notícias que publicavam os feitos desses grupos na imprensa, não faltavam nomes e adjetivos como *facínoras*, *desordeiros*, *terríveis*, *agitadores*, *arruaceiros*, *delinquentes*, *malfeitores*, *marginais*, entre outros, cujo propósito era desqualificar e diminuir a importância que possuíam no cenário político da época. Havia ainda conceitos que homogeneizavam os ladrões em torno de uma mesma categoria, como se fossem todos *cangaceiros*, *jagunços*, *saqueadores* e *capangas*. Contudo, nenhum desses termos atendeu tão bem ao propósito global de afirmação da ordem nacional como *bandidos*: seriam assim diagnosticados inimigos do poder público, destruidores da propriedade privada, alheios ao trabalho.

As armadas estatais com certeza serviram bastante para a vitória pública sobre o banditismo, mas nenhuma outra instituição munida desse propósito foi tão importante quanto a imprensa e o poder judiciário, com a afirmação de outra versão sobre as suas redes de atuação, desmerecendo os mitos que os constituíam e colocando em seu lugar um valor degenerado. Com o passar dos anos, a atuação de quadrilhas como aquelas foram se tornando cada vez mais espaçadas e dotadas de maiores dificuldades de articulação. O banditismo, aos poucos, ia saindo de cena, mas não sem deixar seus rastros pelo caminho. Um ou outro grupo, às vezes, ainda se aventurava em crimes como aqueles, mas, antes de tudo, um número crescente de indivíduos começou a aparecer na cena geral cometendo crimes isolados, destituídos de vínculos com chefes políticos, outros ladrões ou qualquer dos canais que moviam aquelas extensas redes de solidariedade. Os ventos eram outros, dados a outra lógica para o estabelecimento da ordem social e, por consequência, de novas formas de burlá-la.

Os mitos que contornavam as distâncias misteriosas e a figura dos bandidos com o passar do tempo perdiam lugar para a racionalidade dos espaços e ascensão da economia política no mundo rural. A ciência havia se tornado uma das ferramentas mais eficientes nessa mudança,

junto à religião ela fazia caminhar a modernização por meio do desencantamento do mundo. Era esse um processo histórico-religioso, o qual propunha uma desmagificação do sistema de referências coletivas e uma perda de sentido das lógicas tradicionais de organização social, *vide* Antônio Flávio Pierucci (2005[2003]). As mudanças, contudo, não implicaram no completo desaparecimento do pensamento mágico, o qual sobreviveu em algumas práticas que marcaram o novo tempo, mas de forma alguma com o mesmo tamanho que havia tido outrora. A modernidade deveria ser, portanto, o império da razão.

À ocasião da emergência da modernização, toda a experiência no trato com os bandidos e, em certa medida, a permanência da convivência com esses sujeitos, faria a gente camponesa mais propensa ao desacato dos desmandos do poder estatal não por meio do enfrentamento direto, mas pela apropriação da vastidão do mundo rural enquanto uma arma para manter aspectos das ordens tradicionais e dos aparatos culturais que ela pregava. Os pretensos vazios demográficos, nesse sentido, continuavam a ser uma boa ferramenta para questionar o domínio do poder público, que ainda vacilaria muito no trato com aqueles sertões difíceis. O aniquilamento dos bandos, no entanto, servia de alerta quanto aos riscos de andar fora dos limites legais, enfim, a partir dos anos 1930, ficava mais complicado descumprir as leis.

2.4 As peregrinações da população beata: aspectos do sincretismo da religiosidade camponesa.

As formulações edênicas projetavam-se sobre a América, criando uma ponte que aproximava o Novo Mundo do Velho, integrando-o ao seu imaginário, preenchendo o lugar antes ocupado pelas terras longínquas que, aos poucos, foram sendo devassadas. De certa forma, edenizar a América significava estabelecer com ela uma camaradagem, uma cumplicidade que repousava no mundo imaginário. Encontrava-se aqui algo que, de certa forma, já estava concebido: via-se o que se queria ver, o que se ouvia dizer.

Laura de Mello e Souza (1986, p.43)

As distâncias atiçavam a imaginação, criavam *outros* coalhados pelas narrativas de viagem, embaralhavam referências culturais, exacerbavam emoções. O tempo fez da América Portuguesa uma República, mas não roubou dela o mistério de seus sertões. Em um mundo marcado pela vastidão das fronteiras que se perdiam no horizonte, *ouvir dizer* não poderia mesmo passar ao largo das representações mais próximas, apoderando as pessoas das emoções

mais fugidias. Restava acreditar ou desacreditar no que se contava, afinal, era assim, à custa dos mitos que se propagavam, que também aquela gente sobrevivia, em grande medida, tomada pela religiosidade, que dava o tom do que se devia e do que não se devia creditar. Ao longo dos séculos seguintes, a população sertaneja perpetuaria todo um arsenal de credos apreendidos em meio aos seus muitos encontros culturais em uma forma híbrida, distante dos muitos dogmas inventados pelas instituições eclesásticas.

Relataram os autos do processo impetrado pelo representante do Ministério Público, na comarca de Alagoa Grande, de um conflito que teve vez na cidade de Alagoa Nova. Em 23 de janeiro de 1926, Antonio Pereira da Cunha, mais conhecido como Antonio Felipe, foi autor de um ferimento grave em Cesario José da Cunha no engenho Urucú. As acusações, no entanto, esbarravam nas evidências apresentadas pelas testemunhas. Em certa ocasião, na casa de sua irmã Otilia, o indivíduo quis se suicidar batendo em sua própria cabeça com uma mão de pilão, mesmo dia no qual se valeu de um trichete, fazendo ferimentos em seu próprio ventre. Ainda por volta da meia noite, o referido sujeito foi visto pela testemunha trepado em uma gameleira por trás da casa do engenho, onde pretendia dar cabo de sua própria vida, tendo em mãos um galho e uma corda. Diante de tais fatos, suspeitava-se da sanidade mental do réu, que já havia sido conduzido outrora, pelos moradores da região, ao hospital de Tamarindeira, na cidade do Recife.

Antes de levar o caso por tal rumo, no entanto, deve-se atentar para o diagnóstico montado pelo poder público sobre o discurso do réu quando dos ferimentos que ele avultou em seu amigo, quase irmão, Cesario: “Tratava-se, pois, de um ‘anormal’, com mania de suicídio, com idéias místicas, dizendo-se ‘guiado pelo Padre Cicero’”⁵². A trajetória do sujeito informava das particularidades da religiosidade rural que se espalhavam enquanto prática das populações que habitavam o interior nordestino. Ao dizer-se guiado pelo Padre Cícero, o personagem atendia a um universo de referências culturais que ultrapassavam os limites do catolicismo: essa prática envolvia significados do sincretismo religioso europeu, migrando entre signos do catolicismo monástico e do paganismo, mas também de aspectos das religiões indígenas e africanas, devidamente adaptadas às demais circunstâncias de vida da sociedade camponesa.

A versão da história consultada explorou a referência ao padre cearense como guia das atitudes do agricultor de forma tão desacreditada que até mesmo as testemunhas duvidaram do seu efetivo acontecimento. O discurso, contudo, não autorizava a suposição de uma possível falência do mito que compôs a figura do Padre Cícero, é provável antes que essa população também fosse devota do referido clérigo. O que acontecia era que as práticas mais radicais de

⁵²Juízo singular da comarca de Alagoa Grande. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXV, f.4, ago./1932, p.343-346.

alguns seguidores não tinham aquiescência de todo o grupo. A ideia de guia religioso fazia parte tanto do imaginário popular cristão medieval quanto da tradição afro-brasileira, porém, em ambos os casos, ela definia bastante da representação da divindade que estava os guiando, de forma que a associação entre o Padre Cícero e o suicídio não seria, por certo, das mais bem aceitas. Antes que fosse um assassinato, afinal, a beligerância era uma dimensão constante da vida daqueles grupos sociais. Enquanto isso, o suicídio remetia à fraqueza humana, avessa à valentia que compunha o imaginário camponês.

Essa difícil régua entre a apropriação coletiva e o ostracismo de algumas práticas individuais habitava a lógica dessa religiosidade “funda, exacerbada e cheia de angustia”, como explicou Laura de Mello e Souza (1986, p.33), ao tratar do catolicismo popular no final da Idade Média, mas que encontrou circunstâncias adequadas às suas permanências pelos sertões nordestinos. A propriedade de ser guiado pelo Padre Cícero fora tão introspectiva, exagerada e angustiada, que Antonio Felipe tentou se suicidar três vezes e cruzou a linha tênue da realidade com a imaginação. O peso da religiosidade sobre a vida social parecia mesmo ultrapassar o valor concedido à própria vida. Avaliar essas crenças, portanto, também significava mergulhar no mundo de significados que esses grupos traziam junto de si e que se afirmava no cotidiano da sociedade camponesa.

A religiosidade é uma dimensão importante da vida social. Ela carrega em sua esteira uma série de comportamentos que são próprios à sua confissão e que retratam, ao mesmo ponto em que produzem, formas de pensar e agir. Era de se esperar, por conseguinte, que a população rural fosse dada a um comportamento político mais voltado para a ação individual e dispersa nas longas distâncias que compunham o imaginário geográfico sobre o mundo agrário. Isso implicava na disposição de formas de reação política marcadas antes pelo boicote dos signos do moderno que pelo confronto direto com a modernização por meio de grandes aglomerações de pessoas. Mesmo quando sabotar o regime de todo não era possível, o desvio de significação era um recurso constantemente utilizado a partir de uma reelaboração interna das circunstâncias socioculturais apresentadas.

Os valores e as regras inscritas pelas práticas religiosas serviam ainda ao estabelecimento da ordem política e social vigente entre os grupos humanos que as creditavam. Ao analisar a presença do metodismo nas tradições da classe operária inglesa, Edward Palmer Thompson (2011[1963], p.46) atestou: “as sociedades, com seus encontros, aulas, vigílias e visitas, constituíram uma ordem leiga na qual, como observou Southey, havia uma ‘polícia espiritual’ constantemente alerta a qualquer sinal de relapsia”. Decerto, os agricultores e vaqueiros

nordestinos da segunda década do século XX não compartilhavam do mesmo cenário cultural, mas, sem dúvida, habitava entre eles certa confissão cuja lógica de justiça própria do mundo agrário se enlaçava com o poder de mando dos chefes políticos e sagacidade dos bandidos no equacionamento de suas relações.

Àquele momento, o líder político e chefe religioso cearense já havia alcançado seus oitenta e dois anos. O Padre Cícero era uma figura controversa para as autoridades religiosas do Vaticano: ao passo que reunia milhares de adeptos no entorno de sua figura, descumpria os dogmas que definiam o poder eclesiástico. A disposição de tais conflitos foram, conforme Lira Neto (2009), movidas pelo caráter mistificador de suas práticas, autorizando a integração de outras matrizes culturais aos rituais populares, a desobediência dos preceitos religiosos e, sobretudo, pelo seu envolvimento com o poder local, o que implicava em uma afronta ao Estado nacional que, a partir da década de 1930, tratou de se investir com cada vez mais força sobre o mundo rural. O referido clérigo fora, ele próprio, chefe político da região do Crato, articulando coronéis e bandidos na manutenção da autoridade da terra. O peso simbólico dessa mistura pode ser observado na prática de benzer rifles, punhais e bacamartes, o que implicava no apadrinhamento da característica beligerante de tal sociedade.

O estranhamento da instituição romana com as práticas do vigário cearense dava notícia de uma mudança na forma como os credos eram vigiados pela Igreja e pelo Estado. Até a decadência do regime imperial brasileiro, as coroas ibéricas e, posteriormente, os monarcas brasileiros, tiveram ingerência sobre a administração eclesiástica. Há esse tempo, o Estado era declaradamente católico, o que também implicava em certa rede de chancelas públicas ao clero, como a autoridade sobre os registros de nascimento, leia-se batismo, matrimônio e óbito. O padroado, como se intitulava esse espaço jurídico, era uma brecha entre essas duas instituições que, em tempos de Colônia e Império, não tinham força suficiente para dar conta por si de uma população católica e/ou civil com as proporções que se queria manter no Brasil. Ao longo desse período, as almas registradas nos livros das igrejas encontraram formas paralelas de guiar as suas crenças, em parte pela carência de vigários que dessem conta da extensão do território brasileiro, em parte pela natureza polivalente das referências religiosas que lhes chegavam, a despeito das resistências culturais mantidas por aquela gente.

A esse respeito, Lira Neto (2009) mostrou como as circunstâncias locais deram margem, pelas estradas do mundo rural, para uma religiosidade espontânea. Havia escassez de párocos pelos sertões nordestinos e mesmo nas localidades em que eles estavam presentes, o contato com a Igreja Católica era ocasional e disperso, resultando no descumprimento dos dogmas e no

sincretismo das práticas religiosas.

No universo mental dos sertões, havia lugar tanto para a crença em caiporas e lobisomens quanto em anjos da guarda. Existia espaço para propaladas aparições tanto de almas penadas quanto de pavorosas mulas sem cabeça. Benzedeiros desfaziam quebrantos com a ajuda de rosários, como também de patuás e folhas de pinhão-roxo. Davam-se notícias de curas extraordinárias, de palestras com mortos e de intervenções miraculosas do Além. A recorrência das secas e pestes inclementes ajudava a fazer de cada manifestação da natureza um recado de Deus – ou uma artimanha do diabo – contra o mundo imperfeito dos homens (LIRA NETO, 2009, p.33).

O padroado, no entanto, desmoronou com o advento da República e concomitante movimento de romanização da Igreja Católica. A primeira se dizia laica, como propôs a Constituição de 1891, e a segunda reavaliava as suas estratégias para retomar o controle sobre as paróquias e os fieis. A Igreja se dividia entre as suas expressões oficiais, guiadas pelo clero, e aquelas que fugiam dos preceitos mais rigorosos, que tinham por cenário as irmandades, entre outros espaços. A escolha pela romanização foi, dentre as atitudes possíveis, aquela que possivelmente deu um caráter mais conservador à modernização que a instituição carecia. Uma das faces desse processo, dizia Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (2016[1994]), foi o movimento de estadualização dos domínios católicos, multiplicando o número de dioceses brasileiras. Em 1892, era criada a Diocese da Paraíba.

A Diocese da Paraíba foi regida, ao longo das suas primeiras décadas de funcionamento, pelo Cônego Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, o qual teve certo protagonismo nesse processo de romanização da Igreja Católica na Paraíba. Além da multiplicação do número de paróquias, e de vigários formados para assumi-las, com a criação do Seminário Nossa Senhora da Conceição em 1894, aquele processo esteve envolto de um regime de doutrinação, com foco na manutenção de uma coesão ideológica entre os católicos, e disciplina, visando evitar os possíveis desvios de conduta entre os fieis, mas, sobretudo, no interior do clero. Mediante esse objetivo, a Igreja fez circular cartas pastorais, promoveu retiros espirituais, missões populares, conferências católicas e visitas pastorais, as quais se dirigiam a diferentes públicos, mas atendendo ao propósito de expandir o controle e a vigilância sobre as paróquias (FERREIRA, 2016[1994]).

Em relação a esses propósitos, era possível observar uma mudança importante na maneira como a religião católica passaria a se expressar com o passar de algum tempo, sobretudo em seus caminhos mais institucionais, mas, no que dizia respeito à convivência e à mistura de referências com outros credos, ao que aponta a historiografia e as fontes, não se pode ver exatamente o que era esperado:

A romanização foi bem sucedida na Diocese da Paraíba, no sentido de que submeteu todas as antigas irmandades ao controle clerical. No entanto, a expansão das novas devoções não se deu no nível esperado. Isso porque a finalidade última da romanização era a submissão das antigas devoções pelas novas. Mas tal não ocorreu, predominando a convivência entre ambas. Vale, por fim, ressaltar o papel expressivo das irmandades e associações no que tange à consolidação dos ideais e práticas de caridade, da obediência e do espírito de “corpos” (FERREIRA, 2016[1994], p.206/207).

A religiosidade popular camponesa no Nordeste do Brasil não era, de fato, exclusivamente católica, apesar da predominância de camponeses e camponesas que diziam ser essa a sua confissão. Contudo, consideradas as diversidades geográficas que compuseram o cenário paraibano à época, é possível inferir que nas regiões do Sertão do estado houvesse maior incidência desse tipo de sincretismo religioso que centraliza a figura do Padre Cícero e demais líderes religiosos como ele, a exemplo do Padre Ibiapina, que também fora uma figura de significativa representação popular à época. O caminho na direção litorânea levaria a práticas confessionais mais próximas dos seus dogmas, dentre outras coisas, em razão do maior controle da diocese nesse cenário⁵³. Mas isso não significava que também nesses lugares os referidos líderes não fossem figuras emblemáticas ou que não houvesse sincretismo, decerto eles o foram e houve bastante mistura de significação, mas não nas mesmas proporções que se deram no Semiárido.

Essa proximidade ou distância dos preceitos religiosos informava de uma sociedade mais ou menos tomada pelo processo de secularização que os signos do moderno estavam acelerando no Ocidente. A religião, qualificada pelo “respeito, prece, culto e sobretudo *doutrina*” (PIERUCCI, 2005[2003], p.70, grifos do autor), servia, conforme Max Weber (2004[1920]), ao desencantamento do mundo, na medida em que corporificava uma ascese e tomava-se de pautas mundanas, os sujeitos costumavam pedir pela própria vida, ou qualquer variável interna a ela, alcançando, no limite, a própria salvação. Essa característica fazia do universo religioso um espaço tomado por intelectuais, sem os quais ele não teria sentido. Em oposição a isso, a mágica envolvia a “coerção do sagrado, compulsão do divino, conjugação dos espíritos” (PIERUCCI, 2005[2003], p.70). O autor foi certo ao expor que os planos da religião jamais se concretizaram de todo, havendo certa dose de magia em suas práticas, mas se enganava aquele que acreditasse na magia como domínio do irracional.

Os interesses mágicos são totalmente *deste mundo*. Toda ação mágica tem sempre um objetivo pragmático muito claro e bem definido, e seus resultados

⁵³A secularização que tomava o Cristianismo, a qual foi observada mais atentamente por Max Weber (2004[1920]), também alcançou alguns cultos afro-brasileiros e indígenas, as religiões com essas origens, àquela altura, também tinham seus dogmas e um complexo ritual mitológico.

são esperados para o aqui e agora. Nada aí é metafísico, nada é para o outro mundo, nada é para o lado de lá. Nem mesmo para um futuro longínquo à moda milenarista ou messiânica: simplesmente agora (...). Magia não porta racionalidade teórica, nem sistêmica, mas sim prática. Não ético-prática, mas prático-técnica. Uma racionalidade *subjetivamente* significativa apenas se encarada e avaliada de modo avulso, desconexo, desconjuntado. Uma racionalidade elementar, não sistêmica. Os atos mágicos não se perfilam numa sequência significativa, não se ordenam num plexo homogêneo de sentido, não são capazes de travejar coerentemente uma *conduta de vida* (PIERUCCI, 2005[2003], p.80, grifos do autor).

Há que se atentar, ainda, para a alegada propensão dos de baixo, mas destacadamente os camponeses e as camponesas, na apropriação da magia, conforme Antônio Flávio Pierucci (2005[2003]). Esse grupo acessaria esse universo de valores e práticas híbridas que fazia o seu mundo de representações, o qual estava tomado das restrições parcialmente secularizadas, para compreender o que estava à sua volta, processo alheio a qualquer forma de ingenuidade. O desencantamento do mundo nos sertões nordestinos, em sendo assim, parecia tomar contornos próprios, coalhados pela lógica da sua gente e atendendo aos interesses assentados no seu cotidiano e na sua forma de pensar a sociedade: “um ato de magia é um ato de racionalidade prática subjetivamente racional com relação a fins, ainda que irracional nos meios” (PIERUCCI, 2005[2003], p.88).

Na madrugada de 11 de outubro de 1923, ocorreu, na cidade de Patos, conforme os autos do processo, a morte por espancamento de uma menor de oito anos de nome Francisca. Os dois suspeitos da autoria do crime, Absalão Emenciano e Domila Araujo Emerenciano, estavam à espera de julgamento quando solicitaram o desaforamento⁵⁴ do processo para a capital ou qualquer outra localidade que fosse de fácil acesso por meio da estrada de ferro. Justificavam os acusados que a população da região na qual se dera o assassinato havia sido tomada de um sentimento de justiça com

verdadeira sublevação da animosidade pública, originada do fanatismo religioso, e profundo misticismo a ponto de se ter levantado uma cruz e edificada uma Capela, em que a vítima do crime é venerada como santa e acorrem cegos; aleijados e bandos fanatisados que vão fazer promessas, rezar novenas, ladainhas e esperar a cura milagrosa de suas mazelas⁵⁵.

A história da menina santificada parecia ter tomado mesmo dimensões surpreendentes, alcançando uma matéria do jornal *A União*, que para além do acontecido se dignou a analisar a natureza daquele fenômeno em um texto intitulado *Símbolos e Crendices*. O poder simbólico do

⁵⁴Fala-se em desaforamento quando o processo é transferido de um foro, leia-se comarca, para outro.

⁵⁵*Acórdão* n.171 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXX, fascículos 3º e 4º, março e abril/1934, p.139-143.

acontecimento, todavia, ultrapassou bastante os limites da religiosidade popular: sensibilizou não só o promotor público, que, quando do arquivamento do processo por falta de provas em 1923, foi o responsável pela sua reabertura, como também a Maçonaria, sociedade poderosa que tomou parte pela vítima. Apesar das evidências, e do parecer favorável do procurador geral Mauricio de Medeiros Furtado, o desaforamento foi indeferido pelo Superior Tribunal de Justiça quando de seu julgamento em 11 de abril de 1934.

Antes de adentrar o universo político no qual o processo estava imerso, há que se observar a forma dessas práticas religiosas que levaram a história de uma menina assassinada a um desfecho beatificado. Em uma análise dos discursos constituídos no entorno da morte da menina Francisca, Elisa Mariana Medeiros Nóbrega (2000) apresentou os rastros dos acontecimentos que, na esteira do *ouvir dizer*, inventaram uma tradição. As testemunhas do processo diziam do desaparecimento da menor e consequente aparição do seu corpo em uma gruta já em estado de decomposição e bastante maltratado pelas aves de rapina, descrevendo o seu retorno à cidade enrolado em uma rede, o que implicou na difusão da notícia por toda a cidade, sensibilizando a população local e incitando a narração das inúmeras versões que compuseram aquele fenômeno de tamanha brutalidade. Contava-se, ainda, das cenas de violência que faziam parte do cotidiano da menina, órfã de pai e mãe, então sob cuidado do padrinho e da madrinha, que a tratavam como criada. Aconteceu que, certo dia, se assistiu um automóvel circulando pela madrugada, dia a partir do qual a garota não voltou a ser vista. Não demorou muito até que um dos proprietários da região erguesse, no lugar onde a menina fora encontrada, uma cruz e uma pequena capela, dando margem a periódicas procissões acompanhadas de toda sorte de pedidos e promessas.

A partir da discussão do evento empreendida pela autora, é possível dispor da presença do mistério enquanto fenômeno estruturante do mito da menina Francisca. Ele se constituía assim, passando de boca a boca, em narrativas que margeavam a realidade e a fantasia, mas sempre assentadas em uma prática religiosa própria dessa população que habitava os sertões paraibanos: os personagens dessa história contavam de uma relação íntima com a menor assassinada, mesmo que estabelecida apenas depois da morte dela, ensaiada pela leitura dos problemas que afetavam a vida dessa gente devota e redimida pela constituição das narrativas das graças alcançadas nos ex-votos que eram deixados no lugar sagrado. Em certo sentido, a trajetória de sofrimento e submissão que havia marcado a história da garota guardava certa identidade com a experiência da população camponesa naquele mundo tomado pelo reino das propriedades que cerceavam os recursos hídricos. De alguma forma, até mesmo o mistério da

graça alcançada acabava correspondendo ao mistério que ocupava a vida da própria menina, cujo desfecho era ainda incerto. A identificação era tão forte que poucos santos católicos competiram com a popularidade dela, mas, enfim, eles estavam distantes demais para compreender o que se passava nas terras que a Cristandade parecia estar esquecendo. Em outras palavras, aquelas práticas que, por vezes, se ensaiavam católicas, atendiam a referências culturais muito mais amplas.

A religiosidade afro-brasileira devia bastante à cultura banto, de matriz politeísta e que costumava ampliar o seu panteão de deuses a cada outra confissão que lhes era conhecida. Ao incorporar uma nova divindade, aquela gente se acreditava ainda mais forte, o que explicava a sua adesão ao catolicismo, o qual era adicionado e não posto no lugar das crenças africanas, conforme Reginaldo Prandi (2016). O mesmo parecia ter acontecido com a menina que bem atestava essa propensão da gente camponesa em se apegar aos novos símbolos religiosos que apareciam no horizonte. Em meio a isso, o apego aos elementos da natureza também não era aleatório, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) mostraram como os povos indígenas do tronco linguístico Jê, os quais habitavam os sertões do continente, acreditavam que os seres humanos depois de muitas encarnações se tornavam animais:

A consequência é entender de maneira distinta a interação entre humanos e outras espécies animais: todos são sujeitos e estabelecem relações sociais. O modelo também põe em questão grandes parâmetros ocidentais como “natureza” e “cultura”. Para nós, ocidentais, existiria uma natureza (que é dada e universal) e várias culturas (construídas); já para os ameríndios, haveria uma cultura para várias naturezas: homens, animais, espíritos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.46).

Ao passo que a religiosidade camponesa incitava certa intimidade de confissão, ela também se dotava de práticas coletivas de culto, a exemplo das procissões. Esse tipo de prática decerto fazia referência aos rituais pagãos de elevação dos deuses e do caráter messiânico do catolicismo popular português, mas reforçava-se no mundo rural brasileiro diante das condições geográficas desses pretensos vazios demográficos que o constituía. Essas experiências, nas palavras de Maria Lucia Montes (1998, p.162), serviam ao transbordamento público das questões privadas, mas que a todo tempo remetia também à intimidade da crença e dos seus rituais. O evento das procissões e a definição de um espaço geográfico para o culto, todavia, possuíam, ainda, outra significação necessária à caracterização daquela crença popular: serviam como lugar de encontro para as pessoas que compartilhavam aquela devoção e, pela disposição dos ex-votos, estabelecia exemplos de outras experiências semelhantes, as quais reforçavam e renovavam o valor daquele mito.

Os ex-votos, a propósito, consagravam uma prática religiosa que bem dizia dos sincretismos que povoaram a experiência camponesa: os indígenas sempre foram afeitos à cultura material com os adereços que compunham seus rituais, o barroco se valia da educação pelo olhar para difundir a religião cristã entre os analfabetos e os jesuítas do artesanato para catequizar os índios, enfim, recuperava a prática das religiões afro-brasileiras de compor com adornos as suas crenças. Diante do exposto, era possível inferir que residia nas circunstâncias de publicização do acontecimento e na identidade das dificuldades entre a santa e os devotos que a lenda da menina curandeira entrava para o cotidiano das pessoas, promovendo efeitos reais em seus corpos, em suas maneiras de pensar e em seus comportamentos.

A gente camponesa costumava estabelecer uma relação de bastante intimidade com os santos católicos e demais representações que diziam respeito aos seus credos. Em sua maneira de tratar a forma como as promessas eram feitas e, depois, o modo como pagá-las, não raro remetia ao apego de um parente próximo, de quem se podia ficar com raiva, dever por toda a vida e até punir quando de alguma atitude que o desagradasse, lembrava Gilberto Freyre (2013[1933]). A relação com o sagrado envolvia ainda os rituais que marcavam as etapas da vida da família, como o nascimento seguido do batizado, o casamento e a morte, bem como consequente extrema-unção e enterro, o qual se dava, continuava o autor, no interior também da casa-grande. Esse roteiro talvez explicasse porque aquelas pessoas se solidarizavam tanto com a menina morta, como se ela fosse, de fato, um ente próximo, ao qual se deveria visitar nos dias de finados.

O processo, contudo, explorava ainda o senso de justiça dessa população camponesa. Era como se a sacralização da menina atendesse a um desejo de compensação: em contrapartida aos dividendos que a vida terrena havia lhe oferecido, era alcançada a graça da sagração quando da sua morte, como também aquela multidão de devotas e devotos, tomada pelas dificuldades que ocupavam o seu cotidiano, acreditava que alcançaria. O propósito da equidade pelos valores e pelas ações humanas, portanto, ultrapassavam os limites da vida e da morte. Na economia de valores desse catolicismo sertanejo, isso parecia mesmo indispensável, observe-se a análise que Laura de Mello e Souza (1986) fez da leitura do Brasil como o purgatório na terra, que havia sido tantas vezes difundida entre os viajantes europeus quando dos tempos da colônia. O que a documentação sugeria o tempo todo é que essa concepção foi de alguma forma apropriada pela gente do campo, assumindo, no entanto, uma lógica distante daquela: nesse caso, não havia um pecado original a ser redimido, mas uma leitura das condições naturais e sociais da terra, que em um plano posterior seriam dignas de algum ressarcimento.

Diante de tais circunstâncias, a religiosidade popular fazia da população camponesa um grupo mais envolvido com grandes injustiças sociais que afetavam os indivíduos e menos com aquelas que se abatiam sobre a experiência coletiva: camponeses e camponesas eram mais sensíveis ao caso de uma menina espancada, conduzindo verdadeiras romarias pelo estabelecimento da justiça contra os autores do crime, que aos problemas coletivos. Era o que acontecia, a título de exemplo, com a questão fundiária, que, de certa forma, atingia a todos. À exceção de circunstâncias mais específicas, quando na história pessoal dos moradores e das moradoras, os senhores e as senhoras rompiam pactos de longa data, configurando ingratidão por parte de um ou do outro na representação dos habitantes do mundo rural, não havia reação de grandes proporções. A questão, afinal, não eram as mortes terríveis, mas os acontecimentos injustos, quando as regras estabelecidas pela cultura camponesa eram desrespeitadas.

Observe-se, no entanto, o desfecho jurídico que a história tomou. Nas palavras de Elisa Mariana Medeiros Nóbrega (2000, p.46), “os três julgamentos que ocorreram sobre o ‘mistério’ da morte de Francisca, produziram, juridicamente, com seus veredictos, uma verdade sobre o crime. Uma verdade que inocentou os seus ‘padrinhos’ como autores do crime”. Restava saber a que circunstâncias políticas essa verdade se vinculava. Àquela ocasião, o chefe político da cidade de Patos, o Major Miguel Sátyro, mantinha laços de solidariedade com a família Pessoa de Queiroz, dos quais se aparentavam o casal Emerenciano, o qual fixou residência naquele município, aliás, em razão das facilidades políticas que sabia que alcançaria por ali. Provavelmente por esse motivo, o promotor Cícero Matheus Ribeiro Ramalho, em 1923, arquivou o inquérito por falta de provas, de forma que o julgamento só teria sequência no ano de 1932, quando os ânimos da dita Revolução de 1930 já estavam se acomodando, mas não sem prejuízos significativos de poder para os coronéis: o prefeito nomeado para aquele município sertanejo, Adelgício Olhinto de Melo e Silva, era reconhecidamente inimigo da família Sátyro.

Diante do exposto, concluía a autora, teriam se entrincheirado no entorno do julgamento da menina Francisca dois grupos oligárquicos: o primeiro em defesa dos supostos autores do crime, envolto pelo chefe político local e assessorada pelo Partido Republicano Libertador – PRL – e o segundo interessado na acusação dos mesmos sujeitos, escudados pelo poder do Estado e pela opinião pública, instrumentalizada pelos líderes do Partido Progressista – PP (NÓBREGA, 2000). Contudo, se observado o contexto em questão, é possível afirmar que não foi só a queda de braço entre os dois partidos que definiu o desfecho daquela história. Em 1932, o poder público instrumentalizava-se, nas mãos de José Américo de Almeida, pelo estabelecimento de um novo pacto oligárquico, mas, dessa vez, sem entregar o poder municipal

aos coronéis, apesar de ceder alguns dos dispositivos públicos à autoridade desses sujeitos. Foi, possivelmente, no meio dessas relações clientelísticas, e não do confronto, que se deu a absolvição do casal, o que implicava em um rompimento com o sentimento de justiça social aspirado pela população camponesa.

Havia, portanto, outro *front* de batalhas que se essencializava no entorno da singularidade do caso da menina. A modernização que se anunciava recolocava em pauta as querelas da sociedade agrária e se fazia sentir naquilo que as representações das tradições e das novidades de um e de outro grupo social, os senhores da terra e a gente camponesa, conseguiram estabelecer na realidade coletiva. As romarias e a comoção popular que atestaram a injustiça daquilo que sucedeu a Francisca por certo assustaram não só os autores do crime, mas também os funcionários públicos que se encarregaram de executar as decisões judiciais tanto quando da prisão dos réus, quanto no momento de sua absolvição. Movimentos com esse porte costumavam ser o suficiente para derrubar chefes políticos, porém, no julgamento em questão, estiveram presentes outras instituições, bem mais poderosas: o Estado-Nação e a Igreja Católica em processo de romanização.

O poder capitalizado por essa instância política da vida social que se modernizava àquela ocasião ultrapassava os limites da força física em seu propósito de gerir o poder público. O estabelecimento da ordem democrática estava investido de outros conceitos, que, de alguma forma, roubavam o espaço das representações populares, generalizando-as ou atirando contra elas categorias externas a si, não raro dotadas de marcas que as inferiorizavam diante da cena pública. Esses conceitos eram fortalecidos pela publicidade que os órgãos de imprensa lhes davam e comumente serviam de justificativa à ação jurídica e policial. No processo em questão, o Estado serviu para proteger o acusado das regras populares, salvando o casal quando do encaminhamento de seu destino para uma esfera democrática de justiça, na qual a pena atenderia a preceitos distintos. Afinal, mesmo diante dos vícios que tomaram conta do processo, há que se reconhecer que ele ao menos se amparou em argumentos legais, amarras que já implicavam em uma mudança significativa na cena política das pequenas cidades do interior do estado, sobretudo quando o acontecimento tinha como cenário o mundo rural.

A partir da década de 1930, as práticas religiosas não raro foram interpretadas pelo poder público como loucura. Foi o que aconteceu a João Alves de Aquino, acusado pelo assassinato de Honorina Gomes de Figueiredo e de seus dois filhos menores, Francisco e Nestorina, na residência dela quando da ausência de o seu marido, Dionísio Queiroga de Figueiredo, no lugar Várzea das Almas, comarca de Sousa. Diziam os autos que, preso horas depois em estado de

plena consciência, o réu teria alegado ter sido atentado pelo diabo, o que implicou no encaminhamento do sumariado para o exame de sanidade mental. O laudo fora suficiente para que o júri popular absolvesse o acusado, à revelia do juiz de direito, que solicitou apelação criminal, levando o caso à avaliação do Superior Tribunal de Justiça, que seguiu o parecerista, procurador geral Mauricio de Medeiros Furtado, aprovando a reforma da sentença. A favor de tal postura, justificou o referido magistrado em 30 de novembro de 1932:

Esse laudo, porém, é incompleto e vacillante nas suas conclusões. Os medicos fizeram no acusado um exame momentaneo e superficial. Não o observaram, como fôra mister. Fundaram o seu laudo quasi todo em informações de um parente do examinando e nas de outras pessoas. Afirmaram que o acusado “é um epileptico” sem terem jamais observado uma “aura” e concluem que o mesmo sofre de “imbecilidade nativa”, depois de descreverem sinais que não coadunam, em regra, com essa anomalia. A imbecilidade nativa descrita por Cogliolo, Julio de Matos e Souza Lima não encontra aqui suas verdadeiras características, a abundancia de pelos, a hipertrofia sexual, a irascibilidade, o egoismo excessivo, são *expressamente negados* no laudo medico citado. Finalmente quanto à epilepsia, os proprios medicos é que nos perguntam “quem sabe si o crime não foi praticado durante uma aura motora”? Tal exame não me parece suficiente para fundamentar a absolvição de um delinquente cuja prisão é antes uma necessidade reclamada pela segurança social⁵⁶.

O poder público vacilava em torno de seus próprios conceitos. A incerteza quanto ao resultado do laudo médico e de suas aplicações na constituição da sentença colocava juristas e peritos em conflito, alcançando a opinião pública por diferentes vieses e autorizando o deferimento da absolvição do acusado pelo júri. Mas, quando o trato envolvia um corpo científico maior, as incertezas por certo se expandiam. Falava-se de um momento no qual os campos intelectuais, em conformidade com Pierre Bourdieu (1989[1973]), ainda estavam se consolidando, o que implicava em uma maior firmeza quanto às definições de determinados conceitos, mas também no estabelecimento de uma perigosa distância entre as áreas do conhecimento, desembocando em uma confusão nos interstícios de um corpo científico progresso com as novas bases da legalidade que o chamado Estado pós-revolucionário colocou em pauta. Por um lado, o estabelecimento do critério da insanidade mental aparecia no cenário jurídico com um propósito democratizador, atenuando a pena daqueles cuja lógica de pensamento não alcançavam a racionalidade que a modernização impunha, por outro, ela retomava os ideais eugênicos tão afamados no século anterior, conferindo valor distinto a diagnósticos como imbecilidade nativa e sua não estranha associação aos atributos físicos

⁵⁶Acórdão n.45 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXVII, fascículo 1º e 2º, janeiro e fevereiro/1933, p.24-27.

descritos na fala do procurador geral (SCHWARCZ, 1993).

Observado com maior atenção, o cenário sugeriu uma luta de representações, observe-se Roger Chartier (2002[1985]). Enquanto os magistrados ocupavam-se com as incertezas do laudo médico, a população camponesa atentava para a natureza da ocorrência e consequentes valores que ela acessava. O réu dizia ter sido guiado pelo demônio, acionando uma prática religiosa que, em certa medida, agenciava e era agenciada pelos conflitos que já existiam entre os personagens daquele universo social, notada a importância que o relato dos acontecimentos concedeu à ausência do marido da vítima. O mundo do qual se está falando dispunha de uma lógica na qual a proteção era devida ao homem, tendo a segurança de sua esposa e de seus filhos e filhas vínculo direto com a sua honra. Ou seja, mesmo que as resoluções tomadas nas comarcas oferecessem subsídios para que a população decidisse a sentença, ao menos na primeira instância, essa população sertaneja acabava boicotando toda aquela rede de argumentos e fazendo afirmar os rumos que as estruturas tradicionais da sociedade fariam prevalecer.

Algumas práticas eram preteridas às outras e alguns sujeitos menos comprometidos com uma explicação racional do mundo que outros. Observe-se o que se deu no lugar Malhadinha, comarca de Monteiro, em 4 de dezembro de 1939. Em um *acórdão* de meia página, narrou-se o suicídio de José Vicente Pereira, “pobre rapaz do povo que, tendo sonhado com o inferno e dansas dentro do mesmo, resolveu matar-se, como, efetivamente, o fez”⁵⁷. Sem maiores informações, a narrativa noticiava da ausência de testemunhas que pudessem impedir que a história tivesse aquele desfecho, e, por fim, deferiu o arquivamento do processo. É certo que a natureza daquele procedimento jurídico, naquela segunda instância do poder judiciário, em certa medida, justificava a rapidez com a qual ele foi levado adiante, mas a tranquilidade com a qual a crença católica foi tomada nesse caso, bem como nos anteriormente narrados, não dizia da mesma atitude com a qual as práticas religiosas mais próximas das matrizes africana, indígena e pagã costumavam ser compreendidas pelo tribunal.

No segundo quartel da década de 1940, João Jerônimo Cortez foi sentenciado pela justiça pública e recorreu à instância estadual em razão do ofício habitual de curandeiro mediante remuneração. O caso julgado em 1945 tinha como evidência um de seus contratos, no qual se “propusera a curar um caso de epilepsia, já desenganado pelos médicos, a importância de Cr\$ 500,00 [quinhentos cruzeiros]”⁵⁸. Na comarca, o acontecido fora tomado como apropriação

⁵⁷ Agravo de petição criminal “ex-officio” n.43 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, n.35, mai./1940. p.8.

⁵⁸ *Acórdão* da apelação criminal n.925 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, n.63, jan. a jun./1945. p.64-66.

indébita, ação que os juristas do Superior Tribunal de Justiça corrigiram, porém, que não serviu à reforma da sentença. Bastante requisitado até o século XIX, quando os médicos faltavam nas vilas ou não solucionavam o problema dos sujeitos, o curandeirismo era então expressamente condenado pela legislação então em vigor. A ciência médica se valia do poder judiciário em sua guerra com o saber popular, desarmonizando o cenário e retirando da religiosidade a responsabilidade pela saúde humana, que até então ela havia capitalizado.

Ainda a propósito da religiosidade popular sertaneja, Edinaura Almeida de Araújo (2005) deu notícia dos conflitos que envolveram um grupo de pessoas negras que compartilhavam uma crença nas proximidades da cidade de Pombal. Os indícios encontrados pela autora apontaram a formação da comunidade Mãe D'Água no período que sucedeu a abolição da escravidão, quando muitos dos negros libertos se fixaram na região, marcada por terras devolutas. Em 1895, os moradores da região criaram ali a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, conferindo uma primeira institucionalização para as práticas religiosas locais. Algumas décadas mais tarde, por volta do ano de 1946, tomou forma o grupo Espírito de Luz, sob liderança de Gabriel Cândido, senhor de meia idade que chegou à região advindo do Engenho Pau D'Arco, no município de Alagoa Grande.

Àquela altura, disseram os moradores mais antigos da região à pesquisadora, a família Inocêncio andava de olho naquelas terras. Houve quem contasse também que Gabriel Cândido fora morador daquela gente, o que faria dele um infiltrado na comunidade, a fim de defender interesses alheios. Aconteceu que esse senhor conquistou cada vez maior aquiescência do grupo, o qual dispunha de hábitos, significados e adornos comuns, todos usavam um rosário no pescoço, cordão de São Francisco na cintura e santos nas mãos, bem como alguns cacetes com uma cruz na ponta e certo material denominado por eles de espadinha de São Gabriel (ARAÚJO, 2005). A escritora mostrou, ainda, como aquelas práticas religiosas foram recebidas pela população da cidade de Pombal com estranhamento, tomados pela marca do pecado e da magia. As diferentes regiões dos sertões de outrora dotavam-se, assim, de hierarquias entre as suas crenças, as quais investiam-se de territorialidades no mundo social.

Ao dia 22 de janeiro de 1949, os conflitos de terra e os preceitos religiosos se envolveram de tal forma que entraram em colapso com os valores daquela mesma gente. Conforme Edinaura Almeida de Araújo (2005), naquele dia, sob as ordens de Gabriel Cândido, o grupo de quarenta pessoas saiu à caça dos membros da família Inocêncio, o que resultou no assassinato de três crianças, Raimundo, José e Inês Ramiro Inocêncio. Os membros do grupo então foram presos e quando conquistaram a liberdade mudaram para a região de Triunfo, até então município de

Cajazeiras, também no estado da Paraíba. O conflito, assim, dava notícia de certa confusão entre os preceitos religiosos e o pensamento mágico, bem como de que forma a religiosidade acessava a experiência das pessoas do campo, sobretudo mediante a sua relação com a terra. Por certo, a liderança de Gabriel Cândido desempenhou um papel importante na conformação daquele desfecho, mas isso não teria se dado se não existissem circunstâncias, conferidas pelo contexto sociopolítico e pela história do próprio grupo, para que as coisas se encaminhassem daquela maneira.

Em outras palavras, pairava entre os habitantes do mundo rural certa forma coletiva de representar o mundo, a qual esbarrava nos significados daquela gente, nos valores que guardavam consigo e nas suas práticas cotidianas. Rituais afro-brasileiros, a título de exemplo, se investiram de alguns hábitos tradicionais dos povos indígenas e deram vida ao Catimbó-Jurema, grupo religioso nordestino que tomava uma planta comum no Semiárido como figura sagrada. Em culturas agrárias, ao que parece, os signos da natureza capitalizavam maior poder sobre as práticas religiosas, como também foi observado por Carlo Ginzburg (1988[1966], p.25, grifos do tradutor), no seu livro *Os andarilhos do bem*: “No centro das assembleias noturnas dos *benandanti* vemos, portanto, emergir um rito de fertilidade, que segue, ponto a ponto, o ritmo dos principais momentos do ano agrícola”. Ainda o calendário festivo desse catolicismo sincrético camponês tomava características com aquele perfil. O dia de São João esbarrava na temporada de colheita do milho, fazendo daquele um ingrediente fundamental às suas receitas e, na esteira dessa definição, as previsões de chuva do dia de São Pedro anunciavam o recomeço do ciclo agrícola, apontando o próximo período de plantio.

Mas, era esse mesmo padrão inventado pela mentalidade coletiva que dissuadia dos sujeitos cujas práticas fugiam daquilo que havia sido coletivamente convencionado, como aconteceu com o personagem que se dizia guiado pelo padre Cícero e era tomado pelos parentes e vizinhos como louco. A fronteira entre o que era ou não acreditado pelo coletivo, nesse intento, era tênue e carecia de outras variáveis, nem sempre tão racionais de observação. Em sendo assim, esses padrões parcialmente compartilhados constituíram, também, arenas de disputas de diferentes sujeitos que em algum momento se encontravam no mesmo plano social⁵⁹. A

⁵⁹Existe um conflito historiográfico no que concerne à história das mentalidades. Elas surgiram como formas de representar o mundo compartilhadas pelo coletivo e inscritas na longa duração. Desde então, muitas críticas envolveram tais preceitos. Carlo Ginzburg, o qual se valeu dessa perspectiva para escrever *Os andarilhos do bem* (1988[1966]), rejeitou suas resoluções alguns anos mais tarde, momento no qual se dedicou à cosmologia do moleiro Menocchio em *O queijo e os vermes* (2006[1976]). Contudo, alertava o autor, foi possível rever essa posição quando da escrita de *História noturna* (2012[1989]), observando as representações coletivas não como um corpo homogêneo, mas como um mundo tomado por certos padrões parciais, os quais foram espaço de luta entre os

religiosidade, então, convertia-se em um espaço de governo da coletividade sobre os indivíduos, mas também em um cenário de lutas de significação, na esteira de Roger Chartier (2002[1985]), ou em um tribunal que defendia os limites do convencionado.

O jogo de compartilhamentos e exclusões, a propósito, instituía territorialidades e inscrevia comportamentos, arbitrando um cenário de representações que se mostrava cada vez mais racional. Conforme Max Weber (2004[1920]), o ascetismo das religiões contribuíram ao desencantamento do mundo, e mesmo que se esteja falando de um universo onde essa ascese ainda se mostrava muito frouxa, deve-se considerar a sua validade. Diante do exposto, a religiosidade se mostrava como uma dimensão fundamental da vida humana, nela, a população camponesa espelhava os seus hábitos, os seus valores, suas regras sociais, mas também suas formas de encarar as mudanças e o seu apego às tradições. Enfim, por meio das práticas religiosas, essa gente encontrou modos muito particulares de reagir à modernização que estava em curso: boicotando de formas muito variadas a supremacia dessa nova ordem.

2.5 A agitação dos dias de feira: o preço da modernização e o termômetro das hierarquias entre o campo e a cidade

Tudo acontecia em um dia de feira. Pelas estradas que cortavam a cidade de Campina Grande, na altura do bairro de Bodocongó, o *chauffeur* de um caminhão, de nome José Galdino, atropelou um homem de setenta anos que seguia em um cavalo arisco na mesma direção do motorista. Atestavam as evidências que a negligência do condutor se somara à agitação do animal, que com a aproximação do veículo pôs-se a saltar, derrubando o cavaleiro. E completava o réu: “O caminhão não lhe tocou. O animal recuando bateu na carroceria do caminhão, ferindo-se no tronco da cauda e isso, ainda mais, o exasperou”. Ao que tudo indicava, não havia irregularidades com o piloto, que andava na faixa da direita e buzinou quando da aproximação do equino, tendo parado para socorrer a vítima, que veio a falecer três dias depois no hospital, ao qual fora conduzido pelo patrão do réu, sendo alegado nos autos como causa a falta de tratamento médico higiênico adequado. Acusado na primeira instância, o réu solicitou a revisão da sua sentença, que foi acatada pelo Superior Tribunal de Justiça⁶⁰.

A ocasionalidade tinha suas razões, os dias de feira eram os mais agitados. Àqueles

diferentes sujeitos. Essa última definição, a propósito, está mais próxima daquilo que Laura de Mello e Souza perscrutou em sua tese *Deus e o diabo na Terra de Santa Cruz* (1986).

⁶⁰Acórdão da apelação criminal n.52, da comarca de Campina Grande. Consultado na *Revista do Fôro*, n.34, f.4, abr./1940. p.393-395.

momentos, os habitantes do mundo rural seguiam na direção da cidade para vender o que produziam e comprar aquilo que suas lavouras não eram capazes de lhes oferecer. Era uma oportunidade de encontro, no qual os produtores das regiões mais distantes costumavam se esbarrar, fazendo daquele um espaço privilegiado para a propagação de notícias. Naquele lugar, os jornais eram lidos em voz alta por algum letrado, os folhetos vendidos a preços menores que os demais impressos, enquanto seus vendedores recitavam as histórias fantásticas que povoavam o imaginário popular. Nenhum outro suporte, por meio dos quais as informações transitavam, portanto, alcançava o poder da oralidade: acontecimentos do cotidiano, intrigas entre vizinhos, comunicados de nascimento e morte, eventos da política local, episódios sobrenaturais, histórias das invenções fantásticas, e tudo mais que estivesse na pauta do dia, corria de boca em boca pelos recantos do mercado público entre uma venda e outra.



Figura 2: Uma feira - Umbuzeiro - Parahyba do Norte

Fonte: *Parahyba-Agrícola*, dez.1922, p.16

Nos dias de feira, a população camponesa experimentava a vida pública. Observe-se a quantidade de pessoas envolvidas na cena. É certo que o periódico em questão costumava montar as fotografias que publicava, melhor vestindo os seus personagens e procurando os melhores ângulos para que a multidão parecesse um pouco mais numerosa. Apesar dos enquadramentos, o cenário não era o mais propício àquele tipo de manipulação, no máximo estabelecido pela escolha da melhor posição para a câmera e do melhor momento da feira, provavelmente as primeiras horas da manhã. Na fotografia, animais e seres humanos se misturavam, constituindo

um cenário marcado pela efemeridade de cada venda. No meio da multidão, alguns sujeitos se faziam ver com os corpos eretos, observando o horizonte, havia mesmo muito para ver e muito para mostrar. Aquela postura, de quem encarava o desconhecido com bravura, aliás, era como uma carteira de identidade, revestida da moral camponesa, por meio da qual os homens faziam a sua honra.

A feira, a propósito, ainda roubava a cena das casas conjugadas, dispostas logo mais atrás na fotografia, as quais foram o cerco do mercado, assegurando a vigilância sobre o que acontecia na rua pública e fazendo lembrar, aos camponeses e às camponesas, pelos mais variados marcadores sociais da diferença, quem pertencia àquele mundo e quem não era dali. Ao que parece, o mercado era de fato um cenário acessível a todos: nele havia pessoas trajadas com os tecidos mais claros, alguns dos quais assessorados por uma gravata e um alinhado fraque, que em terras tropicais decerto não possuía outra serventia senão a distinção social, mas também havia aqueles cuja vestimenta de tão usada já estava encardida, marca essa que nem mesmo a baixa resolução do retrato, fixado em uma variação da escala de cinza, conseguia disfarçar. O segundo grupo pode ser encontrado na imagem sempre mais próximo dos burros de carga, usando seus chapéus de palha, mais curvos do que os de linho branco dos homens mais distintos alcançava. Não obstante, provavelmente foram aqueles os seus melhores trajes, a julgar pela importância da ocasião, que superava ao largo o valor das missas domingueiras.

Por motivo da sua constituição enquanto espaço de socialização de ideias em circunstâncias consideravelmente mais democráticas que o convencional para a população camponesa, a eventualidade das feiras servia à elaboração coletiva do cotidiano, implicando na avaliação dos acontecimentos do dia-a-dia a partir dos valores do grupo e das regras sociais que compunham a vida daquelas pessoas. Essa característica habitual do mercado fez desse espaço a locação prioritária das revoltas populares, como o Quebra-Quilos (1874-1875) e o Ronco da Abelha (1851-1852), para citar aqueles que tiveram mais abrangência no plano regional, e a Conjuração Baiana (1798), para atestar a longevidade com a qual essa prática se estabeleceu. Ao que tudo indicava, as feiras públicas represaram em seu entorno, pelo menos se considerados os sertões nordestinos entre o final do século XVIII e o início do século XX, uma ampla margem das ferramentas simbólicas e ação política que os camponeses e as camponesas articularam coletivamente, sobretudo quando as questões dessa pretensa coletividade ultrapassavam as dimensões de uma propriedade ou de uma região em específico.

Nas feiras, a ordem social era o tempo todo testada. Ocorrera, em certa ocasião anterior ao ano de 1934, que João Epaminondas de Souza deferiu três golpes em José Ferreira de Lima,

dentre os quais dois o atingiram, provocando dor. A ação rendeu para si a pena de 6 meses, 3 dias e 18 horas de detenção. Contudo, surpreende observar o agravante citado no processo da primeira instância, conforme o qual, teria sido “o delicto commettido por motivo frívolo e acintosamente no logar mais publico da feira”⁶¹, argumento que não fazia sentido de acordo com as normas legais, como apontou o procurador geral, mas que imbuía-se do caráter moral da população camponesa, que tornava os eventos públicos ainda mais fortemente agressivos para a moral dos sujeitos. O acontecimento, porém, também era cenário para a ação da polícia, em um raro momento no qual essa conseguia exercer maior controle sobre os agricultores. Os dias do mercado, a propósito, sem dúvida, foram também aqueles nos quais os camponeses e as camponesas se sentiam mais vigiados, fosse pelas instituições estatais, fosse pela população citadina, com seus hábitos mais polidos, ou mesmo pela própria gente do campo, que pela ocasião do encontro conseguia avaliar os comportamentos de um e de outro com maior propriedade.

Constava nos autos que, no dia 12 de fevereiro de 1939, às 17 horas, na vila de São Mamede, município de Santa Luzia, os soldados de polícia Gabriel Lucena e Enoque Ramalho agrediram o proprietário opositor da polícia local Julio Neri e desfecharam contra ele toda a carga de seus revólveres. Mas o atentado não se deu sem luta: “O ofendido era um homem corajoso e reagiu, travando-se luta, da qual saíram mortalmente feridos o agredido e o soldado Gabriel Lucena”. Logo descobriu-se que o acontecido havia sido, em verdade, resultado de um plano “friamente premeditado”, que teve a participação suspeita de pessoas de destacada importância social, nomeadamente Manuel Alves da Silva, vulgo Manuel Caroca, João Alves da Silva, vulgo João Caroca, José Bonifacio da Silva e Antonio Luiz de Lima, juntamente ao Dr. Alcino de Medeiros Leite e o sargento da força policial Feliciano Cabral de Sousa, os quais responderiam como mandantes e autores intelectuais do crime.

O crime foi estrategicamente pensado para um dia de feira, o qual faria com que tudo parecesse resultado do ímpeto das circunstâncias. O soldado Gabriel Lucena já havia alguns dias que provocava o seu desafeto, esbarrando em seu braço quando o outro saía da missa com a família e tendo o chamado por “boi” certo dia na barbearia. A prova disso era que duas horas depois do evento, o sargento Feliciano Cabral trancou na prisão o pai de Julio Neri e outras pessoas chegadas a ele, ameaçando surrá-las com duas virolas que foram deixadas de molho em um recipiente. Porém, o plano foi traído pelos ferimentos que também um dos soldados de

⁶¹Acórdão n.320 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXXI, f. 3º e 4º, jul. e ago./1934, p.121-123.

polícia sofreu, não levando a termo o assassinato do seu concorrente. A partir de então, os réus se empenharam no cerceamento da vila, recrutando a força policial, armando civis e intimando *chauffeurs* no propósito de impedir que Julio Neri fosse removido para a cidade de Patos, onde poderia fazer o exame de corpo delito⁶².

Com a ampliação dos poderes das instituições citadinas e do comércio, portanto, os chefes políticos trataram de reinventar os seus instrumentos de mando, investindo das formas de sociabilidade que o cotidiano das cidades inventava para projetar formas laterais de manter velhas práticas. Já não era cabível mandar que os jagunços matassem o desafeto político em praça pública, mas não faltavam vínculos com delegados e juízes nomeados para assegurar a hegemonia regional, conferindo legitimidade a velhas práticas, mesmo que essas já não precisassem de tanto disfarce para que fossem executadas. O poder de mando do mundo rural continuava, portanto, marcando presença no espaço das cidades, mesmo que os instrumentos para isso tivessem mudado radicalmente.

O calendário das feiras, em certa medida, atendia às circunstâncias desse mundo rural vasto e misterioso que ocupava as terras nordestinas em meados da década de 1920. No entorno do município de Souza, em cuja sede o mercado acontecia aos Sábados, alternavam-se as feiras de São João da Lagoa Tapada, Nazareth, São Gonçalo, Acauã e Lastro (PARAHYBA-AGRICOLA, jun.1923). Essas vendas se assentavam a uma posição nem tão próxima nem tão distante uma das outras, dispondo de uma régua conforme a qual os agricultores, deixando o roçado por volta das quatro ou cinco horas da manhã, conseguiam alcançar o povoado em pouco mais de uma ou duas horas de caminhada. A alternância dos eventos respondia a uma necessidade comercial dos agricultores da região, que não conseguindo vender tudo que produziam em um dia, podiam seguir para outra das feiras, ampliando a sua clientela. Mas esse circuito de mercados respondia às redes de sociabilidade mais próximas que povoavam o universo cultural da população camponesa. Apostava-se, mais uma vez, na proximidade das relações entre o campo e a cidade, que devia se medir em torno das necessidades recíprocas. Possivelmente, as notícias que circulavam entre essas localidades recorriam a um plano muito mais íntimo do que aquelas que vinham mais de longe. Por essa razão, as experiências dessas pessoas que habitavam o horizonte rural desses povoados eram mais próximas entre si do que em relação às demais porções do estado paraibano.

O que se vendia nas feiras provava a intimidade que perpassava as fronteiras do campo

⁶²Acórdão da apelação criminal n.46, da comarca de Patos. Consultado na *Revista do Fôro*, n.35, mai./1940. p.22-27.

com a cidade. Nas vendas de Alagoa Grande, não podia faltar farinha de mandioca, feijão macassa ou fava, milho, carne ou bacalhau, café e rapadura, ingredientes fundamentais à alimentação de citadinos e camponeses. A produção de algodão, peles, gado e rapadura, aliás, era tão vasta, que alcançava os índices da exportação. Enquanto isso, a carência de açúcar, álcool, arroz, charque, bacalhau, manteiga, café, farinha de trigo, fazendas e ferragens eram vencidas com as importações, o que fazia desses alimentos e materiais mais caros na região (PARAHYBA-AGRICOLA, fev.1922). Em Areia, as circunstâncias eram outras, exportava-se rapadura, café, farinha, feijão, milho e algodão, transigido com o mercado interno, o que implicava no transporte de mercadorias para os vizinhos, a Capital e o Sertão. Para suprir as necessidades do comércio local, importava-se açúcar, fazendas de todos os tipos, arroz, charque, banha, manteiga, ferragens e gêneros de estiva. A população trabalhadora costumava alimentar-se de feijão, farinha de mandioca, arroz, carne, milho, rapadura e café (PARAHYBA-AGRICOLA, abr.1922).

À cidade de Santa Rita, importava-se café, sabão, louças, vidro, ferragens, arroz, charque, farinha, querosene, bacalhau e fumo, exportando-se sobretudo açúcar, óleo de baleia, óleo de sementes de algodão e cocos (PARAHYBA-AGRICOLA, jul.1922). Observe-se, no entanto, que a constância desses mantimentos nas feiras variava conforme a época do ano. A maior parte dessas culturas atendiam a condições climáticas específicas, o que exigia que a clientela e os agricultores variassem as suas dietas, a exemplo da diversidade de feijões que cultivavam. A alimentação da população camponesa destacava-se pela característica agridoce, a rapadura não podia faltar. O mundo ocidental aprendeu o desejo do doce, atentavam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), com a descoberta da América e consequente ampliação do comércio de açúcar. Com o passar do tempo, os engenhos perderam espaço para as usinas no mercado dos canaviais, mas, àquela altura, a rapadura já fazia parte do cotidiano da gente camponesa, era um ingrediente barato e que conferia um paladar que contrastava com o sabor do feijão, do arroz e da farinha de mandioca. Se existia correspondência entre o que se comia e o que se vivia, então, havia uma amplitude de ferramentas sempre muito áridas que combinadas ampliavam o leque de possíveis reações às mudanças. A população camponesa se descobriu profundamente adaptável às mais variadas condições de existência, mas não sem envolvê-las de muitos dos signos de sua tradição.

As feiras instituíam-se como um termômetro por meio do qual eram medidas as relações que o campo mantinha com a cidade, informando da relativa proporcionalidade de poder que essas duas ambiências guardavam entre si. Nas palavras de Henri Lefebvre (1999[1970]), tratavam-se de cidades políticas e comerciais, munidas da missão de ordenar as funções

burocráticas do Estado que se fortalecia, mas que também eram controladas pelos dividendos de uma população rural que as circunvizinhavam e que lhes conferia utilidade pública. Diante das circunstâncias políticas do mundo globalizado, que já batiam à porta do mundo rural paraibano por volta da década de 1920, as cidades e o mundo rural estabeleceram entre si relações de interdependência. Por um lado, a organização política da sociedade agrária muito perderia sem as instituições que a cidade cultivava em seus edifícios, mas por outro era a população camponesa que nos dias de feira enchia a cidade de vida, levando até ela aquilo que a alimentava. Ou, pelos rastros das evidências de Fernand Braudel (1995[1979], p.442):

Não há cidade nem vila que não tenha as suas aldeias, a sua porção de vida rural anexa, que não imponha o seu “*plat pays*” as comodidades do seu mercado, a utilidade das suas lojas, dos seus pesos e medidas, dos seus prestamistas, dos seus juristas, até das suas distrações. Para *existir*, ela tem de dominar um império, por minúsculo que seja.

Todavia, ponderava o autor, “claro que a ampulheta pode inverter-se: as cidades urbanizam os campos, mas estes ruralizam aquelas” (BRAUDEL, 1995[1979] p.446). Nessas circunstâncias, os chefes políticos do mundo rural não só exerciam destacada influência sobre a organização do poder citadino como também eram os excedentes do que se produzia no campo que autorizava o tamanho que a população que essas ambiências poderiam chegar. Com o advento da modernização, porém, a distância entre esses dois mundos foi se acentuando cada vez mais. Em meados dos anos 1920, essas cidades já conviviam com o fantasma do urbanismo, o que implicava em uma vontade da constituição de uma imagem de si mesma apartada do mundo rural, dotada de hábitos próprios da sociedade burguesa e, portanto, de um ritual de consumo posicionado acima da circunscrição camponesa.

Antes de seguir em direção à urbanidade que essas cidades políticas e comerciais almejavam, no entanto, deve-se notar os caminhos que conformaram esse espaço de pouco mais de um século no qual as cidades do interior do estado paraibano ascenderam em termos administrativos e populacionais. Os povoados que se estendiam pelo interior do continente nasceram dos pousos que os vaqueiros, os bandeirantes e os jesuítas careciam depois de dias inteiros de viagem. Ao longo dessa vastidão de terras muito escassamente ocupadas pelos assim chamados desbravadores portugueses e seus descendentes, dizia Laura de Mello e Souza (1997), vigorava o isolamento e a precariedade das formas cotidianas de existência, que juntos imperavam como verdadeiros inimigos da manutenção dos padrões culturais europeus. A escassez de instituições políticas reguladoras e mesmo de clérigos que vigiassem o comportamento dos fiéis em tudo contribuíam para o estabelecimento de um mundo no qual os

próprios colonos foram encontrando formas peculiares de sobreviver, adaptando-se às condições naturais do Novo Mundo e de toda aquela gente indígena e negra que habitava e passou a habitar o território.

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, as circunstâncias políticas dos povoados mudaram de figura. A presença mais efetiva das câmaras municipais associada ao poder das paróquias constituiu um corpo administrativo que implicou no empoderamento das cidades em sua relação com o campo. Mas demorou algum tempo ainda para que essa régua assumisse uma posição de equivalência. No segundo quartel do século XIX, com a criação dos cargos de juiz de paz, conforme Miriam Dolhnikoff (2005), as funções atribuídas às autoridades públicas se tornaram mais complexas. Contudo, a influência dos chefes políticos sobre as eleições desses magistrados impedia que os municípios arrematassem para si o controle sobre a ordem social local. Foi, portanto, a partir da década de 1840, com a nomeação dos juizes municipais e dos delegados que as cidades políticas tomaram maior fôlego e passaram a impor com maior assiduidade o valor de suas instituições, mesmo que a força delas poucas vezes ultrapassasse os limites da circunscrição citadina, o que também implicou em um fortalecimento dos seus mercados pela substituição do comércio dos caixeiros viajantes pelo comércio das feiras. A partir da década de 1920, no entanto, essas relações das cidades com o campo começaram a mudar sua forma.

Observe-se a feira de Guarabira, localidade na qual a modernização marcou presença antecipadamente à regra geral do estado, *vide* o tamanho que a cidade já possuía àquela altura, levando-a a concorrer a aparição dos símbolos do moderno com a Cidade da Parahyba (a partir dos anos 1930, João Pessoa), Campina Grande, Cajazeiras, Esperança, Itabaiana, Mamanguape, Patos, Santa Rita, localidades que tinham mais de dez mil habitantes na “zona” urbana (Anexo A). Em comparação à feira de Umbuzeiro, em Guarabira o mercado caracterizava-se por um maior sedentarismo, a medir-se pela presença das vendas no lugar das esteiras que expunham as mercadorias no chão ou ainda no lombo do burro que as havia transportado até ali. Também era destacada a distância que umas vivendas possuíam das outras, atendendo às exigências higiênicas apregoadas pelo poder público, e os muares de carga ou os animais que eram vendidos, ficavam em posições periféricas. As distâncias, a propósito, atendiam também a uma demanda de controle político da população, que não mais se amontoava em grandes rodas de conversas, ou pelo menos não o faziam com tanta frequência. A dispersão do espaço afastava as pessoas e dava um caráter de maior impessoalidade ao cotidiano do mercado.



Figura 3: Guarabira – Dia de feira – Estado da Parahyba
Fonte: *Parahyba-Agricola*, dez.1922, p.3

As feiras públicas também foram cenário para um seguimento de homens, em quantidade menor também mulheres, de ofício que habitavam a intercessão do campo com a cidade. Pertenciam, àquela categoria, os sapateiros, ferreiros, madeireiros, e todos os demais sujeitos que vendiam ofereciam serviços à população rural e urbana, podendo trabalhar ainda mediante o pagamento de diárias em algumas ocasiões para os chefes políticos locais. Esses muitos personagens mantinham relações estreitas com o mundo rural, apesar de habitarem prioritariamente as cidades, ou alguma paragem das estradas, locais de circulação mais fácil de camponeses e camponesas. As mudanças afetariam também a vida desses sujeitos, sobretudo no que concernia à concorrência com os produtos modernos, nesse mundo, os sapatos importados e as selas prontas roubavam a sua clientela, como testemunhava o mestre José Amaro, personagem do romance *Fogo Morto*, de José Lins do Rego (1961[1943], p.250):

– Está vasqueiro. Tenho umas encomendas de Gurinhém. Um tangerino passou por aqui e me encomendou uma sela e uns arreios. Estou perdendo o gôsto pelo ofício. Já se foi o tempo em que dava gôsto trabalhar numa sela. Hoje estão comprando tudo feito. E que porcarias se vendem por aí! Não é para me gabar. Não troco uma peça minha por muita preciosidade que vejo. Basta lhe dizer que o Seu Augusto de Outeiro adquiriu na cidade uma sela inglesa, coisa cheia de arrebiques. Pois bem, aqui esteve ela para conserto. Eu fiquei me rindo quando o portador do Outeiro me chamou com a sela. E disse, lá isto disse: “Por que Seu Augusto não manda consertar esta bicha na cidade?” E deu pela sela um preço. Se eu fosse pedir o que pagam na cidade, me chamavam de ladrão. É, mestre Amaro sabe trabalhar, não rouba a ninguém, não faz coisa de carregaço. Eles não querem mais os trabalhos dêle. Que se danem. Aqui nesta tenda só faço o

que eu quero.

O mestre José Amaro ria-se do moderno, certo de que aquilo não daria certo, ao passo que se orgulhava do seu ofício, fazendo dele um elemento fundamental à constituição da sua honra. Vinculado ao ofício, dava-se a sua liberdade, diferente dos moradores dos engenhos, ele não respondia a nenhum coronel, mesmo que também não fosse possível dizer que estivesse estranho ao poder que esses possuíam. Essas características bem diziam do universo de trabalho dos sujeitos de ofício descritos por Edward Palmer Thompson (2011[1963]) no livro *A formação da classe operária inglesa*, as suas experiências estavam estreitamente vinculadas às suas práticas de trabalho, as quais eram transmitidas entre as gerações. Eric Hobsbawm e Joan Scott (1998[1980]), ainda a esse respeito, mostraram porque razões os sapateiros ingleses eram os trabalhadores mais politizados nos motins do século XIX, esses circulavam em meio a diferentes grupos sociais, com diferentes experiências e que gastavam algum tempo esperando a mercadoria, em um espaço que não era muito barulhento, permitindo que se conversasse naquela oficina, para além do tempo ocioso do qual dispunham, no qual era possível ler.

Os projetos modernos foram prioritariamente montados para a vida urbana, *urbanidade* essa que encontrava nas cidades os cenários mais aprazíveis ao seu desenvolvimento. Com a aceleração dos eventos do cotidiano, a cidade e o campo começaram a viver diferentes estratos de tempo⁶³. Mas essas cidades não se converteriam tão facilmente em espaços urbanos, com raras exceções, elas não se tornaram *urbs* até o final da periodização dessa pesquisa, porém, elas se desejavam urbanas, e isso já era suficiente para instituir distâncias das experiências da população camponesa. O desejo estabelecia distintivos sociais, mas não era suficiente para produzir as condições político-econômicas para essa pretensa autonomia cidadina, ou seja, em meio às contradições a modernização se alojava no plano dos interstícios. Nessas cidades do interior do estado paraibano, os proprietários de terra e um grupo de trabalhadores liberais citadinos se valiam da distinção social, mas se apropriavam dos signos modernos trazidos de outras cidades, sobretudo das capitais daquele e de outros estados.

As propagandas do periódico *Parahyba-Agrícola* davam bem a medida desse propósito de distinção social. Tratava-se de uma revista direcionada à elite agrária do estado, mas contornava-se, sobretudo, por indicações de profissionais e lojas da capital e em alguns casos do Recife (Apêndice B). Mas, por certo, desenvolvia-se também nos pequenos municípios um

⁶³Conforme Reinhart Koselleck (2014a[2000], p.22), “o proveito de uma teoria dos estratos do tempo consiste na sua capacidade de medir diferentes velocidades, acelerações e atrasos, tornando visíveis os diferentes modos de mudanças, que exibem grande complexidade temporal”, em outras palavras, em um mesmo momento da história grupos sociais com diferentes experiências podem viver em estratos distintos de temporalidade.

comércio que se destacava da feira na venda de utensílios de uso cotidiano, como roupas, perfumes e sapatos, que por vezes eram reunidos em uma mesma loja de miudezas ou importados, como tantas vezes foram referenciados nas propagandas. O comércio das cidades, portanto, já não atendiam às características que as configuraram outrora, a partir de então, elas perdiam a característica da utilidade das mercadorias para a construção simbólica do consumo: as vilas do interior aprendiam a distinção social por meio da propaganda. A sociedade burguesa se investia pelos sertões paraibanos, mas a população camponesa não reagiria com tamanha receptividade à sua emergência.



Figura 4: Rainha da Moda
Fonte: Parahyba-Agrícola, mar.1922, caderno de propagandas

As lojas da cidade destoavam do padrão de compra e venda inventado pelas feiras. A diferença entre os produtos e serviços oferecidos pelos vendedores naquelas duas localidades ultrapassava os limites da mercadoria, incorporando uma série de outros marcadores da

diferença. Aquele comércio gabava-se de ter prédio próprio, denunciando que isso não era comum a todos os estabelecimentos comerciais, e mais, que isso fazia diferença quando os fregueses escolhiam uma alfaiataria para comprar suas vestimentas. As alfaiatarias dividiam espaço, ainda, com as importadoras, as quais vendiam um pouco de tudo, perfumes, cigarros, bebidas, livros, chapéus, tintas, entre outros, cuja diferença estava expressa naquela especialidade criada por tais armazéns, que ao anunciar seu trabalho com produtos importados, criava para eles uma marca, uma particularidade, construída em detrimento dos produtos locais.

O valor de troca dos objetos, dizia Arjun Appadurai (2008[1986]), é definido pela sua escassez somada à demanda construída no entorno da sua utilidade. Esse valor materializa-se na mercadoria, a qual pode passar, em sua história, por um momento de mercantilização. A mercantilização dos produtos, assim, acontece na medida em que existem circunstâncias econômicas, políticas, culturais, históricas, favoráveis a isso. O capitalismo é o momento no qual um número cada vez mais de mercadorias está em sua fase mercantil, elevando os índices de competição entre os sujeitos pelos produtos. O autor continuava sua observação discorrendo sobre dois processos que criam efeitos sobre essa mercantilização das mercadorias, o primeiro deles era a proteção que certos grupos sociais fazem em relação ao poder de algumas categorias, para protegê-las da mercantilização, como aconteceu com as obras de arte, cujo conceito foi resguardado pelos intelectuais para que essas não se tornassem uso comum, e o segundo, a criação de alguns marcadores da diferença, que permitisse que objetos nem tão escassos nem tão utilitários tivessem excessivo valor mercantil, como aconteceu com as grandes marcas de roupas.

A segunda categoria serve muito à compreensão do que estava acontecendo com as feiras em relação às lojas que tomavam as cidades. A invenção de conceitos que diferenciasssem as mercadorias elevava o valor de certos bens, criando uma concorrência desleal com o espaço mais tradicional de venda e consumo de produtos. Esse novo cenário afetava a população rural por dois caminhos devastadores, o primeiro dizia respeito à venda das suas mercadorias, que com o passar do tempo foram perdendo espaço para produtos advindos das cidades maiores, e o segundo à sua prática de consumo. Aquela gente, desprovida do capital necessário para vestir-se na Rainha da Moda, tinha que resolver-se com esse mundo de novos conceitos por caminhos diferentes, enfrentando ou internalizando as categorias que os colocavam em espaços sociais culturalmente inscritos como inferiores no espaço urbano, e, por consequência, inscrevendo como inferior também o mundo rural. Mas antes de render as relações entre esses dois espaços a essa régua, observe-se um desses caminhos trilhados pela população rural para sobreviver às transições da cidade política e comercial para uma cidade que se queria urbana.



Figura 5: Aspecto de uma feira
Fonte: *Parahyba-Agrícola*, out.1922, p.22

Apesar das adversidades que tomaram a conjuntura política dita pós-revolucionária, pouco havia mudado no fazer da população camponesa. Ela ainda dependia dos mesmos instrumentos para arar os seus roçados, carecia dos muares para transportar a mercadoria e não possuía terceiros que vendessem a produção em seu lugar. Ainda os seus trajes, o chapéu de palha e o sapato gasto, aquilo que tinha para comer e o pequeno casebre que dispunha como habitação e celeiro, eram os mesmos dos tempos de outrora. Ficava da imagem uma única novidade, mas que fazia toda a diferença: a câmera. O camponês cismado a observava ao passo em que continuava o seu trabalho, com o corpo curvo para levantar a cesta. Mas ele por certo deixou-se capturar pela fotografia, roubando a cena com uma pose em nada natural, enquanto abaixava a mão direita levava a esquerda à cintura, mantendo-se esbelto para sair bem na foto. Era isso que a novidade fazia com as pessoas, exigia melhores poses em um jogo de formas que conduzia novas maneiras de reagir e pensar. No entanto, também inspirava vergonha, como no caso do menino à direita, que colocou a mão na frente do rosto, ou desconfiança, como aquele camponês posicionado atrás da cena principal, estrategicamente encostado na parede enquanto vigiava a cena sorrateiramente. Esse era mesmo o tipo de novidade que se poderia encontrar na cidade, o paraíso do mundo moderno, que a cada feira surpreendia com notícias de um mundo cada vez mais acelerado.

As feiras ainda figurariam por muito tempo como espaços de socialização fundamentais, ao mesmo tempo, à manutenção de aspectos da ordem tradicional e ao processo modernizador. A adoção de práticas higiênicas e do estabelecimento de padrões de mercadorias, por certo, investiu na construção de hierarquias que inevitavelmente afetaram aquele espaço, mas que não conseguiram destituir as redes de confiança e solidariedade que moviam as feiras públicas, aspecto que contaminariam o novo tempo. A gente camponesa se valeria dos mercados em suas formas de reagir à modernização, misturando as demandas do espaço público com aspectos do espaço privado.

2.6 As tradições que sobreviveram às mudanças: a economia moral camponesa e as redes de solidariedade pelos sertões nordestinos

Relatavam os autos que, no dia 22 de julho de 1937, entre as 9 e as 10 horas da manhã, Inácio Batista Marinho, Cícero Batista Marinho e Severino Florentino da Costa, acompanhados de dois sujeitos desconhecidos, emboscaram Sabiniano Dias de Araújo e seu vaqueiro Antonio Nicolau de Andrade no lugar Serrote do Urubu, do distrito de Fagundes na comarca de Campina Grande. Àquela ocasião, as vítimas foram alvejadas por toda a carga das armas de fogo que portavam, tendo o primeiro saído morto e o segundo levemente ferido. O corpo baleado foi abandonado na estrada e furtado na quantia de 700\$000 (setecentos mil réis). Acrescentavam os autos que o latrocínio fora arquitetado a mandado de Francisco Bezerra de Lima, José Bezerra de Lima e Antonio Nicolau de Andrade, os quais planejaram todo o desenrolar do crime, concederam armas e animais para que viajassem na sequência do ato delituoso, tendo ainda recebido os executores em suas residências e ocultado as armas que haviam sido utilizadas.

Apesar das provas apresentadas, todas devidamente citadas quando da elaboração da sentença ainda no tribunal de primeira instância, o júri da comarca inocentou o acusado Inácio Batista Marinho, “indivíduo perigoso e fortemente protegido, que, cometido o crime, recolheu-se, calma e confiantemente, à Cidade de Campina Grande”, não havendo outras informações que indicassem o destino dos outros réus. Em razão da citada disparidade de evidências, o representante local do Ministério Público solicitou a reforma da sentença, que foi deferida pelo Tribunal de Apelação. Os motivos que levaram à execução do crime tinham sido, sobretudo, o desejo de vingança da família em questão quanto ao assassinato do cunhado e inimigo de Sabiniano Dias, Irineu Bezerra, história essa que teria despertado a “benevolência do tribunal popular, que quasi se deixa levar pelos impulsos do coração, esquecendo que está em causa a

segurança social, que não prescinde de severa punição do crime”.

A primeira testemunha, Manuel Matias de Souza, disse ter visto, naquela semana, o acusado Inácio Batista na casa do acusado Xixi Bezerra, que ficava no lugar Jardim, onde ainda teria ouvido o referido acusado convidar Cicílio Herculano para a execução do crime, para o qual receberia 2:000\$000 (dois contos de réis), o qual, no entanto, o havia recusado. Essa informação, a propósito, foi confirmada na sequência dos depoimentos pelo próprio Cicílio Herculano. A segunda testemunha, José Pedro, achava-se em um roçado próximo ao local do crime, do qual ouviu muitos disparos. Aproximando-se disse ter visto Inácio, na companhia de Cícero Batista, metendo a mão no bolso da vítima. O numerário Severino Bezerra da Silva, testemunhou que no dia seguinte ao crime encontrou Inácio em Campina Grande, que lhe informara da novidade que fora aquele assassinato, quando assumiu a autoria do crime que realizara na companhia de outros três sujeitos. A confissão, a propósito, havia sido testemunhada ainda por José Pereira e Manuel Damião, que confirmaram a versão apresentada.

Dizia-se ser o réu um indivíduo tagarela e inconveniente que costumava contar suas proezas, mencionando o nome de seus protetores. Desde o momento no qual fora levado a termo o retumbante ato criminoso, o acusado foi parado diversas vezes por diligências policiais. Foi ouvido até mesmo pelo delegado da cidade de Princesa, onde conseguira emprego, que, desconfiado das razões que o levaram até aquela localidade, manifestou a intenção de buscar informações em Alagoa de Monteiro quanto ao que de fato havia acontecido. Na passagem por Campina Grande, o acusado e outro indivíduo que fora visto em sua companhia abandonaram um cavalo rosilho e uma burra por volta das 23 horas do mesmo dia em um rancho próximo à cachoeira de Manuel Luiz, os quais foram fotografados e reconhecidos como pertencentes à dupla.

Como *álibi*, o réu alegou que estava em São João do Cariri e viajara dali para Campina Grande às dez horas do dia 22 de julho, informação que restara destituída de indícios que a assegurassem. Havia relatos de que o acusado passou pelo segundo município em atitudes das mais suspeitas e a testemunha José Inácio da Silva confirmou que no dia 22 de julho estava em seu roçado no lugar Jardim quando Inácio Batista e outro indivíduo trocaram cumprimentos, evidência que se pelas condições geográficas do estado se chocavam com a possível veracidade daquele argumento. No dia anterior, a propósito, teria o mesmo sujeito alcançado a casa de Celestino Gonçalves de Araújo, em Cachoeira de Cebolas, por volta das três horas da tarde, onde deixou no rancho o animal no qual chegara montado, seguindo em direção à rua. Ali, procurou por Severino Bezerra, comerciante local, do qual retornara com a ordem para que lhe

preparassem um potro castanho, bem como uma roupa caqui e um chapéu de abas largas, roupas com as quais fora visto em Campina Grande na noite seguinte.

Como estratégia de defesa, os acusados se valeram dos ataques à idoneidade moral das testemunhas. Manuel Luiz foi acusado de ter omitido que os acusados abandonaram dois animais em sua propriedade e depois apareceu ali para retirá-los. No entanto, as testemunhas de defesa também não estavam bem calçadas quanto às informações que prestavam. A primeira disse ter visto o acusado em São João, mas não apresentou maiores detalhes sobre o fato. A segunda, José Ferreira de Lima, alegou que o irmão da vítima, Padre Epitácio, teria oferecido dinheiro a João Rodrigues para que esse dissesse o que se queria que fosse dito quando do seu depoimento. Enquanto isso, João Pedro de Andrade alegou que as testemunhas de acusação estavam ali a pedido de alguém, mas sem maiores informações que dessem respaldo à afirmação. Enfim, na sequência da avaliação das provas apontadas, o Superior Tribunal de Justiça decidiu sentenciar Inácio Batista Marinho a trinta anos em prisão simples, somada ao pagamento de uma taxa de 20% sobre o valor roubado⁶⁴.

Pelas trilhas misteriosas dos sertões paraibanos, os chefes políticos inscreviam as suas redes de poder e solidariedade boicotando as prescrições institucionais da pretensa modernização que tomava conta do mundo rural. Na esteira desses jogos de forças, não havia oposição declarada entre os grandes latifundiários e os camponeses e as camponesas, que não raro se filiavam a uma corrente política, defendendo o coronel até o limite da sua honra. Foram esses habitantes do mundo rural que acoitaram os criminosos em suas casas, levando a polícia a perder o lastro desses sujeitos. Essa gente camponesa parecia, de fato, interessada na manutenção da ordem tradicional. Mas nem todo camponês era bandido, alguns se entregavam a essa tarefa, que, por vezes, assumia as vestes de justiceira, servindo à ordem política pregada pelas famílias tradicionais.

As famílias Batista Marinho e Dias de Araújo disputavam suas influências na região de Fagundes, articulando correligionários e as autoridades locais para a execução do crime e/ou para o mesmo fosse disfarçado. Até o júri da cidade foi contaminado pela influência daqueles homens, cujo poder político levou à absolvição de um dos réus, conforme a gramática dos autos processuais movido pela benevolência da referida população. A propósito, tudo parecia mesmo tomado pelo poder das famílias, que se coligavam em uma articulação de poderes que perdurou como uma cultura política na história paraibana, sobrevivendo aos séculos em suas variadas

⁶⁴Acórdão da apelação criminal n.36, da comarca de Campina Grande. Consultado na *Revista do Fôro*, n.45, jul./1941. p.41-48.

estratégias. Durante o processo de colonização dos sertões brasileiros, a guerra dos bárbaros se tornou, conforme Linda Lewin (1993[1987]), um negócio de família e em família, articulando casamentos endógamos no propósito de fortalecer os laços de dominação. No Nordeste, foi a Revolta de 1817, e consequente formação das instituições nacionais que a lógica colonial foi substituída pelas alianças matrimoniais, *vide* Evaldo Cabral de Mello (2002[2000]). Foi também nessa época, lembrava Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (2014[2010]), que se consolidou uma nova forma de associação do poder familiar na Paraíba, por meio dos partidos políticos.

O acusado, dito tagarela, não escondia, pelas esquinas do mundo rural, aquilo que ele havia feito e nem quem foram os seus padrinhos. Esse tipo de filiação, a propósito, conferia identidade política e condensava, em torno de si, os principais conflitos que se davam entre os habitantes do mundo rural. Emergia daquelas aproximações uma economia moral que movia a ordem social por aquelas localidades. Inscrita pelos padrões culturais dos habitantes do campo, a economia moral desenhava valores e normas sociais que incitavam reações políticas das mais variadas formas, *vide* Edward Palmer Thompson (1998[1971]), quando se alimentava de uma lógica de hierarquias marcadas pelo patriarcalismo.

A lógica das vinganças familiares confrontava, portanto, a afirmação do poder das instituições modernas. As parentelas dos aliados políticos se estendiam sertões afora montando redes de articulação que a modernização demorou muito para acessar. Mas pesava contra elas o peso das máquinas, observe-se a testemunha da câmera fotográfica no flagrante dos cavalos abandonados quando da fuga. Todavia, era tudo ainda muito precário, as informações tardavam a chegar e, por isso, a inabilidade do delegado de Princesa em dar execução à identidade do acusado. A modernização estava a caminho, mas eram muito variadas as possibilidades de execução do projeto moderno, em muitos casos, reguladas por preceitos que valiam para uns e não valiam para outros: aos inimigos a lei, aos amigos casa.

O caso ilustrava esse mundo em transição que a modernização anunciava. Ao longo do caminho, os signos do moderno atestavam a mudança, as migrações internas ao mundo rural tomavam dimensões nacionais com as mudanças fundiárias nordestinas e consequente estreitamento do vínculo entre as localidades outrora distantes; os coronéis perdiam força para o poder público, que em alguma medida se mostrava mais democrático; o cerco policial inventava uma ordem racional para as hábitos das gentes do mundo rural, desmontando lógicas paralelas de exercício de poder; os dogmas religiosos estreitavam as fronteiras das suas práticas; a cidade se distanciava do mundo rural, criando conceitos para si que eram alheias ao que aquele outro mundo era capaz de produzir. Estruturavam-se novas hierarquias que, no mundo marcado pelo

mistério, àquela ocasião, perdiam a sua magia.

Os enquadramentos implicariam ainda na consolidação de algumas práticas de inclusão e exclusão social. As populações sertanejas eram qualificadas pelos discursos sobre as secas, como se tudo fosse miséria quando das estiagens; as apropriações que a elite fazia do bem público tornava-se corrupção, os juristas e a imprensa diagnosticavam os sujeitos que fugiram à ordem como bandidos; os médicos e religiosos tratavam práticas confessionais particulares como loucura; o mundo rural era lido pela falta do que havia na cidade, marcando a sua gente pelo atraso, pelo degenerado e tudo mais que se opusesse ao progresso prometido pela ciência. As tradições perdiam cada vez mais o seu sentido. Em outras palavras, tomava fôlego o desencantamento do mundo, abrindo espaço para o império da razão. Contudo, o progresso planejado como uma seta, dotou-se de muitos desvios, protagonizados pelos diferentes grupos que o ensaiaram. Aquele universo de referências culturais, afinal, rapidamente se converteria em uma arena de batalhas e suas conseqüentes disputas por territórios, os quais esquadrihavam os espaços da fotografia publicada na revista *Parahyba Agrícola*.



Figura 6: Maquinas Agrárias
Fonte: *Parahyba-Agrícola*, jan.1922, p.7.

A imagem divulgada naquele periódico mostrava como alguns trabalhadores experimentaram as máquinas agrícolas, decerto compradas a pouco pelo senhor, ainda naquele

início de século. A imagem não poderia ser mais sugestiva, ao centro dela, uma árvore fazia sombra para o fazendeiro, sentado sobre um dos arados, com seu terno fechado, chapéu escuro, gravada alinhada, botas de cano alto, e postura ereta, com a qual se investia na direção do fotógrafo como um homem de futuro que ele pretendia se mostrar. Ao seu lado, estavam aqueles que, possivelmente, eram trabalhadores da sua fazenda. As vestes faziam desconfiar a intenção do fotógrafo em montar a cena, a julgar pelo tom muito alvo de alguns tecidos e de certo cuidado com a postura dos sujeitos fotografados. É provável, observada a prática das fotografias em estúdio que marcaram as primeiras décadas do século XX, pensar que aquelas roupas não eram dos sujeitos em questão. Em alguma medida, tudo havia sido detalhadamente arquitetado para expor os investimentos do latifundiário na modernização iminente e na paz social que reinaria com o sucesso daquela empreitada agrícola. O primeiro plano da fotografia guardava, assim, os planos de futuro das elites agrárias nordestinas, mas que, como tudo mais, carecia de outros atores para que seguisse adiante.

Apesar de congelados em um cenário bidimensional estanque, os agricultores e criadores reagiram àquela prometida modernidade de maneiras muito variadas. Ao canto direito, por trás do coronel, três daqueles homens escondiam a face, olhavam em outra direção, gesto que, em sinal de timidez ou vergonha, dizia do estranhamento de um aparelho que assustava e, marcadas as alegorias que estavam em jogo, bem representava a modernidade. Por trás deles, um cavalo ou burro restou escondido, talvez o fosse o animal que estava chamando a atenção, mostrando que para aquela gente, naquele momento, a modernização ainda interessava pouco, ou pouco interferia, sendo possível estar alheio a ela, tão logo fosse disparado o *flash* e o coronel ordenasse que voltassem todos ao trabalho. Era como se desenhasses outra possibilidade de futuro, em tudo diferente daquilo que lhes era oferecido, esquivavam-se daquele mundo que as máquinas, dentre elas a fotográfica, por certo a que mais intimidava, prometiam.

Os sujeitos mais ao fundo traziam roupas mais desconsertadas, talvez por isso estivessem em segundo plano, e olhavam pra frente com alguma curiosidade, ainda que o sol não deixasse que percebessem com maior nitidez o que estava à sua frente. Ao que tudo indicava, naquele cenário, só mesmo o coronel podia encarar o futuro, como era possível compreender aquele estúdio improvisado no mundo rural, margeado pela câmera fotográfica na posição mais extrema da linha do tempo, enquanto o gado ao fundo apontava para o passado e para o retorno à labuta de todo dia. Talvez essa perspectiva também fosse ordem do fotógrafo, que, em seus projetos iconográficos, tinha um protagonista previamente definido. Mas os planos costumam fugir às rédeas dos seus chefes e a fotografia não precisava de circunstâncias menos estanques para

definir quem iria se sobressair no jogo de gestos. Por essa razão, o trabalhador rural da direita roubou a cena. Com sua pose ereta e seu olhar de soslaio, o sujeito definiu outro rumo para o futuro inventado pelo coronel, em um horizonte que não era uma seta na direção do progresso, posto que tinha suas curvas.

Ao ler o cenário, o agricultor reinventava a sua relação com o coronel e deixava para o futuro o registro de outra relação com a máquina. A parceria do arado com o coronel, inventada pela pose comportada daquele chefe, negava-se quando da posição escolhida pelo camponês, o qual colocava a bota sobre a barra de ferro, mostrando em que pé deveria se dar a relação dos seres humanos com o moderno. Conforme Jacques Rancière (2012[2003]), as imagens jogam pela alteração da semelhança, agenciando alegorias. Se isso é verdade, a autonomia da máquina ali se perdia de todo, redesenhando uma hierarquia inscrita pelo ângulo fotografado. Nele, o sujeito estava não só mais alto como mais central do que a máquina. Aqueles eram os rumos da modernização, que, em seus caminhos tortuosos, teria diferentes significados para os diferentes sujeitos, e que, nessa linguagem de padrões parciais, inventaria um destino comum.



Figura 7: Motores “Otto Legítimo”

Fonte: *Paratyba-Agrícola*, jul.1922, caderno de propagandas.

Ao passo disso, a propaganda dos motores “Otto Legítimo” embaralhava a máquina, os animais e as temporalidades. O sujeito representado de branco, com fenótipo branco e vestido de branco mirava o horizonte com o corpo curvado para frente. O futuro era uma máquina, a qual se desfazia até mesmo do arado, grande mercadoria das propagandas da época. Essa temporalidade

seria, a partir de então, a referência para o presente, era o regime de historicidade moderno que se investia no horizonte coletivo, como mostrava François Hartog (2014[2003]), a máquina tomava o lugar do sol, era ela que iluminava o destino coletivo. A experiência restava esquecida, ela tinha pouca importância diante da tecnologia que pulsava, e que poderia ser comprada por qualquer senhor que tivesse capital suficiente, bastava solicitar pelos correios e aguardar o tempo necessário para que ela chegasse até o comprador.

Aquele mundo comunicava ainda que a cena, outrora centrada nas figuras dos burros e dos cavalos, estaria sendo tomada pela máquina, mesmo que o animal ainda estivesse lá, como toda a beleza que lhes era cabida. A posição que lhe restava no novo tempo era secundária, fechada ao segundo plano, pelo menos até o momento no qual o seu poder era devido à sua força de trabalho. Os animais só teriam poder quando inventados como mercadoria, leia-se aqueles produzidos nos estritos limites do cruzamento induzido no sentido de manter os rebanhos o mais próximo possível de uma pureza de raça. Ainda nesse espaço, essa paisagem dizia do arado já como uma realidade, comum às práticas dos homens do campo com seus cavalos de porte e bem equipados. Em tempo, antes de tomar por passado esse período de mudanças que antecedeu a modernização agrária paraibana, atente-se para um derradeiro flagrante:



Figura 8: Fazenda Bonito – Esbrarejamento de um burro – Município de Pilar
Fonte: *Parahyba-Agrícola*, fev.1922, capa.

Publicada na capa do segundo número da revista *Parahyba-Agrícola*, a fotografia em questão anunciava das práticas da população camponesa que habitavam o estado paraibano. A dispersão do campo foi roubada por alguma ocasião especial que a documentação não permitiu

acessar, mas que, tomadas as referências mais cotidianas, bem poderia ser um dia de feira. O certo é que se encontraram, em alguma parte de uma larga estrada, criadores que habitavam diferentes localidades, mesmo que não distantes o suficiente para que não se conhecessem e compartilhassem entre si a fama de bom vaqueiro. No primeiro plano da imagem, deixavam-se fotografar duas estrelas, o burro arreado e o vaqueiro que, montado sobre ele, tentava domá-lo, provavelmente munido de algum tempo de experiência na arte do esbrarejamento de muare, decerto apreendida com os mais velhos. Em meio àquela cena, o camponês guardava um pouco da sua honra, essencializada pelo seu ofício e posta em combate no jogo que todos pararam para assistir.

Diante do exposto, observe-se um pouco o mundo que o leitor do periódico em questão seria capaz de ler. A imagem, em parte montada pelo fotógrafo, apresentou a maioria dos seus personagens em vestes bem mais claras do que aquelas que habitualmente utilizavam. O mundo rural que se apresentava, portanto, apesar de guardar parte significativa dos seus rituais, revestia-se de um polimento que a modernização queria lhe vender: mostrava-se higienizado e embranquecido. O programa político, daquela maneira apresentado, contudo, não se encerrava com aquela agenda. Ele trazia em sua esteira aspectos de um projeto nacionalizador, em defesa da tão pregada vocação agrícola brasileira, que não parecia poder se afirmar sem uma estética diversa daquela que de fato tinha. Em se querendo berço da nacionalidade brasileira, o mundo rural teria de se revestir de uma imagem análoga à que o romantismo europeu pregou sobre os cavaleiros da Idade Média. Com o advento da Revolução Industrial, lembrava Raymond Williams (2011[1973], p.56), o romantismo inglês tratou de empreender sobre o campo as imagens de um ambiente bucólico, tomado pela moral e pela valentia. Contudo, acrescentava o autor, “quando a examinamos, vemos que a moralidade não é fruto da economia, e sim um padrão local que a ela se contrapõe”.

Aos olhos desses grandes proprietários de terra e dessa elite citadina que financiou o projeto de modernização agrícola na Paraíba, o vaqueiro bem poderia representar essa pretensa civilização moderna que se montava sobre o mundo rural com todas as suas técnicas no propósito de dominá-la. Tratava-se, portanto, de uma investida disciplinadora, tomada por uma série de valores ditos civilizados e estranhos àquela gente. Mas também essa elite que se desejava moderna bem sabia que a empreitada dependia muito de como essa população reagiria ao que estava sendo posto, tendo para cada comportamento uma resposta, ou um conceito se assim se preferir. Também a ela interessava, a propósito, manter certos padrões da velha ordem em vigor, como o mandonismo, que lhes conferia poder para manter a hegemonia política.

Contudo, a atividade fotografada em certo sentido traía a modernidade, pois para além da técnica e da raça do animal, tão apregoados de significados, o que a fotografia pareceu mais destacar, era a valentia que estava em jogo. O sujeito em cima do burro tentava dominar o animal e o animal tentava vencê-lo, observados assim pelos que estavam em volta, que decerto não assistiam passivos à cena. No plano geral, o movimento das pernas e a agitação dos braços dos espectadores falavam das emoções do momento por meio de uma certeza: "se eu estivesse lá eu conseguiria". Ao desgosto dos pensadores daquele periódico, não fora a modernidade que movera as pessoas para o espetáculo. O número de pessoas que observavam a cena, alguns muito bem vestidos, mostrando a dimensão de espetáculo que a atividade de montar em um burro ainda não amansado possuía, dispunha de outro propósito: apostar a coragem e valentia em um jogo que conduzia o valor simbólico de toda aquela sociedade.

Há que se lembrar, no entanto, que apesar do fraque, o sujeito que assumiu a missão de esbrarejar o burro sem dúvida era um camponês. Atividades como aquela, aliás, não eram apropriadas para os distintos homens citadinos. Seguindo por essa lógica, o bravo muar poderia representar também o moderno, o qual a população camponesa não desejava exatamente dominar, mas amansar, tornar passível de se conviver, basta observar o valor simbólico atribuído aos animais bravos, que poucos conseguiam domar. Porém, nem todo equino é amansável. Essa quota de incerteza quando ao comportamento do *outro* é que impôs sobre a realidade a indelével marca das subjetividades. O jogo de forças estava posto e o encontro dos signos do moderno com as práticas tradicionais decerto trataria de embaralhar as verdades. A certeza era uma só: a batalha de fato não seria fácil.

3. “Novos horizontes para a agricultura”: os descaminhos da questão agrícola no cotidiano da população rural

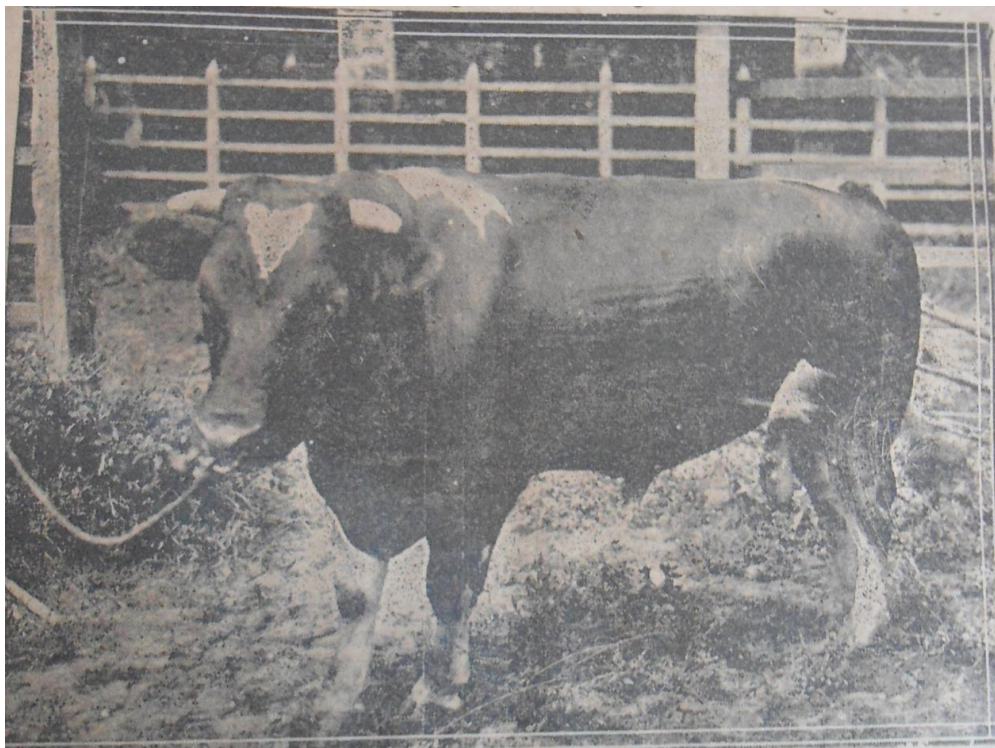


Figura 9: Touro – Armas Lucas, nascido na Hollanda em 2 de fevereiro de 1928 registrado no Pedigree sob nº. 9.825. Filho do touro Lucas Kovistra nº. 8.635 e da vacca Arma nº. 63.289.

Fonte: *Parahyba Agrícola* (jul. 1931, p.15).

Em contraste ao boi coberto pelo signo do mistério de outrora, a fotografia mostrava de um touro cercado por todos os lados, controlado pelo cabresto, conhecido até as entranhas. Daquele periódico, no qual fora notícia, a imagem restou como ilustração de um artigo em favor do cruzamento induzido do gado, o que seria um método de melhoramento das raças bovinas para a produção de leite e/ou para o corte, com aproveitamento da carne e do couro. Posta em perspectiva com a literatura de folhetos, aquela forma de representar o gado compactuava com um projeto modernizador que conferia poder à ciência para regular culturas milenares da espécie humana: era defendida a pecuária intensiva, que o gado fosse criado preso e alimentado por ração (PARAHYBA-AGRICOLA, jul.1931). Essa composição interessava às elites agrárias, que se valiam desses conceitos para qualificar as suas mercadorias em detrimento do que era vendido pelos pequenos produtores.

As representações costumam ser palco para disputas de poder. Os enfrentamentos dessa

ordem, lembrava Roger Chartier (2002[1985]), ultrapassavam as circunscrições das lutas econômicas, envolvendo outras territorialidades que perpassaram o cotidiano dos seres humanos, como a filiação a um grupo político, a confissão de um credo ou qualquer outra prática que se inscrevesse e fosse inscrita no plano das referências simbólicas. A citada pluralidade de espaços onde esses conflitos se estabeleceram inventou formas muito variadas por meio das quais as pessoas se situavam no mundo social. Tais representações, contudo, jamais existiram descoladas dos suportes nos quais elas eram comunicadas, sendo necessário avaliar de que forma elas traduziam e/ou produziam o cotidiano.

O projeto que a imprensa agrícola vendia retirava de cena o boi que campeava pela vastidão misteriosa do mundo rural, esquecido nos tempos de estiagens e difícil de alcançar quando a paisagem era tomada pelo capim e pelas folhagens, e não o fazia sem levar consigo as caçadas e as glórias que davam valor ao ofício que os vaqueiros carregaram na garupa de seus cavalos. A autoridade para tratar daquele universo de mistério lhes era usurpada em nome de outra figura, dotada de outros hábitos e outra ciência. Os agrônomos e os veterinários despontavam no horizonte, reconfigurando as hierarquias que constituíam o mundo rural, levando em sua bagagem o arsenal das instituições de saber⁶⁵, o que equivalia a ensaiar a constituição do campo produtivo como espaço público e desconsertar o ambiente social que a tradição regia.

O destacamento dos intelectuais daquela ordem se deu em meados dos anos 1910, quando houve um significativo alargamento da quantidade de escolas de agronomia criadas pelo país e consequente ampliação do número de estudantes matriculados⁶⁶. Desde então, a produção agrícola ocupou cada vez mais espaço na imprensa, a qual não se limitou à sua usual função de noticiar o que se estava sendo feito. Os intelectuais que redigiram os periódicos e suas colunas arbitravam dos métodos de produção ao que devia ser produzido. As práticas daqueles novos tempos, portanto, pouco diziam do saber que os vaqueiros acumularam e transmitiram por gerações. A ciência mostrava-se em favor do desencantamento do mundo, como explicava Antônio Flávio Pierucci (2005[2003]) acerca do conceito elaborado por Max Weber

⁶⁵O conceito de instituição de saber é devido às disposições teóricas de Michel Foucault (2013[1975]) na leitura que ele fez das relações de poder nas sociedades modernas. Para esse trabalho, faz-se um recorte do conceito nos termos que ele descreve a constituição de um discurso científico que quando da ascensão da modernidade ganha legitimidade social. Contudo, isso não implica em qualquer forma de aquiescência quanto ao poder que a disciplina possui no enquadramento dos sujeitos a essas normas institucionais. Esse quadro aqui é compreendido como um projeto institucional, mas que foi a todo o tempo, conforme a indicação da documentação consultada, parcialmente boicotado pela população camponesa paraibana.

⁶⁶Processo discutido pelo autor, Luiz Mário Dantas Burity (2014), no trabalho monográfico intitulado *A redentora do atraso do Nordeste: uma Escola de Agronomia na história da sociedade rural paraibana (1934-1950)*.

(2004[1920]).

A partir da década de 1930, o poder estatal investiu na institucionalização dos canais de circulação da opinião pública: criou métodos de censura, mas em contrapartida ampliou os espaços da propaganda política. O jornal *A União*, que se autointitulava *Órgão oficial do Estado*, ganhou, a datar daquele momento, uma agenda muito mais inflada do que aquela que ele dispunha até então. Diante do cenário autoritário que se montava em torno do poder público, a pauta modernizadora girou, sobretudo, mediante o controle estatal, mas nem por isso deixou de comunicar dos projetos de diferentes grupos sociais, mesmo que hierarquicamente separados pelos entraves formais dos periódicos. Resta saber como o mundo rural conviveu com esse universo de dispositivos que foram investidos sobre si. O objetivo desse capítulo foi perscrutar os conflitos e as negociações que escreviam e reescreviam os projetos de modernização agrícola na medida em que esses acessavam o cotidiano da população rural. Ao longo do tempo, essas pessoas foram aprendendo a lidar com o moderno, ainda recheado de signos muito estranhos a si. Mas não o fizeram sem uma série de tropeços, dos quais jamais seria possível escapar em um movimento para tornar o desconhecido conhecido, nem sem imprimir ao novo cenário muito do seu mundo. A modernidade ganhava forma, mas trazia em seus rastros um mundo de tradições, as quais garantiam as peculiaridades desse processo histórico na Paraíba.

O projeto modernizador, que, apesar de singularizado para não perder o seu sentido político, comportava dissidências em seu interior, dispôs de um arsenal conceitual tão arrojado que era capaz de envolver no entorno de um mesmo signo variadas frentes de batalha. O propósito de cercar os currais, a primeira dessas disposições, desmontava lógicas tradicionais de compreensão do conceito de propriedade, o que implicava no cerceamento da liberdade de circular pelas estradas do mundo rural. Ao demarcar os espaços nos quais outrora os mistérios constituíram os seus domínios, ensaiavam-se as fronteiras onde se desenhariam os novos tempos. Ficaria para trás aquela vastidão dos campos nos quais o boi misterioso se escondera outrora, onde os ladrões montavam acampamento e que os jovens imaginavam um dia poder alcançar com a bravura dos vaqueiros das histórias que os mais velhos contavam. No seu lugar, espraia-se um espaço controlado pelos mapas, que desenhavam fronteiras onde os habitantes do mundo rural experimentaram outras formas de viver as distâncias. Fronteiras essas que serviram à consolidação do Estado nacional, que a tempos carecia de uma maior definição dos limites das suas regiões para o exercício de um maior controle sobre os sertões que ainda cobriam as ditas terras brasileiras, o que, depois de um século de independência política, estava em vias de se concretizar.

A invenção das fronteiras regionais implicou em outra forma de pensar e viver o espaço. As divisas estaduais e municipais estavam tomadas de algumas estratégias para limitar a circulação das solidariedades que se espalhavam pelo mundo rural. Essas questões, a propósito, sequer foram consenso entre as elites, observe-se as complicações políticas da reforma fiscal empreendida pelo presidente João Pessoa, que visava a proteção das redes de comércio que se estabeleciam no interior do estado paraibano em detrimento daquele que se ramificava para os estados e portos das capitais vizinhas. Esse tema, a propósito, já era a muito tempo pauta de discussão no estado e permaneceu como questão latente quando das gestões subsequentes, conforme Irene Rodrigues da Silva Fernandes (1999[1988]). As redes de influência política local também se dissipavam com a maior efetivação e fragmentação dos limites municipais. Entre 1940 e 1960, a quantidade de municípios paraibanos cresceu de 41 para 88 (Apêndice A). A fragmentação dos municípios permitia uma ampliação do corpo burocrático cujos postos os chefes políticos poderiam usar em suas negociações, na esteira das definições de Victor Nunes Leal (2012[1947]). Em meio a esse cenário, os coronéis passaram a caminhar em uma estreita fronteira entre o domínio da máquina municipal e a dissolução dos vínculos políticos tradicionais pelas famílias latifundiárias. Em outras palavras, com a constituição dessas fronteiras, a influência dos chefes políticos foi se reduzindo cada vez mais à circunscrição do seu município, dissipando também a solidariedade que esses sujeitos eram capazes de articular.

Há que se considerar ainda que tais esquemas de solidariedade não eram exclusividade das famílias latifundiárias, também a população camponesa dispunha de formas de apoio social em outras localidades da região nordestina, em alguns casos envolvendo a camaradagem de pessoas que muitas vezes sequer lhes eram conhecidas. Para essa gente, as fronteiras também fizeram um desserviço, já que as questões maiores de sobrevivência geral perderam lugar com a formação de um espaço público local, que colocava as questões políticas do município em interferência mais direta na vida daquelas pessoas, o mundo rural se convertia em zona rural, o que limitava a sua existência à circunvizinhança do território urbano, destituindo de formalidade as relações que essas espacialidades possuíam entre si e a descentralização que constituía seu modo de vida, alheio, portanto, à centralidade citadina. Mas também a relação entre vizinhos se fragmentava com o passar do tempo. A ampliação da autoridade inventada sobre os espaços individualizou o processo produtivo e cerceou, em grande medida, o uso coletivo da terra. Perceba-se, no entanto, que as estruturas políticas da ordem tradicional não desapareceram, mas não há como negar que elas se enfraqueceram bastante com a ascensão do processo modernizador, no curso do qual as estruturas da velha ordem tiveram de barganhar espaço com

os projetos do novo tempo.

Àquela ocasião, o gado também podia figurar uma ameaça ao bem-estar das gentes: a vaca tuberculosa constituiria "um perigo á saúde dos que procuram o leite como restaurador de forças" (PARAHYBA-AGRICOLA, mar. 1922, p.16). Em razão da febre aftosa, exigia-se, portanto, que os rebanhos fossem vacinados o quanto antes, em uma região específica da musculatura do animal, e com fiscalização das prefeituras, às quais caberia apreender o gado e leiloá-los em caso de possíveis irregularidades. Espelhada e/ou fabricada por essa imagem, a higiene dos edifícios, das lavouras, dos corpos e dos hábitos no mundo rural constituíram um segundo desdobramento das proposições desse projeto modernizador. Dentre as palavras que perfaziam o discurso dos agrônomos e dos veterinários nos periódicos à época, falava-se em tratar das feridas dos rebanhos, as quais poderiam afetar a qualidade do leite e da carne, bem como a disposição para o trabalho de tração e transporte e sua consequente longevidade, mas também não esquecia da indispensável vigilância à água que o gado dispunha para beber, observe-se Humberto de Lira (PARAHYBA RURAL, 3 jun. 1934, p.1), que deveria estar livre de qualquer forma de contaminação, tal qual a água que os seres humanos careciam para a preservação de sua saúde. Também interessava aos criadores de animais, conforme Arimatéa Teixeira (PARAHYBA RURAL, 3 fev. 1934, p.9), separar as vacas que estavam em processo de gestação quando da proximidade da época do parto, bem como garantir a higiene do lugar no qual esse aconteceria até que o bezerro pudesse mamar o colostro, assegurando a força e a saúde do novilho.

Da forma como estava apresentado, o tratamento do gado em nada devia aos cuidados que se exigia dar aos seres humanos. Não faltaram artigos nos referidos periódicos agrícolas, escritos por esses mesmos intelectuais, que descrevessem as doenças da população rural, a profilaxia que essa gente tanto carecia e os possíveis tratamentos que tais moléstias demandavam. As verminoses, atestava o engenheiro agrônomo Delmiro Maia (PARAHYBA AGRICOLA, fev./mar. 1932), constituíam das mais graves epidemias que ameaçavam a sobrevivência da população camponesa. Diante da impossibilidade momentânea de estender as redes de saneamento básico pelo mundo rural, por exemplo, o referido intelectual falou da necessidade de que as fezes fossem enterradas, ao passo em que sugeria ainda que se andasse sempre calçado a fim de evitar possíveis contaminações. Em princípios da década de 1920, uma experiência de tratamento de uma criança contaminada foi narrada por Accacio Pires na revista *Parahyba-Agricola* (fev. 1922).

A sequência de quatro fotografias contava a história de um menino que sofria de

opilação, uma forte anemia causada por um pequeno verme, semelhante a “um pedaço de linha grossa, de um centímetro e meio mais ou menos”, o *ancylostome duodenale* ou *necator americanus*, o qual possuía ganchos na boca que se agarrava à parede do intestino dos seres humanos, parasitando o sangue desse hospedeiro e injetando um veneno que destruía pouco a pouco as células arteriais (PARAHYBA-AGRICOLA, fev.1922, p.3). Além do tratamento, no entanto, a revista vendeu um discurso: ao longo das imagens, o menino foi aumentando o tamanho do seu sorriso, como se junto à cura também lhe fosse dada, ou devolvida, a felicidade. Na conclusão do processo, o menino foi fotografado, finalmente, com roupas, alcançando o aspirado padrão civilizado, que perpassava o cuidado do corpo e dos hábitos⁶⁷.



Figura 10: Antes do tratamento



Figura 11: 10 dias depois do 1º tratamento



Figura 12: 10 dias depois do 3º tratamento



Figura 13: 10 dias depois do 3º tratamento (curado)

Fonte: Parahyba-Agricola, fev. 1922, p.3/4

Há que se suspeitar dessa proposta modernizadora que colocava pessoas e bichos em um

⁶⁷ A política higienista é uma invenção moderna. Contudo, existe alguma divergência entre os pesquisadores que se debruçaram sobre esse tema, estabelecendo como recorte o estado da Paraíba, no que concernia ao período em que se deram essas mudanças. Ao passo que Azemar dos Santos Soares Júnior (2016[2011]), no trabalho intitulado *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*, o situou na segunda década do século XX, Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (2015), com a tese *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*, observou tais evidências na segunda metade do século XIX, a partir dos discursos produzidos por intelectuais e políticos da época. Em uma primeira margem, seria possível dizer que a temporalidade proposta para essa pesquisa destoa das discussões empenhadas por ambos, mas essa seria uma leitura teórica equivocada. A invenção de um problema, para Michel Foucault (2014[1977]), filósofo com o qual a autora supracitada dialogou em seu trabalho, pressupõe a formulação de enunciados e consequente controle dos efeitos que eles produzem sobre o cotidiano dos sujeitos que exercem poder. As evidências apresentadas por ela, nesse sentido, dizem respeito ao momento em que a pauta higienista passou a ser considerada como política pública, envolvendo nisso uma série de investimentos das instituições de saber-poder na direção dela. Daquele momento até a década de 1930, portanto, o higienismo percorreu uma longa estrada, apontada pelo sucesso dos modelos inventados ainda no século XIX, os quais conquistaram domínios cada vez mais vastos até alcançar a população rural do estado entre os anos 1930 e 1960.

mesmo espaço, objetos de estudo de um mesmo grupo de intelectuais, os agrônomos e veterinários, habilitados *a priori* para o trato exclusivo de plantas e animais. É certo que estava-se falando de um país carente de profissionais em todas as áreas, aspecto que acabava implicando em uma divisão de responsabilidade quase que geográfica quanto aos campos de atuação de algumas ciências, ficando para o mundo rural o amparo das ciências agrárias. Contudo, aquela disposição não era aleatória, a atenção com a saúde da população camponesa era posta antes como uma condição ao desenvolvimento econômico do país que como medida fim das políticas sociais do Estado. Quando da exposição de um catálogo de verminoses em suas múltiplas formas de ação e ataque aos seus hospedeiros, Delmiro Maia mostrou-se então profundamente preocupado com o desenvolvimento da população brasileira, que careceria da gente do campo para erguer o seu projeto de melhoramento da raça:

O trabalhador rural, no nosso meio, é em geral, um pobre ignorante, sem conforto, habitando em casebres rusticos e anti-higienicos, desamparado das leis sociais e eterna vitima da pécha caluniadora de indolente.

No entretanto, apesar do seu estado de saúde ser agravado por varias endemias, a opilação, o impaludismo e a sífilis, ele demonstra a organização de uma raça forte, e a resistência ao trabalho, superior a de qualquer outra nação (PARAHYBA-AGRICOLA, fev./mar. 1932, p.175).

O autor dissuadia de certa imagem que havia se perpetuado no senso comum na Primeira República e que encontrou em Monteiro Lobato (1956[1914]) um de seus maiores expoentes, a qual caricaturava a população camponesa como uma gente preguiçosa, pobre e doente. Para tanto, o agrônomo usou como argumento a falta de amparo institucional que garantisse as premissas básicas de sobrevivência das quais careciam para o desenvolvimento das modernas técnicas agrícolas. Fazendo isso, filiava-se a outra corrente intelectual, preferida dos agrônomos e veterinários, a qual herdava certa leitura da obra de Euclides da Cunha (2009[1901], p.95), autor que não se furtava em declarar: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Esse dispositivo, todavia, não descrevia essa virtude como agência da gente rural, mas como resultado de uma formação biológica adequada aos trópicos, a miscigenação do homem branco com a mulher indígena, o que, dada a quantidade de gente negra pelos sertões afora, já foi atestada como falácia⁶⁸. Essa gente, portanto, deveria destituir-se das moléstias que lhes afetava. Em suma, essa era uma forma de interpretar o *outro* pelo que lhe faltava: nas páginas desses periódicos agrícolas

⁶⁸Solange Pereira da Rocha (2009[2007]) em sua tese, intitulada *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*, desconstruiu certa cultura histórica propagada, sobretudo, pelos autores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP – de que a população escravizada naquela província fora pequena o suficiente para que dela se herdasse uma quantidade pouco expressiva de negros. Existiu gente negra por toda a Paraíba, a qual se organizou socialmente das mais variadas formas, dentre as quais, a autora destacou a constituição das famílias.

via-se os habitantes do mundo rural não pela sua destreza para lidar com as intempéries climáticas, pela sua religiosidade ou organização sociopolítica, mas por uma pretensa ausência de hábitos higiênicos e de tudo mais que os modernizadores almejavam que eles tivessem e que eles não tinham.

Descrito pela sua raça e filiação, os qualitativos do touro já não eram a valentia e nem a velocidade, como tantas vezes fora falado nas narrativas que perseguiam os rastros dos mistérios, mas a rentabilidade dos produtos fim e meio que ele oferecia ao mercado, e consequente possível proliferação de moléstias que o consumo do leite e da carne, ou a sua proximidade cotidiana, poderia causar ao ser humano. Essa mercadologização, e consequente padronização de ícones, constituiu, portanto, a terceira aresta desse processo ambivalente no qual a modernização se converteu. Todo esse cenário comprometia-se com a criação de uma distância entre as pessoas e os animais, que, àquela ocasião, ainda se viam um como continuação do outro no exercício cotidiano de sobreviver, sobretudo no caso dos vaqueiros.

Quadro 02 Tabela de preços de animais	
Boi de carro	200\$000
Boi de corte	220\$000
Vacca de leite	200\$000
Cavallo de sella	500\$000
Burro de sella	400\$000 a 900\$
Burro de carga	300\$000
Carneiro	20\$000
Suino	50\$000
Fonte: Parahyba-Agricola (out. 1922, p.25)	

O quadro, descrito como tabela e construído a partir das informações elencadas pelos correspondentes da *Parahyba-Agricola*, apresentou o preço dos bois, das vacas, dos muares, dos carneiros e dos suínos com a régua que era usada para a sua venda nas feiras do município de Cajazeiras. É certo que esses números variavam de acordo com outras características daqueles animais, mas os valores informavam bem dos diferentes usos que aqueles bichos permitiam, e quais deles mais interessavam aos habitantes do mundo rural. Destacava-se o cavalo e o burro de sela, animais que serviam ao cotidiano dos trabalhos no campo, que corporificavam a valentia dos seus donos e diziam muito das destrezas que eles conseguiam e daquelas que eles não conseguiam mundo rural afora, os quais decerto despertavam maior orgulho dos homens que os

possuíam. Não se podia perder de vista, ainda, que a construção do quadro não era um exercício ocasional da revista, ele trazia por finalidade estabelecer um maior controle dos custos da produção, reduzindo o valor das características subjetivas dos animais, como a sua bravura, limitando o preço à sua função na lavoura, na produção de leite ou na venda de carne. Ficavam para trás os significados que os mitos da gente do campo lhes concederam.

Ao enumerar as práticas que fariam da criação de gado uma produção mais rentável e saudável, os intelectuais que se encarregaram da agenda modernizadora davam notícia das prioridades que deveriam perfazer o novo tempo: os resultados comerciais da venda dos animais, e dos produtos que eles forneciam, seriam mais importantes que as solidariedades, as quais permitiam a sobrevivência daquela gente diante das intempéries da natureza, preciosas, sobretudo, para os habitantes do Semiárido, desde os tempos da colonização, quando a pecuária extensiva se firmou naquela região. Era aquele o projeto modernizador levado a cabo por um poderoso grupo de latifundiários articulados nacionalmente em torno da Sociedade Nacional de Agricultura – SNA – e de uma bancada no Congresso Nacional, os ruralistas, patrocinadores da revista *Paraíba Agrícola*, mas que apenas em certa medida alcançaram a agenda estatal, como pode ser aferido nas publicações dos suplementos agrícolas do jornal *A União*. Os dois veículos inventaram um catálogo amplo de transformações na vida e nos significados caros à gente camponesa.

Naquele novo cenário, o trato com a natureza era marcado pela hierarquia: os homens de ciência, trajados de linho branco, se representavam em posições de superioridade à gente analfabeta e aos bichos. A esteira desse projeto modernizador carecia, porém, de legitimidade, e disputava espaço com uma proposta conservadora, dotada das marcas da tradição. Em meio a essas lutas de representações, o cenário para a barganha dos futuros possíveis era o mundo público. O novo tempo se estendia pelo espaço rural com a necessidade da aquiescência do coletivo, que deveria ser reconhecida na expressão dos seus comportamentos e/ou nas suas instituições. Diante do exposto, os periódicos que defendiam a agenda modernizadora trataram de apresentar para toda essa gente a ciência, e o fizeram com tamanha autoridade que ousaram julgar os agrônomos como senhores do momento no qual esses animais deveriam beber água no riacho⁶⁹.

⁶⁹Não foram encontrados periódicos que se opunham à modernização na Paraíba, mas é possível que eles tenham existido, como existiram em outras partes do país.



Figura 14: Dando de beber ao gado

Fonte: *Parahyba-Agrícola* (jul./ago. 1923, p.35).

Em outras palavras, o que estava em pauta era a emergência de outra forma de lidar com o passado e com o futuro, transformação essa que corporificou a quarta esquina desse projeto modernizador. A modernização, como atestou Reinhart Koselleck (2006[1979]), implicaria em uma metamorfose no modo como o Ocidente vivia os tempos históricos, alterando o centro da autoridade sobre os horizontes de expectativa do passado para o futuro, o que descreditava o discurso dos mais velhos das comunidades modernas em nome dos prognósticos do saber científico. Apesar da validade dessa fórmula enquanto regra geral, o que não se pode perder de vista é que cada sociedade constituiu seus padrões de mudanças e permanências a partir de circunstâncias muito particulares da experiência coletiva, ou como atestou Eric Hobsbawm (1998[1970], p.23):

Certamente existem muitas sociedades extremamente voltadas para a tradição e sociedades ritualizadas que no passado aceitaram a introdução relativamente súbita de novas culturas agrícolas, novos meios de locomoção (como os cavalos entre os índios norte-americanos) e novas armas, sem nenhum sentido de perturbação do padrão fixado pelo passado. Por outro lado, provavelmente existam outras, ainda pouco investigadas, que resistiram até mesmo a uma inovação dessa ordem.

Tomando como parâmetro a régua apresentada pelo autor, é possível inferir que a população camponesa que habitava as terras do pretense estado paraibano costumava assistir

cismada às propagandas desse mundo moderno, à exceção de alguns grupos mais entusiasmados, que conferiam maior crédito às mudanças que estavam sendo prometidas. Essa propensão coletiva para os pressupostos das tradições levou, não raro, ao boicote das propostas de modernização agrária, assentadas na manutenção dos hábitos de outrora, ainda movidos pelo poder dos coronéis, dos padres e dos bandidos. Há que se considerar, porém, que essas histórias, pouco a pouco, também ganharam espaço na imprensa manejada pela elite, apesar de nesses canais elas costumarem restar enquadradas em lugares secundários e envoltos de conceitos que as generalizavam e as reduziam.

A emergência do novo tempo exigiu o estabelecimento de novas regras sociais, que se ensaiariam no horizonte coletivo a partir dos conflitos que já existiam no interior da ordem tradicional, mas também daqueles que se estabeleceriam com a ascensão dos projetos modernos. O mundo do trabalho brasileiro mudou com o advento da abolição da escravidão. A proibição jurídica do trabalho escravo exigiu que os latifundiários revisassem suas estratégias para a produção das culturas de exportação que faziam as suas fortunas, o que, diga-se de passagem, explicava a instabilidade política da Primeira República. Até o século XIX, as terras brasileiras não tinham grande valor e a parte mais significativa das rendas dos grandes proprietários rurais dependiam, sobretudo, do trabalho escravo, de forma que o maior empreendimento que tais sujeitos poderiam constituir era a contensão da população escravizada na lavoura, conforme José de Souza Martins (2013[1979]). Com a crise da mão de obra escravizada, a elite brasileira conseguiu, mediante muito conflito, valorizar as propriedades rurais, mudando o centro dos empreendimentos para a questão agrária⁷⁰. Essa fórmula, todavia, não eliminaria os conflitos que permeavam as relações de trabalho no mundo rural. Os trabalhadores do campo herdariam dos tempos da escravidão a permanência dessas questões no espaço privado. Os projetos de modernização trouxeram esses conflitos em seu escopo, sendo necessário avaliar em que medida essas propostas se efetivaram quando da publicização do mundo do trabalho.

Aprisionados pelos cercados dos currais, que deveriam se estender pelas vazantes dos rios e dos açudes, o gado representava em sua figura a experiência da própria gente camponesa, que, aos olhos da ciência, também carecia de maior higiene em suas práticas. A associação de

⁷⁰José de Souza Martins (2013[1979]) compreendia a legislação que exigia a delimitação das propriedades como uma ferramenta dos proprietários para impedir que a gente livre e pobre tivesse acesso às terras, o que ocasionaria na sua valorização. Márcia Maria Menendes Motta (1998) discordou dessa perspectiva, para ela, as leis eram criadas para mediar os conflitos, e, em muitas ocasiões, o corpo legal em discussão, sobretudo a Lei de Terras, foi usado para garantir a propriedade aos posseiros. Observado essas disputas, esse trabalho segue os resultados apresentados pela segunda autora, mas não sem desconsiderar que, de fato, a terra passou por um processo de valorização, mesmo que sem a causalidade e a intencionalidade sugerida pelo primeiro escritor.

representações sobrevivia com esse mesmo ímpeto no mundo de significados da população rural, marcada, no entanto, por outros referentes: a valentia e a força. Era isso, a propósito, que se pretendia com a modernização, ampliar as redes de disciplina e cercar camponeses e camponesas da vigilância das instituições e do coletivo social, a qual se encarregaria de destituir padrões tradicionais de organização do social e representação do mundo. Os projetos, todavia, eram tratados de formas muito diversas pela população e o arsenal de tradições agrárias, em certo sentido, contaminou a agenda modernizadora desenhada, *a priori*, pela elite.



Figura 15: Garrote *Mané Chique Chique*. Raça Guzerat, com 10 meses. Producto da Fazenda Jatuarana, vendido ao Cel. Francisco Lima do Engenho Pinturas.

Fonte: *Parahyba-Agricola* (abr. 1922, p.18).

Um menino levava pelo cabresto o garrote da raça Guzerat, dotado do nome irreverente de *Mané Chique Chique*, como reconhecimento da pomposidade que o animal aspirado para a modernização do mundo agrário possuía. O pouco tempo de vida da criança fazia referência aos poucos meses do próprio bezerro, que ainda deveria crescer bastante, apesar de já superar a altura do garoto. Ficava implícito um jogo de hierarquias: se a modernização assegurava aos seres humanos uma posição destacada diante da natureza, naquele espaço de significação, a lógica era invertida, a julgar pelo possível preço do garrote, era ele, e não o menino, o xodó do coronel. Foi o animal, afinal, que apareceu no primeiro plano da fotografia. Protagonista da sua

legenda, a figura do gado sugeria que o garoto, sem nome que o identificasse, só estava ali mesmo por acaso, ou para compor o cenário abrilhantado pelo puro-sangue, assim como a galinha, que mesmo escondida nos vultos da imagem em preto e branco, não deixou de marcar presença. As relações econômicas dos novos tempos, portanto, se concretizavam com a valorização dos bichos e da terra sobre as gentes.

Contudo, lembrava Jacques Rancière (2012[2003]) no livro *O destino das imagens*, a fotografia também se constrói de um exercício de deixar ver o outro, e se isso é verdade surpreende notar o comportamento do infante em um mundo no qual as fronteiras do trabalho e da infância estavam longe de se fazerem bem definidas. Com suas roupas encardidas, sinal da pobreza na qual provavelmente vivia, ele fez um gesto de carinho na rês do patrão, informando de uma relação com o animal que era maior do que as diferenças que a modernização tentava construir, porque se consolidava no dia a dia dos vaqueiros, ofício apreendido desde cedo pelos meninos que habitaram aqueles pretensos "vazios demográficos". Eis, nessa imagem, o retrato da quinta e última ponta do processo que careceu de tantas mãos que o costurassem, ponta essa que foi a mais disputada de todas, a face democratizadora e emancipadora que ele trazia na bagagem, mas que nem por isso foi fácil de conquistar, carecendo de muita luta política, barganhada no exercício cotidiano de sobreviver dessa gente pobre do campo. Em meio a disputa de projetos, portanto, desenhava-se a realidade social em um exercício que já à época atestava-se que não seria fácil: "O campo é um laboratório muito grande para se estudar" (A UNIÃO AGRÍCOLA, 5 ago. 1941, p.4).

A democratização foi, por muitas vezes, boicotada pela elite conservadora que, na medida do possível, se assenhorava dos signos do moderno tentando impedir que o processo geral de mudanças tomasse rumos que lhe fosse desinteressante. Essa linha muito estreita entre a democratização e o acirramento das condições de vida mostrada os rumos ambivalentes que o novo tempo estava tomando no mundo rural do século XX. O plano geral mostrava um processo conturbado, dotado de atropelos e recuos, recheado de muitas cenas de violência, mas não se pode desconsiderar que houve algum avanço no que dizia respeito àquela pauta, avanço esse que só tem sentido se medido pelo termômetro das experiências dessa gente, das suas tradições e dos seus valores. As réguas urbana e europeia não valeram para esse cenário, tomado das peculiaridades que constituíram as identidades das pessoas que ali viveram. A democracia era desconhecida da gente camponesa até a ascensão da modernidade, em meio a isso, devia-se considerá-la como construção moderna na mesma medida em que os meios de controle o foram. Ao mesmo passo em que ela se tornava mais recorrente na vida desses sujeitos, mais eles se

apoderavam dos sistemas políticos, acessavam o mundo público e alcançavam os bens privados. O termômetro era complicado, pressupunha um mundo que abria alguns espaços na medida em que cerceava outros, mas é possível pensar que houve avanços se considerado o processo geral de mudanças.

Dotado dessa missão, esse capítulo reuniu as arestas da modernização no propósito de discorrer o cotidiano do seu processo, permeado das lutas de representações que foram alargando o espaço público no mundo rural. Dentre outros suportes, essas ideias ocuparam a imprensa agrícola, analisada no primeiro tópico deste capítulo e subdividida pelas nuances da revista ilustrada *Parahyba-Agricola* e dos suplementos agrícolas do jornal *A União*. Apesar de circunscritos pelas elites, esses impressos se valeram do cotidiano camponês como ponto de partida e foram, por meio de muita barganha, sendo ocupados pelas demandas dos habitantes daqueles pretensos vazios demográficos. Essa discussão foi sucedida pelos cenários produtivos que a modernização foi desenhando naqueles suportes e de que forma eles abriram espaço para o discurso do seu *outro*, no caso, a gente camponesa. O tópico que tratou das “culturas de nosso estado” subdividiu suas análises nos recortes da pecuária, da cunicultura e do cultivo da cana de açúcar. Esses três universos falaram de produtores que viveram realidades sociais profundamente diferentes entre si e que conduziram o processo modernizador por rumos próprios em cada esquina na qual os ofícios de vaqueiros ou agricultores se firmavam. Por fim, foram discutidas algumas demandas da população rural que tomaram a imprensa e alcançaram as instituições públicas como o crédito rural e os campos de demonstração, abrindo espaço para a emergência da questão agrária, a qual remontou outro capítulo dessa história.

3.1 “Um pharol a projectar seus raios polymaticos sobre os que, fortes, mourejam na vida simples do campo”: a imprensa agrícola e o alargamento da esfera pública no mundo rural.

Que se rasguem novos horizontes para a Agricultura, onde repousa toda a riqueza para o nosso progresso e engrandecimento no concerto dos povos civilizados.

Delmiro Maia
(*Parahyba-Agricola*, fev./mar. 1932, p.167)

O agrônomo desenhava um mundo rural coberto pela pátina das tradições, enraizado em um cenário produtivo obsoleto e fechado por práticas ditas primitivas de cultivo. O interior desse ambiente, contudo, guardaria consigo a esperança do progresso iminente. Pelas páginas daquele

periódico, não faltaram referências à fertilidade abundante dos campos que, se corretamente explorados, fartariam a sua gente dos melhores frutos dos quais a natureza dispunha. Porém, seria preciso que se rasgasse a crosta das tradições para que daquele lugar brotasse um novo tempo para a economia e para a sociedade rural. Foi esse o mito de fundação que conferiu alicerce às discussões que tomaram a pauta da imprensa agrícola quando de sua aparição no cenário público nacional.

O movimento não era em nada despretensioso. Ao aspirar que a Nação brasileira também fulgurasse na constelação das civilizações europeias, estava-se almejando a emergência de hábitos polidos e de uma disciplina árdua de trabalho entre os camponeses e as camponesas. Barganhar horizontes, afinal, não era uma tarefa fácil, sobretudo com o advento da modernização, quando as mudanças tomaram proporções poucas vezes vistas até então. Os canais de imprensa costumavam ser um bom palco para os vendedores de projetos de futuro, os quais dispunham de combinações sempre muito particulares de mudanças e permanências. Em se considerando os horizontes que se pretendia rasgar, portanto, o *devenir* que esses impressos vendiam comportava um arsenal de novidades, as quais se estenderam dos novos métodos de cultivo ao uso das mais modernas máquinas agrícolas. Nesse entremeio, porém, foram mascaradas uma série de velhas práticas, como a manutenção do latifúndio e a ausência de políticas efetivas de melhoramento da vida da população camponesa.

A imprensa agrícola tomou fôlego na Paraíba a partir do ano de 1918. Àquela ocasião, o principal periódico em circulação no referido estado, o jornal *A União*, ganhou uma coluna de circulação semanal publicada geralmente aos sábados, *A União Agrícola*, a qual foi gerenciada pela Sociedade de Agricultura da Parahyba. Isso não significou, porém, que a discussão que moveu esse ensejo não tivesse conquistado espaço entre os intelectuais já nas décadas que antecederam o surgimento daquela seção, eles de fato o tiveram, porém não com o mesmo valor político e nem com a mesma desenvoltura pública. Acontecia que, desde a segunda metade do século XIX, o Brasil convivia com uma crise nas suas lavouras e inúmeras saídas para ela foram ensaiadas pelos políticos e pelos intelectuais brasileiros.

Àquela ocasião, dizia Fernando Antonio Lourenço (2001[1998]), pelo menos dois projetos estavam em pauta. O primeiro deles demandava a resolução da questão agrária nacional, o que implicaria em uma reforma na extensão dos latifúndios, proposta que desagradou parte significativa dos legisladores brasileiros, e o segundo apostava na modernização das práticas de cultivo, o que levaria a termo a questão agrícola, discursada por uma quantidade expressiva de pensadores, os quais não se furtavam a repetir o quão atrasados eram os métodos adotados nas

lavouras brasileiras. A segunda proposta teve um número muito mais expressivo de adeptos e alcançou cada vez maior espaço nas páginas dos periódicos. Esse movimento desembocou na formação de uma imprensa especializada no tema, a qual só tomou maior vulto com a criação dos impressos que dedicaram uma agenda específica das pautas de valor público para tratá-las, o que aconteceu no estado paraibano no primeiro quartel do século XX. Há que se observar, no entanto, que essa concorrência entre os projetos agrícola e agrário era uma invenção das elites brasileiras. A teoria liberal tomava os dois caminhos como objetivo coletivo, na direção dos quais o progresso social que ela tanto prometia deveria se efetivar, de modo que dispor deles em oposição era uma forma de romper com os preceitos liberais, conduzindo a modernização por uma estrada conservadora.

Alguns anos mais tarde, foi fundada, na capital, a revista ilustrada de circulação mensal que se intitulou *Parahyba-Agrícola*. A estruturação editorial desse impresso, no entanto, pouco dizia da formatação que constituiu a colona do jornal *A União*. A identidade comum aos dois periódicos, por conseguinte, habitava a semelhante programação temática adotada por ambos e a frequente correspondência de intelectuais que circulavam pelos mesmos espaços institucionais. A imprensa agrícola se constituiu como um gênero discursivo, análogo ao gênero jornalístico pela sua forma de circulação editorial, mas consolidado a partir de outras bases, o qual dispôs de estratégias linguísticas relativamente homogêneas para a afirmação de seu programa político. No interior desse processo, foi ensaiada a constituição de um catálogo de possibilidades para o desenvolvimento das culturas que envolviam as práticas da gente que habitava o campo e o diagnóstico dos problemas que seriam responsáveis pela interdição do desenvolvimento daquele espaço, o que equivalia a barganhar investimentos públicos para as lides agrárias.

Por volta da década de 1920, a esfera pública cresceu e mudou a forma de barganhar poder no mundo rural. Até aquele momento, o arsenal disponível para a comunicação dos sujeitos, necessariamente permeada de relações de poder, envolvia as feiras públicas, as conversas ocasionais dos sujeitos que se encontravam pelas estradas do mundo rural, mas também dos terraços das casas-grandes e dos espaços cotidianos de trabalho e descanso. A mudança que estava em cena, no entanto, trazia por proposta a mutação também desses canais de discussão de futuros possíveis, articulando uma separação do mundo público e do mundo privado. Com o advento da modernização, a imprensa se tornou o suporte por excelência para a discussão pública, *vide* Jürgen Habermas (2014[1962]), sendo necessário avaliar de que forma ela articulou propostas e diagnosticou tradições que faziam parte do cotidiano da população camponesa. Os temas da imprensa agrícola, em certa medida, atenderam a uma pauta desenhada

pelos donos do poder. Todavia, há que se dizer que quando se abriu espaço para o público, também se estava caminhando nos rumos da democratização da opinião, permitindo que os expedientes de elite fossem contaminados pelas demandas sociais.

A emergência de tal processo trouxe, na sua esteira, uma disputa de legitimidade com os tradicionais espaços nos quais eram tomadas decisões coletivas. Isso implicava em uma ampliação, mesmo que ainda muito tímida, do poder do público sobre o privado, dos argumentos dos projetos de futuro sobre as escolhas por conveniências de grupos políticos. Por certo, esse novo universo de propostas que tomava conta dos meios de comunicação não esteve isento de partidarismos e nem destituído dos marcadores sociais que definiam que sujeitos teriam direito à voz, porém, no jogo de disputas por espaços no mundo público, o qual até então tinha a oralidade como principal suporte, essas lutas de representações não podiam ser reduzidas ao binarismo da luta de classes. Mesmo com a emergência da cultura escrita como principal instrumento de organização da vida pública, também ela se ampliava na medida em que deixava ver o *outro* na esteira dos seus contra-argumentos ou mesmo na proliferação de uma imprensa popular, como foi o caso dos folhetos.

Ana Luiza Martins (2001), no livro *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em Tempos de República. São Paulo (1890-1922)*, mostrou como também no estado paulista a imprensa agrícola ganhou maior espaço a partir dos anos 1910. No que dizia respeito ao gênero *publicações agrônômicas*, como preferia a autora, tratava-se de um “gênero inicialmente modesto mas que entre 1912 e 1930 conheceu um aumento de títulos, da ordem de 47,8%, visando atualizar o homem do campo, produzir conhecimentos, valendo-se de especialistas na matéria. Mais que isso, auferindo desse seguimento, uma fonte de lucros” (MARTINS, 2001, p.284). Deve-se destacar que, no estado da Paraíba, para além dos suplementos agrícolas do jornal *A União* e da revista *Paraíba Agrícola*, pelo menos mais dois impressos com propósitos semelhantes tiveram vez no estado paraibano, foram elas o *Boletim da Agricultura* (1910-1911), o *Boletim da Directoria da Produção* (1935) e o *Anuário da terra paraibana* (1959). Esses impressos, no entanto, tiveram vida curta. Outras publicações com propósitos agrícolas também foram lançados entre livros e artigos em periódicos comuns.

A imprensa agrícola comportava em seu projeto um plano de racionalização econômica sobre a produção dos trabalhadores rurais, compreendendo o espaço que se faria paraibano como um território comum e a gente que ali nascera como um mesmo grupo social. O suporte elevava as questões particulares de cada roçado ao posto de problema coletivo, ao passo em que se valia de intelectuais e instituições de saber para produzir seus discursos, pautados mais em argumentos

que em narrativas, alimentados por pesquisas científicas, não mais por mitos ou pelas experiências de trabalho. Em outras palavras, o suporte munia-se da missão de desencantar o mundo rural, propósito que foi cercado de certas representações sobre o passado e o futuro daquela gente, as quais destoavam daquele cenário outrora descrito pelos cantadores em seus folhetos.

3.1.1 Os suplementos agrícolas do jornal *A União*: **disputas pelo espaço público na imprensa oficial (1918-1962)**

AGRICULTOR PARAIBANO

Lêr não custa dinheiro. Neste suplemento haverá sempre qualquer coisa útil para você.

A União Agrícola (28 set. 1941, p.1)

Nas primeiras horas do dia 3 de maio de 1918, o leitor que abrisse as páginas do jornal *A União* teria a oportunidade de ler os informes das mais modernas práticas agrícolas utilizadas no mundo, ou pelo menos, era assim que se vendia a informação na recém-criada coluna *A União Agrícola*, seção publicada semanalmente, de preferência aos sábados. Àquela oportunidade, o ensejo citado pelos intelectuais para justificar a iniciativa de levar ao público um suplemento agrícola foi o termino da grande guerra que havia assolado o continente europeu (1914-1918), mas cujas consequências se fizeram sentir em todo o mundo. Em tempos de guerra, a agricultura costumava atingir índices alarmantes, a falta de segurança, acompanhada do desfalque de homens nas lavouras e da quebra das redes de comércio de excedentes com recorrência afetavam os quadros econômicos dos países envolvidos. Em outras palavras, encerrado o conflito, era hora de repensar a participação brasileira na política e na economia internacional.

O jornal *A União* viera a público no dia 2 de fevereiro de 1893, uma quinta-feira, ocasião na qual trazia por subtítulo a expressão *Orgão do Partido Republicano do Estado da Parahyba*, quando seu escritório e tipografia funcionavam à rua Visconde de Pelotas, n.49, onde permaneceram até 1908, quando da transferência para a rua Direita, n.2, no prédio em que estava alocada a Imprensa Oficial. Àqueles primeiros anos, a sua maquinaria compunha-se, sobretudo, da oficina que outrora havia impresso o jornal *O Publicador*, a qual fora propriedade dos herdeiros de José Rodrigues da Costa. A partir de 1901, o pasquim alterou sua estrutura editorial e com ela a sua legenda, a qual se converteu em *Orgam do Partido Republicano Federal do Estado da Parahyba*. Em se tratando do jornal responsável pela publicação do *Correio Oficial*, seus editores passaram a barganhar desde então, junto ao presidente do estado, que o referido

periódico fosse impresso na Imprensa Oficial, o que provavelmente foi conseguido em 1910. Apenas em novembro de 1928, contudo, o impresso passou a portar o subtítulo em nada despretenso de *Orgam Official do Estado*, descrição que mudaria de grafia nos anos seguintes⁷¹.

O aspecto oficioso dessa instituição conferiu à coluna *A União Agrícola* algumas especificidades diante dos demais formatos que constituíram aquele gênero discursivo. Em se tratando de um impresso oficial, as pautas que ganharam espaço naquela seção em certo sentido atenderam a uma economia de publicações que acompanhava a demanda do governo. O estabelecimento dessa proximidade com a pauta oficial, contudo, dependeu substancialmente dos sujeitos que a gerenciavam e das necessidades que a gestão cotidiana de um impresso apresentava aos seus autores e editores. Deve-se considerar, porém, que mesmo a nomeação desses profissionais atendia a demandas oficiais, de forma que tais sujeitos costumavam ser definidos considerando razões ora estritamente políticas, ora prioritariamente técnicas.

Os suplementos agrícolas do jornal *A União* possuíram diferentes formatos e configurações ao longo do tempo. Até 1962, ao término do qual foi publicado o último número de *A União Agrícola* que se conseguiu rastrear nessa pesquisa, a coluna dedicada à questão agrícola naquele veículo possuiu vários nomes, dentre os quais *Parahyba Rural*, *Agricultura e Pecuária* ou simplesmente *Suplemento Agrícola*. O formato da publicação também variou significativamente: de um canto de página na qual raramente se converteu, ela geralmente ocupou a última lauda da primeira ou da segunda seção do periódico, tendo conquistado, em seus momentos de maior prestígio, um caderno inteiro, com suas quatro páginas. Impressa geralmente aos domingos, a referida seção disputou espaço com outras colunas ao longo da sua história, tendo sido encontrada ocasionalmente nas terças-feiras ou nas quintas-feiras.

O expediente assumido pelo periódico dotou-se das configurações mais diversas: sua agenda habitava a intersecção da propalada necessidade dos produtores nordestinos com a especialidade de cada autor, o que, diante da carência de escritores disponíveis para atender essa demanda, pesava bastante quando da definição das pautas de cada número. Diante dessas condições particulares de publicação, os suplementos agrícolas do jornal *A União* se legitimaram dentre os espaços mais oportunos para a discussão e consolidação das propostas que constituiriam o projeto de modernização agrária que se montou na Paraíba. Espaço público por excelência, a agenda desse impresso esteve permeada de relações de poder, as quais em certa

⁷¹Essas informações foram consultadas prioritariamente no livro *A União: Jornal e História da Paraíba, sua evolução gráfica e editorial*, de autoria de Eduardo Martins (1977).

medida conduziram os limites para a formação do espaço público no mundo rural.

O propósito dessa análise foi percorrer dos investimentos político-intelectuais que moveram os projetos de modernização agrícola no estado paraibano a partir da estrutura de um impresso criado para afirmar tais anseios frente ao espaço público. Há que se considerar, em meio a essa intenção, que a própria existência de um impresso com esse perfil dizia muito das intencionalidades que circundaram o referido momento da história da gente camponesa, sendo necessário discutir como as circunstâncias nas quais a referida coluna apareceu e desapareceu diziam do cenário cultural de uma época. Sendo assim, pode-se precisar de que articulações políticas ela foi produto a cada momento, bem como de que outras demandas ela foi ganhando ou perdendo espaço na pauta do periódico, o que decerto possui alguma vinculação com o tamanho que esse problema assumiu no mundo público e com que prioridade ela foi adotada pelo Estado.

O quadro político do jornal *A União* mudou significativamente após a tomada de poder pelos ditos revolucionários de 1930. Na sequência do referido movimento, o país viveu um regime de exceção, o qual experimentou um rápido momento democrático após a promulgação da constituição de 1934, mas que logo foi atropelada pelos sequenciados períodos nos quais Getúlio Vargas governou sob estado de sítio e consequente golpe do executivo que deu início ao regime estadonovista. A história brasileira, no entanto, convivia com uma fórmula democrática ambivalente, na qual direitos sociais não costumavam conviver com direitos civis, como atestou José Murilo de Carvalho (2014[2001]). Foi no curso de um regime político dos mais cerceados da história brasileira, a ditadura do Estado Novo, que as conquistas sociais mais significativas se estabeleceram, a exemplo da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943.

O regime político que se estendeu de 1930 a 1945 combinou o acirramento da censura, o qual foi responsável pelo fechamento de inúmeros veículos de comunicação na Paraíba, fazendo do jornal *A União* o impresso de maior prestígio no estado, com o investimento em propaganda, aspecto que culminou não só na ampliação do tamanho daquela folha como também na construção e/ou no fortalecimento de uma série de outros meios de difusão de ideias, os quais conviveram a todo o tempo com o controle estatal, como a rádio, as festividades e a educação⁷². Desde então, não faltaram notícias que dissessem do curso das obras do governo, as quais dedicavam um espaço sempre muito destacado para os interventores federais, para os ministros

⁷²A difusão da propaganda estatal pelos mais diversos meios de comunicação foi objeto de estudo de José Luciano de Queiroz Aires (2015[2012]) na tese intitulada *Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)*. No que dizia respeito especificamente às festas, ver *Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve! Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)* de autoria de Vânia Cristina da Silva (2011).

e/ou para o presidente da República.

Àquela ocasião, houve um investimento significativo no maquinário responsável pela impressão do jornal *A União*, o que permitiu o melhoramento da sua qualidade técnica, um aumento significativo no seu número de tiragens e a ampliação do número de páginas. O referido melhoramento técnico, a propósito, já havia sido iniciado em tempos da gestão de João Pessoa, quando a Imprensa Oficial adquiriu uma máquina *Duplex*, levando a composição de uma nova legenda para o periódico: *Composto em linotipos – Impresso em máquina rotoplana Duplex*. A partir de 1936, já por ocasião da administração de Argemiro de Figueiredo, foram adquiridos novos prelos, tinteiros, guilhotinas, rebolos etc. (MARTINS, 1977). Essa ampliação técnica serviu bastante ao projeto que levou adiante a publicação de uma coluna agrícola no referido impresso.

O suplemento intitulado *Parahyba Rural* começou a circular no dia 18 de fevereiro de 1934, um domingo, no canto direito da 3ª página, com o propósito de dar notícia dos bons resultados da lavoura de algodão em São Paulo, informação recebida por meio de um correspondente, o senhor José Leite de Almeida, o qual enviaria ainda outros relatórios como aquele para a publicação nas edições seguintes. Nessas condições, a informação ainda parecia mal resolvida para ser descrita como parte de uma coluna: o seu título havia sido impresso em uma fonte análoga àquela que definiu o tamanho dos enunciados das notícias, e nenhuma outra legenda foi disposta acima do texto, sugerindo que de fato foi essa a manchete em questão. Em um número subsequente do jornal, aquele que se fez publicar na quarta-feira, dia 14 de março de 1934, uma comunicação análoga àquela deu continuidade à descrição dos sucessos alcançados nas lavouras algodoeiras paulistas.

Diante das circunstâncias apresentadas, o que aquelas duas primeiras oportunidades de publicação da *Parahyba Rural* sugeriram foi a abertura de um período de testes. O jornal *A União* possuía um quadro de leitores correspondentes que decerto não ficariam alheios a uma publicação com aquele perfil, a julgar pela sessão de consultas, a qual esteve tomada por elogios tão logo estabelecida a regularidade da publicação daquela folha. A recepção desses sujeitos, em não sendo representativa de todo o público de leitores alcançados por aquela página, serviria como um bom termômetro da opinião de alguns grupos políticos quanto àquela iniciativa, sendo possível avaliar a partir delas se a retomada de uma página agrícola seria um investimento que de fato valeria a pena⁷³. Foi só a partir da semana seguinte, no número publicado no dia 25 de

⁷³A respeito dessas correspondências, informou Pimentel Gomes: “Recebo, semanalmente, varias cartas anonimas. Curtas algumas. Outras longuíssimas, de 6, 7 e 8 paginas manuscritas e acrescidas de retalhos de jornais. Cartas

março de 1934, que a coluna tomou o formato que a marcaria pelos anos subsequentes: ocupando uma página inteira, posta em circulação prioritariamente aos domingos.

Desde a sua primeira aparição, a direção da coluna foi concedida ao agrônomo Pimentel Gomes, chefe da Diretoria de Produção. Deve-se destacar que, àquela oportunidade, o referido intelectual foi responsável não só pela organização dos textos que comporiam a referida página, mas também assumiu uma posição bastante ativa enquanto autor do que estava sendo publicado. Em razão da provável carência de intelectuais que escrevessem regularmente para aquela gazeta acerca de um tema específico a uma área de conhecimento, coube ao próprio editor escrever muitos dos artigos que chegariam às mãos do público, em alguns casos, tendo toda a página ocupada por textos da sua autoria. Na sequência de alguns números, começaram a perfazer a pauta da *Parahyba Rural* artigos publicados em outros periódicos do país, creditando a identidade do seu autor e o nome do impresso de origem. Deve-se destacar, contudo, a preferência do editor para os textos escritos por pesquisadores que tivessem por objeto de estudo as necessidades dos produtores paraibanos ou dos artigos de intelectuais de outras regiões do país enviados com exclusividade para aquela folha. A presença desse tipo de publicação, a propósito, servia como bom sinal do prestígio que o agrônomo possuía nacionalmente.

Em 1938, dois anos depois da inauguração da Escola de Agronomia do Nordeste⁷⁴, o dr. Pimentel Gomes foi nomeado diretor daquela instituição, espaço no qual pode aprimorar a sua trajetória de escritor e pesquisador⁷⁵. A presença de um intelectual com a biografia do referido agrônomo à frente da coluna *Parahyba Rural* era um atestado de como, àquele momento, priorizou-se o advento de uma agenda técnica em lugar da pauta política que ali poderia ter tido vez. As matérias apresentadas, aliás, reforçavam essa perspectiva, dispondo sempre de um discurso de autoridade que atestasse a validade de determinadas práticas, as quais, se aplicadas, permitiriam a aquisição de resultados mais profícuos para as lavouras e os rebanhos paraibanos. A respeito da cultura da laranja, a qual ele descreveu por “veio áureo a explorar”, o referido

anônimas... Lembram, em geral, descompusturas e ameaças. Levam, quasi sempre, aborrecimentos e odios. Felizmente, as que recebo trazem, apenas, sugestões para o desenvolvimento agrícola da província” (PARAHYBA RURAL, 25 mar. 1934, p.9).

⁷⁴Primeira instituição de educação superior da Paraíba, a qual forneceu cursos de formação na área das ciências agrárias, vide Luiz Mário Dantas Burity (2014)

⁷⁵A propósito das funções assumidas pelo agrônomo Pimentel Gomes na Escola de Agronomia do Nordeste: “Durante o seu exercício na direção da Escola de Agronomia do Nordeste, Pimentel Gomes foi o intelectual com a maior produção de livros e artigos nos periódicos da época. Naquele momento, o célebre professor, formado na Escola Agrícola Luiz de Queiroz, localizada no interior de São Paulo, desenvolveu pesquisas sobre o coqueiro de praia e sobre as fibras comumente encontradas nos sertões nordestinos e sempre muito cotadas no comércio internacional. Foi autor também de artigos e livros sobre a conjuntura internacional, buscando compreender o papel da ciência agrônoma no cenário no qual a instituição que dirigia estava situada. Nos melhores termos gramscianos, foi talvez o mais importante intelectual orgânico daquele estabelecimento educativo se considerado a periodização aqui adotada [1934-1950] e o momento em que chegou à direção desse instituto” (BURITY, 2014, p.89).

editor dedicou as seguintes palavras:

A Secção de Agricultura se encontra no firme proposito de desenvolver a citricultura na província. Para isto publicaremos, nesta Secção, dados para a formação de um pomar industrial, capaz de produzir grandes lucros. E nos comprometemos, se solicitados, a escolher a terra destinada ao pomar, preparar sementeiras, enxertar as mudas, dirigir o plantio no lugar definitivo e o combate às pragas (PARAHYBA RURAL, 8 abr. 1934, p.9).

Diante desse cenário, a escolha do nome *Parahyba Rural* também não foi aleatória. Ela fazia alusão a uma circunscrição territorial, a qual trazia em sua esteira o intento de demarcar e dominar espaços. Ao inscrever, naquela folha, um título como esse, o citado intelectual inventou um cenário, no qual o perímetro do mundo rural paraibano era desenhado pela questão agrícola e, por consequência, pelos intelectuais que teriam legitimidade para falar por ela, a saber, os agrônomos e os veterinários. Ficavam de lado o problema agrário e todo um mundo de outras referências que compunham o imaginário da população que habitava esse espaço. Essa intenção, aliás, pode ser aferida pela pouca identidade que aquela coluna parecia manter com a já a muito esquecida *A União Agrícola*, a qual dotara-se na Primeira República de outras características. No dia 3 de julho de 1934, a *Parahyba Rural* mudou o seu logotipo, o novo, porém, não permaneceu por muito tempo, mas é válido analisar a sua formação: como plano de fundo aparecia uma lavoura arada por um trator, formação que bem valia um retrato da leitura, ou proposta, que aquela folha construiu sobre o futuro da população rural paraibana, de uma lavoura na qual era configurado um mundo rural marcado pelas mais modernas práticas de cultivo e pelas máquinas agrícolas.

Com o apagar das luzes do ano de 1936, o logotipo *A União Agrícola* voltou a reinar como título do suplemento em questão. Entre os dois nomes, subsistia um jogo de representações que dizia bastante da política editorial que movia a referida publicação. Ao passo que a *Parahyba Rural* circunscrevia um território, o estado paraibano, no qual os intelectuais, devidamente amparados pelas suas instituições de saber, exerceriam a sua força técnica, *A União Agrícola* ressurgia com o valor de uma tradição, trazendo a identidade do seu periódico para o primeiro plano e reafirmando o compromisso daquele jornal com o empreendimento que deveria modernizar as lavouras. No lugar da novidade daquela página, que fora anunciada em 1934, falava-se, nesse novo momento, em um investimento que, apesar de ter se apagado por longos anos, já possuía quase duas décadas de história. O primeiro nome valorizava a proposta, o segundo priorizava a legitimidade daquela folha. Apesar das mudanças, contudo, mantinha-se o mesmo editor, o qual capitalizou, a propósito, ainda mais poder.



Figura 16: A Paraíba Rural
Fonte: *Paraíba Rural* (3 jul. 1934, p.16)



Figura 17: A União Agrícola
Fonte: *A União Agrícola* (3 abr. 1938, p.1)

Na segunda metade da década de 1930, o jornal *A União* alcançou o seu momento mais apoteótico. Desde 1936, oportunidade na qual Argemiro de Figueiredo foi nomeado interventor federal, aquela folha já havia se consolidado como um dos pontos mais altos do investimento estatal e seguiria assim durante todo o Estado Novo, momento no qual seu principal concorrente, o jornal *A Imprensa*, o qual era financiado pela Arquidiocese da Paraíba, entrou em decadência, até fechar em 1942. O fortalecimento daquele órgão, no entanto, não se fez sem uma contrapartida estatal, que tornou o veículo um instrumento ainda mais comprometido com a propaganda dos seus líderes políticos e consequente divulgação das ditas benfeitorias das quais tais sujeitos tanto se orgulhavam. Diante dessa nova agenda, a folha *Parahyba Rural*, a partir do final do ano *A União Agrícola*, passou a dispor de ainda mais espaço, chegando a ocupar, por algum tempo, um caderno inteiro, com 4 páginas, para a divulgação dos métodos agrícolas que se pretendia estender por todo o estado.

Essa relação ofereceu uma boa medida para que se compreendesse o perfil da modernização que o governo Getúlio Vargas ergueu nacionalmente. Ao contrário do que uma larga historiografia havia afirmado, Gabriela Beskow (2010) percorreu o plano desenvolvimentista que esteve em voga entre 1930 e 1945 a partir de duas frentes principais, uma primeira de fato voltada à industrialização do espaço urbano, mas não sem se fazer acompanhar de uma segunda iniciativa, a qual envolvia um projeto amplo de modernização do mundo rural. Na Paraíba, Argemiro de Figueiredo deu continuidade a essa proposta que já havia

sido empreendida com bastante força pelos dois interventores que o antecederam, Anthenor Navarro e Gratuliano de Britto, mas conferiu ao processo em questão maior institucionalidade. Àquela oportunidade, a página *A União Agrícola* passou a dar maior espaço para a divulgação das atividades que estavam sendo realizadas na Escola de Agronomia do Nordeste, no Instituto de Sericultura, no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros e nos campos de demonstração, mas também não deixou de abordar a necessidade da educação agrícola e da construção de escolas rurais, das caixas rurais e das cooperativas de crédito⁷⁶.

A presença do agrônomo Pimentel Gomes como editor daquele suplemento conferia uma boa medida do quão alinhada estava o expediente que movia aquela folha da agenda da Diretoria de Produção. A respeito da mudança na proposta política daquele periódico, publicou-se, em 9 de janeiro de 1938, notícias da reunião que o referido intelectual empreendeu junto aos inspetores agrícolas municipais a fim de adequar os rumos do fomento agrícola ao programa de trabalho do interventor Argemiro de Figueiredo:

Neste plano está em foco a ampliação do programa até agora executado da mecanização da lavoura, de irrigação, de drenagem e de incentivo á pratica dos metodos de dry farming. Ficou estabelecido uma maior amplitude na campanha de incentivo aos plantios de mamona, de arroz, de mandioca e a introduccção de novas culturas, entre as quaes o trigo e a parreira (A UNIÃO AGRÍCOLA, 9 jan. 1938, p.1).

A pauta parecia caminhar mesmo no plano das instituições, às quais caberia organizar a cultura e exercer maior controle sobre o mundo público. A agricultura ganhava cada vez mais espaço nesses projetos de futuro coletivo desenhados pelo poder público estadonovista, embora marcada pelo enredo autoritário e futurista que compôs a cultura histórica hegemônica na passagem da década de 1930 para a de 1940.

No curso desse processo, também pode-se observar uma maior pluralidade de assuntos dentre as manchetes publicadas naquela folha. Esse movimento, contudo, só foi possível mediante a consolidação da Escola de Agronomia do Nordeste enquanto instituição de saber. Ao passo que as pesquisas desenvolvidas no referido estabelecimento de educação superior instrumentalizaram os seus artigos de informações cada vez mais relevantes quanto ao quadro produtivo estadual, permitindo a divulgação de resultados mais precisos, de um catálogo mais

⁷⁶A respeito das políticas educacionais para o mundo rural, observar os trabalhos monográfico e dissertativo de Priscilla Leandro Pereira, os quais se intitularam *Experiências educacionais na Paraíba para o meio rural (1930-1937): ações civilizadoras, profissionalizantes e disciplinadoras* (2010) e *Educação rural na Paraíba (1946-1961): “um meio para fixar o homem do campo”* (2013). Sobre a história de algumas dessas instituições, ver a monografia desse autor, Luiz Mário Dantas Burity (2014), *A redentora do atraso do Nordeste: uma Escola de Agronomia na história da sociedade rural paraibana (1934-1950)* e a dissertação de Suelly Cinthya Costa dos Santos (2015), *Educação e trabalho para meninos desvalidos: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947)*.

amplo de possibilidades e de uma maior aproximação com as práticas de cultivo da gente camponesa; a contratação de novos professores e formação das primeiras turmas permitiu um alargamento do seu corpo de autores, contribuindo na diversificação dos temas e dos argumentos que perfizeram o quadro de publicações de *A União Agrícola*.

O apogeu dessa instituição de educação superior, a propósito, se deu a partir do ano de 1939, o que pode ser aferido na folha em análise. Àquele momento, parte significativa das publicações do suplemento agrícola do jornal *A União* passou a incorporar não só a propaganda da Escola de Agronomia do Nordeste, informando dos cursos que ela oferecia e dos discentes que recebia dos outros estados, como também notas divulgando do cotidiano dos seus laboratórios e daquilo que estava sendo produzido em prol da melhoria econômica do estado. Também os artigos que falavam das culturas que eram desenvolvidas, ou que deveriam ser desenvolvidas, nas lavouras paraibanas, os quais quase sempre figuraram a maior parte das publicações do referido impresso, costumavam levar consigo a assinatura dos docentes daquela escola. No dia 5 de março de 1939, chegou-se a publicar uma coluna de discentes daquela instituição, mostrando a folha quase que como uma extensão de seus laboratórios. Enfim, os dois espaços vinculavam-se um ao outro no propósito de controlar o mundo público que se investia sobre o ambiente rural.

Os primeiros volumes da coluna *A União Agrícola* publicados no ano de 1941 ainda eram impressos na capa da segunda seção daquele jornal, mas seu conteúdo já não se estendia para além da primeira página. Ao final de algum tempo, portanto, a referida seção retornou ao seu lugar de origem, a última lauda do periódico, onde permaneceria por algum tempo. Àquela oportunidade, a agenda política do jornal *A União* havia sido tomada por algumas mudanças. No último quartel de 1940, em resposta às demandas das elites locais, Getúlio Vargas substituiu Argemiro de Figueiredo por Ruy Carneiro no posto de interventor federal, mudando a orientação partidária do governo estadual⁷⁷. Aquela transição foi largamente alardeada no periódico supracitado, o qual passou a investir na construção da imagem do novo gestor em detrimento do anterior. Em meio a esse processo, também a direção da página agrícola mudaria de perspectiva. Desde então, figurava como legenda *Orientação da Secretaria da Agricultura*, instituição à qual a Diretoria de Produção estava subordinada, denunciando que as questões editoriais, naquela gestão, tomavam assento nas esferas mais altas do poder público. O referido movimento

⁷⁷Conforme Monique Cittadino e Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2008), em meados do ano de 1940, Getúlio Vargas decidiu atender os anseios dos líderes da oposição à administração Argemiro de Figueiredo, colocando em seu lugar um paraibano que, dada a sua distância de longa data do estado em questão, estaria apartado das questões locais o suficiente para fazer um governo de pacificação, Ruy Carneiro. Não foi, contudo, o que aconteceu. Tão logo nomeado interventor, o referido personagem tratou de se filiar aos grupos antes opositores.

implicou na substituição de Pimentel Gomes pelo também agrônomo Clodomiro de Albuquerque na condução dos trabalhos daquela seção, mas o primeiro intelectual não saía de todo de cena, permanecendo como um autor recorrente da referida folha.

A perda de espaço exigiu dos editores do periódico um exercício mais constante de seleção do material a ser publicado. Esse processo, contudo, implicou antes em uma condensação dos temas abordados do que em um retorno à celebração de um número reduzido de assuntos, como havia sido na primeira metade da década de 1930. Os leitores que se aventurassem pelas páginas de *A União Agrícola* nos anos 1940 encontrariam, para além dos seus artigos principais, uma lista de pequenas notas, contendo informações rápidas sobre as culturas praticadas no estado. Essas notas traziam sínteses dos grandes temas que já haviam sido discutidos diversas vezes em outros momentos daquela página. A repetição, a propósito, não era aleatória. Essa era uma forma de ampliar a possibilidade de que um leitor não casual viesse a consultar o conteúdo do texto, mas não deixava de ser também um método de convencimento, afinal, uma história contada muitas vezes tinha mais chances de se consolidar como verdade. Aquela também era uma forma de registrar o texto na memória das pessoas, que, habituadas à transmissão oral de conhecimento, poderiam repassar a informação por outros suportes, expandindo os seus horizontes.

O formato da nota também era bastante interessante enquanto meio de comunicação com leitores leigos. Ao seguir esse caminho, é provável que elas prendessem com maior facilidade a atenção daquele sujeito que acessava as folhas do impresso de maneira ocasional, o qual poderia, em uma passada de olhos, ser convencido a concluir a leitura. As notas, aliás, em geral compunham um catálogo de informes plurais, mapeando com certa rapidez o cenário produtivo paraibano. Em uma mesma coluna, conseguia-se tratar de apicultura, do plantio dos tomateiros, da cultura da mandioca, da extração do agave e da fibra do algodão. Isso servia à compreensão em certa medida global da economia do estado, a qual os artigos maiores nem sempre conseguiam alcançar com a mesma destreza.

As previsões meteorológicas e o estudo dos astros indicavam uma seca para o ano de 1942 (A UNIÃO, 19 out. 1941, p.5). A disposição de uma informação como aquela era almejada desde muito tempo pela população sertaneja do Nordeste. Mediante tal notícia, era possível guardar mantimentos e preparar o gado e a lavoura para os longos dias de estiagem. A circular, enviada pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV – de Viçosa, sugeria a silagem e a fenação para os criadores de gado, a fim de que se pudesse esperar a melhoria do clima com alimentação necessária para suprir as urgências dos rebanhos (A UNIÃO

AGRÍCOLA, 7 dez. 1941, p.1). Aqueles métodos invertiam a lógica de criação adotada pelos pecuaristas quando das grandes estiagens, oportunidade na qual mesmo os latifundiários costumavam soltar o gado sertões afora para que os bois e as vacas pudessem procurar alimento onde fosse possível. A mudança, contudo, parecia interessar para a gente do campo, já que trazia como resultado de um calendário programático a redução dos danos causados pelas estiagens. A respeito da agricultura propunham-se os métodos da pequena irrigação, os quais, conforme Clodomiro Albuquerque (A UNIÃO, 3 mai. 1942, p.1), se partissem dos pequenos e médios açudes, poderiam ser feitos até pelos pequenos agricultores.

As notícias da Segunda Grande Guerra também serviram de termômetro para o desenvolvimento das novas técnicas agrícolas que a página em análise vendia aos seus leitores. Ainda em 1939, quando do início do conflito bélico, os intelectuais não se furtaram em informar do esforço que se precisava empreender nas lavouras para que a economia nacional sobrevivesse àqueles tempos difíceis para o comércio internacional. Foi a partir de 1941, no entanto, que os acontecimentos do plano global passaram a interferir com maior recorrência na agenda agrícola do jornal *A União*. Àquele momento, foram ventiladas as primeiras chamadas que levaram o presidente do Brasil a tomar partido pelos Aliados e o periódico em questão não ficou alheio à campanha que contornou essa medida. Nos anos seguintes, os artifícios políticos usados pelo poder público e pela imprensa para envolver a população brasileira com os batimentos do conflito armado foram aperfeiçoados. As campanhas de esforço de guerra tomaram fôlego, sobretudo, no ano de 1942, eram elas a *Campanha da Borracha Usada*, a *Campanha do Ouro*, a *Campanha do Tostão*, a *Batalha da Produção* e a *Batalha da Alimentação*. As duas últimas foram coordenadas no estado paraibano pela Escola de Agronomia do Nordeste e pelos campos de demonstração que estavam sob sua guarda⁷⁸.

Em decorrência do ano de 1943, a publicação da coluna *A União Agrícola* foi se tornando cada vez mais escarça, chegando a dividir a página com informes variados, os quais ocupavam a seção livre do jornal. Depois daquele momento, a referida seção desapareceu daquela folha, na qual não voltaria a ser vista por alguns anos. Eram tempos de crise do regime político estadonovista e a transição democrática foi bastante sentida pelos editores do jornal *A União*, que já não tinham base estatal para manter a pomposidade que haviam tido no início daquela década. Afetado pela censura, aquele diário também não parecia ter o mesmo prestígio da opinião pública para segurar a crise que estava a caminho. Enfim, esse processo atingiu seu auge no ano de 1946, quando o jornal foi reduzido ao formato tabloide e passou a publicar quase que

⁷⁸Para mais informações das referidas campanhas, ver Luiz Mário Dantas Burity (2014).

exclusivamente informes oficiais. Apenas em meados de 1947, a agenda em questão voltou a tomar fôlego.

Ao longo dos anos que deram margem ao Estado Novo, a questão agrícola tomou espaço destacado na imprensa oficial e no expediente de investimentos do poder público, implicando em certa atenção às urgências da gente camponesa poucas vezes vistas até então. A condução dessa pauta, contudo, sofria do grande mal do autoritarismo, que julgava as necessidades do outro com régua própria, não perscrutando a população interessada. Todavia, ao passo que os habitantes do mundo rural se deixavam observar entre as páginas dos jornais, muito se estava contribuindo com a ampliação do espaço público e em grande medida com a sua democratização, mesmo em se tratando de uma ditadura, mas, também por essas razões, muito ainda faltava para que as pessoas do campo conseguissem imprimir sobre o espaço público a medida das suas demandas.

O exercício político do jornal *A União* no que concernia à questão agrícola, contudo, não se reduzia à circunscrição dos suplementos agrícolas, era comum encontrar manchetes com aquele enfoque da primeira à última página do periódico. As publicações que fugiam aos limites da coluna em análise, no entanto, costumavam atender a outras demandas, explorando com maior enfoque os investimentos que o poder público estava capitaneando no mundo rural e vez por outra alguma propaganda quanto aos caminhões e tratores que poderiam ser usados na lavoura (Apêndice B). Mas não faltaram publicações que dessem conta dos propalados métodos modernos de produção agrícola, a exemplo da série *A Pecuária*, com mais de dez números, que Pimentel Gomes escreveu para aquela folha no ano de 1945 (*A UNIÃO*, 11 mar. 1945, p.4).

Essa informação também permite acessar outra dimensão na qual a questão agrícola sobrevivia dentro do mesmo periódico. Em meio às notícias sobre temas diversos, essa pauta mostrava certa transversalidade, assegurando o lugar que ela deveria ocupar no espaço público. As diferenças entre esses dois ambientes de publicação, dentro e fora da coluna semanal, habitavam, sobretudo, a coesão de um projeto modernizador, que, na coluna, imprimia para o leitor uma margem coletiva, assentada nas pesquisas das instituições científicas de maior respeito no país e cuja periodicidade abarcava todas as arestas desse mesmo processo. Enquanto isso, as manchetes avulsas restringiam o poder do discurso à posição de um intelectual, dialogando antes com outras dimensões do cotidiano, como a política e a economia, que com textos do mesmo gênero discursivo.

Associados à Diretoria de Produção, os suplementos agrícolas do jornal *A União* contribuíram bastante com a organização econômica da lavoura do estado, ampliando a sua competitividade diante de um mercado nacional e internacional que tradicionalmente impingia o

atraso sobre essa população. A condução desses trabalhos, apesar de, em certos momentos, resguardar algum espaço para tratar das questões mais coerentes com as necessidades da população camponesa, foram orientados prioritariamente em favor de uma elite latifundiária. No corpo daquelas barganhas, o que estava em cena era mais do que uma disputa de um Brasil agrário com um Brasil industrial, estava em pauta a manutenção do latifúndio e a valorização da terra, acentuando a questão agrária. A modernização rural proposta por esses canais, em grande medida, ameaçava as formas tradicionais de trabalho e sobrevivência da população camponesa, as quais não eram destituídas de violência, mas que compunham o mundo conhecido por aquela gente.

Os leitores voltaram a ter acesso à página agrícola do jornal *A União* no primeiro semestre do ano de 1948, dessa vez, sob orientação da Secretaria de Produção, posto ao qual a antiga diretoria havia sido alçada. Apesar de já terem se passado três anos desde o final da guerra, uma linguagem mais próxima do universo bélico permaneceu como instrumento discursivo naquele suplemento. Falava-se em *vencer*, *exterminar*, *combater* as pragas e para isso eram utilizadas *armas*, leia-se insumos e pesticidas. O poder público dispunha ainda de *estratégias* e anunciava uma *vitória* breve. Além disso, o discurso nacionalista afeiçoava-se e junto consigo a organização política que envolvia a questão agrária. O retorno do suplemento à cena pública era conduzido como um investimento patriótico do governo, estreitando os laços da política econômica com o desenvolvimento social de uma Nação. Vencidos os primeiros números publicados àquele ano, a propósito, o professor Adelmo Machado, catedrático da Escola de Agronomia do Nordeste, cumprimentou o Dr. Américo Maia pela retomada dos trabalhos daquela página:

Uma entre as muitas medidas acertadas, que, na direção da Secretaria da Agricultura, vem tomando o Dr. Américo Maia, é, sem dúvida alguma a volta à circulação da “União Agrícola”.

Em seu feitio microscópico pois ocupa apenas uma única página do Jornal do mesmo nome e somente publicada aos domingos, a “União Agrícola” vem modestamente e despida de vocabulário técnico na maioria das vezes desconhecido, orientando e pondo os nossos agricultores ao par das medidas tomadas pelo Governo em relação aos polimórficos problemas do Estado (A UNIÃO AGRÍCOLA, 18 jul. 1948, p.7).

Na esteira dos elogios tecidos ao dr. Américo Maia, subsistia um jogo de demandas pelo espaço que o periódico havia concedido para a questão agrícola: ao passo que reconhecia a iniciativa, o correspondente reclamava as suas dimensões, o que, se não servisse para demandar mais espaço, ao menos atestaria a importância da manutenção daquilo que já havia sido conquistado. Resta saber por que, mediante outros sujeitos e instituições que envolviam a

publicação daquela coluna, apenas o secretário da Agricultura foi digno de cumprimentos. A responsabilidade que o poder público possuía sobre o jornal *A União*, que costumava vestir essa máscara com a exposição, em nada aleatória, da legenda que declarava a sua oficialidade, não deveria ser prerrogativa da Secretaria da Agricultura o arbítrio quanto às demandas que se fariam publicar naquela folha. Ainda que se utilizasse o argumento da orientação que aquela instituição lhe conferia, isso deveria servir de mérito antes para a Secretaria de Produção do que para a pasta da Agricultura. Essas confusões entre as partes denunciava o quão submisso à agenda política estatal estava o referido periódico e quão personalista essa relação continuava a ser, reduzindo-se a instituição a um sujeito, como se todas as virtudes alcançadas pelo coletivo estivessem circunscritas à sua caneta.

O expediente do suplemento *A União Agrícola* que os leitores puderam acessar a partir de 1948 perdeu bastante em variedade, circulando em torno de pautas mais próximas às culturas que perfaziam o cotidiano da gente camponesa. O propósito da mecanização agrícola aparecia atrelado à cultura do algodão, limitando parte dessa discussão à ampliação do número de ceifadeiras que higienizassem os terrenos de cunicultura após a colheita para que o gado pudesse pastar, mas falava-se ainda da importância das hortaliças na alimentação da gente camponesa, da profilaxia dos animais de criação, das práticas de reflorestamento, da distribuição de mudas de fruteiras e da extração do agave. Os demais temas em geral gravitavam em torno desse eixo principal, reduzindo a amplitude da discussão que havia sido posta em cena na década de 1940.

O primeiro vértice responsável pela afirmação dessa pauta, por certo, foi a crise com a qual aquele periódico conviveu nos primeiros anos do processo de democratização do Estado brasileiro. Mediante o descrédito do jornal *A União* pelo movimento político que rompeu com as bases ideológicas do Estado Novo, a seção *A União Agrícola* sofreu de certa escassez de autores e temáticas. Em concomitância com esse contexto político, o foco dos intelectuais mudou significativamente com o processo de consolidação das disciplinas acadêmicas. Das páginas dos periódicos de circulação comum, ele passou a ocupar os próprios setores acadêmicos, com a publicação de livros e monografias. A maior incidência de um número restrito de temas, contudo, pode ter sido lastro para a tentativa de uma maior aproximação com o público rural.

O estabelecimento de uma maior proximidade com o cotidiano da população agrária em seus objetos de pesquisa trazia em sua esteira uma linguagem mais acessível à gente camponesa, no intuito de atrair toda uma legião de novos sujeitos para a sua lista de leitores usuais. As inúmeras campanhas de alfabetização empreendidas pelo governo durante o Estado Novo e massificadas no regime que o sucedeu falavam de uma sociedade rural mais próxima da cultura

letrada, ampliando a quantidade de pessoas que teria acesso direto ao texto, sem contar a expressiva quantidade de outros leitores que alcançariam os referidos assuntos por intermédio de outros letrados. Essa circunstância, a propósito, permitia que se observasse a maior incidência de publicações sobre o agave em 1948 e sobre o algodão em 1949 como uma tentativa do poder público para que a gente camponesa desse alguma prioridade ao cultivo de tais culturas, o que, anos mais tarde, foi atestado em seus resultados profícuos. O estado paraibano alcançou sua maior safra de algodão e agave em 1949, segundo o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura (A UNIÃO AGRÍCOLA, 15 jan. 1950, p.8).

Àquele contexto, o jornal *A União* foi se consolidando como uma ferramenta importante para a barganha de investimentos governamentais. Quando a democracia brasileira do pós-1945, a título de exemplo, colocou a pauta da industrialização no primeiro plano da política econômica nacional, desagradando os intelectuais e os políticos envolvidos com a questão agrícola no país, houve uma reação substancial por parte dos editores daquele suplemento. Eis que o impresso em questão publicou três artigos no dia 17 de outubro de 1948, todos envolvidos com a defesa das instituições agrônômicas: *Ainda a lavoura*, *Política antiagrária* e *Recuperação agrícola*. A esse respeito, diziam tais sujeitos:

Os homens do Imperio tinham razão em considerar o Brasil uma nação essencialmente agrícola.

Estavam eles certos, haviam formado esse conceito depois de uma longa observação das condições naturais que nos couberam por sorte.

Foi pena que o Govêrno discricionario tentasse desviar o curso da história, transformando um País agrícola em um País industrial.

Essa tentativa foi extremamente prejudicial, porque nem conseguiram uma coisa nem outra. Nosso parque industrial é deficiente por falta de elementos básicos, e nossos campos agrícolas sofrem hoje o abandono a que estamos assistindo com o seu cortejo de males que afetam a população obrigando-a a suportar crises de alimentação que jamais imaginara (A UNIÃO AGRÍCOLA, 17 out. 1948, p.5).

O governo discricionário ao qual se estava fazendo referência decerto era o Estado Novo nos fortes investimentos que se fizeram na indústria de base nos anos 1940. Àquela leitura da então história recente do país, no entanto, desviava algumas evidências e carregava consigo um sentido político importante a ser considerado. Ao descrever os erros da política econômica varguista pelo industrialismo que ele propôs, estava-se ansiando que os rumos tomados nos tempos democráticos que estavam entrando em pauta foram diferentes daqueles. Essas discussões decerto faziam parte do cotidiano dos deputados e senadores paraibanos, que para além das questões do cenário nacional, decerto estavam atentos às demandas das bases políticas que os elegeram, as quais poucas vezes foram de fato populares, e essa era uma delas. A

barganha com a esfera política nacional, portanto, acontecia, sobretudo, por via de tais sujeitos, os quais, provavelmente, não foram indiferentes ao que se publicava no jornal *A União*.

O enredo das narrativas de futuro inventadas em meio àquelas páginas perdia a sua característica autoritária de outrora, assimilando os conflitos entre as culturas históricas arquitetadas pelos intelectuais, nacionalistas ou entreguistas, conservadores ou liberais, com as culturas históricas alheias a essa lógica do progresso econômico e da ciência, a qual montava seus territórios assentando-os mais nas experiências que nas expectativas, vislumbrando o acesso à terra como pressuposto fundamental para as outras mudanças. Diferentes enredos envolveram esses padrões parciais de compreensão do mundo social, de forma que seria possível afirmar que, mesmo havendo muito consenso, nem sempre se estava falando a mesma linguagem. As lutas de representação, conforme definição de Roger Chartier (2002[1985]), contornavam o Estado Novo, ao passo que regionalizou os seus sujeitos.

Os primeiros números levados ao público no ano de 1950 trouxeram em seus vultos mudanças significativas nas perspectivas daquela página. A variedade de temáticas abordadas se ampliou significativamente àquela oportunidade, alargando os limites do cenário produtivo que a folha em questão desenhava. Mas alguns daqueles temas seguiram na predileção dos seus editores e autores, notadamente o algodão e o agave perfizeram o centro das manchetes em questão. O agave, a propósito, havia sido alvo de uma campanha de incentivo à produção. O reflorestamento, a fruticultura e a melhoria dos rebanhos, contudo, seguiam em pauta. Algumas outras demandas, no entanto, também conquistaram algum espaço, sobretudo quando o problema em questão envolvia questões relativas ao seu trabalho, a exemplo do editorial relativo ao quão injustiçados estavam sendo os agrônomos no cenário político e econômico brasileiro. Por fim, *A União Agrícola* também deu vasilha à *Coluna do Lavrador*, espaço no qual os correspondentes poderiam deixar a sua opinião sobre algum dos temas tratados, os quais eram escritos geralmente no formato de uma carta. O espaço, todavia, foi ocupado antes por um número restrito de produtores entusiasmados com os processos políticos ruralistas do que propriamente pela população camponesa.

Em princípios do ano de 1951, a seção *A União Agrícola* foi suspensa por alguns meses, tempo no qual as notícias das secas se espalharam pelo jornal, expondo desde a atuação política do governador José Américo de Almeida, que, no ano seguinte, ocuparia mais uma vez o Ministério de Viação e Obras Públicas do governo Getúlio Vargas, até as consequências imediatas das circunstâncias climáticas na vida da população rural. O referido suplemento voltaria a circular por ocasião do dia 13 de maio de 1951, quando, dentre as suas manchetes,

guardava uma bastante ansiada no estado: “E as chuvas caíram...”. A associação entre o final da seca e o retorno da página parecia não ser mesmo aleatória, no curso das estiagens, as campanhas contra as secas pareciam superar as deferências que envolviam a questão agrícola, mas tão logo caíssem as primeiras precipitações, o tema voltava com urgência, era preciso que se soubesse o que plantar para aproveitar bem as tardias e escassas águas pluviais. Mediante esse contexto, o periódico em análise parecia fazer maior correspondência com o movimento de publicização da vida camponesa. Ao passo que as estiagens se tornavam o problema coletivo de maior relevância a ser resolvido, o jornal se tornava uma pauta pública de discussão e barganha de recursos que de alguma forma levaram a uma redução dos problemas em questão.

No segundo quartel daquele ano, as publicações de *A União Agrícola* foram ficando mais escassas, retomando a sua regularidade em janeiro do ano seguinte, quando em um editorial a folha reassumia o seu compromisso com a questão agrícola nacional. Em 1952, as publicações daquela página perderam a sua frequência, disputando espaço com duas novas seções que passariam a circular naquele impresso, *Literatura e Arte* e *A União Esportiva*. Os números de *A União Agrícola* que saíram naquele ano tiveram uma coluna intitulada *Realidade Paraibana*, a qual recorrentemente ficou sob responsabilidade dos professores da Escola de Agronomia do Nordeste.

Em 1953, o agave e o algodão perderam a centralidade que haviam conquistado no expediente daquela folha. Em verdade, o mundo rural havia ganhado muita visibilidade na primeira metade da década de 1950, sobretudo, em razão da seca. Ainda naquele ano, parte significativa de suas publicações entoavam esse problema, expondo ao longo de muitas páginas uma manchete que se tornou comum, *No roteiro da seca*, por meio da qual eram apresentados os principais investimentos que se estava fazendo no propósito de combater os efeitos das estiagens. Nessas seções, José Américo de Almeida retomava a sua imagem de redentor das secas do Nordeste, afigurando, entre os seus aliados, as principais fotografias que compuseram a cena àquele momento. Enquanto isso, *A União Agrícola* seguia mal das pernas, perdendo-se entre as semanas nas quais era e nas quais não era publicada. Mesmo a sua temática mudara significativamente de configuração. Tomava-se de um discurso social em artigos que tratavam da alimentação da gente camponesa, de suas condições de moradia, mas também daqueles que faziam referência ao serviço social rural, com investimentos públicos na melhoria da qualidade de vida daquela gente. Àquela altura dos acontecimentos, a folha chegava à medida de abrir espaço para que fosse discutida a questão agrária, lido como o calcanhar de Aquiles do desenvolvimento do mundo rural. O governo parecia voltar-se mais para a população camponesa

do que fizera em todos os outros momentos da sua história, consolidando a formação de um mundo público mais coerente com as suas necessidades.



Figura 18: A União Agrícola
Fonte: A União Agrícola (3 jul. 1934, p.16)



Figura 19: Agricultura e Pecuária
Fonte: Agricultura e Pecuária (21 mar. 1957, p.5)

A página agrícola do jornal *A União* voltou a circular em 1955, com o título *Agricultura e Pecuária*. Os primeiros números dividiram espaço com outras manchetes, alheias ao seu tema, mas, tão logo recobrado o seu fôlego, a seção experimentou uma ampliação significativa de temáticas abordadas, superando vastamente a amplitude de publicações que tiveram vez nas décadas anteriores. A contrapartida da referida amplitude, todavia, revestiu-se de uma maior superficialidade nos assuntos abordados. Ao passo que era dilatado o seu catálogo de conteúdos, reduzia-se o tamanho e a profundidade dos textos. Vencido o primeiro ano de circulação, a coluna ganhou um *layout*, com os nomes agricultura e pecuária contrastados pela fonte branca no fundo preto e pela fonte preta no fundo cinza. De cada lado, foi acessado um signo diferente, a agricultura era representada à esquerda pelo trator na lavoura, o qual se colocava em detrimento do homem ou dos animais de tração, e a pecuária à direita, corporificada por tipos diversos de bichos, fazendo alusão à sua diversidade, mas também às suas raças – da vaca malhada ao gado nelore, do caprino ao suíno.

A permanência da coluna *Agricultura e Pecuária* na segunda metade da década de 1950 foi dotada de conflitos editoriais com as outras demandas daquele periódico. Ainda em meados de 1956, a página deixaria de ser publicada aos domingos, passando a ocupar lugar nas quintas-

feiras. O prestígio do dia das missas ficaria para a seção *Direito e Justiça* corporificando a concorrência que estava se dando no plano da educação superior na Paraíba. O reinado da Escola de Agronomia do Nordeste na década de 1930 e na primeira metade dos anos 1940 foi deposto pela constituição dos cursos de Ciências Econômicas e Filosofia, mas sobretudo da Faculdade de Direito, cujos formandos passaram a imperar entre os bacharéis paraibanos. O experiente do jornal *A União* parecia seguir a mesma história, tanto que, em 1958, a questão agrícola perderia até a sua página, passando a concorrer espaço na coluna *Transporte e Produção*. O tema, a propósito, parecia ter seu espaço ofuscado em todo o expediente do jornal, perdendo representatividade inclusive para a questão agrária, não foi à toa que o nome agrícola desapareceu do seu título.

Depois de um breve tempo sem espaço naquela folha, *A União Agrícola* teve um rápido fôlego em princípios de 1959. A partir daquele momento, os temas acerca do desenvolvimento do Nordeste passaram a dispor de certa prioridade em relação àqueles assuntos voltados especificamente à lavoura da Paraíba, os quais eram hegemônicos até meados da década de 1950. Esse movimento dizia respeito, em grande medida, ao acirramento das questões nacionais, que, àquele momento, de alguma forma, voltavam a dividir o país entre a hegemonia do Sudeste e a barganha por investimentos por parte dos grupos políticos de outras regiões do Brasil. Isso abria grande espaço para a aparição de atores sociais até então esquecidos, como os camponeses e as camponesas, que, por meio de muita luta política, conseguiram introduzir o tema da reforma agrária no centro da pauta política do momento. O referido acirramento consolidava uma identidade política nordestina no lugar da pátria-local paraibana, que esteve em voga enquanto constituição regional em outros momentos.

A agenda democrática do jornal *A União*, que permitia a publicação de matérias com esse teor, no entanto, também era mérito do governador Pedro Gondim. O caráter progressista do personagem em questão serviu bastante à expansão dos investimentos sociais que teve vez no último biênio da década de 1950 e na primeira metade dos anos 1960. Empossado em razão das complicações que tomaram a saúde do usineiro Flávio Ribeiro Coutinho, o governador interino conquistou a adesão popular mediante a política de assistência social que sua gestão empreendeu em parceria com o governo federal por ocasião das estiagens de 1958 e 1959. A eleição de 1960 fortaleceu as bases políticas do estadista em questão, que, no quinquênio subsequente, pode aperfeiçoar as suas barganhas sociais⁷⁹.

⁷⁹Railane Martins de Araújo (2009) compreendeu a aproximação do governador Pedro Gondim com a sociedade civil como reflexo de uma política social populista. Em contraposição a esse argumento, percebe-se que outros

Apesar dos esforços para manter aquela coluna em circulação, o expediente político e a falta de autores que se disponibilizassem a escrever, exigiu mais uma pausa em seu programa de publicações, a qual só retomaria seu espaço em 1961. Àquela ocasião, passou a dispor de um *design* inovador e diferente dos demais que tinham sido publicados até então. A seção passava ao formato tabloide, correspondendo à metade do tamanho oficial daquele impresso, sendo publicado à parte em um caderno de 8 folhas. O modelo sobreviveu dois anos em uma regularidade quinzenal de publicações, como tantas outras vezes foi comum a esse periódico. Essa frequência representou o auge da representatividade camponesa no periódico oficial paraibano, denunciando também o momento de maior abertura política ao exercício da cidadania daquela população, com um largo espaço para a discussão sobre as propostas de reforma agrária. Em contrapartida, nos anos que seguiram 1962, esse espaço se retraiu fortemente, de forma que essa seção não voltou a circular, ao menos se consideradas as informações que se conseguiu acessar ao longo dessa pesquisa. O coroamento dessa retração se deu em 1964, quando da emergência do golpe civil-militar.

A julgar pelo número publicado em 20 de janeiro de 1955, a assinatura anual do jornal *A União* custava Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) enquanto a inscrição semestral Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros). Mas esse valor decerto não fazia correspondência às formas mais recorrente de acesso da população camponesa à leitura daquele impresso. O número avulso custava Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) na capital e Cr\$ 1,20 (um cruzeiro e vinte centavos) no interior, o que era mais acessível ao camponês ou à camponesa, que recebia algo em torno de Cr\$ 1,60 (um cruzeiro e sessenta centavos) e Cr\$ 4,80 (quatro cruzeiros e oitenta centavo) por dia. Essa maior acessibilidade monetária é um dado importante, mas não exclusivo. Decerto, havia outras formas de acessar a leitura diretamente, como ler o jornal comprado por outra pessoa ou a divisão do valor da folha entre vários leitores, sem contar as formas indiretas, em geral orais, de acesso ao conteúdo do impresso.

O mais certo é que ao longo da sua história, os suplementos agrícolas do jornal *A União* foram assumindo um expediente cada vez mais voltado às demandas da população camponesa. O espaço tradicionalmente criado para tratar da questão agrícola foi se entregando à pauta agrária, os ruralistas estavam perdendo espaço para os camponeses com a democratização do espaço público e, ao passo que tornava a modernidade cada vez mais presente na vida das pessoas,

estadistas geriram programas assistenciais na República, mas nem todos alcançaram a mesma adesão popular. O que estava em jogo era a escolha de um representante que colocasse em pauta os problemas da população trabalhadora, com destaque, no caso em análise, para a gente camponesa. O jornal *A União* decerto investiu na construção da imagem desse personagem, mas esse investimento não foi resultado exclusivo de sua propaganda, mas também das atividades do sujeito em questão no mundo público.

perderam também o domínio sobre as representações racionais dos tempos históricos e, por consequência, sobre os territórios que elas inscreviam. Enfim, fazia-se uma negociação entre as necessidades dos habitantes do campo e a agenda do mundo moderno. Essa foi uma conquista importante para aquela gente e diz muito do quão múltiplas foram as reações ao processo modernizador. Em se falando de democratização, a propósito, esse foi um impresso em tudo mais aberto que a revista *Paraíba Agrícola*, que lhe foi contemporânea, o que possivelmente se deu pelo seu caráter oficioso e pela certa preocupação que o poder público dirigiu à gente camponesa entre os anos de 1932 e 1962, preocupação poucas vezes vista em outros momentos da história do país.

3.1.2 A revista *Paraíba Agrícola*: o ruralismo e suas propostas de modernização para o mundo rural (1922-1959)

Intermediaria entre o Cientista e o Agricultor, a "Parahyba Agrícola" será um pharol a projectar seus raios polymaticos sobre os que, fortes, mourejam na vida simples do campo: abnegados, regam com o suor dos rostos o solo fecundo da terra natal: e, humildes e obscuros, fazem a grandeza econômica da Patria, pela nuiça paga de contemplar as ondulações douradas das cearas maduras e o olhar bucólico e nostálgico dos bois mansos.

Parahyba-Agricola (jan. 1922, p.1)

Em nome dos anseios de alguns grupos políticos e intelectuais paraibanos, foi lançada em janeiro de 1922 a revista ilustrada *Parahyba-Agricola*, trazendo consigo o subtítulo em nada despretensioso de *revista mensal de agricultura, industria e commercio*. O impresso prometia qualificar a produção agrícola do estado por meio da circulação de informações úteis para a gente do campo, dizia ainda que, diante de tão prodigiosas condições naturais, era inadmissível que os resultados da economia estadual seguissem tão limitados. Atribuía responsabilidade do propalado atraso das lavouras paraibanas à gestão estatal, mas seguia exaltando os líderes do executivo em suas inúmeras contribuições para o desenvolvimento do mundo rural. Concluía enaltecendo a produção camponesa, na paisagem de suas cearas maduras e no pastar nostálgico dos bois mansos. Ao passo que alardeava para as novidades que se faziam necessárias no mundo rural, portanto, o periódico agenciava as tradições da gente do campo, convertendo a bravura que outrora perfizera os contornos daqueles sertões nordestinos em um cenário bucólico, povoado de

criaturas amansadas⁸⁰.

No curso de tais ambivalências, a *Parahyba-Agricola* munia-se de um projeto de modernização que julgava capaz de conduzir as populações do campo ao posto de civilização. Essa necessidade, elevada ao posto de evidência pelos intelectuais que movimentaram tal periódico, trazia por propósito a construção de um projeto nacional, o qual os conectaria nacionalmente com grupos políticos de outras partes do país. Projeto nacional escrito assim, no singular, para dar conta da unidade personificada nos discursos coletivos frente ao cenário político brasileiro. Conforme Sônia Regina de Mendonça (1997[1990]), o ruralismo foi instituído na Primeira República como um movimento de intelectuais e políticos articulados em alguns estados da federação, sobretudo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e aqueles das regiões Norte e Nordeste, no entorno das demandas dos produtores rurais dissidentes do grupo cafeeiro paulista, que costumava monopolizar a agenda de investimentos públicos no circuito nacional. Deve-se atentar que, civilizar a população camponesa significava compreendê-la como atrasada e dotada de práticas de criação e cultivo obsoletas, tomando por referência a linha do progresso desenhada pela modernização. Essas representações, pelo menos a princípio, desembocariam em uma proposta de futuro medida com um termômetro alheio aos domínios das experiências daquela população. A autora encerrou sua periodização em 1931, mas não sem antes apontar para a permanência dos propósitos ruralistas, que, em meio às constantes reinvenções de seus discursos, restaram profundamente entranhados na história republicana do Brasil.

Corporificado, dentre outros espaços, em torno do expediente de um periódico cuja circulação decerto foi predominante em esfera estadual, o ruralismo se constituiu em terras paraibanas atendendo a demandas particulares inscritas na arquitetura do poder local. Nesse sentido, a revista *Parahyba-Agricola*, grafada, em outros momentos, *Parahyba Agrícola* ou *Paraíba Agrícola*, foi entregue à cena pública nos primeiros anos das décadas de 1920 e 1930, bem como por toda a década de 1950. A particularidade dos momentos em que perdeu espaço ou nos quais foi retomada, seguindo o mesmo nome e a mesma política editorial, disse muito de sua força enquanto unidade de posição, mas também de suas fraquezas internas, de forma que não houve acaso entre os projetos vindouros ou fracassados de seu aparecimento, esbarrando no espaço limítrofe das condições de produção e dos interesses políticos que envolveram a história da imprensa brasileira.

⁸⁰Em estudo sobre a Inglaterra industrial intitulado *O campo e a cidade: na história e na literatura*, Raymond Williams (2011[1973]) explicou como as formas de representar os espaços estavam tomadas de relações de poder. Ao passo que se apregoava sobre o mundo rural certa imagem bucólica, também se estava colocando em pauta a emergência do capitalismo agrário.

Os propósitos ruralistas decerto não se restringiriam aos domínios de uma revista e nem o periódico pode ser resumido às demandas desse grupo. O ruralismo dispôs de outros espaços institucionais nos quais pode se constituir e propagar as suas ideologias, dentre os quais os suplementos agrícolas do jornal *A União*, que apesar de cumprir uma agenda estatal também inscreveu algumas demandas desse grupo, o qual possuía alguma hegemonia no poder público. Nesse mesmo caminho, também o periódico atendia a outras questões para além dos anseios dos seus patrocinadores, vista a necessidade de estabelecer um diálogo social e atrair público. Mediante essas duas fronteiras, esse sub-tópico se propôs a analisar as estratégias de um grupo político na composição de um projeto nacional por meio da estrutura de um periódico ao qual foi direcionada essa missão. Em meio a isso, há que se pensar em que momentos a necessidade de um suporte impresso que divulgasse uma agenda agrícola de saberes foi acionada e que possíveis dificuldades esbarraram na permanência de sua publicização.

A *Parahyba-Agrícola* chegou à cena pública, como periódico de circulação mensal, em janeiro de 1922. Àquele momento, funcionou na Rua Gama e Melo, n.61, Cidade da Parahyba, sob direção de Diogenes Caldas, Antonio Lucena, Sylvio Torres e Alpheu Domingues. A ocasião não poderia ser mais flagrante, naquele ano, comemorava-se o centenário da Independência do Brasil. Em seus quadros funcionais estavam intelectuais vinculados às “classes conservadoras do estado”, como seus editores fizeram questão de frisar na década seguinte (PARAHYBA AGRICOLA, jul.1931, p.5). Esses sujeitos foram em sua maioria agrônomos, veterinários e outros simpatizantes da causa agrícola. Entenda-se por causa agrícola o projeto político-intelectual que priorizou a mecanização da lavoura à reforma agrária como saída para a crise econômica na qual o país mergulhou com a decadência do regime escravista e subsequente esgotamento do mercado do café.

O impresso trazia por subtítulo a expressão *revista mensal de agricultura, industria e commercio* (PARAHYBA-AGRICOLA, jan. 1922). Essa frase, se isolada do termo principal que nomeava o periódico, conduziria seu leitor à ilusão de que, em sua política editorial, haveria a defesa equânime desses três mundos de produção econômica. Habitaria, portanto, um universo oposto daquele que reinara na expressão *Parahyba-Agrícola*, no qual uma dessas três bases preponderou absolutamente. Postas em conjunto, as duas sentenças compuseram um discurso: a economia paraibana deveria assumir a sua vocação agrícola, elevada, o tempo todo, ao posto de evidência, o que implicaria, por si só, no desenvolvimento de sua indústria e de seu comércio, aspecto esse que explicaria a hierarquia disposta na sequência das bases produtivas apresentadas. A preponderância da agropecuária sobre as demais formas produtivas consolidava um certo mito

de fundação que o periódico em questão não se furtou de exaltar: a propalada vocação agrícola do país.

A década de 1920 apresentou ao público leitor periódicos com uma arquitetura gráfica inovadora para os padrões gráficos da época. Em meio a esse cenário, destacavam-se as revistas ilustradas. A constituição editorial de uma revista ilustrada cumpria um papel importante na construção da imagem política que esse periódico vendia. Ao dispor de gravuras e fotografias como linguagem para a elaboração do seu discurso, a revista ampliava as possibilidades de acesso ao seu conteúdo. A visualidade imersa em sua estrutura se estendia para além da configuração da fonte que constituía o seu texto, permitindo que fossem ultrapassadas as dimensões da linguagem escrita, a qual também se convertia em linguagem oral quando algum leitor o transmitia para os seus ouvintes, para o universo da linguagem imagética. O leitor que se aventurasse pelos mundos da *Parahyba-Agricola* por certo não ficaria indiferente às gravuras que povoavam as suas páginas e que ultrapassavam os limites do discurso agrícola, alcançando elementos meramente decorativos, os quais eram afixados no topo das páginas, ao lado das fotografias, entre os textos, no início das seções e no caderno de propagandas. Todo o universo pictórico do referido impresso contribuía na constituição de um conceito moderno e sofisticado para aquela revista, que no, ambicioso projeto de fazer-se publicar mensalmente, conseguiu manter-se em circulação por quase dois anos.

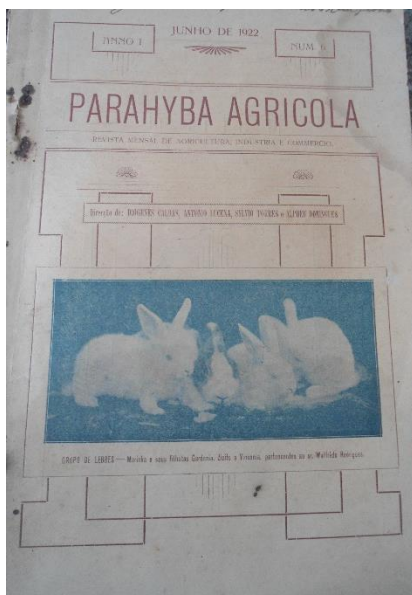


Figura 20: Capa da Parahyba-Agricola
Fonte: *Parahyba-Agricola* (jun. 1922, capa)

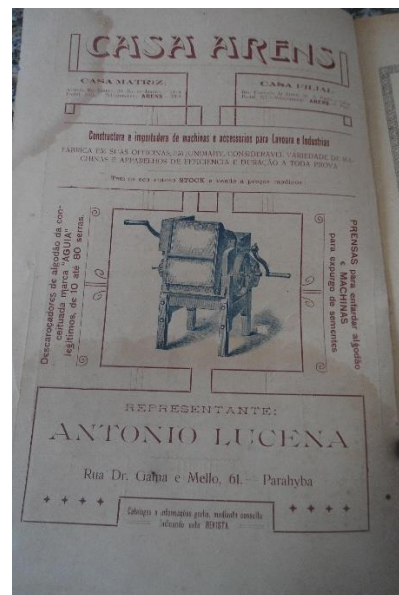


Figura 21: Propaganda da Casa Arens
Fonte: *Parahyba-Agricola* (jun. 1922, caderno de propagandas)

A presença das gravuras surpreendia já na composição da capa do impresso, a qual

mudava o seu *layout* a cada novo volume publicado, alocando uma fotografia no centro da página. Essas imagens acabavam fazendo da revista também um belo catálogo de gravuras a ser explorado pelos leitores mais curiosos. O arsenal pictórico, a propósito, era muito mais amplo do que as fronteiras da questão agrícola imprimiam sobre o texto escrito. Ao longo das páginas do impresso, era possível encontrar retratos de animais dispostos coletivamente ou individualmente, os quais costumavam acompanhar textos que tratassem da pecuária, da caprinocultura, da avicultura ou da suinocultura, entre outros. Gravuras ensaiadas para outros contextos também faziam cena, a exemplo das representações das lavouras, dos edifícios, das máquinas, das pessoas do mundo rural em suas práticas cotidianas e, em alguns casos, de personalidades da política paraibana.

Porém, também havia as ilustrações das paisagens naturais de Fernando de Noronha e de outros lugares do país que, de fato, não possuíam nenhuma ligação com o tema abordado na página, tendo por finalidade exclusiva deleitar o leitor com informações de outros horizontes. Em se tratando de um mundo no qual a fotografia ainda era uma tecnologia cara e de difícil circulação, essa também era uma função importante a ser cumprida. As propagandas em uma revista ilustrada decerto ficavam muito mais interessantes (Apêndice B). É provável que a descrição dos produtos vendidos nos armazéns da cidade não conseguisse competir com a sua exposição em uma fotografia, e as ferramentas que agregavam valor aos bens de consumo não se encerravam nessa margem. Havia todo um universo de gravuras em volta que direcionavam o olhar para o centro da página, abrilhantando a sua funcionalidade e atestando o seu caráter moderno. Na década de 1920, outros periódicos ilustrados tiveram vez no cenário público paraibano, a exemplo da *Era Nova* e do próprio jornal *A União*, que excepcionalmente naquele momento ocupou sua página com um número significativo de elementos gráficos, *vide* José Luciano de Queiroz Aires (2015[2012]).

Em 1922, a revista exaltou a figura executiva de Eptácio Pessoa, destacando a sua "intransigente honestidade, que fechou as arcas do thesouro á voracidade dos parasitas inescrupulosos da nação" (PARAHYBA-AGRICOLA, nov.1922, p.2), em uma clara alusão aos cafeicultores paulistas, que disputavam a prioridade dos recursos públicos destinados à produção nacional. Conforme Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993[1982]), o referido estadista foi constantemente condenado pelo grupo paulista, que sempre se ressentia da divisão de recursos públicos entre os produtores agrícolas, destinando valores em igual proporção em subsídios aos cafeicultores e em apoio aos flagelados da seca. Ao passo que esse tipo de barganha tentava destituir o tráfico de recursos que priorizava o desenvolvimento do Sudeste em detrimento das

demais regiões do país, suas razões não se mostravam tão sociais quanto se pregava, parte significativa desses valores eram usurpados pela elite, constituindo o que a autora chamou de indústria da seca.

Com o passar de nove meses da publicação do seu primeiro volume, algumas mudanças puderam ser aferidas na condução editorial da revista. Os números referentes aos meses de agosto e setembro de 1922 foram condensados em um mesmo exemplar, portando algumas descontinuidades em relação ao que fora regra nas edições anteriores. Naquele momento, o periódico dispôs de uma seção na primeira página reafirmando as suas bases políticas, suprimiu o nome dos seus editores, e assim permaneceria nos números subsequentes, não sendo possível calcular se houve alguma mudança em seu quadro, e transferiu a sua redação para a Praça Venâncio Neiva, n.80 (PARAHYBA-AGRICOLA, ago./set. 1922). Os números posteriores seguiram mensais, mas esse quadro sugere que houve uma crise de gestão ou de financiamento no seu processo de editoração, a qual foi vencida com algum custo. A soma dos esforços em questão implicou na manutenção da revista em circulação por mais um ano. Em abril de 1923, a redação voltaria ao seu lugar de origem (PARAHYBA-AGRICOLA, abr. 1923), desde então, os sinais da crise que se abateu sobre o processo de editoração do impresso foram ficando cada vez mais evidentes. Em junho de 1923, a amplitude de temas publicados poucas vezes saiu das questões relativas à produção do gado e, quando os textos não retomavam publicações de outros periódicos do país, era o próprio Sylvio Torres que os havia escrito. Enfim, os números de julho e agosto daquele ano seriam também condensados em um mesmo volume (PARAHYBA-AGRICOLA, jul./ago. 1932), dessa vez sem editorial e sem números que lhe dessem sequência.

A revista possuía um experiente arrojado, publicando artigos que atendiam a um catálogo variado de demandas. O conteúdo perpassava a variedade de culturas que poderiam ser empregadas na lavoura, fazia propaganda das máquinas agrícolas e dos métodos mais modernos de produção, os quais incluíam da disposição das sementes na oportunidade do plantio ao seu armazenamento. Nessa mesma esteira, tratava-se de criação de animais, que deveria perpassar a profilaxia das inúmeras doenças que esses poderiam adquirir e/ou transmitir, mas também da alimentação quando da ausência de chuvas e da melhor forma de marcar o couro para aproveitá-lo no momento do abate. O leitor que se debruçasse mais atentamente sobre o periódico, contudo, estaria certo da importância do crédito agrícola e do ensino rural para a execução dessas atividades. Essas duas demandas compunham o cenário em questão como a pauta mais diretamente voltada aos gestores públicos, a observar pela linguagem adotada pelos autores, que se dirigia antes à necessidade daquele benefício do que propriamente enquanto exposição dos

meios pelos quais a população conseguiria acessá-los.

Em meio a esse catálogo de temas, no entanto, também se insurgia certa pauta de assuntos mais diretamente voltados aos hábitos e à saúde da gente camponesa. Após a longa exposição sobre as espécies de cobras que circulavam pelos sertões paraibanos, o periódico expôs a forma como tratar das picadas (PARAHYBA-AGRICOLA, out./nov./dez. 1931). Ainda por esse caminho, foram citadas as verminoses que costumavam atacar a população rural e dos métodos de profilaxia que tais possibilidades demandavam. Falava-se das práticas atrasadas de cultivo dos agricultores sertanejos, em uma escancarada tentativa de ilustrar os seus hábitos e torná-los mais adeptos a uma rotina mecânica de trabalho. Por fim, investia-se sobre a gente camponesa um calendário que, àqueles dois anos, era publicado em suas últimas páginas, junto a outras informações de utilidade pública: tabelas com as dosagens dos medicamentos que deveriam ser ministradas a cada animal em casos de doença; listas com os preços das vacinas, dos adubos, do algodão e outros produtos, a fim de evitar o aproveitamento de atravessadores ao pequeno produtor; catálogos de máquinas agrícolas, entre muitas outras proposições.

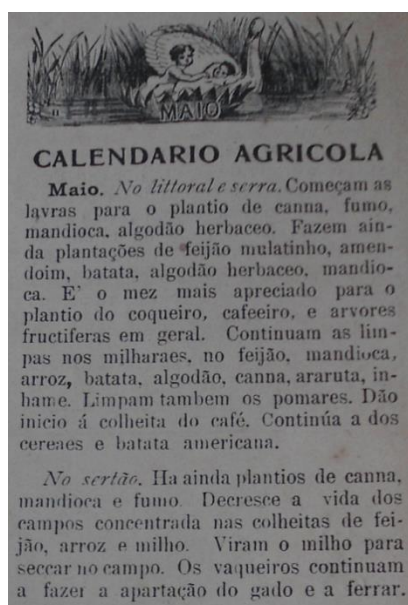


Figura 22: Calendário Agrícola
Fonte: Parahyba-Agricola (maio de 1922, p.20).

UMA CINQUENTA			UMA CINQUENTA			UMA CINQUENTA		
Br.	Br. Pl.		Br.	Br. Pl.		Br.	Br. Pl.	
28	x	89 3	46	x	54 3	64	x	39 1
29	x	86 2	47	x	53 2	65	x	38 5
30	x	83 3	48	x	52 1	66	x	37 9
31	x	80 6	49	x	51 0	67	x	37 3
32	x	78 1	50	x	50 0	68	x	36 8
33	x	75 8	51	a	49 0	69	x	36 2
34	x	73 5	52	x	48 1	70	x	35 7
35	x	71 4	53	x	47 2	71	x	35 2
36	x	69 4	54	x	46 3	72	x	34 7
37	x	67 6	55	x	45 5	73	x	34 2
38	x	65 7	56	x	44 6	74	x	33 8
39	x	64 1	57	x	43 9	75	x	33 3
40	x	62 5	58	x	43 1	76	x	32 9
41	x	61 0	59	x	42 4	77	x	32 5
42	x	59 5	60	x	41 7	78	x	32 1
43	x	58 1	61	x	41 0	79	x	31 6
44	x	56 8	62	x	40 3	80	x	31 2
45	x	53 5	63	x	39 7	81	x	30 8

Figura 23: Quadro de medidas agrárias
Fonte: Parahyba-Agricola (jan. 1922, p.11)

A definição dessas unidades métricas trazia em seu escopo certo mecanismo de controlar a vida da gente camponesa que experimentava uma forma de perceber o tempo e as relações sociais de troca em tudo diferente daquela que as tradicionais redes de sociabilidade tinham estabelecido. A ciência objetivava racionalizar a vida no mundo rural, levando consigo um corpo

de mudanças que, em certo sentido, melhorava a vida daquela gente, mas que, por outro caminho, desvirtuava seus valores tradicionais. A divisão do calendário por espacialidade e cultura, a propósito, não era destituída de intencionalidade, ela tinha como objetivo apresentar um cenário produtivo desenhado por fronteiras econômicas racionais, delimitando o que se produzia em cada lugar, bem como quando cada produção deveria se estabelecer. Ficava para trás o termômetro incerto da agricultura dos trópicos, que mediante a variação do regime de chuvas, atendia a momentos variados de se estabelecer. (PARAHYBA-AGRICOLA, mai. 1922, p.20).

Esses planos racionais de cultivo inventaram certa forma de ler o passado e o futuro dispostos em uma seta, partindo do mais atrasado para o mais avançado. Aquela fórmula, a propósito, instituiu outro modo mediante o qual o homem poderia se relacionar com a natureza, inventando domínios sobre ela. A apropriação das máquinas e de métodos disciplinados de produção em certa medida roubava da natureza a autoridade sobre o tempo de produção, sensação que parece ter sido comum entre os diferentes grupos sociais que experimentaram a modernização. Edward Palmer Thompson (2012a[1963]), a esse respeito, mostrou como, entre os operários ingleses, a fábrica se tornou o símbolo do processo produtivo, roubando o significado que até então estava na relação dos seres humanos com o que ele conseguia extrair da natureza.

Em três seções mais específicas, a referida revista ilustrada se propunha a conferir maior proximidade aos seus leitores. O mais destacado entre os espaços munido dessa função decerto foi a seção de consultas agrícolas, na qual o então diretor do impresso, Sylvio Torres, respondia as demandas mais particulares dos correspondentes, que costumavam relatar problemas que estavam tendo em suas lavouras ou esclarecer alguma questão que havia sido posta em pauta nos volumes que antecederam aquela publicação. A respeito dessa demanda, outra coluna marcou presença naquela folha, a qual também contava com a carta enquanto gênero discursivo, o que implicava em uma tentativa de estabelecer maior proximidade com os leitores ou com as leitoras. A seção *Cartas Ruraes* imprimia as correspondências do dr. Durval Sylvestre com o produtor Agrícola de Campos, o segundo se dizia leitor assíduo daquele periódico e se valia de palavras escritas com uma grafia errada e estigmatizada, como se houvesse nela a intenção de atestar a ignorância dos seus semelhantes – a palavra *redator*, escrita à época *redactor*, foi designada como *redactô*, atestando que o escritor conhecia as normas gramaticais, observe-se o uso correto da letra *c*, mas que fazia questão de imprimir em seu texto certo tom coloquial, que da maneira como estava só poderia ter por finalidade a criação de uma máscara por meio da qual se intuisse

que a agenda do periódico estava alcançando o público mais pobre.

Àqueles primeiros anos da década de 1920, a revista *Parahyba-Agrícola* atendeu ao propósito de noticiar o moderno para a elite e para a população rural por meio das mais variadas formas de linguagem nas quais a publicação se desdobrava, ao passo em que incidia sobre ela a agenda das demandas ruralistas. Os discursos inscritos naquela folha tiveram a autoria prioritária de agrônomos e veterinários, mas a gente camponesa apareceu enquanto objeto de estudo e leitores, mesmo que indiretos. Sendo assim, aquele periódico se instituiu enquanto espaço de sociabilidade, abrindo espaço para as demandas coletivas, mesmo que ainda as tratasse de forma desigual em relação aos seus demais escritores. Mediante os rumos que a política nacional havia tomado até então, o fato do campo ter ampliado a sua esfera pública e colocando outras demandas em pauta já foi uma importante conquista a favor da democratização.

Avesso às grandes polêmicas, a *Parahyba-Agrícola* consolidou um discurso que se vendia homogêneo. Os leitores mais atentos precisariam de uma ampla bagagem conceitual no entorno das questões agrícolas para compreender em que pontos os intelectuais discordavam uns dos outros. Essas pautas divergentes não costumavam ser explicitadas no corpo dos textos, à exceção de um caso. Em janeiro de 1923, José Maciel enviou uma crítica severa ao artigo publicado em números anteriores daquele periódico a respeito das Estações de Monta. Apesar do pseudônimo utilizado pelo autor do texto criticado, o correspondente em questão não fez cerimônia em apontar o dedo para aquele que ele dizia ser um velho conhecido seu, o sr. Durval Sylvestre. Na esteira dessa crítica, constituía-se uma oposição fervorosa aos investimentos agrícolas empenhados pelo governo federal, que teria feito daquelas estações nada mais do que os campos de demonstração já tinham se constituído, as quais pouco se estendiam para além de trabalhos práticos.

Em resposta àquela querela, Durval Sylvestre e *Agrícola de Campos* publicaram, no número posterior da seção *Cartas Agrícolas*, longas e afiadas críticas, algumas em tom de deboche, alegando que o agrônomo em questão não tinha conhecimento para falar daquele assunto (PARAHYBA-AGRICOLA, fev. 1923). Ao termo daquela discussão, também o dr. Moraes Barros se pôs em defesa do dr. Durval Sylvestre, apontando para as conquistas das quais o estado podia se orgulhar e que seriam devidas aos investimentos nos campos de demonstração e nas estações de monta. O autor, então, remetia a crítica a quem era devida, destacando os inúmeros estadistas e agrônomos que investiram na construção desses espaços e que eram atingidos por tabela em uma declaração com aqueles termos. Por fim, deixava um conselho: “Cuidado dr. Maciel! com a agricultura não se mexe assim” (PARAHYBA-AGRICOLA,

mar.1923, p.5/6). Em outras palavras, existiu entre aqueles intelectuais certa camaradagem, necessária à afirmação da Agronomia enquanto disciplina e à legitimidade social que aquele grupo de especialistas capitalizaria. Em meio a essa régua, a voz pública era devida àqueles que entenderiam do assunto, sugerindo aos sujeitos externos à confraria que permanecessem distantes da discussão.

A terceira coluna com aquele perfil intitulava-se *Bilhetes Agrícolas*, sob a responsabilidade da professora Analice Caldas. Essa estratégia para atrair o público feminino para a revista habitava a fronteira da permissão com a interdição. Se, por um lado, era almejado que as mulheres também cuidassem da questão agrícola, por outro, a linguagem e a temática direcionada a elas de alguma forma construía uma fronteira de gênero, como se nas demais seções elas não tivessem habilidade para compreender e operacionalizar o que estava sendo proposto. A autora em questão costumava publicar correspondências para uma personagem a quem ela deu o nome de Alzira e seguia nessa troca de cartas elogiando os editores do periódico, falando das benesses do governo, dando sugestões a respeito da economia doméstica e de como as mulheres poderiam se valer da produção paraibana no cotidiano das suas casas. Por fim, e não menos importante, a professora presenteava a sua amiga com uma receita, apontando uma posição de gênero, mas também certa solidariedade feminina, como se estivessem tratando de um mundo conhecido apenas às pessoas daquele sexo⁸¹.

As estratégias editoriais da pesquisa, tanto no que concernia ao seu desenho gráfico quanto ao formato das suas seções, dentre as quais, em específico, o calendário agrícola, as cartas rurais e a seção de consultas, encontraram correspondência em impressos que circularam em São Paulo mais ou menos à mesma época. Ana Luiza Martins (2001), a esse respeito, apresentou os periódicos com aquele perfil lançados na metrópole paulistana *Revista Agrícola: órgão da sociedade pastoril e agrícola*, que circulou entre 1893 e 1907, quando ganhou o título *O Fazendeiro: revista mensal de agricultura, indústria e comércio*; *União dos Lavradores: órgão da Sociedade União dos Lavradores de São Paulo* (1902); *O Criador Paulista* (1913), *O Mercúrio* (1906), *L'Agricultura Paulista* (1913) entre outros.

A revista *Parahyba-Agrícola* se gabava de ser “a unica revista de agricultura, indústria e commercio editada em todo o nordeste brasileiro” (PARAHYBA-AGRICOLA, out. 1922, caderno de propagandas) e como tal decerto trazia algum cuidado estético com as imagens que

⁸¹ Apesar das circunstâncias políticas das sociedades ocidentais terem operado mecanismos de opressão às mulheres, essas personagens protagonizaram certas formas de articulação social a partir dos canais de participação que lhes eram possíveis, sendo necessário avaliar por dentro da construção dos espaços femininos não só instrumentos de opressão, mas também de solidariedade, observe-se o artigo *Venda de esposas* de Edward Palmer Thompson (1998[1991]).

levava à publicação, observa-se o flagrante dos plantadores de cana na Paraíba. O periódico vendia a modernidade, a qual estava representada pela maquinaria do engenho, mas deixava para os bons entendedores certa distribuição de hierarquias, inscritas pela sua organização espacial dos sujeitos. Separados pelas margens da fotografia, esses teceram considerações sobre os tempos históricos. Do lado direito, estavam os homens brancos, vestidos com roupas de linho, dispostos em poses elegantes e apoiados em um banco ou cadeira que compusesse o cenário. Eles representariam o novo tempo, as novas práticas e o valor da ciência. Em contraposição a essa margem, a esquerda guardava o passado camponês, formado por gente negra, com vestes encardidas e se valendo das velhas práticas de produção, a exemplo do burro enquanto meio de transporte. O que esses dois lados escondiam, no entanto, era a interdependência que eles guardavam entre si. Os projetos de futuro não existiam sem as leituras do passado social, e esse modelo modernizador trazia em seu escopo a conservação de velhas hierarquias, era esse o plano de fundo daquela imagem, a qual bem representava a cultura histórica dominante à época, que se não era completamente compactuada pelos intelectuais envolvidos com aquela revista, também não assistiu a uma oposição efetiva ao estado das coisas por parte deles.



Figura 24: Um engenho da Parahyba
Fonte: Parahyba-Agrícola (out. 1922, p.15).

As imagens, no entanto, são armadilhas àqueles que se propõe a fechá-las em lógicas

muito restritas de interpretação. Os sujeitos fotografados não costumavam se render facilmente aos ângulos nos quais o fotógrafo pretendia enquadrá-los, sendo possível assistir às mais variadas formas de reagir ao disparo da máquina fotográfica. E por mais diversas que as reações pudessem ter sido, não se podia deixar de notar certa recorrência em suas disposições. Enquanto os mais pobres assistiam surpresos à novidade, a elite mantinha a sua classe, com comportamentos que variavam de uma atitude mais séria entre os mais velhos, à exuberância do mais jovem, que roubava a cena da máquina. Àquele jogo de representações, o moderno parecia figurar-se antes nele do que nela, em sua intenção de demarcar as fronteiras inventadas pela distinção social.

Ao longo dos anos 1922 e 1923, pode-se notar uma preocupação constante daquele periódico para afirmar as proposições agrícolas a partir de um viés regional muito bem delimitado. Dizia-se “as noticias sobre estatisticas, producção de terras, vias de transportes, meios economicos, agricultura veterinaria, zootechnia e hygiene rural são abordados pela Parahyba Agricola, em caracter essencialmente regional” (PARAHYBA-AGRICOLA, out. 1922, caderno de propagandas). A necessidade mais proeminente era pensar o mundo rural sobre a perspectiva da circunscrição estadual, observe-se a escolha do seu nome, e que, como tal, direcionava uma forma de pensar o território paraibano. Marcar fronteiras é uma das formas mais eficazes de exercer poder e o que se queria apregoando um limite territorial era de alguma maneira arbitrar sobre o cotidiano daquele espaço.

Em julho de 1931, a *Parahyba Agricola* teria feito “uma surpresa aos seus leitores” (PARAHYBA-AGRICOLA, abr. 1923), voltava à cena pública com a mesma pomposidade com a qual fora agraciada quando começou a circular. Dessa vez, foi publicada como órgão da Sociedade de Agricultura da Parahyba e dirigida por Limeira de Araújo, recebendo, ainda, o subtítulo *revista mensal de agricultura, pecuaria, industria e commercio*. Apesar da elevação de um mesmo projeto nacional ruralista, há que se pensar que o momento político era outro e que, como tal, exigia outras formas de articulação. A primeira capa da revista trazia a imagem da República, marcada no peito pelo novo símbolo do estado, o “nego” que o presidente João Pessoa teria endereçado a Washington Luís e pelo qual teria pago com a própria vida. Os acontecimentos não se deram exatamente daquela forma, mas o que de fato importava era a impressão gráfica que se queria vender.

A imagem recuperava a representação da mulher clássica, trajada como uma deusa e olhando para cima, como se vislumbrasse o horizonte. A figura, construída daquela forma,

espelhava moralidade e foi um tema recorrente na imprensa do século XX⁸². Àquele caminho, se estaria recuperando as ideias de um regime que se julgava não ter tido êxito ao longo da Primeira República, ou República Velha, nome que os intelectuais do Estado que se queria Novo inventaram para o regime antecessor, *vide* Angela de Castro Gomes (2013). Logo abaixo do *alter ego* do novo regime estava um instrumento agrícola, o cultivador ou arado, com seu inconfundível braço em forma de “v”, sugerindo em que alicerces o novo tempo deveria ser construído. Era inaugurada uma nova República com muito dos rituais herdados da sua antecessora, mas com um leque de horizontes em aberto. Foi nas bases desses horizontes que a modernização agrária encontrou espaço para se fazer hegemônica no estado paraibano.



Figura 25: Capa da Parahyba Agrícola
Fonte: Parahyba Agrícola (jul. 1931, capa)

SUMMARIO	
PAG.	PAG.
A Sociologia na Paraíba...	38
Parahyba Agrícola...	38
Parahyba Agrícola (Continuação de...)	38
Notas sobre a Pecuária (Dr. M. F. Flores)	39
O "Mossoró" e a defesa florestal de Cabreria (Parahyba) (Cunha Góes)	40
Tratamento e curativo da Febre Amarela (J. M. de Mello)	41
Relatório das atividades domésticas...	41
Petrópolis Agrícola (Ferreira)	42
Pecuária (Machado de Oliveira)	43
A produção e comercialização de laticínios brasileiros (Dr. Augusto de A. Lacerda)	43
As possibilidades da cultura do "Trigo" e o seu consumo no Estado de Paraíba...	44
Distribuição de sementes...	45
Relatório apresentado pelo Dr. João Maurício de Medeiros, presidente da Sociedade de Agricultura da Paraíba...	46
IX Congresso de crédito popular e agrícola...	47
Bolões Agrícolas (Análise Cultural)	48
Cultura do Vinho (Diogenes Góes)	49
A Sociologia no Brasil (Dr. O. J. de Mello)	50
Lista dos artigos em uma seção dedicada particular (Dr. Carlos Chaves e Quintana)	52
Conservação e imunização das sementes (Dr. F. de Mello)	53
Relatório das atividades (Por S. de Camargo)	54
Classificação regional de sementes de cereais e leguminosas alimentares...	56
O almeido brasileiro (Dr. "Diário Popular" de S. Paulo)	58
A cultura da Batatinha na Paraíba do Norte (Continuação Agrônomo Rêgo Cordeiro)	60
A cultura da batata no Estado da Paraíba do Norte...	61
Recomendações que devem ser observadas quando se cultiva a batata de uma vez ou a outro de uma cultura de um outono...	66

Figura 26: Sumário da Parahyba Agrícola
Fonte: Parahyba Agrícola (ago. 1931, p.1)

No início dos anos 1930, o assassinato de João Pessoa e consequente movimento dito revolucionário, tornou o nome do ex-presidente figura capital para o futuro do estado⁸³. Desde então, diversos grupos políticos, por meio dos mais variados veículos culturais disponíveis à época, trataram de barganhar os usos públicos dessa figura mítica. A *Parahyba Agrícola*, representando a Sociedade de Agricultura da Parahyba, não passaria imune a esse processo: dedicou-lhe todo o primeiro volume do ano de 1931, através de uma leitura da ação daquele

⁸² A propósito dos signos da República, *vide* Elio Chaves Flores (2015[2002]) no livro *República às avessas: narradores do cômico, cultura política e coisa pública no Brasil contemporâneo (1993-1930)*.

⁸³ As disputas simbólicas que permearam o assassinato do presidente João Pessoa, consultar José Luciano de Queiroz Aires (2013[2006]) na dissertação *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memória na Paraíba (1930-1945)*.

homem público voltada ao desenvolvimento agrícola estadual (PARAHYBA AGRÍCOLA, jul. 1931). Outros sujeitos seriam exaltados ainda pelas páginas dos outros números dessa revista, como o Dr. João Maurício, nomeado para o Serviço de Algodão na Paraíba pelo Ministério de Agricultura. Isso aconteceria, porém, na publicação referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1931, quando, pela primeira vez naquela década, uma sequência de números foi condensada em uma mesma edição (PARAHYBA AGRÍCOLA, out./nov./dez. 1931).

A orientação da Sociedade de Agricultura da Parahyba, apresentada na legenda principal da revista, era sintomática dos propósitos que aquele periódico assumia naquele momento. Alguns anos antes, aquela mesma instituição havia assumido a responsabilidade da publicação do suplemento *A União Agrícola*. Aquela sociedade reunia sobretudo produtores agrícolas dentre os seus sócios. Outras instituições congêneres àquela existiam àquela ocasião, a exemplo da Associação Comercial da Paraíba, que barganhava consigo as pautas que contornavam a vida pública estadual⁸⁴. Vinculada à Sociedade Nacional de Agricultura, a corporação em questão havia sido fundada em 1917, com o apoio do governo estadual, e prometia trabalhar pela união agrícola do estado, reunindo entre seus sócios os ruralistas paraibanos, apesar de pregar em seu estatuto um domínio mais aberto de filiações. Esse caráter de elite dos seus sócios ficava evidente nos valores das contribuições que esses deveriam assegurar, como a anuidade de 20\$000 (vinte mil réis). Dentre as suas obrigações, a sociedade se propunha a articular conhecimentos em torno da causa agrícola, por meio dos mais variados suportes possíveis, e dentre esses a *Parahyba Agrícola* (PARAHYBA AGRÍCOLA, mai./jun. 1932, p.31).

A Sociedade de Agricultura da Parahyba, apesar do caráter elitista que envolvia todos os seus sócios, também foi marcada por hierarquias. Os sócios beneméritos costumavam ser os sujeitos de maior destaque na política e no meio agrícola paraibano, a exemplo de José Américo de Almeida e Flávio Ribeiro Coutinho, mas também Lauro Xavier, Diógenes Caldas, Lauro Montenegro, Eptácio Pessoa Sobrinho e José Augusto Trindade (PARAÍBA AGRÍCOLA, jan./dez. 1958). Essa instituição contava ainda com uma quantidade expressiva de máquinas que deveriam ser vendidas aos seus sócios. Em meio a tais discussões, arbitravam-se alguns dos rumos que tomariam a modernização no estado e de que forma ela também demandaria investimentos do plano nacional. Em certo sentido, ao corporificar o nome dessa sociedade em sua legenda, a revista tomava partido de forma mais clara em torno da demanda ruralista e atribuía responsabilidade a sujeitos mais comprometidos com a publicação daquele impresso. Os

⁸⁴A propósito da Associação Comercial da Paraíba, ver *Comércio e Subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1989-1930)*, de Irene Rodrigues da Silva Fernandes (1999[1988]).

acontecimentos políticos da década de 1930, a propósito, fizeram das associações espaços importantes para a legitimação de pautas públicas, com o advento do processo legal a representação coletiva ganhou força e se tornou imprescindível para aqueles que pretendiam alcançar espaços no poder público.

A partir da edição seguinte, o engenheiro agrônomo Delmiro Fernandes Maia assumiu a direção da revista, sob a gestão do qual os números dos meses de fevereiro e março de 1932 foram também publicados conjuntamente (PARAHYBA AGRICOLA, fev./mar. 1932). Nessa edição, o intelectual, que colocava a sua formação enquanto posição de destaque no logotipo da revista, escreveu um texto apontando os rumos progressistas da economia paraibana, mesmo diante de uma seca devastadora, por razão da administração pública coerente. Elevava a construção do porto de Cabedelo, mas também o investimento no plantio do fumo e na sericultura, sem contar com os benefícios do crédito rural, invariavelmente exaltado. Mostrava, assim, uma aproximação com os programas executivos dos interventores federais e com o projeto que estava sendo guiado nacionalmente, mas imprimindo-lhe sempre uma direção mais ruralista do que tivera de fato.

Com a edição de julho e agosto de 1932, a revista encerrava as suas atividades, publicando em sua capa um editorial intitulado *Paz*. Condenava a Revolta Constitucionalista, que havia corroído São Paulo naquele ano, dizendo ter se tratado de uma meia dúzia de revoltados, ressentidos dos avanços da dita Revolução de 1930 não só para o Nordeste, mas para todo o Brasil. Encerrava rogando paz, para que as lavouras voltassem a produzir e engrandecer a pátria (PARAHYBA AGRICOLA, jul./ago. 1932). Das estratégias de aproximação com o público, a revista havia mantido a *Seção de Consultas* e a coluna *Bilhetes Agrícolas*, ainda sob orientação da professora Analice Caldas.

À oportunidade dos anos 1930, a revista *Parahyba Agrícola* lançou mão de um projeto estético diverso daquele que havia marcado os tempos da Primeira República. Em lugar das gravuras meramente ilustrativas que haviam aparecido com recorrência na década de 1920, uma estrutura racional passou a figurar as páginas do impresso, os editores priorizavam o texto aos demais elementos gráficos que poderiam ocupar a publicação. A informação escrita era em tudo valorizada, dispondo de títulos em caixa alta e fonte grande, com letras mais arredondadas e sempre na cor preta, as fotografias apareciam com recorrência, mas sempre no centro da página e com a forma mais ampliada possível. No mais, pouco se tinha para além de uma linha no topo da página, que limitava o espaço das informações do cabeçalho.

O novo padrão estético comunicava da racionalidade que o poder público vendia

enquanto programa de governo. A modernização mudava o seu perfil do excessivo para o mais simples, priorizando sempre um padrão objetivo de informação sob o qual era possível exercer maior controle. Essa demanda permitiu que os intelectuais tivessem maior destaque nos impressos para comunicar as suas ideias, mas em contrapartida perdia-se em visualidade, o que afastava muitos dos leitores que prezavam pela observação das gravuras. Apesar de inventar uma distância ainda maior para o camponês ou para a camponesa que desejasse publicar qualquer coisa naquele periódico agrícola, seus editores cumpriram bem a agenda do Estado dito pós-revolucionário ao estimular seus autores na aproximação do cotidiano da gente camponesa, de forma que, em grande medida, seus artigos passaram a descrever cotidianamente o que era e como deveria ser feita a produção agrícola no território paraibano. Ao passo que o poder público ampliava a sua preocupação com o mundo rural, a imprensa se tornava um canal de comunicação entre esses dois espaços. A década de 1930, aliás, foi o momento mais destacado de institucionalização dos intelectuais, como destacou Angela de Castro Gomes (1996), sendo possível compreendê-lo também como momento no qual a pauta social apareceu com mais força.

No ano de 1952, a revista *Paraíba Agrícola* retomou suas atividades. Anunciou inicialmente circulação mensal, e depois trimestral, mas não conseguiu vencer essa demanda, o que *a posteriori* levou-a às publicações semestrais, chegando, já nos últimos anos, 1957, 1958 e 1959, a uma constância anual de volumes. O motivo apresentado em seu editorial para esse retorno depois de tantos anos da sua última aparição no estado foi a grave estiagem que havia abatido o Nordeste brasileiro. Após grandes desastres, era necessário reconstruir o que estava destruído e foi em meio à barganha pelos rumos dessa reconstrução que a retomada da pauta agrícola se fez necessária. Mas havia uma segunda razão implícita. Àquela década, a modernização rural já estava em vias de se concretizar e os rumos que ela estava tomando haviam sido desviados pela gente camponesa. Entre esses caminhos possíveis, a reforma agrária parecia recobrar o seu fôlego. Mediante essa agenda, os ruralistas tiveram por deferência o fortalecimento de suas pautas públicas, e o melhor caminho para isso parecia mesmo ser o reestabelecimento daquele impresso.

Nesse sentido, se o momento político em questão concedera espaço e urgência para a retomada de um discurso coeso por parte dos grupos ruralistas do estado, isso não teria vez sem que fossem ponderadas as causas dos possíveis fechamentos que tomaram tal periódico nos meses anteriores. Inferindo que os recursos de publicação foram um passo fundamental para a sua condução, há que se considerar que a constância bem mais espaçada de volumes seguira como uma estratégia a favor de sua perenidade. Àquele contexto, o periódico foi colocado como

órgão das Associações Rurais da Paraíba, perdendo a autonomia sobre a sua impressão, que ficara sob responsabilidade da seção de obras do jornal *A Imprensa*, e, a julgar pela descrição da organização administrativa federal e estadual em sua contracapa, possivelmente teve apoio financeiro do poder público. Seu diretor e mais constante escritor era Lauro Xavier, que na década anterior fora, algumas vezes, diretor da Escola de Agronomia do Nordeste (BURITY, 2014).

Mesmo diante de tais variações, os cumprimentos a José Américo de Almeida quando da sua nomeação para a pasta de Viação e Obras Públicas do segundo governo de Getúlio Vargas (PARAÍBA AGRÍCOLA, jul. 1953) denunciou que velhas práticas, comuns a tal impresso desde o seu primeiro volume em 1922, haviam sido mantidas na política editorial desse periódico. Com essa felicitação, apontava para a necessidade de reconstruir os vínculos políticos que, outrora, em 1932, haviam garantido os recursos para as elites políticas do Nordeste em nome de um pacto ruralista consolidado por todo o primeiro governo Vargas (PARAÍBA AGRÍCOLA, jan./dez. 1957). Não foi diferente com o nome de Pedro Gondim, nos volumes de 1958 e 1959, quando este era governador da Paraíba, exaltando-o como um grande agrônomo que sempre teria se valido das mais modernas práticas na condução da sua lavoura, o que servia de uma boa propaganda para o papel patriótico da agricultura entre os seus leitores, bem como lembrava ao gestor da necessidade de seguir os passos que ao longo de tantos anos foram exaltados por aquela revista (PARAÍBA AGRÍCOLA, 1958). O periódico valia-se de uma cultura histórica dotada de personalismos e portanto, que marcava o futuro pela permanência das estruturas sociais, para ganhar espaços no mundo público. A relativa coesão dos seus escritores, a propósito, denunciava esse projeto de homogeneidade que as suas representações da história agrária afirmavam.

Ao longo da década de 1950, a revista foi diluindo a sua característica ilustrada, as suas fotografias passaram a aparecer em número bem mais reduzido, as suas propagandas foram perdendo espaço para a instituição estatal e as gravuras para a racionalidade técnica das editoras. Com o passar do tempo, o expediente mudou significativamente, a revista ganhava um caráter mais oficioso e conferiu maior valor às instituições. Também por esses motivos, a pauta agrícola, apesar da fidelidade dos autores de que a saída para os problemas deveria seguir esse caminho, parecia ser retirada de cena em nome de questões sociais, relativas à assistência, ao crédito e à reforma agrária. Mediante tais circunstâncias, também as estratégias para aproximar o público leitor declinaram, convertendo o seu arsenal linguístico antes enquanto matéria para a defesa e coesão de um grupo político que propriamente como método de aglutinação de adeptos à causa.

A revista, que outrora trazia lições simples aos agricultores e demais homens do campo, a partir de então, mostrava-se mais preocupada em discutir coisas da ciência e da política.

Apesar dos possíveis financiamentos anteriormente apresentados, o periódico ruralista nunca foi imprensa oficial do Estado. É certo que seus diretores, por vezes, se valeram da confusão das instâncias estatais com os periódicos, reforçada pela presença de funcionários públicos entre os seus escritores, para conferir legitimidade aos seus discursos. Mas seus propósitos, por maiores que fossem as suas alianças com o Estado, nunca corresponderam exatamente aos projetos de governo elevados a níveis executivos estaduais. Diante desse cenário, é possível inferir antes a permanência de uma prática fisiocrata de articulação do poder privado, leia-se grandes proprietários de terra com poder de fogo e de propaganda, aliados aos grupos políticos que ocupavam o poder público.

Ao longo dos seus anos em circulação, a revista se valeu de um propósito de instruir a população leitora, sobretudo em relação aos pequenos agricultores. Essa intenção, contudo, contrastava com a pomposidade que a revista pregava e com as pautas que ela apresentava no entorno de seus artigos. Ao passo que a instrução era apresentada a favor dos mais pobres, em seu interior, a revista barganhava a permanência de velhos privilégios para os produtores mais abastados. Esse propósito seguiu quase imutável ao longo dos anos nos quais o impresso circulou, lançando as bases de um projeto nacional disposto na arquitetura de seu sumário. Em primeiro lugar, é possível pensar nos textos marcados por um caráter informativo. Esses foram comumente expostos nas primeiras páginas da revista, tiveram como público sugestivo os pequenos produtores agrícolas e não raro foram assinados por seus diretores, *vide* as recomendações do agrônomo Ursulino Veloso:

Recebei na vossa cabana o agrônomo, que vos manda o Govêrno; é ele o vosso mestre de obra, o vosso amigo, humilde como vós mesmos. Sentai-o á vossa mesa, em torno do vosso lar e acolhei com sinpatia e interesse os seus ensinamentos salutaes (PARAHYBA AGRÍCOLA, set. 1931, p.20).

Em 1932, a Paraíba ainda não possuía uma escola de ensino superior em Agronomia e nem era tão expressivo o número de agrônomos formados no Brasil. Também não foi encontrado nenhum registro oficial de que o governo tenha ensejado, naquele momento ou nas duas décadas subsequentes, enviar agrônomos para auxiliar os produtores. O máximo que se tem registro é quanto aos campos de demonstração, que foram espaços aos quais os agricultores poderiam recorrer para adquirir sementes, mudas e orientação. Assim sendo, é possível inferir que os apelos do autor desse texto foram dirigidos antes aos gestores públicos, para que tomassem essa atitude em favor da modernização, do que aos pequenos produtores. Essa forma de manipular

informações, em um momento no qual o estado brasileiro se valeu de uma agenda centralizada, e cuja dependência da imprensa para consigo fora visível, se constituiu em uma forma de barganha eficiente: não se entrava em conflito direto com o poder público, investindo-o de sugestões dos caminhos a serem tomados para que tivesse o apoio daquele grupo.

A arquitetura da revista seria retomada, ainda, em um segundo tipo de elaboração. Os textos corporificados por discussões científicas marcaram o maior número de artigos escritos, comumente assinados por cientistas. Nesses espaços, os intelectuais propuseram a discussão de temas peculiares de determinadas áreas de concentração das ciências agrárias, se valendo, para tanto, de suas especialidades enquanto pesquisadores e de inúmeras referências a autores de projeção nacional. Apesar da verticalização apresentada já no título, os artigos com tais elaborações possuíam projetos implícitos para o coletivo nacional, incitando determinadas urgências para a produção econômica, e concluía em nome de algumas bandeiras. Essas bandeiras concorriam entre si pela leitura das demandas que ganhariam maior visibilidade, alçando uma posição mais destacada em números posteriores e/ou chegando à agenda de investimentos do poder público.

A propósito do crédito agrícola, duas opiniões puderam ser consultadas na década de 1950. Em defesa da pecuária, o agrônomo Delmiro Maia escrevera, em 1955, *Aspecto da Pecuaria Nordestina*, no qual discutira a importância do gado para a identidade da região e para a economia nacional, ressaltado os valiosos resultados alcançados ao longo da história, mas também a inconstância de sua produção por razão das secas que periodicamente se abatiam sobre as terras sertanejas. Exaltava, assim, a necessidade do crédito agrícola, explicando que a "estrutura da economia agropecuária da Paraíba, só veio modificar-se profundamente, graças aos influxos de crédito agrícola, concedido pelo Banco do Brasil no ano de 1938" (PARAÍBA AGRÍCOLA, jan./jun. 1955, p.15).

Ainda sobre o crédito agrícola, Hildebrando Menezes escreveu, em 1959, *Situação da agricultura paraibana*. Nesse texto, explicava a importância da produção de alimentos na vida do homem e, especialmente, para o desenvolvimento da economia nordestina, mas não sem tecer valiosas considerações quanto ao fenômeno prejudicial da má distribuição das chuvas. Apontou consigo a dependência vital que os produtores teriam do crédito agrícola para manter a sua competitividade e segurar os efeitos das crises ocasionadas por fenômenos climáticos. O problema apresentado pelo autor, no entanto, fugia dessa primeira discussão, se voltando antes para a forma desigual com a qual o crédito agrícola era investido: se os produtores de algodão e agave conseguiam algum subsídio, o mesmo não poderia ser dito do pequeno agricultor, o que

equivalia a desconsiderar a importância vital da policultura por esse praticada, deixando-os à mercê dos resultados ainda bastante limitados do cooperativismo. Concluía, então, que

não é possível alcançar um aumento substancial de produção, sem extensos trabalhos de irrigação e aproveitamento dos seus vales úmidos. Sem êsses trabalhos a produção tende até a decrescer, porque o desânimo dos agricultores está afastando-os do campo em número crescente (PARAÍBA AGRÍCOLA, jan./dez. 1959, p.8).

O crédito agrícola e investimento estatal seriam, dessa forma, fundamentais para o bom resultado da lavoura. O que variava entre os autores seria o curso de tais investimentos: divergia-se entre as culturas mais rentáveis em exportação ou entre aquelas dedicadas à alimentação da população paraibana. Mascarados na lógica dos grandes ou pequenos agricultores, pensava-se também o Sertão ou a Várzea, compreendendo que se ao investir nos açudes para o gado os grandes fazendeiros seriam possivelmente os mais contemplados, com a irrigação dos vales úmidos não seria diferente, pois decerto não ficariam desolados os grandes latifundiários, que circundaram toda essa área.

Diante desse cenário, é possível inferir que essa parte do periódico em questão tenha servido aos intelectuais para barganhar entre si a condução de um projeto nacional ruralista. Nesses espaços, a educação rural e o crédito agrícola disputaram o posto de primeiro lugar nas urgências para o desenvolvimento econômico do país, e assim também aconteceu com o algodão, a seda e o agave entre as produções mais indicadas para os pequenos produtores, entre a limpeza do terreno e o reflorestamento, e o cruzamento ou não de raças. A polêmica⁸⁵, no entanto, havia passado longe de tais discussões, à exceção do caso citado que tratava da validade das Estações de Monta, nenhum outro desses escritores ousou citar algum colega em seus textos para desconsiderar os seus argumentos, e nem expuseram, em momento algum, essas contradições explicitamente. A sua agenda polifônica de contrassensos seguia reservada àqueles que dominassem com alguma eficiência os meandros da ciência agrônômica, represando já na entrada os agricultores pobres da condução desse debate.

Mediante tais circunstâncias, era possível questionar até que ponto a *Parahyba Agrícola* de fato estava voltada para um público rural. Entre as propagandas, algumas diziam respeito a máquinas agrícolas e medicamento para os animais, mas em sua maioria elas sugeriam o nome de lojas e profissionais que trabalhavam na cidade, mostrando ou certo caráter urbano do seu

⁸⁵Conforme Roberto Ventura (1993), na tese *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*, a geração de intelectuais brasileiros da década de 1870 foi movida pela polêmica, polêmica essa que perdeu espaço a partir com a institucionalização da crítica literária na década de 1910. Essa revista, em parte confirma que esse projeto foi bem-sucedido e bem parte diz que entre os ruralistas ele foi ainda mais mascarado, vista a urgência de formar uma hegemonia.

periódico, ou a impossibilidade do alcance desses serviços no mundo rural (Apêndice B). A primeira hipótese, no entanto, é, possivelmente, a mais acertada, visto que lojas de moda e calçados não parecem ter sido habitualmente frequentadas pelos homens e mulheres do campo, sendo antes um atrativo das classes mais abastadas para o comércio na capital, que lhes fora comum naquele século. A *Paraíba Agrícola* consolidou, ao final de trinta e sete anos de publicações espaçadas, um projeto nacional que se conectara aos propósitos de outros estados da federação, mesmo que tomando traços próprios na Paraíba em razão da arquitetura do poder local. Apesar de suas dissidências ao longo do momento em que se fala e de suas inúmeras crises, é possível perceber que esse projeto alcançou considerável força em níveis federal e estadual, visível na difusão de suas informações também por outros veículos e instituições. Enfim, essa revista foi, possivelmente, apenas o setor mais coeso da imprensa munido desse propósito.

3.2 “Culturas do nosso estado”: o convívio da gente camponesa com as modernas práticas agrícolas

Porque agora sabemos que "agricultura" é mais do que uma técnica, mais do que lavrar a terra, semear, capinar, ceifar certas colheitas. Agricultura é, alma de tudo, uma resposta que o homem rural dá ao meio dele. Consequentemente é muito importante para qualquer agrônomo ou outro interessado em bem-estar rural, por exemplo as economistas domésticas também, reconhecer que a estrutura da agricultura, do estabelecimento agrícola não é só determinado pelas possibilidades de produção, mas também pelas exigências que o agricultor tem da vida, sendo um resultante dos fatores naturais, econômicos, sociais e culturais do meio rural, com todos os aspectos de aspirações, educação, erudição, tendências pessoais, disposições, maneiras, posses, relações na comunidade e características locais e regionais.

J. Timmer (*Paraíba Agrícola*, jul. 1954, p.316).

A definição da agricultura enquanto dimensão global da vida da gente camponesa era um gesto político de bastante relevância mediante os acontecimentos que tomaram a década de 1950. Ela disputava espaço com certa lógica moderna de trabalho que tinha por objetivo apartá-lo das demais arestas da vida dos seres humanos. Em sua sociedade que caminhava pelas estradas ainda muito turvas da democracia, reconhecer a universalidade das práticas camponesa no entorno do

fazer da sua população implicava na constituição de um diálogo mais íntimo com essa gente, abrindo espaço entre os intelectuais para que se compreendesse o mundo rural pelos olhos dos seus habitantes e não pela falta de todo o arsenal cultural que a modernização queria lhe impingir. Em certo sentido, era aquela a abertura de uma nova estrada, por meio da qual o exercício da cidadania camponesa se institucionalizaria.

A referida concepção de agricultura aparecia no cenário político intelectual em questão no lugar de outra, marcada por uma forma mais autoritária de compreender o mundo rural. Nos primeiros anos em vigência da modernização agrária, a proposta dos intelectuais era transformar a agricultura em uma prática, fechada em determinados métodos e tomada por uma disciplina rígida de trabalho. Reduzida ao posto de ocupação, a agricultura perdia todo o contexto de tradições que envolvia a conceituação mais ampla de uma cultura. Nesse sentido, é preciso que se atente para o uso que se fez das temporalidades no trecho supracitado. Ao usar a palavra *agora*, o autor confessava o equívoco e propunha um novo pacto para a modernização. Resta saber, contudo, de que forma a sociedade política, os demais intelectuais envolvidos com aquela agenda e, sobretudo, a gente camponesa, compactuaram ou dissuadiram desses rumos apresentados.

Mas antes que se adentre esse assunto, há que se considerar que a agência do autor em questão não existia apartada dos avanços políticos que a discussão no entorno das dimensões do espaço público camponês havia consolidado. Não era o caso de lhe retirar o mérito, registrar uma ideia e assiná-la é um gesto de suma importância para a construção do compromisso público, mas havia uma quota de coletividade que estava implícita a esse texto, apesar do seu caráter monográfico. O texto publicado na imprensa agrícola costumava ter um perfil de negociação e, no caso em questão, isso representava o reconhecimento das inúmeras batalhas que haviam sido travadas no cotidiano da gente camponesa em reação às demandas modernizadoras, tornando-as mais apazíveis para o seu mundo.

Os números da *Parahyba-Agrícola* publicados entre janeiro de 1922 e agosto de 1923 dispuseram de uma coluna intitulada *Culturas de nosso estado*, a qual se dedicou a descrever dos gêneros agrícolas produzidos em terras paraibanas, abordando da sua disposição geográfica, mas também dos seus tipos, dos seus insumos e das suas pragas, explicando como melhorar as suas condições de cultivo. O título era em tudo bastante sugestivo, a começar pelo acertado uso do plural. As culturas diziam da diversidade de produtos que a gente camponesa conseguia desenvolver, mas também poderia falar das diferentes formas de fazê-lo, não havendo uniformidade nas práticas que defendiam o que significava ser agricultor ou agricultora. Mas a

frase também definia uma territorialidade, constituindo uma dimensão estadual a partir do seu mundo rural, ou da zona rural de seus municípios, e das suas possibilidades produtivas.

O propósito desse tópico foi discorrer das reações da gente camponesa às propostas de modernização que se alojaram no cotidiano das lavouras e dos currais paraibanos, perscrutando como se constituíram as fronteiras entre o espaço público e o espaço privado no mundo rural. Inscrita de novas fronteiras, a agricultura se ressignificou, incorporando parte das demandas modernas, mas também absorvendo bastante das tradições camponesas. Em razão da riqueza do material consultado, foi necessário recortar a quantidade de culturas observadas às três de maior recorrência e cuja importância na construção do processo histórico coletivo foi mais destacado quando da modernização, a saber, a pecuária, a produção de açúcar e o cultivo do algodão. Na esteira dessa intenção, no entanto, existiu outra, que foi a profunda diversidade social que os referidos produtores viveram.

Ao longo do processo da construção do argumento da obra *A formação da classe operária inglesa*, Edward Palmer Thompson (2012a[1963]) descreveu os padrões de experiências que os trabalhadores ingleses passaram a compartilhar após o seu processo de alienação. Aliados do fazer tradicional do seu ofício, aqueles sujeitos dispuseram apenas de sua força de trabalho enquanto capital, as quais eram vendidas nas fábricas, fazendo de todos operários. Essas transformações fizeram com que tais sujeitos vivessem em condições muito próximas de moradia, alimentação, lazer e trabalho. Contudo, o mesmo não aconteceu no mundo rural, onde não houve de forma contundente a formação de uma classe trabalhadora, como alertou Eric Hobsbawm (1998[1973]). Naquele espaço, as experiências continuaram, em grande medida, articuladas ao seu fazer tradicional, implicando na emergência da modernização a partir de formatos distintos daquele que se estabeleceu nas cidades.

Dispondo de maior controle sobre os meios de produção e destituídos dos padrões de classe que se instituíram nos espaços urbanos, os camponeses e as camponesas experimentaram outras formas de reagir às mudanças que estavam virando o mundo de ponta cabeça. Essas reações, em grande medida, foram tributárias das questões internas ao trabalho cotidiano daqueles sujeitos em seus ofícios⁸⁶. No caso em questão, a liberdade com a qual o gado era criado, bem como a existência de um número maior de pequenos proprietários na produção de algodão que nas lavouras de cana de açúcar implicaram no estabelecimento de diferentes práticas

⁸⁶Eric Hobsbawm e Joan W. Scott (1998[1980]) descreveram em que medida o cotidiano do ofício dos sapateiros ofereceu as condições para que eles tivessem contato com um número maior de pessoas comuns que o habitual, pudessem conversar com essas pessoas enquanto trabalhavam e, quem sabe, levar algum livro junto às demais ferramentas. Esses aspectos fariam daqueles trabalhadores um grupo singularmente politizado e de grande importância para a formação cultural das pessoas do mundo rural.

e que comportavam histórias muito particulares em seu interior, exigindo que o processo de modernização para cada pedaço de mundo rural tomasse contornos próprios.

Há que se considerar que as narrativas sobre as novas práticas de criação e cultivo propunham um diálogo com a população camponesa, desejo que fortalecia o valor dos padrões parciais de significação que envolveram esses sujeitos, mas isso não tirava de cena os conflitos de representação que em alguns pontos específicos desses pressupostos esbarrava na experiência coletiva (CHARTIER, 2002[1985]). O problema, no entanto, é que havia certa hierarquia entre os sujeitos que disputavam espaços por meio dessas diferentes leituras sobre o passado coletivo, e, sobretudo, dos seus diferentes planos para o futuro. Esse cenário, inventado com a ingerência dos intelectuais, abriu espaço para a definição de alguns domínios, que empreenderam mudanças na vida de alguns sujeitos de forma nem sempre consensuada, na medida em que interditava certas permanências com normas que as proibiam, com conceitos que reduziam o valor do produto ou mesmo com a criação de novas formas de trabalho. A racionalização dessas práticas foi o ponto mais certo de tais disposições, sendo necessário considerar que consequências isso traria para a forma de pensar o mundo da população camponesa.

O estabelecimento da modernização, tomado pelos projetos intelectuais que, de em alguma maneira, inventavam novas práticas para os sujeitos que tradicionalmente habitavam e produziam no mundo rural, trouxeram consigo algumas cenas de violência simbólica. Esse processo foi descrito por Edward Palmer Thompson (2012a[1963]) em relação aos operários ingleses, os quais tinham por hábito comer pão e beber cerveja, elementos que faziam parte da forma como levavam a rotina dos seus ofícios e como se preparar para enfrentar os dias frios. Alguns anos mais tarde, com o advento do novo tempo, aqueles sujeitos viram os cereais subirem radicalmente de preço, o que os levou, mesmo que em meio a variadas formas de resistência, a adotar a batata e o chá em meio aos seus hábitos culinários. Essa violência simbólica também pode ser observada entre os camponeses e as camponesas, porém, a partir de outros elementos e outros significados, a semelhança dizia respeito antes ao modo como a modernização costumava aparecer no horizonte, com sua presunção de substituir o que encontrava pelo caminho.

3.2.1 “Levantemos a nossa pecuária”: **as experiências dos criadores de gado**

A vaca de quinze mil cruzeiros havia vencido a sua concorrência em uma exposição de gado. Àqueles tempos, os impressos conferiram outro lastro aos negociadores de gado, que

pouco tinha a ver com a sua valentia ou com as finalidades produtivas às quais ele estava direcionado. O que qualificaria o animal seria a sua raça e as perspectivas que ele oferecia ao conjunto das rezes de uma fazenda. O melhoramento das raças bovinas por meio da introdução de animais puro-sangue nos rebanhos foi a pauta mais recorrente a circular entre os impressos agrícolas no estado. Acreditava-se que com os cruzamentos induzidos seria possível qualificar a produção do leite, aumentar a resistência dos bois e das vacas às estiagens e prepará-los melhor para o momento do corte.



Figura 27: Segundo lugar na 8ª Categoria da raça Indo-Brasil, com 3 anos e meio de idade, e pertencente ao fazendeiro João Duré (Itabaiana). Estava sendo negociada, ontem, por 15 mil cruzeiros.

Fonte: *A União* (10 mar. 1953, p.1).

As exposições de gado, a propósito, não tinham outra finalidade senão apresentar os animais puro-sangue aos criadores e instituir esse tipo de investimento como perspectiva para todo aquele que almejasse alcançar resultados mais profícuos com a pecuária. Com o passar dos anos, as exposições de animais se tornaram espetáculos cada vez maiores e divulgados cada vez com mais força pelos canais de imprensa. Aos poucos, esses eventos foram se consolidando como um mercado bastante rentável aos atravessadores de raças, entrando para o calendário de acontecimentos que marcavam o mundo rural e ganhando outras atrações, que ultrapassavam o seu propósito inicial. Há que se destacar, no entanto, que antes de se configurar como um caminho interessante para a iniciativa privada, aqueles certames já eram largamente difundidos pelo poder público.

A Delegacia do Serviço de Industria Pastoril avisa aos srs. criadores, que queiram enviar animal para a Exposição de Gado, a realizar-se em Setembro vindouro, que os boletins de inscrição devem ser procurados nas Estações de Monta de Pombal e Umbuseiro e nos postos de Assistencia Veterinaria em Itabayanna, Campina Grande e Pombal.

Para qualquer informação, os interessados poderão se dirigir por carta ou pessoalmente á Delegacia do Serviço, á rua da Areia nº 175 (PARAHYBA-AGRICOLA, abr.1922, p.20).

A demanda pelo melhoramento das raças bovinas dizia de certa perspectiva alimentada pelos intelectuais à época, que tinha por finalidade a constituição de padrões para a produção agrícola. Essa concepção se enraizava em certa leitura positivista do darwinismo social, que foi bastante difundida entre os pensadores brasileiros durante a Primeira República. Para tais autores, os seres vivos, em particular os seres humanos, deveriam ser selecionados em seus variados tipos, sendo adequado incentivar a reprodução das melhores combinações em detrimento daquelas que implicariam nas ditas raças degeneradas. Essas perspectivas, conforme Lilia Schwarcz (1993), serviram à constituição de horizontes nacionais, legitimando comportamentos sociais e programas de governo. Em certo momento, se passou a acreditar que as raças puro-sangue não seriam também as mais apropriadas à criação nos trópicos, sendo necessário aclimatá-las por meio da mistura de raças, com o devido cuidado para não degenerá-las (A UNIÃO AGRÍCOLA, 1 dez.1940, p.1). Essas duas concepções sobreviveram nas representações dos intelectuais e se misturaram produzindo formas muito variadas de lidar com a proposição do melhoramento das raças.

O gado da raça schwitz era um bom leiteiro, dizia José Maciel, tão bom quanto o crioulo, porém, mais bem feito esteticamente do que esse. Em oposição àquela circunstância, o boi zebu não costumava oferecer tão bons resultados em produção láctea, dando um bom animal de tração. Mas os intelectuais que escreviam àquele momento não se limitaram à exposição das características de cada espécie, como bons experimentadores, eles davam palpites quanto aos melhores cruzamentos possíveis e que resultados eles poderiam oferecer. O autor seguia informando que o resultado da mistura da raça zebu com o tipo holandês ou schwitz resultaria em boas vacas leiteiras (PARAHYBA-AGRICOLA, jul.1922, p.15). Na década seguinte, aquele mesmo correspondente ampliaria o catálogo inicialmente apresentado, apontando também as raças gir, nelore e guzerat como boas produtoras de leite. O primeiro, contudo, tinha o gênio manso e era carnudo, disputando a preferência dos produtores (PARAHYBA AGRICOLA, out./nov./dez.1931, p.124).

Alguns anos mais tarde, o agrônomo Gabriel B. de Farias escreveu um artigo clamando

ao povo paraibano: “levantemos a nossa pecuária”. O autor saudava o progresso que o estado já havia conseguido ao produzir e multiplicar suas riquezas vegetais, mas lamentava o pouco caso que se observava quando o assunto era a chamada indústria pastoril. A leitura do texto pouco combinava com o tamanho das iniciativas que o poder público havia incitado, a pecuária, a propósito, só perdia espaço nos investimentos públicos e na quantidade de artigos publicados na imprensa agrícola a seu respeito para a cunicultura. Mas aquele tom trágico tinha razão de ser, vivia-se um regime de exceção, o Estado Novo, em vigência do qual os meios de comunicação se tornaram espaços privilegiados para a propaganda de Estado, de forma que a construção de um cenário havia se tornado quase que um pré-requisito para a conquista de espaços públicos.

O diagnóstico seguia pelos rastros outrora apresentados pelos demais autores, apesar de certa marca mais pessimista, mas inovava quanto aos remédios adotados para sanar os problemas apresentados: “Os nossos rebanhos são inferiores. Vivem ao sabor das leis naturaes, sem o menor cuidado do homem quanto ao criterio que deveria ser adoptado em qualquer dos processos de reproducção: Selecção, Crusamento, Mestiçagem, Hybridacção” (A UNIÃO AGRÍCOLA, 9 jan.1938, p.3). O processo de melhoramento das raças ganhava etapas muito bem delimitadas e inscritas por padrões que obedeciam a critérios mais rígidos de controle, se na década anterior a intuição exercia um papel destacado na definição dos limites institucionais que seriam cumpridos, nesse caso, eles não só se baseavam em estudos mais contundentes como possuíam seus pré-requisitos, como a melhoria da alimentação, que era escassa em determinadas fases do ano, e a profilaxia dos rebanhos, que costumavam restar entregues às doenças de variados tipos. Por fim, o escritor descrevia a difícil concorrência da pecuária com os atrativos das demais culturas do estado.

O professor Otávio Domingues, em certa ocasião, se propôs a explicar “como escolher uma boa vaca leiteira”, separando aquelas que seriam boas máquinas para produzir leite das que serviriam propriamente ao melhoramento do rebanho. Em ambos os casos, o que se exigiria do criador era bons critérios de seleção, muita vaca não mereceria o pasto que comia, sendo adequado abatê-la tão logo suas condições fossem adequadas. O melhoramento das raças, no final das contas, seria um bom caminho para alcançar os melhores resultados que o rebanho leiteiro poderia oferecer (A UNIÃO AGRÍCOLA, 13 fev.1949, p.5). Àquela oportunidade, os campos de demonstração serviriam bastante ao propósito de promover a reprodução dos rebanhos paraibanos com animais puro-sangue, o governo estadual havia adquirido um boi de raça holandês macuripe, comprado no Rio Grande do Sul e que entrou para as dependências do Departamento de Produção do Estado para ser vendido aos produtores locais (A UNIÃO

AGRÍCOLA, 17 agr.1949, p.5).

Em princípios dos anos 1950, um reprodutor foi comprado pelo governo estadual para a Colônia Agrícola de Camaratuba e noticiava-se que algumas vacas holandesas e outros animais de raça seriam leiloados na granja São Rafael⁸⁷. Alguns anos mais tarde, Raul Briquet Júnior tratou das especificidades dos cruzamentos induzidos de gado para que eles não resultassem em degenerescência. O uso viciado de machos de raça com fêmeas mestiças não seria uma boa prática, diziam os autores do interesse de que se variasse entre os dois gêneros atentando-se para as características dos bezerros. As porcentagens de sangue puro deveriam ser controladas ao longo de três gerações, mantendo alguns animais puros nos rebanhos a fim de garantir a continuidade do processo de melhoramento da raça (PARAÍBA AGRÍCOLA, jul.1953, p.34/35).

O processo de melhoramento da raça dos bovinos era dispendioso demais para que essa prática pudesse ser estabelecida com recorrência entre os pequenos pecuaristas, observe-se a vaca de quinze mil cruzeiros que venceu o concurso. Em não sendo passível de democratização, portanto, essa demanda serviu à distinção social. Com o passar do tempo, é provável que o investimento nos rebanhos tenha produzido diferenças na qualidade do leite, a qual foi devidamente acompanhada de um investimento simbólico que legitimou alguns espaços em detrimento de outros. A respeito dessas diferenças, as práticas supracitadas devem ter alcançado os processos de compra e venda de leite e produtos lácteos no estado paraibano.

A Prefeitura Municipal de Campina Grande fechou contrato de vinte anos com uma empresa Oliveira Ferreira & Cia. pelo serviço de higienização e pasteurização do leite, decorrendo dela a obrigação de que a referida firma vendesse o leite do seu gado ao preço que fora acordado com aquela instituição. A respeito das consequências daquela prestação de serviço, o prefeito promulgou o decreto n.44 de 14 de setembro de 1934, que proibia a venda de qualquer leite que não tivesse sido pasteurizado nos mecanismos da firma concessionária ou outros em idêntica ou melhor condição. À oportunidade do ano seguinte, no entanto, seria a mesma prefeitura a instituição que descumpriria o decreto ao criar um serviço de higienização e pasteurização do leite, exigindo que só fosse entregue ao público o leite previamente pasteurizado. O mandado de segurança foi negado pelo Superior Tribunal de Justiça, alegando a autoridade do prefeito com a força de um decreto para revogar uma decisão anterior⁸⁸.

A autoridade do decreto que em um primeiro momento proibia que se vendesse qualquer leite nas circunscrições municipais que não fosse aquele devidamente higienizado e pasteurizado

⁸⁷Conforme informações consultadas em dois números de *A União Agrícola* (12 mar.1950, p.7; 21 mai.1950, p.5).

⁸⁸De acordo com as informações presentes nos autos do agravo de petição em mandado de segurança n.2 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Foro*, v.XXXIII, fascículos 1º ao 4º, jan./fev./mar./abr.1935, p.121-125.

por uma empresa atentava contra a liberdade dos pequenos pecuaristas que vendiam o seu produto de porta em porta. A exclusividade almejada por aquele corpo legal, tomada por todo um arsenal de critérios higienistas, vastamente discursados pelos políticos e apregoados pelos impressos oficiais, e munido do valor simbólico dos instrumentos modernos, criava uma fronteira entre aqueles que teriam e aqueles que não teriam condições de vender leite nas cidades, as quais, diga-se de passagem, serviam de acesso também aos camponeses e às camponesas, que nem sempre produziam tudo que careciam para a sua sobrevivência, e precisavam das feiras para comprar o que lhes faltava e vender o que tinham em excesso.

O decreto subsequente abriu espaço para que fossem instituídos mecanismos estatais de higienização e pasteurização do leite, o que provavelmente democratizava o acesso dos pequenos produtores ao maquinário que qualificaria e padronizaria o seu produto mediante as etiquetas modernas, mas seguia arbitrando as suas condições de sua venda, solidificando as bases do higienismo e inflamando o tamanho do poder estatal. A ausência de circunstâncias sociais favoráveis ao desenvolvimento da modernização do mundo rural exigiu que a saída mais democrática para a sua construção fosse pela via de um poder público superdimensionado, como analisou José Murilo de Carvalho (2014[2001]).

Em outras cidades, o processo de compra e venda do leite seguiu padrões distintos daquele que se estabeleceu em Campina Grande. O senhor Oscar Ramos foi acusado, na capital do estado, por ter vendido leite adulterado com quatro décimos de água, quantidade que reduziria significativamente o valor nutritivo do referido alimento, tornando-o impróprio para o consumo. Todavia, não se poderia atestar que o aludido atravessador tivesse agido de má fé, visto que havia comprado o leite a um terceiro, o qual confirmou sua culpa quando, tendo ciência da multa aplicada, se prontificou a pagá-la. O Superior Tribunal de Justiça, então, confirmou a sentença proferida na primeira instância, inocentando o réu⁸⁹.

A propósito dessas duas circunstâncias, a população camponesa e o poder público conseguiram encontrar um caminho possível entre as suas insatisfações, mudando algumas das regras oficiais. O resultado foi a constituição de uma cooperativa de leite e laticínios na capital, que pudesse reunir os criadores do estado em uma mesma instituição a fim de tornar a sua produção mais competitiva. A medida, contudo, não deixava de trazer consigo propósitos do higienismo, ao demandar que o referido estabelecimento seguisse padrões rígidos de produção e com isso, assegurasse a saúde da população da *urbs*. O ingrediente mais perverso dentre tais

⁸⁹Conforme apelação criminal n.23 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Foro*, v.34, fascículo 3, mar.1940, p.288.

declarações, contudo, era a desconfiança que se estabelecia em relação ao pequeno produtor, cuja credibilidade já não seria a mesma dos vaqueiros de outrora, cuja palavra bem valeria a própria honra. A esse respeito, dizia J. Borges de Castro:

O leite, como sabemos, é um producto de facil adulteração. Logo, não é viavel, em absoluto, que o leite seja commerciado mormente por pessôas que vivem de especulação, as quaes sem nenhum escrúpulo na venda desse genero, apesar se limitam a ganhar o máximo possivel, pouco se importando com as terriveis consequencias ocasionadas pela falta de hygienização de um producto que constitue por excellencia, o alimento das crianças e dos enfermos (A UNIÃO AGRÍCOLA, 6 fev. 1938, p.2).

Os novos tempos demandavam outras formas de lidar com o espaço público, e se havia mais racionalidade nos hábitos, não deixava de existir mais desconfiança entre os sujeitos que os possuíam. Isso não significa que não houvesse mentira e falsificação nos caminhos trilhados pelos personagens que viveram a ordem social anterior, mas os motivos de constituição e os seus métodos de aferição decerto eram outros. Em outras palavras, as propostas de modernização construíram novas fronteiras para o cotidiano dos pecuaristas, que, de alguma forma, tiveram de se haver com aquelas hierarquias. Mas essas transformações não apareceram sem que reagisse a elas e foi na esteira dessa reação que a gente camponesa também pode barganhar espaços no novo tempo para seus métodos tradicionais de produção.

O terreno no qual a modernização estava se assentando dispunha do trato da pecuária extensiva, que, de tão extensa, se inscrevia pelas longas distâncias dos sertões nordestinos. Corroborava, portanto, com a invenção de uma vasta economia de mitos que distinguia os quadrupedes mais bravios em meio aos seus coletivos. Esse universo, a propósito, persistia com tanta proeminência no cotidiano da gente camponesa que não se pode fugir dele quando dos diagnósticos. Não foi à toa que um catalogo tão expressivo de doenças causadas por esse excesso de liberdade dos bois e das vacas preencheu as páginas dos periódicos agrícolas.

A febre aftosa foi, sem dúvida, a enfermidade mais frequente a ser noticiada pela imprensa. A doença era largamente conhecida como mal da boca e dos cascos em razão do seu principal sintoma, que era a aparição das aftas. O contágio daquela patologia viral se dava por meio da secreção dos animais infectados e podia se manifestar na falta de apetite, nos calafrios e na baixa da produção do leite, o que depois de algum tempo provocava uma grande fraqueza. A esse respeito, os intelectuais diziam que os métodos tradicionais para tratar desse mal eram violentos, demorados e sem grandes efeitos, como descascar a língua do animal, derrubá-lo e lavar as partes afetadas com creolina. O dr. Luiz Picollo, intelectual paulista, no entanto, havia publicado no jornal *O campo* certo trabalho com a sugestão de um outro método, em tudo mais

eficiente, para tratar as chamadas vacas loucas.

A lavagem dos cascos deveria se dar com o sulfato de cobre em solução de 5%, que poderia ser feita por meio de um tange, a propósito da higienização da boca, aconselhava-se o uso de uma solução de ácido clorídrico a 8 por mil, acrescido de 60g de melado, podendo ser colocada na tina de água do gado. O úbere das vacas leiteiras exigiria maior cuidado, sendo preciso adotar, por medida preventiva, a desinfecção das mãos antes da ordenha. Quando atacados pelas aftas, os úberes costumavam ficar sensíveis, levando a vaca a impedir até a amamentação dos bezerros. Para evitá-lo seria preciso usar uma pomada com 10g de ácido tânico, outras 10g de extrato de beladona, mais 10g de sal de saturno e, por fim, 100g de vaselina. Em outra publicação, José Maciel apontava a possibilidade de se utilizar o sal de cozinha como meio profilático à febre aftosa e, com o passar do tempo, se tornou corrente a vacinação do gado. Sugeria-se, a propósito, que o sal tivesse uma fonte constante de cloreto de sódio, na qual pudesse lambe um pouco todos os dias⁹⁰.

Em sendo uma doença de fácil contágio, a febre aftosa preocupou bastante o poder público, que seguiu vigilante aos métodos profiláticos adotados pelos produtores, conferindo a responsabilidade dessa fiscalização aos municípios. Ao lado daquela epidemia em potencial, a tuberculose das rezes, doença que, provavelmente, permitiu que se difundisse oralmente a expressão “nem que a vaca tussa”, também era vigiada muito de perto.

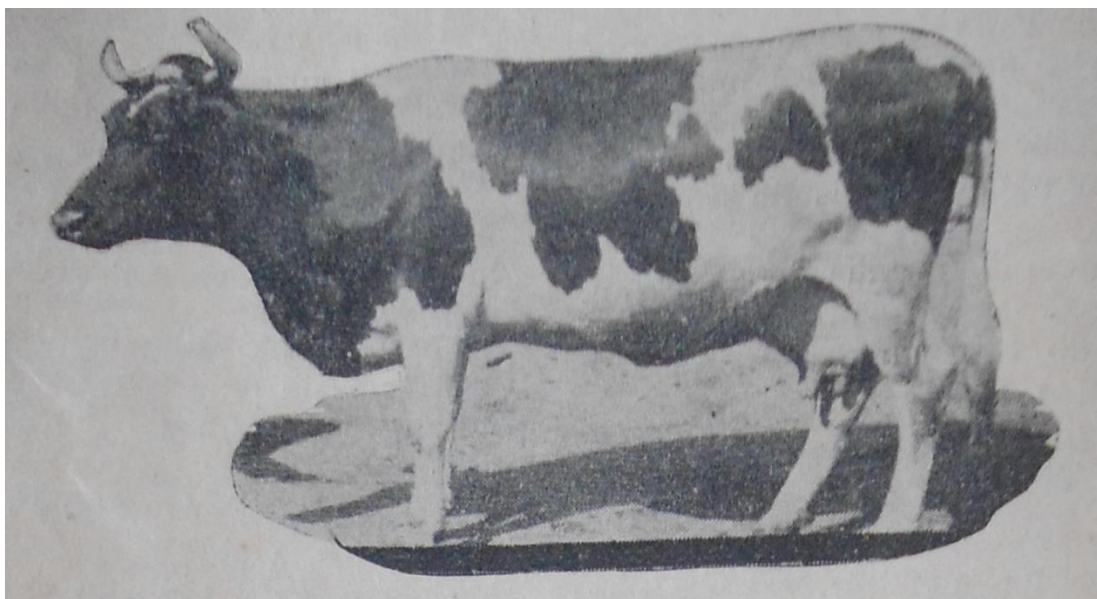


Figura 28: Vaca tuberculosa – Chatinha
Fonte: *Parahyba-Agricola* (mar.1922, p.16).

⁹⁰Informações que foram divulgados em textos publicados na revista *Parahyba Agrícola* (ago.1931, p.42; ago.1931, p.41) e no suplemento *A União Agrícola* (17 mai.1956, p.5).

A vaca anunciada com a marca da sua doença foi disposta em uma propaganda devidamente recortada pelos métodos de alteração das imagens disponível à época e acompanhada de uma chamada, a qual alertava aos criadores do estado das punições nas quais o descumprimento das normas higiênicas poderiam se desdobrar:

Proprietario: Eleodoro Pacheco de Araújo.

A *vacca* acima, por ter o seu proprietario abusado da bondade da Prefeitura, foi levada para o interior deste Estado e segundo consta, vendida.

Os nossos leitores fiquem a-sim avisados

Apezar do bello aspecto do animal, o mesmo constitue um perigo á saúde dos que procuram o leite como restaurador de forças (PARAHYBA-AGRICOLA, mar.1922, p.16).

Ao lado das vacas loucas e daquelas que tossiam, figuraram o catálogo dos veterinários as vacas ninfomaníacas e o seu oposto, as vacas frígidas. A ninfomania acontecia quando as vacas solicitavam bastante os machos, podendo provocar a esterilidade, o emagrecimento e a intranquilidade do rebanho. Tratava-se de uma moléstia perigosa à saúde dos animais e que não tinha qualquer utilidade econômica. Acreditava-se que tal doença seria causada por lesões genitais, as quais poderiam ser tratadas por meio de operação (PARAHYBA-AGRICOLA, nov.1922, p.6). Enquanto isso, a frigidez se dava quando as vacas perdiam a regularidade do cio, comprometendo a procriação. O tratamento era baseado no emprego de alimentos excitantes e medicamentos afrodisíacos, acompanhadas da massagem dos ovários pelo reto (PARAHYBA-AGRICOLA, dez.1922, p.10).

O diagnóstico das vacas em certa medida se espelhava em um receituário médico que por muito tempo esteve em vigor para o tratamento de pacientes mulheres. Conforme tais especialistas, algumas moléstias eram comuns em mulheres devido a irritações uterinas, as ditas histerias, implicando em um comportamento social alheio à normalidade. A referida concepção trazia em seu escopo uma forma de classificar aspectos da sexualidade feminina que estavam alheios às normas sociais como doença, reprimindo os desejos considerados moralmente inaceitáveis. Ao lado daquelas enfermidades, os impressos trataram das várias causas que poderiam resultar na infecundidade das rezes, às quais recomendava-se a alimentação com forragens, mas também de alguns casos de esterilidade, que, em geral, estariam ligados a lesões orgânicas, sendo o seu tratamento inútil e tendo por melhor caminho a sua engorda e consequente abate (PARAHYBA-AGRICOLA, dez.1922, p.10).

As verrugas eram tumores cutâneos que costumavam causar emagrecimento, sendo sugerida a aplicação de uma solução ácida que fosse capaz de extirpá-las. Havia ainda o

carbúnculo hemático, uma moléstia febril, causada por bacilos, e que costumava atingir os herbívoros, mas também poderia afetar seres humanos, entre os quais destacavam-se os trabalhadores de curtumes. O sintoma mais comum era a tristeza dos animais e o seu tratamento costumava ser feito mediante a cauterização. Em momento *a posteriori*, Otavio Domingues tratou das vacas que escondiam leite. Isso acontecia por causa de certo hormônio que não era liberado devido alguma tensão. Cabia ao vaqueiro ordenhar rapidamente, mantendo o ambiente tranquilo, sem forçar quando o leite não saísse. Os impressos agrícolas sugeriam a vacinação preventiva dos bezerros contra a raiva, mas era preciso avaliar o momento mais adequado a fim de não provocar diarreia. Entre as doenças apresentadas, a falta de higiene apareceu como causa de uma boa parte delas, entre as quais a pneumonia dos bezerros⁹¹.

O cuidado com os bezerros era uma necessidade alardeada pelos veterinários a todo o momento para que se evitasse o excesso de mortalidade nos rebanhos. Após o nascimento das rezes, que careceriam de ambientes higienizados para o parto, era preciso que se garantisse a regularidade do seu acesso ao leite das vacas e tão logo se fechassem os umbigos, dever-se-ia tratá-los com creolina, acrescida de uma pitada de salol, ácido bórico ou borax – borato de sódio. Depois de seco, era imprescindível cortá-los e mantê-los em observação para evitar o contágio de micróbios e consequente diarreia ou bicheira. A respeito das doenças que envolviam o momento do parto havia também o aborto contagioso ou brucelose, uma enfermidade que atingia equídeos, bovinos, suínos, cães, gatos, mas também seres humanos. O contágio costumava dar-se pelo contato dos futuros hospedeiros com a terra na qual estavam ou haviam estado os restos dos abortos. A fim de evitar a contaminação dos rebanhos, portanto, era preciso queimar qualquer um de seus vestígios⁹².

A boa água poderia ser uma grande aliada dos criadores de animais na profilaxia dos seus rebanhos, eles serviam para matar a sede, facilitar a deglutição, favorecer a digestão e promover a firmação dos seus tecidos. A água considerada potável era aquela que se definia limpa, fresca, sem odor, agradável ao paladar, que fosse leve ao estômago, imputrescível e apta ao uso doméstico (PARAHYBA RURAL, 3 jun.1934, p.9). Em se pensando o processo de concentração das fontes de água limpa nas terras das Serras e do Sertão, há que se imaginar a dificuldade dos pequenos criadores de gado para dar de beber às suas rezes. Para tais personagens, nenhuma fonte hídrica foi tão importante quanto as cacimbas, reservatórios naturais de água produzidos

⁹¹Conforme informações consultadas em textos publicados em *A União Agrícola* (9 jan.1949, p.7; 14 ago.1949, p.5; 11 set.1949, p.8) e *Parahyba Agrícola* (jul./ago.1923, p.16/21).

⁹²Conforme textos publicados na coluna *Parahyba Agrícola* (3 fev.1935, p.9) e na revista *Parahyba Agrícola* (out./nov./dez.1931, p.124), também inscrita *Paraíba Agrícola* (jul.1953, p.8/12).

pelas baixas nas pedras rochosas que marcavam o solo dos sertões nordestinos, mas que poucas vezes atendiam aqueles padrões higiênicos. Mas a incompatibilidade daquela proposta com as possibilidades dos pequenos proprietários não era de todo desprezível, ela serviu de argumento para que uma quantidade cada vez maior de latifundiários cercasse o acesso aos açudes privados e públicos, pondo os animais para pastar e beber água enquanto pessoas morriam de sede por trás do arame farpado.

“O fim do higienista deve ser portanto preparar a maquina animal a fim de que se possa tirar o máximo no menor espaço de tempo” (PARAHYBA RURAL, 9 jun.1934, p.9). As medidas profiláticas, no entanto, afirmadas a todo o tempo pela imprensa agrícola traziam em seu corpo o propósito de disciplinar os trabalhadores do campo e isso, em certa medida, implicou em mudanças significativas na sua rotina de trabalho. As mudanças, todavia, não foram exclusivamente prejudiciais à população rural, elas também levaram ao estabelecimento de condições mais saudáveis de vida e trabalho, ao passo que a padronização e a institucionalização que aquelas medidas empreenderam resultavam em uma maior competitividade da economia camponesa. Enfim, era certo que os padrões higiênicos inventados pela modernização em grande medida atendiam às demandas que a população rural experimentava em seu dia-a-dia, mostrando como mesmo quando o diagnóstico não era feito nas medidas das suas possibilidades cotidianas, em certo sentido, era naquele universo que ela se espelhava e sobre a experiência camponesa que constituía novos horizontes.

Os desígnios higienistas conduziram, em sua esteira, certa forma de lidar com o processo de alimentação do gado que dissuadia da tradicional prática dos criadores de gado de mantê-los soltos pelas vazantes, adotadas, sobretudo, em tempos de seca, quando os animais eram esquecidos pelos sertões afora a fim de que fossem capazes de permanecer vivos, em outras palavras, pregava-se a pecuária intensiva, apesar desse termo não ter sido muito usual à época. Os agrônomos e veterinários falavam do valor de preparar o terreno para a produção das forragens, espécies vegetais cultivadas especificamente para alimentar o gado e do capim que poderia ser cortado e exposto a processos que o tornasse seco, aumentando as suas possibilidades nutritivas, dentre os possíveis capinzais, destacava Jaceguay Martins certa predileção por aquele muito verde que nascia junto às primeiras chuvas que sucediam grandes estiagens, desde que o fizessem tão logo o orvalho secasse (A UNIÃO AGRÍCOLA, 7 set.1941, p.1).

“Algodão e gado são sempre elementos que se atraem” (A UNIÃO AGRÍCOLA, 9 ago.1942, p.1). A convivência da criação do gado com o cultivo de gêneros agrícolas foi uma pauta recorrente nos cadernos daqueles especialistas: dizia-se do trigo, do fubá e do milho, mas

dentre todas essas culturas, o algodão figurava certa centralidade. Sobretudo a partir da década de 1940, destacou-se bastante o valor do farelo do algodão na alimentação dos animais em tempos secos (A UNIÃO AGRÍCOLA, 9 jan.1949, p.7), o qual poderia ser misturado com melaço e farelo de trigo nas regiões onde a cana de açúcar também era usual, o que era especialmente nutritivo para os animais de tração (AGRICULTURA E PECUÁRIA, 1 nov.1956, p.5).

A plantação de palma para alimentar o gado era anunciada na imprensa desde meados dos anos 1930. Àquela oportunidade, falava-se das possibilidades daquela cactácea para a alimentação do gado, seu sabor doce poderia ser usado nos tempos das estiagens não só como fonte rica para a alimentação, mas também por sua possibilidade de retardar a sede (PARAHYBA RURAL, 15 abr.1934, p.9). Apenas na década de 1950, contudo, o citado gênero agrícola se tornou mais usual nas opiniões publicadas pelos intelectuais paraibanos. Dizia-se que o uso frequente daquele cultivo reduziria a mortalidade dos animais, ampliando a sua força física, tendo resultados ainda mais interessantes com as raças zebu e holandesa (PARAÍBA AGRÍCOLA, dez.1952, p.14). Alguns anos mais tarde, conseguiu-se operar mudanças naqueles gêneros, implicando na criação de uma variedade sem espinhos, de mais fácil trato agrícola e melhor deglutição dos bichos (PARAÍBA AGRÍCOLA, 21 jun.1956, p.5).

A ampliação das possibilidades dos resultados da pecuária alcançou também outros meios de aproveitamento econômico do gado, como a curtição do couro. Além dos inúmeros artigos que sugeriam determinada parte do corpo do animal, logo abaixo do pescoço, para marcá-lo com o ferro, também se fez publicar a lei federal número 1.176 de 29 de março de 1939, que proibia que se utilizasse ferros para aquela finalidade com mais de um centímetro de diâmetro (A UNIÃO AGRÍCOLA, 5 abr.1942, p.1). Essa função mantinha a prática tradicional de registro da propriedade dos animais por meio do ferro, mas abdicava da visibilidade que essa chamada teria tido outrora, quando os vaqueiros de várias partes contribuíam para que fossem encontrados os animais perdidos.

A autoridade dos discursos dos agrônomos e veterinários, em certa medida, resultaram de alguns desentendidos. O que estava em jogo, a propósito, não era simplesmente o trato que seria adotado pelos criadores de animais, mas todo um universo de demandas daquele grupo social, que se organizava no entorno da produção agrícola. O novo tempo conduzia uma racionalização dos ofícios que não era comum até então. Os vaqueiros costumavam exercer um número de atividades que ultrapassava as solicitações dos impressos agrícolas, dizendo respeito à sua solidariedade para com os seus vizinhos e com o chefe político local, sobretudo quando o

vaqueiro em questão não era o dono do rebanho, mas um morador da fazenda de um latifundiário.

Os vaqueiros não raro serviam de guardas particulares dos fazendeiros, exercendo uma função social que se estendia para além do controle dos rebanhos, compondo certa forma de ordenação social a partir das lides de poder tradicionalmente constituídas ao redor dos proprietários de terras. Àqueles domínios, esses garantiam a segurança dos seus senhores, ou dos senhores da vizinhança, com os quais comumente se estabelecia uma relação de troca de serviços. A modernização, portanto, terminava por dismantelar os horizontes sociais que regeram outras temporalidades, colocando em seu lugar medidas mais objetivas, que por mais específicas que pudessem ser, reconfiguravam o sentido global das expectativas coletivas.

3.2.2 As variações da cunicultura do Sertão ao Litoral: **as tentativas de controle dos cultivadores de algodão**

Os plantadores de algodão dispuseram de práticas variadas de produção nas diferentes regiões do estado paraibano, a depender da sua diversidade climática, mas também das circunstâncias históricas, políticas e econômicas que perpassavam o seu cultivo. O algodão crioulo, *Gossypium peruanum* Cav, o algodão branco ou herbáceo, *Gossypium herbaceum* L, o algodão caroço verde ou riqueza, *Gossypium hirsutum*, e o algodão macaco, *Gossypium mustelinum*, costumavam ser plantados nas várzeas do Litoral, nas baixadas e campos de vegetação abundante da caatinga litorânea. Enquanto isso, as várzeas, os baixios e as ilhas sertanejas seriam tomado pelo algodão quebradinho, *Gossypium mustelinum*, e pelo algodão mocó, seda ou seridó, *Gossypium barbadense*, ou pelo menos foi essa variedade que a revista *Paraíba-Agrícola* vendeu na seção *Culturas do nosso estado* em fevereiro de 1922.

O algodão provavelmente foi, entre as culturas produzidas no estado paraibano, aquela que experimentou o maior controle por parte do poder público e dos canais de imprensa. O lavrador que abrisse qualquer desses periódicos decerto veria alguma informação a respeito da cunicultura, a julgar pela constância com a qual eram publicadas notícias, artigos e notas a seu respeito. Apesar da escassez de rastros quanto à interlocução que a população rural mantinha com esse tipo de impresso, a propósito, é possível inferir que aquela gente não tenha passado ao largo dos discursos que circulavam por aqueles entremeios. A imprensa nutria o mundo social ao passo que se alimentava dele e também o poder público inventou formas de institucionalizar as demandas que perpassaram as páginas das folhas em questão.

Ao longo da periodização consultada, um enunciado foi repetido por inúmeros pesquisadores que se dedicaram não só ao estudo da questão agrícola, mas também pelos que atentaram para os movimentos da economia estadual: o algodão era a cultura mais forte e mais rentável produzida em terras paraibanas. A constituição desse posto, em grande medida, foi tributária da história daquela lavoura, afinal, como outrora disseram Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2010[1997], p.85) “a partir do momento em que um solo é cultivado, sua fertilidade se torna uma variedade histórica, amplamente influenciada pelos sistemas agrários que se sucedem”. A cunicultura havia se estabelecido no solo americano muito antes da ocupação do continente pelos súditos dos reis portugueses e espanhóis, se perpetuando enquanto economia marginal da gente camponesa, com o propósito de atender ao mercado interno. Em princípios do século XIX, no entanto, a decadência da cana de açúcar e consequente valorização da indústria têxtil implicou em uma mudança de perspectivas para os agricultores paraibanos.

As práticas de plantio e colheita dos povos indígenas prezavam pela variedade de tipos produzidos. A queima enquanto processo de limpeza dos terrenos para a produção agrícola permitia que os nutrientes das outras culturas que outrora se instalaram naquele lugar alterassem as suas composições químicas em combinações muito diferentes, favorecendo a reprodução sexuada dos vegetais e, por consequência, sua mutação genética⁹³. A população rural paraibana, mediante esse processo, herdou dos povos indígenas uma significativa variedade de espécies de algodão, as quais não só foram mantidas como também enriquecidas ao longo da sua história por aquela gente, que, mediante a marginalidade que a coroa conferia à cunicultura, pode continuar desenvolvendo aquela prática tomando por referências os métodos tradicionais. A variedade genética favoreceu não só a resistência daquele gênero agrícola às suas possíveis pragas, mas também contribuiu com a melhor adaptação das espécies às suas condições climáticas de produção.

Essas circunstâncias conferiram especificidades à modernização que se quis desenhar no mundo rural paraibano a partir da década de 1930. A primeira dessas especificidades foi essa variedade de espécies com a qual os intelectuais tiveram de se haver. A infinidade de gêneros produzidos pelos agricultores paraibanos contrariava os padrões afixados nos modelos produtivos internacionais e seguia na contramão de tudo aquilo que os autores escreviam a respeito do futuro da produção agrícola àquela época. A segunda dizia respeito à predominância

⁹³Manuela Carneiro da Cunha, em uma aula proferida na Universidade de São Paulo – USP –, explicou o processo de mutação genética da mandioca pelas comunidades indígenas mais tradicionais, descrevendo-o como uma forma de pesquisa agrícola encampada pelas mulheres no interior dos processos de agricultura familiar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bzjqbXo4xiA>. Acessado em: 28 mai. 2016.

de pequenas e médias propriedades enquanto unidades produtivas da cultura mais rentável do estado, o que a fazia menos acessível aos órgãos de regulação estatal, a julgar pela maior dificuldade do poder público de fiscalizar os pequenos produtores; reduzia as possibilidades de que ela fosse alvo de investimentos privados, vistos os limites de recursos com os quais esses sujeitos contavam; e, sobretudo, democratizava o acesso aos rendimentos da economia regional.

Desde o momento no qual passou a figurar como cultura mais promissora do estado paraibano, a cunicultura foi alvo das instituições estatais, que, de alguma forma, tentaram estabelecer algum controle sobre as suas lavouras. No ano de 1815, o dízimo sobre o algodão exportado passou a ser cobrado juntamente aos demais impostos coloniais, mas foi somente com a lei provincial n.397 de 19 de dezembro de 1870 que foi criada a Repartição do Peso do Algodão, com sedes na capital e em Mamanguape. Em meio a isso, contudo, já funcionava desde 1859 a Inspeção do Algodão, que tinha por função pesar e qualificar os sacos produzidos naquelas duas cidades. Em tempos republicanos, os investimentos agrícolas tomaram outros rumos no estado, tendo sido criado, em 1917, o Serviço de Defesa do Algodão, resguardado pelos investimentos que o Ministério da Agricultura estava empreendendo. Alguns anos mais tarde, o governo federal criou a Delegacia Regional do Algodão, com sede na Paraíba, e uma estação experimental da cultura do algodoeiro, em Pendencia, município de Soledade (PARAHYBA-AGRICOLA, fev.1922).

A imprensa noticiou dos resultados positivos que essa iniciativa conquistou, tendo sido possível qualificar 36.596 sacos de algodão. É possível dizer, no entanto, que tais investimentos não empreenderam uma hegemonia do poder público sobre os produtores rurais. A diligência afetava a lavoura, mas não conseguia exercer poder sobre a produção, atestando o fôlego curto das instituições públicas em relação ao mundo rural. As duas folhas agrícolas em circulação àquele momento, a propósito, serviram de testemunho do quão rasteiro era o controle que esses órgãos conseguiam exercer sobre a gente camponesa. Elas informavam dos métodos de produção que deveriam ser adotados nas lavouras cunicultoras, explicavam da importância do uso de máquinas agrícolas, mas pouco caminhavam quando o assunto eram as propostas que efetivamente haviam sido tomadas pelo estabelecimento dessas práticas.

A esse respeito, o primeiro número da revista *Parahyba Agrícola* publicado na década de 1930 negava todo aquele passado de investimentos na produção de algodão, conferindo protagonismo, nesse cenário, ao presidente João Pessoa, que entre os anos de 1928 e 1930, oportunidade na qual geriu o estado, teria conseguido recursos para fomentar as atividades do Serviço do Algodão (PARAHYBA AGRICOLA, jun.1931). A falácia retórica que compôs o

primeiro número daquela revista decerto levava em seu escopo, antes de qualquer outra coisa, o propósito de consagrar um personagem. Porém, o sentido político desse feito portava consigo um valor público. Ao barganhar espaços no interior da nova República, os grupos políticos vinculados àquela revista conferiam legitimidade ao poder estatal para interferir no universo produtivo estadual, garantindo o arsenal necessário para que as normas instituídas no governo João Pessoa pudessem ser efetivadas. Os regimes de ruptura, afinal, costumavam desempenhar certo papel de reconstrução dos horizontes sociais e os caminhos que eles confeririam no plano geral diziam de estruturas de poder centralizadas, com uma máquina estatal muito mais forte do que aquela que havia feito história nas décadas anteriores. Observe-se as regras então em vigor:

1º) – O algodão deve ser colhido quando a planta apresentar capulhos perfeitamente maduros e totalmente abertos.

2º) – As pessoas incumbidas da colheita, deverão usar dois saccos. Num deles guardarão o algodão perfeitamente limpo, sem impurezas ou manchas, no outro sacco recolherão o mais sujo.

3º) – Cheios os saccos, deverão ser esvaziados separadamente, á margem dos aceiros dos roçados, em lugar previamente varrido e onde se tenha collocado esteiras, lençóis de estôpa, etc., a fim de evitar o contacto da fibra com o chão.

4º) – Não se devem colher os capulhos verdes ou mortos, e nem tampouco, os atacados por insectos; os primeiros são húmidos e os últimos imprestáveis.

5º) – O algodão não deverá ser colhido pela manhã cedo, ou em dias chuvosos, porque o orvalho e a humidade, não só prejudicam o desfibramento como produzem uma fermentação, que estraga de modo considerável as fibras e diminue o poder germinativo das sementes.

6º) – Quando o algodão contiver humidade, deverá ser exposto ao sol, até que esta se evapore por completo.

7º) – Não se deverão deixar os capunhos permanecer abertos, por muito tempo, porque os ventos fortes fazem cair o algodão ao solo.

8º) – Deve-se evitar o mais possível, que fiquem, no algodão, fragmentos de folhas, bracteas e sepals, porque no beneficiamento, estas ficam reduzidas a pó, sujando a pluma, estragando as serras do descaroçador e constituindo fraude, passível de multa.

9º) – A melhor hora para a colheita é quando houver sol porque os capulhos ficam abertos e sêccos e a apanha se torna fácil.

10º) – O armazenamento do algodão em caroço deverá ser feito, em quartos limpos e bem arejados.

11º) – O algodão deve ser colhido do capulho em uma só vez para evitar que se partam as fibras (PARAHYBA AGRÍCOLA, jun.1931, p.11/12).

O formato estritamente mensurado das regras apresentadas levava em seu corpo uma intenção de controle não vista em outras oportunidades. Em certa medida, a atividade de classificação do algodão, à qual o poder público se propunha, dependia do estabelecimento desses critérios durante o processo de colheita pelos produtores e a sua adoção ou não poderia ser mensurada pela instituição responsável quando da qualificação desse material. Para isso,

seriam usadas algumas medidas como o comprimento e a firmeza da fibra, bem como a coloração do algodão. Mediante esse processo, a Paraíba começaria a trabalhar tendo por meta o estabelecimento de um padrão do produto a ser vendido e isso não só exigia maiores critérios de seleção por parte do poder público, mas também demandaria certa disciplina por parte do produtor. Destarte, ao passo que o agricultor perdia autonomia sobre a venda da sua colheita, também o Estado se aproximava dele, criando um número mais plural de canais para o exercício da cidadania dos camponeses e das camponesas.

Todavia, há que se observar essas disposições junto às demais iniciativas estatais que as puseram em prática. Os postos de classificação do algodão, desde 1929, foram estendidos para os municípios de Campina Grande e Cajazeiras, tendo a Delegacia do Algodão instalado sedes nas cidades de Itabaiana, Cabaceiras, Soledade, Patos, Souza, Princesa, Ingá, Picuí, Guarabira, Umbuzeiro e Alagoa de Monteiro. Esses investimentos só foram possíveis com o apoio das prefeituras, as quais assumiriam cada vez maior responsabilidade nos rumos que a modernização tomaria nas suas pretensas zonas rurais. As prefeituras, a propósito, foram responsáveis pela manutenção dos campos de cooperação, ao lado de alguns produtores mais entusiasmados e que dispusessem que algum capital para construir instituições como essas e por meio delas barganhar recursos públicos.

Quadro 03				
Campos de cooperação do Serviço do Algodão no ano de 1931				
MUNICIPIOS	CONTRACTANTE	Área em hectares	Variedades	OBSERVAÇÕES
Mamanguape	Centro Agrícola João Pessoa	10	Herbaceo	Em preparo
Pilar	Prefeitura Municipal	13,5	“	Plantado
Guarabira	Manuel Camillo	10	“	“
Alagôa Grande	Prefeitura Municipal	12	“	“
Ingá	“ “	10	“	“
Esperança	“ “	10	“	Em preparo
Soledade	Manuel Henriques	10	Mocó	Plantado
S. João do Cariry	Prefeitura Municipal	10	“	Em preparo
Taperoá	“ “	10	“	“ “
Alagôa do Monteiro	“ “	20	“	“ “
Picuihy	“ “	10	“	Plantado
Teixeira	“ “	10	“	Plantado 5,5 hectares
Pombal	Raimundo Queiroga	11	“	“
		146,5		
Fonte: Parahyba-Agrícola (jun.1931, p.14).				

A organização das informações no quadro denunciava a forma como o processo de controle da produção do algodão estava sendo feito pelos órgãos responsáveis. Esses campos de cooperação se constituíam localmente, mas eram presididos, em âmbito estadual, pelos órgãos anexos à interventoria federal, a qual sabia da impossibilidade de gerir sozinha todas as atividades estatais, sobretudo quando o assunto era a modernização do mundo rural, mas que na medida do possível centralizava as decisões em seu domínio. A esse respeito, desejava-se criar um Departamento de Estatística, o que se efetivaria em alguns anos, e que teria por finalidade coordenar todos esses números que interferiam na economia paraibana. O informe do momento em que se encontrava a produção servia ao controle da safra, àquela circunstância, em preparo do solo ou com as sementes já plantadas, apesar de não haver informação mais contundente a respeito de como se daria a venda desse produto que chegaria ao mercado no mesmo momento do ano, o verão.

Apesar da conhecida variedade de tipos de algodão que eram produzidas no estado paraibano, o poder público investia os seus campos de cooperação na produção de duas espécies: o algodão herbáceo para as várzeas litorâneas e o algodão mocó para as regiões mais secas. Ainda em outros momentos, essa mesma distribuição de culturas foi e seria utilizada. O agrônomo Lauro Montenegro noticiava, por ocasião dos anos 1920, da adaptabilidade do algodão mocó ao clima seco dos sertões nordestinos, bem como da proibição de que se produzisse qualquer outra espécie que não aquela, cujas sementes poderiam ser retiradas na Usina Algodoeira de Santa Luzia (PARAHYBA-AGRICOLA, jul.1922). Alguns meses mais tarde, também o Ministério de Agricultura teria informado das variedades algodoeiras que seriam estendidas pelas lavouras nordestinas. No mesmo sentido que se faria no Ceará e no Rio Grande do Norte, o Sertão paraibano receberia o algodão mocó e o Litoral, bem como as demais terras alagáveis, aqueles da variedade herbácea. Os pedidos seriam feitos por encomenda, as quais deveriam ser enviadas até o dia 31 de dezembro daquele ano (PARAHYBA-AGRICOLA, mai.1923).

A publicação da lei n.650 de 7 de fevereiro de 1935 dispôs da regulação da venda de sementes de algodão que eram destinadas ao plantio. O referido texto legal, oportunamente publicado na seção agrícola do jornal oficial, proibiu que nos municípios de Ingá, Itabaiana, Pilar e, em certa parte, de Campina Grande fosse semeada outra espécie de algodão que não o herbáceo da variedade *Texas big ball*, proveniente dos campos de demonstração e cooperação mantidos pela Diretoria de Produção e Inspetoria de Plantas Têxteis. Por esse mesmo caminho, ficava sujeito à multa de um conto de réis todo aquele que distribuísse com gratuidade sementes

que não fossem originárias daquelas instituições oficiais (PARAHYBA RURAL, 22 dez.1935, p.8). Essa preferência do poder público pelas espécies do algodão herbáceo e mocó se perpetuaram, mas também se originavam, em certo tipo de discussão que havia tomado corpo nos impressos agrícolas.

A ampla recorrência de notícias a respeito da cultura algodoeira não fazia jus à quantidade de espécies de algodão que se poderia utilizar nas lavouras. As informações veiculadas por aqueles impressos costumavam tratar especificamente das espécies mocó e herbáceo, não havendo referência quanto às outras variedades. Ao passo em que se fazia esse tipo de seleção também eram indicados os métodos de produção necessários ao aperfeiçoamento desse tipo de cultivo. Em certo sentido, tudo isso dizia respeito a uma certa forma de tratar a produção dos gêneros agrícolas, movidos por ideais análogos aqueles que foram apregoados pelos eugenistas. Os intelectuais que pensaram a questão agrícola nos anos 1930 priorizaram a constituição de uma espécie ideal de agricultura e não da sua diversidade. Esse caminho, alheio aos contornos que a produção do algodão havia tomado em outros momentos da sua história, quando a policultura tinha se consolidado como a sua característica mais forte. O plantio das espécies sugeridas, a propósito, não eram o suficiente para que os padrões fossem alcançados, o lavrador que almejasse atingi-los teria de seguir todo um ritual e dispor de uma série de instrumentos, que os impressos agrícolas não cessaram de alardear.

A respeito do algodão mocó, diziam os autores que nos primeiros anos essa não era uma cultura que não dava bons resultados, porém que, em lugares mais secos, ela costumava ser um cultivo mais perene, razão pela qual se almejava que aquela espécie se proliferasse pelo Sertão. A qualidade da safra dependeria de algumas práticas, explicava o suplemento agrícola do jornal *A União*, as quais foram:

- a) arar e gradear cuidadosamente a terra em que se fizer a plantação.
- b) empregar sementes boas, expurgadas e selecionadas no plantio;
- c) plantar guardando uma distância de 3 metros em todos os sentidos, si a terra é muito fértil; 3x2 se é de mediana fertilidade e 2x2 se é pobre;
- d) capinar constantemente com o cultivador, mesmo que não haja mato a tirar;
- e) fazer uma colheita cuidadosa, separando em dois sacos, o bom do mau algodão, e não quebrando galhos altos;
- f) podar cuidadosamente, em fins de dezembro, todos os algodoeiros;
- g) não permitir, de maneira nenhuma, que o gado entre na plantação, qualquer que seja a época do ano e esteja a cultura em que condições estiver;
- h) pulverizar, seja em que tempo fôr, usando pulverizadores e mistura inseticida (arseniato de chumbo, 1 quilo; cal virgem, 11,2 quilos; água, 200 a 225 litros) todo o algodão quando o curuquerê atacar a lavoura ou pelo menos, começar atacando o plantio dos vizinhos, sendo feita, neste último caso, uma pulverização preventiva.
- i) não plantar determinadas culturas intercaladas ao algodão mocó, com

especialidade outro algodoeiro, pois só assim se pôde evitar o rápido esgotamento das terras que deviam ter exclusivamente dos algodoeiros, e, o que é por ainda, a degenerescência do produto por causa do hybridismo consequente, da mistura de variedades. Como conservação boa, e mesmo aconselhável, ha o feijão macassa, que pôde ser plantado nos campos do algodão mocó (SUPLEMENTO AGRÍCOLA, 19 abr. 1942, p.1).

O calendário rígido de atividades dificilmente permitiria que os produtores se valessem das tradicionais práticas de cultivo. À exceção de um ponto, o qual possivelmente já fazia parte do cotidiano daquela gente, que era a manutenção de outras culturas em concomitância à produção de algodão, a exemplo do feijão, do milho e da mamona, mas mesmo nesse quesito se mantinha certos critérios, como a escolha do gênero agrícola a ser utilizado. Essa higienização das lavouras deveria servir ao combate das pragas, mas também à padronização dos fardos de algodão, que, em certa medida, atendiam a padrões estéticos. Após a prensagem, era de interesse do poder público que as plumas estivessem dispostas em fardos de 75 quilos cada.



Figura 29: Serviço do Algodão na Paraíba
Fonte: *Parahyba Agricola* (jul./ago. 1932, p.80)



Figura 30: Safra de algodão da Paraíba
Fonte: *Parahyba Rural* (7 jul. 1935, p.1)

A exposição organizada pelo Serviço do Algodão do Estado exibia os tipos de algodão que deveriam ser produzidos em suas melhores formas, especificando no lado esquerdo da fotografia o tamanho dos fardos que deveriam ser utilizados e alguns dos produtos que derivavam da cunicultura. A fotografia, contudo, vendia mais do que uma métrica de classificação. Ao erguer, no centro da imagem, o mapa paraibano, aquele processo de ampliação dos resultados das lavouras tomava um sentido patriótico, como todos os seus demais contornos de alguma forma articulassem um propósito maior de vencer os problemas agrários para alcançar as querelas sociais daquele território. A cultura que outrora fora domínio dos pequenos agricultores e cujos métodos de produção tinham sido transmitidos de uma geração para a outra

se tornava uma causa pública e exigia dos envolvidos com a sua produção responsabilidade para com a coletividade.

Alguns anos mais tarde, o jornal *A União* fez publicar em seu suplemento agrícola um gráfico informando do desenvolvimento das suas lavouras de algodão, as quais teriam conseguido ascender vertiginosamente ao longo desse período. Os números decerto não correspondiam à realidade da safra algodoeira estadual, dizia antes da quantidade de sacos que aquele departamento conseguiu contabilizar ao longo dos seus anos de funcionamento, que foram ascendendo em razão da maior adesão da população rural ao serviço estatal, mas também ao próprio processo de expansão do número de municípios atendidos com uma sede daquela instituição. Todavia, aos leitores da imagem, os índices interessavam menos que a ideia de progresso que as colunas vendiam. Ao constituir uma curva ascendente, elas levavam, em seu corpo, uma força discursiva maior e que importava à constituição ideológica do novo regime. A consolidação da nova República dependeria dos bons resultados da economia e, no caso paraibano, da economia agrícola, tendo sido a cunicultura a mais proeminente destas.

Dentre as demandas apresentadas pelos produtores ao poder público, aquela que possivelmente havia solicitado maior urgência tinha sido o combate às pragas. Nos anos 1920, foram noticiados os prejuízos causados nas lavouras pela lagarta da folha ou curuquerê, *Alabama argilacea*, pela lagarta rosada, *Gelachia gossypiella*, pela broca, *Gasterocercodes gossypii*, e pelo coccidae, *Aulacapsis pentagena* ou *Saissetia depressa* (PARAHYBA-AGRICOLA, fev.1922, p.5/6). Àquela oportunidade, a lagarta rosada foi a que, possivelmente, atraiu maior atenção dos intelectuais, os quais trataram, sobretudo, das sementes distribuídas no propósito de que as safras fossem protegidas desse mal, para além dos pesticidas que deveriam ser aplicados quando da aparição desses insetos. Mas, na década de 1930, foi outro o animal que afetou o desenvolvimento da economia paraibana, o curuquerê.

Os primeiros pesticidas indicados pela imprensa agrícola para o combate das pragas que atingiam o algodão tinham um caráter artesanal. Em princípios dos anos 1940, sugeria-se a emulsão de uma solução de sabão com querosene para afastar os coccídeos, as cochonilhas e os pulgões, bem como que se queimassem os restos das lavouras afetadas pela lagarta rosada para que eles não contaminassem as produções futuras, por fim, vendia-se arsênico a 2\$400 (dois mil e quatrocentos réis) para combater o curuquerê. O uso dessas medidas era destituído de grande sofisticação. Quanto ao preparo da primeira mistura, era preciso levar quinhentos gramas de sabão diluído em um litro de água ao fogo em uma lata qualquer, na qual se deveria adicionar lentamente dois litros de querosene, cada litro desse soluto deveria ser dissolvido em dez litros

de água⁹⁴.

O uso dos cultivadores também serviu bastante ao combate dessas pragas ao passo em que favorecia a mistura dos restos das lavouras, impedindo que houvesse contaminação dos algodoads. Por muito tempo, o uso desse instrumento foi o suficiente para fazer a profilaxia dos solos, evitando o curuquerê. O procedimento, contudo, deixou de dar resultados na segunda metade da década de 1940, quando outros pesticidas passaram a aparecer com maior constância nas lavouras paraibanas. A mistura de agrotóxicos – B.H.C. e D.D.T. – e enxofre; o rhodiatox em pó a 0,5% ou em emulsão; e o toxafeno a 20%, 40% de enxofre. Os dois últimos poderiam ser usados em pó, na medida de 40g ou algo entre 800 e 1000 litros por alqueire. Esses pesticidas não só teriam maior eficiência no combate às pragas, mas também implicariam em um aumento na produção quando comparados aos arseniatos. (A UNIÃO AGRÍCOLA, 13 fev.1949, p.5). Há que se considerar, por conseguinte, que as pragas também estavam mais resistentes àquela altura, e que alguns insetos se tornaram mais recorrentes do que outros, a exemplo da broca, que causou seus maiores estragos entre o final dos anos 1940 e início de 1950 (A UNIÃO AGRÍCOLA, 12 set.1948, p.7).

Os métodos de adubação também mudaram significativamente ao longo do tempo. Em meados dos anos 1930, investia-se na rotatividade das culturas e no uso do estrume como fertilizante natural. Esse aspecto falava de uma cultura que ainda caminhava na esteira da policultura, ao passo que exigia a manutenção de outras lavouras em atividade durante o processo de produção do algodão, bem como da criação do gado em anexo. À ocasião da década de 1950, falava-se do controle das concentrações de potássio, fósforo e azoto – nitrogênio – no solo, mas também do uso de torrões, mistura de terra vermelha com capim, estrume e água preparada no interior das fazendas, os quais serviam ao plantio no lugar das sementes⁹⁵.

O plantio na cunicultura deveria ser feito mantendo uma distância de oito palmos entre as fileiras e quatro entre os pés, cada um dos quais receberia de seis a dez sementes. O algodão mocó levava seis meses para estar pronto para a colheita e o tipo herbáceo nove meses, no curso dos quais, as lavouras deveriam ser podadas entre duas e quatro vezes (PARAHYBA-AGRICOLA, fev.1922, p.5/6). Com o passar do tempo, essa disposição mudou de figura, exigindo-se que as mudas fossem alocadas em triângulos equiláteros, a fim de aproveitar bem o espaço. Mediante essa lógica, os referidos pensadores acreditavam poder aproveitar melhor o espaço e os nutrientes do solo, mas terminavam por também tornar mais complexo o processo

⁹⁴Informações conseguidas a partir de vários números do suplemento *A União Agrícola* (12 mai.1940, p.1; 9 nov.1941, p.1; 23 nov.1941, p.1; 19 jan.1941, p.1).

⁹⁵Conforme *A União Agrícola* (12 set.1948, p.7; 23 nov.1941, p.1) e *Parahyba-Agrícola* (mai.1953, p.8).

produtivo, observe-se o que disse Nelson Veiga (PARAHYBA-AGRICOLA, abr.1932, p.21). Apesar de tais métodos não precisariam de mais do que cordas, argolas e estacas para serem mensuradas, o conjunto de todas essas demandas exigiam uma atenção e uma rotina de trabalho que, diante do tamanho das lavouras, nem sempre interessava ao pequeno agricultor. Além disso, esse problema do aproveitamento dos espaços era uma novidade no mundo rural, o qual outrora fora destacado pelos grandes vazios demográficos, onde não haveria problema na quantidade de terra demandada para a produção. Àquele início de século, as terras ganharam um valor cada vez maior, ao passo que o acesso a elas ia se fazendo cada vez mais restrito.

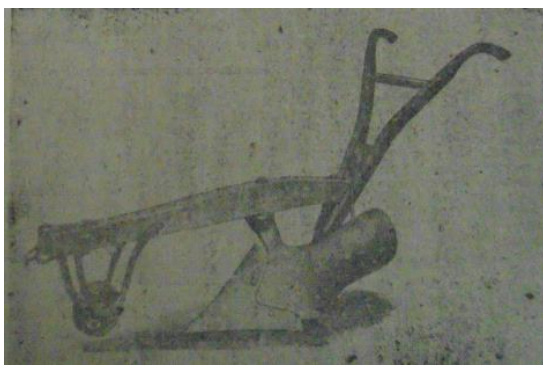


Figura 31: O arado

Fonte: *Parahyba Rural* (29 abr. 1934, p.16)



Figura 32: Máquinas agrícolas na Paraíba

Fonte: *Parahyba Rural* (4 ago. 1935, p.1)



Figura 33: Pulverizando preventivamente o algodão

Fonte: *Parahyba Rural* (3 fev. 1935, p.9)



Figura 34: Sementes para o Expurgador

Fonte: *Parahyba Agrícola* (jul./ago. 1932, p.80)

As propagandas das máquinas agrícolas foram publicadas na imprensa desde os primeiros anos da década de 1920. Dentre esses instrumentos, destacava-se o cultivador, utensílio que deveria ser usado para arar a terra, sobretudo a produção de algodão. Mas, àquela oportunidade, ainda se falava no uso da enxada e da foice, as quais eram válidas para a limpeza dos terrenos de capoeira, na sequência da qual era feita a coivara. O cultivador, que seguiu como instrumento

predileto dos agrônomos por muitos anos, prometia conduzir o processo produtivo de forma mais rápida: servia também para misturar bem a terra, higienizar o solo das ervas daninhas e evitar a erosão, facilitando a sua irrigação (A UNIÃO AGRÍCOLA, 16 abr.1939, p.4).

O arado, ou cultivador, ocupava certa centralidade entre as máquinas agrícolas que se poderia usar nas lavouras paraibanas. A fotografia elevava a sua importância, mas destacava a sua simplicidade, aspecto que também transparecia na legenda, a qual dirigia-se ao agricultor com uma linguagem reduzida ao tom de uma nota, mas bastante esclarecedora quanto ao que se estava tentando colocar em prática:

O ARADO é o simbolo da agricultura. Mede-se a prosperidade dos povos pelo numero de arados que utilizam nas lavouras.

Abandone as culturas rotineiras de caboclo, empobrecedores e esterilizantes. Faça um Campo de Demonstração com a Secção de Agricultura. Torne-se lavrador adiantado e rico empregando esta maquina preciosa que acompanha o homem há milhares de anos, desde quando reinavam no Egito os faraós das primeiras dinastias (PARAHYBA RURAL, 29 abr. 1934, p.16).

O instrumento era alocado naquele espaço de representação como um primeiro passo ao desenvolvimento das ditas civilizações modernas. As referências às culturas atrasadas do caboclo e à grandiosidade das obras agrícolas do Egito antigo não estavam ali a toa, elas diziam de certa forma de compreender a história dos povos com uma régua desenhada dispostas entre as marcas dos mais atrasados aos mais desenvolvidos, caminho que o governo brasileiro estava propondo galgar aos saltos, como poder-se-ia observar no gráfico que apresentava a evolução do número de máquinas agrícolas no estado, também ao tom do progresso de um governo se julgava capaz de fazer ascender as condições de vida da população em geral em concomitância aos bons resultados da agricultura.

O uso dos pulverizadores e dos expurgadores era tomado por outro viés. Os periódicos os apresentavam nas mãos dos trabalhadores, aproximando o mundo das máquinas do mundo do trabalho. Os agricultores negros e trajados de branco com os pulverizadores nas mãos, todos em uma mesma posição da campina e seguindo juntos em direção ao fotógrafo. Estavam dispostos como que em uma guerra, preparados para vencer o curuquerê. Eram anos do governo Getúlio Vargas, momento no qual a propaganda se tornou um dos principais instrumentos de ação do poder público, oportunidade na qual a proximidade com os agricultores entrava para a pauta pública como um aspecto essencial à consolidação da nova República, superando a necessidade de industrializar os campos que emergiria nas décadas seguintes. Esse cenário, no entanto, falava antes das grandes propriedades de algodão, que não eram maioria entre as produções desse gênero, a julgar pela quantidade de trabalhadores e pulverizadores utilizados naquela campina.

Em certo sentido, essas fronteiras mostram as diferenças entre a forma de se produzir nos campos de demonstração e os métodos de produção dos cultivadores em seu cotidiano.

O cultivador poderia custar algo entre 165\$000 (cento e sessenta e cinco mil réis) e 200\$000 (duzentos mil réis), o que despenderia algum custo ao pequeno produtor, a considerar que a diária de um trabalhador rural estaria entre 1\$000 (mil réis) e 3\$000 (três mil réis). Era um custo alto, se consideradas as condições de vida desses sujeitos, mas não impossível. O uso do cultivador, bem como grande parte das demais mudanças que os agrônomos propunham aos produtores agrícolas, como o processo de armazenamento do feno, eram usadas na Europa desde a Idade Média, *vide* Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2010[1997]). Àquele momento, no entanto, outras técnicas de produção de valor significativo para as agriculturas do mundo também foram desenvolvidas pelos povos ameríndios. Ao incentivar essas práticas, os autores, apesar de compreenderem os agricultores nordestinos como atrasados, contribuíram ao reorganizar o papel desses no processo de globalização, tentando ampliar a competitividade da economia rural paraibana. A referida forma de organizar a cultura⁹⁶, contudo, não permaneceu daquela forma ao longo de toda a história da modernização agrária brasileira.

A prensagem do algodão por muito tempo foi feita em aparelhos de madeira, à exceção daquele que era realizado nas usinas de prensagem e de beneficiamento do algodão, que eram duas, de propriedade da Sociedade Algodoeira do Nordeste, da Companhia de Prensagem Paraibana e da Empresa Trajado de Medeiros em 1922 (PARAHYBA-AGRICOLA, fev.1922, p.5/6). Há que se lembrar que, desde 1892, funcionara no estado a Fábrica de Tecidos Tibiry, que também servira à movimentação dessa produção. Ao final dos anos 1930, o beneficiamento do algodão poderia ser feito com o descaroçador comum de serras, com a usina moderna de serras e com o descaroçador de rolo *Plat Brothers* de facão duplo. O último meio proporcionava certo melhoramento do tipo produzido, mas resultava na redução do tamanho das fibras (A UNIÃO AGRÍCOLA, 6 fev.1938, p.3). Foi com o andamento do processo de democratização que uma proposta mais efetiva de industrialização da produção algodoeira foi se estabelecendo, usando para isso a mecanização das lavouras, o uso de pesticidas, mas, sobretudo, das práticas que deveriam ser desenvolvidas.

Porém, em nenhum momento, o algodão foi mais visado pelo poder público que entre o final dos anos 1940 e início da década de 1950. Àquela oportunidade, a cunicultura dividiu espaço com o sisal no centro das discussões dos agrônomos, tendo sido o foco de investimentos

⁹⁶Conforme Antonio Gramsci (2014[1932]), os intelectuais e os jornalistas possuíam importante papel na organização da cultura das sociedades modernas.

do Ministério de Agricultura. Já em ocasião do governo Juscelino Kubitscheck, momento no qual o valor daquele produto baixou significativamente no mercado interno, o governo federal garantiu o preço mínimo de 9 cruzeiros para o quilo do algodão, protegendo aquela cultura, que com essas demandas era alvo de maior controle do poder público, mas, em contrapartida, seguia protegida por esse quando das flutuações que a modernização agrícola lhe impingia (A UNIÃO AGRÍCOLA, 3 mai.1956, p.5). Esses investimentos, contudo, tinham razão de ser. Àquela década, a produção de algodão havia tomado proporções poucas vezes vistas até então e esses bons resultados eram importantes para o desenvolvimento da região nordestina. Os bons números na agricultura contribuíam para que o Nordeste alcançasse maior representatividade no cenário político nacional.

Os acontecimentos, contudo, pareciam não ter tomado rumos tão coesos como estava sendo pregado nas páginas da imprensa. Acontecera que, aos 21 anos de idade, o jovem solteiro Bernardino Jerônimo havia falecido depois de ter ingerido certa quantidade de arsênico. O corpo da vítima foi encontrado no dia 14 de julho de 1940 à casa de um conhecido seu, o senhor Luiz Macaco, que habitava o lugar Bugarí. Próximo ao cadáver, estava uma carta escrita de próprio punho declarando que sobre ninguém pesaria a culpa sobre aquele ato, visto que a ingestão do referido solvente tinha sido feita por gosto e vontade pessoal. Atestadas as provas e sem maiores esclarecimentos dos motivos que o teria levado àquela resolução, a comarca de Cuité solicitou o arquivamento do processo, sentença que, como de praxe em *acórdãos* daquela natureza, foi confirmada pela instância superior *a posteriori*⁹⁷.

Ainda naquele ano, outros dois casos de suicídio usando arsênico alcançaram o Superior Tribunal de Justiça. Desgostoso por lhe terem atribuído qualidades aviltantes, Joaquim Gabriel dos Santos teria ingerido aquela substância no dia 29 de dezembro na vila de São Mamede, comarca de Santa Luzia, e, em 3 de novembro, na comarca de Sapé, também Josefa Genuina da Conceição tivera aquele destino⁹⁸. É provável que se produzisse algodão por aquelas redondezas, a julgar pela intimidade que os possíveis suicidas deveriam ter com o arsênico. A recorrência de casos que resultaram no suicídio daquelas pessoas discorria de certa usualidade com a qual os referidos sujeitos manejavam o pesticida, o qual, provavelmente, seguia como um produto de efeito conhecido e que não era de difícil acesso. Entre os processos criminais acessados, a propósito, esse era o método mais recorrente de autoflagelação.

⁹⁷ Agravo de petição criminal n.9 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Fôro* (jan./fev.1941, n.41, p.53).

⁹⁸ Conforme agravo de petição criminal n.2 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Fôro* (jan./fev.1941, n.41, p.55). Bem como, o agravo de petição criminal n.26 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Fôro* (mar.1941, n.41, p.22).

As informações que o conjunto dos processos civis e criminais permitiu acessar diziam dos roçados de algodão estabelecidos com recorrência em pequenas propriedades, cercadas pelo cultivo de muitas outras culturas, as quais, a propósito, ultrapassavam os limites da agricultura, se perpetuando na criação de animais e na extração de oiticica e madeira. Esses pequenos roçados costumavam restar cercados nas propriedades, mas não era comum que ficassem presos a um mesmo terreno por muito tempo. Os seus produtores, com alguma recorrência, largavam um terreno menos favorável em nome de algum outro que oferecesse maiores vantagens. Quando das possíveis divisões de terras devolutas, não raro deixava-se o terreno encapoeirar e transferia-se a lavoura para outro lugar. A esse respeito, inclusive, no momento que se reclamava propriedade de um roçado de algodão, se falava em geral dos produtos plantados e não do terreno em questão.

Essas circunstâncias sugeriam certa forma de reagir à modernização por parte dos produtores de algodão, os quais pareciam não oferecer resistência quanto ao uso dos pesticidas e dos adubos artesanais sugeridos pelos impressos agrícolas, apesar da necessária ressalva às doses usadas, que possivelmente não atendiam aos padrões estabelecidos. Essa recepção, no entanto, provavelmente não era a mesma quando o assunto remetia aos pesticidas industrializados ou às máquinas que exigiam maior tecnologia. Se os cultivadores apareciam com alguma recorrência nas distribuições de heranças, o mesmo não poderia ser dito em relação aos tratores ou qualquer outro instrumento mais sofisticado, o qual exigiria maiores recursos e alteraria de forma mais efetiva o cotidiano das lavouras. Em relação a essas demandas, aquela que pareceu mais legitimamente boicotada pela gente camponesa pareceu ser mesmo o cuidado que os agrônomos conferiram ao tipo do algodão que seria usado. A escassez dos recursos que os produtores possuíam e a característica excessivamente inovadora que essas práticas induziam levou a uma maior resistência à sua aplicação, até porque implicava em abandonar algumas das tradições que aquela gente prezava. Essa resistência, aliás, talvez justificasse a insistência da imprensa em tratar desse escrito.

Como já foi dito, os cultivadores de algodão eram, em geral, pequenos produtores agrícolas, o que introduzia entre os seus métodos certa dose de improvisação. O algodão dividia espaço com outros insumos, o que dificultava uma separação muito criteriosa de tipos agrícolas. Por vezes, esses materiais ocupavam espaços da intimidade das famílias. Porém, não só. Esses critérios de improvisação também faziam parte da rotina dos agricultores, que dividiam o seu tempo entre as demandas das lavouras e dos animais, não sendo possível limitar com muita precisão quais os momentos do dia e do ano nos quais se plantaria e se colheria.

A propósito da forma como esses mundos se misturavam, observe-se um acidente que teve vez na comarca de Cuité em 17 de setembro de 1941. Àquela ocasião, o operário Odilon Vicente foi encontrado morto na casa onde morava, que ficava no lugar Serrote, dentro de um quarto onde guardava algodão. O corpo estava queimado e ao seu lado havia algodão ainda ardente, bem como uma caixa de fósforos aberta, com vários palitos espalhados pelo chão e próximo a uma garrafa que servira de depósito de querosene. O juiz de direito solicitou arquivamento do processo informando não ser possível descobrir se o caso fora resultado de uma fatalidade ou se poderia ser qualificado como suicídio. Mediante essas circunstâncias, a Primeira Câmara do Tribunal de Apelação confirmou a decisão previamente tomada⁹⁹.

A carência de recursos financeiros, no entanto, possuía as suas exceções. Na comarca de Sapé, José de Avila Lins, representando o seu inventariado, o coronel Gentil Lins, apelou Cristovão Vieira de Mélo quanto ao processo civil que esse havia aberto contra o espólio do sujeito falecido. Cristovão se dizia credor do seu antigo patrão na quantia de 612:079\$010 (seiscentos e treze contos, setenta e nove mil e dez réis) devido a alguns tratos comerciais que resultaram da venda da produção de algodão à Companhia Abilio & Cia. Contavam os autos que Cristovão Vieira de Mélo havia sido criado desde muito cedo pelo coronel Gentil Lins na fazenda Pacatuba e que, atingindo a maioridade, teria ele sido responsável pelo barracão daquela propriedade e mais tarde por uma casa de comércio em Sapé. A parceria dos dois resultaria de uma longa amizade e dos seus laços de estima, cuja confiança fora suficiente para que estabelecessem uma conta comum, a qual era usada para pagar contas e tudo mais que o fazendeiro desejasse.

O processo seguia tratando das inúmeras querelas jurídicas nos quais essa história se desdobrou, na maioria das quais duvidou-se que um moleque pobre criado em uma grande propriedade de algodão pudesse ser credor do fazendeiro em uma quantia tão alta, tendo o tribunal decidido dar provimento ao recurso do apelante, reformando a quantia a ser paga, que não poderia ultrapassar 50:000\$000 (cinquenta contos de réis). Mas não houve consenso entre os magistrados, que se estavam certos da posição adotada, não o estavam quanto aos valores que seriam utilizados. As dúvidas costumam ser um bom termômetro da realidade, sendo possível questionar da validade dos canais de ascensão social que existiam no mundo rural¹⁰⁰. O problema, no entanto, sugeria mais. Ele dizia de certo comportamento moral dos magistrados, que observavam com desconfiança esse sujeito que ascendeu socialmente por causa de um

⁹⁹Agravo de petição criminal n.260 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Fôro* (jan./fev.1942, n.48, p.91).

¹⁰⁰Apelação civil n.13 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Fôro* (abr.1940, n.34, f.4, p.444/453).

personagem pretensamente generoso e que, depois de sua morte, pervertia o seu espólio cobrando a quem muito devia. Essa imagem era, em certa medida, tributária da sociedade escravagista, que possuía lugares fixos para os sujeitos de diferentes espaços sociais e que funcionava na lógica de uma violência travestida de gratidão.

Para além do destino dos personagens envolvidos, o processo em questão deixou rastros de como a modernização se comportava em diferentes estratos sociais. Apesar de não haver informações mais precisas sobre os métodos de produção do algodão utilizados na fazenda do coronel Gentil Lins, o acesso daquele sujeito aos interpostos comerciais e a facilidade com a qual ele vendera a sua safra sugeria certa proximidade das suas plumas de algodão com os padrões exigidos pelas instituições de classificação. Atender a esses padrões, no entanto, não era uma atividade fácil e envolvia todo um processo burocrático externo à fazenda, cujas exigências condicionaram à aparição de outro personagem que manejasse das demandas de uma casa comercial. Enfim, a modernização, por ali, chegaria mais rápido e por caminhos mais fáceis, de modo em tudo muito distinto daquele que os pequenos produtores seriam capazes de gerir.

3.2.3 “Trabalhador do eito só andava com grito e feitor com carão”: **as condições de trabalho dos plantadores de cana**

Em princípios da década de 1920, mariposas vulgarmente chamadas “bicho de cana”, “bicho furador”, “lagarta de cana” ou “broca”, produziram estragos nas lavouras canavieiras que se estendiam pelo litoral do estado. Esses insetos depositavam seus ovos nas folhas da cana-de-açúcar e faziam daquela planta o seu *habitat* durante o estágio como lagarta. Ao longo da sua estadia, esse bicho perfurava o caule para deixar excrementos e, não tendo como sair, o fazia também do outro lado, e assim sucessivamente até evoluir ao estágio de borboleta. Apontava-se como remédio para a praga que estava afetando a economia estadual que se evitasse o plantio de toros atacados, “é preconizado também o emprego de creanças para a cata dos ovos nos canaviaes, pagando-se pequenos salarios” (PARAHYBA-AGRÍCOLA, abr.1922, p.18).

Àquela oportunidade, a variedade de cana mais produzida nas várzeas paraibanas era do tipo “Flor de Cuba”, a qual estaria mais suscetível a esse tipo de praga, e que, ao longo dos anos, estava sendo substituída por alguns agricultores pelo tipo “Cayanna”, que, algum tempo antes, já havia sido alvo de uma moléstia de “natureza gommosa”. Em razão desse cenário instável, dizia o autor Alpheu Domingues, foram realizadas pesquisas com os quatro tipos dessa gramínea – A, B, H e I – conseguidos com o coronel Antonio Cavalcanti na estação experimental de Teixeira,

engenho São Caetano. Os experimentos realizados na usina Mameluco pelo químico W. Salles, então, apontou como mais recomendável a variação B: “colmo de grossura apreciável, merithalos espaçados um do outro apresentando algumas vezes coloração de violaceo claro, de sabor dulcificado a canna B deve ser plantada bem cedo, nascendo bem de junho a principio de setembro, podendo no anno seguinte em setembro ser cortada, dando boa planta, sócca e ressóca. E’ abundante em caldo” (PARAHYBA-AGRICOLA, mar.1923, p.5).

Falava-se também, àquele momento, das possibilidades de se converter o melaço em álcool e, a partir deste, produzir combustível, o qual poderia ser um bom veio a ser explorado pelos produtores de cana do estado paraibano (PARAHYBA-AGRICOLA, out.1922, p.4). O progresso, por essa estrada, deveria acompanhar os rumos da modernidade e sua sede de matrizes energéticas. A medida das recomendações aos produtores de cana-de-açúcar seguiria aqueles rumos, a saber, o apontamento das pragas e das possibilidades de investimento que os canaviais possuíam, ainda na década seguinte, quando outra moléstia apareceu entre as lavouras canavieiras do estado. Tratava-se do mosaico, mal transmitido pela semente impura, atingida por um germe. O seu combate deveria ser o isolamento desse germe para evitar o contágio (PARAHYBA AGRICOLA, fev.1931, p.38). Havia ainda uma praga recorrente nos canaviais, a qual consistia, conforme Diógenes Caldas, em uma espécie de cochonilhas róseas que se alojavam nas bainhas das folhas, onde se protegiam com uma substância pulverulenta e cerosa de cor branca (PARAHYBA AGRICOLA, jan.1932, p.146).

Em meados dos anos 1930, uma chamada pública deu notícia da distribuição de sementes de cana javanesas, as quais eram mais resistentes ao mosaico, praga recorrente nos canaviais àquela oportunidade. Na sequência, a propósito, o jornal citou o nome dos produtores que receberam aquele benefício, em conjunto com a quantidade solicitada (PARAHYBA RURAL, 5 set.1935, p.1). Os sobrenomes de elite, como Cavalcanti, Mello, Almeida e Wanderley, quase que em sua totalidade oriundos do Brejo paraibano, davam notícia da quantidade mais expressiva de grandes proprietários interessados na produção de cana-de-açúcar, os quais monopolizavam o mercado açucareiro. Isso mostrava, ainda, que, em certos casos, também os maiores plantadores atentavam para esse tipo de subsídio oferecido pelo governo.

Ainda naquele ano, espalharam-se pelo estado notícias que tratavam das máquinas agrícolas como um meio eficaz de combate aos solos cansados da cana de açúcar. As máquinas interferiam na fertilidade do solo na medida em que as reviravam, para além de melhorar as condições do trabalho humano (PARAHYBA RURAL, 15 set.1935, p.1). As notícias paravam por aí. Conforme levantamento realizado, a produção açucareira não era uma pauta muito

recorrente nos periódicos agrícolas, e quando aparecia, em geral, falava-se dos bons resultados de algum produtor ou mesmo do conjunto do município. As demandas que circundavam essa prática, a propósito, pareciam ficar distantes dos mecanismos de controle da produção que tinham marcado outros produtos comuns no estado, nem mesmo os seus informes tomavam aquele tom pedagógico que em muitos momentos foi repetidamente usado pela imprensa agrícola. Os produtores de cana-de-açúcar eram homens de elite, em casos excepcionais mulheres, o que conferia outro *status* àquela prática e outra linguagem a ser mantida entre os intelectuais, os órgãos de imprensa e os cultivadores.

Os engenhos de cana-de-açúcar, àquela altura dos acontecimentos, eram estruturas produtivas que contavam com formas arcaicas de arregimentação de mão de obra, gerenciamento do plantio e da colheita, processamento da matéria prima e distribuição do produto final. Muitas das etapas de produção do açúcar ou da rapadura e da cachaça eram os mesmos que havia movimentado a economia das capitâneas açucareiras na América Portuguesa. A casa-grande, completada pela senzala, lembrava Gilberto Freyre (2013[1933], p.36), “representa todo um sistema econômico, social, político”:

de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira da bananeira, o banho de rio, o banho da gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (FREYRE, 2013[1933], p.36).

E, seguia o autor, com uma ponta de anacronismo de quem observa um complexo social sobre o olhar fragmentado das instituições modernas: “Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa-casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos” (FREYRE, 2013[1933], p.36). A respeito do processo histórico que envolveu essa instituição secular, o sociólogo lembrava do processo de desmilitarização que tomou a sua organização social e arquitetônica entre os séculos XVI e o “já repousado e pacato” século XVIII.

Ao final do século XIX, era discrepante as condições produtivas dos engenhos brasileiros quando comparados aos produtores de outras regiões do mundo. Ferramentas tradicionais em outros países canavieiros, como o arado, a capinadeira e a grade eram muito pouco numerosas por aquelas paragens. Àquela oportunidade, apenas as duas usinas que já funcionavam no estado pernambucano tinham superado o processamento da cana-de-açúcar com os moinhos de rolo, substituindo-as pelas laminas que cortavam a cana longitudinalmente, o que acontecia

repetidamente, depois esses pedaços eram jogados na água, que lavava o xarope produzido, melhorando a qualidade e quantidade do produto. Havia ainda a possibilidade de usar a centrifuga, entre inúmeros outros produtos comuns no mercado internacional. Na esteira desse processo, ainda os meios de transporte obsoletos encareciam o produto, atrapalhando o seu desempenho, como apontou Peter Eisenberg (1977[1969]) em sua tese *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco*.

Algumas tentativas de modernizar os engenhos haviam tomado forma ainda no final do século XIX, quando se falava estabelecimento de novas unidades de processamento dessa matéria prima, os engenhos centrais. Esses complexos permitiriam o aprimoramento do processo produtivo, o qual, diante dos caminhos que a economia açucareira estava tomando, os senhores de engenho não seriam capazes de empreender sozinhos, de modo que tais investimentos contaram com o capital internacional, mas sobretudo com o subsídio do poder público, o qual foi solicitado em várias oportunidades para segurar as crises. “Durante o decênio de 1880, o período em que as taxas cambiais caíram mais velozmente, o governo teve de subsidiar a modernização que os interessados, privadamente, relutavam em empreender” (EISENBERG, 1977[1969], p.45). Os banguês se tornavam, assim, meros fornecedores de matéria prima, cujo beneficiamento deveria se dar em outro espaço, os engenhos centrais (RAMOS, 1999).

A economia açucareira estava organizada em torno do latifúndio, da monocultura e da exploração de mão de obra barata, a qual era herança do regime escravocrata que vigorou no território em questão dos tempos de colônia e império. O encadeamento dessas dimensões da vida no engenho se efetivou com a afirmação de um sistema simbólico no qual estavam imersos todos os sujeitos que contornavam a casa-grande, desde o senhor até o cortador de cana. O possível dismantelamento dessa ordem social tradicional, conforme Pedro Ramos (1999), foi uma das razões que levou ao malogro do projeto dos engenhos centrais, cuja proposta não foi comprada pelos produtores de cana-de-açúcar, os quais temiam o desaparecimento das hierarquias tradicionais que regulavam o poder da terra e com isso levaram a um fornecimento irregular de matéria-prima para o empreendimento montado com capital estatal ou estrangeiro.

Em meados da década de 1930, o dr. Carlos de Melo, personagem do romance *Banguê* (1961[1934]), de autoria de José Lins do Rego, retornava para o engenho do seu avô depois de alguns anos estudando na Faculdade de Direito do Recife. Depois de alguns dias se ambientando no espaço onde vivera a sua infância, o bacharel parecia embaralhar-se em um jogo de mudanças e permanências, ao passo que as novidades pareciam desembarcar consigo do trem que chegava da cidade, ali nada parecia ter mudado, à exceção da forma como ele via o mundo à sua volta.

Ao descrever as relações de trabalho que contornavam o engenho, o narrador-personagem dava notícia dos descompassos daquele modelo de organização social com o ideário moderno:

Uma ocasião montei a cavalo e fui ver os cabras no eito. Seria um senhor de engenho. No caminho, enquanto o cavalo corria, formava os meus castelos de sempre. Cheguei no partido Paciência. O sol chegava a tirar raios das enxadas. Os homens sem camisa entregavam o lombo à canícula e o feitor aproximou-se, no hábito de receber ordens ou levar gritos. Não lhe perguntei nada. Senti uma espécie de vergonha de estar ali fingindo de senhor. Demorei-me um bocado, mas o meu olho chefe não alcançava o que devia alcançar. Na volta disse ao meu avô que estivera no eito.

– Quantos homens tinham lá?

Não havia contado. Riu-se para mim. E como se me desse uma resposta fulminante:

– O moleque já trouxe os jornais do correio (REGO, 1961[1934], p.256/257).

A memória e a literatura conferiram pessoalidade ao contexto de transformações que estavam tomando conta das várzeas no litoral paraibano. A imagem naturalista montada pelo autor dos homens sem camisa que apanhavam do feitor retirava daqueles sujeitos a humanidade que eles tiveram. Por mais cruel que fosse o regime de submissão que vigorava no mundo rural, ele, por certo, não descartou as agências dessa gente camponesa, que negociou a todo o tempo as regras do jogo. Ao passo que o tom da narrativa tendia a generalizar as experiências e condensar todas as arbitrariedades que se tem notícia no entorno de uma mesma história, ela não parecia falhar no conteúdo, constituindo uma boa etnografia do que foi a exploração dos camponeses e das camponesas nos canaviais ao longo da primeira metade do século XX. Em certa medida, aquela forma de trabalho trazia consigo algumas permanências das hierarquias que tinham permeado a sociedade escravagista. Deve-se destacar, contudo, que aquela gente já não era escravizada, o que, a propósito, fora uma conquista histórica da população negra e pobre, que, depois de muitos anos de conflitos e negociações, conseguiu que fosse aprovada a lei áurea¹⁰¹.

Até a década de 1950, dizia Lygia Sigaud (1979) no livro *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*, principal força de trabalho dos engenhos eram os moradores. Havia, ocasionalmente, um trabalhador dos povoados vizinhos, um pequeno produtor, ou mesmo um retirante, que era contratado em troca de um soldo que variava

¹⁰¹As experiências dos trabalhadores rurais nos engenhos na época em que se está falando, apesar de todo o contexto de violência no qual se constituía, não pode ser descrito como um regime de trabalho escravo, existem diferenças de estatuto entre as duas experiências que tornam essa comparação mais complexa do que esse título sugere. Essa afirmação, contudo, tem propósitos gerais, não negando a possibilidade de que algumas experiências particulares tenham se desenrolado dessa forma. Há que se destacar, ainda, que o mesmo não poderia ser dito em relação à segunda metade do século XX, quando alguns setores do agronegócio passaram a se valer de uma mão de obra cercada de sua liberdade, à qual era negado o conhecimento sobre o seu destino, para que também não houvesse a possibilidade de fugir de onde se estava, vide Ricardo Rezende Figueira, no livro *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo* (2004).

de 1\$000 a 3\$000 (mil a três mil réis) a diária. Os moradores costumavam ter a concessão para produzir nas circunscrições do engenho, a qual poderia se dar por meio do *sítio*, pedaço de terra nos limites da propriedade que podiam ser ocupados integralmente por esses sujeitos, ou por meio dos *roçados* que se fazia em qualquer área desocupada pelo curto prazo de uma safra. Em qualquer dessas condições, os moradores condicioneiros lavravam a terra e criavam animais, produção essa que eles deveriam vender exclusivamente ao senhor, além disso, tinham de trabalhar ao menos três dias na lavoura destes, a *condição*. A circunstância de chefe de família constituía uma espécie de pré-requisito à posse de um terreno, de forma que esse sujeito poderia ainda arregimentar o trabalho da esposa e dos filhos como parte constituinte da sua quota de tarefas. Não raro, esse sujeito assumia as atividades nas terras do coronel enquanto a esposa e as crianças cuidavam do roçado e dos animais (SIGAUD, 1979).

Os moradores dividiam espaço com os foreiros, esses arrendavam um lote da propriedade do senhor de engenho mediante a contrapartida do pagamento de uma taxa em dinheiro, o *foro*. Esse grupo não raro também trazia consigo a necessidade de prestar serviços nas terras do fazendeiro na média de dez a vinte dias por ano, mas poderiam substituir a prestação desse serviço pela força de trabalho de uma terceira pessoa, tratava-se do *cambão*. É necessário não confundir a condição com o cambão, alertava Lygia Sigaud (1979), ao passo que ambos forneciam cana e estavam sujeitos ao senhor, as suas diferentes posições no cenário hierárquico do engenho implicava em formas de sociabilidade específicas e com valor definido para as pessoas que ocupavam aquele espaço.

As mudanças que tomaram o processo produtivo canavieiro, no período do pós-abolição do trabalho escravo, envolveram a construção de algumas dependências no interior do engenho, as quais contribuíram com a redefinição das relações de trabalho e dominação que permeavam aquele espaço. A mais expressiva dessas instituições decerto foi o barracão. Em meio a esse cenário, a autora falava do barracão como espaço central da organização da economia dos moradores e foreiros dos engenhos, era aquele o lugar onde eles vendiam o que produziam nas terras que o coronel havia lhes concedido, com frequência, a preços inferiores ao do mercado, onde recuperavam possíveis dividendos dos dias de trabalho para o senhor e, por consequência, onde também convertiam aquele valor em saldo, o qual eles poderiam trocar pelas mercadorias, a valores superfaturados, que completariam a subsistência da família, visto que os roçados já cumpriam parte dessa demanda (SIGAUD, 1979).

Há que se observar, ainda, que apesar da exclusividade que a cana-de-açúcar, em certa medida, colocava em voga, a qual dizia respeito à sua natureza de cultivo, que não costuma abrir

espaço para o convívio com outras produções, os roçados dos moradores, assim como a horta, o pomar e o pasto da casa-grande, diversificavam a produção da região, garantindo a segurança alimentar dos habitantes da região e o enriquecimento do solo (MAZOYER; ROUDART, 2010[1997]). Em meio a isso, o barracão se tornou também um importante espaço de socialização e controle da vida dos plantadores de cana-de-açúcar.

A modernização dismantelou algumas dessas lógicas tradicionais de organização da vida camponesa. O dr. Carlos de Melo, ao qual era cabida a sucessão do seu avô na condução do engenho, olhava para o cenário de outrora com desconfiança e remorso, seus valores eram medidos pelas ideias modernas, as quais ele havia conhecido na Faculdade de Direito do Recife. Ao responder que não havia contado quantos trabalhadores estavam no eito, o rapaz marcava uma fronteira, a qual o avô confirmava respondendo que os jornais tinham chegado, eram dois mundos, duas gerações, representadas pela cidade e pelo campo, mas também pelo poder que o passado ou que o futuro tinha sobre o presente, que estavam em conflito, conflito esse que apareceria, ainda, em muitos outros momentos do texto.

A certa altura da sua estadia na fazenda do coronel José Paulino, o bacharel recebeu uma carta de um colega da faculdade, o seu amigo Mário Santos¹⁰², o qual demandava que escrevesse um artigo sobre a vida no banguê coalhada pelos velhos tempos “homens dignos, mulheres recolhidas e santas e a vassalagem cheirando a escravidão” (REGO, 1961[1934], p.267). Embalado por esse “bando de ideias novas”, o narrador tentava traduzir para o mundo rural da sua infância os problemas que conhecera na cidade. Ao tempo em que esteve na companhia do seu avô, o dr. Carlos de Melo observava nele a figura de Afonso da Maia, o velho fidalgo, personagem do romance *Os Maias* de Eça de Queiroz (2014[1888]), e naquela comparação confessava o seu mal-entendido, o lugar no qual estava pouco tinha daquele mundo que ele lia nos seus livros, sugerindo que aquela ciência que trazia consigo também pouco serviria para levar as coisas por ali.

O conflito entre as duas gerações dizia muito da fragmentação dessa autoridade dos coronéis e, por consequência, da sua capacidade de manter a ordem política tradicional. Ao colocar a falta de habilidade do bacharel para lidar com os trabalhadores do eito como tema central do romance, José Lins do Rego (1961[1934]) escancarava um problema simbólico que transcendia a disputa econômica que tomava conta da Várzea paraibana. O respeito dos moradores pelo coronel, e vice-versa, era resultado de uma relação complexa, coalhada pelo

¹⁰²José Lins do Rego e Gilberto Freyre eram amigos próximos, sendo possível pensar se Carlos de Melo e Mário Santos não representariam *alter egos* dos dois escritores.

paternalismo e pelo familismo, que tinha regras próprias, mas que nem por isso esteve isenta de conflitos e cenas de violência. Os dois sujeitos envolvidos pelo pacto tinham as suas obrigações a cumprir, cabia ao senhor garantir a posse da terra, manter a ordem social na propriedade, assegurar o pagamento dos dividendos do trabalhador, providenciar medicamentos em caso de doenças, e, em contrapartida, o camponês deveria ser obediente, fiel e competente nas funções que lhe eram devidas. Aos dois cabia não invadir a autoridade do outro, do primeiro sobre o engenho, do segundo sobre a sua família (SIGAUD, 1979).

Os senhores de engenho tinham de ser homens firmes, mas também benevolentes, e essa veste caía bem no velho avô do menino Carlinhos: “Trabalhador do eito só andava com grito e feitor com carão” (REGO, 1961[1934], p.358). O autor dizia que, apesar da idade, sua autoridade ainda era suficiente para manter alguma ordem nos arredores da casa-grande, havia um valor simbólico maior no entorno da figura daquele homem, recheada dos pactos de sociabilidade construídos desde muito tempo com os seus moradores e com os senhores de outros engenhos, que disseminava respeito e conferia autoridade ao que ele decidia. Durante os dias em que foi vivo o coronel, tudo aparentava estar muito bem. A safra não parecia ir tão mal e os herdeiros acreditavam em uma poupança milionária no banco e na casa do engenho, onde garantiam que haveria para mais de cem contos de réis em ouro, sem falar das muitas cabeças de gado. Depois que o homem morreu, se pode ver que pouco daquilo tudo era verdade. (REGO, 1961[1934]).

O mito dos fazendeiros que escondiam riquezas no interior da casa-grande fazia parte daquele imaginário que envolvia as grandes propriedades de terras, sobretudo os engenhos açucareiros, do Nordeste. Dentro das paredes grossas, embaixo dos mosaicos, no interior das capelas do casarão senhorial, contava Gilberto Freyre (2013[1933], p.40), “enterrava-se dinheiro, guardavam-se joias, ouro, valores”. Ali também restariam os escravizados que tomavam conhecimento das fortunas escondidas, algumas das quais, dizia o autor, tinham sido adquiridas ilicitamente, da herança de parentes desavisados, compadres, viúvas e até escravizados que tinham pedido que o senhor guardasse. Há que se pensar, contudo, se muito dessas histórias não foi mais mito que fato, se é certo que alguns latifundiários fizeram fortuna, não é verdade que isso tenha sido regra, nas palavras de Victor Nunes Leal (2012[1947]), esses coronéis eram antes remediados que ricos, dispondo de pouco conforto e sem grandes recursos.

A imagem dos senhores de engenho maiores do que eles realmente eram fazia parte da lógica de funcionamento desse universo que envolvia a casa-grande, o poder que esses sujeitos conseguiam capitalizar passava, antes de qualquer outra coisa, pelo tamanho desse símbolo que circulava mundo rural afora. Para os camponeses e as camponesas, uma primeira face desse

poder dos chefes políticos em questão estava na segurança, ou, pelo menos na sensação de segurança, que essas figuras conseguiam manter estável. Essa era parte importante da organização da vida camponesa no Litoral, apesar das péssimas condições de trabalho que podiam estar em voga nos domínios do referido sujeito. Os moradores do engenho, por meio do pacto com os senhores, conseguiam garantir a sobrevivência da família, por meio de um saldo extra para comprar alimentos ou um medicamento necessário, apesar do aumento substancial da sua dívida no barracão como contrapartida, essa segurança, por exemplo, os pequenos produtores sertanejos não tinham.

O poder personalista dos coronéis, no entanto, possuía ainda uma segunda face, ele também amedrontava aqueles que pensavam em romper com as regras do latifúndio. Essa influência, a propósito, não se dava exclusivamente por meio da força física desses sujeitos, mas envolvia também as suas influências. Não era certo que um morador que abandonasse um engenho encontraria outro para trabalhar, os homens da elite agrária na várzea nordestina tinham suas solidariedades, bem como seus desentendimentos, entre um e outro desenhavam-se algumas das possibilidades de as pessoas do campo melhorarem ou não a sua qualidade de vida. A mudança dos signos que envolviam a vida dos plantadores de cana-de-açúcar durante o processo modernizador refletia e produzia as dissidências políticas e econômicas que envolviam o cotidiano de produção daquelas culturas.

Ao dia 18 de setembro de 1941, tramitou em segunda instância o litígio entre as apelantes Eulália da Cunha Carneiro, Maria da Cunha Carneiro, entre outros, e a apelada, a dona Mirandolina Ferreira. Acontecia que aquelas duas senhoras solicitavam do poder público reconhecimento de paternidade do falecido marido da ré, a qual também era acusada de ter desmanchado um roçado de algodão e mandado moer um partido de cana, plantações que, segundo alegava a acusação, teriam sido deixadas pelo pai na propriedade Canafístula, comarca de Alagoa Nova. O processo foi arquivado por falta de provas a respeito da paternidade e de que aquele cultivo efetivamente fizesse parte da herança questionada¹⁰³. O processo ilustrava a diversidade produtiva que envolvia o interior dos engenhos, mas também das relações de trabalho que se confundiam com as relações familiares, mostrando essa face do familismo dos engenhos que, em muitos casos, não dizia só de como as relações de servidão se estabeleciam, mas também dos filhos bastardos que os senhores tinham com as moradoras do engenho, que se, *a priori*, não lhes conferia mais do que alguma vantagens dentro do próprio espaço servil, com a modernização, tinham a possibilidade de ascender socialmente requisitando herança.

¹⁰³ Apelação civil n.96 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Fôro* (ago./set.1941, n.46, p.226).

A extensão familiar do engenho esteve permeada de muitas cenas de violência, algumas implícitas na rotina cotidiana das lavouras que, em muitos casos, não abdicavam da força de trabalho das crianças, e, mesmo quando o faziam, negavam a esses a atenção paterna necessária aos primeiros anos de vida. O diálogo entre os personagens Ricardo e Carlinhos, moleque do oito e menino de engenho, personagens dos seus livros de José Lins do Rego que corporificaram o chamado *Ciclo da cana-de-açúcar*, bem dizia dessa infância que o segundo conseguira, mas que o primeiro não tivera, implícita na educação intra e extra escolar que conheceram, das oportunidades de ascensão social e tudo mais que distinguia aqueles que teriam nascido para administrar propriedades e ocupar cargos da política dos demais, aos quais seria cabida uma vida de trabalho mal remunerado (REGO, 1961[1932]).

Esses desarranjos familiares resultaram em tragédia, a qual se deu no dia 21 de agosto de 1940. Teve vez que, no engenho Dois Rios, comarca do Espírito Santo, duas crianças, uma com dois anos e a outra com poucos meses de idade, morreram queimadas em um incêndio que se abateu sobre a casa de palha onde residiam. O fogo começara em um saco de carvão levado a pouco da carvoaria, decerto com alguma combustão ainda não extinta de todo, e como os pais das crianças, naquele momento, trabalhavam longe dali, não houve possibilidade de salvá-las das chamas. O arquivamento do processo decidido pela primeira instância, foi, então, reafirmado no segundo tribunal, em uma sentença de pouco mais de meia página, conforme relatório do procurador geral¹⁰⁴. Ficava, assim, desenhado o espaço que aquele pretendo infortúnio casual do cotidiano teria para os juristas modernos, as outras dimensões desse descaso, de natureza muito mais ampla e sem responsabilidade individual, mas coletiva, parecia não ter espaço entre as instituições modernas.

Em outro contexto, durante o seu dia de trabalho no lugar Coroa de Pintoba, engenho “Jaburu”, o lenhador diarista José Francisco Gomes sofreu um acidente de graves consequências, conforme alegava a documentação, o qual o obrigou a internar-se, pelo tempo de cinco meses e seis dias, no Hospital Santa Isabel, da cidade de João Pessoa. Ao término dessa longa estadia, o trabalhador em questão comunicou o que havia sucedido à autoridade policial, o qual instaurou um inquérito alicerçado de exames de sanidade física, os quais comprovaram a sua invalidez para o exercício daquela profissão. O veredito do processo na primeira instância condenou o réu, o senhor de engenho Francisco Guimarães, ao pagamento de 7:200\$000 (sete contos e duzentos mil réis), valor que corresponderia a novecentas diárias, as quais tinham por valor 8\$000 (oito mil réis), valor muito superior ao que outros agricultores recebiam, o que atestava a posição do

¹⁰⁴ Agravo de petição criminal n.250 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Fôro* (jan./fev.1942, n.48, p.92).

acidentado como “negro de confiança” do patrão, cujas funções ultrapassavam a de lenhador, envolvendo as atividades de canoeiro, carregador de tijolos, entre outras coisas.

O réu não contestou a ocorrência do acidente, mas questionou a tramitação do processo pela comarca da capital, visto que o engenho estava alocado na jurisdição de Santa Rita, e negava a sua responsabilidade, a qual seria do administrador do engenho, Antonio Cajé. Em razão das referidas circunstâncias, mas observando as variáveis que calculavam as indenizações dos acidentes de trabalho, o tribunal de justiça dar provimento parcial ao recurso, revisando o valor da indenização de 7:200\$000 (sete contos e duzentos mil réis) para 3:999\$600 (três contos, novecentos e noventa e nove mil e seiscentos réis)¹⁰⁵. O processo expôs a face de uma dimensão desse familismo agrário, o paternalismo, que implodia com o rompimento do pacto de convivência do trabalhador rural, fosse ele um morador ou assalariado recorrente, com o senhor.

O caso mostrava um proprietário que não prestou a assistência devida ao empregado machucado, o que soava como uma forma de desprezo ao compromisso costumeiro de proteção e serviço selado desde longa data, só então que o empregado recorreu à justiça pública. Mas há que se reconhecer que a questão ultrapassava essa atitude. Esse tipo de pacto, por certo, já tinha sido rompido algumas vezes antes, mas a modernização conferia ferramentas para que os trabalhadores dessem ao caso novos desdobramentos, muitos dos quais alicerçados nas ferramentas da legalidade e da política. Nesse sentido, o litígio em questão também dava notícia de como os habitantes dos latifúndios açucareiros nordestinos usaram das estruturas do paternalismo e da própria modernização para sobreviver ao mundo de hierarquias nos quais estavam inseridos. Nessa régua, valia de tudo, usar a estrutura fundiária a seu favor, especificidades do processo produtivo canavieiro, a competição de mercado entre o senhor e seus vizinhos, competição quase sempre desigual, sobretudo quando envolvia as possessões de alguma usina, e, com isso, seguir fiel ao senhor ou trair o pacto antes que ele o fizesse. Essas variáveis, a propósito, foram experimentadas por José Lins do Rego no romance *Banguê* (1961[1934]).

A certa altura do romance, um antigo lavrador do engenho, termo que o autor usou para descrever a circunstância social de foreiro ou rendeiro, deu notícia ao dr. Carlos de Melo do interesse em expandir a sua produção canavieira. José Marreira ocupava aquelas terras desde muito tempo e nela enriqueceu bastante: “fôra cambiteiro, andava montado em cargas de aguardente em viagens longas, até os confins do sertão. Comprou gado, fêz planta de cana. E há

¹⁰⁵ Agravo de petição criminal n.200 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Fôro* (mar./abr.1942, n.49, p.219-221).

anos vendia o seu açúcar em Itabaiana” (REGO, 1961[1934], p.356). A ascensão social, afinal, parecia ser mesmo uma possibilidade aos homens do campo, pelo menos se considerada aquela parcela enquadrada pela categoria de lavrador, que decerto tinha mais facilidade de articulação no interior do engenho e também fora dele.

Há que se considerar que o propósito de ascender socialmente não era exatamente um desejo de todos os homens e mulheres, essa demanda, em certa medida, se constituiu com a modernização, de forma que muitos camponeses e camponesas apenas desprezavam essa possibilidade de se capitalizar. Ainda que esse fosse o caminho escolhido, ele decerto não seria conquistado por todos. O sistema sobrevivia de alguns poucos sujeitos que ascendiam, às custas de muito trabalho, alguma sorte e, a depender do caso, certa dose de malandragem. Os atropelos, a propósito, foram narrados pelo romancista: “dos trezentos pães que fazia o meu lavrador, cento e cinquenta ficavam de impôsto” (REGO, 1961[1934], p.356).

O lavrador, dizia o romancista, com o passar do tempo, conseguira vencer a produção do senhor do engenho. As circunstâncias, contudo, pareciam desmentir essa possibilidade. Ao passo em que o lote de José Marreira era condicionado ao pagamento de uma taxa de cinquenta por cento, os rendimentos do engenho pareciam não sucumbir com o seu sucesso, ao invés de oposição entre senhor e morador, deveria haver antes uma parceria entre ambos, ao menos se consideradas as demandas econômicas envolvidas. Porém, o que estava em jogo na narrativa era mais do que isso, José Lins do Rego (1961[1934]) dava vida às suas memórias e colocava a autoridade senhorial no centro do controle social do engenho, mostrando como o lavrador José Marreira carregava muito mais dessas habilidades de mando do coronel do que o dr. Carlos de Melo. Essa ponta de romantismo, expressa no exagero dos seus desfechos, por certo reunia experiências menores e variadas de ascensão social em torno de um único caso, dando a ele um tamanho que, se isolado em um personagem perde o sentido, mas que coletivamente deve ter pesado nas costas dos senhores de engenho, era aquela a face democratizadora da modernização, que em um espaço agrário tomado pelos latifúndios, ainda se mostrava de forma bastante tímida.

Em razão daquela disputa de autoridade, o dr. Carlos de Melo mandou chamar José Marreira e informou que não o queria mais no seu engenho, mas esse não ficou sem resposta. Lamentava deixar o Santa Rosa, mas se era assim que o senhor queria, restava pagar-lhe os sessenta contos que lhe era devido pelas benfeitorias que deixava no lote que havia arrendado. O valor incluía a sua casa, que custara mais de vinte contos, outras vinte construídas para moradores e mais algumas melhorias nas quais havia investido. A surpresa do jovem bacharel, versado nas leis, a propósito, não foi pequena: “Que superioridade danada! Aonde aquele

moleque aprendera aquilo, aquelas maneiras de grande?” (REGO, 1961[1934], p.378). A resposta é que a população rural não ficou alheia às ferramentas da modernização, as quais tinha conhecimento pelo que passava de boca em boca pelas feiras e estradas, e que eram de grande valia quando o apelo ao paternalismo perdia a sua funcionalidade. As instituições modernas, afinal, mesmo que displicentes com as demandas coletivas, tinha algum compromisso com o processo democrático, abrindo espaço para que muitas das demandas da população pobre do campo fossem atendidas.

Em meio à possibilidade de sua expulsão das terras do engenho e depois de algumas tentativas de seguir pela estrada do paternalismo, José Marreira decidiu enfrentar o coronel. Mas há que se considerar que aquela não era a sua única possibilidade de ação, e que outros sujeitos tomaram caminhos diferentes. Para além disso, a atitude do foreiro em questão foi julgada tomando por régua diferentes valores, alguns camponeses e camponesas compreendiam tudo isso como ingratidão, outros como justiça, eram os vários ângulos de um mesmo mundo, marcado por diferentes inserções e opiniões no meio do processo modernizador. Era aquele o caso de João Russo, um morador que “não era de oito, pagava fôro”, cujo apelido era devido à pele branca, aos cabelos loiros e barbas ruivas, o qual julgou a atitude do outro por má ação: “Não tenho nada não. O que possuo é do senhor de engenho. Mandando sair, só tenho que arrumar as trouxas” (REGO, 1961[1934], p.381-382). Com isso, conseguiu umas telhas para uma casa de farinha que estava fazendo e que fosse relevado o foro daquele ano.

O alastramento das usinas fez diferenças no cenário político e econômico da várzea açucareira paraibana, a concorrência defasava no mercado o produto dos outros engenhos, que tinha qualidade inferior e chegava mais caro ao consumidor final. Enquanto isso, as usinas careciam de matéria prima para dar conta de suas demandas de produção, o que levou muitos senhores de engenho à posição de fornecedores de matéria prima. Foi isso, a propósito, que aconteceu com o engenho Santa Rosa quando a usina São Félix se agigantava na vizinhança, o dr. Carlos de Melo aceitou um adiantamento de sessenta contos pela safra de cana-de-açúcar, a qual não conseguiu cumprir por muitos motivos, dentre os quais um incêndio que teve início perto da linha do trem. O engenho ficou cada vez mais rendido às garras da usina, quando, por fim, essa comprou as benfeitorias de José Marreira. As notícias da usina se alastravam pelo mundo rural, bem como as péssimas condições de trabalho e oportunidades de ascensão social que ela prometia, entre o encanto e o assombro, os homens e as mulheres com suas diferentes histórias se posicionavam como podiam (REGO, 1961[1934]).

As usinas, nas palavras de Pedro Ramos (1999), eram complexos produtivos

verticalmente integrados, ou seja, que envolviam desde o cultivo da matéria prima, passando pelo enriquecimento industrial e distribuição do produto final. O monopólio que essas indústrias empreenderam sobre o mercado consumidor em questão sufocava os pequenos engenhos e soterrava as formas tradicionais de trabalho. Em meio a esse processo, as relações de trabalho que permearam senhores e moradores foram perdendo a sua usualidade e abrindo espaço para outras formas de exploração. Essa característica que a modernização da economia açucareira tomou levou à sua caracterização como conservadora.

Àquela ocasião, a carta de Mário Santos seria lembrada pelo narrador-personagem de José Lins do Rego, quando tudo ia mal e ele sequer fizera qualquer movimento para mudar as condições de trabalho nas terras que herdara. Naquele momento, o dr. Carlos de Melo pensava na possível visita do amigo, o qual certamente escreveria um artigo, coalhado da hipocrisia com a qual se fazia a política, dizendo da vida rural que se humanizava naquele banguê sem escravos. A ironia bem dizia dos problemas daqueles novos tempos, recheados de ideias revolucionárias, mas que não melhoraria efetivamente as condições de vida dos habitantes do campo. No romance *Banguê* (1961[1934]), a oportunidade do pagamento das dívidas com a venda das terras era tentadora, como saída pareceu melhor que ficasse em família, o dr. Juca comprou a propriedade e deu sequência àquele projeto, em pouco tempo o engenho Santa Rosa se tornou usina Bom Jesus.

A notícia, dizia José Lins do Rego, havia sido recebida com muito susto pelos moradores, que bem sabiam o que aquela mudança traria consigo. O horizonte, aliás, assombrava: “A esteira da usina, os trens, os arados, as fornalhas precisavam de gente. Gente que não dormisse, que não fizesse roçado, que não plantasse algodão” (REGO, 1961[1934], p.427). O jogo da modernização atropelava os futuros possíveis da população rural, em certo sentido aquela propalada causa agrícola não chegara para eles, em poucos momentos se cogitou de fato melhorar as suas condições de trabalho ou estender a riqueza da produção que as máquinas da usina trariam a todos. O que ficava em latência era um problema agrário cada vez mais acentuado e cujas perspectivas não pareciam estar melhorando com a hegemonia da usina na produção da cana-de-açúcar. Esse cenário de mudanças alcançou o mundo público, por meio de demandas por crédito agrícola e pelos campos de demonstração, as quais eram usadas pelo poder público no propósito de controlar a produção, mas não sem trazer na sua esteira certa abertura democrática.

3.3 “É preciso aprender a evoluir”: o crédito agrícola e os campos de demonstração, espaços de controle de produção e democratização do acesso aos signos do moderno

Ao longo das primeiras décadas nas quais a imprensa agrícola foi disseminada no estado paraibano, era possível encontrar um arsenal considerável de notícias relacionadas ao crédito agrícola e aos campos de experimentação entre as suas páginas. Os dois investimentos em questão, a propósito, se tornariam espaços por meio dos quais o poder público conseguiria exercer algum arbítrio sobre os rumos que a modernização estava tomando no estado. Apesar disso, e de não atender propriamente aos entraves da questão agrária, essas pautas, de alguma forma, traziam consigo certo expediente democrático, mesmo que ainda limitado às dimensões da assistência social. O poder público e a imprensa agrícola precisavam de legitimidade para dar continuidade à modernização proposta e foi na esteira desse diálogo entre as instâncias políticas e civis da sociedade que a população rural conseguiu assegurar a viabilidade de algumas das suas demandas.

Em princípios da década de 1920, quando a modernização não era mais que uma notícia recebida com alguma desconfiança pelos habitantes do mundo rural, foi inventada uma necessidade até então improvável para a gente pobre que trabalhava naquele espaço: o crédito. A distinção dos produtos que chegavam às feiras das cidades, a qual se constituía a partir dos conceitos difundidos na imprensa e balizados por ideais higienistas, exigia que agricultores e criadores investissem na produção. A questão agrícola tomava fôlego. Acontecia que nem mesmo os grandes proprietários de terra dispunham do capital necessário para a consolidação daquele mundo de novas práticas, as quais, conforme os preceitos da intelectualidade à época, precisariam se valer das máquinas agrícolas, sementes selecionadas, animais de raças puras e um ritual preciso de trabalho.

As elites brasileiras têm longa tradição na demanda por subvenção pública para os seus investimentos, sobretudo quando esses circundavam a produção agrícola. O Convênio de Taubaté de 1906, quando o poder público assumiu o compromisso de comprar a safra do café no período da colheita para revender ao longo do ano, impedindo que a concorrência derrubasse excessivamente o preço, como explicou Argemiro Brum (2010[1997]), foi um desses casos, mas seria possível falar ainda das solicitações da Sociedade Nacional de Agricultura – SNA – bem como do combate às secas, que implicaram no envio de recursos, que antes de alcançar a população rural, salvaguardaram o patrimônio dos coronéis dos sertões brasileiros, conforme Sônia Regina de Mendonça (1997[1990]) e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993[1982])

respectivamente. Em sendo assim, a medida acionada para operacionalizar a modernização do mundo rural não foi diferente. As notícias das máquinas, e de tudo mais que compunha o arsenal dos agrônomos à época, foram acompanhadas na imprensa pelas chamadas públicas pelo alargamento das políticas de concessão de crédito agrícola.

Depois de alguns meses informando das modernas práticas agrícolas que deveriam se espalhar pelas lavouras e fazendas do estado paraibano, a revista *Parahyba-Agricola* noticiou a criação de uma carteira de crédito agrícola, gerenciada pelo Banco do Brasil, no valor total de 400 mil contos de réis. Àquela oportunidade, dizia Olindino Macêdo, “há tempos fazia-se necessaria a positivação de medida prompta e eficaz como seria a fundação de um estabelecimento de credito agricola, que por motivos lá ao saber do governo, já não se lhe tinha offerecido a oportunidade; valha-nos agora a carteira”. O autor não deixava de reclamar a disposição tardia daqueles recursos e fazia um alerta: “Apellar, porém, para a agricultura sem lhe offerecer auxilio pecuniario, é o mesmo que exigir recursos de um moribundo” (PARAHYBA-AGRICOLA, nov.1922, p.5).

Ao passo em que essas medidas satisfaziam momentaneamente as exigências políticas das elites agrárias, na mesma edição, a revista publicava um texto, três vezes maior que o anterior, atentando para as demandas dos pequenos produtores, para os quais “o socorro deve ser immediato”. Acontecia que, no caso desses, o crédito agrícola, concedido nas instituições bancárias, não deveria ter a mesma serventia, seria muito mais útil, nas palavras dos editores, “dynamizar as nossas economias de fundo de mala, mobilisal-as e as por ao serviço reciproco, sob lemma de um por todos e todos por um”. Para isso, parecia imprescindível recorrer ao cooperativismo e à educação rural, as quais seriam fundadas junto às caixas rurais, “onde o pequeno agricultor possa depositar com segurança as suas economias, economias estas alli colocadas a juros e em beneficio do seu proximo” (PARAHYBA-AGRICOLA, nov.1922, p.18).

Observadas em perspectiva, as duas notícias presumiam o estabelecimento de um território sobre o poder público, o qual seria posse das famílias mais poderosas do país, que se diziam as grandes responsáveis pelos dividendos da economia nacional. Essa lógica para as coisas havia sido construída desde muito tempo pelas elites latifundiárias, as quais almejavam sua permanência no poder quando da modernização. Os caminhos tomados, contudo, trairiam esses primeiros esboços. Ao longo das décadas que se seguiram, os homens e as mulheres do campo alcançaram cada vez maior espaço no mundo público. Alguns meses mais tarde, seria criada a primeira caixa rural do estado paraibano, a Caixa Raiffeisen, instalada na cidade de Bananeiras, que dizia já andar com dez contos de réis em depósitos, sendo gerida pela Inspetoria

Agrícola Federal, o que expunha a participação do Estado, até então negada nesse processo (PARAHYBA-AGRICOLA, fev.1923, p.18). Apesar dos inúmeros descaminhos que insistiam em não conferir aos pequenos produtores as mesmas oportunidades que estavam à disposição dos latifundiários, aquela era uma conquista importante para a manutenção da competitividade dos produtos daquele primeiro grupo nas feiras e nos mercados modernos.

Alguns anos mais tarde, uma quantidade significativa de caixas rurais, ou cooperativas de crédito agrícola, se espalhou pelo estado. As informações do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura para o ano de 1947, conforme Henny Nayane Tavares de Araújo (2011), diziam de 94 cooperativas agrícolas cadastradas na Paraíba, as quais reuniam em seu entorno 18.007 sócios, com um capital total de Cr\$ 5.435.858,00 (aproximadamente cinco milhões de cruzeiros). O significativo crescimento no número de instituições com essa característica falava de uma prática que teve algum sucesso entre os produtores agrícolas. Enquanto instituições de crédito, no entanto, aquelas ainda eram associações muito frágeis e, portanto, sem capital suficiente para segurar grandes crises, quando os sócios demandam mais recurso do que a cooperativa era capaz de oferecer. Foi isso que aconteceu no final dos anos 1930, quando Corina Olivia Silveira acionou a Cooperativa de Crédito Agrícola João Pessoa, alguns anos antes, denominada Caixa Rural e Operária da Paraíba, solicitando os trinta contos que havia investido adicionados de juros, os quais não poderia reaver porque a instituição passava por uma crise. Tendo recorrido à justiça, a sócia em questão venceu o processo em primeira e em segunda instância, ficando a agremiação obrigada a cumprir com as suas dívidas¹⁰⁶.

Há que se recordar que, ao longo dos anos 1920, a modernização conservadora da estrutura agrária ainda não tinha se estabelecido com tamanha força sobre a população rural. A concentração de terras nas mãos de poucos, processo herdado do período imperial, afetava a sua sobrevivência de forma bastante significativa. Mas as demandas da modernização ainda muito incipiente se resolviam por meio dos acertos com o crédito agrícola e consequente barganha de espaços no horizonte produtivo do estado. Esse cenário, contudo, mudaria de figura nos anos seguintes. O alargamento da ingerência do moderno sobre a vida camponesa, a partir da década de 1930, implicou na expansão das demandas da população rural por investimentos do poder público. É possível observar, inclusive, que a maior parte dessas iniciativas foram tomadas pelos intelectuais vinculados ao próprio Estado. Àquele momento, se tinha ciência de que para que houvesse sucesso na emergência da modernização sobre o campo, era necessário que fossem

¹⁰⁶Apelação civil n.51, da comarca de João Pessoa. Consultado na *Revista do Fôro*, n.35, mai./1940, p.71-72.

conquistados os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

AGRICULTOR DA PARAHYBA! – Não fiques assim de braços cruzados olhando o progresso dos outros. Precisas progredir também. Pelo algodão, pela batatinha e fumo. E’ mister que te enriqueças para que a tua riqueza seja um reflexo e um exemplo, guiando e sacudindo as energias dos teus irmãos. E’ preciso trabalho. Não o trabalho bruto, pesado, rotineiro e fatigante dos actuais produtores da Parahyba. Um trabalho de intelligencia, abolindo ou reduzindo ao mínimo o mourejar de sol a sol da enxada, empregando ou elevado ao maximo o emprego das machinas agrarias, restituindo, pelos adubos as materias orgânicas que seculos de culturas vampíricas roubaram ao solo. E’ necessario o querer para agir e vencer! Nada te falta. Tens machinas, tens sementes, tens technicos, tudo gratuitamente, fora os inseticidas e adubos que te serão fornecidos pelo preço de custo. E’ preciso que venhas á Directoria de Produção aprender a evoluir! (PARAHYBA RURAL, 20 jan.1935, p.16).

O grande mote das discussões que permearam a relação da população camponesa com o Estado na década de 1930 envolveu, para além do crédito agrícola, a propagação da educação rural, a distribuição de sementes e a criação dos campos de demonstração¹⁰⁷. Ao passo que a educação rural, ao menos no que tangia ao ensino primário, demorou ainda algum tempo para se concretizar, por inúmeras razões que extrapolam os limites desse texto¹⁰⁸, a distribuição de sementes foi uma prática constante empreendida pelo poder público na intenção de exercer algum controle sobre o que era produzido em território paraibano, sobretudo entre os pequenos produtores. Esse material, produzido nos campos de demonstração ou comprado pelo poder público, em geral era composto pelos produtos dos quais, na avaliação dos agrônomos, a economia estadual mais carecia, ou que tinham maior chance de se desenvolver em uma ou outra região em específico.

Buscava-se estreitar a comunicação com a população rural a fim de legitimar a aplicação de tais projetos de futuro por fronteiras cada vez mais fixas. Há que se considerar que os domínios de uma cultura histórica dependem fundamentalmente da sua recepção. A pauta, contudo, seguia autoritária, na medida em que não considerava os enredos que os camponeses eram capazes de construir para os seus próprios destinos. Ao julgá-los incapazes de pensar racionalmente, os intelectuais conferiam a si mesmos o dever de construir a agenda social, mas o processo não ocorria como planejado, sobretudo porque esse planejamento não foi compartilhado, de forma que em muitas ocasiões era necessário redirecionar.

¹⁰⁷As políticas pela modernização agrícola empreendidas pelo poder público paraibano nas décadas de 1930 e 1940 foram analisadas com maior detalhamento na monografia de título *A redentora do atraso do Nordeste: uma Escola de Agronomia na história da sociedade rural paraibana (1934-1950)*, escrita pelo autor desse texto (BURITY, 2014).

¹⁰⁸Essa discussão pode ser consultada no artigo *Grupos Escolares e Escolas Rurais na Paraíba estadonovista (1937-1945)*, de autoria de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Araújo Silva e Luiz Mário Dantas Burity (2013).

Em uma chamada na página *Parahyba Rural* (20 jan.1935, p.16), o poder público informava da distribuição gratuita de sementes a todo produtor que estivesse interessado em cultivar arroz e algodão mocó, as primeiras estavam à disposição dos agricultores na praça Anthenor Navarro, a qual se localizava na capital, enquanto as demais poderiam ser encontradas nas prefeituras das cidades do Sertão – Patos, Souza, Cajazeiras, Piancó e Cabaceiras. Essa disposição, a propósito, não era aleatória, o poder público não almejava que se produzisse algodão mocó no Litoral e nem semente de arroz no Sertão, em razão da diferença climática que caracterizavam as condições de produção das duas regiões. Assim, a distribuição de sementes aparecia enquanto uma política de controle do poder público sobre os roçados dos pequenos produtores, mas, em contrapartida aos usos que se faziam desses recursos, os camponeses conseguiam sementes de qualidade para aperfeiçoar a qualidade do seu produto no mercado, servindo à democratização, mesmo que ainda muito lenta, dos instrumentos modernos. As desigualdades de investimento, no entanto, continuavam a existir, mas há que se considerar que a abertura de um mesmo canal de distribuição de sementes para latifundiários e pequenos produtores aparecia como uma novidade diante do cenário da modernização agrícola que perfizera os anos 1920.

Os campos de demonstração, os campos de cooperação, as estações de experimentação, entre outros com denominações distintas, atendiam ao propósito de produzir e fazer circular sementes, mudas, animais de raça, máquinas, e tudo mais que estivesse na gaveta das propaladas práticas modernas de cultivo e criação. Esses espaços, que tinham dimensões e importâncias variadas, respondiam pela coordenação das políticas agrícolas, as quais visavam uma interferência mais concreta nos rumos da economia estadual. Em sendo assim, esses diferentes espaços de racionalização das práticas de cultivo criaram territórios no interior da circunscrição estadual. Havia aqueles centros cuja área de atuação tinha característica local, incorporando um município ou microrregião, e aqueles que articulavam em torno de si produtores de todo o estado. Os primeiros costumavam guardar em seus depósitos as sementes, as máquinas e tudo mais que servisse ao que os intelectuais pensaram para aquela localidade, enquanto os últimos tinham por finalidade gerir o plano coletivo de investimentos.

A Granja São Rafael e o Horto Simões Lopes, os quais estavam localizados em posições diferentes da capital do estado, tinham atribuições distintas. Ao passo que o primeiro responderia pela criação de animais, o segundo arbitraria o cultivo de legumes, vegetais, cereais, frutas, raízes e tudo mais que dizia respeito ao mundo da agricultura. Isso não significava, no entanto, que, ocasionalmente, os dois espaços não assumissem atribuições que seriam demandas do outro

estabelecimento. Esses dois postos agrícolas, em certa medida, eram assessorados pela Estação Experimental de Alagoinhas e pela Fazenda Riacho dos Cavalos, e estavam subordinadas aos aprendizados agrícolas Vidal de Negreiros e João Pessoa, mas, sobretudo, à Escola de Agronomia do Nordeste, a qual produzia conhecimento a respeito e exerciam poder sobre as condições de cultivo no estado (BURITY, 2014).

Na medida em que se destinavam a difundir as modernas práticas agrícolas de cultivo, portanto, os campos de demonstração também serviam ao controle e à fiscalização dos caminhos que a economia estava tomando no território estadual. Ao longo da década de 1930 e do primeiro quinquênio dos anos 1940, período no qual Getúlio Vargas ocupou a presidência da República, essas instituições, que, como as demais que compuseram o regime político em vigência, costumavam centralizar muito poder em torno de si, foram os espaços responsáveis pelas políticas públicas que se debruçavam sobre o mundo rural. Àquela ocasião, as notícias difundidas pela imprensa discutiam o progresso por meio de um receituário pragmático, assentado nas pesquisas das instituições de educação superior e dispostas em um programa de trabalho coletivo: a economia rural seria um corpo, e, nessa linha, as circunstâncias e as práticas que impediam o seu progresso, as doenças.

AS DOENÇAS DO AGRICULTOR E SEUS REMÉDIOS

1 – Falta dinheiro?

– As Caixas Ruraes e as Cooperativas de Credito existentes em Esperança, Areia, Alagôa Nova, Alagôa Grande e Picuhy lhe emprestarão quasi sem juros.

2 – Falta de braços?

– Use o cultivador, machina que lhe ficará de graça no primeiro anno de trabalho. Puxado por um burro e guiado por um rapazinho, o cultivador faz o serviço de 20 homens.

3 – Terra cansada?

– Use arado que areja o solo, fôfa a terra, enterra o matto, cobre as pragas da lavoura, facilita a limpa. Plante o macassinha e depois enterre quando arar.

4 – Não sabe fazer isso?

Indo às missas aos domingos não se esqueça de procurar o Inspector Agrícola de Esperança, ou o capataz de seu municipio.

(Comunicado da Inspectoria Agrícola de Esperança)

(PARAHYBA RURAL, 27 out. 1927, p.1).

A linguagem era característica de um poder público autoritário, que desconsiderava as tradições dos pequenos produtores, fechando-as com o rotulo de doença. Ainda por essa esteira, ao passo em que se investia na democratização do acesso às práticas modernas de cultivo, as quais jamais conseguiram efetivamente vencer as diferentes possibilidades econômicas de latifundiários e pequenos produtores, ficavam de fora os moradores e todos os demais agricultores ou criadores de animais que não tinham a posse das terras. Essas duas faces do

mesmo processo modernizador, que ora abria espaço para a melhoria nas condições de vida da gente camponesa ora desestabilizava as suas tradicionais redes de solidariedade, portanto, não davam conta de segurar o acirramento dos problemas que envolviam a questão agrária, que as elites já não conseguiam esconder no mundo do privado. Essas duas pautas, nos anos seguintes, passaram não só a dividir espaço na imprensa, mas também a interferir nos caminhos que a outra tomava.

Duas estiagens se abateram sobre o estado paraibano na década de 1950, uma entre os anos de 1951 e 1952, outra em 1958. Ao longo do tempo que margeou a incidência das duas, alguns investimentos públicos deram notícia de uma preocupação mais efetiva com as condições de vida da população camponesa, a qual aparecia na cena pública com maior recorrência. O combate ao propalado êxodo rural virou pauta pública. No que tangia à educação rural, a qual já havia sido política estatal desde princípios dos anos 1940, as ações públicas mais contundentes no propósito de espalhá-las pelo mundo rural, conforme Priscilla Leandro Pereira (2013), ganharam espaço a partir do ano de 1953, com pautas que incluíam a formação de professores rurais e a ampliação das instituições auxiliares do ensino rural, como os clubes agrícolas, as semanas ruralistas, o cinema, a radiodifusão, as missões rurais e a educação de adultos, entre outros espaços cujos propósitos educativos ultrapassavam os limites dos muros das escolas.

Alguns planos de habitação rural também foram difundidos na imprensa em meados daquela década. Uma comunicação do Rio de Janeiro dizia da “construção de casas populares em série na zona rural” (A UNIÃO, 26 jan.1955, p.3) nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e mais algumas localidades do país por meio dos recursos daquelas administrações. A ausência de informações no que dizia respeito à criação de casas rurais na Paraíba, contudo, denunciava que esse programa não tenha se efetivado naquele estado. No ano de 1954, foram criadas duas casas do estudante, uma em João Pessoa e outra em Campina Grande, com a finalidade de dar assistência aos secundaristas que em razão da escolarização precisavam morar naquelas cidades. Havia, ainda, o albergue no bairro de Mandacaru, do município de João Pessoa, o qual servia à hospedagem dos doentes que habitavam pontos distantes do estado que estavam em tratamento na capital. Na *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba*, José Américo de Almeida (1957) informou a origem dos seus hospedes:

Quadro 04	
Destino dos hospedes do albergue da capital	
Nova Cruz	258
Bananeiras	234

Guarabira	218
Caiçara	187
Mamanguape	164
Araruna	120
Campina Grande	118
Sapé	158
Espírito Santo	78
Ingá	66
Alagoa Grande	61
Pilar	58
Santa Rita	54
Alagoinha	23
Picuí	8
Serra Redonda	8
Itaporanga	2
Duas Estradas	8
Solânea	3
Recife	32
Fonte: Almeida (1957, p.180/181).	

Além disso, seguiam os programas de distribuição de sementes, crédito agrícola e campos de demonstração. Investimentos de ordens diversas foram feitos no Horto da Fazenda Simões Lopes, na Granja São Rafael, a qual leiloou animais para comprar outros, de raças diferentes, na Fazenda Experimental de Criação de Riacho dos Cavalos, nas Zonas Agrícolas, na Colônia Agrícola de Camaratuba, nas Estações de Monta, de Puxinanã, de Esperança e de Pendência, nos diversos postos municipais e campos de cooperação. Quanto às sementes, a sua coleta seguiu o fluxo que já havia marcado os anos anteriores, “tendo a produção atingido a 129.688 e a distribuição a 54.928” (ALMEIDA, 1955, p.76). Os dados mostram a ação do poder público no propósito de promover a assistência social à população camponesa, mas nada que efetivamente se comparasse com o que já se fazia em nome da modernização agrícola, a qual, a essa altura, já tinha folego e tradição no estado.

Ainda por esse caminho, o governador Pedro Gondim (1958-1965) teria pleiteado 10 milhões de cruzeiros para empréstimos aos pequenos agricultores paraibanos, os quais seriam importantes para a recuperação das lavouras na sequência do período de estiagem e para o combate ao comércio monopolista de algodão e outros produtos na região. O crédito agrícola subsidiado pelo poder público mudava, assim, o seu caminho, outrora restrito aos latifundiários, sendo os outros incapazes de segurar tanto recurso em suas mãos, a perspectiva então mudava radicalmente, focando os produtores mais pobres (A UNIÃO, 26 abr.1959, p.3).

O que se pode observar é que o acesso ao crédito agrícola, bem como a outros serviços oferecidos pelo poder público, como a distribuição de sementes, se tornou cada vez mais efetivo, ocupando um espaço específico do orçamento do governo. Esse movimento permitiu também que tais instituições fossem deixando cada vez mais de controlar a economia estadual, abrindo espaço para uma ação dedicada mais propriamente à assistência social. Essas conquistas foram muito importantes para a população rural, que, em meio ao acirramento do mercado que a modernização estava empreendendo, conseguia manter o seu produto mais competitivo. Todavia, há que se considerar que tais conquistas ainda estavam longe de alcançar o ponto nevrálgico das diferenças sociais que tinham o mundo rural por cenário: a questão agrária.

4. “O nascimento da vida política moderna”: os atropelos da questão agrária e os limites da modernização

Assiste-se, com efeito, no nordeste, ao nascimento da vida política moderna.

Jean Blondel (1957[1952])

Aos dias de verão de 1952, o jovem estudante parisiense Jean Blondel percorreu as terras brasileiras no propósito de discorrer das peculiaridades da vida política de sua gente, elegendo por recorte espacial o estado paraibano. As narrativas do que se viu disseram de uma sociedade em transição, que, no período do pós-guerra, caminhava pelos rumos da democracia. A análise do autor, em certa medida, era tributária da obra de Victor Nunes Leal (2012[1947]), *Coronelismo, enxada e voto*. Ao passo em que o coronelismo teria declinado após a dita Revolução de 1930, o que ficaria em seu lugar não seria uma escalada em direção à democracia e ao republicanismo, mas uma circunstância política intermediária, a qual o brasilianista afirmou habitar os mundos da demagogia. O cenário para essa atividade política com marcas tradicionais seria, prioritariamente, o mundo rural, em razão da fragilidade do acesso das pessoas daquela localidade às instituições estatais e ao poder dos chefes políticos que os antecederam. Dizia o autor:

O regime tradicional em que se exercia e se exerce ainda largamente a autoridade na vida política do nordeste é dos coronéis. No campo, por muito tempo, o agricultor foi mantido à parte dos problemas gerais, em virtude das dificuldades de comunicação que se opunham ao desenvolvimento do sentimento nacional. Seu voto não tinha significação política e as ideologias não chegavam até ele. Contentava-se em manifestar sua simpatia por aquele que, na localidade era o chefe, quer fôsse o proprietário da sua terra, quer fôsse simplesmente aquele que, em virtude da sua cultura ou riqueza, o auxiliava e protegia.

De modo geral, ainda hoje, esta análise continua válida. Frequentemente, um analfabeto, ainda pouco libertado dos horizontes fechados onde nasceu, não está habituado a outros modos de vida política. Espontaneamente não concebe nenhum outro sistema a não ser aquele que seus pais conheceram. Também a nova evolução não vem dêle: impôs-se-lhe do exterior. Contra estes chefes tradicionais outros homens se apresentaram e procuraram atrair sua simpatia e seu voto. Toda uma hierarquia de políticos novos, desde o médico da localidade até o próprio Presidente da República, passando pelo Governador do Estado, procura atrair o homem do campo. Contra o sistema clássico, feito na base da amizade e de uma dependência muitas vezes ingênua, ergue-se o sistema novo, não raro viciado, porque a demagogia tem nêle lugar considerável (BLONDEL, 1957, p.13/14).

O nascimento da vida política moderna foi, decerto, uma das mudanças mais

significativas que tomaram a vida da população rural brasileira após a abolição da escravidão. As mudanças costumam ser guiadas e sentidas de formas muito diferentes pelos diferentes grupos sociais que as experimentam, de acordo com Eric Hobsbawm (1998[1970]), as sociedades mais conservadoras tenderam a levar as mudanças de forma lenta e, muitas das vezes, recheadas de um amplo arsenal de permanências. A gente camponesa experimentou a modernização com essas medidas, revestindo o novo tempo de tradições e velhas práticas que se perpetuavam no seu cotidiano de trabalho. Esse jogo de mudanças e permanências, no qual o processo modernizador se converteu, teve algumas das suas regras descritas pelo pesquisador brasileiro, sobretudo quando os termos eram a continuidade da estrutura agrária e, em meio a isso, do poder simbólico exercido pelos coronéis.

As mudanças em questão deram margem à democratização do poder público brasileiro, que interiorizava as suas instituições, acessando com maior propriedade as demandas da população rural brasileira. A esse respeito, dizia Francisco Weffort (1978[1963], p.22) na coletânea *O populismo na política brasileira*, “os interesses populares passam a contar e o regime, de uma forma ou de outra, deve atendê-los”. A aproximação da gente camponesa com a burocracia estatal levou a certo aperfeiçoamento do seu trato com a gramática política moderna e, em vias disso, à ampliação do espaço institucional que se abria ao atendimento das suas demandas. As várias instâncias do poder judiciário, diga-se de passagem, foram as instituições mais presentes nesse processo, assegurando alguns direitos da gente camponesa, apenas das oscilações e dos tropeços que, por vezes, tomavam conta dos seus arbítrios.

A modernização brasileira, contudo, lembrava Octavio Ianni (1978[1967]) no livro *O colapso do populismo no Brasil*, foi marcada pelo confronto de diferentes projetos. Em contrapartida aos processos de democratização e emancipação, por conseguinte, o acirramento das disputas pelo acesso às terras deu margem a muitas cenas de violência, como a expulsão em massa dos moradores de antigos engenhos e o cercamento de terrenos outrora partilhados entre os pequenos proprietários. A aparente oposição entre as duas afirmativas, no entanto, é antes um cenário do que um impasse. Ao passo em que experimentava uma ampliação dos seus direitos políticos, a população camponesa era alienada do seu direito aos meios de produção. As batalhas que se seguiram, em seus mais variados formatos, constituíram um horizonte interessante de conquistas públicas, elevando a reforma agrária ao primeiro plano dos projetos políticos nacionais. Porém, esses projetos foram, em grande medida, frustrados na sequência do golpe civil-militar de 1964.

Ao passo em que desvelavam a democratização do sistema político brasileiro, os autores

em questão revestiam as suas leituras da modernização tomando como termômetro referências externas às experiências daquela gente. Jean Blondel (1957), na pesquisa intitulada *As condições da vida política no estado da Paraíba*, descrevia a relação da população camponesa com a política como uma economia de convencimentos dos coronéis, os quais atraíam a simpatia dos trabalhadores rurais, que, ingênuos, contribuía com a construção de um sistema político viciado, porque demagógico. Essa chave de interpretação foi largamente difundida entre os cientistas sociais e se consolidou alguns anos mais tarde sobre a marca de um conceito de longa história e grande participação nos debates sociopolíticos brasileiros: o populismo.

A primeira geração de autores que se apropriou do populismo enquanto conceito, dizia Jorge Ferreira (2013[2001]), partiu dos preceitos da teoria da modernização dos anos 1950 e 1960. Os pensadores vinculados a essa linha interpretativa, conforme Néstor García Canclini (2000[1989]), compreendiam que, apesar das sequenciadas tentativas dos seus intelectuais, a América Latina não conseguia se modernizar. O problema na interpretação, continuava o autor, estava na régua que esses pensadores usaram para pensar as sociedades que estavam observando. As medidas do processo europeu não cabiam no continente americano, porque as muitas ideias que foram apropriadas tendo como referência as antigas metrópoles, essas tomaram caminhos diferentes em seus novos destinos e se misturaram às tradições locais. Em outras palavras, como apontou Roberto Schwarz (2012[1977]), as ideias tomavam nova forma em seu novo lugar.

A primeira geração de autores que descreveu a vida política da população americana pela chave do populismo percebia a participação política dos trabalhadores como produto do seu atraso, o qual se verificaria pela ausência de uma tradição de luta e pela sua massificação prematura, à custa de uma transição rápida de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, ocasionada pelo pretense êxodo rural. O processo político, das eleições às greves, resultaria das práticas de convencimento dos líderes carismáticos, não importando se eles eram de esquerda ou direita, e se mediria pela atenção dos políticos antes às necessidades individuais dos sujeitos que às demandas da sua classe. Os sindicalistas, tratados por “pelegos”, a propósito, seriam facilmente corrompíveis (FERREIRA, 2013[2001]).

O sistema como todo parecia desviar-se do projeto democrático no qual a sua estrutura havia sido desenhada e a culpa disso recaía, sobretudo, sobre um personagem comum aos diferentes pensadores que compuseram esse grupo, os camponeses, mas não aqueles que estavam no campo, esses só foram percebidos mais tarde, quando a questão agrária alçou o primeiro posto das discussões públicas nacionais. Àquele momento, falava-se dos camponeses que tinham migrado levando para a cidade as suas tradições e valores avessos à representação política.

Decerto, os autores tinham alguma razão ao dizer que as reações da população camponesa ao sistema político foram alicerçadas pelas experiências dessa gente, cujas formas de sociabilidade pouca identidade guardavam com o sistema representativo. Porém, o que estava em questão não era isso, mas se essa forma de compreender o mundo podia ser percebida como ingenuidade e até que ponto ela inviabilizava ou viabilizava a democratização.

A segunda geração de interpretes que se valeu do populismo como conceito para medir as relações públicas da sociedade brasileira o fez quando a teoria da modernização já estava em decadência. A essa ocasião, algumas das hipóteses centrais dos articuladores da primeira geração foram rejeitadas, como a excessiva ingenuidade dos trabalhadores, mas o argumento central de Francisco Weffort, autor que perpassou as duas temporalidades em questão, seguia em voga: “o populismo impôs-se pela conjugação da repressão estatal com a manipulação política, embora a chave de seu sucesso tenha sido a satisfação de algumas demandas dos assalariados” (WEFFORT *apud* FERREIRA, 2013[2001], p.83). As observações que contornavam a repressão e a manipulação, no entanto, tomaram um espaço muito maior do que aquele que as ponderações da satisfação conseguiam conquistar, lembrava Jorge Ferreira (2013[2001]). Àquele momento, aliás, falou-se muito da ambivalente relação entre propaganda e repressão que teria dado tomado forma no Estado Novo.

Algumas das medidas apresentadas por Jean Blondel (1957) e pelos teóricos do populismo de segunda geração foram aperfeiçoadas na dissertação de mestrado da professora Monique Cittadino (1998[1995]), a qual deu origem ao livro intitulado *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. A autora observou a história dos partidos políticos no estado paraibano, discorrendo do fisiologismo de suas lideranças e suas diferentes performances nos variados contextos que marcaram a periodização observada. No que tangia o comportamento político dos habitantes do mundo rural, seguia, “é sobre essa população que migrará para os centros urbanos, constituindo aí as massas populares, que incidirá a política populista, e não, sobre um proletariado urbano criado por força do processo de industrialização” (CITTADINO, 1998[1995], p.18).

A discussão em questão foi retomada *a posteriori* na tese de doutorado da autora, a qual se intitulou *Poder local e ditadura militar: o governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)*. A essa oportunidade, a pesquisadora defendeu a particularidade do sistema político paraibano, o qual se movimentaria por meio de um populismo agrário. Em se tratando de um estado com uma demografia predominantemente rural e atividades industriais incipientes, dizia Monique Cittadino (2006[2001], p.91), a Paraíba “apresentava espaço para o jogo populista, não em razão

dos níveis de organização de sua classe trabalhadora, e, sim, em função da desorganização ocorrida na tradicional estrutura agrária local”. A pesquisadora avançou a discussão que estava posta ao observar a participação política dos habitantes do mundo rural à luz das particularidades da economia agrária do estado paraibano, apesar da persistência da chave populista quando da classificação dessas práticas.

O populismo é um conceito perigoso para compreender a forma como as pessoas viveram a política. Esse caminho concede protagonismo demais às lideranças ditas carismáticas, ao passo que tempera com excessiva passividade a ação da sociedade civil, notadamente os seus setores populares, em meio a esse processo. Em sua tese de doutoramento, a qual se intitulou *A invenção do trabalhismo*, Angela de Castro Gomes (2005[1988]) discorreu das inúmeras investidas dos trabalhadores durante a Primeira República para acessar canais extraoficiais para o exercício da cidadania, que lhes permitisse maior acesso ao poder público e, na esteira de suas demandas, a conquista de direitos sociais. Esse longo processo, marcado por muita luta e margeado por cenas de grande violência, resultou na invenção dessa nova forma de relacionar sociedade política e sociedade civil, o trabalhismo, o qual alcançou rumos institucionais após a promulgação da Constituição de 1934.

O conceito em questão sofreu mudanças ao longo de sua história, compartilhando preceitos de mera demagogia política e consolidando certa teoria da modernização nacional, *vide* Jorge Ferreira (2013[2001]). Os seus usos políticos não foram menos variados, o conceito serviu para desqualificar os líderes de maior representatividade popular e proporcionava certa confusão entre personalidades de direita e de esquerda, em tudo bastante prejudiciais à consolidação do republicanismo nas instituições brasileiras. A leitura do golpe de 1964 como colapso do populismo, a propósito, desqualificava as inúmeras conquistas dos trabalhadores ao longo do regime democrático que esteve em voga a partir de 1945. As obras que se valiam do conceito em questão costumavam tratar das altas esferas políticas e não propriamente da sociedade civil como objeto de análise, sendo necessário seguir o caminho inverso para perceber o protagonismo dos outros personagens dessa história.

Em larga medida, aquela forma com a qual Jean Blondel interpretava a vida política foi resultado de certo modo de compreender o processo modernizador como uma construção externa à população rural, análise que desconsiderava o protagonismo daquele grupo social em meio às mudanças que tomaram a ordem política, econômica e cultural em todo o mundo. Não há discordância quanto à fragilidade das instituições brasileiras, sobretudo quanto à sua capacidade para atender à população rural, que se alastrava pelos propalados “vazios demográficos”. Mas se

deve reconhecer que, ao longo do período em questão, de princípios dos anos 1930 ao começo da década de 1960, essas instituições tomaram fôlego e ampliaram os espaços para o exercício da cidadania dos habitantes do mundo rural, em grande medida, empenhadas pelo esforço dessa mesma gente, que reagiu a todo tempo às arestas do projeto modernizador, construindo-o ao passo em que aprendia a viver com ele. O que se compreendia como demagogia de uma sociedade analfabeta, e, portanto, incapaz de manejar instrumentos da política, foi, na verdade, um canal de negociação dos rumos a seguir, margeados pelo boicote a um sistema político frágil e que ainda oferecia muito pouco em termos de direitos sociais, principalmente no que tangia os camponeses e as camponesas.

A compreensão da vida política não pode abdicar dos valores da população pobre, que costumavam reagir às demandas do novo tempo levando em consideração as práticas que habitavam o seu mundo de tradições. A pretensa demagogia de um líder político e consequente dependência da gente camponesa eram tão falaciosas quanto a compreensão do analfabetismo como incapacidade para lidar com instrumentos da política. Em verdade, não só essa política era em si bastante incipiente nos canais que abria para o exercício da cidadania, como também trazia, em sua esteira, aspectos tradicionais de poder, aos quais só era possível sobreviver se para isso fossem usadas as ferramentas da política tradicional. Em outras palavras, os habitantes do mundo rural tiveram de lidar com todo esse mundo de novas referências da maneira que lhes apetecia, com a régua dos seus valores e das suas tradições como mérito para arbitrar as suas reações.

O objetivo desse capítulo foi compreender a vida política da população rural, considerando que, em certo momento dessa história, as reações daquela gente desembocaram naquilo que se poderia considerar como o terceiro movimento social brasileiro: as mobilizações pela reforma agrária. Esse processo, que envolveu a experiência democrática nacional, no período compreendido pelos anos de 1945 e 1964, foi marcado por conquistas de bastante significado para os habitantes do mundo rural, mas não esteve isento das inúmeras cenas de violência. Ao final desse processo, as armas venceram os argumentos. Com a sua força bélica, os senhores de engenho desmontaram a articulação política dos camponeses e das camponesas, frustrando o sentido dos valores modernos. Em pouco tempo, os grupos mais conservadores do país deram um golpe civil-militar e o país mergulhou em um estado de exceção, que se encarregaria de enterrar a questão agrária da cena pública nacional.

O movimento incorporou em sua esteira, para além do universo cultural da gente camponesa, uma agenda política que havia sido apreendida com as experiências de outros

conflitos, mas, sobretudo, dos dois movimentos sociais de dimensões nacionais que marcaram a história do país. O primeiro fenômeno com essa característica foi o movimento abolicionista, o qual, conforme Angela Alonso (2015), esteve permeado por três tempos, expressos no título do livro *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. O tempo das flores, de acordo com a autora, esteve marcado pela adaptação do repertório estrangeiro ao contexto nacional, disseminando-as pelos espaços de socialização e expandindo a sua incidência no espaço público; o tempo dos votos se deu com a elevação da discussão ao parlamento; por fim, o tempo das balas foi marcado pelo confronto direto e consequente acirramento dos conflitos. O desfecho parcial desse processo se deu com a assinatura da abolição da escravatura no Brasil, mas deixou de herança um universo de desigualdades que inundaria a República proclamada em pouco mais de um ano.

A emergência do regime político republicano abriu espaço para as mobilizações urbanas por melhores condições de trabalho. Tendo a política como termômetro, os operários ocuparam a cena pública entre o final do século XIX e o início do século XX com manifestações de diferentes características ideológicas, defendeu Angela de Castro Gomes (2005[1988]) na sua tese *A invenção do trabalhismo*. Esse primeiro momento, no qual a palavra esteve com os trabalhadores, foi sucedido por outro, quando a palavra foi a esse respeito foi tomada pelo Estado, discurso esse que se empenhou em soterrar a memória das lutas sindicais que o antecederam, mas que teve de lidar a todo o tempo com a experiência dos sujeitos envolvidos. O resultado desse processo foi a conquista de valiosos direitos sociais, expressos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – ainda que tenham se dado em tempos de supressão dos direitos civis e políticos, como destacou José Murilo de Carvalho (2014[2001]) em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*.

Em princípios da década de 1940, quando da derrocada do Estado Novo, portanto, a gramática dos direitos sociais ascendeu ao primeiro plano das políticas de governo. Àquela ocasião, lembrava Angela de Castro Gomes (2005[1988]), foi estruturado um pacto entre sociedade civil e Estado, o qual tomou como régua o trabalhismo. Essas medidas, aliás, seriam corporificadas, alguns anos mais tarde, no entorno de uma instituição, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, o qual mediou o acesso dos trabalhadores urbanos com suas reivindicações às esferas mais altas do poder político, circundando, por muito tempo, a figura de Getúlio Vargas (GOMES, 2007b).

Em meio a esse cenário, a modernização não só alterou o vocabulário que marcaria o mundo público, falava-se, então, em nacionalismo, desenvolvimentismo e nacional-

desenvolvimentismo, como também criou outras formas por meio das quais os cidadãos poderiam se relacionar com os líderes de Estado. Se o regime político dos primeiros tempos republicanos não empreendeu uma mística em torno do nome dos presidentes brasileiros, o período compreendido pelos anos de 1930 e 1964 investiria pesado nesse canal de participação política. É necessário considerar, no entanto, que “mitos políticos, para serem bem-sucedidos, necessitam de sistemática e sofisticada propaganda, mas também exigem que o que está sendo propagado faça sentido para a população a que se dirigem, vinculando-se à sua experiência de vida, seja direta ou indiretamente” (GOMES, 2013, p.30).

O personalismo e o familismo, leia-se a tomada da coisa pública como uma extensão do mundo privado, o que incluía a compreensão dos líderes como parentes próximos, os quais são chamados pelo primeiro nome, não deixaram de fazer parte da política. Isso não significava, contudo, que não se tivesse caminhado bastante nos rumos da democracia. Os caminhos que as mudanças tomaram, nesse sentido, diziam da forma como os valores modernos eram apropriados pela população trabalhadora em meio ao seu próprio sistema de representações. Acontecia que, a população rural, dispersa nas longas distâncias e fora dos espaços de controle do poder público, não foi satisfatoriamente amparada pelas leis trabalhistas, entre muitas outras medidas conquistadas com as lutas urbanas. As mudanças chegavam aos pretensos sertões com outras características e eram dispostas por formas de reação em tudo muito distintas dos padrões citadinos. Ali elas se faziam de forma mais sutil, às vezes com o tom dos boicotes, como pode se observar com a efervescência da modernização das práticas agrícolas.

As informações continuaram circulando e a população camponesa reagiu à confluência das referências externas ao seu mundo com o expediente de transformações que tomaram o seu horizonte com a organização de uma movimentação social que ganhou dimensões nacionais: as mobilizações pela reforma agrária. A pauta dos direitos sociais, dessa vez, adentrava o ponto nevrálgico da experiência camponesa, o acesso às terras, historicamente ameaçado pelo latifúndio e agravado nas décadas anteriores pela modernização conservadora, que desmantelava pactos tradicionais de convivência e ampliava a necessidade por matéria prima nas usinas.

Mediante essas circunstâncias, e com base na definição de Rodrigo Patto Sá Motta (2009), é possível afirmar que a experiência da população camponesa com a modernização deu margem para que essa gente partilhasse, mesmo que parcialmente, uma cultura política, a qual se alicerçava nas tradições e nos valores daquelas pessoas, ambos sujeitos a conflitos e mudanças de significado, mas, ainda assim, compartilhados por aquela vastidão de pessoas que habitavam aqueles sertões de outrora. A honra e a moral, bem como a fidelidade aos compromissos

previamente apalavrados, aos pactos de longa data, a título de exemplo, seguiam como moeda de grande prestígio, e, ainda nessa esteira, a solidariedade e a gratidão com os familiares e com os senhores de terra.

Mas o cenário alimentaria, também, práticas e representações comuns, instâncias essas que se comunicavam de maneira sempre muito estreita, dentre as quais era coroada certa predileção da gente camponesa pela negociação em detrimento do conflito, pela resolução das suas demandas pela esfera privada. Em certa medida, esse universo de significados abria espaço para um horizonte comum, de forma que essa gente também passou a compartilhar, mesmo que não o fizesse de forma homogênea, de perspectivas de futuro, como, a certa altura dos acontecimentos, aconteceu quando as demandas por reforma agrária alcançaram postos mais significativos de visibilidade pública. Os referidos elementos dessa cultura política camponesa existiam desde muito tempo de forma dispersa e tiveram vida longa na história daquele grupo de pessoas (MOTTA, 2009).

Ao longo desse capítulo, foram discutidas as ingerências do poder judiciário e, em certa medida, também das armadas policiais, cujos domínios foram os primeiros que ultrapassaram as porteiras dos latifúndios. Munidos de valores modernos e de antigas práticas, os juízes arbitravam os conflitos do mundo rural. Em seguida, foi mapeada a organização dos territórios nas pequenas e nas grandes propriedades, por meio do cercamento dos terrenos em comum e da expulsão dos moradores dos engenhos. Ainda nessa esteira, se perseguiu os rastros dos trabalhadores agrícolas que migravam para as metrópoles em um movimento que não resultou em êxodo rural, ao passo que se perscrutava como o tema da reforma agrária foi ganhando espaço no mundo público, leia-se a imprensa e o parlamento. Por fim, as narrativas dos enfrentamentos protagonizados pelas ligas camponesas denunciaram os limites daquela modernização que estava sendo posta a termo.

4.1 Os termômetros do poder judiciário no mundo rural: tradicionalismo e legalidade das comarcas ao Tribunal de Justiça

Não se deve confundir o interesse que possa ter a família da vítima na condenação do réu com a pressão que, exercida sobre juizes, jurados e testemunhas, tolhe a liberdade do julgamento e autoriza o desaforamento do processo.

Revista do Fôro (1932, p.25)

Ao dia 19 de fevereiro de 1932, o Tribunal de Justiça da Paraíba negou, por unanimidade de votos, a petição de Pedro Pereira de Souza e João Luis de França. Consta nos autos que os dois solicitantes eram réus de um processo à espera de julgamento na comarca de Piancó, onde se achavam recolhidos à cadeia pública. Isso se deu em razão do homicídio de Francisco Ignácio, no termo de Misericórdia, do qual os dois estavam sendo acusados. Alegaram os impetrantes do processo em questão que o poder político dos parentes do sujeito assassinado, membros da tradicional família Genipapo, poderia interferir na decisão judicial.

Tomado pelas definições da lei nº 458 de 20 de novembro de 1916¹⁰⁹, o parecerista do processo, procurador geral Mauricio de Medeiros Furtado, concluiu pelo indeferimento da solicitação realizada. Para ele, as cláusulas da legislação então em vigor só autorizariam a transferência de competências entre as comarcas em casos de grave perturbação da ordem pública ou pressão, que exercida sobre juízes, jurados e testemunhas, compromettesse a imparcialidade do processo, o que julgou não ter sido devidamente provado pelos autores da referida petição. Acolhido pelo tribunal, o parecer encerrou a sentença. Represado, então, nas instâncias municipais, o caso ficou à mercê das autoridades da vila de Piancó, que, em concórdia às disposições locais de poder e relativamente limitadas pela legislação em vigor, decidiriam o destino de tais rapazes¹¹⁰.

Destituído de maiores informações quanto ao grau de interferência da família Genipapo na sua execução, o processo criminal restou fechado ao embaraço dos andarilhos, que, para seguir viagem, enfrentavam o enigma da Esfinge: "decifra-me ou devoro-te". Presa na lógica de uma sociedade tomada pelo ritmo que o seu cotidiano conferiu ao tempo e debruçada ao exercício de comunicar a experiência social com a legislação então em vigor, a questão propositada parece jamais ter sucumbido à relevância que essa dissertação quer lhe conceber. Compreendida isoladamente, tratava-se, decerto, de mais um caso, que, ao despautério dos réus, alcançou uma instância jurídica mais elevada. Mas, se percebido em conjunto aos seus pares, o conflito racionalizou um problema de primeira ordem quanto ao gerenciamento do poder nas sociedades contemporâneas. Envolvido pela régua sociedade-indivíduo, o pleito ensaiou algumas fronteiras.

Autodescritos como vítimas de perseguições, os solicitantes do desaforamento¹¹¹ tiveram razão em questionar a imparcialidade da instância em que se encontrava o processo. O poder

¹⁰⁹Lei que altera a organização judiciária do estado em alguns pontos, dentre os quais as competências das instâncias judiciárias e os possíveis deslocamentos dos processos entre elas.

¹¹⁰Acórdão n.38 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultada na *Revista do Fôro*, v.XXIV, f.2, fev./1932, p.89-100.

¹¹¹A expressão desaforamento se refere à transferência de um processo da competência de uma comarca para outra.

político das oligarquias familistas residentes nos termos das comarcas paraibanas comumente marcava presença, direta ou indiretamente, na execução da ação judicial. Não foi à toa que a equação segundo a qual alguns sobrenomes restaram reiteradamente associados a determinadas localidades instituiu uma permanência bicentenária na organização político-geográfica paraibana, *vide* Serioja Mariano (2014[2010]). Assim sendo, esses envolvimento viciosos entre as dimensões do público e do privado, do centro e da periferia não eram novidade na história política brasileira: suas trajetórias datavam, pelo menos, das incertezas dos projetos nacionais que envolveram o poder público no período pós-independência.

Contudo, as ferramentas institucionais acessadas pelos magistrados no Tribunal de Justiça estabeleciam como parâmetro um corpo legal atualizado, margeado por uma literatura acadêmica que lhe conferia interpretação. Esse fato não aboliu *per se* os usos recorrentes da máquina pública em favor de interesses privados, mas serviu ao propósito moralizador ao passo em que se comprometia com os princípios democráticos e transferia o campo de disputa das relações de mando para o domínio da razão, certificado pela ciência e pela política. A partir de então, era preciso argumentar o conteúdo e a execução do processo, mesmo que os valores de outrora ainda fossem termômetro para arbitrar o resultado final. No universo público, o poder de mando se convertia no clientelismo, relegado aos bastidores da cena geral. Mas o combate criado àquela época tomava o primeiro e não o segundo como inimigo e se desenhava a partir de dois espaços institucionais: as comarcas, redutos do mandonismo no poder judiciário, e o Tribunal de Justiça, campo no qual a mudança se estabeleceu primeiro.

O poder judiciário e as armadas policiais, que lhes conferiram legitimidade, foram bons termômetros para pensar o processo de formação do Estado nacional brasileiro, sobretudo no que concernia à sua expansão em direção ao mundo rural. Os programas de modernização empreendidos pelo poder público de cada Estado Nação que se inventava, de acordo com Michel Foucault (2013[1975]), costumavam dispor de espaços de controle para os sujeitos que escapavam aos padrões normativos da sociedade moderna, como os ladrões, os mendigos e tudo mais que fosse possível enquadrar nesse grupo. Ao passo que o poder público francês investia no aparelhamento dos sistemas prisionais, os alemães arquitetaram os hospitais gerais e os ingleses as casas de trabalho. Em meio a tais demandas, é possível pensar que o poder público brasileiro, ao expandir o seu domínio para o mundo rural, tomou o poder judiciário e policial como instituições centrais de controle social, sendo necessário pensar as suas estratégias de organização social, bem como as tentativas da população camponesa de sobreviver em meio a isso.

Deve-se observar, ainda, que aquele investimento não fora aleatório. As instituições jurídicas eram as instâncias mais acertadas para lidar com o problema do acesso à terra, pauta fundamental nas relações dos camponeses com o mundo político, visto que condicionava as suas condições de sobrevivência de forma geral e trabalho em particular. As querelas que envolviam o poder judiciário, a propósito, datavam de muito tempo e foram bastante comuns na segunda metade do século XIX, após a efetivação da Lei de Terras de 1950, *vide* Márcia Maria Menendes Motta (1998). A modernização, contudo, conferia aos juristas uma nova agenda.

No mundo jurídico, o binômio tradição-modernidade ensejou um debate próprio no entorno da lógica do constitucionalismo. Sobretudo a partir do século XVIII, o ideário ilustrado apontava para a derrocada dos regimes absolutistas, exigindo o empoderamento de uma carta que exprimisse a vontade geral, o que implicaria na afirmação dos direitos de liberdade e no aperfeiçoamento das instituições públicas. Em meio a isso, o legalismo e o tradicionalismo disputavam espaço. Conforme Carlos Garriga e Andréa Slemian (2013), o tradicionalismo não pode ser compreendido como uma permanência das formas administrativas anteriores. Foi antes um projeto de uma cultura jurídica que tomou fôlego em meados do século XVIII como uma reação ao constitucionalismo emergente a fim de assegurar aspectos da ordem tradicional na execução desse processo.

Conhecida como a justiça dos juízes, e não das leis, o tradicionalismo se caracterizaria pela "integração de conjuntos normativos dotados de origem e conteúdo diversos" (GARRIGA; SLEMIAN, 2013, p.191), reunindo juízes de diferentes vinculações orgânicas e variados estágios intelectuais, alicerçados entre a ciência e a experiência, o que significava entrelaçar os universos leigo e letrado em uma sequência hierárquica que definia a jurisprudência e responderia pela responsabilização daquele que agisse movido por motivos privados diante daquilo que fosse coisa pública. Nesse cenário, a regra definida no consenso dizia muito do poder de arbitragem das culturas hegemônicas. Contudo, alertaram os autores, a ordem tradicional incitava uma "combinação de complexas relações internas" (GARRIGA; SLEMIAN, 2013, p.206), habitando um mundo no qual a ordem pública era marcada por instrumentos de regulação que ultrapassavam os limites da política, mas que se enraizavam em uma tradição compartilhada, aspecto que conferia ao corpo constitucional uma forma hierárquica ainda muito arraigada aos propósitos do passado.

Enquanto isso, como aspiração dos intelectuais ilustrados, o legalismo pregava o exercício do poder alicerçado em leis. Com certa margem de tolerância para práticas

discrecionárias, a legalidade seria avessa ao poder arbitrário¹¹². Ela equacionaria o mundo jurídico conferindo maior legitimidade ao exercício coletivo do poder público. As leis retiravam hipoteticamente da mão de sujeitos específicos a autoridade sobre a ordem pública, tornando-as mais democráticas e submetendo a todos o dispositivo constitucional. Margeada pelas ordens tradicionalista e legalista, a execução do poder judiciário nas diferentes unidades administrativas do país entre o século XIX e o início do século XX assumiu posições intermediárias entre esses dois projetos políticos-intelectuais: localizava-se, portanto, antes no interior da régua que em uma de suas pontas.

O argumento que esse tópico sustenta aposta em um cenário institucional em transição: o constitucionalismo, com sua vontade de afirmação do poder judiciário sobre a vida geral, já vigorava entre alguns grupos sociais, sobretudo nas cidades brasileiras, desde princípios do século XIX, mas foi a partir dos anos 1930 que essa prática se expandiu no propósito de alcançar toda a gente circundada pelo território estatal, o que evidentemente incluía o mundo rural paraibano. Quando desse processo, tradicionalistas e legalistas disputaram seus projetos de Estado: enquanto a normatização era posse do segundo, assegurada pelos tribunais de justiça estaduais e pelo Superior Tribunal de Justiça, era a primeira proposta que vigorava nas comarcas e se alastrava como prática das delegacias, criando uma disputa entre centro e periferia, ditada de muito confronto, mas também de negociações e conflitos, que perduraria por décadas. Em meio a isso, camponeses e camponesas trataram de barganhar os rumos de suas vidas. Isso equivalia a apelar ora para disposições mandonistas, avessas ao constitucionalismo, às vezes para práticas legalistas e em outros momentos para uma lógica tradicionalista, sempre no propósito de se sair da melhor forma à regra geral diante das informações e do poder do qual dispunham caso a caso. A luta não foi fácil e nem isenta de derramamentos de sangue, mas traçou rumos interessantes na vida daquela gente e interferiu na história política nacional.

A organização do poder judiciário e, por consequência, das disposições adotadas pelo poder policial no Brasil independente sofreu uma influência considerável do processo penal executado na Inglaterra e na França, dois países em nada insuspeitos. Foram eles, respectivamente, os primeiros Estados nacionais que imprimiram em suas cartas constitucionais as agendas do tradicionalismo e da legalidade. Enquanto a constituição nacional brasileira seguia os propósitos da segunda referência, era a primeira que imperava na execução processual jurídica. Em um primeiro momento, a figura central desse propósito de institucionalização foi o juiz de paz, conforme Alexandre Souza (2011). Essa autoridade leiga, submetida ao processo

¹¹²Conforme o verbete *Legalidade* escrito por Norberto Bobbio no Dicionário de Política (1998).

eleitoral, foi instituída no país com a lei de 15 de outubro de 1827 e acumulou perfis comuns às duas experiências supracitadas. Envolveria, portanto, a função de controle das posturas municipais e do serviço policial, bem como a conciliação de conflitos locais, representando o poder estatal em espaços onde o mesmo poucas vezes se fizera presente. Mas frente às peculiaridades do Estado que estava em construção, a ausência do treinamento e da remuneração, tal qual apontou Wilson Rodycz (2003), conferiu características específicas para a organização do poder no regime político ensaiado a partir de então.

A elaboração de um projeto nacional teve efeito nesse momento entre os grupos políticos brasileiros, que trataram de conduzir os propósitos liberais na esteira do seu mandonismo. A opção pela unidade, bem como o desenho das disposições centrais e periféricas, montou uma arquitetura sólida no entorno das instituições de poder. Conforme Miriam Dolhnikoff, em meio ao cenário conservador instituído no primeiro reinado, o juiz de paz se tornou uma brecha por meio da qual os liberais conseguiram assegurar certa autonomia às disposições municipais. O preço a pagar por essa autonomia se inscreveu no vínculo dessa magistratura aos fazendeiros, "que manipulavam o resultado das eleições, a designação daquele que ocuparia o posto, utilizando-o para a defesa de seus interesses pessoais" (DOLHNIKOFF, 2005, p.85).

Como uma investida constitucionalista do poder público sobre a ordem mandonista que imperava nos municípios, a eleição dos juizes de paz apontava suas falhas na fragilidade técnica de seus operacionalizadores e no comprometimento de suas decisões. Carlos Garriga e Andréa Slemian (2013) explicaram que o uso recorrente de normas antigas, de uma lógica jurisprudencial e da comum elaboração de novos códigos para sanar problemas emergenciais fez dos juizes de paz uma instituição tradicionalista. É possível pensar, no entanto, que a ação limitada desses magistrados implicava na baixa efetivação do poder constitucionalista sobre as populações mais fragilizadas que habitavam o ainda estranho território nacional. Mediante esse cenário, uma fronteira era traçada entre as diferentes regiões do poder estatal: ao passo que a normatização nacional ia se desenhando legalista, nos municípios a prática tradicionalista se tornava um caminho do meio entre o respeito à ordem constitucional e o poder dos chefes políticos. Ao que parece, essa equação não foi uma medida accidental ou despropositada, aparecia antes como estratégia, mediante o que poderia ser feito, para empreender a instituição jurídica no país.

Miriam Dolhnikoff (2005) explicou a perda do prestígio dos juizes de paz a partir da década de 1840 como um sinal do maior controle assumido pelas assembleias provinciais e presidentes de província. Nesse momento, ganharam posição os delegados de polícia e os juizes

municipais. Deveriam, esses últimos, estar submetidos à formação jurídica e à indicação daquela segunda instância para um mandato de quatro anos. Mas esse movimento, que a autora percebeu como resposta de um pacto federativo, compreendido, àquele contexto, como subordinação dos municípios às províncias e autonomia das províncias frente ao governo central, pode, igualmente, ser considerado uma opção pelo gerenciamento bacharelesco, por isso mais técnico, da instituição jurídica.

Nesse sentido, é preciso lembrar que, conforme José Murilo de Carvalho (2013[1974]), as faculdades de Direito foram, durante o século XIX, espaços privilegiados para a homogeneidade e o treinamento dessa elite imperial, de modo que esse exercício pactuado do poder político incorporou uma agenda necessariamente hierarquizada, apesar de limitada por um universo de barganhas de toda ordem. Entre essas duas margens, é possível conceber antes uma ambivalência do que uma contradição: conduzidas em meio aos desmandos das elites provinciais, mas gerenciadas pelo arranjo central, o projeto de Nação se desenhou a depender do calor do momento político. Para onde se olhava, em posição central ou periférica, o sistema restara licenciado a uma teia de relações comprometidas pelas atividades patrimonialistas. Em meio a isso, as comarcas se instituíram envolvidas pelos vícios de uma prática política mandonista/familista República adentro.

Os primeiros anos sob vigência do regime republicano foram marcadas por muito conflito. O processo inflacionário acompanhado da política do encilhamento e permeado pelas indefinições quanto aos espaços para o exercício da cidadania da população negra e pobre, a qual era devido outra posição social depois da aprovação da Lei Áurea, constituíram espaços importantes para as negociações e os conflitos que decidiram o formato que tomaria o Estado-Nação, como apontou José Murilo de Carvalho (1987). Àquela altura dos acontecimentos, mais precisamente por meio do decreto nº. 510 de 22 de junho de 1890, o qual também estabeleceu a Constituição Provisória da República dos Estados Unidos do Brasil, foi criado o Supremo Tribunal Federal – STF. Essa instituição, conforme Emília Viotti da Costa (2006[2001]), cumpriria as demandas até então conferidas ao imperador e ao seu Conselho de Estado. É possível pensar essa medida como um sinal importante da transição de um regime monárquico para um sistema político republicano, nesse segundo não deveria haver espaço para o perdão do imperador, visto que os crimes cometidos eram entendidos como ações que afetam a sociedade e não como atentado ao poder do rei, *vide* Michel Foucault (2013[1975]).

O Supremo Tribunal Federal, lembrava Emília Viotti da Costa (2006[2001]), sofreu ameaças de dissolução nos seus primeiros anos de funcionamento e teve alguma dificuldade para

formar *quórum* e exercer livremente as suas deliberações. Essa independência só foi alcançada, a propósito, já nos últimos anos três anos do século XIX com o término do governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Em meio aos sequenciados golpes que se abateram sobre o Estado brasileiro ao longo da sua história, o STF costumou agir na tentativa de resgatar a ordem pública, na tentativa de manter a normalidade constitucional. Os regimes autoritários, no entanto, foram os cenários mais inóspitos para aquela instituição, na qual sua autonomia e o seu poder ficaram reduzidos aos desmandos do Executivo, como aconteceu durante o Estado Novo.

Em conformidade ao Código Penal, instituído pelo decreto n.º 847, de 11 de outubro de 1890, a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba promulgou a lei n.º 256, de 9 de outubro de 1906, estabelecendo a organização judiciária estadual. Esse documento, alterado em algumas cláusulas em 1916, permaneceu em pleno exercício até meados da década de 1930, definindo a circunscrição da administração civil e criminal no estado pelo Superior Tribunal de Justiça. Conforme a sua redação, os distritos judiciários ficariam sob responsabilidade dos juízes de paz, eleitos pelo voto popular para o exercício de quatro anos, respondendo pela conciliação das partes, julgamento de pequenas causas, celebração de casamentos, fiscalização de escravos de paz e imposição de penas disciplinares.

Em uma posição acima desta, foram definidos os termos, a serem gestados pelos juízes municipais, que deveriam ser nomeados pelos presidentes do Estado entre os formados em Direito com prática forense superior a um ano. A eles caberiam os julgamentos de primeira instância, como as infrações às posturas municipais, ultraje ao pudor, liberdade de trabalho, inviolabilidade do domicílio e do segredo, ofensa física leve, dano simples, furto, entre mais processos resultantes de imprudência ou imperícia. As comarcas, jurisdições compreendidas por dois ou mais termos, totalizando o mínimo de 25 mil almas, seguiriam regidas pelos juízes de Direito, nomeados vitaliciamente pelos presidentes do Estado entre os formados pelas faculdades jurídicas. Desses era exigida ainda experiência jurídica prévia, ou em cargos públicos, pelo mínimo de quatro anos (LEI nº256, de 9 de outubro de 1906).

A esses profissionais ficaria a responsabilidade de absolver aquele que o presidente estadual assim desejasse, punir disciplinarmente os serventuários da justiça, processar e julgar causas superiores à alçada de juízes municipais, conceber *habeas-corpus* e organizar a estatística judiciária. As apelações frente à essa instância deveriam ser submetidas ao Superior Tribunal de Justiça, composto por desembargadores nomeados pelo chefe do executivo. Qualquer contestação a esta só teria vez por meio do Ministério Público, que estaria representado pelo procurador-geral, escolhido dentre os desembargadores, pelos promotores públicos, em exercício

para cada comarca, pelos seus adjuntos, assessores para cada termo, e pelos curadores gerais para órfãos, interditos, massas falidas, resíduos e heranças (LEI nº256, de 9 de outubro de 1906).

A legislação então promulgada decretou ainda a separação das comarcas em três entrâncias. A comarca da Capital seria a única de terceira entrância. Isso limitava a permuta de seus juízes de Direito à sua própria territorialidade, recorrendo, em segundo caso, à sua substituição por juízes municipais, porém nunca pelos magistrados de outras jurisdições (LEI nº256, de 9 de outubro de 1906). Se, em uma primeira margem, esse bairrismo pode ser concebido como uma tentativa de manter a gerência do poder estadual o mais distante possível das investidas familistas, em um segundo momento, tomando por referência os primeiros anos do século XX, do qual a lei em questão é produto, é compreensível antes uma necessidade de frear a tentativa constante de muitos magistrados de migrar das cidades de interior para a capital, desguarnecendo aquelas primeiras espacialidades, ainda tão carentes de bacharéis. Para ambos os casos, o direito privado perdia espaço frente ao bem coletivo, principalmente em atenção a um melhor funcionamento do poder público, ao menos na capital do Estado. Contudo, é necessário lembrar que ainda havia uma hierarquia no interior dessas redes familiares, sobretudo no regime republicano, quando alguns sobrenomes, Neiva, Machado, Pessoa, Leal, entre outros, se alternaram no executivo estadual da Paraíba.

As comarcas de segunda entrância seriam aquelas que possuísem ligações diretas com a capital por meio de estradas e ferrovias, o que, mais uma vez, atentava contra a autonomia do Sertão. E, enfim, havia comarcas de primeira entrância, das quais os juízes só emergiriam mediante tempo de serviço. Ainda nesse cenário de disputas, estava cerceada do Tribunal de Justiça a promoção de todo aquele que possuísse vínculo próximo de parentesco com os desembargadores (LEI nº256, de 9 de outubro de 1906). Para um mundo tão marcado pelo nepotismo, o artigo parecia necessário à própria dinâmica do familismo, apostando em uma instituição mais heterodoxa e bacharelesca no aparelhamento político paraibano. Se considerado o cenário estatal pluralizado da Primeira República, Linda Lewin (1993[1987]) explicou a coligação de sobrenomes como uma das estratégias de manutenção do poder nas mãos das mesmas parentelas.

Mas era essa mesma legislação que oferecia pistas quanto ao seu descumprimento. Durante todo o documento, a ausência de um número de juízes de Direito que chegasse à quantidade das comarcas paraibanas era denunciada por uma legislação em espelho, que assegurara uma série de funções para os juízes municipais em suplência aos seus superiores. Essa mesma situação foi encontrada ainda para os cargos de juízes municipais e promotores públicos,

mas cuja carência era ainda mais endêmica, vista a quantidade superior de termos e, por consequência, a nomeação de pessoas sem o devido letramento para o exercício de tais cargos.

A quantidade limitada de faculdades de Direito explicava essas defasagens. Até 1891, quando foi criada a Faculdade de Direito da Bahia, de acordo com José Carlos Borges (2011), só existiam as faculdades de Recife e São Paulo, de forma que, apenas nos anos finais da Primeira República, esses números alcançaram o segundo dígito. Em 1927, foi inaugurada a 14ª instituição brasileira de ensino jurídico, apontando ainda um índice bastante restrito para sanar a falta de jurisconsultos em um país fundado na burocracia. Nessa esteira, é possível inferir que tal disfunção do sistema jurídico também tenha envolvido outros estados da federação, mas não ao ponto de se configurar um problema generalizado, a julgar pelas sedes desses estabelecimentos de educação superior.

Esse fenômeno talvez explicasse porque na Primeira República, ao contrário do que acontecera no Império, essas variantes da magistratura não foram definidas pelos códigos civis nem penais, do processo civil nem do processo penal, produzidos em âmbito brasileiro. As decisões com esse porte ficaram a cargo do legislativo de cada estado, aos quais caberia adotar as resoluções devidas às carências locais. Assim sendo, além de assegurar o caráter federativo do novo regime, no qual os grupos políticos regionais puderam gozar de maior autonomia para o seu aparelhamento do pacto coronelista, essa disposição conferiu uma resposta mais rápida para um problema de logística interno ao Estado Nação.

Por essa estrada, apesar dessa nova circunstância, os juízes municipais e os juízes de Direito herdaram certos vícios que haviam envolvido a gerência das mesmas desde a primeira metade do século XIX. Permanência essa que pode ser aferida, ainda, na forma da lei n.º 458, de 20 de novembro de 1916:

Art. 7.º – Os juizes municipaes só poderão ser removidos

1.º – A pedido;

2.º – Por permuta;

3.º – Por motivo de conveniencia publica.

Art. 8.º – O art. 22 da lei n.º 256, de 9 de outubro de 1906 fica assim alterado: A remoção por motivo de conveniencia publica terá logar quando a permanencia ou conservação do juiz na comarca, ou no termo, for incompativel com a ordem publica e a boa administração da Justiça.

A compreensão de possível atitude do juiz municipal como incompatível com a ordem pública, impassível, inclusive, de permuta, implicando necessariamente em remoção, reitera a parcialidade que a presença desse magistrado pode ter assumido nas instâncias municipais, cabe destacar que o próprio documento reconhece o exercício deste em comarcas ou termos. Longe de

ser considerada como simples tradução do cotidiano, a legislação abria espaço para compreender possíveis extremos de um sistema viciado, ou seja, "como diz Lévi-Strauss, ninguém cria uma lei se não há intenção de burlá-la" (SCHWARCZ, 2014, 46'49"- 46'54")¹¹³. Nesse caso, ainda reforçada pela necessidade, posterior a uma primeira elaboração, de alterar as condições da norma.

A esse tempo foi criada também a *Revista do Fôro*, fato que apontava para mais um investimento no constitucionalismo, ao circular informações coerentes a uma prática mais alicerçada na ciência jurídica e nas leis, mas a balança ainda pesava fortemente para o outro lado, em grande sentido mais por vontade política do que por força da máquina pública. Diante de todo esse cenário parcializado, fortemente marcado por uma indefinição quanto à formação do seu gestor e pelas relações mandonistas e familistas que imperaram sobre os municípios, o Estado da Paraíba, acompanhando um movimento nacional, ensaiou a emergência de uma nova conjuntura.

Os leitores da *Revista do Fôro*, a propósito, poderiam experimentar essa difícil relação do tradicionalismo com a legalidade no interior do projeto constitucionalista na observação da arquitetura do periódico. Financiada pelo Tribunal de Justiça, o impresso tomava parte pela legalidade, sobretudo quando informava da Legislação e da Doutrina, as quais correspondiam à primeira e terceira das suas três seções, o que confirmava a atuação destacada da ciência jurídica na execução dos processos judiciais. Contudo, a revista conferia um espaço considerável para a Jurisprudência, sua segunda seção, a qual contava o maior número de páginas. A jurisprudência, enquanto prática jurídica, era marca do tradicionalismo, mas também servia para balizar o comportamento de muitos juízes leitores, que à luz das determinações do Tribunal de Justiça poderiam caminhar os seus vereditos na esteira da legalidade.

A publicação periódica da *Revista do Fôro*, a partir de 1907, foi uma tentativa do Superior Tribunal de Justiça de seguir os caminhos do Supremo Tribunal Federal em seu processo de institucionalização do poder judiciário no Brasil. A construção de uma jurisprudência, que servisse como *modus operandi* para o funcionamento do tribunal, e das comarcas que tinham aquela instituição como norte, foi um dos principais obstáculos enfrentados pelos ministros da suprema corte, como apontou Emília Viotti da Costa (2006[2001]). Essa tentativa de criar certa uniformidade de interpretação das leis pelos tribunais das mais variadas instâncias e localidades do país, a propósito, levou aquela instituição a publicar regularmente,

¹¹³Expressão de Lília Schwarcz em uma mesa dividida com André Botelho e Heloisa Starling no programa Sempre um Papo em Belo Horizonte em 2014.

desde 1897, a *Revista de Jurisprudência*.

Ainda a instituição do *habeas corpus* foi uma dessas medidas largamente debatidas no Supremo Tribunal Federal até que pudesse ser efetivamente garantida. O debate, conforme Emília Viotti da Costa (2006[2001]), perpassava o seu poder para interferir nas resoluções do Executivo. Vencidas essas primeiras questões, a suprema corte pode formar a sua interpretação da função daquela medida no regime republicano nacional, o que foi tomado por muitos intelectuais, continuava a autora, como uma teoria brasileira do *habeas corpus*. O destacado valor dessa medida enquanto garantia às liberdades individuais, no propósito de afastar as possíveis interferências políticas que envolviam o processo criminal até o momento do estabelecimento da sentença, fez dela um dos pontos mais sólidos do corpo legal que envolvia a discussão no entorno dos direitos humanos, observe-se Fábio Konder Comparato (2010[1999]).

Os calendários anunciavam os primeiros anos da década de 1930 quando a agenda estatal tratou de incorporar a moralidade pública como a sua bandeira-chefe. Frente a esse mérito, o poder judiciário assumiu uma postura rigorosa de execução do legislativo a fim de conferir maior efeito à presença do Estado como medida principal das relações públicas em todo o país. Nesse cenário, dois universos de significação pareciam ter se chocar a todo instante: em defesa da economia política como princípio fundador das formas de governo, o poder público investiu na expansão do constitucionalismo enquanto palavra de ordem, mas as tradicionais oligarquias paraibanas pareciam não ter concordado com o método disposto. À sua sombra, ficou um sistema judiciário tomado por uma estrutura conflituosa: entre unidade e fragmentação se estabeleceram as conexões entre as comarcas e os tribunais de justiça. Mas seria um equívoco pensar que essas elites tenham se comportado unicamente em oposição ao constitucionalismo. Afeitos ao fisiologismo, mas tendo parte de seus membros formados pelos ideais ilustrados, esse grupo se posicionou ora na contramão do poder judiciário, ora em favor do tradicionalismo, mas também marcou presença na esteira da legalidade, sendo necessário ponderar que diferentes sentidos sociais cada um desses propósitos circundou.

Assim sendo, resta saber por que a solicitação de desaforamento em 1932, ainda sob vigência da legislação supracitada, foi recusada pelo Tribunal de Justiça da Paraíba. Considerando as dimensões políticas e institucionais que envolvem essa segunda instância do poder judiciário, duas hipóteses eram possíveis. A primeira delas dizia respeito ao funcionamento das ordenações políticas da sociedade paraibana: essas margens de centro e periferia se constituíram de modo muito mais fluído do que as disposições burocráticas pareciam sugerir. De uma forma geral, as pessoas que ocupavam os postos mais altos no setor público

paraibano possuíam filiação dos coronéis mais poderosos das cidades do interior do estado, e essa inserção nas redes de parentelas, que já comandavam a Paraíba desde os tempos da colonização, não poderia passar tão de longe das suas formas de compreender as determinações do legislativo.

Ainda por esse caminho, Márcia Maria Menendes Motta (1998) mostrou como mesmo a escolha do advogado e o recrutamento das testemunhas dependiam das relações dos sujeitos com os chefes políticos e suas famílias. A relativa dependência dos moradores e dos foreiros, bem como dos demais sujeitos discursariam em casos de litígio: “em outras palavras, uma coisa é um litígio entre fazendeiros, outra muito diferente são os conflitos entre fazendeiros e lavradores ou, ainda, entre aqueles e um pequeno posseiro” (MOTTA, 1998, p.72). Nesse sentido, mesmo que não houvesse um vínculo direto de interesses do caso solicitado com as possessões regidas pelos seus sobrenomes, esses sujeitos seriam levados a ponderar a manutenção do mandonismo e do familismo, ainda que reduzidos a um segundo plano de ação, como uma prerrogativa essencial à atividade jurídica local. Conforme essa lógica, o tradicionalismo teria vencido o processo, dotando a modernidade constitucional definida pelos sujeitos que historicamente a constituíram.

Mas o ensejo envolve ainda uma segunda possibilidade. Assumida a comum interferência do poder familiar sobre o gerenciamento das comarcas, ficavam os procuradores e desembargadores do Tribunal de Justiça da Paraíba em uma composição delicada de deferimentos e rejeições. Aceitar um pedido de desaforamento por uma razão tão corriqueira poderia por em xeque o funcionamento das comarcas, e consigo a credibilidade do sistema penal. Por esse caminho, o tradicionalismo não seria mais que um tropeço do legalismo em vias de se institucionalizar. Porém, o movimento não era ascendente. Longe de se excluírem, as duas hipóteses diziam do jogo de forças a partir do qual as decisões do judiciário possivelmente restaram situadas àquele momento. A novidade era essa disputa, em um espaço antes minado pelo mandonismo, mas que tomava os contornos da ordem constitucional pelos trinta anos seguintes.

As armadas policiais constituíam suas práticas tomando por régua muitas das disposições inscritas pelo poder judiciário, o qual conferia interpretação, nos processos que circulavam em suas variadas instâncias, ao corpo legal ou mesmo às convenções assumidas pelo tradicionalismo. Ao passo disso, foram as dimensões das armadas policiais que, apesar de certa frouxidão de medidas que exercesse maior fiscalização, limitaram a ação daqueles órgãos de justiça entre suas iniciativas de moralização ou suavizava as suas disposições. A régua, contudo, nem sempre funcionava com muita exatidão. Os policiais agenciavam o poder do qual

dispunham em favor da sua rede de sociabilidades e dos chefes políticos locais que, em muitos casos, os havia indicado para aquele caso. No jogo de poder implícito aos municípios, as delegacias decerto foram investidas de maior ingerência sobre o mundo rural, mas sem o mesmo controle das instituições jurídicas, decerto mais vigiadas pelas ideias ilustradas.

De volta à vila de Piancó, foi preciso pensar as implicações desse conflito, que ensaiou as fronteiras do mundo rural com as cidades do interior por volta da década de 1930, na execução do processo criminal em análise. A tradição patriarcal de vingar a desonra com sangue perdeu provisoriamente o seu espaço frente a um maior controle da cadeia pública – disposta na lógica do processo criminal que acompanhava a penalidade, tal qual o propósito constitucionalista moderno exigira. Ensaivavam-se os limites do poder mandonista diante da conjuntura política instituída com a dita Revolução de 1930. Entre uma fórmula e outra, foram conduzidas as relações humanas, afinal, nem todos os casos chegaram ao conhecimento e/ou ao controle do judiciário.

Um desses acontecimentos teve vez na comarca de Princesa ao dia 31 de maio de 1930. Àquela ocasião, Martinho Pereira da Silva assassinou o seu desafeto por "vingança friamente planejada" quando este passava pelo sítio Travessia. Com um tiro de espingarda, o sujeito desfechou um conflito à maneira tradicional entre os homens do campo, de forma que só depois de concluída a vingança, o poder público pode se apropriar do acontecimento em mais uma tentativa de estabelecer a sua força sobre as tradições e a ordem política regente no mundo rural¹¹⁴. Diante dos descompassos de uma economia política em construção sobre os sertões, formas variadas de articular o poder e significá-lo tomaram os grupos sociais então em disputa. Para um tradicional homem rural, marcado moralmente por uma infâmia produzida por outro, o tolhimento da liberdade não resolveria o problema, pois só o sangue, em seu universo de significação, parecia capaz de vencer a desonra.

A legitimidade desse propósito fora tão séria para o personagem em questão que, em momento algum, o acusado negou à justiça qualquer informação quanto à execução da sua vingança: antes que a prisão fosse o seu fim, mas era preciso vingar à bala, mantendo a verdade de sua palavra, como quem selava um atestado moral aos olhos de todos. Empenhado de tal atitude, o réu deu notícia não só de seu conhecimento quanto às mudanças na condução política dos processos criminais, como também de seu protagonismo frente às possibilidades e consequências que se apresentaram diante de si. Enfim, Martinho Pereira da Silva se valeu do

¹¹⁴ Acórdão n.173 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultada na *Revista do Fôro*, v.XXVIII, f. 3 e 4, jul. e ago./1933, p.152-153.

mandonismo e das instituições judiciárias nos momentos que fora mais conveniente àquilo que teria valor conforme sua experiência.

Em contrassenso disso, com os acusados recolhidos à cadeia pública de Piancó, estabeleceu-se como que uma segunda margem de significação. Apegados à racionalidade de uma economia política, os réus não puderam mais gozar da sua liberdade. Ao passo que isso os impedia de fugir de qualquer tipo de represália, igualmente viram-se reduzidas as suas chances de morrer por meio das emboscadas que a família Genipapo poderia armar contra si. Ainda por esse caminho, as redes de influência, gerenciadas pelos sobrenomes, encontraram outra forma de garantir o seu poder. Assumindo táticas laterais de controle sobre o destino dos acusados, a parentela do sujeito assassinado se apropriou do poder público para fazer valer o nome da família. Diluída enquanto força de Estado, reorganizava-se a forma de mandar.

O que se quer apresentar, portanto, é a emergência de um novo cenário, desenhado em meio a essas duas margens e conduzido pelos sujeitos em disputa. Afinal, não era apenas o Estado que havia se aparelhado diante de novos princípios, também a gente do campo agenciava tradições e novidades frente a novos propósitos. A vida tomava um significado maior do que a honra, o tolhimento da liberdade afirmava a sua eficiência em lugar da vingança, mas nada disso se deu da noite para o dia, e nem apagou o passado social, tratou antes de incorporá-lo à nova agenda como alicerce da mudança e reelaboração dos valores coletivos. Em meio aos conflitos do poder público com o exercício mandonista das tradicionais famílias paraibanas, indivíduos e coletividades constituíram novas definições para o seu estar no mundo.

Instituída por esses novos instrumentos, a solicitação de desaforamento da comarca de Piancó também pode ser compreendida como uma tentativa de burlar o sistema por dentro das suas fragilidades. Os réus recorriam a uma segunda instância de poder, pleiteando o retardamento da execução do processo, bem como a moderação de sua sentença final. Para isso, se valiam de um argumento certo, de um possível inimigo comum, o estatuto familista das políticas municipais. Mesmo em se tratando de uma opção, talvez fosse o desaforamento a única que lhes restasse. Encalacrados pelas influências das parentelas no exercício das comarcas, com o destino inscrito no campo do adversário, esses sujeitos ensaiaram os limites do regime burocrático.

Mas a interpretação fria da lei pelo parecerista, a aquiescência da mesma pelo júri e a devolução do caso à sua comarca de origem, também denunciaram os vínculos políticos que envolveram a ligação entre as instâncias jurídicas e/ou entre centro e periferia. Aparelhados frente a esses conflitos, os magistrados do Tribunal de Justiça trataram de traduzir os possíveis

mecanismos de ação do poder judiciário no mundo rural da forma que melhor interessasse à ordem pública e ao governo instituído. Conforme essa equação, o descrédito do poder familista seguia como uma variável improvável.

Mas o termômetro nem sempre foi esse, casos tomados por inúmeras outras particularidades inscreveram a difícil relação mandonismo e economia política na Paraíba. Ainda no Governo Provisório (1930-1934), dois processos acolhidos pelas instâncias municipais foram alvo de profundas críticas por parte dos pareceristas do Tribunal de Justiça. O primeiro processo retomou uma acusação reiteradamente manipulada pelas instâncias municipais, tratava-se de um caso de homicídio *aberratio ictus*, transcorrido no dia 28 de junho de 1920. Àquela ocasião, realizaram-se danças na casa de Solidonio de Araújo Bastos, no lugar Antonica da comarca de Patos, onde, por volta das onze horas, Francisco Escarião da Nóbrega fora atingido no rosto por uma casca de melancia, que Manuel Alves do Nascimento havia jogado contra si. Após "trocarem palavras e explicações a respeito, [o primeiro] sacou de uma pistola mauser do bolso da calça e disparou um tiro contra Manuel Alves". Mas, como triste destino da noite, o projétil atingiu a moça Maria de Araújo Bastos, que faleceu em sequência.

Àquele momento, o processo foi dificultado pelas testemunhas, em discursos claramente contraditos ao do denunciado. Mas o principal responsável pelos atrasos no julgamento pareceu ter sido o serventuário do cartório João Calazães Angelim "tantas vezes mandado responsabilizar (...) em virtude de faltas idênticas", então falecido. Mesmo depois dos 14 anos que separaram o crime de sua audiência, o juiz de Direito da comarca de Patos deferiu pela "legítima defesa" e "causalidade" do delito, apostando em uma combinação de circunstâncias alheias à vontade do denunciado. A então absolvição foi acusada pelo procurador-geral Mauricio de Medeiros Furtado, mas, apesar de toda a parcialidade municipal, imprópria a uma avaliação idônea, o caso voltou para essa primeira instância de julgamento¹¹⁵.

O segundo processo teve vez na comarca de Alagoa de Monteiro. Àquela jurisdição, foi registrada a escritura da propriedade Riacho da Roça, vendida por três cidadãos e comprada por outro. Foi, então, que surgiu um terceiro sujeito, se dizendo prejudicado pela imprecisão do documento, que teria tomado algumas braças de suas terras em parte da negociata. Em mãos do Ministério Público, possivelmente de um promotor, o processo foi impetrado em acusação ao escrivão do distrito de São Sebastião de Umbuzeiro, Boaventura Ferreira Mendes. E como se não bastassem os erros que levaram o caso até esse instante, o mesmo foi imputado pelo juiz de

¹¹⁵ Acórdão n.38 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultada na *Revista do Fôro*, v.XXX, f. 3 e 4, mar. e abr./1934, p.128-131.

Direito, equivocadamente, na instância criminal, e não na civil, como a elaboração do caso exigia.

Ainda o advogado do solicitante, bacharel Mario Campello de Andrade, estava aos olhos do parecerista, procurador-geral interino Julio Rique Filho, tomado pela incoerência. Para ele, não havia razão para solicitar um *habeas corpus*, visto que o réu ainda não havia sido julgado e nem estava preso. A Corte de Apelação do Tribunal de Justiça da Paraíba, no entanto, decidiu, em 17 de agosto de 1934, conceber o *habeas corpus*. Ao que parecia, frente a tamanha confusão entre as instâncias se fazia muito mais eficiente encerrar o processo no nível que ele havia chegado do que retroceder em cada equívoco, apurando os crimes de responsabilidade, ou decretar nulidade, o que equivalia a devolver o processo para a primeira instância, deixando o processo à mercê de outros tropeços. A aprovação ou não do *habeas corpus*, em sendo essa a matéria do processo que havia chegado àquela instância, afinal, era a única possibilidade de manobra sobre o caso juridicamente possível¹¹⁶.

Essas margens de atuação para o Tribunal de Justiça da Paraíba apresentavam certos trâmites das indefinições do método jurídico, bem como da sua aplicação entre as diversas instâncias de poder. No final das contas, entre o julgamento de um caso marcado pelo familismo e de outro tomado pelos equívocos "acidentais" dos responsáveis pela jurisdição em conflito, se instituiu um número considerável de normatizações e obstáculos. Afinal, se lutar contra um poder constituído exigia uma força política significativa, corrigir os equívocos das instâncias menores do próprio sistema judiciário só se daria mediante uma capacidade de organização que àquele momento não parecia possível.

Todavia, as diferenças entre ambos ficavam marcadas na ordem do discurso. Na barganha com as elites, o magistrado estadual adquirira um manejo sobre o qual toda a armadura forjada pela economia política poderia se estabelecer, mas, contra seus próprios membros, o propósito parecia se quebrar. Afinal, a interdependência dos sujeitos, para com o exercício democrático de poder, se constituía necessidade de primeira ordem para o funcionamento do complexo judiciário. Assim sendo, suas distorções não raro se abateram contra os funcionários de menor prestígio: em ambos os casos, os escrivães. No final das contas, nem aquela segunda instância do poder político, o Tribunal de Justiça da Paraíba, conseguira assumir uma postura completamente contornada pela economia política, de modo que, muitas vezes, uma solução mais rápida, como o *habeas corpus*, mesmo que destituída dos méritos que a academia exigia, tomou a ordem do dia.

¹¹⁶ Acórdão n.384 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultada na *Revista do Fôro*, v.XXX, f. 3 e 4, mar. e abr./1934, p.109-111.

Circundado por todos esses tropeços, o poder judiciário, em nome da agenda dita revolucionária, inscreveu uma postura de execução legislativa tomada por um endurecimento na interpretação. Apesar de, por vezes, adotar caminhos mais fáceis para a concretização da ordem social, seu discurso moralizador elevou o nível das discussões que perfizeram seu entorno aos possíveis enraizamentos legais, relegando o mandonismo dos tradicionais coronéis paraibanos, sem dúvida detentores de um poder considerável, aos bastidores dos processos civis e criminais. O método se tornava reiteradamente a moeda comum dos magistrados, e os vícios que insistiam em privatizar as disposições públicas alçaram a veia de inimigo coletivo. Diante da cena aberta, vendavam-se os olhos da justiça, advogando o direito de todos à imparcialidade das instituições democráticas. Acontecia que, ao passo que conquistas significativas eram sentidas em meio aos processos civis, como o deferimento das indenizações por benfeitorias, o mesmo não foi possível dizer dos processos criminais, nos quais eram agenciados marcadores sociais da diferença, reforçados pelos preceitos científicos em voga àquele momento (SCHWARCZ, 1993).

Em sendo assim, o mesmo tecido que afirmou o direito ao julgamento imparcial interditou o direito à diferença. Espelhados, os processos civis e criminais desenharam uma fronteira marcada por um número considerável de arbitrariedades inscritas pela modernidade, e que tratou de hierarquizar sujeitos e hábitos culturais. A primeira destas pode ser notada ao longo de toda essa narrativa: tratava-se da ausência de uma legislação adequada à atividade jurídica refletida no mundo rural. Mas essa régua também serviu à reorientação das questões raciais que teve vez na década de 1930. Não se tratava mais da condenação explícita às etnias não brancas, e nem à afirmação de dois códigos penais, como tantas vezes fora referenciado ao longo da Primeira República, conforme Lilia Schwarcz (2012). Porém, no correr das legislações, os conceitos indeterminados como *caráter*, *abuso de confiança*, *boa-fé*, *posse pacífica*, entre muitos outros, constantemente foram usados contra mulheres, negros, índios, pobres, camponeses e outros grupos relegados ao segundo plano pelo projeto nacional.

Em alguns casos, essas colocações foram observadas como instrumento de acusação e/ou defesa, mas desconsideradas de validade pelo Tribunal de Justiça. Assim ocorreu no termo de Santa Rita, comarca de João Pessoa, onde a justiça pública apelou João José de Oliveira, vulgo "Carneiro", e Antonio João, vulgo "Gato Preto", por homicídio. Àquele ano de 1932, em um dia e mês desconsiderados, por volta das dez horas da noite, estiveram os acusados no lugar Várzea Nova, cantando cocos e bebendo aguardente, quando uma discussão acalorada teria resultado em luta corporal e morte de Antonio Ignácio. O problema era que tal narrativa não teve sequer uma testemunha, sendo concluída pela polícia a partir de um chapéu, que pertenceria a João José de

Oliveira, encontrado junto ao cadáver, e de informações segundas quanto ao estado de embriaguez e tipo de festejo que os caracterizava na fatídica noite. Conforme o parecer do procurador-geral Mauricio de Medeiros Furtado e sentença posterior do Tribunal de Justiça da Paraíba, os dois acusados foram absolvidos por falta de provas¹¹⁷.

Ainda em 1932, Ignácio Meira Tejo, acusado de defloração, se valeu de sua condição de proprietário de terra, criador de gado e agricultor, bem como do pagamento dos tributos que envolvem essas categorias sociais, tal qual fora atestado pelas testemunhas, para justificar sua posição de cidadão de bem. Tendo sido o argumento invalidado pelo parecerista, em associação à falta de documentação comprobatória da menoridade da moça deflorada, mais uma vez o procurador-geral Mauricio de Medeiros Furtado concluiu a nulidade do processo, mas não autorizou o uso desse argumento para a concessão de *habeas-corpus*¹¹⁸. O processo, nesse sentido, ilustrava essa concepção arcaica conforme a qual os sujeitos que tinham posse ou autoridade sobre a terra distinguiam-se dos demais que não contavam com esses atributos, *vide* Márcia Maria Menendes Motta (1998).

Outros julgamentos se valeram das posições sociais dos sujeitos envolvidos para interditar o valor que as decisões ou testemunhas de seus discursos poderiam acionar. Em uma solicitação de *habeas-corpus*, os bacharéis Francisco Seráfico da Nóbrega e Apolonio da Cunha Nóbrega recorreram ao equivocado foro da acusação de homicídio, realizado na comarca de Teixeira, ao passo que os acusados João Gomes da Cota e Luiz Domingos da Silva residiriam na jurisdição de Patos, como argumento para o tolhimento de suas liberdades civis. Para tanto, foram acionadas testemunhas que declararam viverem estes nos lugares Olho D'Água e Liberdade da segunda comarca. Dessa vez, foi o procurador-geral Mauricio de Medeiros Furtado que, entre outras coisas, usou do analfabetismo das testemunhas para desconsiderar o valor dos seus discursos. Por fim, o *habeas-corpus* foi negado¹¹⁹.

Foi preciso, ainda, retomar as decisões jurídicas referentes não aos acontecimentos que margearam o ambiente rural, ou que o tomaram de espaço, mas à sua própria universalidade enquanto mundo marcado por significados próprios. Como uma primeira fronteira, o sistema judiciário à década de 1930 desenhava o conceito de lugar ermo: "A agravante do "lugar ermo" somente poderá ser reconhecida, quando propositalmente procurada pelo réu para mais

¹¹⁷ Acórdão n.240 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultada na *Revista do Fôro*, v.XXXI, f. 1 e 2, mai. e jun./1934, p.131-133.

¹¹⁸ Acórdão n.293 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba Consultada na *Revista do Fôro*, v.XXV, f. 3, jul./1932, p.193-196.

¹¹⁹ Acórdão n.156 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultada na *Revista do Fôro*, v.XXX, f. 3 e 4, mar. e abr./1934, p.113-115.

facilidade na execução do crime”. Esse dispositivo não deveria se inscrever como agravante de validade em relação a um crime cometido no mundo rural, portanto, mas assim não fora compreendido pelo promotor público, insatisfeito do grau mínimo da pena conferido a Manuel Paulino da Silva, sob o qual não pesavam antecedentes criminais, pelo crime de estupro ocorrido na comarca de Picuhy¹²⁰. A construção desse “lugar ermo” como conceito implicou, ainda, na compreensão do mundo rural como espaço tomado pelo perigo, pela suspeição, pela insegurança.

Essa ausência de uma legislação específica para o exercício judiciário no mundo rural atestou, ainda, a indefinição dessas instituições regidas pela economia política no trato com aquela espacialidade. Ocorreu que a Prefeitura Municipal de Campina Grande, em razão das avaliações do diretor de higiene, determinou a extinção de duas mil bananeiras nas proximidades do Açude Velho, cujo cultivo, segundo as referidas autoridades, fora proibido pelos códigos de postura daquela localidade por contribuírem à proliferação de muriçocas. Se valendo do seu direito à propriedade, Pedro de Sousa Leal propôs uma ação judicial contra os responsáveis pela referida determinação, solicitando indenização pelos danos causados. Na avaliação do Tribunal de Justiça da Paraíba, não só o direito à propriedade deveria ter sido considerado, mas também a ação do código de posturas, que deveria limitar-se à circunscrição da cidade, não exercendo validade sobre o mundo rural. Marcado pela falta de um marco regulatório de semelhante propósito, o campo ficou circunscrito pelos ajustes, regidos antes pelas arbitrariedades dos juízes, desembargadores, procuradores-gerais, e consequentes jogos de forças constantes entre eles¹²¹.

Em resposta do cenário de transição, articulado no mundo rural paraibano a partir da década de 1930, as fronteiras do mandonismo e da constitucionalidade se desenharam em conexão com os problemas sociedade-indivíduo, público e privado, centros e periferias, que há muito habitaram os debates em torno da formação do Estado nacional brasileiro. Os órgãos de justiça participaram frontalmente do processo de institucionalização dessas mudanças, sobretudo no que dizia respeito ao mundo rural, o qual outras dimensões do poder público tiveram mais dificuldade de acessar. Mas as normatizações modernas enfrentaram obstáculos consideráveis na concorrência com a ordem política então vigente àquela especialidade, bem como na supressão de suas próprias dificuldades de gerenciamento. Por fim, foi necessário retornar à experiência das pessoas do campo, posicionadas ora pela tradição, em sua face mandonista ou em sua forma

¹²⁰ Acórdão n.184 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultada na *Revista do Fôro*, v.XXVIII, f. 3 e 4, jul. e ago./1933, p.158-160.

¹²¹ Acórdão n.43 do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Consultado na *Revista do Fôro*, v.XXXI, f. 3 e 4, jul. e ago./1934, p.144-146.

constitucionalista, ora pela legalidade, no embalo da sua moral e/ou daquilo que se fizera mais interessante para si e/ou para um grupo frente à novidade acionada, sempre no intento de reagir à hegemonia, seja em concórdia às disposições dominantes, ou em discórdia: por meio de uma pequena falcatrúia ou de uma resistência considerada por uma coletividade.

Ao longo dos anos que envolveram a modernização do mundo rural, as comarcas e o Tribunal Superior de Justiça da Paraíba foram as instituições que mais incidiram sobre o cotidiano da gente camponesa. A arbitragem que elas exerciam sobre os conflitos que tiveram aqueles sujeitos como protagonistas foi medida pelos valores modernos, mas também se fez investir de antigas práticas, caminhando em uma linha estreita entre os avanços sociais e os recuos, mas, se observado o plano geral, contribuindo antes com a democratização do Estado brasileiro do que com a permanência das estruturas arcaicas de poder. A contrapartida, no entanto, havia sido a sentença de morte daqueles mundos misteriosos, que sob a marca do controle jurídico foram desencantados, rendidos à racionalização dos espaços.

4.2 O cercamento dos terrenos em comum: os pequenos produtores e as mudanças na compreensão do espaço.

Trata-se assim de um terreno em comum, como é qualificado na linguagem vulgar do sertão, conservado em aberto, que todos os condôminos da data e dele vizinhos, soltam os gados, queimam, para alimentá-los, cardos nos anos de seca, cortam madeiras para construção e reconstrução de cercas, exercendo, de fato, poderes inerentes a uma comosse.
(...)

Nos campos desocupados do sertão, todo mundo tira lenha, corta madeira, solta gado a pastar, tira barro, areia, pedras, água, etc.

Revista do Fôro (jan./jun.1945, p.160).

A discussão expressa na *Revista do Fôro* em 1945 constituiu o argumento que arbitrou o destino de uma propriedade em litígio na comarca de Catolé do Rocha. Os autores do processo, Quintino Alexandre Diniz e sua esposa, informavam ter adquirido uma casa de tijolo e taipa, com um cercado de plantação em certo baixio ao poente da casa, com mais algumas braças que se estendiam sobre um terreno de tabuleiro. Em razão da citada posse legal, o casal achou por bem cercar essa última faixa de terra, a qual se encontrava em aberto. A atitude, contudo, foi observada pelos réus, Antonio Saturnino da Silva, José Saturnino da Silva e suas respectivas

senhoras, os quais, a despeito da posse que julgavam exercer sobre a referida localidade, destruíram o cercado em questão.

A perícia constatou que a posse do referido taboleiro jamais foi exclusiva dos autores ou dos réus, havendo uma considerável quantidade de pequenos proprietários na região, os quais se valiam do lugar para extrair madeira e pôr o gado para pastar. A despeito do documento apresentado pelos autores, aliás, os réus possuíam um semelhante, cujos limites eram igualmente imprecisos, citando a compra de “uma casa de tijolos, sistema chalé, coberta de telhas, de tamanho regular, com um cercadinho anexo à mesma, metade de um pequeno sítio na frente da mesma casa, compreendendo parte da cacimba de gado, metade de uma casinha de fornalha e Cr\$ 26,86 de terra, tudo encravado no lugar Páu Ferro de Cima”¹²². O Superior Tribunal de Justiça da Paraíba, então, concluiu pela improcedência da petição, deslegitimando a posse exclusiva dos autores ou dos réus e assegurando uma multa a ser aplicada caso tais sujeitos voltassem a impedir o acesso dos copossuidores ao bem comum.

O cercamento das terras comunais esteve no alicerce do longo processo de mudanças sociais que desembocaram na Revolução Industrial, atestava Karl Marx (2013[1967]) em *O capital: crítica da economia política*. Com o desaparecimento do sistema servil no final do século XIV, dizia o autor, a população camponesa da Inglaterra se tornou predominantemente constituída de arrendatários livres. Entre o último terço do século XV e as primeiras décadas do século XVI, no entanto, os habitantes daquelas paragens tiveram de enfrentar o cercamento daquelas terras comunais, das quais costumavam retirar o seu sustento. Esse foi o processo que o pensador oitocentista descreveu como prelúdio do capitalismo (MARX, 2013[1867]).

Edward Palmer Thompson (1987[1975]), em seu livro *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*, explicou como o que estava em jogo, àquela ocasião, era mais do que a propriedade da terra, mas o acesso a ela. Para o historiador, era necessário aprender o valor que os camponeses e as camponesas do século XVIII conferiram ao seu fazer para que fosse possível conhecer a natureza dos conflitos que estavam em jogo. Em meio às resistências que compuseram seu cotidiano, os habitantes do mundo rural agenciavam as hierarquias da sociedade estamental inglesa. O processo, que durou longos trezentos anos na Inglaterra, teve vez, no estado paraibano, apenas entre o final do século XIX e início do século XX, aspecto que tornou aqueles acontecimentos peculiares às experiências dos habitantes da territorialidade supracitada.

No Brasil, a obrigatoriedade da delimitação das terras foi uma das expressões mais

¹²²Conforme *acórdão* da apelação civil n.894 do Superior Tribunal de Justiça. Acessado na *Revista do Fôro*, jan./jul.1945, p.159-161.

importantes da Lei de Terras de 1950. A forma como os senhores e os moradores dessas propriedades lidavam com essa obrigatoriedade, no entanto, poderia tomar diferentes contornos. A delimitação das propriedades, atestava Márcia Maria Menendes Motta (1998), dependia, em grande medida, do poder de arregimentar testemunhas que legitimassem aquela posse. Em meio a esse cenário, continuava a autora, não foram poucos os proprietários que marcavam com algum rigor apenas a parte das terras tomada pelas benfeitorias, deixando em aberto os outros limites, os quais, a propósito, eram também imprecisos: falava-se de uma árvore antiga, de um riacho, ou mesmo da vizinhança de outra propriedade, entre os quais não costumava haver limites exatos.

A história do processo supracitado, portanto, dava uma boa medida da mudança de concepção que envolveu o conceito de propriedade da terra com o advento da modernização. Por muito tempo, esse valor foi compartilhado pelos sujeitos que coabitavam o mundo rural como sinônimo de autoridade e não de posse, conforme Márcia Maria Menendes Motta (1998). Estar na propriedade de um chefe político significava antes sujeitar-se ao seu poder de mando, ou afrontá-lo no caso dos mais corajosos, do que invadir o seu território. Foi com o processo de valorização da terra, portanto, que o conceito de propriedade privada ganhou, entre as pessoas que moravam no mundo rural, a definição com a qual ele se perpetuaria no curso do processo modernizador.

O conceito em mudança também empreenderia uma transformação nos usos que se fazia dele. Os cercados não eram de todo uma novidade entre as pessoas que habitavam o mundo rural, a quantidade expressiva de processos que se remetiam às “velhas cercas” dava uma boa medida de quão antigas elas poderiam ser. A combinação das estacas com o arame farpado possivelmente se tornou mais usual no final do século XIX, porém outras construções com característica semelhante existiram por toda a história. Ao longo desse processo, mudanças significativas puderam ser percebidas nos usos que foram dados às cercas, ou pelo menos nas necessidades que tomavam a sua construção por deferência. A quantidade expressiva de processos que envolveram a questão do acesso às terras e consequente construção dos cercados conferia um bom indicio do quão latente esse problema esteve na primeira metade do século XX.

Dos pequenos cercados que serviam para proteger as lavouras do gado, as cercas se converteram em ferramentas para demarcar território em um mundo no qual a autoridade dos chefes políticos já não tinha a mesma força. Diante de tais circunstâncias, foram os órgãos públicos que assumiram essa função, transferindo para o papel e para o arame farpado o arbítrio do acesso a cada território, cujas dimensões caberia ao agrimensor e à justiça aferir. Para ser proprietário de terras não era mais necessário dispor de força política e bélica que assegurasse a

sua posse, apesar de, em muitos casos, essa prática ter se mantido. Em diversos momentos, bastava que ela fosse registrada enquanto documento e que o Estado a garantisse por meio de suas instituições. Essa nova definição de propriedade fazia parte de um escopo de transformações políticas, econômicas e culturais que implicariam em uma mudança significativa nas condições de vida da gente camponesa, já que era o acesso à terra que em grande medida caracterizava as circunstâncias de moradia e trabalho no mundo rural.

Os réus do processo que teve por cenário a comarca de Catolé do Rocha, bem como os demais pequenos produtores que costumavam fazer uso do terreno de taboleiro em litígio, tiveram sucesso na manutenção do seu acesso à terra. Por meio do referido processo legal, a consensuada posse coletiva foi legitimada pelo poder do Estado, configurando certa interpretação da legislação e dos autos que priorizou o bem coletivo sobre o interesse privado e que reconheceu a imprecisão dos documentos cartoriais que vigoravam até então. A citada interpretação, contudo, nem sempre prevaleceu nas decisões daquele tribunal. Ao passo que as querelas nas quais se envolveram os pequenos produtores costumavam caminhar por esses rumos, quando a propriedade em questão envolvia grandes latifundiários outras relações de poder entravam em jogo. Nesses casos, o arbítrio judicial costumava servir antes à concentração de terras que à sua democratização.

Era os anos finais do Estado Novo, regime político que centralizou parte significativa do poder público nas mãos do Executivo Federal, o que dentre outras coisas enfraqueceu bastante a autonomia dos órgãos de justiça brasileiros¹²³. Destituídas da independência que careciam, as instituições jurídicas ficaram mais vulneráveis às redes de poder que lhes eram externas, a exemplo dos espaços de influência dos grandes latifundiários. Tais circunstâncias ainda tiveram por agravante o processo de democratização que estava em curso, o qual não contava com participação popular que o legitimasse¹²⁴. Para além dessas fronteiras, também o processo legal nasceu com um apelo bastante forte ao valor do documento escrito, materialidade essa que já era familiar aos latifundiários, mas não o era entre os pequenos produtores. Esses sujeitos, por vezes, se assentavam em algumas localidades sem registro oficial que os legitimasse ou mesmo entre os moradores das propriedades dos coronéis, cuja presença era entendida antes como uma

¹²³Conforme leitura de Emília Viotti da Costa (2006[2001]) no livro *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. A autora afirma que esse foi o momento de maior vulnerabilidade pelo qual a referida instituição passou desde a sua criação, quando do advento da instauração do regime republicano.

¹²⁴Jorge Ferreira (2013[2003]) analisou o processo de transição democrática brasileira a partir do quererismo, movimento que andava na contramão do que estava sendo feito nas esferas institucionais. Na esteira dessas reivindicações, o autor mostrou como o exercício da cidadania se deu em um catálogo muito mais amplo do que o corpo legal autorizava.

permissão que como um contrato, e mesmo quando assumia a segunda característica, ela costumava ser feita com o valor da palavra, sem papel algum que lhe desse lastro.

A propriedade é uma ferramenta racional de organização do espaço e como tal se fez tributária do desencantamento do mundo, processo do qual a modernização era produto. A exatidão dos limites que ela pretendia constituir, no entanto, competia com a lógica fugidia dos sertões misteriosos nos quais o mundo rural por muito tempo se espelhou. O encantamento e a razão barganharam espaço no novo tempo, sendo possível afirmar que apesar da vitória do segundo enquanto estrutura institucional, foi uma forma híbrida que se efetivou na experiência da gente do campo. Pelos entremeios desses dois lados aparentemente contraditórios foram constituídas outras formas de se compreender e organizar a vida no mundo rural, caminhos esses que foram trilhados pela população camponesa como uma forma conviver com as novidades sem abandonar as tradições. A reação à modernização da geografia agrária conviveria, portanto, com uma revisão dos camponeses e das camponesas quanto às suas experiências e quanto às suas expectativas.

Ao entardecer do dia 18 de maio de 1943, Antonio Batista Guedes e Sebastiana Nunes da Silva pescavam no lugar Gameleiro, da comarca de Itabaiana, momento no qual foram surpreendidos pelo proprietário do açude, João Costa de Castro, o qual os acusou pelo roubo dos seus peixes. Na sequência daquele evento, o casal foi espancado e aprisionado no armazém de algodão, onde ficaram acorrentados até o dia seguinte, quando foram conduzidos à delegacia de polícia. O acontecimento resultou em um processo penal no qual o fazendeiro, em companhia dos seus cúmplices naquele feito, Severino Paz do Nascimento, Rozendo Henrique de Abreu e José Clovis de Castro, foi condenado a um ano de detenção. Quando da apelação, no entanto, a sentença foi reduzida a três meses em cárcere comum, exigindo-se a averiguação da culpa dos autores do processo pelo crime de furto¹²⁵.

Tratava-se de uma fazenda de algodão, a qual possivelmente não contaria com a pesca como parte de sua economia. A atividade pesqueira, assim como a criação de aves e a plantação de mandioca, aliás, costumavam ser práticas de subsistência da população camponesa, as quais conviviam com as grandes lavouras dos agropecuaristas como condição à manutenção do seu trabalho. Diante de tais circunstâncias, considerar um peixe como propriedade resultava de uma representação muito estreita da propriedade, como se nela estivesse contido tudo o que restasse circunscrito em determinada porção geográfica. Compreensão essa, a propósito, que se estendia

¹²⁵Conforme *acórdão* da apelação civil n.894 do Superior Tribunal de Justiça. Acessado na *Revista do Fôro*, jul./dez.1945, p.55.

ao direito sobre a vida das pessoas, perceba-se a brutalidade com a qual o senhor das terras em questão cerceou a liberdade do casal que estava pescando.

Atitudes como aquela não costumavam ser produtos de uma ocasião, mas de uma história de conflitos entre as pessoas que estavam em jogo. O arbítrio do sujeito que para se dizer proprietário de um peixe corroborava com a emergência da modernidade, mas que no trato com a gente camponesa se investia de velhas práticas, confrontava a luta pela sobrevivência dos seus opositores que, possivelmente, já haviam pescado por aquelas redondezas antes, a julgar pela violência do senhor da terra. O conflito era, em certa medida, conhecido e por esse motivo a insistência do casal de pescadores parecia intencional. No escopo daquela batalha para escapar das garras do chefe político em questão, aquela gente reagia àquela ideia de propriedade privada, burlando as teias de poder e usando, para isso, ferramentas tanto tradicionais quanto modernas. Em outras palavras, pouco importava se o peixe era ou não propriedade daquele senhor, o centro da questão não era o pretensão furto, mas a autoridade que o proprietário teria sobre aquelas terras, domínio que, até certo momento, estava aquém do que um certificado de propriedade seria capaz de arregimentar.

No dia 7 de julho de 1942, foi julgado no Superior Tribunal de Justiça da Paraíba uma ação de manutenção de posse movida por José Teotônio dos Santos e sua esposa, tendo como réus José Sátiro de Souza Quinho e respectivo cônjuge. O processo, que já havia sido julgado na comarca de Piancó, alcançava aquela instância superior como resposta à apelação dos seus autores, os quais se diziam senhores e possuidores de duas partes de terra denominadas “Matapasto” e “Barro Vermelho”, que juntas constituíam a fazenda “Volta”, e que foram adquiridas como herança de seu sogro e pai dr. Felizardo Leite Ferreira. Alegavam os requerentes que por aquelas localidades estavam por si e por seus antecessores “desde tempos imemoriais, na posse branda e pacífica das mencionadas terras”, onde constituíram benfeitorias, como um açude com mais de cinquenta anos, e seguiam, apresentando os limites das terras que lhes seriam de direito:

ao Norte com a fazenda “Passagem de Pedras”, na estrada de rodagem que lida aquela cidade a Patos; ao Sul com a referida fazenda “Volta”, pela estrada da vila de Olho D’água, do Joazeiro Ferrado ao riacho de Jatobá; ao Nascente com a fazenda “Malhada do Boi” e a propriedade “Grotões”, numa linha réta partindo do auto da Lagôa Séca ao aludido Joazeiro Ferrado na mencionada estrada Olho D’água e ao Poente com as terras das propriedades “Açude” e “Gato”.

Acontecera que em dias de agosto de 1941, teriam os réus invadido as terras dos autores, reivindicando o estabelecimento de novos limites para as suas propriedades. Em sua defesa, José

Sátiro de Souza Quinho e sua esposa alegaram que por ocasião da compra das terras Malhada do Boi no lugar Pilões ou Grotões, como passou a se denominar, ao senhor Antônio Toscano dos Santos, marido da d. Alzira Leite Toscano, a qual herdara a fazenda de seu pai, o dr. Felizardo Leite Ferreira havia sido consultado sobre os limites em litígio, ficando acordada a posição que eles estavam defendendo, tanto que ali cortavam madeira e roçavam caminhos com certa regularidade. Diziam os réus que os limites de suas terras jamais foram o juazeiro que os autores citavam, mas as águas do riacho Grotões, nome que passaram a adotar desde então para aquela localidade. Em razão das evidências apresentadas, o tribunal decidiu por unanimidade confirmar a sentença proferida na comarca, a qual assegurava a posse aos réus¹²⁶.

Aquele conflito entre os possuidores da terra desde tempos imemoriais e o atestado do uso frequente do terreno eram artifícios tradicionais dos latifundiários e dos posseiros em meio às suas dissidências por propriedade. Conforme Márcia Maria Menendes Motta (1998), esses dois argumentos apoiavam-se nos artigos da Lei de Terras de 1950 e na forma como a posse poderia ser atestada pelos sujeitos e confirmada pelas suas testemunhas. Dizia a autora, “os conflitos de terra são – é verdade – disputa sobre o sentido da história, opondo interpretações e justificativas divergentes sobre o direito à terra, e não apenas sobre o direito à propriedade *tout court*”, e continuava, “por essa perspectiva, é possível pensarmos que as interpretações também têm uma história e que elas podem se confundir no cotidiano entre sujeitos sociais diversos” (MOTTA, 1998, p.21).

Ao longo do processo supracitado, os vários argumentos que entraram em pauta acessaram ferramentas modernas e tradicionais para certificar a posse dos dois grupos em litígio. Dentre as alternativas que estavam em jogo, em momento nenhum se falou em comosse, esse artifício parecia ser mesmo a última decisão possível dentre as possibilidades que o momento oferecia. No mundo rural paraibano que as instituições modernas inventavam, não parecia haver muito espaço para a posse coletiva. Essas estratégias, contudo, não dispunham da precisão que o sistema métrico adotado pelos documentos institucionais exigia, no seu lugar, estavam os tradicionais marcadores naturais, como o juazeiro e o riacho, ou alguns outros instrumentos de precisão externa à posse do terreno, a exemplo das estradas de rodagem ou de ferro, mas prevalecia como disposição mais recorrente a imprecisão das vizinhanças, inscritas como espacialidades limítrofes das referidas circunscrições. As várias combinações possíveis das novidades com as tradições abriam um leque extenso de possibilidades de reação para a gente

¹²⁶Conforme *acórdão* da apelação civil n.224 do Superior Tribunal de Justiça. Acessado na *Revista do Fôro* jul./ago.1942, p.77-80.

rural.

Nomear é um gesto político que inscreve territorialidades. O caso da conversão do lugar Pilões no território Grotões trazia em sua esteira a intenção de afirmar um passado em detrimento de outra narrativa que o contradizia. O mais provável, contudo, a julgar pelo lastro dos demais processos consultados ao longo dessa pesquisa, é que sobre as terras em litígio não pesassem relações de posse exclusiva. É possível que os antecessores tanto dos autores e quanto dos réus ocupassem o terreno que margeava o riacho Grotões e alcançava o juazeiro sem que para isso tivessem de impedir que os vizinhos também o fizessem. A mentalidade fabricada pelos novos tempos reescrevia o passado como se ele guardasse consigo o mesmo propósito de demarcar fronteiras que a modernização se empenhava em levar a cabo. À frente do mundo rural que se modernizava, aqueles pequenos proprietários inventaram tradições e reagiram às evidências dos novos tempos a partir do modo como se situavam no passado e dos projetos de futuro em curso, usando todas as ferramentas que estavam ao seu alcance.

Os casos da comarca de Catolé do Rocha e Piancó contavam com um motivo gerador comum e que costumava aparecer com certa recorrência nos litígios que envolviam a propriedade de terra: a posse de pessoas estranhas ao pacto anteriormente firmado quanto à terra compartilhada. Os autores do primeiro processo haviam comprado a casa e a pequena lavoura anexa de terceiros, não manejando das redes tradicionais de solidariedade que subsistiram na região, e que permitiam que aqueles sujeitos compartilhassem as terras comuns, convívio que decerto não deveria estar destituído de conflitos, mas que pelas informações que a documentação fornecia, costumava ser contornada por pactos de convivência. Esses compradores, porém, por certo não teriam a mesma atitude se tivessem comprado aquela propriedade algumas décadas antes. A autoridade da qual se valeram para construir um cercado nas terras comuns lhes foi concedida por uma certa concepção de propriedade privada compreendida pelo documento escrito, o qual eles interpretaram como lhes apetecia. Esse também foi o caso dos réus do segundo processo, que compraram as terras herdadas por outra senhora.

A posse de pessoas estranhas ao pacto de convivência que regia o uso da terra também podia se dar por meio do conflito de gerações que a modernização acentuou. Os herdeiros das propriedades por vezes rompiam com as redes de solidariedade que seus pais ou avós mantinham no interior e/ou no entorno das suas propriedades. Era o caso dos autores do processo da comarca de Piancó, os quais não dispunham das mesmas relações que o seu pai e sogro havia estabelecido com seus vizinhos em outros tempos. Essas solidariedades, diga-se de passagem, não se limitavam à tolerância do uso comum das terras, mas se estendiam como redes de proteção

mútua, as quais eram muito caras em um mundo no qual a justiça e a força policial demoravam a chegar.

Os cercados demandavam algum custo e costumavam ferir os animais, compondo uma outra forma de segregação para aquele que almejasse certificar a sua propriedade sobre um terreno. O rolo de arame farpado de quinhentos metros em 1943 custava Cr\$ 1.300,000 (mil e trezentos cruzeiros), valor que demandava algum sacrifício do pequeno produtor, cujos rendimentos mensais não deveriam ultrapassar muito esse número. Em vários momentos, a documentação dava notícia da existência de cercados em algum lote de terra como sinal de riqueza do seu proprietário ou foreiro: “possuía cercados, carro de bois para os seus serviços, dispunha de moradores”, dizia José Lins do Rego, no romance *Banguê* (1961[1934, p.356), sobre o lavrador José Marreira.

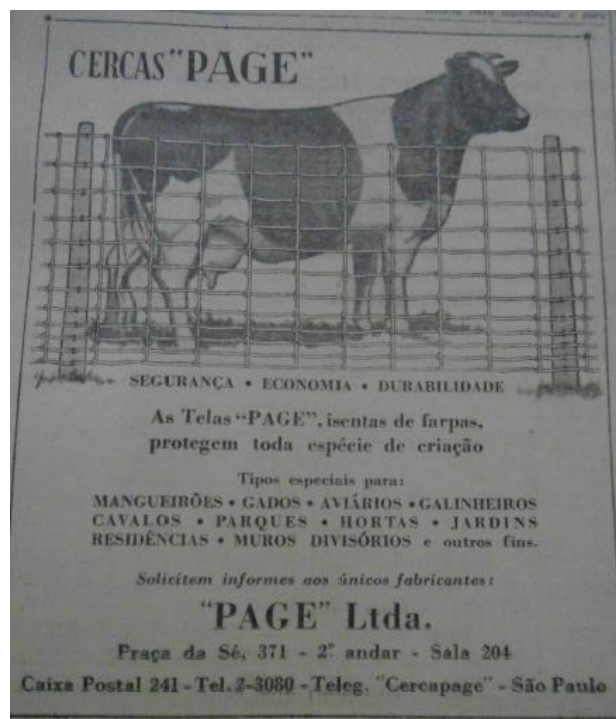


Figura 36: Cercas "PAGE"
Fontes: A União (24 set. 1944, p.5)

Em face dessa incongruência, os periódicos agrícolas sugeriram pelo menos duas saídas aos pequenos produtores. A primeira delas era a cerca natural de aveloz, como informou João Henriques. Essa planta, também conhecida como dedo do diabo, graveto ou cipoeiro já era utilizada em alguns municípios do estado, “formando cercas vivas impenetráveis e difinitivas, que não permitem a invasão de animais ou de pessoas, em consequência da densidade com que

vegeta e de possuir leite abundante e caustico e pó quasi impalpável e irritante” (A UNIÃO AGRÍCOLA, 16 mai. 1943, p.1). A outra solução foram as cercas *Page*, que prometiam segurança, economia e durabilidade em suas telas sem farpas, que protegiam a criação das possíveis fugas, as lavouras dos possíveis ataques do gado, mas que não recorria às farpas para tanto, evitando que o animal se machucasse. Enfim, a propaganda reunia consigo dois preceitos da modernização em um único produto: a propriedade e a higiene.

Parte significativa dos problemas que envolveram a posse de terras por ocasião da modernização agrária paraibana tiveram sua origem com a construção dos cercados. Essa recorrência, em nada aleatória, dizia da interferência que esse instrumento costumava empreender na vida dos trabalhadores rurais em suas mais variadas culturas. A natureza dessa interferência, contudo, costumava tomar características próprias a cada configuração por meio da qual a organização social camponesa se estabelecia. Os pequenos produtores de gado sentiram essa maior institucionalização da propriedade privada com muito mais violência do que os seus vizinhos agricultores puderam experimentar. O gado criado solto não costumava encontrar fronteiras nas suas caçadas por capim fresco que se estendiam pelos sertões nordestinos. Àquelas localidades, os vaqueiros conheciam as marcas uns dos outros, inventando uma economia moral que permitia que um novilho encontrado em porções muito distantes pudesse retornar aos domínios de seus senhores, entenda-se por domínios o seu mundo de referências mais próximas, não necessariamente inventado por uma relação de propriedade.

As disposições tradicionais não costumavam ser um terreno seguro para o poder público. O reconhecimento da propriedade era uma de suas atribuições, mas não parecia haver profissional com lastro na cultura histórica da gente camponesa habilitado para fazê-lo com o tratamento técnico que se exigia. Em dias do ano de 1941, uma novilha sem ferro foi encontrada nos campos de Pedra Branca, na comarca de Picuí, e recolhida ao depósito do município, onde foi posto em leilão. O senhor Leopoldino Dias Ferreira então reclamou a sua propriedade e não a tendo restituída, foi ainda acusado de contravenção, inquérito que resultou no arquivamento do processo nas duas instâncias que ele alcançou¹²⁷.

Aos últimos meses do ano de 1937, Pedro Tavares de Melo Cavalcanti, proprietário do sítio Alagoa de Cima em São João do Cariri, achou por bem cercar os fundos de sua fazenda, na qual havia constituído benfeitorias, dentre as quais um roçado, um açude e a casa de um morador. Acontecia que, por aquela localidade, os réus, Cicero Ferreira da Costa, conhecido por

¹²⁷Conforme *acórdão* da apelação civil n.121 do Superior Tribunal de Justiça. Acessado na *Revista do Fôro*, jul.1941, p.26-27.

Cícero Juvenal, e sua esposa, bem como os herdeiros de Antonio Pereira Pinto, mais conhecido como Antonio Flôr, José Bezerra, Luiz Aniceto de Araújo e suas respectivas esposas, costumavam deixar o gado pastar e faziam extração de madeira e tudo mais que fosse necessário. Em reação ao cercamento imposto pelo solicitante do processo, os réus entupiram as picadas de terra, coibindo que a empreitada tivesse continuidade.

O autor recorreu à documentação da qual dispunham, a qual narrava a concessão real daquela propriedade ainda no ano de 1790, bem como das benfeitorias mais antigas. A agricultura, afinal, costumava deixar rastro da sua passagem pela terra, ao contrário da criação de animais. A resposta do litígio manteve a decisão tomada na primeira instância, garantindo a posse da terra ao agricultor e assegurando uma multa para casos de nova turbação. O que os tribunais não legislaram e que os rastros não permitiram visualizar foi como os produtores se resolveram com tal cerceamento de suas liberdades, se foi possível continuar criando gado ou se foi preciso mudar de lugar ou cultura. Ficou um único sinal da gravidade do que se estava fazendo, escrito em meio aos autos como argumento da desproporcionalidade das ferramentas de observação adotadas:

Isso está de acordo com o regime adotado na exploração das propriedades de criar do Cariri, zona sêca, de população ainda escassa e onde a criação se faz em campo aberto. A agricultura é que se pratica em campo cercado¹²⁸.

O gado criado no sertão precisava de pasto e de água, de forma que não faltaram conflitos envolvendo a posse de alguma cacimba e o acesso a alguma margem de rio ou açude. A deferência se solidificou em um litígio dos quais foram personagens José Avelino de Queiroga e Odilon José de Assis, acompanhados de suas respectivas esposas, na comarca de Pombal. O alegado terreno em comum, cuja posse estava em pauta, fora quintal de ambos outrora, na qual soltavam o gado, cortavam madeira e colhiam oiticica. Os autores, contudo, não compreendiam daquela forma, alegando que as terras sempre se dividiram em uma curva do riacho Pimenta. Em certa ocasião, o conflito resultou na derrubada de uma casa e em outra foram também aqueles apelantes que permitiram que outro vizinho naquelas águas refrescasse o seu gado, o que atestaria a posse, reconhecida socialmente, de tais sujeitos. Nesse caso, a sentença legitimou a posse coletiva¹²⁹.

Os grandes latifundiários não tiveram os mesmos problemas com a extensão das terras que seu gado conseguiria acessar. Os cercados daqueles sujeitos muitas vezes tomaram as

¹²⁸Conforme *acórdão* da apelação civil n.191 do Superior Tribunal de Justiça. Acessado na *Revista do Fôro*, jan./fev.1941, p.79-82.

¹²⁹Conforme *acórdão* da apelação civil n.161 do Superior Tribunal de Justiça. Acessado na *Revista do Fôro*, jan./fev.1942, p.169-171.

mesmas dimensões que suas redes de influência outrora foram capazes de alcançar. Nas propriedades que se perdiam no horizonte, não faltavam vazantes para o gado campear. Os trabalhadores das grandes propriedades, contudo, não tiveram a mesma sorte, sobretudo entre os agricultores. A valorização das terras se deu, em certa medida, pela industrialização agrária, processo que passou a exigir cada vez mais matéria prima em seu processo de beneficiamento do produto primário. No curso desse processo, os moradores dos engenhos perderam cada vez mais espaço para os partidos de cana, crescia a agroindústria e com ela o número de desabrigados que povoavam a Várzea.

4.3 A "hospedaria de fantasmas": a mudança nas condições de moradia e trabalho nos latifúndios

Nos caminhos trilhados pelo romance *Usina* (1961[1936]), José Lins do Rego tomou de empréstimo os olhos do moleque Ricardo para descrever a modernização que invadia o mundo rural. Encostado no menino negro, que nos tempos do Coronel José Paulino, fugira para a cidade do Recife, o romancista entregava-se ao exercício da alteridade. Seguiu com ele em direção ao engenho e dava-se conta da estrada pisada pelo automóvel e dos partidos de cana que engoliam as lembranças de ambos, povoadas pelos sítios dos moradores e das moradoras, bem como pela cobertura das cajazeiras que não existiam mais. No exercício para desvendar o cenário que, outrora conhecido, àquele instante provocava estranheza, o personagem e o autor tomavam-se de uma posição semelhante de observação: regressavam como viajantes depois de anos na cidade, levavam na bagagem o desejo de encontrar o lugar que no passado fora familiar, mas de antemão guardavam a certeza que de que o mundo que encontrariam não seria o mesmo.

Com o passar dos dias, o Engenho Santa Rosa era soterrado pela Usina Bom Jesus e a maquinaria importada dos Estados Unidos anunciava as mudanças que se espalhavam pelos espaços: a produção de açúcar fora vertiginosamente multiplicada, e, junto consigo, o patrimônio da família do Dr. Juca. Mas a esteira do novo tempo levaria também as campinas onde antes o gado leiteiro encontrava pasto ou onde os moradores e as moradoras do engenho produziam seus roçados de milho ou feijão. A usina tinha fome de matéria-prima e o proprietário não medira esforços para alimentá-la, o que equivalia a inflar a sua parentela dos signos do moderno que marcavam as hierarquias sociais àquele novo contexto.

Homens de dois mundos, José Lins do Rego e Ricardo habitavam a posição entre: na cidade, continuaram a ser o menino de engenho e o moleque do eito, já no engenho, se tornariam

estrangeiros, denunciando que pertenciam a ambos os espaços ou que já não eram de lugar algum. A sensação era comum aos viajantes, mas o sentido que o autor conferia a ela dava notícia de outros conflitos. Para ele, o deslocamento era culpa da modernidade, que distanciava a gente camponesa da ordem social de outros tempos. O passado, apesar de não restar destituído de relações hierárquicas e de algumas cenas de violência, vivia medido por outro termômetro, coalhado pela nostalgia.

Se a memória é xamã do tempo, lembrava Lilia Schwarcz (2012), e traz consigo os seus mistérios, a nostalgia é um sentimento de geração. Nesse caso, de uma geração que assistiu com alguma surpresa à aceleração dos acontecimentos, mas que também agenciou muito desse novo tempo. Os apitos da usina, direcionados pela racionalidade dos relógios, anunciavam a emergência de um tempo social diferente daquele que fora movido pela posição do sol e pelas cheias do rio Paraíba. Desde então, a população camponesa teve de haver-se com uma brecha entre dois regimes de historicidade, como defendeu François Hartog (2014[2003]) ao caracterizar a modernização, fazendo dos mistérios que povoavam o passado e o futuro um campo de disputas margeado pela experiência.

Ao correr as páginas pelas trilhas do enredo, leitores e leitoras cruzavam o tempo todo com o engenho de outrora. O passado foi retomado na lembrança nostálgica das personagens mais velhas, coalhadas pelas marcas materializadas em alguns espaços ou corporificados em alguns sujeitos. Era o caso das chamadas "negras da casa-grande", que, desde os tempos da escravidão, moravam nos casebres de pau a pique que circundavam a residência senhorial. Contudo, naqueles tempos vindouros, tomados pelo império do discurso higienista na arquitetura dos prédios espaçados, privilegiando a circulação de vento e a distância entre as pessoas, aquelas mulheres negras, que de alguma forma conduziram suas vidas nos arredores dos coronéis, receberam a missão dolorosa de desaparecer. Desde então, contava o autor, o Dr. Juca havia permitido que Avelina, Generosa, Luísa e Joana ocupassem a casa velha da D. Inês:

Havia um mistério em se saber quem fora de verdade a D. Inês. Os mais velhos, as negras do cativoiro, falavam de uma mulher muito bonita que tinha qualquer coisa com o velho Jerônimo, irmão do Coronel José Paulino. Vivera naquela casa muitos anos e terminara louca, gritando noite e dia. E anos e anos D. Inês vivera assim gritando, sem botar a cabeça de fora, com uma negra que tomava conta dela. E quando morrera, ninguém quis mais habitar a sua casa e aquilo ficou para sempre se chamando a casa de D. Inês. Fechada, cercada de mata-pasto, com aquele pé de gameleira enorme perto, a casa de D. Inês estava para sempre marcada de mistério. Os meninos tinham medo de passar por lá. As negras acreditavam em almas-penadas dormindo pelos quartos vazios (REGO, 1961[1936], p.267).

E concluía: "Agora as negras haviam sido conduzidas para esta hospedaria de fantasmas"

(REGO, 1961[1936], p.267).

O mistério que rondava a velha casa da D. Inês dizia muito dos significados que circulavam no mundo rural quando do advento da modernização, sobretudo na várzea do rio Paraíba, onde o romance estava ambientado. Pelas margens desse processo, o livro descrevia o outrora engenho, então usina, como *front* de uma guerra entre duas temporalidades: um passado aparentemente destituído de grandes confrontos e um horizonte de expectativas inóspito. Contudo, no interior dessa representação inventada pelo escritor, observava-se de soslaio os conflitos que envolveram duas culturas históricas, aquela marcada pela nostalgia dos engenhos de outrora, alimentada por uma falsa memória de que ali tudo se resolveria com a benevolência e autoridade do senhor, e outra que mirava aquele mundo como *habitat* do atraso, sendo necessário sobrepor o moderno às suas estruturas arcaicas. O dr. Juca seguira o segundo caminho, criando lugar para os técnicos e as modernas técnicas agrícolas ao passo em que represava os antigos moradores em outro espaço, mas a primeira leitura não perdeu tudo, de forma que, com o pouco espaço de barganha que lhes restara, as negras da casa grande conseguiram abrigo naquela casa mal assombrada. Seguindo essa esteira, devia-se pensar de que forma as representações sobre o processo histórico em curso acessaram sentimentos e hierarquias sociais, fazendo dessa linguagem um amplo cenário de disputas.

Os códigos que permeavam os processos de negociação entre os sujeitos e suas comunidades eram os mesmos que latejavam os conflitos sociais com os quais tais grupos teriam de lidar a cada momento. Nesse sentido, as relações de poder permearam o lugar a partir do qual as pessoas agiram e argumentaram as mudanças que anunciaram o novo tempo. Ao passo que esse discurso conduzia o plano geral do enredo, pelas brechas, era possível observar outro movimento, tomado pelas agências, pelos tropeços, mas, sobretudo, pelas emoções que povoavam o cotidiano dos seres humanos. Nesse sentido, o trecho supracitado noticiava dos conflitos experimentados por alguns sujeitos diante de uma circunstância específica de intercruzamento de relações de poder em meio ao fenômeno global de ascensão da modernidade.

Fechadas àquela "hospedaria de fantasmas", as velhas mucamas da casa grande tiveram de haver-se com os seus sistemas de crenças. Apesar das condições postas, as personagens desalojadas de seus casebres contavam com outras possibilidades de ação¹³⁰ para além do dilema no qual o dr. Juca lhes havia abandonado. Elas poderiam questionar a nova ordem e plantar o

¹³⁰A história não segue rumos determinados, as equações nesse mundo costumam falhar. Seguindo essa linha, Edward Palmer Thompson (1998[1971]) chamava atenção para as outras possibilidades de ação, para os projetos que não vingaram, para as escolhas que foram feitas. Esse é o caminho para perceber a história dos de baixo, considerar os vários campos de visão e as rotas desenhadas e redesenhadas na direção do horizonte.

conflito nas terras da usina, como muitos camponeses e muitas camponesas antes delas haviam feito, mas decerto isso não se faria sem consequências mais graves, de forma que, como também estava prognosticado pela tradição, atitudes como essa dependiam de um cálculo de forças muito preciso. Além disso, o autor parecia estar pouco interessado em conferir uma reação de tamanha evidência às personagens em questão. Como deveria acontecer com todos os vestígios do passado, o romancista dava-lhes ares de passividade diante da decisão quanto aos seus destinos.

Para além dessa possibilidade, saltou ao primeiro plano a alternativa mais profícua encontrada pela população negra e pobre para sobreviver às hierarquias sociais desde os tempos mais longínquos em vigência da escravidão: mais do que possível, era preciso negociar. Conforme Lilia Schwarcz (2012), as condições de vida e sobrevivência no regime escravocrata dependeram, sobretudo, das relações de negociação e conflito. A autora lembrou que foi por meio da negociação que a população escravizada conseguiu barganhar espaço para suas manifestações culturais, mas que ultrapassados os limites dos acordos, era o conflito que entrava em cena. Há que se lembrar, contudo, que os espaços de negociação guardavam conflitos em seu interior, e que, no curso dos conflitos, os processos de negociação costumavam aparecer.

Um primeiro movimento levou as três personagens desabrigadas até a d. Dondon, esposa do dr. Juca. Porém, mesmo esse artifício não alcançou os resultados aspirados, até a narrada habilidade daquela senhora para lidar com o sofrimento humano teria perdido poder diante da magnitude do processo modernizador. Isso posto, é possível inferir que, em nenhum momento, José Lins do Rego tenha indicado que as relações hierárquicas não tivessem existido naquele engenho que a usina se encarregara de soterrar. Fazê-lo, aliás, seria romper com os limites da evidência¹³¹, ampliando significativamente a possibilidade de descreditar o que estava escrito. O que a leitura sugeria era que as práticas de negociação tornavam essas relações de poder mais voláteis, desarmando as chaves de violência que ameaçavam a sobrevivência da gente camponesa. Fazendo isso, o literato inscrevia um antagonismo entre negociação e violência que não condizia com a realidade. No cotidiano, as negociações quase nunca abdicavam de um amplo arsenal de emoções, não raro apropriando formas muito sofisticadas de ameaça e extorsão.

A equação desenhada pelo autor, contudo, não se limitava a uma leitura enviesada das relações humanas no mundo rural, ela também contribuía com a percepção dos conflitos raciais como corresponsabilidade da população negra, que, por vezes, sem habilidade para negociar, renderia todo o sistema à violência, fazendo-se ora vítima, ora algoz. O problema é que em se

¹³¹A evidência – o que é possível ver, ou o que é impossível não ver – também muda entre os grupos humanos com a passagem do tempo. Ao passo que François Hartog (2013[2005]) discutia a relação dos historiadores com as suas evidências, ele apontou possibilidades de leitura do mundo social.

tratando de um mundo dotado de relações hierarquizadas, dividir a responsabilidade sobre os conflitos significava jogar mais peso nas costas de quem não tinha como arcar com ele, desconsiderando as outras possibilidades, que não o conflito, as quais estavam em jogo. Para o romancista, o equívoco da modernidade estaria, portanto, na ausência de um espaço possível para a negociação, negociação essa inscrita pelo espaço privado, inacessível ao poder estatal, isolada pelos cercados e pelas porteiras, velada naquela hospedaria de fantasmas onde ele parecia querer guardar o mundo rural.

Ao passo que o mistério que rondava a velha casa da D. Inês ganhava atenção na obra de José Lins do Rego, valores coletivos entravam em pauta, tornando possível o contato com o mundo de significados com o qual a população camponesa compreendia a ordem tradicional e a modernidade. Nesse sentido, o livro deu notícia de como as histórias do passado povoavam o cotidiano das pessoas, gerenciavam seus modos de vida e se perpetuavam pelas gerações mais jovens. Contava, ainda, de como o mistério dotava-se da natureza para articular seus possíveis significados: quando tal dimensão imaginada do mundo tomara conta da casa, o mata-pasto fizera o seu trabalho, cobrindo o edifício, transformando a sua presença na paisagem e, na sequência, a importância atribuída a ele no universo de relações da gente camponesa com os espaços.

Sendo assim, a parte mais significativa das possibilidades de negociação em jogo habitou a régua montada entre ocupar a velha casa da D. Inês e respeitar os fantasmas que já haviam constituído ali o seu pouso. Em meio a essa luta simbólica, recheada de momentos nos quais fora preciso reconsiderar todo um universo de significados individuais e coletivos, também houve espaço para a reafirmação de antigos valores. Sendo assim, a saída encontrada pareceu ser mesmo reconfigurar os significados dos fantasmas daquela nova habitação em meio às suas próprias redes de referências, nas quais era possível encontrar poder simbólico para interpretar, interferir e sobreviver ao novo sistema.

Nas primeiras noites ninguém dormiu. Avelina viu um homem de branco, destelhando a casa. Luísa, uma mulher se balançando numa rede muito alva de varanda que se arrastava no chão. E quem não vira coisas ouvira rumores. Mas aos poucos foram se acostumando. Os morcegos chiavam a noite inteira na gameleira. Aquilo tinha parte com o demônio, dizia a Tia Generosa. Morcêgo era pássaro do diabo.

Morcegos e corujas gostavam da casa de D. Inês. As negras tremiam com o canto das corujas, com o cortar de mortalhas das pobres agourentas. Quem tinha a sua dor, quem pensava na morte, quem tratava de seus doentes ouvia coruja passando por cima da casa, como um aviso impiedoso. Era mesmo que um médico desenganar, mandar cuidar do entêrrão. A casa da D. Inês fora ninho de corujas. Viveram as pobres no meio das almas, aprendendo com elas os mistérios, a adivinhar as desgraças (REGO, 1961[1936], p.267/268).

A convivência com uma casa capitalizada por tantas narrativas agourentas não se daria sem traumas para as quatro senhoras e suas proles, assim como para os significados que rondavam a terra com a força da tradição oral. Com o correr das páginas, Avelina, Generosa, Luísa e Joana foram incorporando a mesma missão até então dedicada às corujas. Ao passo que observavam a modernização que tomava conta das campinas, apontavam para os abusos daquela maquinaria no trato da natureza e prognosticavam um futuro tenebroso, marcado por grandes cheias e devastadoras estiagens. O mistério calcava-se de sua majestade, mas não deixava de habitar o cotidiano. A partir de então, o conceito empossado pelas "negras da casa grande" era apropriado em oposição às novidades.

Apesar desse cenário, Ricardo não conferia tamanho crédito àquelas previsões. "O rio era o mesmo, bem estava vendo. Tia Generosa aumentava as coisas. Qual nada! a usina não tinha fôrça para fazer o que quisesse no Paraíba" (REGO, 1961[1936], p.272). Tomando de empréstimo a sábia postura de José Lins do Rego, é melhor não inferir qualquer coisa para qualquer um dos lados. Antes, que seja possível atentar para uma evidência: entre suas ferramentas, a modernidade apostava em um conflito de gerações, que distanciadas em suas formas de ver o mundo, descolavam dos mais velhos a autoridade sobre o passado, e, por consequência, o poder para indicar os melhores rumos na direção do futuro.

O que se quer propor é que, apesar de escrito por um autor que possuía um poder considerável sobre tudo aquilo que está no papel, a linguagem é sempre arena para lutas de representação, na esteira das definições de Roger Chartier (2002[1985]), e mesmo que as hierarquias do texto tenham favorecido determinadas posições em detrimento de outras, o segundo grupo também se deixava espiar, ainda que de relance nas entrelinhas das glórias narradas pelo *outro*. Há que se lembrar, portanto, que a linguagem enquanto cenário de disputas exige de seu escritor certa margem de negociação com seus possíveis leitores e, seguindo por essa esteira, algum compromisso com as evidências. Se for certo que o romance, em se tratando de um gênero literário, perde muito dessa necessidade, não é verdade que ele possa descompromissar-se de todo. Enquanto forma de experimentação de possibilidades, como é possível ler nas análises de Antônio Cândido (1970), a literatura também está tomada de dispositivos políticos e territorialidades, deixando-se marcar por um diálogo que, na esteira dos contra-argumentos, deixa ver os seus *outros*.

A postura do escritor, no entanto, sempre interfere muito na forma como essa negociação entre as partes é mediada pela linguagem, ou seja, a manipulação sobre a evidência altera o

quanto dela é possível acessar. No caso do romance *Usina*, as denúncias da violência simbólica provocada pela modernidade povoaram todo o enredo. Em cada tempo, o que o texto apresentava dizia muito de um autor que se entregou ao exercício de conhecer a modernidade tomado pelo olhar de um camponês negro e pobre. Essa intenção foi exacerbadamente anunciada por José Lins do Rego desde as primeiras palavras daquele texto, quando Ricardo apareceu no horizonte do engenho, empossado de sua experiência, como personagem principal daquela história. Contudo, o mesmo não se pode dizer quando o foco da narrativa era o passado: foi nessa fronteira que o método de observação se traiu e as feridas da obra ficaram expostas.

A hospedaria de fantasmas, na qual José Lins do Rego guardou as relações sociais herdadas dos encontros e desencontros experimentados por diferentes grupos humanos quando da situação colonial brasileira, dizia muito de como esse autor compreendeu a comunicação entre o passado, o presente e o futuro diante da brecha vivenciada pela população camponesa com o advento do regime de historicidade moderno. Alterando o cenário no qual as personagens estavam representadas, o romancista lia como mudança as condições de vida da gente do mundo rural, tomando por referência o elogio à ordem social anterior e a consequente condenação do novo tempo, mas apostou em uma permanência quando o assunto envolvia os sentimentos e as aspirações dos habitantes do campo.

Ao hospedar as quatro sobreviventes do cativeiro no *habitat* dos fantasmas, o propósito do escritor era guardar os vestígios de um passado escravocrata na esfera privada, como se no governo do espaço público não fosse possível compreender a economia das relações que o referido regime autorizava. Tal como a natureza fora representada pela população camponesa outrora, aquela forma de convivência deveria ser tomada como fenômeno também natural, externo às exigências jurídicas criadas pela modernidade. Para isso, o escritor agenciava as histórias que circulavam por meio da tradição oral. Cobria com a névoa do mistério, portanto, todo o universo de violência que marcou o passado escravocrata e que sobrevivia no cotidiano da população negra por meio de uma interdição camuflada do espaço público, movimentando uma engrenagem de dependência entre a elite senhorial, moradores e moradoras.

Os conflitos com o passado que povoavam a instalação da usina Bom Jesus no romance de José Lins do Rego é um bom termômetro para pensar o que aconteceu com os moradores dos antigos engenhos de açúcar no estado paraibano quando essas indústrias se espalharam pelas suas várzeas. O *modus operandi* das usinas não combinaram com o sistema produtivo dos engenhos, a sua carência de mão de obra não abria espaço para que os trabalhadores estivessem ocupados com outras atividades, como o cultivo de um roçado e a criação de animais, e nem

havia espaço na propriedade para isso, a maquinaria tinha sede de matéria prima, o que implicava no alastramento da produção de cana-de-açúcar em terrenos que antes não eram usados. O exército de trabalhadores também cerceava a manutenção de antigos privilégios, o senhor de engenho já não tinha controle sobre toda aquela gente, nem o seu estilo de vida combinava com a manutenção daquele tipo de relação social.

Restava saber o que fazer com os antigos moradores do engenho ou como convertê-los nesse novo tipo de trabalhador que a usina demandava nas suas linhas de produção. As negras da casa grande foram enterradas junto com o passado escravocrata naquela “hospedaria de fantasmas”, os moradores perderam as suas terras, bem como outros privilégios que faziam parte daquele universo de barganhas senhoriais. Àquela altura, todavia, pouco se tinha caminhado efetivamente na direção dessa prometida modernidade. O autor descrevia a usina em meados dos anos 1930, daquele momento até os anos 1950, muita coisa ainda haveria de acontecer. Há que se considerar, por conseguinte, que a modernização também não era aquele jogo de cartas marcadas que a autoridade dos homens sobre a terra queria afirmar. Junto aos novos modelos de exploração do trabalhador, emergiram, no cenário nacional, uma série de direitos que tinham por objetivo evitar que a população rural padecesse nas mãos do coronel, restava saber como negociar todo esse universo de regras novas em meio a um arsenal de antigos valores e sentimentos, os quais pesavam bastante na decisão dos rumos que essa gente tomaria na vida¹³².

Ao dia 31 de outubro de 1933, foi julgado, no Superior Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, um recurso solicitado pelas senhoras Amália Cordeiro da Silva e Joana Francisca da Silva aos filhos menores de Osvaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, por este representados. Acontecia que os apelados seriam senhores da propriedade Boa Vista, termo de Sapé, a qual havia sido comprada da Francisco Gonçalves Guerra, na ocasião do processo representado pelo seu filho, Minervino Guerra. À propriedade da terra adquirida com o contrato de compra, os novos donos da terra acreditaram estar acrescida a sua posse e tudo mais que ali havia. Acontecia que, nas terras em questão, existia arrendados, os quais tinham direito às benfeitorias que empreenderam no lugar, sendo seu direito o pagamento de indenização por elas quando do encerramento do tempo de uso do sítio em litígio. Apesar de reconhecer que, junto à

¹³²Dentre os processos consultados ao longo dessa pesquisa, poucos trataram dos conflitos entre grandes latifundiários e moradores do engenho. Isso não significa, contudo, que eles não tivessem existido, outros documentos consultados, como os romances de José Lins do Rego, bem como a bibliografia, apontam disputas judiciais com essa natureza. Em sendo assim, há que se considerar que os processos consultados foram aqueles que estavam registrados na seção de jurisprudência da *Revista do Foro*, a qual se referia exclusivamente ao que era julgado no Superior Tribunal de Justiça. Em meio a essas circunstâncias, é possível inferir que a maior parte dos processos entre senhores de engenho e seus moradores não tenha avançado para além da primeira instância.

propriedade, foram transferidos todos os direitos, benfeitorias e servidões a ele inerentes, o juízo decidiu negar provimento ao recurso, alegando a proibição legal de se penhorar separadamente partes dos engenhos¹³³.

A implementação das usinas e consequente mudança no regime de trabalho no interior dos canaviais levou a uma substituição do tipo de mão de obra que era regularmente utilizado pelos senhores de engenho. Até a década de 1950, quando a incidência de usinas nas várzeas nordestinas era menor, dizia Lygia Sigaud (1979), a quantidade mais expressiva de trabalhadores canavieiros era formada de moradores dos engenhos, o que não aconteceu nos anos seguintes. A industrialização daquele processo produtivo fez com que os trabalhadores de fora, aqueles que residiam nas cidades ou tinham uma pequena propriedade, mas que prestavam serviços aos fazendeiros em troca de diárias, ou mesmo os que vinham do Sertão, se tornassem mais numerosos dentro daqueles espaços. O estranhamento dos antigos moradores com essa mudança no estatuto desses profissionais, a propósito, foi narrado por José Lins do Rego (1961[1936]).

Com a passagem do tempo, o leitor encontrou Ricardo mais familiarizado com a usina do que os demais moradores do outrora engenho. O mundo rural em modernização parecia tornar-se mais próximo daquilo que o menino negro conhecera na cidade do que do mundo que ele vivera em sua infância. Essa distância da ordem social que a modernidade apresentava com o universo de referências da população camponesa se tornaria especialmente explosiva na condução das relações de trabalho tais quais elas se estabeleceram naquela espacialidade, sobretudo se ponderado que foi essa elite nostálgica das relações sociais dos tempos da escravidão que financiaram esse projeto moderno no mundo rural.

Os cabras do eito dividiam seus ofícios com os sertanejos, que, fugidos da seca, procuravam trabalho na várzea do rio Paraíba. Os primeiros “moravam em terras da usina e não podiam fugir” (REGO, 1961[1936], p.275), os dividendos das doze horas de serviço rendiam um saldo, moeda corrente apenas naquela propriedade e que poderia ser trocada pelo “quilo de ceará, pelo litro de farinha ou de feijão e quando o trabalho valia mais que a precisão de comer levavam para casa o vale de tanto” (REGO, 1961[1936], p.274/275). Não raro, também os filhos mais velhos precisavam descer para o eito a fim de que fosse possível alcançar saldo necessário para alimentar a família. Já os sertanejos chegavam quando das safras e voltavam depois de algumas semanas, eram livres, como insistia o romancista, denunciando, por jogo de oposições, que os outros não seriam.

¹³³Conforme apelação civil de *acórdão* n.398 do Superior Tribunal de Justiça. In: *Revista do Foro*, v.XXIX, fascículo 3e4, nov./dez.1933, p.190-192.

A proibição do cultivo dos roçados e da criação de animais tornou os trabalhadores rurais muito mais vulneráveis aos arbítrios dos coronéis. A partir de então, quase todos os mantimentos que a sua família precisava para sobreviver eram fornecidos pelo barracão. Esse armazém, portanto, passava de complemento a base da estruturação alimentar da população camponesa nas várzeas dominadas pelas usinas. Em outras palavras, estava acontecendo um processo de estranhamento, o que, conforme Karl Marx (2010[1844]), acontecia quando o ser humano era alienado dos meios de produção, ou seja, no momento em que perdia o controle dos meios de produção para propriedade privada. A partir de então, o sujeito não tinha mais que a sua força de trabalho para oferecer enquanto mercadoria.

Havia, ainda, os operários, os mecânicos, os cozinheiros, cujas relações com o barracão eram diferentes daquela dos agricultores e das agricultoras. Contudo, isso não significava que vivessem em condições de trabalho mais adequadas. Dizia-se que, certo dia, o Dr. Juca chegara em casa com as mãos na cabeça. Um cano de vapor estourara e queimara dois homens. Também mudaram as relações com as empregadas da casa grande, que ocuparam o lugar das mucamas, que, desde então, habitavam a velha casa da D. Inês. A cozinheira que ficara no lugar da velha Generosa teria vindo da capital, e contar para a mulher negra daquela mudança não fora tarefa fácil, todo um mundo de sentimentos foram acessados em um processo permeado de lembranças e esquecimentos que deve ter feito parte do cotidiano de todos aqueles que viveram os tempos do engenho ou que herdaram dele as narrativas dos mais velhos.

Cada ofício, portanto, trazia em seu escopo algumas condições de vida específicas, mas essas diferenças não deviam apagar as semelhantes experiências de exploração que caracterizaram a população camponesa quando da modernização agrária nacional. Ricardo, a título de exemplo, trabalhava no barracão, posição essa que, em certo sentido, venciam hierarquicamente as demais funções citadas anteriormente, tanto que podia comer junto aos oficiais na casa grande da usina. Decerto, foram as experiências apreendidas na cidade, recheadas de um *know-how* para com o sistema capitalista, que o colocaram naquele posto: sabia ler e contar. Porém, nem mesmo aquela posição o libertara da exploração que dava forma a todo aquele sistema de produção. O menino negro vivia nos fundos do barracão, ganhava 60\$000 (sessenta mil réis) por mês e trabalhava das 6 horas da manhã às 10 da noite.

Mas a remuneração sempre baixa e as posições de serviço diziam também de um mundo ainda muito marcado pela proximidade com casa grande como símbolo de poder. Estar próximo dela, portanto, ainda era mais importante que receber salários mais altos. Nesse cenário, falava o autor, o mais duro para as personagens agricultoras, dotadas de todo um capital de relações

montados no entorno dos coronéis, fora assistir aqueles trabalhadores desconhecidos gozarem de alguns privilégios que eles já não possuíram. A esse respeito, Edward Palmer Thompson (1987[1975]) mostrou como o acesso à terra, as relações que ela permitia e as representações que se tinha dela, fazia muito mais sentido, nesse mundo anterior à modernização, do que a propriedade do terreno.

Se, em parte, é possível questionar o olhar de José Lins do Rego (1961[1936]), que, com essa forma de encarar as coisas, destituía possíveis lutas de classes, também não há como deixar de repensar as possíveis reações à nova organização das condições de vida e trabalho, que nem sempre se destacavam em resistência aos grupos dominantes, mas também estruturavam sua dinâmica horizontalmente, percebendo, entre os semelhantes, as diferentes condições de vida e barganhando, em meio a elas, possíveis caminhos de ascensão individual e/ou de um grupo mais reduzido de pessoas.

Os mecanismos de expulsão dos antigos moradores das terras dos engenhos que se tornavam usinas foram descritos por Lygia Sigaud (1979) por meio do paradoxo do “gosto e vontade”. Ao longo das entrevistas que fez aos moradores que migravam para a cidade, a autora enumerou os casos mais recorrentes, os quais costumavam se dar por razões internas ao próprio engenho e não pelas melhores oportunidades de vida que a cidade, sob vigência da legislação trabalhista, oferecia, como repetiam os senhores de terra. Apesar dessa circunstância, os moradores costumavam afirmar que tinham saído da usina por vontade própria, o que, aos olhos da pesquisadora, dizia bastante de como aquelas relações tinham sido construídas. O senhor exercia pressão sobre os camponeses, caçando os privilégios que esses haviam tido, como a posse de um sítio nas margens dos engenhos, o direito de fazer um roçado, a compra de um medicamento para um familiar doente, ou mesmo, a autoridade sobre a organização do trabalho da sua família. A perda de qualquer um desses recursos implicaria em um rompimento do pacto senhorial e consequente decadência na lógica hierárquica medida pela proximidade ao senhor que vigorara até então.

O cotidiano na usina também obedecia a critérios de organização alheios àquilo que era permitido ou proibido no engenho de outrora. Ao longo do romance *Usina*, José Lins do Rego (1961[1936]) deu notícia dos conflitos que envolvia os moleques do eito e os trabalhadores quando esses eram pegos chupando cana. O argumento apresentado tratava do direito à propriedade, aqueles partidos de cana não pertenciam aos mais pobres ou às mais pobres, assim como a terra dos roçados deveriam ser ocupados com a extensão do canavial. Contudo, essas mudanças nas normas em relação ao engenho limitavam os agricultores ao trabalho do eito e

tentavam impedir a permanência dos hábitos que poderiam desviar a atividade laboral, sem contar que serviam em favor do barracão, cuja logística interessava como meio de ampliação dos lucros, mas, sobretudo, como ferramenta de contenção dos trabalhadores. Em outras palavras, essa regra, por certo, tinha mais utilidade como medida disciplinadora do que efetivamente para proteger a lavoura. O usineiro carecia de pessoas na colheita que rendessem o máximo no menor tempo possível.

O processo de arregimentação de trabalhadores de fora na usina implicou em formas aviltantes de exploração da mão de obra. Às diárias miseráveis pagas pelos usineiros, somava-se o cerceamento do trabalhador, que em alguns casos não tinha conhecimento do lugar para onde estava indo e nem mesmo como sair daquela localidade. Essas formas de trabalho análogas à escravidão, como nomearam Lygia Sigaud (1979) e Ricardo Rezende Figueira (2004), sobreviveram às custas das péssimas condições de emprego e moradia no campo brasileiro que se deram ou persistiram durante os anos da ditadura civil-militar brasileira. Acrescia-se a isso a falta de fiscalização das formas de trabalho nos latifúndios, a fragilidade da legislação que garantisse melhores condições de vida aos trabalhadores agrícolas, e o acesso restrito que esses conseguiam ter ao poder público.

Ao dia 12 de março de 1969, a revista *Veja* publicou uma matéria intitulada *Uma volta aos tempos da escravidão*. Ao longo da reportagem, o periódico deu notícia do inquérito 460/68, aberto um ano antes pela Polícia Federal, e que estava apurando a permanência do trabalho escravo no Brasil. O documento dizia do processo recorrente de recrutamento de mão-de-obra nos estados do Nordeste e no leste de Minas Gerais para as terras férteis de Goiás e Mato Grosso, onde os trabalhadores eram isolados para que não tivessem conhecimento do espaço no qual estavam e ficavam dependentes do armazém para tudo que precisassem, de comida a medicamentos. A escravidão por dívida se qualificava na medida em que os trabalhadores não tinham condições de vencer esse déficit que começava com os custos de sua viagem, as quais costumavam se dar igualmente em péssimas condições, os caminhões *pau-de-arara*, e que, com o tempo, só fazia crescer. Aquele percurso, decerto, não era o único que tomavam os trabalhadores pobres, sobretudo aqueles expulsos pelas usinas, observe-se Ricardo Rezende Figueira (2004), mas há que se atentar para a sua permanência, mesmo depois das denúncias públicas que datavam de mais de uma década:

A referência mais antiga é de dez anos atrás, quando o repórter Roberto Drummond e o fotógrafo Antônio Cocenza, do extinto semanário mineiro “Binômio” compraram por 4000 cruzeiros velhos um casal de lavradores. Na cidade de Montes Claros, Norte de Minas, apresentaram-se como fazendeiros ao motorista de um caminhão. Disseram-se interessados em comprar dois dos

trabalhadores que viajavam na carroçaria. O motorista mandou que todos descessem e se pusessem em fila. Drummond e Cocenza escolheram os que queriam, pagaram e fizeram a reportagem (VEJA, 12 mar.1969, p.20).

O inquérito apurou, ainda, que, em muitos dos casos, os camponeses e as camponesas recrutados para essas formas degradantes de trabalho tinham conhecimento do que os aguardava. As informações corriam pelo mundo rural, de boca em boca, por parte do conhecido de algum conhecido passava ou tinha passado por uma circunstância como aquela, mas, seguia a reportagem, era aquele o caminho que tinham para fugir da fome e da miséria. As investigações prosseguiram e é possível que outras com aquele formato tivessem se desenrolado ao longo dos anos da ditadura civil-militar, mas nenhuma medida política que tratasse desse problema social de forma sistemática e coletiva parece ter sido adotada. O debate, no entanto, reacenderia entre as décadas de 1980 e 1990, quando o Congresso Nacional montou uma subcomissão parlamentar especial para apurar o caso do trabalho escravo no país (BRASIL, 1994).

A observação que o poder público fazia das relações de trabalho no mundo rural podem ser medidas por meio de uma disputa judicial que teve como impetrante a Sociedade Anônima Usina Santa Rita contra a Coletoria Estadual de Santa Rita, o qual foi julgado pelo Superior Tribunal de Justiça no dia 10 de fevereiro de 1960. Alegavam os acusadores que essa instituição havia cobrado indevidamente ao usineiro um imposto sobre vendas e consignações, o qual deveria incidir sobre a venda da cana de açúcar ao usineiro, o que incluiria os engenhos fornecedores, mas não cada agricultor, como estava compreendendo a instituição fiscal, e seguia abordando o imposto sobre a indústria e profissão:

O Estado, usando do poder de policia que lhe é inerente e para evitar evasão de suas rendas, estabeleceu no diploma legal em causa, um sistema de cobrança do impôsto de indústria e profissão, devido pelo produtor, de modo que o usineiro industrial se torna verdadeiro delegado, a quem o Estado incumbe a tarefa de receber o impôsto a que está sujeito o produtor”, para devolvê-lo mais tarde aos cofres das suas exatarias¹³⁴.

O resultado favoreceu a usina tanto em primeira como em segunda instância, tomando por obviedade o tema em questão, para a qual não faltaram adjetivos – “A Fazenda Estadual, inconformada, por sua vez, manifestou o seu recurso”. Sem entrar no mérito da questão, observa-se um poder público mais interessado em fiscalizar os impostos que garantir o cumprimento das leis trabalhistas. Essa medida, a propósito, não era questionada pela administração da usina, que, a despeito da falta de esclarecimentos quanto ao segundo ponto, alegava sentir falta de uma presença efetiva do poder público no que concernia ao primeiro.

¹³⁴Conforme Apelação Civil n.1.047/59 da comarca da capital. In: *Revista do Fôro*, n.68, 2º tomo, 1960, p.503-505.

Os conflitos entre moradores e grandes proprietários de terra, contudo, não se limitaram às usinas e engenhos que forneciam matéria prima, apesar dessas propriedades terem sido o cenário mais afetado pelas mudanças com essa natureza, o que se deu em razão das suas dimensões, das circunstâncias fundiárias nas quais o açúcar era produzido, das condições de produção e trabalho que já existiam nessas localidades, e, sobretudo, das escolhas que foram feitas pelos proprietários e pelos próprios trabalhadores. Havia latifundiários e trabalhadores em outras regiões do estado, produzindo outras culturas, os quais também se deixaram levar pela lógica dos novos tempos, o que implicava no distanciamento da relação do senhor com o morador e da racionalização da exploração da mão de obra.

Ao dia 13 de fevereiro de 1942, foi julgado, em segunda instância, o processo movido por Severino Xavier de Oliveira, morador do sítio Malhada de Pedra, o qual pertencia a Laudelino Alves de Sousa, no qual queixava-se deste informando que o aludido patrão o havia obrigado a destruir uma vazante de feijão, batatinha, jerimuns e melancias que lhe pertenciam. O juiz de direito da comarca de Patos decidiu pelo arquivamento do processo alegando a falta de provas a respeito do referido acontecimento. A Primeira Câmara do Tribunal de Apelação, no entanto, decidiu dar provimento ao processo, reformando a sentença¹³⁵.

O Superior Tribunal de Justiça arbitrou, no dia 28 de janeiro de 1944, uma ação de despejo movida pela dona Maria de Sousa Camboim, proprietária do sítio Cacimbas, comarca de Teixeira, contra os seus arrendatários, os réus Antonio Alves da Silva e sua esposa. Acontecia que o mencionado sítio estava contratualmente sob posse desses desde o dia 1º de janeiro de 1940, a qual teria o prazo de três anos, encerrando-se no dia 30 de dezembro de 1942. A impetrante do processo informou da obrigação dos locatários em devolver o imóvel, independentemente do pagamento pelas benfeitorias, com cercas consertadas e casa de vivenda limpa, tão logo encerra-se o tempo contratual do aluguel, bem como da dívida que esses tinham para consigo de Cr\$ 775,00 (setecentos e setenta e cinco cruzeiros).

Os réus alegavam terem selado contrato verbal com os apelantes, a senhora proprietária e o senhor José Honório de Lustosa em 1941 e que estavam quites com o valor acordado. Além disso, diziam ter plantado quatorze quadras de cinquenta braças de algodão mocó, construído duzentas e cinquenta braças de cercas novas, o que tinha consentimento do caso de inquilinos e dos seus filhos, somando-se ao todo oito mil cruzeiros. Ao analisar o título em questão, o tribunal observou que a apelada havia alugado a propriedade por tempo indeterminado pelo valor de mil cruzeiros ao ano, que a alegava convenção do término daquele contrato para o final do

¹³⁵Conforme *acordão* do Agravo de Petição Criminal n.253. In: *Revista do Foro*, n.48, jan./fev.1942, p.90-91.

ano de 1942 não estava expressa em nenhum documento, que não houve sublocação da propriedade, que não havia qualquer resolução a respeito das benfeitorias e que o réu, de fato, não tinha sido pontual nos pagamentos. O tribunal resolveu, então, reformar a sentença, exigindo que a posse fosse restituída à autora do processo e que, junto a isso, fosse paga a parcela que havia ficado em aberto, além das custas do processo¹³⁶.

A expulsão em massa dos moradores dos engenhos de outrora seguia na contramão do movimento geral de democratização proposto no projeto liberal que havia desenhado a modernização. Mesmo assim, os ressarcimentos pelas benfeitorias e a denuncia dessas arbitrariedades na imprensa apontavam horizontes mais felizes para os camponeses. Em outras palavras, dois planos de futuro disputavam os territórios inventados pela modernização. O jogo acirrava-se com o cerceamento do acesso às terras, a partir de então, os camponeses já não queriam só cultivar o seu roçado e criar seus animais às custas do *foro* ou do *cambão*. Depois daquele momento, a pauta seria a reforma agrária, ou o seu avesso, posição defendida pelos proprietários capitalistas, cada vez mais sedentos de terra e lucro.

4.4 O fantasma do “despovoamento do nosso *hinterland*”: as migrações, as estiagens e o êxodo rural que não houve

Em 25 de dezembro de 1949, na ocasião da publicação de mais um número da página *A União Agrícola*, o Departamento da Produção, por intermédio da folha oficial do Estado da Paraíba, o jornal *A União*, fez circular um editorial com o título *Considerações sobre o êxodo rural*, no qual discutia o que estaria levando a população camponesa a migrar para as grandes cidades: “O lavrador leva vida miserável. Nasce, vive e morre na penúria. Nessas condições, o êxodo dos campos não é um mal. E’ uma necessidade. E’ o único meio de que lança mão a misericórdia divina para reprovar a injustiça e a maldade dos homens para com os seus semelhantes” (*A UNIÃO AGRÍCOLA*, 25 dez.1949, p.13). Dessa vez, a pauta do artigo não foi a duração das estiagens nem o seu efeito devastador, mas a falta de assistência pública à população rural, que, em razão do mal desempenho da economia, ficava exposta às relações de trabalho análogas à escravidão em pleno século XX.

Ao término da Segunda Grande Guerra e derrocada do Estado Novo, a industrialização brasileira tomou fôlego, mudando a forma como o país estava organizado economicamente, mas também geográfica e socialmente. Em concomitância a esse processo, as migrações da

¹³⁶Conforme Apelação Civil n.439 da comarca de Teixeira. In: *Revista do Fôro*, n.61, jan./jul.1944, p.190-193.

população rural nordestina para as metrópoles do Sudeste do Brasil, as quais eram inscritas pelo enunciado em nada desprezioso de êxodo rural, passaram a ocupar espaço privilegiado nos periódicos do país. Àquele momento, apontava Paulo Fontes (2008[2002]), uma quantidade expressiva de retirantes passou a desembarcar cotidianamente em São Paulo. Poucos, no entanto, demoravam mais de um mês para conseguir trabalho, a economia em expansão da metrópole paulista não só absorvia quase toda essa mão de obra como também incentivava o deslocamento de mais gente. A favor desse movimento, estava ainda a legislação, que ao passo que ampliava a margem dos direitos dos trabalhadores urbanos, negligenciava as condições de exploração nas quais viviam agricultores e vaqueiros.

O movimento migratório levava para as metrópoles muitos dos hábitos com os quais a gente camponesa construía o seu cotidiano no mundo rural. As redes de solidariedade eram acionadas quando os trabalhadores e as trabalhadoras migravam do campo para a cidade, no seu destino, esses homens e mulheres tinham endereço certo, o qual era a casa de algum parente, amigo ou amigo de amigo, que também facilitava o contato com a empresa que o contrataria. Há que se atentar, ainda, que o movimento não tinha apenas uma direção, os viajantes, por vezes, voltavam para seus mundos de origem, onde boa parte deles possuía família, as quais raramente viajavam em conjunto, e, às vezes, uma pequena propriedade. No cotidiano da fábrica, os nordestinos eram conversadores e costumavam resistir à modernização com o pé atrás que a experiência no mundo rural havia lhes deixado (FONTES, 2008[2002]).

Com o passar o tempo, o pretense êxodo rural se tornou um problema urbano, que denunciava o “atraso” do mundo rural e exigia medidas estatais mais enérgicas para resolvê-lo. Em conformidade com Mario Grynspan e Marcus Dezemone (2007, p.213),

O campo continuou a ser visto como lugar por excelência do atraso, por oposição às cidades, desenvolvidas e industrializadas. Seu atraso, porém, foi deixando de ser atribuído a elementos naturais, geográficos, climáticos, a doenças ou à composição racial, genética, das populações rurais, para ser tomado como decorrência de causas econômicas e sociais. Apontava-se, como sendo a principal destas, a concentração histórica da propriedade de terra no Brasil, que, no topo da hierarquia social, nas mãos dos grandes proprietários, chamados de latifundiários, gerava um acúmulo enorme de poder econômico, social e político, ao mesmo tempo que, na base, distribuía miséria, fome, más condições de vida, de saúde e de educação.

Esse fenômeno conduzia o olhar dos intelectuais e políticos do país para o campo, até então difuso em meio aos desejos que circundavam a cidade, mas também para a região Nordeste, que, por esse mesmo movimento, perdia espaço para o desenvolvimentismo que, por muito tempo, priorizou os estados do Sudeste. Essa forma interligada de pensar o país levava a

uma percepção deste em dimensões mais amplas do que fora percebido outrora, apesar de ainda faltarem nessa conta três regiões brasileiras. Há que se considerar como se deram as articulações até então elaboradas, as quais envolviam pessoas do Nordeste e do Sudeste, do mundo rural e do mundo urbano. Em outras palavras, as estiagens, as migrações e a questão agrária, antes tomadas como um problema localizado, tornava-se uma pauta nacional, da qual nenhuma das regiões do país poderia se abster.

Havia razão para observar com atenção para as mudanças de contexto e não era aleatoriamente que se falava, na matéria de capa, em “O maior êxodo rural de todos os tempos” (A UNIÃO, 25 mar.1951, p.1). As condições de vida da gente camponesa tinham mudado de forma, o que não necessariamente as tornava mais insustentáveis do que foram outrora, visto que a modernização também melhorou muitos aspectos da vida dessas pessoas, mas havia um movimento nacional que tornava a migração um problema social mais relevante e retirava dele a característica sazonal de outrora. As ações políticas, por esse caminho, também não foram menos efetivas, falava-se na proibição de transportar retirantes em caminhões, da criação de empregos nas terras sertanejas, da doação de roupas e mantimentos por empresas e pela sociedade civil, entre outras iniciativas (A UNIÃO, 5 abr.1951, p.7; A UNIÃO, 20 abr.1951, p.5).

“O ambiente é de seca declarada”, noticiava o jornal acerca das estiagens que assolariam o Nordeste entre 1951 e 1952 (A UNIÃO, 11 abr.1951, p.3). Aliado a isso, a eleição de Getúlio Vargas para o cargo de presidente da República e de José Américo de Almeida para o governo do estado paraibano implicava na retomada de um projeto entre oligarquias e poder público que havia tido sucesso em 1932, o qual condicionava a concessão de verbas públicas à abertura dos latifúndios para as instituições estatais. As medidas desse pacto, a propósito, foram reavidas pelo governador na sequência de sua posse, momento sucedido de imediato pelas notícias da seca que abatiam o Sertão do Nordeste. Ao longo dos seus dois primeiros anos de mandato, o qual foi interrompido pela sua nomeação como ministro de Viação e Obras Públicas, conforme Jivago Correia Barbosa (2012, p.206), José Américo de Almeida investiu na construção de açudes público/privados, os quais beneficiavam as terras dos latifundiários sertanejos em detrimento de outras formas de investimento público, os quais poderiam estar mais dissociados do poder das elites.

A política de construção de açudes pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS –, a propósito, foi duramente criticada pelo agrônomo Diniz Andrade em um artigo publicado na coluna *A União Agrícola* no dia 22 de junho de 1951. Ao comentar um texto que o jornalista Austregesilo de Ataíde havia publicado no *Diário de Pernambuco*, dizia o autor

que não havia sentido na construção das grandes barragens, as quais eram muito caras e não alcançavam o pequeno produtor, além de jamais atingirem o ponto necessário para que servisse para a irrigação, mais interessando ao poder público investir nos pequenos açudes, os quais permitiriam a sedentarização dos agricultores e criadores de gado, além de proporcionar espaço para a criação de peixes e para a distribuição de pequenos lagos por toda a região sertaneja, melhorando os seus índices de umidade.

Além disso, dizia o escritor, essas obras poderiam ser assessoradas pela construção de canais de irrigação, como havia proposto José Augusto Trindade, ideias que teriam sido abandonadas na ocasião do “ciclo revolucionário da Inspetoria de Sêcas”, expressão que fazia referência ao momento que José Américo de Almeida fora ministro de Viação e Obras Públicas pela primeira vez, entre 1930 e 1934. E concluía:

Volte, porém, a I.F.O.C.S. a sua orientação inicial, paralise a construção de grandes massas d’água inertes; construa canais nos açudes já existentes; desaproprie a área irrigável dos açudes para uma melhor distribuição social dos seus benefícios e a grande açudagem contribuirá substancialmente para uma mais solida economia sertaneja. (A UNIÃO AGRÍCOLA, 22 jun.1951, p.7).

Com essa defesa, o agrônomo contrapunha-se frontalmente à política modernizadora tocada por José Américo de Almeida como governador, mas também como ministro de Getúlio Vargas. A construção de açudes havia sido um dos principais instrumentos daquele burocrata, desde a seca de 1932, para barganhar com as elites sertanejas a presença do poder público no mundo rural e o apoio às candidaturas dele e dos seus correligionários. A referência aos ideais de 1930 não foi à toa. O pacto oligárquico inventado pelo burocrata em 1932 foi a primeira grande concessão do governo Getúlio Vargas aos propósitos que fugiam ao programa dito revolucionário. Desmontava-se o acerto que tinha dado início ao processo modernizador, e o sujeito que alertava do desmonte era um personagem cuja presença no cenário local dizia muito dos meandros nos quais aquele pacto se estabelecera, a escolha pelo caminho agrícola e a criação da Escola de Agronomia do Nordeste eram moedas dele.

Ao que parecia, a posição dos intelectuais, que dispunham de considerável poder de decisão quanto ao que seria publicado nessa seção do jornal oficial, parecia virar contra o próprio governo, em torno do qual crescia a pressão pela implementação das políticas públicas mais firmes no propósito de viabilizar mudanças mais significativas no campo, como a reforma agrária. As discussões que envolviam o pretense êxodo rural, coalhadas pelas reações dos trabalhadores agrícolas ao processo de modernização, industrialização e à propriedade privada, moviam-se, mesmo que indiretamente, a favor desses sujeitos, que conseguiam que suas

demandas fossem observadas pelo poder público. As lógicas primeiras inventadas para aquela modernização eram subvertidas, conferindo outros rumos da história em curso. Os camponeses e as camponesas brigavam pelas rédeas do processo, mas o cavalo havia disparado e, depois de muito ouvir as narrativas dos animais encantados, tais sujeitos bem sabiam que a aquela briga não seria fácil.

A década de 1950 foi particularmente catastrófica em termos climáticos para as populações sertanejas. As estiagens, que costumavam acometer os sertões nordestinos de dez em dez anos, flagraram a gente camponesa com um intervalo de cinco anos. As chuvas de janeiro, ou chuvas de verão, que não desapontavam os camponeses, faltaram no ano de 1958 e seguiram ao largo daqueles paradeiros por um bom tempo. Assim também sucedeu com o prometido dia de São José, 19 de março, cujas precipitações deveriam anunciar o calendário pluvial dos meses seguintes, o prenúncio era assustador. O infortúnio era narrado com algum pessimismo por Lopes de Andrade, o qual dizia:

Os homens experientes e observadores vêm anotando os fatos relacionados à mudança dos tempos desde muitos anos atrás. Não há dúvida que varias coisas têm mudado realmente. Mesmo a linha divisória do "Dia de São José" (19 de março), de que tanto se falou nestes últimos dias, esperança e ao mesmo tempo desengano do homem da "arca da sêca", parece já não corresponder às constantes climáticas da Região.

Breve talvez já não seja o "Dia de São José" a última esperança do lavrador religioso, mas a "Sexta-feira da Paixão" ou o "Dia de São Pedro". Quem sabe onde começam os desígnios de Deus e terminam os pecados dos homens?

Não contexto que a maior sabedoria humana possa estar contida numa simples máxima popular. Por exemplo: "faze que te ajudarei". Mas, poderá alguém objetar, por outro lado, que igual sabedoria contém na máxima "mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga". Uma de fato contradiz a sabedoria da outra.

Qual o caminho que o pobre homem comum deverá seguir?

Vivemos num mundo confuso e transitório. Aquilo que era certo ontem, passou a ser errado hoje. Um "vice-versa". Os erros e as certezas já não têm a mesma regularidade e categoricidade do passado, mesmo recente. Adquirir uma consciência dessa conjusão e transitoriedade talvez sirva para alguma coisa e certamente dará ao homem do nosso tempo algum domínio sobre si mesmo e suas perplexidades (A UNIÃO, 20 mar.1958, p.3).

O autor encerrava testando a assertividade do governo Juscelino Kubitschek, como o presidente bossa-nova levaria aquela estiagem? O problema era arcaico, desde os tempos do monarca D. Pedro II o combate às secas do Nordeste era reiteradamente discursado pelos homens de elite, que exigiam do poder público alguma postura frente a ela. Em muitas dessas ocasiões, porém, o debate efetivamente travado dizia respeito ao caminho dos recursos públicos entre as diferentes regiões da federação (FERREIRA, 1993[1982]). Ao termo da década de 1950,

no entanto, a questão parecia estar deslocada. O cenário político brasileiro era outro, tomado pelas greves e agremiações dos trabalhadores, com as quais eram abertos canais alternativos para o exercício da cidadania. A política era alcançada pela gente pobre do país, estivesse ela na cidade ou no campo, *vide* Vânia Maria Losada Moreira (2013[2003]).

Ao tratar da migração dos nordestinos para o Sudeste, no entanto, os intelectuais, não raras vezes, exageravam em suas proporções. Tratava-se, para o agrônomo Delmiro Maia (A UNIÃO, 12 abr.1950, p.3), de um “despovoamento do nosso Hinterland”, coalhado pelo significado da palavra mais corrente, o pretense êxodo rural. Acontecia que, ao contrário do que foi muito apregoado por esse e outros intelectuais, o referido despovoamento do mundo rural jamais se efetivou, pelo menos no que concernia à experiência paraibana. Os recenseamentos demográficos de 1940 e 1960 atestaram que, no período em curso, o número de habitantes do estado paraibano cresceu significativamente: naquele primeiro ano, ele alcançava aproximadamente 1.422.282 pessoas e, com o passar de duas décadas, chegou a 2.018.023 indivíduos, o que representava um crescimento de 42%. Há que se observar, porém, como se deu a distribuição de tais números por região, *vide* tabela a seguir:

Quadro 05						
População dos municípios da Paraíba						
Regiões	População 1940	Crescimento 1940-1950	População 1950	Crescimento 1950-1960	População 1960	Crescimento 1940-1960
Litoral	295.838	24%	366.978	25%	457.417	55%
Serras	669.941	23%	821.657	8%	889.602	33%
Sertão	456.455	29%	590.604	14%	671.008	47%
Fonte: Tabela construída pelo autor a partir das informações contidas no Apêndice A.						

Os movimentos migratórios dos quais se tem notícia montavam-se, sobretudo, em quatro direções. A primeira delas dizia da população rural que migrava do Sertão para o Litoral tomando por destino os engenhos e usinas da várzea, ou seja, também mundo rural. Esse era o movimento mais antigo, aquele narrado por José Américo de Almeida em *A Paraíba e seus problemas* (1980[1923]) e em *A Bagaceira* (1978[1928]). Esse era um movimento sazonal, que se dava por ocasião das estiagens, mas que tinham seu retorno certo tão logo despontassem no horizonte as notícias de chuva. Em meio às evidências encontradas e aos números apresentados, esse movimento parece não ter tomado rumos muito diferentes daqueles que já tinham alguns anos antes, é possível, no máximo, que tenha perdido força, mas isso é tudo que se conseguiu apurar até aqui.

A segunda estrada percorrida pelos migrantes tinha como ponto de chegada as maiores

idades do estado, sobretudo João Pessoa e Campina Grande. Ao longo do período em questão, a população da capital do estado subiu de 94.333 para 155.117 habitantes, o que representava um aumento de aproximadamente 64% da sua população, entre urbana e rural. Em Campina Grande, os números subiram de 126.139 para 207.445 habitantes (Apêndice A), alcançando o mesmo crescimento de 64% nos índices populacionais. Em ambos os casos, superava-se em 22% o crescimento demográfico geral do estado. Se considerado que esse aumento teve como causa não apenas as migrações, mas também a ampliação significativa do acesso a saúde, educação e assistência social que teve vez primeiro naquelas localidades, era possível pensar que essa passagem de pessoas de um ponto a outro se deu de forma moderada.

Os deslocamentos mais significativos de pessoas que teve vez no pós-1945 tinham como rota outros estados da federação. A esse respeito, testemunhavam as notícias dos jornais, os discursos dos parlamentares, os relatos dos trabalhadores de nordestinos que alcançavam as fábricas, entre muitas outras referências. Esse movimento foi tomado de duas facetas, uma delas tinha como destino também o mundo rural, como se deu mesmo antes com o envio de pessoas para trabalhar na extração de borracha na Amazônia ou no tráfego de pessoas para as fazendas do Centro-Oeste, entre outras localidades, onde, não raro, esses seres humanos tinham sua liberdade cerceada em torno de uma lógica de escravidão por dívida, *vide* Ricardo Rezende Figueira (2004). A outra dizia dos trabalhadores que alcançavam as metrópoles e tomavam as indústrias em expansão como destino, esse era o seu destino mais comum, apesar de haver ainda muito equívoco em relação à forma como esse processo foi relatado.

A quantidade de pessoas que migrariam do mundo rural paraibano para as metrópoles brasileiras, a partir de meados dos anos 1940, fugiu aos limites da pesquisa consultada. Os números apresentados na tabela, no entanto, diziam de um crescimento populacional levemente maior no Litoral que no Sertão, enquanto o primeiro alcançava a marca de 55%, o segundo ficava com 47%, com uma diferença de 8%. Ainda a esse respeito, devia-se considerar a vitória de ambos em relação às serras, onde o crescimento ficou represado na marca dos 33%. Em todos os casos, todavia, os números eram crescentes e em taxas muito acima do que foi observado na maioria dos outros momentos da história. Esse era o efeito de um fenômeno próprio da modernização, o chamado *baby boom*, o qual resultava de um descompasso entre a queda das taxas de mortalidade, provocadas pelo aumento nas expectativas de vida, e a redução das taxas de natalidade, que só aconteceria algum tempo mais tarde.

O que se quer mostrar, portanto, é que não foram as estiagens as principais causas das migrações, e quando o foram, elas tiveram caráter sazonal. As migrações sem volta, aquelas que

mais preocupavam, portanto, ao que tudo indica, se originaram dos problemas que envolveram a questão agrária. Os números atestavam que não houve nenhuma mudança acentuada nas proporções demográficas das diferentes regiões do estado paraibano, sendo possível afirmar que não só os habitantes do Sertão desembarcavam nas metrópoles, mas também os antigos moradores da várzea, onde o acesso a terra havia sido significativamente cerceado nos últimos anos da periodização citada. Considerada a concentração fundiária do estado e os números apresentados, talvez fosse possível arriscar uma maior quantidade de habitantes das Serras nas primeiras filas desse processo.

Em meio a isso, é possível ir mais além e propor, por meio do crescimento da população em geral, e da população rural em particular, que não houve êxodo rural. A palavra êxodo portava um sentido de esvaziamento, deslocamento em massa de um grupo social, o que de fato não se deu naqueles pretensos sertões nordestinos. Entenda-se por Êxodo: “s. m. emigração de um povo; saída de muita gente” (Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa Caldas Aulete, 1978[1958], v.2, p.1506). Acrescia-se a essa definição o processo histórico de saída dos hebreus do Egito, e o segundo livro da Bíblia, esse como inicial maiúscula, bem como o ato final das tragédias gregas¹³⁷. Consideradas essas variáveis, sobretudo aquela que diz respeito à saída ou ao deslocamento de um povo, pode-se pensar como essa palavra, de vasto e longo uso na história nacional brasileira, foi, em verdade, uma construção discursiva, que exagerava quanto a um processo que de fato existiu. A palavra êxodo, a propósito, não foi usada para tratar dos imigrantes europeus, sendo necessário considerar que não houve ingenuidade na sua eleição, mas uma construção política pautada pelas barganhas por recursos públicos federais em diferentes regiões do país.

O acentuado crescimento populacional, a propósito, dizia mais sobre as condições de vida no mundo rural. Ao discorrer os limites que cada época desenha para os homens e as mulheres que a viveram, Fernand Braudel (1995[1979], p.66) discorreu o peso das más colheitas na Europa do século XVI: “Uma má colheita é suportável. Com duas, os preços sobem, instala-se a fome, que nunca vem só: mais cedo ou mais tarde, abre a porta às epidemias”. Seguindo as trilhas do autor, é possível concluir que existe certa correspondência entre a qualidade de vida e o aumento nos índices populacionais das sociedades em análise, mesmo que não se possa tratar

¹³⁷A definição supracitada diz respeito a um dos dicionários mais referenciados à época, há que se observar, no entanto, que não havia grande novidade na definição dos demais, que não raro costumavam repetir essa mesma descrição. Cabe observar, ainda, o significado mais recente da palavra: “sm. 1. Emigração de grande número de pessoas. 2. Historicamente, saída dos hebreus do Egito. 3. [Inic. Maiúsc.] Segundo livro da Bíblia, o qual narra o êxodo hebreu sob a liderança de Moisés”, e por Êxodo Rural: “Abandono do campo por seus habitantes, que se transferem para áreas urbanas” (DICIONÁRIO BARSA, 2004, v.1, p.427).

dessa relação como dimensões imediatamente determinadas. A premissa denunciava que, mesmo diante das estiagens, as condições de vida no mundo rural não foram tão terríveis quanto se imaginava e, principalmente, que durante a modernização eles melhoraram.

O quarto caminho tomado pelos migrantes, possivelmente o mais curto de todos, dizia respeito à sua expulsão das terras dos senhores na direção de um canto de estrada ou alguma região periférica das cidades. Essa foi uma prática recorrente dos moradores expulsos dos engenhos, como afirmava Lygia Sigaud (1979) em sua tese *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Aqueles sujeitos continuariam a ter vínculos de trabalho com o mundo rural, no entanto como mão de obra assalariada. Para esses sujeitos era cerceado o acesso ao meio de produção, na medida em que já não havia liberdade no trato com os roçados e com os animais, nem qualquer vínculo mais próximo, na esteira das análises de Karl Marx (2013[1867]), em *O capital: crítica da economia política*, sobre a alienação da população camponesa na Inglaterra. A jornada de trabalho era compensada pelo pagamento de uma diária, livrando os senhores dos vínculos patriarcais, mas privando a gente camponesa de uma referência simbólica importante: a terra.



Figura 37: Dois mocambos. Quantos problemas?
Fonte: *A União* (24 abr.1960, p.8).



Figura 38: Dois mocambos. Quantos problemas?
Fonte: *A União* (24 abr.1960, p.8).

A respeito das citadas movimentações demográficas, em particular dos últimos dois casos, era possível flagrar o agravamento dos problemas sociais que envolviam os espaços urbanos. Àquela altura, a miséria da população rural que passava a viver nas cidades também se tornou matéria de jornal. A *urbs* prometida segregava a população do campo, jogavam-na para as periferias. Ali faltava muito do que era necessário para viver em comunidade mantendo o mínimo necessário para que se garantisse saúde, acesso ao poder público e aos postos dignos de

trabalho – não se tinha abastecimento de água, calçamento, galerias pluviais, assistência social ou médica. Aquela gente tinha de se alojar nas terras que os loteamentos urbanos rejeitaram, as quais dispunham de relevos inconvenientes, às vezes no topo dos morros, e com moradias insalubres, construídas com barro e estacas, os famosos mocambos, ou casas de taipa na linguagem popular. Eram casas com sala, cozinha e um quarto, com chão de barro batido, coberta de palha de coqueiro e uma porta feita de tábuas desconexas de madeira. Mediante essas circunstâncias, havia sido criada a Liga Social Contra o Mocambo, associação que se preocuparia em cobrar do poder público a assistência necessária para atender a essa população (A UNIÃO, 24 abr.1960, p.8).

A coexistência das migrações com o crescimento demográfico atestava como foram vastas as possibilidades de reação esboçadas pela população agrária às novas e velhas circunstâncias que a modernização e o mandonismo ainda bastante presente ensaiaram para as suas vidas. Decerto essa escolha não era fácil, ela estava tomada de um número considerável de pressões na maioria das vezes muito difíceis de suportar, mas isso não tirava de cena o poder do livre arbítrio, que podia enfrentar um chefe político, negociar saídas mais amigáveis, a depender da aquiescência coletiva promover uma revolta popular, dentre muitas outras possibilidades, todas dotadas por diferentes alicerces de valores, hábitos, tradições, mas também de poder concreto sobre as pessoas, as instituições e a propriedade, e todas qualificadas pelas suas consequências possíveis. Em meio a esses horizontes, era possível sair ou ficar, e mais, era possível sair ou ficar de diferentes maneiras, os quatro destinos apresentados, mas também os diferentes contornos que os moradores deram às suas vidas até aquele ponto ilustravam isso¹³⁸.

4.5 “Uma ideia nova está entusiasmando a mentalidade dos nossos homens públicos”: a emergência da reforma agrária como movimento social brasileiro

– Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a cota menor
que tiraste em vida.

– É de bom tamanho,

¹³⁸A esse respeito, deve-se lembrar de um artigo bastante comentado de Edward Palmer Thompson, o qual se intitulava *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII* (1998[1971]), mas também de algumas passagens de *A formação da classe operária inglesa* (2012a[1963]). Nesses textos, o autor teceu duras críticas aos autores que tratavam os motins de fome como consequências diretas do aumento do preço dos alimentos naquele país. Em verdade, os motins eram uma possibilidade dentre as tantas outras que estavam em jogo, a qual se alimentava de certa economia moral pactuada entre a monarquia e os plebeus, a qual havia sido rompida. A fome pode ser vivida de formas muito variadas, como aconteceu em outros lugares e em outros momentos da história daqueles sujeitos.

Nem largo nem fundo,
 É a parte que te cabe
 Neste latifúndio.

– Não é cova grande,
 é cova medida,
 é a terra que querias,
 ver dividida.

João Cabral de Mello Neto (s/d[1967], p.13)

Os amigos que levavam o trabalhador do eito morto à sua derradeira morada contavam do triste destino dos camponeses e das camponesas que lutavam pela reforma agrária. Enquanto isso, Severino seguia a sua jornada em busca de um lugar onde pudesse continuar a vida quando a seca e a força bélica dos grandes proprietários de terra devastavam a caatinga. Era aquela a história de *Morte e Vida Severina*, que João Cabral de Mello Neto detalhava em 1967. O caminho percorrido pelo personagem não era muito diferente daquele que os retirantes do romance de José Américo de Almeida, *A Bagaceira*, de 1928, fizeram quando das estiagens do final do século XIX, mas o mundo rural havia mudado significativamente. Os pretensos vazios demográficos se tornavam espaços tomados de gente, a qual lotava os postos de emprego, impossíveis a um dos Severinos de Maria do já finado Zacarias da Serra do Costela. Esse universo já não se aproximava daquele no qual outrora os sertanejos conseguiam trabalho nos engenhos dos senhores da Várzea.

A observação concreta dessa quantidade de pessoas que povoavam as estradas por onde os retirantes passavam poderia conduzir ainda a uma leitura de que, com o correr de algumas décadas, a ampliação da malha rodoviária tivesse se ampliado e tornado os caminhos mais movimentados, isso possivelmente aconteceu. A agitação das vias de acesso ao litoral, porém, precisa ser pensada antes de tudo em sua dimensão abstrata, de um mundo outrora misterioso, que se convertia em um lugar cada vez mais racional, no qual as antigas redes de solidariedade funcionavam menos, onde a exploração do trabalhador rural tomava dimensões mais impositivas. Em meio a esses problemas, a reforma agrária foi se tornando uma demanda cada vez mais frequente, fazendo parte da vida dos camponeses e das camponesas, mas também dos intelectuais e os políticos que passaram a discutir essa pauta na cena pública brasileira.

As primeiras ligas camponesas criadas no mundo rural, apontava Fernando Antônio Azevêdo (1982), datavam do período imediatamente posterior à derrocada do regime estadonovista (1937-1945). A iniciativa em grande parte das vezes adveio do Partido Comunista Brasileiro – PCB –, que, àquela oportunidade, retomava o seu poder de articulação, o qual,

conforme José Antonio Segatto (2013[2003]), havia sido desmontado depois do fracasso da Intentona Comunista de 1935. O partido carecia de legitimidade, sobretudo no espaço rural, sendo aquela uma das estratégias para assumir dimensões mais expressivas em território nacional. Essas instituições nasceram como associações civis, que, por resistência dos grandes proprietários e subsequente negativa do Ministério do Trabalho, não conseguiam alçar a posição de sindicatos. As ligas camponesas perderam força a partir de 1947, quando foi declarada a ilegalidade do PCB. (AZEVEDO, 1982).

As ligas camponesas se consolidaram enquanto importantes espaços de discussão de ideias e arregimentação de solidariedades, demandas que constituíram formas de socialização imprescindíveis ao processo de negociação política. Os sentidos dessas sociabilidades, por conseguinte, tomavam caminhos distantes daqueles que fundamentaram as relações de camponeses e camponesas em outros momentos, o quebra cabeça da política não poderia ser jogado com as ferramentas do mistério, que articulava pessoas de diferentes localidades por meio de canais de comunicação mais fluidos em sua forma e fantasiosas em seu conteúdo. Àquele novo contexto, era preciso racionalizar os objetivos e dialogar com a gramática das leis, um desafio ainda complicado para a gente camponesa, mas que não se deixou de ser feita com alguma força de vontade e com a ajuda de intelectuais engajados com a causa da reforma agrária.

Com o passar do tempo, a defesa da reforma agrária ganhava legitimidade entre intelectuais, políticos e civis de todo o país. A década de 1950 havia criado o ambiente propício ao fortalecimento daquela discussão. As duas estiagens que assolaram os estados nordestinos, entre 1951 e 1952 e depois em 1958, foram momentos alarmantes para a população rural, nos quais essa passou a sobreviver em estado de calamidade. Há que se atentar que, durante as secas, as elites costumavam solicitar verba do poder público para atender aos camponeses e às camponesas afetados pelo fenômeno climático, recursos que não raro eram desviados pelo menos grupo que os solicitava, lembrava Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993[1982]). Contudo, o processo político que permeava a solicitação e a conquista dos investimentos públicos perpassava a construção de discursos na imprensa nacional, o que conferia alguma visibilidade para os conflitos que mediavam o cotidiano da gente camponesa.

As demandas pela reforma agrária se tornavam, assim, um movimento social de amplitude nacional, o terceiro que se poderia contar na história brasileira. Na esteira dos tempos pensados por Angela Alonso (2015) para o movimento abolicionista brasileiro, era possível dizer que essa emergência da reforma agrária no espaço público também esteve acompanhada de discussões e decisões políticas que tiveram vez no cenário internacional em meados do século

XX. Além das revoluções agrárias, que se deram na China, no Vietnã e em Cuba, intelectuais simpáticos à causa estavam difundindo ideias como aquelas por vários espaços, com algumas medidas importantes conseguidas nos parlamentos de muitos outros lugares.

Ao longo desse processo, o jornal *A União* chegou a noticiar a mensagem de um correspondente de Washington, o sr. Malcolm Mackenzie, sobre o desejo de muitos agrônomos daquele país para que os Estados Unidos apoiassem e estimulassem reformas agrárias nos países “pouco desenvolvidos do mundo” (*A UNIÃO*, 8 abr.1951, p.3). A experiência do movimento abolicionista, ou a semelhante circunstância de estar-se fazendo um movimento social, levou a população camponesa a recorrer às associações rurais. Essa guerra por dentro das instituições exerceu um papel importante na definição das lutas por reforma agrária no Brasil, elas se dariam prioritariamente por dentro dos caminhos legais, definidos pelo regime democrático nacional. As associações rurais, a imprensa, o poder executivo e o parlamento seriam, portanto, os principais campos de batalha usados pelos defensores da reforma agrária para afirmar as suas demandas no espaço público brasileiro. A esse respeito, dizia o agrônomo Delmiro Maia:

Não é possível ficarmos indiferentes à evolução do socialismo agrário, praticado na própria Inglaterra, matriz da Democracia, na Itália e na vizinha Argentina, levado a efeito, para solução de tão difícil problema. A revolução agrária feita na China, pelo General Mao-Tse-Tung, deve nos servir de exemplo eficiente. Lá como os daqui, imperava o mesmo egoísmo da casta e fleipa dos mandarins poderosos. Somente no Brasil, em pleno século XX é que o latifúndio ainda domina com a má divisão das terras, criando a escravidão rural (*A UNIÃO*, 12 abr.1950, p.3).

O autor seguia tratando da inviabilidade econômica da manutenção do sistema fundiário nacional da forma como esse estava organizado: “O País tem uma superfície de 8.516.037 quilômetros quadrados; 1.904.589 propriedades; 9.433.512 trabalhadores rurais; 16.550.026 hectares cultivados, dado uma percentagem da área total cultivada 1,5 hectare, per capita 0,32 fração do hectare” (*A UNIÃO*, 12 abr.1950, p.3). A partir dos dados apresentados, foi possível notar que apenas 51% da superfície do país servia ao cultivo e mesmo assim disposta de forma bastante concentrada, de forma que pouco mais que 20% dos habitantes do mundo rural eram proprietários de terra, sem contar exatamente de que dimensões se estava falando.

A reforma agrária aparecia em meio a esse contexto não só como uma necessidade dos trabalhadores rurais, mas também como uma etapa fundamental ao desenvolvimento econômico do país. Tratava-se de um projeto de futuro que ganhava forma, uma cultura histórica que, apesar das questões que colocavam diferentes culturas políticas em voga àquele momento em conflito, ia se tornando hegemônica no cenário nacional. Até princípios da década de 1950, a população

rural correspondia a cerca de 70% da demografia nacional, espalhada por um mundo tomado por uma vastidão de propriedades improdutivas, que atravancavam os dividendos que as pequenas famílias de agricultores e agricultoras poderiam produzir. O latifúndio, portanto, impedia a expansão do mercado interno, bem como o processo de industrialização nacional (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007). Em meio a essa discussão, a reforma agrária se apresentava favorável também para os projetos liberais do futuro nacional, mas que estavam no centro de uma lógica de pensamento herdeiro da elite escravocrata do país, que temia perder o seu poder de mando sobre a população rural:

A luta contra o odioso monopólio das terras foi o que levou filósofos, economistas e papas, como entre outros: Proudhon, Owen, Saint-Simon, Tomás Spencer, H. George e até Leão XIII na *Rerum Novarum*, rasgarem novos horizontes doutrinários, criando uma melhor concepção do socialismo agrário, em benefício da humanidade (A UNIÃO, 12 abr. 1950, p.7).

O agrônomo Delmiro Maia então rememorava a mensagem que o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, enviara ao Congresso no ano de 1947. Aquele documento, conforme o professor em questão, já fazia sentir imperiosa a reforma agrária, ao julgar o alto índice de concentração de propriedade como uma das causas do baixo salário do trabalhador do campo e da má utilização da terra. Por fim, retomava uma lista de demandas da modernização agrícola que complementariam essa necessidade, como o combate à erosão, o crédito e a mecanização agrícola, o crescimento desigual da indústria da tecelagem e a civilização do arranha céu (A UNIÃO, 12 abr.1950, p.7).

Em meio à cobertura jornalística que tomava o periódico de notícias sobre as estiagens e o pretenso êxodo rural, publicava-se um comunicado do Rio de Janeiro informando que o anteprojeto que viabilizaria a reforma agrária já havia sido entregue pelo Ministério da Agricultura ao presidente Getúlio Vargas. A proposta perpassava a criação do Serviço Social Rural, seria esse o resultado de um longo estudo realizado pelo ministro João Cleofas, o qual deveria amparar o trabalhador do campo com as seguintes medidas:

1º – Prestar todo o serviço social de amparo ao operariado e ao pequeno lavrador; 2º – projéto estima uma prestação de serviços sociais no meio rural; tratará da alimentação, saúde, habitação, vestuário, educação, assistência sanitária, aperfeiçoamento técnico do trabalho proprio das atividades rurais ao fomento da economia das pequenas propriedades; atividade doméstica e divulgação das necessidades sociais do homem do campo (A UNIÃO, 17 mai.1951, p.1).

A medida parecia elevar a pauta da reforma agrária ao centro das discussões políticas nacionais, a tal ponto que alcançava a posição de um projeto atentado pela figura do ministro, o

qual atribuiu a si, e não à instituição que chefiava, os louros da proposta, e dele para o presidente da República. Com essa medida, chegava-se às esferas da alta política, a qual poderia viabilizar, por caminhos democráticos, a resolução daquela demanda histórica das populações rurais. Acontecia que, no texto apresentado na notícia, a reforma agrária não parecia passar do título. Apesar disso, a pretensa boa vontade do governo federal em arbitrar os encaminhamentos do processo em questão, o qual era polêmico e perigoso para o líder petebista, àquela altura, encurralado pela oposição conservadora, não deixou, contudo, de produzir os seus frutos. Em meio àquele primeiro sinal verde do presidente na cena pública, José Américo de Almeida, em sua mensagem para a Assembleia Legislativa, arriscou um passo mais largo e propôs medidas de viabilização da reforma agrária, a qual seria o “calcanhar de Aquiles” do estado (A UNIÃO, 22 jun.1951, p.4).

A exposição do governador denunciava que as relações dos políticos e intelectuais com a gente camponesa estavam se estreitando. O plano de ação exposto àquela ocasião ultrapassava os limites da modernização agrícola que nas duas décadas anteriores tinham tomado a pauta pública. Ao passo em que se falava da criação de centros recreativos próximos às lavouras, que garantissem preços mínimos para a produção, não só se estava destacando o estabelecimento de novas práticas, mas também estavam sendo pensados os direitos culturais da gente camponesa, que, a partir dessas propostas, deveriam ter suas sociabilidades e práticas culturais valorizadas. Em contrapartida, uma proposição como essa, impossível algumas décadas antes, em virtude da lógica fugidia dos sertões, noticiava de um mundo rural compreendido com ferramentas cada vez mais racionais.

A nova configuração perpassava ainda dois pontos importantes: a concessão das terras ainda inexploradas em favor da riqueza coletiva, cujo termômetro seria “experiências revolucionárias de colonização”, e, em concomitância a isso, o amparo aos pequenos produtores, com campanhas de produção, assistência técnica e financeira. O acompanhamento do processo de concessão de terras com a subsequente assistência aos pequenos produtores era um bom sinal do quão avançado estava o diálogo político com a sociedade civil rural. Todavia, a reforma agrária deveria afetar pouco os latifundiários da Várzea, visto que essas terras ainda não colonizadas pressupunham, sobretudo, os campos de produção de gado do Sertão. Com esse jogo de demandas, José Américo de Almeida parecia tentar satisfazer o maior número possível de grupos políticos, beneficiando os trabalhadores rurais, mas garantindo a manutenção da estabilidade econômica dos grandes produtores. Esse caminho pacificador, contudo, parecia não ter efetivamente possibilidades de se concretizar, deixando a proposta morrer com o fôlego de

seu discurso.

Ao termo dessa notícia, outras discussões que viabilizassem a reforma agrária demoraram a aparecer na imprensa oficial do estado paraibano, o jornal *A União*. Esse desaparecimento parecia dizer respeito, antes de tudo, a duas causas principais, a primeira delas seria o término do período de estiagens, com a disseminação de uma manchete recebida com grande alívio em todo o país – “as chuvas caíram” – e a segunda, a posse de João Fernandes Lima, até então vice-governador do estado, como governador, em virtude do afastamento de José Américo de Almeida para assumir a pasta de Viação e Obras Públicas, bem como subsequente eleição do usineiro Flávio Ribeiro Coutinho de 1955, após o breve retorno de José Américo de Almeida entre 1954 e 1955. O mandato do governador latifundiário, no entanto, teve fim em 1958, quando esse se afastou por motivos de saúde, deixando em seu lugar o vice-governador Pedro Moreno Gondim. Por fim, aquele ano seria ainda marcado pela ocorrência de mais uma estiagem, a qual reacendia o debate agrário.

Em meados da década de 1950, as ligas camponesas conseguiram reaver a sua capacidade de organização política em meio à forte repressão que havia se estabelecido depois que o poder público arbitrou a ilegalidade do PCB. A partir de então, um número considerável de instituições com aquele perfil foram criadas, sobretudo nas várzeas açucareiras do Nordeste. Àquela oportunidade, a criação das ligas camponesas era acompanhada pelo processo de arregimentação de trabalhadores rurais que se filiassem àquelas propostas, ampliando a força do movimento e a representatividade daquelas agremiações. Esse trabalho de difusão de ideias entre os agricultores e os vaqueiros era feito por alguns sujeitos mais engajados, que tomados pelas conversas com um e com outro pelo mundo rural afora, conseguiam difundir as demandas da reforma agrária pelas estradas sem fronteiras que ligavam os antigos sertões nordestinos.

A tradição dos conversadores que transmitiam o saber com entusiasmo ou desconfiança seguia em voga, mas o caráter disciplinado com o qual essas informações eram circuladas consolidava uma prática nova, fundamentalmente política. Esse caminho do meio, a propósito, tomava o cotidiano também daquelas associações, o qual pode ser aferido por meio da descrição de Wilson José Félix Xavier (2010, p.62):

Reuniões sem atas, sem registros, destituídas de ritos ordinários, informais ou anônimas, multiplicavam-se, assim, nas fazendas próximas às usinas da região, em cenário improvisados como matagais e habitações rústicas, incrustadas no interior dos latifúndios. Encontros ocorridos geralmente na quietude da noite, longe dos olhos dos fazendeiros e após um exaustivo dia de trabalho. Os trabalhadores rurais discutiam as precárias condições de trabalho, as dívidas absurdas nos “barracões” da fazenda e o famigerado “cambão”. Buscavam formas de vencer as dificuldades sentidas, principalmente, após a modernização

das usinas e o consequente avanço das culturas canavieiras que tomavam o espaço anteriormente destinado às lavouras de subsistência e recrudesciam a disciplina laboral no campo, em nome da produtividade e da concorrência capitalista com a produção canavieira de São Paulo.

A força organizativa das agremiações cresceu desde então, elevando as suas discussões a patamares poucas vezes acessados anteriormente. A discussão pela reforma agrária conseguiu mobilizar pessoas de todo o país na oportunidade da *1ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas*, que aconteceu em setembro de 1953 simultaneamente em São Paulo, na Paraíba e no Ceará, bem como do *1º Congresso Nordeste de Trabalhadores Rurais*, que se deu na cidade de Limoeiro, em agosto de 1954. Esse último aconteceu em meio aos preparativos para a *2ª Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas*, que teve vez em São Paulo ainda em 1954, com mais de trezentos representantes de dezesseis estados, e que resolveu, com o apoio das diferentes associações já existentes, criar a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB (AZEVEDO, 1982).

Em meio a esse processo, camponeses e camponesas conseguiram viabilizar o Congresso de Salvação Nacional, o qual teve vez no Recife, entre os dias 20 e 27 de agosto de 1955, com organização da Liga de Emancipação Nacional e contando com a presença de políticos e intelectuais de relevância no Legislativo e Executivo Federal. O encontro abriu espaço para a produção de documentos e organização de frentes de discussão que visavam tornar a reorganização fundiária nacional uma pauta mais ativa no cenário político brasileiro. O evento teria ainda três desdobramentos importantes, o *I Congresso Camponês de Pernambuco*, o qual teria conseguido reunir três mil trabalhadores rurais no Recife em setembro de 1955, bem como o *Encontro de Salgueiro*, de 1958, e o *Seminário de Garanhuns*, de 1959, os quais contribuíram com a emergência de um plano de desenvolvimento regional para os anos seguintes (AZEVEDO, 1982).

Os camponeses defendiam a reforma agrária com base em um amplo arsenal de argumentos fundados na razão, situando esse novo momento que corporificava suas reações ao mandonismo agrário. As práticas, as representações, as tradições e os valores de outrora foram reunidos em volta de uma cultura política, evocada, no entanto, sem aquele encantamento que marcaria as narrativas em outros tempos. A história se movimentava e os grupos articulavam as suas sociabilidades no propósito de reagir aos problemas mais pulsantes do mundo rural, bem como às muitas narrativas que insidiam sobre eles.

O movimento conquistava uma quantidade cada vez maior de adeptos e, com isso, cada vez maior espaço na imprensa nacional. Um exemplo disso foi a publicação de um editorial com

o título *Reforma Agrária* no jornal *A União*. O conteúdo da chamada pública evocava, com a urgência de quem tratava do futuro da Nação em tempos do nacional-desenvolvimentismo, a reconfiguração da estrutura fundiária nacional e teve por conteúdo as discussões do Congresso de Salgueiro, o qual tomara esse problema como pauta:

Não se trata de nada de novo ou original. Aqueles que se dedicam, com maior ênfase, aos problemas nordestinos, não podem fugir a essa conclusão inevitável: ou alteramos a estrutura econômica da exploração da terra ou não se modificará, para melhor, o degradante estado de coisas que se implantou, aqui, desde os tempos da colonização (A UNIÃO, 3 ago.1958, p.3).

E seguia com otimismo: “uma ideia nova está entusiasmando a mentalidade de nossos homens públicos” (A UNIÃO, 3 ago.1958, p.3). Com aquela chamada, denunciava-se a emergência da reforma agrária à posição de evidência entre os intelectuais e os políticos brasileiros. Em outras palavras, parecia não ser mais possível fugir do tema, fosse para aprová-lo ou reprová-lo enquanto solução para os problemas brasileiros. A chamada dizia de uma ideia que precisaria ser discutida em todos os espaços nos quais os intelectuais se reunissem, e fortalecia, assim, a sua posição enquanto questão nacional, não se poderia deixar que a indústria se desenvolvimento em detrimento do campo.

O título e o meio da publicação, todavia, diziam mais ao leitor daquele periódico. A ausência de uma assinatura no texto conferia a sua responsabilidade ideológica aos editores do jornal, o qual se autointitulava *órgão oficial do Estado*. A mensagem bem poderia ser resultado de uma ação isolada de um editor com alguma autonomia na decisão do que seria publicado, mas poderia dizer também de uma política de governo que começava a ser disseminada na imprensa oficial, ou colocada ali como um teste de como seria recebida. Mas as margens das políticas editoriais pareciam importar menos diante do que estava sendo proposto. A julgar pelos mundos que aquele tema já havia acessado, o seu termômetro seria antes a opinião da sociedade civil que da sociedade política ou dos intelectuais. Nesse caso, o editorial com o título *Reforma Agrária*, em negrito, caixa alta e fonte grande, decerto chamou a atenção coletiva para essa demanda das populações camponesas, que, discutida outrora por intelectuais e políticos pontualmente, nesse novo momento, tomava corpo de um desejo social, que, em razão da modernização rural e consequente racionalização da compreensão do uso da terra e da sua posse, se tornava uma necessidade dos habitantes daqueles mundos outrora misteriosos.

Alguns meses mais tarde, o diretor do Serviço de Informações Agrícolas, José A. Vieira, publicou o artigo *Reforma Agrária e suas Implicações*. O autor começava a discussão evocando os princípios democráticos e cristãos, os quais urgiam para que se facilitasse a posse e uso das

terras ao maior número possível de pessoas, fazendo disso também um caminho para o desenvolvimento regional, o qual seria facilitado pelos rurícolas. Mas alertava da necessidade de que a reforma agrária fosse preparada com antecedência, criando as condições favoráveis ao seu êxito, principalmente no que concernia à educação rural, à assistência técnica e financeira às famílias camponesas e aparelhamento econômico da agricultura. Ao termo daqueles encaminhamentos, o autor posicionava-se ao lado dos conservadores que defendiam a reforma agrária desde que em longo prazo, que de tão longo talvez jamais fosse alcançada (A UNIÃO, 26 mai.1959, p.6).

A opinião favorável do escritor à reforma agrária seria condicionada ao estabelecimento das medidas agrícolas necessárias para que essa se efetivasse, as quais há muito tempo se lutava para que fossem passíveis de se estabelecer, e que, até então, não se tinha conseguido alcançar. Essa foi a estratégia de boa parte dos grupos políticos conservadores, dentre os quais grupos moderados da Igreja, os quais observavam a força da reforma agrária e barganhavam para vencê-la retardando-a e não enfrentando diretamente. Isso denunciava da força que o tema havia conquistado na opinião pública, em certa medida, já não dava para fugir dele. Todavia, era possível pensar além. Em sendo a reforma agrária um plano comum dos planos nacionais de futuro, ela não eliminava a disputa das diferentes culturas históricas que concorriam territórios sobre as pautas públicas, de forma que, com suas leituras do passado agrário brasileiro, alguns grupos retomavam o enredo do atraso agrícola. Contudo, não havia mesmo como negar a momentânea vitória da reforma agrária sobre a modernização agrícola, sendo aquela, e não essa, o propósito público maior do Estado-Nação. Essa vitória inédita da questão agrária sobre a questão agrícola mudava a direção que as coisas estavam seguindo até então, os camponeses estavam conseguindo acessar os espaços de discussão pública, como sinal de um Estado democrático de Direito que tomava forma.

Em meados dos anos 1960, Joaquim Ferreira Filho publicou um artigo em quatro partes no jornal *A União*, o qual foi intitulado *Algumas balelas sobre Reforma Agrária*. Ao longo do texto, o autor enumerava os pontos que julgava frágeis dos contra-argumentos dos opositores a essa pauta no país, começaria pela tomada dos exemplos chinês, cubano e venezuelano como experiências negativas, cujas medidas teriam empreendido uma retrógrada experiência histórica. O escritor informava, então, do valor das mudanças que tomaram aqueles países, os quais conseguiram reduzir a fome e o analfabetismo, de forma que essas referências negativas teriam por finalidade deslegitimar a luta das Ligas Camponesas. O texto, então, seguia destituindo o boato dos vinte hectares de terra que corresponderiam ao limite das propriedades, para o qual

alegava: “Querem êles, com isso, assanhar os pequenos proprietários contra seus aliados naturais, os camponeses sem terra, levando-os a fazer o jogo dos grandes senhores” (A UNIÃO, 31 jul.1960, p.3).

Os dois textos davam notícia dos rumos que a luta pela reforma agrária estava tomando, os conservadores pareciam ora dissuadir da importância e da validade de uma proposta como aquela, ao passo em que os grupos mais progressistas solidificavam seus argumentos desarmando os discursos opositores. O que importa é perceber que, em meio às diferentes posições que apareciam no cenário nacional, a reforma agrária se elevava ao primeiro plano dos debates. Alcançado esse lugar na esfera pública, a etapa consequente foi a discussão desse projeto, e das demais ações que o contornavam no Executivo e nas casas legislativas do país, sobretudo no Congresso Nacional. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – foi um desses importantes passos no encaminhamento de políticas públicas que observassem o desenvolvimento do estado nordestino. A secretaria executiva daquela instituição foi entregue ao paraibano Celso Furtado, o qual empreendeu o diagnóstico e consequente política de desenvolvimento daquela região.

Ainda em abril de 1959, os leitores do jornal *A União* poderiam ler o comunicado transcrito do *Diário de Pernambuco*. Nesse número, era informado que o petebista Fernando Ferrari, deputado federal pelo Rio Grande do Sul, havia apresentado o projeto de lei que regulamentaria a reforma agrária no país à Câmara Federal, “significando peça indispensável ao aumento da produtividade, capaz de conter a inflação, a reforma agrária tem de ser feita dentro de um critério logico e nacional, que lhe tire qualquer sentido de improvisação e generosidade” (A UNIÃO, 21 abr.1959, p.3). A mensagem, ao passo que não deixava de tratar com entusiasmo da nova instância que aquela pauta tinha alcançado, reforçando da sua importância para a economia nacional, também não deixava de abrir espaço para a negociação com os grupos políticos opositores ao dizer das regras que deveriam envolver essa mudança. Esse processo se convertia em uma tentativa bastante profícua por parte dos defensores da causa no encaminhamento de uma mudança estrutural por dentro do processo democrático, o qual Antonio Gramsci (2011[1935]) outrora descreveu como revolução pelo alto¹³⁹.

¹³⁹Fernando Antônio Azevêdo (1982), no livro intitulado *As ligas camponesas*, descreveu as mobilizações pela reforma agrária como advento de uma revolução passiva, ou transformação pelo alto, a qual se realizaria pelas mãos da burguesia, que em não se concedendo a posição de classe reinante, se associariam à aristocracia tradicional, barrando as possibilidades de ascensão dos trabalhadores. A edição da obra de Antonio Gramsci à qual o autor possivelmente teve acesso havia sido traduzida do conjunto de textos censurado pelo Partido Comunista e, tendo chegado ao Brasil no auge da ditadura civil-militar, ainda sofreu mudanças na linguagem e cortes de conteúdo. Essa versão foi recebida de forma ainda bastante estruturalista, levando à inversão de alguns dos conceitos fundamentais do autor em questão, como apontou Carlos Nelson Coutinho (2013[1999]). Apenas os cadernos de *Il Resorgimento*

Os grupos conservadores conseguiram barrar os encaminhamentos do projeto por alguns meses com a questão de ordem pautada pelo líder udenista na Câmara, o deputado Rondon Pacheco. Ao passo disso, contudo, a discussão no Palácio Monroe, onde funcionava o Senado Federal, esquentava com a presença do Ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, para explicar o valor e as possibilidades de uma medida como aquela para a concretização dos planos de ação da sua pasta (A UNIÃO, 15 jul.1959, p.1). Ao termo daquele ano, o periódico estadual antevia a fala do governador sobre a política econômica estadual que seria realizada nos primeiros dias do ano seguinte, a qual daria seguimento à promessa de José Américo de Almeida de empreender um plano de colonização de terras e consequente preparação técnica dos agricultores (A UNIÃO, 30 dez.1959, p.1).

As discussões que tomavam os periódicos eram de alguma forma acompanhadas pela população camponesa, a qual, possivelmente, comemorava as conquistas dos trabalhadores ao passo em que também se informava dos caminhos legais pelos quais aquele projeto de lei teria de transitar e apreendia as ferramentas que moviam o mundo da política. A líder camponesa Elizabeth Teixeira, em entrevista concedida a Wilson José Félix Xavier (2010, p.126), informou dos camponeses que frequentavam a sua casa, onde ela sempre lia os jornais, “com pouca leitura que tenho, que fiz o segundo grau primário”. Essa prática, possivelmente comum aos trabalhadores rurais ao passo em que esses passavam a conviver com o processo modernizador, dizia de uma ferramenta de informação articulada nacionalmente e cujas trilhas eram perseguidas para que fosse possível calcular os próximos passos que seriam adotados coletivamente.

A conquista mais emblemática conseguida pelos camponeses e camponesas ao longo desse processo, no entanto, teve como cenário a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Havia sido criada, em 1955, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPPP –, ou, simplesmente, Liga Camponesa da Galileia. Aquela agremiação se estabeleceu em um engenho de fogo morto, o qual tinha por nome Engenho Galileia, onde residiam 140 famílias ao longo de quinhentos hectares de terra. O motivo alegado para a constituição de uma instituição que reunisse e representasse os moradores da região foi a assistência aos moradores, mas que, de acordo com Fernando Antônio Azevêdo (1982), se

foram lidos em espanhol, mas cuja referência decerto não se fez isolada da interpretação geral da obra do autor. Nesse texto, a revolução passiva, ou transformação pelo alto, é compreendida como a possibilidade de alcançar mudanças significativas sem o confronto direto entre as classes, ou, como disse Antonio Gramsci: “A política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que se realizou sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco” (GRAMSCI, 2011[1935], p.63).

combinava com uma tradição de lutas de mais de uma década que estava sendo retomada em 1955. As táticas de conciliação estabelecidas naquele primeiro momento levaram os camponeses a convidar o proprietário do engenho, Oscar Beltrão, para a posição de presidente honorário, a qual responderia permitindo que fosse cortada madeira para a construção de uma capela, *vide* Antônio Torres Montenegro (2013[2003]).

Com o passar do tempo, a Liga Camponesa Galileia ganhou força e passou a se articular com outros movimentos que se estabeleceram na região e também fora dela, a exemplo do seu vínculo com o PCB e outras instituições de esquerda que estavam ganhando relevo no cenário nacional. Em 13 de maio de 1956, um grupo de seiscentos sócios daquela agremiação se reuniu para comemorar a abolição da escravidão e, junto a isso, reivindicar a abolição do cambão, do barracão e do foro. Dois anos mais tarde, foi realizada a Marcha da Fome, que reuniria centenas de camponeses na frente do Palácio do Governo de Pernambuco, para além da participação no congresso e nas reuniões que tratavam da reforma agrária fora do âmbito da própria sociedade. A associação ganhava uma força poucas vezes vista em outras oportunidades. A sua representação então culminou na aprovação do projeto do deputado Carlos Luiz de Andrade, suplente de Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro – PSB –, o qual solicitava desapropriação do engenho em questão alegando interesse social. Depois de muita pressão da população rural, que acompanhou a apreciação da proposta na frente da Assembleia Legislativa, foi conseguida a aprovação, em 1959, abrindo precedente para que outros casos também fossem votados, o que, no entanto, não aconteceu (AZEVEDO, 1982).

O Marechal Henrique Lott, durante a campanha presidencial de 1960, falou aos camponeses, em um comício realizado na cidade de Garanhuns, Pernambuco, que em seu governo estenderia os direitos sociais aos trabalhadores do campo. Àquela oportunidade, estavam ao seu lado autoridades como o deputado Francisco Julião, o senador Auro Moura Andrade e o vice-governador Pelópidas da Silveira. O candidato pessedista não venceu as eleições, mas aquela era uma evidência importante do valor que aquela pauta tinha alcançado no plano público nacional (A UNIÃO, 10 set.1960, p.1).

Os acontecimentos políticos que constituíram a cena pública em princípios da década de 1960 deram visibilidade ainda maior para o tema da reforma agrária. Àquela ocasião, as ligas camponesas expuseram as fraquezas da estrutura fundiária brasileira ao passo em que a repressão dos grandes proprietários de terras recrudescia, levando ao assassinato de alguns dos seus líderes e ao cerceamento da liberdade dos associados. A opinião pública não ficaria indiferente a esse processo. O assassinato do líder da Liga Camponesa de Sapé, o agricultor João Pedro Teixeira,

em 1962, na estrada do Espírito Santo, a mando de um senhor de engenho, foi, decerto, o mais emblemático desses casos. A sua morte foi noticiada na imprensa em âmbito nacional, tomando ainda algum espaço nos noticiários internacionais. A chacina do líder camponês serviu de cartaz para denunciar os desmandos dos chefes políticos da Várzea paraibana, conferindo maior visibilidade ao movimento.

A reforma agrária tomou um espaço importante no plano político nacional quando João Goulart assumiu a presidência da República em 1961. O então vice-presidente havia recebido a notícia da renúncia de Jânio Quadros durante uma viagem que fizera à China. A viagem de retorno ao Brasil, contudo, foi embalada por um golpe de estado que alguns grupos de extrema direita, junto aos grupos mais conservadores das forças militares, orquestraram para impedir a sua posse. A saída parlamentarista, negociada entre os grupos políticos para manter a legalidade constitucional, implicou no cerceamento de muitas das propostas de governo do presidente, o qual demorou a conseguir levar as pautas de reformas à votação no Congresso Nacional, atestava Jorge Ferreira (2014[2011]).

Apesar desses atropelos, em outubro de 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária – SUPRA –, a qual se tornaria, conforme Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014), seu principal instrumento de intervenção política na questão agrária. Foi depois do plebiscito que instituiu o regime presidencialista, contudo, que as principais medidas que circundaram esse tema puderam ser discutidas. Em março de 1963, por conseguinte, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, projeto do PTB que tramitava nas casas do Legislativo Federal desde meados dos anos 1950, e encaminhada a mensagem do Executivo que solicitava a tramitação de um projeto que viabilizasse a reforma agrária (FERREIRA; GOMES, 2014).

A garantia à propriedade expressa na constituição demandava, para a aprovação daquela emenda, os votos de, no mínimo, dois terços do parlamento, o que exigiria a participação do Partido Social Democrático – PSD. Àquela altura, no entanto, a discussão em torno da reforma agrária já havia alcançado um patamar importante na opinião pública, de forma que mesmo os grupos mais conservadores pareciam simpatizar com a proposta. Os entraves, a partir de então, passaram a circundar os caminhos que deveriam ser adotados para a sua concretização. As três propostas em pauta colocavam como saída o pagamento das indenizações pelas terras, restava saber se o valor destas seria medido pelo imposto de renda, imposto territorial ou por avaliação judicial. Outro conflito envolvia a proposta de pagamento dessas indenizações com títulos da dívida pública (FERREIRA; GOMES, 2014).

Ao passo em que as discussões no âmbito político federal recrudesciam, também se acirravam os debates no entorno dos rumos que as ligas camponesas deveriam seguir. Alguns líderes, como o deputado Assis Lemos e o agricultor Pedro Fazendeiro, defendiam que o movimento permanecesse no caminho da legalidade, à medida em que Elizabeth Teixeira, na esteira da posição de Francisco Julião¹⁴⁰, compreendia que o melhor caminho era radicalizar os conflitos, com palavras de ordem como “reforma agrária na lei ou na marra” (XAVIER, 2010). Essas evidências mostravam como também no interior daquele movimento, embalado pelas representações dos camponeses e das camponesas, existiam conflitos entre os seus projetos de futuro e os territórios que esses desenharam na vida coletiva.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE – e publicada no *Correio da Manhã* em 1º de setembro de 1963 deu notícia do amplo apoio social que a proposta da reforma agrária havia conquistado: em seis das nove capitais pesquisadas a maioria dos entrevistados estava a favor da sua aprovação e mesmo nas três cidades que o resultado positivo não alcançava metade dos entrevistados, o percentual estava pouco abaixo dessa marca e não era superada pelo número de pessoas contrárias. Ao passo em que as bancadas da União Democrática Nacional – UDN – e do PSD abriam espaço para a negociação dos caminhos que a reforma agrária tomaria, o PTB radicalizou a sua posição, inviabilizando a aprovação do projeto. Em outras palavras, como apontaram Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014, p.173), “a reforma agrária, mesmo a mais moderada, que poderia ser aprovada por acordos políticos no Congresso Nacional, foi inviabilizada pela incapacidade dos partidos de chegar a acordos políticos. Assim, a oportunidade de aprovação da reforma agrária foi perdida”.

Em dezembro de 1963, o presidente João Goulart assinou o decreto que permitiria a desapropriação de uma faixa de vinte quilômetros de terra que margeavam as rodovias federais, ferrovias, açudes e rios navegáveis. O argumento para a medida tinha sido a valorização que as referidas obras teriam proporcionado aos perímetros indicados. Mas a nova regra não teria tempo para ser satisfatoriamente efetivada, em pouco mais de três meses, quando do golpe civil-militar de 1964, a proposta de reforma agrária saíria não só da agenda do poder público, mas também da imprensa e da sociedade civil. Os grupos que resistiram por esse caminho foram reprimidos, políticos foram caçados, lideranças sociais foram presas, para além dos diferentes tipos de

¹⁴⁰Francisco Julião Arruda de Paula nasceu em 1915 no engenho Boa Esperança, agreste pernambucano, formou-se bacharel em Direito em 1939. Como advogado, fez defesa da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP), mais conhecida como Liga Camponesa da Galileia. Foi eleito por duas vezes deputado estadual de Pernambuco, alcançando, mais tarde, a posição de deputado federal pelo mesmo estado. Foi uma liderança importante das ligas camponesas, sobretudo no estado pernambucano.

censura que se experimentou a partir de então. Emergia uma nova conjuntura, na qual a população rural perderia muitas de suas conquistas, mas não a experiência política, essa seguia como alicerce nas suas reações ao regime ditatorial e, mais tarde, no combate ao latifúndio em tempos de democracia.

4.6 “Latifundiários deixariam o universo às escuras se fossem proprietários do sol”: as quedas de braço de camponeses e latifundiários nas ligas camponesas da Paraíba

Camponeses do Brasil
 Leiam esse livro uma vez
 Se não encontrar direitos
 Leiam duas ou leiam trez
 Que nele vocês encontram
 Direitos do Camponez

José Soares (1964, p.1)

O folheto intitulado *Direitos do Camponez: a base da reforma agrária* (1964) informava a população rural dos direitos conquistados no plano nacional. Apesar da ausência de notícias mais diretas quanto à data da sua publicação, há que se arriscar que esse impresso tenha sido escrito na segunda quinzena do mês de março de 1964, período compreendido pela promulgação da lei do inquilinato rural pelo então presidente João Goulart e o golpe civil-militar que se abateu sobre a democracia brasileira também naquele ano¹⁴¹. O texto dirigia-se assertivamente ao leitor, enaltecendo a figura do presidente e enumerando uma vasta lista de direitos que estariam no horizonte dos trabalhadores rurais: o pobre não pagaria mais aluguel, os plantadores de cana teriam de ganhar salário, os salários não sofreriam qualquer tipo de descontos e para cada filho ainda haveria um abono de quarenta contos¹⁴², a maternidade seria gratuita, em caso de doença, seria possível tirar dinheiro no banco, sem juros e com prazo estendido até a colheita, o governo distribuiria sementes e no armazém só seria preciso comprar pão, o foro deixaria de existir, a terra seria acessível a todos, os camponeses teriam liberdade para decidir a hora de acordar e o domingo seria dia de descanso, teriam ainda férias, gratificação e décimo terceiro salário (SOARES, 1964).

Em poucos dias, o golpe civil-militar levou a termo a maior parte desses propósitos, mas

¹⁴¹Decreto n.53.702, de 14 de março de 1964.

¹⁴²Há que se considerar que, àquela altura, os réis já não eram moeda nacional havia vinte anos. Nesse sentido, a referência aos contos já podia ser considerada um arcaísmo, mas que persistia na linguagem corrente com algum significado simbólico. A sua equivalência para o contexto em que estavam tratados, no entanto, ficou represada ao seu tempo, mas, ao que parece, esse número é menos importante diante do que estava sendo tratado.

não era verdade que todos eles estivessem em pauta, e nem mesmo os que estavam tinham sua existência condicionada à lei do inquilinato ou da reforma agrária, aquele era um movimento mais amplo de afirmação da nacionalidade e da democracia brasileira, com o qual os camponeses e as camponesas começaram a sonhar. A discussão era maior do que essas duas propostas, o cenário estava favorável a mudanças mais radicais nas condições de vida dos trabalhadores rural e aquele suporte, o folheto, era apropriado por essa gente, que já de muito tempo o manejava, para dar mais corpo a essa luta por direitos, denunciando as péssimas condições de trabalho em que viviam, explicando o horizonte político próspero que se abria para aquela causa. Assim, expandia suas ideias por outros espaços, arregimentando pessoas de lugares cada vez mais distantes para o *front*.

Interessa observar a reunião de elementos arcaicos e modernos na elaboração desse folheto. Ao passo em que deixava de lado a narrativa das histórias que corriam o mundo por meio da tradição oral, o autor racionalizava o seu texto fazendo daquele impresso um instrumento político por excelência, ficava para trás o mundo misterioso de outrora e com isso a identidade daquele gênero literário que Márcia Abreu (1999) observou nos folhetos das primeiras gerações. Desse mundo, todavia, aquela cartilha trouxe um pouco de imaginação e liberdade autoral, que permitia ao autor recriar as notícias, adaptando-as ao seu universo vocabular e de significação, bem como o propósito de comunicar do que vinha de longe, mantendo, no tom da narrativa, a sensação dessa distância.

A categoria *camponês* despontava já no título como categoria política. Até a emergência das ligas camponesas, esse conceito era uma categoria externa aos trabalhadores rurais, os quais se identificavam pelo seu ofício. Eram eles *lavradores, agricultores, vaqueiros, habitantes do mundo rural*, entre inúmeras outras designações que os diferenciavam. O conceito surgia, assim, como categoria atribuída, escrita pelos intelectuais que espelhavam a experiência dos trabalhadores rurais brasileiros com aquela que havia marcado os trabalhadores agrícolas ingleses. Mas, com o tempo, se convertia em categoria nativa, como definiu em certa oportunidade Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2003). A apropriação desse conceito surgia em contraposição a outro, o de *latifundiário*, o qual estaria em sua oposição. Pregava-se, portanto, uma unidade social aos trabalhadores rurais, marcados por uma mesma identidade camponesa e inimigos naturais dos proprietários.

A polêmica em torno do conceito envolveu os intelectuais e políticos da época. Em certa ocasião, por oportunidade de um discurso de Francisco Julião na Assembleia Legislativa de Pernambuco, uma colega deputada o corrigiu quanto ao uso do termo “camponês” para se referir

aos trabalhadores rurais. A referida senhora sugeriu ao parlamentar que se valesse de um conceito menos inflamado, a exemplo de *rurícola*. Antônio Torres Montenegro (2013[2003]) discutiu como o receito de alguns políticos à apropriação daquela palavra não era infundada, palavras produzem sentidos para a realidade e o termo camponês também nascia com um sentido político.

As medidas enumeradas tinham como eixo duas figuras de significativa importância no cenário nacional: o presidente João Goulart e o governador de Pernambuco Miguel Arraes, personagens que marcaram a história das lutas pela reforma agrária no plano do Executivo federal e do estado de Pernambuco. Mas o tom do texto dizia mais, em seu interior, os sujeitos em questão tomavam poderes que fugiam às suas ossadas, o que remetia àqueles heróis das histórias de outros tempos, mas também a certo caráter personalista que o processo político corporificava. Os camponeses e as camponesas estavam acostumados a negociar com os coronéis as suas demandas, a esses cabia alguma atitude monocrática a respeito da concessão ou não do que estaria sendo solicitado, o que pouco tinha a ver com o complexo sistema representativo brasileiro, marcado por um poder público dividido em três partes. Porém, não era só isso, a citação daqueles três líderes também informava de uma trajetória política voltada para a demanda dos trabalhadores e, nos últimos tempos, especificamente articulada com os trabalhadores rurais.

A linguagem dizia ainda da pouca instrução que o seu autor devia ter, e da provável impressão artesanal, realizada por ele mesmo ou por outro camponês com formação semelhante, a julgar pelos muitos erros de gramática, vocabulário e ortografia que foram identificados ao longo do folheto. A contrapeso, o texto apresentava coerência política e vinculação ideológica, talvez ainda mais do que isso, a julgar pela citação do corpo legal e das lideranças que ocupavam postos nos cargos públicos, explicitava ainda ter ciência dos instrumentos legais da política. A esse respeito, aliás, o escritor destinou uma última ironia:

Os camponeses desculpe
 Minha rima pobrezinha
 Eivada de erros gráficos
 Mas a culpa não foi minha
 Pois escrevi a gravura
 Núm banco de cara, dura
 Sentado assim de BANDINHA (SOARES, 1964, p.8)

Depois de uma longa jornada de trabalho no campo, no intervalo do almoço, nas associações, nas praças ou na casa de um companheiro de luta, trabalhadores agrícolas liam as cartilhas que explicavam a reforma agrária e socializavam o cotidiano de violência que a

concentração de terras desenhava nas suas vidas. Outros impressos para além dos folhetos circulavam entre os agricultores e vaqueiros naquele momento, fossem eles alfabetizados ou não. Em geral, os jornais, as revistas, as cartilhas, comunicados etc. eram lidos em voz alta por algum letrado para os demais, que, assim, tinham notícia do que estava acontecendo em outros lugares do país. Essa forma racional de tomar nota do que estava distante era um sinal de que o distante estava mais próximo, na medida em que o que se passava nas casas do Legislativo, do Judiciário e do Executivo federal, àquela altura, interferia diretamente no cotidiano da gente camponesa. Ficavam para trás aqueles sertões de outrora, sobre os quais o poder público tinha pouco ou nenhum controle, para os quais as metrópoles mais distantes não passavam de uma notícia vaga, como aquelas que se tinha do estrangeiro.

A Liga Camponesa de Sapé, como foi batizada pela imprensa, *a posteriori*, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Sapé, foi fundada por meio de uma solenidade no Grupo Escolar Gentil Lins, em fevereiro de 1958, como foi noticiado nos jornais à época:

SAPE' 19 (De João Manoel de Carvalho) – Com a participação de grande massa de trabalhadores do campo, realizou-se domingo último, com grandes manifestações de solidariedade do homem rural, a instalação e fundação da “Associação dos Trabalhadores de Sapé” (A UNIÃO, 20 ago.1958, p.2).

A instituição nasceu vinculada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – e distribuiu cargos de gestão, a qual era composta por uma diretoria, um conselho fiscal e uma assembleia geral – entre os líderes camponeses locais. Os seus sócios podiam ser contribuintes, beneméritos e honorários. Em meio a isso, exerciam um papel importante de arregimentação os delegados, nomeados para cada fazenda, os quais ficavam responsáveis por viabilizar as reuniões. Em casos de emergência, alertava Francisco de Assis Lemos (1996), esses sujeitos acendiam três foguetões, os quais guardavam consigo. Ao percebê-los, os trabalhadores deveriam parar o que estavam fazendo e se dirigir ao ponto de encontro.

Após a fundação da Liga Camponesa de Sapé, outras foram criadas no estado paraibano. De acordo com Francisco de Assis Lemos (1996), foram elas as de Alhandra, Areia, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Mari, Itabaiana, Alagoa Grande, Oitizeiro, Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande, Santa Rita. É possível, no entanto, que tenha existido outras. Conforme Wilson José Félix Xavier (2010), existia 3.953 associações rurais no estado paraibano em 1959, número que duplicou nos quinquênio subsequente, quando foram identificadas 8.041 instituições com esse perfil. Em 25 de novembro de 1961, os camponeses e as camponesas realizaram um congresso no Teatro Santa Rosa, em João Pessoa, onde criaram a Federação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, a

qual ficou mais conhecida como Federação das Ligas Camponesas da Paraíba (LEMOS, 1996).

As ligas camponesas surgiram no cenário nordestino, conforme Fernando Antônio Azevêdo (1982), com o propósito de dar assistência e organização aos camponeses que estavam em litígio judicial com os seus senhores. A esse respeito, Francisco Julião (1962) narrou dos esforços daquelas instituições para criar escolas, adquirir caixões de madeira, sobretudo aqueles que coubessem crianças, que morriam naquelas localidades em proporções assustadoras, e tudo mais que pudesse interessar ao coletivo, como sementes, inseticidas, insumos agrícolas. Essa lista de atividades incluía, ainda, negociações por auxílio governamental e apoio de profissionais liberais, sobretudo advogados.

Os conflitos tinham início quando do recrudescimento das condições de vida dos camponeses e camponesas, sobretudo no momento do cerceamento do seu acesso às terras, pressuposto de sua sobrevivência e relativa liberdade que ainda dispunha na ordem tradicional. Os trabalhadores rurais vinculados às associações costumavam ter mais facilidade, a partir de então, para levar o caso aos tribunais, podendo contar com o apoio de advogados simpáticos a causa, bem como de outros camponeses que lhes serviam de testemunha. Os fazendeiros comumente acessavam a violência para barrar esse tipo de comportamento. Em meio ao processo judicial, os moradores alegavam o seu direito ao ressarcimento pelas benfeitorias que havia empreendido nas terras do coronel, enquanto os assalariados restavam desguarnecidos pela pouca relevância que o documento da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – dava para os atritos entre padrões e empregados que não tinham como cenário o mundo urbano (AZEVEDO, 1982).

Em posse dessas ferramentas institucionais e tendo ciência dos direitos legais dos trabalhadores, as ligas camponesas também se tornaram um espaço importante para a mediação dos conflitos entre camponeses e latifundiários. Os filhos de Elizabeth Teixeira, bem como os de Pedro Fazendeiro, narraram à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba – CEVPM/PB – que seus pais eram surpreendidos constantemente por famílias que haviam sido expulsas de algum latifúndio da região, as quais eram recebidas em suas casas. Em ambos os casos, os líderes em questão comumente intermediavam uma conversa com os proprietários daquelas terras, buscando algum acordo, os quais tinham como argumento o direito à indenização pelas lavouras que ainda não tinham sido colhidas, conforme foi narrado por Victor Gadelha Pessoa (2015).

Há que se observar que, ao menos nesse primeiro momento, o propósito das ligas camponesas não havia ultrapassado as barreiras da legalidade. A sua ação não era mais do que

um movimento no jogo político, conferindo ferramentas aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais para negociar os seus direitos enquanto cidadãos brasileiros, solicitando o mínimo de infraestrutura e políticas públicas que estavam expressos no corpo legal do país à época. Ainda nessa esteira, observava-se que a gente camponesa tinha como primeiro objetivo selar um acordo com os latifundiários, o litígio judicial era acessado só quando a possibilidade de negociação já havia se esgotado. Essa perspectiva reforçava a ideia de que os tribunais do judiciário, sobretudo aqueles de primeira instância, desempenharam um papel significativo, possivelmente pioneiro, na concessão da cidadania e no reconhecimento dos direitos que eram devidos a essas pessoas.

As atividades das ligas camponesas, contudo, ultrapassavam os limites burocráticos. Os sócios mais engajados faziam trabalho de campo, arregimentando trabalhadores rurais nas mais diversas localidades. As reuniões e os comícios aconteciam nos mais variados espaços. Para além da sede das associações, narrava Wilson José Félix Xavier (2010), era possível que elas se dessem na casa de algum líder, nas feiras, que, em se tratando de um lugar corriqueiro, de grande movimentação de pessoas e onde muita gente se encontrava ao mesmo tempo, era bastante propício para que as ideias fossem disseminadas fora dos domínios dos coronéis, mas esses encontros também podiam ocorrer no meio do mato, ou em qualquer ambiente mais escondido, sobretudo quando os mecanismos de repressão e vigilância dos senhores se acentuaram.

Algumas dessas reuniões tinham como característica a leitura coletiva de periódicos, folhetos, do compartilhamento de informações e do estudo das cartilhas. Considerando que só o sujeito que soubesse ler e escrever poderia votar, um dos movimentos conduzidos pelas ligas camponesas foi a alfabetização dos agricultores e vaqueiros. Esse movimento de alfabetização, dizia Wilson José Félix Xavier (2010), era realizado de maneira informal, mas também poderia se dar dentro das escolas da região, ou que o coronel tivesse criado na propriedade, bem como pelo programa radiofônico, mantido pelo Sistema Radioeducativo da Paraíba – SIREPA –, que era transmitido a partir das 20h. Francisco de Assis Lemos (1996) explicou, ainda, que uma das estratégias adotadas pelas ligas camponesas para alfabetizar o maior número de trabalhadores agrícolas possível foi começar o trabalho pela formação das suas filhas, que depois ficariam encarregadas de transmitir o conhecimento nos barracões que serviriam de escolas nas fazendas.

As informações apresentaram uma população rural não só consciente dos instrumentos que constituíam o mundo da política, como também atenta para as suas possibilidades de articulação em meio a esse cenário. Essa evidência caminhava na contramão das proposições de muitos dos intelectuais que observaram esse como um grupo de sujeitos incapazes de lidar com o sistema democrático, ou mesmo, daqueles que concluíram que os analfabetos não teriam

habilidade para arbitrar qualquer conceito no mundo da política, negando-lhes o direito ao voto. Por certo, a educação tinha um valor importante na conquista da cidadania, mas isso não significava que a falta de uma experiência escolar inviabilizasse a consciência política de um sujeito, ou a tornasse menos válida para o processo eleitoral.

Ao articular pessoas no entorno de uma causa, buscar informação que subsidiasse a luta por maior participação política e equidade no mundo dos direitos sociais, reunindo para isso um amplo arsenal de argumentos assentados nos valores da democracia moderna, os habitantes do mundo rural investiam no mundo da política, trilhando os caminhos desenhados pela legalidade constitucional. Parecia ser aquele, afinal, o termo do processo modernizador, levando a sociedade agrária ao patamar moderno. Porém, a restauração conservadora não tardou. Foi a elite açucareira que rompeu com os preceitos democráticos ao desconsiderar os direitos de opinião da gente camponesa, bem como os seus direitos à propriedade das benfeitorias, ao uso das terras, e por fim, ao se apropriar da armada policial em favor dos seus desmandos, sem qualquer base legal que justificasse esse enfrentamento.

O acirramento dos conflitos, a expansão do movimento, a politização da população camponesa e as influências internacionais, como o sucesso da Revolução Cubana, teriam levado, conforme Fernando Antônio Azevêdo (1982), a uma mudança de estratégia no interior das ligas camponesas de Pernambuco a partir de 1960, que para além do apoio aos camponeses e às camponesas nos processos judiciais, começaram a invadir propriedades e organizar outras formas de protesto mais radicais. O deputado estadual Francisco de Assis Lemos (1996) relatou, em seu livro *Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64*, alguns momentos em que o enfrentamento dos camponeses com os latifundiários ficou mais acirrado.

Em certa ocasião, os camponeses decidiram extinguir o cambão enquanto forma de trabalho e trataram de negociar essa mudança com os senhores. Essa atitude, conforme o autor, teria tido resistência do proprietário Gildo Nóbrega. Apesar das tentativas de negociação, esse sujeito seguiu irredutível, até que então um grupo de camponeses teria provocado incêndios na sua plantação e disposto uma barricada interditando a estrada na altura de Café do Vento, onde paravam os passantes com suas espingardas, facões e foices sob o som de gritos em homenagem a Fidel Castro e às Ligas Camponesas. O autor lembrou que essa não era uma prática das ligas camponesas e informou que, na ocasião, ele havia tentado dissuadir esses sujeitos daquela prática mais radical (LEMOS, 1996).

Havia ainda o chocalhamento. O chocalho era um objeto utilizado no gado para identificá-lo no meio do mato, de forma que, em algumas ocasiões, quando os trabalhadores

rurais não aceitavam o convite para participar das reuniões das ligas, os demais colocavam chocalhos no seu pescoço e os conduziam à força, no propósito de que, ouvindo o que seria dito, esses se convencessem e aderissem ao movimento, nesse caso, lhes era permitido tirar o chocalho e saudar as ligas camponesas (LEMOS, 1996). Essa prática, mesmo que eficaz em alguns casos, pode ser observada como uma permanência do autoritarismo no universo camponês de representação do mundo, o chocalho enquanto símbolo de repressão e submissão, nesse sentido, não estava ali à toa, ele reduzia pessoas à condição animal, semovente, como, em tempos de colônia e império, foram tratados os escravizados.

Contudo, ao que mostrou a documentação e a bibliografia, as ligas camponesas na Paraíba não seguiram esse mesmo caminho em direção ao radicalismo que se deu em Pernambuco, onde Francisco Julião liderava o movimento. No estado paraibano, o movimento parece ter tomado um caráter menos personalista. Como disse Francisco de Assis Lemos (1996), nessa localidade nenhum líder se sobressaía, em lugar disso, vários sujeitos, que pensavam coisas diferentes, compunham o seu corpo diretor. E na esteira dessa pluralidade, na maioria das vezes, foi escolhida uma saída negociada para os conflitos, mesmo que isso não fosse consenso.

A radicalização do movimento foi uma das bandeiras defendidas por Elizabeth Teixeira depois da morte de João Pedro Teixeira, seu marido. A líder camponesa era amiga e tinha aproximação ideológica com Francisco Julião, sendo a principal responsável pela difusão de suas ideias na Paraíba. Ao passo disso, Assis Lemos mantinha-se moderado, defendendo a proximidade das ligas ao PCB. Esse conflito se acirrou nas eleições legislativas de 1962, quando as duas lideranças disputaram os votos dos camponeses e das camponesas. Apesar da popularidade que havia capitalizado, Elizabeth Teixeira não conseguiu se eleger, tendo conquistado um número de eleitores muito inferior ao de Assis Lemos, o qual venceu a disputa. Para o deputado, os camponeses tinham ciência de que aquela eleição foi orquestrada para separá-los, enquanto a camponesa alegava que seus seguidores eram analfabetos e, portanto, não puderam votar (LEMOS, 1996; PESSOA, 2015).

Os jogos de forças, em certa medida, se concentravam, àquela altura, entre três vetores: em uma primeira posição, era possível observar a população camponesa, fortalecida pela sua capacidade de associação e apoiada pela opinião pública nacional; em um segundo espaço, observava-se os chefes políticos, que, em sua maioria, seguia tratando da coisa pública, sobretudo no âmbito municipal, como bem privado e que deveria arbitrar a seu favor; e, por fim, o Estado havia capitalizado um poder considerável, o qual se dividia entre as duas partes, atendendo às duas demandas e tentando mediar a queda de braços. Com o tempo, o poder

público passou, cada vez mais, a atender as reivindicações dos camponeses e das camponesas, que cresciam junto com a sua aceitação por parte da opinião pública. Apenas depois do golpe civil-militar de 1964, esse cenário mudou de forma significativa, quando o poder público passou a se omitir com maior frequência, recuando significativamente em favor dos latifundiários.

Mas há que se ponderar a posição do poder público nesse cenário. Se as instituições estaduais e federais, em sua maioria, estavam comprometidas com a democratização e emancipação que o projeto modernizador queria empreender, certificando os direitos sociais e políticos da gente camponesa e, com isso, dando chancela à sua luta, isso não podia ser dito da mesma maneira no que tangia aos órgãos públicos municipais, os quais tinham maior comprometimento com as redes de poder dos grandes proprietários de terra. Deve-se atentar, porém, que essa régua já não tinha o mesmo comprometimento que Victor Nunes Leal (2012 [1947]) percorreu outrora em sua tese sobre coronelismo. Os latifundiários perderam poder depois da dita Revolução de 1930, apesar de ainda concentrarem bastante influência em suas mãos, e o poder público conseguiu angariar mais espaço naquelas localidades. A política municipal, àquele momento, habitava uma linha tênue entre o público e o privado, cujos meandros se desenharam de formas muito peculiares ao longo desse processo histórico.

As ligas camponesas da várzea paraibana tiveram algumas conquistas significativas em suas barganhas com o poder público, a exemplo da instalação de dois postos médicos, um em Itabaiana e outro em Pilar, do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência – SAMDU. Essa possivelmente foi a causa, a julgar pelo depoimento da advogada Ophélia Amorim à CEVPM/PB, da surra que Assis Lemos e Pedro Fazendeiro levaram na sede da Liga Camponesa de Itabaiana em 1962, a qual teria sido protagonizada pelos sobrinhos do latifundiário Aguinaldo Veloso Borges e um grupo de capangas (PESSOA, 2015). Ainda em meio a essa tentativa de barrar os investimentos estatais no interior paraibano, observa-se um mal-entendido narrado pela professora Isabel Regina Reis a Wilson José Félix Xavier (2010, p.202). Segundo a entrevistada, em referência ao programa radioeducativo estadual, os fazendeiros constantemente levavam o aparelho de rádio para a delegacia alegando se tratar de “coisa das ligas camponesas”.

Os investimentos públicos em saúde e educação eram tomados pelos latifundiários como subversão da ordem e encaminhados à delegacia de polícia, órgão também público, para acareação. Pode-se observar, portanto, certa confusão por parte desses fazendeiros quanto às prerrogativas do Estado. Em meio àquele enfrentamento dos camponeses que usavam a rádio para se alfabetizar e os coronéis que viam esse movimento com maus olhos, as instituições

estatais eram colocadas umas contra as outras: a delegacia, no município, era interpretada como o espaço mais adequado para barrar a expansão de um programa promovido em âmbito nacional. Mas o poder público não ficou de todo alheio a esse conflito, com o golpe civil-militar de 1964, uma das primeiras atitudes do novo regime consistiu na prisão de professoras da Campanha de Educação Popular – CEPLAR –, a qual se valia do método Paulo Freire para alfabetizar pessoas.

Em vários momentos das suas histórias de ação nas ligas camponesas, a propósito, as lideranças desse movimento contaram com uma oposição vigilante da polícia, as quais cercavam as suas casas, entravam à procura de armamentos, intimavam e prendiam arbitrariamente. Elizabeth Teixeira, em depoimento à CEVPM/PB, narrou que, em represália à sua tentativa de interceder junto a um latifundiário quanto à expulsão de quatro famílias do Engenho Antas e Melancia, encontrou a polícia na frente da sua casa. Segundo a depoente, a armada teria atirado em sua direção e, em seguida, a conduzido para a delegacia, onde ela prestou depoimento e foi liberada. Em meio àquela sessão, também Antônio Domingos de Oliveira narrou um desses episódios que atestaram a arbitrariedade da força policial. Conforme o narrador em questão, o proprietário da fazenda Sapucaia, Ivan Figueiredo, o qual era simpático ao movimento, também foi levado para a delegacia de Sapé em certa ocasião, onde diziam que ele foi torturado (PESSOA, 2015).

As razões para efetuar tais perseguições decerto atenderam a interesses dos chefes políticos daquela região, mas costumava haver um motivo moral para que esses sujeitos cumprissem aquelas determinações. Náugia Maria de Araújo, filha de Pedro Inácio de Araújo, mais conhecido como Pedro Fazendeiro, narrou à CEVPM/PB das inúmeras vezes que a polícia invadiu a sua casa à procura de um pretenso armamento que o seu pai teria trazido de sua viagem a Cuba (PESSOA, 2015). Observa-se certo exagero na brutalidade com a qual a busca havia sido feita, e, por certo, não deveria haver indícios suficientes que justificassem uma ação como aquela. Essas evidências já seriam o bastante para que se pudesse marcar essa investida como arbitrariedade, afinal, medidas como aquelas não eram tomadas contra os latifundiários e seus muitos capangas. Porém, a existência de uma causa para a batida policial é uma evidência de que o poder público estava mais incisivo e em alguma medida havia mais espaço para a democracia, mesmo que esse ainda fosse muito tímido. A força policial precisava de um argumento, mesmo que furado, e as instâncias jurídicas tiveram de ponderar racionalmente as demandas dos camponeses por indenização pelas suas benfeitorias quando das expulsões, ao menos até 1964.

A Igreja Católica marcou oposição ao movimento camponês, apesar de ter contado com alguns clérigos simpáticos à causa. A maioria dos párocos repreendeu as demandas por reforma

agrária, dado o vínculo de parte dos seus membros com as elites latifundiárias, mas também ao conservadorismo que é próprio do universo religioso cristão, pouco afeito a mudanças. Alguns padres europeus imigravam como missionários para um período de estudo no Nordeste do Brasil. Esses sujeitos, alertava Antônio Torres Montenegro (2008), comumente traziam consigo o propósito de barrar o avanço do comunismo, o qual estaria ameaçando a hegemonia da igreja católica na região. Por essa razão, foi muito difundida entre os camponeses a imagem de que a organização fundiária se dava de forma desproporcional porque Deus assim queria, e, nessa esteira, cada um teria de seguir a sua vida com aquilo que o Senhor lhe oferecia.

As cartilhas de Francisco Julião, nesse sentido, foram importantes no enfrentamento dessa postura da igreja católica, o deputado proclamava passagens da bíblia atestando o direito de todos à terra: “O justo é que haja um pedaço de terra para cada um deles. Um padre, a quem muito respeito pela sua bondade, já me disse: ‘Deus deixou a terra para todos mas os sabidos tomam conta dela’. Isto é mais certo que beijo de bode” (JULIÃO, 1958, p.1). A religiosidade aparecia nesse cenário, ainda, na característica personalista que a disseminação das ideias tomavam, os camponeses não raro apostavam no exemplo de algum personagem, como João Pedro Teixeira após a sua morte, atribuindo a ele características quase que messiânicas.

As práticas de arregimentar solidariedades, negociar conflitos, espalhar informações de boca em boca por longas distâncias, produzir folhetos; as representações personalistas e patrimonialista sobre o que era cabido ao poder público; os valores como generosidade, gratidão, moral, honra, as tradições que permearam as práticas de plantio e colheita etc. seguiram como permanências que alicerçavam o novo tempo. Mas as mudanças também se fizeram notar, o mundo rural ganhava um novo aspecto, destituído do mistério, mais racional. Essa perspectiva tinha sido, talvez, o elemento mais reiteradamente cometido pela modernização que teve vazão longo daqueles trinta anos, sendo o seu fim também o fim daquele processo.

A experiência do enfrentamento dos camponeses com os latifundiários renderam algumas narrativas que ilustraram bem os conflitos do mandonismo com a economia política que permearam o cenário em questão. Elizabeth Altino da Costa era filha de um homem de posses, Manuel Justino da Costa, o qual dispunha, dentre outras coisas, de um armazém de mercadorias, conforme ela narrou a Lourdes Maria Bandeira, Neide Miele e Rosa Maria Godoy Silveira (1997) para o livro *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. Em certa ocasião, enquanto trabalhava na mercearia de seu pai, um trabalhador rural, de nome João Pedro Teixeira, apareceu com uma lista de compra para que ela aviasse, e assim ela conheceu aquele que seria o seu marido. Aconteceu que, quando o líder camponês se apresentou ao pai da moça, esse lhe

negou a mão da filha e os dois fugiram.

Alguns anos mais tarde, quando ela já tinha dois filhos, contou Elizabeth Teixeira à CEVPM/PB, seu pai tentou convencê-la a largar o marido, oferecendo um baú de dinheiro e um carro com motorista, proposta que ela teria negado (PESSOA, 2015). Há que se observar as particularidades da memória dessa camponesa ainda muito tomada por certa forma encantada de representar o mundo. Ao que tudo indica, o pai da personagem em questão era um sujeito remediado, que guardava algum dinheiro em um baú, mas não o suficiente para enchê-lo, pelo menos se considerado o tamanho do baú que o tom da narrativa sugere. O baú dispunha de muitos significados para os habitantes do mundo rural, ele era o depósito de quase tudo que tinha valor para aquelas pessoas, de forma que também no seu entorno foram construídos muitos mitos, de que ali haveria fortunas que, de fato não existiam. Alguma cota de excesso é uma das ferramentas da construção da memória, sobretudo em se tratando de pessoas que representavam o seu mundo daquela forma.

João Pedro Teixeira se engajou na vida política, tendo ocupado cargos importantes na diretoria da Liga Camponesa de Sapé, onde foi vice-presidente, e na Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. Esse engajamento o levou para muitas frentes de batalha, tendo protagonizado algumas tentativas de negociação dos moradores expulsos com os senhores de engenho entre outras formas de enfrentamento. Essa postura lhe rendeu a prisão e consequente assassinato, quando, depois de solto, retornava para a sua cidade. Aos primeiros dias de abril de 1962, o líder camponês foi morto na estrada do Espírito Santo, à altura da cidade de Café do Vento. Os assassinos foram, conforme atestado pelo juiz da comarca de Sapé, os policiais Francisco Pedro da Silva, conhecido como Chiquinho, e Antonio Alexandre da Silva, bem como o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra. Os mandantes desse crime, por sua vez, foram os latifundiários Aguinaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares, também conhecido como Antônio Vitor (PESSOA, 2015).

A imprensa noticiou não só a morte de João Pedro Teixeira como também as inúmeras manifestações que tomaram as ruas da capital em várias oportunidades exigindo justiça. Eram exigidas posturas das instituições públicas quanto às investigações policiais e, mais tarde, à punição dos criminosos. Em uma manifestação organizada pela União dos Estudantes do Estado da Paraíba – UEPE –, Raymundo Asfora detalhou a morte do líder camponês, concluindo que “latifundiários deixariam o universo às escuras se fôssem proprietários do sol” (A UNIÃO, 4 abr. 1962, p.1). A sociedade civil indignada pode acompanhar o julgamento dos suspeitos pela imprensa estadual, a qual informou das pistas que levaram aos suspeitos, do momento no qual

estes foram a julgamento, depois, de como eles foram postos em liberdade e, em seguida, da expulsão dos dois policiais envolvidos do quadro de funcionários da polícia (A UNIÃO, 6 abr.1962, p.1; A UNIÃO, 7 abr.1962, p.2; A UNIÃO, 12 abr.1962, p.5),

Roberto Silva Muniz (2010), na dissertação intitulada *A fabricação de João Pedro Teixeira como o herói camponês*, explicou como as narrativas de morte daquele trabalhador rural serviram à construção de um mito. Os mitos têm uma importância significativa na construção da identidade coletiva, sobretudo no que dizia respeito às suas identidades políticas, sendo necessário avaliar como essa construção serviu à organização do movimento camponês. Todavia, o autor em questão conferiu o protagonismo sobre a construção desse mito à imprensa paraibana, sequenciado pela publicação de livros, dissertações e plaquetes, as quais teriam como base a memória dos camponeses, sobretudo Elizabeth Teixeira, mas essas já na década de 1980.

O conceito *invenção* tem um papel importante na teoria foucaultiana, na linha da qual o pesquisador supracitado produziu o seu trabalho. Os trabalhos que seguem essa perspectiva acreditam que o enunciado criam significados que previamente não existiam no mundo social. A ideia de que a cultura produz muito da realidade é compartilhada por muitos outros autores, dentre os quais Edward Palmer Thompson (2001[1977], p.243), que mostrou, em muitos dos seus trabalhos, como as ações humanas só tem sentido quando são avaliadas dentro do seu universo de significados. Contudo, para o historiador em questão, “todo significado é um significado dentro de um contexto”, não sendo possível descolar o seu processo produtivo daquilo que está acontecendo no mundo social.

A morte de João Pedro Teixeira foi um marco importante na história das ligas camponesas da Paraíba. O líder camponês, desde então, se tornou um símbolo, no qual a população rural encontrou um exemplo de sujeito político e uma figura em nome da qual lutar em sua sociedade ainda tão marcada por personalismos. Porém, a produção desse mito era devida aos camponeses e às camponesas, e não à imprensa paraibana. Se, em algum momento, essa instituição foi suporte para a construção desse mito, isso se deveu não por iniciativa dos seus editores ou do poder público, mas pelo espaço que a gente camponesa conseguiu naquele impresso, depois de muita luta, para colocar em pauta algumas das suas demandas. Esse espaço, diga-se de passagem, foi ainda muito restrito, sem notícias que conquistassem a capa do periódico ou mesmo que ocupassem mais de um quadrante da página do jornal.

Os jornais noticiaram a morte de João Pedro Teixeira porque a comoção criada no seu entorno tinha tomado muito espaço na opinião pública estadual, de forma que, possivelmente, as pessoas teriam aquelas informações por outras vias. Silenciar a morte do líder camponês, àquela

altura dos acontecimentos, comprometeria o vínculo do periódico com as evidências, sem contar que, no propósito geral, o governador Pedro Gondim tinha a simpatia das ligas camponesas, de forma que aquela publicidade antes de afetá-lo, dava mais visibilidade. Mas também era verdade que, como apontou Roberto Silva Muniz (2010), ainda em 1962, esse excesso de informação sobre as demandas dos camponeses foi barrado na imprensa oficial. Àquela oportunidade, o governador demitiu alguns dos redatores de *A União*, conferindo uma característica mais conservadora ao periódico.

Depois da morte do seu marido, Elizabeth Teixeira, com nove crianças para criar, assumiu algumas das funções políticas que até então era protagonizadas por ele, como a mediação dos conflitos entre senhores e moradores expulsos. Há que se observar, contudo, que mesmo antes de ficar viúva essa personagem já desempenhava algumas atividades no interior das ligas camponesas, mesmo que sem o mesmo destaque que tomaria *a posteriori*. Naqueles primeiros momentos, ela contribuía com a preparação das carteiras dos sócios e alfabetização de trabalhadores rurais, atividades que comumente eram destinadas às mulheres naquela organização, como narrou Wilson José Félix Xavier (2010).

Depois da chacina de Café do Vento, na qual João Pedro Teixeira foi assassinado, um de seus filhos, Paulo, o qual tinha apenas dez anos, falava em vingar o seu pai, palavras que lhe custaram um tiro na testa. Mesmo assim, o menino conseguiu sobreviver ainda por algum tempo. A certa altura do ano de 1962, quando Elizabeth foi chamada para depor, a sua filha mais velha, Marluce, comprou veneno no armazém e ingeriu com mel, tendo falecido algumas horas depois. Outro de seus filhos, Abraão, foi estudar no Liceu Paraibano, na cidade de João Pessoa, tendo morado na Casa do Estudante, hospedaria destinada aos secundaristas oriundos do interior do estado. Algum tempo mais tarde, ele e o irmão Izaac aceitaram um convite que Fidel Castro fizera a sua mãe para que eles fossem estudar em Cuba. Depois do golpe de 1964, Elizabeth Teixeira foi presa por três meses, período no qual seus filhos e filhas foram levados para a fazenda do seu pai, o qual reuniu seus irmãos e irmãs, deixando cada um responsável por uma criança e ficando com a mais nova, Marinês. Quando foi solta, Elizabeth e o seu filho Carlos foram morar no Rio Grande do Norte, onde ficou escondida com uma identidade falsa até o ano de 1981, quando a ditadura civil-militar era levada a termo e o filme de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*, voltou a ser produzido após o longo tempo no qual ele restou encerrado pela censura (PESSOA, 2015).

João Alfredo Dias e Pedro Inácio Araújo, mais conhecidos como Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, foram duas outras lideranças que tiveram suas vidas cerceadas em razão dos

enfrentamentos da economia política com o mandonismo. Os dois tinham sido presos e transferidos para o 15º Regimento de Infantaria do Exército em João Pessoa, de onde foram oficialmente liberados alguns dias antes do seu desaparecimento. Conforme a narrativa dos seus familiares, entre outras evidências consultadas pela CEVPM/PB, o mais provável é que esses dois sujeitos tenham sido assassinados dentro do quartel, possivelmente em uma sessão de tortura na qual os algozes “erraram a mão”, como aconteceu muitas outras vezes no período compreendido pela ditadura civil-militar brasileira. Os corpos de ambos jamais foram encontrados, mas uma fotografia, divulgada pelo jornal *Correio da Paraíba* no dia 10 de setembro de 1964, três dias depois que a família teve notícia de seu desaparecimento, com a legenda “Esquadrão da morte executa mais dois”, a qual informava de dois sujeitos assassinados por uma milícia na estrada que ligava Campina Grande, na Paraíba, a Caruaru, em Pernambuco, deu indícios aos parentes para acreditar que aqueles seriam os dois sindicalistas (PESSOA, 2015).

Os dois líderes tinham uma história de perseguição policial desde muito tempo. João Alfredo Dias, sapateiro e camponês, tinha sido eleito como vereador mais votado em Sapé nas eleições municipais de 1963. De acordo com o depoimento da sua irmã, Marina Dias, á CEVPM/PB, ele tinha cursado enfermagem e no ano de 1961 começara a trabalhar como servente no SAMDU, e pelo seu envolvimento com as ligas camponesas, fez viagens a Cuba, à China e à União das Repúblicas Soviéticas Socialistas – URSS. O seu pai, Alfredo Ulisses Dias, era foreiro na usina da família Ribeiro Coutinho, a qual era administrada por Renato Ribeiro Coutinho, e tinha quatro moradores nas terras que lhe tinham sido concedidas, contudo, foi expulso quando descobriram de quem ele era pai. Após o golpe civil-militar, o camponês foi encontrado pela polícia na madrugada de um sábado, depois de dois dias escondido em uma fazenda. João Alfredo Dias foi conduzido à delegacia de Sapé, de onde seguiu para o batalhão do Exército no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa. Marina Dias, então, narrou que, em um dia de visita, teve a informação de que ele havia sido libertado já havia alguns dias, momento a partir do qual teve início uma longa caçada por esse irmão desaparecido, cujo destino não há qualquer outra informação (PESSOA, 2015).

Pedro Inácio Araújo era um trabalhador rural e militante do PCB que, dentre outras coisas, assumiu os cargos de vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé e secretário da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. Conforme seus filhos, esse sujeito costumava intermediar conflitos entre moradores e proprietários de terra, tendo sido vítima de dois atentados, um em 1961, quando levou três tiros no município de Sapé, e outro em 1962, na sede

da Liga Camponesa de Itabaiana, junto com o deputado Francisco de Assis Lemos. Além disso, sua casa já tinha sido alvo de algumas batidas policiais, geralmente medidas com muita violência. Josineide Maria de Araújo, em depoimento concedido à CEVPM/PB, explicou que, depois do golpe de 1964, seu pai ficou escondido na casa de amigos, até o momento em que, por conselho da irmã dele, Ligia, teria decidido se entregar no 15º Regimento de Infantaria do Exército: “O Exército é íntegro”. Ao longo do tempo em que ele esteve preso, a sua família fez visitas regulares, até o dia em que foi informada que ele tinha sido solto. O camponês, contudo, nunca chegou em casa (PESSOA, 2015, p.84).

A representação do Exército como uma instituição íntegra é um bom termômetro para calcular como as lideranças camponesas pensavam a política. Em suas ponderações, a economia política seria a medida para tratar das questões do mundo público e elas, em alguma medida, acreditaram que o movimento seguiria por esse caminho. Havia diferenças consideráveis na forma e no contexto em que João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias e Pedro Inácio Araújo foram assassinados, o primeiro o foi em 1962, tendo como responsável a milícia dos usineiros, e, mesmo que alguns policiais estivessem envolvidos, esse envolvimento se deu de forma individual, marcada pela corrupção dos sujeitos que se rendiam ao poder de um chefe político. Aquele assassinato, além disso, teve repercussão na sociedade civil, tanto que alcançou a imprensa, mobilizando atenções para os desmandos que tinham alcançado o mundo camponês. O mesmo não poderia ser dito da chacina dos outros dois camponeses, a qual possivelmente se deu dentro de uma instituição pública, em um prédio das forças armadas, por meio de uma política não-oficial de exercício de poder, marcada pelo atentado aos direitos humanos, a tortura. Ainda a esse respeito, a comoção popular não foi a mesma criada no entorno do corpo morto de João Pedro Teixeira, era outro momento, marcado por uma sociedade civil tendenciosamente mais conservadora. Aquele era o mundo no qual o projeto da reforma agrária afundava.

Em outras palavras, o golpe civil-militar de 1964 frustrou o projeto de democratização do mundo rural e emancipação da população camponesa, levando a um fim autoritário o processo modernizador. A política foi traída pela elite açucareira, que preferiu o trato das suas questões por meio da força bélica, e, nessa mesma medida, também o foi pelo poder público quando da emergência da ditadura civil-militar. O movimento pela reforma agrária, tomado aqui como terceiro movimento social brasileiro, fracassou em seus propósitos maiores. Àquela altura, contudo, a população rural já dispunha de toda essa experiência na luta democrática. A modernização, afinal, era irreversível, e essa gente guardaria consigo os valores e as táticas de guerra aprendidas nessa estrada.

5. Considerações Finais: “o campo é um laboratório muito grande para se estudar”



Figura 39: "Na disparada estupenda sôbre barracos, e cavalos, e carros e gralhadas - rédeas soltas, sótos os estribos, estirado sôbre o membilho, prêso às crinas do cavalo - o vaqueiro!" (Foto "3 Américas – Varig)

Fonte: *A União* (31 mar. 1957, p.2).

A fotografia ilustrava o texto *Extinção das Vaquejadas*, primeira manchete da coluna intitulada *Coisas e problemas do Cariri*. O seu autor, Malaquias Batista, apresentava aos leitores a figura do vaqueiro, personagem emblemático daqueles sertões, ao passo em que anunciava o seu fim na segunda página de um número domingueiro do jornal *A União*: “Sem maiores esforços de observação, podemos constatar o rápido declínio da prática secular. Hoje, no sertão, poucas são as fazendas que não possuem seus rebanhos inteiramente domesticados. O touro bravio rareia” (*A UNIÃO*, 31 mar.1957, p.2). A lista de causas que sentenciavam a morte daquela “civilização do couro” de outrora dava lastro das secas que teriam se acentuado nos últimos tempos, levando a pecuária por caminhos distintos dos tradicionais. A derrubada das matas pelo uso constante do machado teria conferido outros caminhos para a criação extensiva, o gado, então, recorria às forrageiras cultivadas, dentre as quais a palma, para complementar a sua alimentação.

Ainda por esse caminho, as fontes de água fluvial teriam sido substituídas pelas cacimbas e pelos açudes, “entretanto o maior desfalque é representado indiscutivelmente, pelo devastamento das primitivas caatingas (ou espinhos, conforme designação regional que

transformou as densas formações florestais em estéreis tabuleiros). Não se compreende a rudeza do vaqueiro sem agressividade do meio”. E completava: “nos fornos de carvão se queima o cenário da mais autêntica tradição da terra” (A UNIÃO, 31 mar.1957, p.2). O autor denunciava desse mundo rural coalhado pela racionalidade dos espaços e das práticas, destituído dos preceitos que dera sentido à prática dos vaqueiros que corriam pelas campinas de outrora em caçada ao boi misterioso.

O escritor atribuía a responsabilidade sobre aquelas mudanças às estiagens mais prolongadas, o fim das vaquejadas seria atributo das inconstâncias da natureza ou de como as pessoas lidavam com ela. Era possível falar, no entanto, de outro processo mais intenso e mais caro de transformações que tomaram de assalto os sistemas de representação da população camponesa, conduzindo as suas experiências por caminhos alheios aos de outrora, o desencantamento do mundo. A vaquejada perdia sentido não só porque o cenário produtivo era outro, mas o cenário produtivo era outro porque a forma com a qual os homens e as mulheres lidavam com a natureza era outra. A exploração comercial da madeira, a afirmação de novas técnicas para a criação de gado, o cercamento das fontes de água, o gado criado preso, e por isso mais manso, isso tudo comunicava de um mundo racionalizado, que roubava o sentido das corridas dos vaqueiros pelas caatingas e das narrativas misteriosas do mundo rural.

O desmatamento das catingas, outrora povoada dos espinhos que espetavam o couro do boi ao passo em que o protegiam do laço do vaqueiro, era simbólico desse mundo rural que se desnudava dos seus encantos. Aquele labirinto de homens e animais se convertia em uma campina vazia, investida de um maior controle das pessoas sobre a natureza. Mas os mistérios que amedrontavam também acolhiam, os espinhos que rasgavam a pele também escondiam, guardavam. Ferramentas dos vaqueiros, que, com habilidade, tráfegavam os lugares mais recônditos daquelas florestas secas, os espinhos talvez continuassem existindo no mundo rural, mas as suas armadilhas já não tinham valor, o campo estava desnudo do que lhe protegia, talvez porque a modernização atacava de uma forma diferente, alheia aos instrumentos dos bandidos e dos coronéis. Nesse sentido, foram necessárias outras formas de se sair dos domínios do *outro*, mesmo que no interior dessas novas práticas restasse muito do seu mundo conhecido.

A passagem do tempo comunicou das permanências da vaquejada no mundo das práticas e das representações camponesas. As vaquejadas se tornaram eventos comerciais que ocupavam arenas, no centro das quais, os dois vaqueiros corriam com os seus cavalos dos dois lados dos bois até o momento apoteótico, no qual era alcançado o rabo do animal e ensaiada a sua derrubada. O espaço reduzido a uma reta que o gado poderia correr, cerceado ainda pelo limite

do cercado que isolava o espetáculo dos espectadores, em tudo oposta àquela que dava significado às corridas, seria uma covardia com o animal se tomadas as referências de outrora. Embalado pelos artistas profissionais, os quais tocavam as variações modernas de estilos musicais clássicos, como o sertanejo ou o forró, o evento revestia de outras características aquelas festas na “latada do capim”, cenário do espetáculo do boi misterioso, quando os cantadores encantavam e assustavam com as histórias fantásticas dos animais impossíveis, que atestavam a falibilidade dos seres humanos diante da imensidão das campinas. O autor do texto supracitado descreveria aquelas novas formas de lidar com a caçada dos bois como práticas esportivas, as quais não costumavam nascer do nada, mas de antigos hábitos que perdiam a sua finalidade.

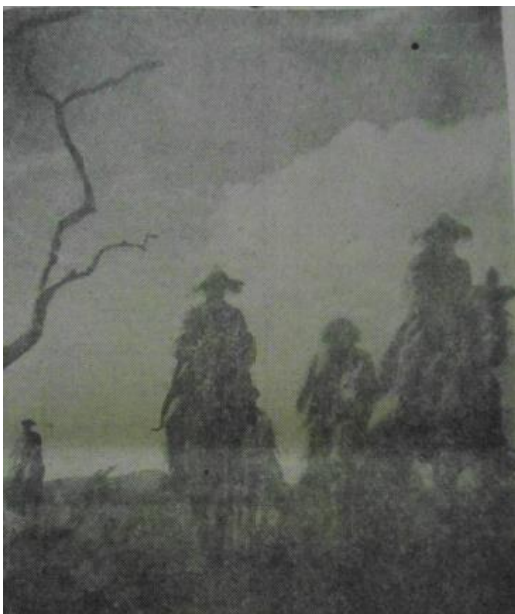


Figura 40: Um cenário do Cariri atual: apenas um galho de umburana, refugado pelos arvoredos, lembra os antigos “espinhos” destruídos pelo machado. E’ o fim das vaquejadas (Foto “3 Américas – Varig”) **Fonte:** *A União* (31 mar. 1957, p.2)

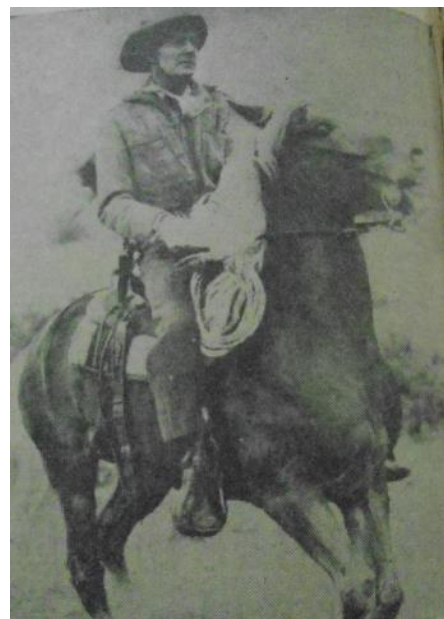


Figura 41: “Alma de renegado” – O veterano Randolph Scolt num momento do filme que está sendo exibido no Plaza, em Warner Color, e que mais uma vez explora o velho oeste americano **Fonte:** *A União* (5 jul. 1956, p.2)

O texto seguia alertando da influência das imagens dos *cowboys* que eram circuladas nas cidades pelo cinema hollywoodiano e tomavam conta das representações que os moradores das ruas criavam sobre os seus *outros*, os camponeses. A concorrência do personagem de Randolph Scolt no filme *Alma de Regenerado* com os cavaleiros premiados que não alcançavam o boi misterioso resultaria em um personagem intermediário que tomaria conta da memória coletiva, interferindo, ou inventando, tradições, desvirtuando valores, dando nova roupagem aos novos

tempos: “infelizmente, o ‘vaqueiro da cidade’ não deseja respeitar a tradição em suas mais típicas particularidades. O gibão e o chapéu de couro, o tipo desengonçado descrito por Euclides da Cunha estão sendo permutados pela indumentária do ‘cowboy’ que o cinema nos mostra, pelo mocinho espirituoso que masca chicletes e distribui galanteios” (A UNIÃO, 31 mar.1957, p.2). Havia, ainda, uma inversão de papéis, se, no “ciclo do boi”, que povoava os folhetos, os animais eram os heróis, nesse caso, os seres humanos lhes roubavam a cena, representando a si como os sujeitos que dominavam a natureza. Eram duas culturas histórias, duas formas de pensar o espaço e o tempo, dois territórios sobre o então presente, que se enfrentavam ou que se substituíam.

O mundo misterioso perdia espaço para outra forma de encantamento, aquela produzida pelas telas de cinema, pelas revistas, pelos jornais, pela rádio, mais tarde, pela televisão. O mundo rural se encantava pelo moderno, mas também o encantava, afinal, lá estava ele se tornando tema de filme, romances e dissertações. Em meio a esse cenário, portanto, o jornal *A União* publicava um artigo patrocinado por uma empresa de aviação, *3 Américas – Varig*, comunicando das mudanças que estavam tomando de assalto a figura do vaqueiro em suas corridas pelo mundo rural. A gente camponesa, que soubera com alguma surpresa da existência do avião, se tornava objeto de estudo de uma companhia aérea, os lados da história se invertiam, em parte, porque os habitantes do campo se tornaram relevantes para a esfera pública.

A vaquejada foi objeto de uma disputa entre os poderes judiciário e legislativo no Brasil em 2016. Ao dia 8 de janeiro de 2013, havia sido promulgada a lei de número 15.299 do Estado do Ceará, a qual regulamentava a vaquejada como prática desportiva e cultural. O procurador-geral ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade – ADI – no Supremo Tribunal Federal, a qual foi objeto de apreciação no dia 6 de outubro de 2016 no plenário daquela suprema corte. Os ministros decidiram, por um voto de diferença, seguir a interpretação do relator do processo, o ministro Marco Aurélio, que se posicionou pela inconstitucionalidade daquele texto legal, entendendo que o mesmo feria o inciso VII do 1º parágrafo do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, cuja redação dizia caber ao poder público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (NOTÍCIAS STF, 6 de outubro de 2016).

O relatório do ministro entendia a vaquejada como um ato de crueldade na medida em que, com recorrência, provocava fraturas nas patas e rabo, ruptura de ligamentos e vasos sanguíneos, eventual arranchamento de rabo e comprometimento da medula óssea, para além dos ocasionais comprometimentos da saúde também do cavalo. Restrições como aquelas, a

propósito, já tinham sido adotadas em outras ocasiões por instituições jurídicas brasileiras, a exemplo das normatizações que proibiam a briga de galos e a farra do boi (AURÉLIO, 2016). A partir de então, teve início uma guerra com o poder legislativo, as bancadas ruralistas da Câmara e do Senado Federal deram encaminhamento a projetos de lei que viabilizassem a legalização daquelas práticas, dentre os quais três que institucionalizariam a vaquejada como patrimônio cultural brasileiro e uma proposta de emenda constitucional que autorizasse a sua continuidade, desde que condicionada a medidas que assegurassem o bem-estar dos animais envolvidos (AGÊNCIA SENADO, 25 de outubro de 2016).

As discussões tomaram alguns desdobramentos em várias localidades, entre liminares que assegurassem a realização de um evento já marcado à recomendação do Ministério Público para que fossem suspensas as práticas daquela natureza. A querela se estende como uma demanda do tempo presente pelos tribunais e assembleias do país, devidamente agravadas pelas circunstâncias instáveis que marcaram aquele ano, particularmente acentuadas nos contrassensos que envolveram os poderes judiciário e legislativo, um alimentado por concursos públicos e nomeações, outro pelo voto popular, um incumbido de julgar escândalos de corrupção, outro tomados por um número considerável de nomes vinculados àquela agenda. Para a presente análise, essa observação se encerra aqui, na medida em que encosta no seu próprio tempo de escrita, excessivamente nutrido por questões que ainda não foram fechadas, perigosas demais para o historiador que segue, até o ponto em que permitem as circunstâncias, como um civil.

Do que foi exposto, que fique uma curiosa constatação. A gente camponesa passou ao largo das preocupações do poder público brasileiro, dividido pelos homens e mulheres que defendem os direitos dos animais, preceito que baseou os relatórios, devidamente embasado em pesquisas biológicas, e aqueles que guardam alguma proximidade com os interesses dos empresários que exploram comercialmente festas como aquelas, observando na sua proibição uma perda substancial de lucros. A situação se agrava na medida em que a opinião pública se divide também entre esses dois polos. Retoma-se a história das caçadas do boi sobre olhares particulares e a partir de territorialidades intrigantes, entre o animal e a cultura, fica um dilema para o tempo presente, ao termômetro do qual talvez o dinheiro pese bastante.

Entre os anos de 1932 e 1962, os habitantes do mundo rural viveram a modernização e conferiram a ela caminhos diferentes daqueles que haviam sido previamente planejados pelos intelectuais que desenharam as suas primeiras margens. Esse processo foi permeado de negociações, mas também de conflitos, na maioria das vezes cercados de muitas cenas de violência, que não se faziam sentir apenas fisicamente ou sobre as condições de sobrevivência

dos sujeitos envolvidos, mas também afetava o seu mundo de representações. Esse processo, que só poderia ser aferido à luz dos valores, dos hábitos, das tradições, da história daqueles sujeitos, a propósito, foi permeado por disputas de significados, que só eram partilhados parcialmente entre os personagens envolvidos. Em todo caso, era possível propor que, quanto mais próximos estivessem uns dos outros, quanto mais semelhanças houvesse entre as realidades às quais viviam, maior seria a sua identidade de significados.

Na esteira da documentação que foi sendo encontrada, amparada ora pelos limites que o método instituía ora pelos devaneios que a teoria autorizava, montou-se a narrativa no entorno de um eixo principal, o qual seguiu, em alguma medida, as trilhas desenhadas por Edward Palmer Thompson (2011[1963]) nos três volumes de *A formação da classe operária inglesa*. Em um primeiro momento, foi oportuno descrever o encontro dos habitantes do mundo rural com o novo tempo, o qual foi marcado pela forma como os sujeitos reagiram às notícias do moderno e pelo modo como as instituições modernas diagnosticaram as tradições daquela gente. Essas representações construídas sobre o *outro*, temperadas pelas primeiras impressões, embaralharam as leituras que foram feitas do passado e do futuro, demarcando territórios sobre a vida coletiva. O resultado da empreitada foi a aceleração de um longo processo que estava tomando o mundo ocidental, o desencantamento do mundo. Com o passar de alguns anos, as referências de tempo e espaço restaram cada vez mais circunscritas pela razão, roubando a magia e esvaziando de significado os mundos misteriosos.

A longa caminhada na companhia dos flagelados das secas noticiava das paisagens instáveis que deram forma ao mundo rural. Os sertanejos corriam aquele trajeto periodicamente, quando as estiagens se prolongavam para além do que era possível suportar, mas nem só as intempéries da natureza tinham participação naquelas mudanças, também as condições fundiárias interferiam no processo em questão. O cerceamento das fontes hídricas, que ficavam em posse dos latifundiários, acentuava a precariedade da vida no Semiárido. Deve-se notar, no entanto, que a migração não era a única saída daquela gente, ela poderia reagir de outras maneiras, ocupando em coletivo as terras dos senhores mais abastados, a título de exemplo. Mas aquele não foi o caminho tomado por aquela gente, que ao conflito, preferia a negociação, a retirada provisória.

Ainda na esteira dessas peregrinações, era preciso considerar as particularidades com a qual elas se deram em terras paraibanas. Falava-se de um estado dotado de uma larga faixa de brejos, a qual essa população não costumava ultrapassar. Àquela localidade, os sertanejos e as sertanejas conseguiam abrigo nas terras de algum fazendeiro, que se valia dos seus serviços em

troca de comida, teto e uma diária com valores módicos. Isso não significava que, ocasionalmente, aquela gente não alcançasse as cidades em busca de serviços de saúde e assistência social ou que não partissem para mais longe, essas movimentações decerto aconteciam, mas não com frequência e nem em números vultosos, pelo menos até o ano de 1945, quando a história do Estado nacional muniu-se de outros contornos.

A ordem no mundo rural era medida pela autoridade de alguns sujeitos e pelos seus pactos de solidariedade e convivência. Os chefes políticos espalhavam-se pelos sertões ao passo em que exerciam sua autoridade sobre os moradores das suas terras. Aqueles homens, e, em alguns casos, também mulheres, contavam com a segurança dos agricultores e vaqueiros que habitavam as suas terras, os quais também eram protegidos pela força arregimentada pela autoridade daqueles sujeitos. Para além da propriedade das terras, no entanto, os coronéis contavam com o poder de um mito, seriam eles maiores do que de fato foram, dotados de muito mais contato do que de fato tinham, com poder econômico e bélico muito maior do que de fato dispunham. Essa economia de mitos era parte da lógica daqueles mundos misteriosos que mudava de forma com o passar do tempo.

O poder dos chefes políticos havia materializado localmente a política dos governadores, a qual corporificava o regime coronelista. Victor Nunes Leal (2012[1947]) falava daquele pacto como retrato da decadência dos fazendeiros, que dividiam seu domínio com o poder público, o qual já não tinha autoridade suficiente para controlar de todo aquele vasto mundo rural. A Sedição de Princesa foi, possivelmente, o maior rompante do coronelismo no estado paraibano, sendo possível tratá-lo à luz da sua figura mais emblemática, o coronel José Pereira, que conseguiu arregimentar, em torno de si, desde as famílias mais poderosas da região, bem como os correligionários do presidente da República, mas também os comerciantes, agricultores e vaqueiros mais pobres.

As coisas, no entanto, mudariam na sequência da dita Revolução de 1930, a agenda de moralização pública empreendida pelo grupo que tomou o poder conduziu um processo de consolidação do regime republicano, enfraquecendo os coronéis, que perdiam força sobre a máquina pública. À oportunidade da seca de 1932, no entanto, já não era possível manter as relações políticas tão acirradas e coube a José Américo de Almeida desenhar as fronteiras do novo pacto oligárquico. Dessa vez, no entanto, o envio de recursos públicos estava condicionado à ingerência das instituições estatais nos latifúndios, os chefes políticos perdiam poder, mas ainda contavam com muito espaço. Tinha início, em meio aos conchavos das elites e a agenda de novas demandas para o universo agrícola, a modernização do mundo rural.

A economia dos mitos que povoavam aqueles pretensos “vazios demográficos” alimentava o imaginário dos habitantes daqueles lugares onde a ordem e a desordem se confundiam em meio às lides de poder. Os bandidos erravam pelas paragens misteriosas do mundo rural, esses homens, em alguns casos também mulheres, desfilavam por entre as fazendas assustando os seus moradores e moradoras. Mas era também aquele mundo que nutria as narrativas da valentia dos seus heróis e vilões, sempre revestidos de feitos incríveis, que vingavam a população pobre roubando as fortunas dos latifundiários, destruindo as cidades, ameaçando as investidas do poder público sobre os lugares nos quais viviam. Os cangaceiros, ladrões, capangas, jagunços, entre muitas outras variações desse mesmo grupo de sujeitos que ficaram marcados, *a posteriori*, como bandidos, davam limite ao poder dos coronéis, mesmo que nem sempre por meio do conflito, na maioria dos casos também esses homens poderosos eram seus aliados.

O desenrolar da modernização mudou a forma como esses sujeitos despontavam no horizonte agrário. A perseguição aos cangaceiros alcançou bons resultados, se outrora aqueles sujeitos ameaçavam a legitimidade do poder público, que não conseguia afirmar sua força policial nos lugares em que eles circulavam e nem coibir a conivência dos chefes políticos aos seus desmandos, o novo cenário inventava outras formas de enfrentá-los. A imprensa e a ciência entravam em cena, apontando aqueles sujeitos como desordeiros degenerados, movimento que destituía o mito que os contornava, apagando parte do seu poder simbólico, que se materializava em sua rede de apoios. Desde então, eles se tornaram criminosos, como taxava o poder público, e essa estampa podia resultar em consequências mais severas do que aqueles grupos imaginavam.

A quadrilha de ladrões de cavalos e o bando dos caras sujas denunciaram dos novos contornos que o banditismo conseguiria arregimentar em concomitância à emergência do novo tempo. Esses sujeitos agiam na calada da noite, sem grande alarde, apagavam seus rastros, escondiam suas identidades, se espalhavam em diferentes localidades, arregimentavam dinheiro para pagar advogados e fianças. Em outras palavras, para esses personagens, o poder policial era uma evidência, da qual eles se esquivavam, a qual eles não enfrentavam, atestando que esse estava mais presente no campo, mesmo que ainda não absolutamente. O mundo rural mudava ao passo que seus significados perdiam a magia que lhes regia até então.

A racionalidade fugidia do mundo rural contava com um terceiro elemento importante, a religiosidade da sua gente. A população camponesa era adepta de um catolicismo intimista, cujas práticas confessionais se misturavam com as referências do paganismo antigo, nas crenças de origem africana e indígena. O sincretismo dessas práticas se tornava mais forte à medida essas

aconteciam nas regiões mais distantes do litoral ou mais afastadas das cidades. A institucionalização dos seus rituais empreendiam formas de controle do imaginário dos sujeitos, bem como de seus corpos e de seu mundo de representações, que lhes tornava mais céticos às narrativas mágicas que tiveram vez outrora. As religiões, como dizia Max Weber (2004[1920]), eram protagonistas desse processo de desencantamento do mundo, elas racionalizavam a forma de compreender o sagrado, cerceando as referências mágicas das quais esses mundos se dotavam.

O caso da menina assassinada na cidade de Patos falava desse mundo no qual alguns sujeitos, ocasionalmente destacados por alguma injustiça de grande relevância no universo de significados dos camponeses, eram clandestinamente beatificados pelos seus fieis, os quais peregrinavam por longas distâncias para alcançar o lugar da sua morte, pedindo a cura de alguma moléstia ou agradecendo alguma graça recebida. Aquela era uma forma de compensação assentada nas injustiças que tomavam o indivíduo. Para o sertanejo pobre, àquela ocasião, violência injustificada e os pactos não cumpridos tinham maior relevância do que os problemas coletivos de acesso a terra. A religiosidade fazia parte desse processo na medida em que tornava os sujeitos mais comedidos em suas crenças, presos em uma forma privada de viver a sua fé, levando a comportamentos que priorizavam o boicote, a negociação, a resignificação enquanto formas eficazes de reagir ao mundo que estava à sua volta.

Ainda nesse caminho, a religiosidade também era medida junto às hierarquias que tomavam o mundo social. As práticas confessionais eram marcadas por limites ao passo que a racionalidade ganhava espaço no pensamento das pessoas. Nesse sentido, ela aliava-se à ciência. Um sujeito que tentou cometer suicídio seria um louco, um excêntrico, mas não um seguidor do padre Cícero, aquele era um ícone muito caro aos camponeses, signo de valentia, o qual poderia, no máximo, autorizar um homicídio, mas não um ato de fraqueza. Esses limites acessavam ainda o mundo social, restringindo a legitimidade de algumas práticas das populações negra e indígena, como acontecia com o grupo Mãe D'Água mesmo antes da chacina das três crianças.

As relações do campo com a cidade mudariam de figura com o advento da modernização, e as feiras públicas foram um bom termômetro de como as coisas se transformaram naquelas localidades. Os dias de feira costumavam ser os mais agitados, era quando as ruas se enchiam da gente que vinha das áreas mais próximas, e também das mais distantes. Os camponeses vendiam os seus produtos e compravam outros, que não conseguiam produzir em seus roçados, mas também era o dia de encontrar as pessoas que moravam longe. Aquelas eram as oportunidades nas quais o mundo rural se encontrava com o urbano, mas também com o próprio mundo rural,

que dispense em seus “vazios demográficos” não costumava promover encontros entre os seus habitantes, talvez pelas estradas em alguma ocasião. Também as estradas faziam as pessoas se esbarrar umas nas outras por aqueles dias.

As feiras públicas eram espaço para a difusão de notícias, era quando os camponeses e as camponesas tinham notícia dos parentes, dos vizinhos, dos chefes políticos da região, das coisas que estavam se dando mais ao longo, essas com um tom maior de mistério. As novidades alcançavam os ouvidos por meio das redes de fofoca, das narrativas dos cantadores, das conversas dos caixeiros viajantes, dos folhetos e dos jornais, entre outras formas menos comuns de circular informação por aquelas paragens. Eram aquelas histórias que povoavam a imaginação daquela gente, que definiam o seu calendário de acontecimentos relevantes, que marcava o ritmo da vida social, aquela que caminhava ainda próximo do ritmo das plantações e das colheitas, na medida em que eram elas que levavam as pessoas para a cidade.

A modernização aceleraria a vida das pessoas, sobretudo, a partir do que era possível viver no cotidiano das feiras, a maior quantidade de notícias, as hierarquias que tomavam conta dos espaços. Com o passar do tempo, os produtos vendidos nas lojas importadoras passaram a concorrer com os mercados, criando lógicas diversas ao uso, inventadas pela distinção social, que passavam a disputar espaço nas ruas. Era aquela a lógica de uma cidade política e comercial, que se inventava mais distante do mundo rural, do qual dependera para alimentar os seus habitantes, definindo, com isso, também os seus limites demográficos. O mundo conhecido pelos camponeses e pelas camponesas mudava a sua forma, as notícias do moderno alardeavam o novo tempo e o diagnóstico das tradições denunciava os desencontros que ele anunciava, a certeza era uma só, a batalha não seria fácil.

O capítulo seguinte perscrutou os conflitos e as negociações que escreviam e reescreviam os projetos de modernização agrícola na medida em que esses acessavam o cotidiano da população rural. Nesse lugar, a luta de representações ganhou espaço considerável, de forma que foi necessário caminhar entre os espaços públicos e as dimensões do cotidiano para saber dos caminhos nos quais os projetos foram desenhados e redesenhados e de que forma esses novos cursos diziam respeito à sua maior ou menor adaptação ao dia-a-dia das lavouras e dos pastos. O que se estava propondo é que, mesmo em meio ao universo de hierarquias que perpassavam a relação dos camponeses com os intelectuais, o poder público e as elites latifundiárias, não foi possível abdicar do diálogo, da negociação, os habitantes do mundo rural foram agentes constantes desse processo.

Os primeiros projetos de modernização do mundo rural que apareceram no horizonte público do estado paraibano tomaram como alicerce os enquadramentos da questão agrícola. Esse território inventado para os problemas coletivos se constituiu com base em uma leitura do passado coletivo, a qual tinha por pressuposto o atraso das práticas de criação e cultivo dos produtores locais e pela crença que lhe fazia correspondência de que as máquinas, o cuidado com os tipos de semente utilizados, a indução dos cruzamentos que favorecessem a melhoria da raça, a higiene das lavouras e dos bichos, a padronização das mercadorias que chegavam ao mercado, entre muitas outras demandas, fariam progredir a economia estadual. Em meio a essas muitas pautas, era possível pensar os projetos de modernização a partir de algumas arestas: a racionalização dos espaços, inscrita pelo cercamento dos pastos, das lavouras e das propriedades; a higienização dos bichos, das plantas, dos lugares e dos corpos das pessoas; a mercadologização e/ou padronização das mercadorias; a mudança nas referências de tempo, do passado para o futuro; a democratização e consequente emancipação de variados grupos sociais, as quais foram deveras vezes boicotadas pelos senhores de terra, mas que não deixaram de se realizar, mesmo que permeadas de muito conflito e cenas de violência.

A imprensa agrícola foi um suporte importante em meios aos rumos que a modernização foi tomando no estado paraibano. Em primeiro lugar, porque ela incluía o mundo rural e o universo produtivo que o movimentava como um expediente do mundo público, abrindo os olhos dos intelectuais, da sociedade política e de certos setores da sociedade civil para as questões que envolviam os habitantes daquela localidade. A existência de impressos com aquele perfil em circulação dava vazão a certa forma de exercer a cidadania por meio das demandas coletivas que, em favor ou a contragosto dos editores, podia alcançar a pauta daqueles periódicos. As folhas de ampla circulação tinham compromisso com a opinião pública, e mesmo que tomada de muitas hierarquias, elas não deixaram de servir ao seu propósito original. À luz dos pressupostos de Jürgen Habermas (2014[1962]), a esfera pública se alargava, levando para dentro de si os sertões de outrora, já nem tão sertanejos nem tão misteriosos.

As páginas das revistas e dos jornais disputavam espaço com formas menos racionais de lidar com o tempo e com o espaço, com o passado e com o futuro. As narrativas já não dispunham da poesia errante dos folhetos, com enredos encantados, informações sem lastro, das marcas da oralidade. Em seu lugar, estava a prosa enxuta, coalhada pelo rigor das pesquisas, atestada por tabelas, gráficos, porcentagens, inscrita pela visualidade. As imagens tomavam o lugar da imaginação e o efêmero daquilo que só se fazia conhecer na longa duração. Essa novidade caminhava com uma ampliação, mesmo que ainda tímida, do poder do público sobre o

privado, dos argumentos sobre as solidariedades, do futuro sobre o passado, do escrito sobre o oral. A imprensa agrícola era testemunha da modernização do mundo rural, mas nem por isso esteve isenta de partidarismos e jogos de poder, foi na esteira desses, portanto, que se observou como se construíram diferentes projetos de futuro ao sabor dos momentos em que foram circulados os suplementos agrícolas do jornal *A União* e dos números incertos de *A Paraíba Agrícola*.

Os suplementos agrícolas do jornal *A União* foram editados prioritariamente por intelectuais vinculados às instituições de saber e poder agrícola que existiam àquela ocasião no estado, professores da Escola de Agronomia do Nordeste, secretários da Produção e da Agricultura, entre outros. Essa relativa autonomia desses personagens fez daquela folha um espaço relativamente aberto para as demandas da população camponesa, a qual não tinha lugar de escrita ou expressão direta de opinião, mas que ao passo em que se tornavam objeto de pesquisa, também eram observados e tinham suas experiências consideradas. Com o passar do tempo, os assuntos abordados naquelas páginas foram ganhando cada vez maior variedade, ao passo em que aumentavam ou diminuía seu espaço na formatação geral do diário. O enredo, no entanto, bem atendia aos propósitos de classificação que a ciência estava corporificando àquele momento, no lugar da variedade, pensava-se nos padrões, ao passo em que se mirava o progresso, pensando o tempo como uma seta na direção do futuro.

A revista *Paraíba Agrícola*, por sua vez, atendia às demandas dos ruralistas, grupo político articulado nacionalmente pela barganha de investimentos públicos nos produtores rurais, sobretudo no que dizia respeito ao crédito agrícola, mas também considerando outras formas de modernização das suas lavouras e pastos. Em razão desse caráter negociador, o periódico muniu-se, por vezes, de uma narrativa personalista, coalhada pelos símbolos republicanos, mesmo que nem sempre prezasse esse valor em suas práticas, e disposta em meio a certo universo de propagandas. O impresso de circulação prioritariamente mensal dispunha ainda de espaços para os leitores, os quais jamais foram usados por sujeitos efetivamente oriundos dos setores mais pobres do mundo rural. Em vez disso, restava como mais uma forma de limitar a participação dos camponeses na conformação da sua agenda. Por fim, há que se observar que, enquanto o jornal *A União* abriu espaço cada vez maior para as discussões que envolveram a questão agrária, a *Paraíba Agrícola* fez oposição aos seus encaminhamentos. O primeiro periódico parecia, de fato, estar mais envolvido com as demandas democratizadoras do mundo moderno.

O receituário com as modernas práticas de cultivo e criação ultrapassaram as fronteiras dos periódicos e alcançaram o cotidiano da população camponesa. Os sujeitos que habitavam

aquela localidade, no entanto, mediavam a sua sobrevivência na linha daquilo que produziam, de forma que não se pode passar ao largo das peculiaridades desses sistemas produtivos, sendo necessário pensar como os diferentes personagens dessa história representaram e reagiram ao mundo que se transformava, o que estava necessariamente condicionado à parcialidade com o qual esses padrões de significados eram compartilhados por esses sujeitos. Na esteira desses preceitos, foram anotadas as mudanças que envolveram os criadores de gado, os cultivadores de algodão e os plantadores de cana, todos habitantes do mundo rural, mas condicionados a diferentes cenários, tanto no que dizia respeito ao calendário agrícola e às peculiaridades de cada sistema produtivo como também no que concernia à arquitetura agrária dos mundos em que isso tudo era feito.

Os criadores de gado encontraram nas páginas dos periódicos um catálogo de medidas que envolviam a higienização dos animais e dos pastos, com a aplicação de vacinas, a profilaxia de doenças, os cuidados na hora do parto, a separação dos animais acometidos por males; a mercadologização do boi, da carne e do leite, o que envolvia o melhoramento das raças, conseguidas, sobretudo, pelo cruzamento induzido com animais puro-sangue; pelo cercamento dos bichos, em razão do acesso exclusivo a fontes de água limpa, bem como pela sua alimentação quando das estiagens. Essas demandas inventavam um mundo desigual, no qual a quantidade de terras, a disponibilidade de água limpa, o capital necessário à compra das vacinas, à construção e abastecimento dos silos, interferiam na qualidade do produto vendido, qualidade essa que não seria diferenciada apenas pelos clientes, mas pelo próprio poder público, que chegou a proibir no município de Campina Grande que qualquer criador vendesse leite no perímetro urbano.

Os cultivadores de algodão dispunham de outras particularidades, a primeira delas era a grande variedade de tipos que eram produzidos em território estadual, enquanto a segunda seria a predominância dos pequenos proprietários como seus produtores mais comuns. Em razão dessas circunstâncias, foi possível observar a emergência de um programa rígido de controle do processo produtivo por parte do poder público. Um primeiro ponto envolvia o cerceamento daquela ampla variedade de tipos. A certa altura daquele processo, o Estado proibiu que fosse cultivada outra semente que não a de algodão mocó no Sertão e de algodão herbáceo no Litoral, limitando significativamente a variedade genética daqueles produtos. Além disso, fez circular algumas listas de práticas que manteriam a safra limpa, seca e nos tamanhos adequados à sua venda. Para garantir que os produtores de fato obedecessem a essas disposições, o poder público empreendeu campanhas de distribuição de sementes, organizou concursos e exposições, além de

dispor de campos de cooperação, nos quais os agricultores poderiam se informar das melhores práticas. Mas a medida que possivelmente teve maior resultado envolvia o beneficiamento do algodão produzido, o qual era feito nas instituições estatais. Àquelas localidades, o estado do produto denunciaria se todos os critérios higienistas haviam sido adotados.

Os plantadores de cana, os quais costumavam ser moradores, foreiros ou diaristas dos senhores de engenho, não tiveram a mesma lista de demandas nas suas costas, apesar de, ocasionalmente, o poder público também ensaiar algumas fronteiras para as suas práticas. Os problemas enfrentados por aqueles personagens assumiam outra dimensão, mais profunda, na medida em que cerceava o seu acesso às terras. A competição com as usinas fazia com que os antigos senhores perdessem progressivamente capital mediante a concorrência da empresa. Na maioria dos casos, esses sujeitos se tornaram meros fornecedores de cana. Essa destituição do poder dos senhores de terra afetou em cheio os moradores das suas terras, que viam as suas formas de trabalho cada vez mais destituídas de valor e espaço naquelas localidades, como se deu quando o dr. Calos de Melo assumiu a fazenda do então falecido coronel José Paulino, na obra de José Lins do Rego (1961[1934]), tudo parecia estar coalhado ao fracasso, o que talvez fosse exagero do autor do romance, mas provavelmente dizia respeito mesmo a como as pessoas compreendiam aquele mundo que se desencantava. Em outras palavras, os foreiros e moradores perdiam cada vez mais espaço, o que ampliou a necessidade dos camponeses por reforma agrária.

Em meio a todos esses temas, podia-se observar que a economia de mitos que movia as representações dos camponeses desmoronava, e o que era mais curioso, isso se fazia notar cada vez mais nos detalhes do seu cotidiano, exigindo formas mais racionais de pensar e organizar o mundo. O boi, outrora misterioso, a partir de então precisava ser criado preso, já não fazia sentido soltá-lo quando das estiagens, seria melhor mantê-lo pelas proximidades, à altura do silo mais próximo, onde haveria comida para se conservasse gordo enquanto as chuvas não despontavam. O mesmo se dava com o algodão, que já não era medido pelas experiências dos seus produtores, os quais, em tempos idos, descobriam, livremente, novos gêneros agrícolas, mas pelas dimensões apregoadas pelo poder público. E não foi diferente com os moradores e foreiros, que viram o coronel perder as suas forças, desfazer-se do controle das suas terras, destituir-se das suas obrigações para com aqueles que habitavam o mundo governado por si. Em seu lugar, ficaria uma demanda das mais racionais que apareceram nesse espaço, a reforma agrária.

O que estava em pauta era um jogo de diferentes culturas históricas, assentadas em diferentes estratos de tempo, conforme Reinhart Koselleck (2014a[2010]). Ao passo que os

vaqueiros e agricultores se valiam das suas experiências de trabalho, aprendidas junto aos seus pais e avós, tomadas por uma relação cíclica com o tempo, retomada a cada nova primavera, os agrônomos e demais intelectuais que tomavam a agricultura como problema viviam outro horizonte, medido pelo futuro, disposto como uma seta, para esses sujeitos, a cada ano as lavouras e os pastos deveriam estar mais modernos. Essas diferentes formas de pensar o tempo e o espaço demandava relações de poder, inscritas pelas territorialidades. Pensá-las como estruturas estanques, no entanto, seria desconsiderar as saídas que os sujeitos inventavam para elas. Esse era o mundo social e cultural que se conformava a sua volta e ao qual era preciso reagir, ao longo de todo esse tempo a gente camponesa encontrou suas formas de sobreviver a eles, ora acatando ora rejeitando os preceitos modernos. Mas, na maioria das vezes, não era nenhum dos dois polos que venciam a empreitada, quem acatava uma demanda não raro boicotava outra, subvertia seus preceitos, encontrava uma forma de encaixá-la em seu mundo de representações. Também quem comprava o receituário, em muitas ocasiões, traía o que havia sido desenhado, conferindo-lhe novos contornos. Era aquele o mundo complexo das representações, as quais eram compartilhadas apenas parcialmente e, exatamente por isso, estavam sujeitas a negociações desencontradas e conflitos recheados de mal-entendidos.

As demandas agrícolas da população rural tiveram um papel importante nesse processo, as relações da gente camponesa com o poder público foram se tornando cada vez mais habituais, e os investimentos públicos dia após dia mais presentes na vida daquelas pessoas. A criação de instituições de saber que se dedicassem ao mundo rural como objeto de pesquisa implicava no estabelecimento de formas de controle do espaço, mas também de intervenção e observação da vida daqueles sujeitos. O encontro desembocava na abertura de estradas de mais livre acesso para o exercício da cidadania, ao passo em que tornava aquele universo que se racionalizava parte de um Estado-Nação que não só perscrutava os seus problemas como também agia sobre eles. Ainda nessa estrada, acessar o crédito agrícola, as sementes, as máquinas, os reprodutores puro-sangue, os técnicos agrícolas, entre outros produtos e serviços que o poder público oferecia aos camponeses e às camponesas, era uma possibilidade de melhorar a competitividade das suas mercadorias em relação aos seus concorrentes, sobretudo nesse mundo que se globalizava e disputava mercado. Mas essas questões que apareciam na imprensa e alcançavam o poder público não deram conta dos problemas sociais que a modernização estava encontrando e produzindo no mundo rural, a questão agrária batia a porta e, quando do término da Segunda Grande Guerra e derrocada do Estado Novo, parecia já não ser possível fugir dela.

O capítulo derradeiro esbarrou na historiografia que produziu certa leitura da história nacional tomando por pressuposto a ingenuidade da população rural no trato com a política. Conforme esses pensadores, essa gente, coalhada pelo analfabetismo e pelo passado coronelista, se renderia fácil aos líderes carismáticos. Esses sujeitos seriam, aliás, os vilões dos desmandos que ocupavam as cidades também, visto que, ao migrarem para os grandes centros, eles desvirtuariam o sistema político. Na contramão desses preceitos, a pesquisa perseguiu a vida política dos habitantes do mundo rural e observou, em sua esteira, um processo efetivo de democratização, coalhado pelos caminhos que estava tomando o regime democrático e republicano, de forma que a reforma agrária conseguiu alçar o primeiro plano das discussões nacionais, ainda que em meio aos atropelos e boicotes que as elites fundiárias protagonizaram. A conclusão desse processo foi o cerceamento dessa proposta, mas a trajetória não deve ser ignorada em razão do modo como foi levada a termo. Ao longo dele, a gente camponesa fez nascer uma cultura política tomada pelas questões do momento, mas assentada nas suas representações, tradições, valores e hábitos, os quais tinham longa história, mas experimentaram mudanças ao longo do caminho. A cultura política camponesa, nesse sentido, era produto também desse processo de racionalização do mundo, era ele o responsável pela reunião de todas essas dimensões dispersas da vida humana no propósito comum de reagir às questões políticas do Estado-Nação.

Uma primeira dimensão importante para pensar a forma como as pessoas viveram a política no mundo rural dizia respeito ao modo como o poder público alcançou aquela gente. Esse processo foi protagonizado, antes de tudo, pelas instituições do poder judiciário, que, ao se valerem da posição ingrata de apaziguadores ou criadores de conflitos, também estavam inventando regras para a vida coletiva e formas de diagnósticas as práticas daquela gente. Além disso, as comarcas e o Tribunal de Justiça mediam os seus arbítrios por meio de medidas distintas no termômetro dos valores modernos com as antigas práticas, do tradicionalismo com o legalismo, o que produziu algum conflito nas interpretações internas ao próprio mundo dos juízes. Se a segunda instância tinha maior poder de decisão, a primeira tinha maior ingerência sobre a vida dos sujeitos. Ficava em destaque a ausência de bons instrumentos para medir o mundo rural diante de uma história jurídica calcada na regulação da vida cidadina.

Os conflitos de posse de terras envolvendo os pequenos proprietários deram notícia de alguns mal-entendidos que circundaram os territórios delimitados após a Lei de Terras de 1850. Há que se considerar que, àquele momento, os limites desenhados nos documentos eram incertos, faziam referência a uma árvore, um riacho, ou mesmo ao limite das terras de um

vizinho, as cercas até pouco tempo não tinham essa função. A partir do momento que cercar a propriedade se tornou necessário, as tradicionais redes de solidariedade foram dando espaço para os conflitos. A maior parte daquelas terras provavelmente era de uso comum, destituídas de cercado, ninguém ou todos que viviam em volta tinham posse sobre ela, a separação seria, portanto, uma invenção das novas gerações, que não entendiam como funcionavam os sistemas produtivos nas terras que pertenceram aos seus pais, avós, ou mesmo a quem as havia vendido. As solidariedades e a ausência de limites que povoavam os mundos misteriosos perdiam lugar para o mundo racionalmente metrificado, enquanto isso, os mais novos perdiam o lastro das narrativas encantadas que povoavam a vida dos seus antecessores.

As narrativas desse tópico se fizeram mediante o acesso aos processos civis de manutenção de posse, de forma que suas medidas deram notícia, antes de tudo, dos conflitos judiciais, sendo possível pensar, portanto, nos muitos outros casos que não alcançaram o poder judiciário, caminhando por outras formas mais ou menos amenas de disputas de território, que se encerraram na primeira instância, ou cujo conflito não existiu, havendo demarcação pacífica ou mesmo não havendo demarcação de terras. Esse leque de possibilidades dava notícia de como os mais variados sujeitos, em especial os pequenos proprietários, puderam reagir às mudanças que tomavam conta do seu cenário. Ainda no interior delas, a propósito, os sujeitos caminharam por diferentes estradas, era comum destruir cercas, turbar roçados, soltar animais no plantio do outro, matar o animal em questão etc. Cada uma dessas provocações tinha as suas consequências e coube àquela gente, em seu tempo, planejá-las e se haver ou não com elas.

A aparição das usinas na várzea paraibana destituiu de poder o sistema casa-grande e senzala que havia marcado, guardadas as suas mudanças, a história daqueles sujeitos até então. Ali estava todo um universo de representações e valores caros àquela gente, os quais garantiam o seu acesso à terra e, por consequência, à sua subsistência. Eis que, a certa altura daquela história, em geral quando da morte de um velho coronel e consequente tomada das terras pela família, as coisas mudaram de figura e aqueles personagens perderam parte significativa das suas liberdades, muitas das quais eram fundamentais à sua sobrevivência. A proibição de constituir roçados fazia dos barracões, tomados de produtos superfaturados, o principal meio de subsistência, a concessão de remédios em caso de doenças estava condicionada a um bom saldo e assim seguia até que o morador fosse expulso ou pedisse para sair. A hospedaria de fantasmas ilustrada pelas personagens velhas e negras de José Lins do Rego (1961[1936]) mostravam as dimensões da violência patrimonial e simbólica experimentada pelos moradores e foreiros dos engenhos quando desse processo, as quais ultrapassavam as diferenças de classes, envolvendo

ainda conflitos de gerações. As batalhas de representação estavam em cena e seus vences foram os mais ricos e os mais novos, mostrando esse poder que o capital e os projetos de futuro tinham nesse mundo novo.

As páginas que deram sequência informaram das migrações da população rural, que tomaram outros contornos no pós-1945, quando o encerramento da Segunda Grande Guerra e a derrocada do Estado Novo deram vazão à industrialização das metrópoles brasileiras. A partir de então, as notícias do propalado êxodo rural tomariam muitas folhas dos periódicos em todo o país. A população nordestina alcançava as metrópoles, onde eram absorvidas pela indústria, mas tão logo encerrado esse processo de expansão, emergiram problemas sociais que preocuparam intelectuais e políticos brasileiros, tornando aquele um problema nacional. Acontecia que o pretenso êxodo rural jamais ocorreu, ou pelo menos não com aquele perfil que aquele nome insistia. Havia quatro vias principais de migração da gente camponesa paraibana, a primeira delas tinha como ponto de partida o Sertão e como ponto prioritário de chegava as várzeas litorâneas, tinha vez durante as estiagens e demandavam retorno tão logo fossem anunciadas as chuvas, falava-se de um mundo rural que migrava para outro mundo rural como um movimento tão sazonal quanto antigo. A segunda estrada tinha dizia das pessoas que saiam de qualquer ponto do meio rural para as maiores cidades do estado, destacadamente João Pessoa e Campina Grande, movimento que provavelmente se deu de forma moderada. O terceiro destino eram os outros estados da federação, fosse ainda o mundo rural ou as metrópoles, sendo o segundo destino o mais acessado.

Nesse caso, devia-se atentar que não eram apenas os habitantes do Sertão que se deslocavam, mas pessoas de diferentes lugares do mundo rural, atestando que a causa principal das migrações era a questão fundiária e não as secas. Quando as estiagens eram o problema, a propósito, esses movimentos se mostravam de forma sazonal. A última retirada era aquela que tinha como destino os cantos de estrada e os municípios de interior da várzea. Seus protagonistas eram os moradores expulsos dos engenhos, mas que continuavam tendo algum contato com o mundo rural, trabalhando como diaristas nos engenhos e usinas. Esses movimentos de pessoas de fato foram uma marca importante da história da população rural nordestina, mas não era verdade que o campo tivesse sido esvaziado, nem mesmo que essas saídas resultassem em uma queda demográfica acentuada, ao longo de toda a periodização estudada observou-se um crescimento cada vez mais acentuado de pessoas nesses diferentes espaços, que continuaram a ter vida, muita vida, cada vez mais.

A partir dos anos 1950, a questão agrária despontou na imprensa nacional, tomando cada vez maior espaço entre as discussões movidas pelos intelectuais e, mais tarde, também pelos políticos brasileiros. Há que se observar, no entanto, que essa discussão não nasceu do acaso, ela correu junto à mudança na conjuntura sociopolítica e, sobretudo, mediante as duras batalhas travadas pelos camponeses e pelas camponesas em favor da ampliação dos seus direitos civis, políticos, sociais e culturais. Ao longo desse processo, esses sujeitos se organizaram em associações, barganharam a indenização das benfeitorias dos moradores expulsos, se alfabetizaram arregimentaram apoio de vereadores, deputados, escritores, advogados, professores, entre outras atitudes próprias do mundo legal. Em outras palavras, aprenderam a lidar com as ferramentas do moderno e barganharam com ela maior espaço no mundo público. Os latifundiários é que tomaram o caminho oposto, recrutando seus capangas, perseguindo moradores, coagindo as autoridades locais em favor de seus interesses privados, em muitos casos, de interesses ilícitos. As articulações pela reforma agrária, que poderiam ser tratadas como o terceiro movimento social brasileiro, ganharam palanque na imprensa e votos no parlamento, mas foram frustrada pelo conservadorismo da elite brasileira e pela desarticulação das esquerdas.

As experiências dos camponeses e das camponesas envolvidos com as ligas camponesas denunciavam as peculiaridades que tomavam o já consolidado estado paraibano. Àquela ocasião, eram evidentes as fronteiras que separavam a Paraíba de Pernambuco, os municípios da várzea e do brejo e todas as demais circunscrições inventadas pela modernidade. As diferentes associações, cada uma em um daqueles espaços urbanos, mesmo que ocasionalmente eles ainda se intercrossassem, atestavam que essa racionalização que prescrevia os territórios havia se alastrado pelos mundos rurais. O movimento paraibano caminhou por trilhas distintas daquelas que os sindicatos pernambucanos conseguiram perseguir, no primeiro, a ferramenta mais usual era a negociação, as lideranças inscreveram diferentes planos de ação, as conquistas no parlamento não tiveram resultados tão profícuos, em contrapartida, os últimos partiram para o enfrentamento com maior recorrência, aproximavam-se das direções encontradas por Francisco Julião, tiveram conquistas muito relevantes na assembleia do seu estado.

A repressão aos camponeses foi bastante violenta, ela envolvia a perseguição e consequente expulsão dos moradores envolvidos, barganhava a prisão e às vezes a tortura dos personagens mais radicais, desembocando no assassinato de algumas lideranças. Nesse processo, os latifundiários não tinham pudor em mandar matar ou bater, os seus capangas andavam armados e sofriam pouca ou nenhuma censura por parte do poder policial. As armadas municipais, a propósito, não raro serviam de extensão do poder privado desses mesmos chefes

políticos. Os direitos à indenização pelas benfeitorias, saúde e educação, os quais eram assegurados pela legislação, decididos pelas instâncias mais altas do poder público, tomavam rumos distintos nas instituições locais em uma série de mal-entendidos que denunciava bem do quão despreparada estava ainda essa República. Mas, antes de fechar o seu universo às permanências, deve-se considerar que aqueles espaços estavam significativamente mais bem equipados do que estiveram outrora, os policiais, mesmo quando agiam por interesse de um chefe político, argumentavam as prisões e as averiguações, ainda que forçadamente, com conceitos modernos.

As histórias de Elizabeth Teixeira, Pedro Fazendeiro e Nego Fuba mostraram as diferentes formas de reagir às diferentes circunstâncias com as quais tiveram de se resolver. A primeira personagem, ao contrário do que fizeram as esposas de outros líderes camponeses, comprou a briga do marido e partiu para o *front* de batalha, tendo agido em funções que pressupunham a negociação dos termos em conflito, mesmo que, no seu discurso, propusesse o enfrentamento. Pedro Fazendeiro, depois de alguns dias se esquivando da polícia, preferiu se entregar no quartel, confiando na integridade daquela instituição, um erro de cálculo que Nego Fuba não cometeu, fugindo enquanto pode entre as residências dos amigos das redondezas. Elizabeth Teixeira iria mais longe, escapou antes que as coisas se acirrassem. Os três casos ilustraram formas diferentes de lutar pela vida e pela causa, assentados em modos muito próximos de compreender o mundo, mesmo que ainda assim distintos em alguns pontos, mas não foram só eles que interferiram na decisão dos rumos a seguir. Para além das leituras e de seus territórios, havia um horizonte tomado pelas dobras do acaso, nas quais os sujeitos nem sempre agiam racionalmente, nem sempre paravam para pensar.

A modernização foi cenário para o nascimento de uma cultura política coalhada pelos valores, pelos hábitos, pelas tradições e pelas representações dessa gente camponesa. Essa cultura política se qualificava pela habilidade que tais personagens tinham com as negociações, com os boicotes, com as alterações de significado, com a arregimentação de solidariedades, pelo trânsito mais fácil no mundo privado que no mundo público. Mas as culturas políticas não foram exclusivas, elas esbarram umas nas outras, concorreram entre si e mudam com o passar do tempo. A modernização desencantou o mundo rural, e, ao passo em que esse processo se tornava mais efetivo, também as leituras de passado e futuro daqueles sujeitos mudavam de figura, se intercruzavam, se revestiam de outras referências. A cultura política dos camponeses paraibanos não passou ao largo dessas transformações, ela se consolidava ao passo em que o mundo se tornava mais racional e mais público. Todavia, as culturas políticas não definiam *per se* os rumos

de uma história, elas ganham vida na medida em que encontram com efêmero, com as questões do momento, a partir das quais os sujeitos inscrevem as suas reações.

Os camponeses filiados às ligas foram, com recorrência, taxados como *bandidos*. Esse título de longa duração na história do mundo rural era mais uma ferramenta da imprensa e das elites para deslegitimar as reações da população camponesa à modernização. As práticas daqueles sujeitos, a propósito, não negavam aquela proximidade, mesmo que as suas movimentações caminhassem pelos limites da legalidade. Os líderes das ligas camponesas se espalhavam pelos engenhos e usinas divulgando notícias, contando histórias de longe, arregimentando comparsas. A notícia corria daquela forma, de boca em boca, pelos mundos que nunca foram vazios de gente. Cabia destacar, ainda, que a população rural resistiu àquele conceito externo aos personagens em questão, em geral, seriam esses sujeitos heróis e não vilões, estariam a favor e não contra.

Ao longo dessa história, o leitor pode vislumbrar, ainda que de soslaio, os bons ventos que a consolidação do regime republicano no pós-1930 e, sobretudo, a experiência democrática brasileira, compreendida pelos anos 1945 e 1964, fizeram correr no, já não mais pretense, território nacional. A população rural brasileira, àquele momento, conquistou espaços efetivos no mundo político brasileiro, legitimando o pertencimento daqueles sujeitos ao Estado nacional, e, por consequência, o poder da máquina pública sobre aquelas pessoas e as terras que elas habitavam. O ponto mais alto desse processo foi, decerto, a discussão sobre reforma agrária, a qual tomou a agenda política e intelectual do país, configurando um possível terceiro movimento social brasileiro.

Há que se considerar que esse processo efetivo de conquistas da gente camponesa, no entanto, não apareceu no horizonte como uma seta, como uma direção unívoca a qual seguir. A sua estrada foi tomada de muitas curvas e alguns buracos, de forma que, não raro, foi necessário redirecionar o caminho, ou pelo menos para aqueles que viram o obstáculo a tempo de não cair nele. Outros reagiram às condições do momento escolhendo um atalho que o fizesse chegar mais rápido ao lugar planejado, em uma operação que de tão promissora também era arriscada. O atalho costuma ser estreito, atravessar caminhos inóspitos e, não raro, escondia um lobo por trás de uma gruta. Em sendo assim, aquele não era um caminho para amadores, suas passagens guardavam mistérios que careciam de certa habilidade de negociação, e nem para ser trilhado pelo coletivo. Mas se os caminhos individuais em certas oportunidades dissuadiram dos objetivos do grupo, nem por isso eles foram menos interessantes ou perderam valor diante da história geral que se estava montando.

A democratização, contudo, não é uma estação de trem ou ancoradouro, ela não tem destino certo, parada obrigatória, ela não se encerra porque também não se materializa plenamente, e foi isso que se deu entre os anos de 1962 e 1964, quando o regime político recrudescceu, a perseguição aos camponeses ficou mais intensa, os projetos de reforma agrária perderam fôlego e rolaram ladeira abaixo. Nesse sentido, talvez a metáfora mais interessante não seja a de uma estrada, ou pelo menos, não uma estrada asfaltada, moderna e sinalizada, mas de uma estrada de barro, pouco trafegada e pouco habitada, cujos caminhos por vezes se perdiam com um deslizamento ou erosão de terras, uma inundação, vulnerável a qualquer dessas intempéries da natureza que obrigam os seres humanos a tomar outras direções. Do futuro, só havia alguns sinais, inventados pelos projetos dos homens e mulheres que sonhavam ou temiam o seu por vir. A modernização, aqueles tempos misteriosos, ainda tinha muito para oferecer.

Antes de outorgar o ponto final e correr o risco de fechar as verdades ensaiadas na esteira dessa pesquisa, deve-se atentar para uma última possibilidade de interpretação, daquelas que tomam o pesquisador de sobressalto, desconcertam suas lógicas e roubam o seu sossego. Observe-a pela experiência de outro personagem, velho conhecido dos leitores, aquele que, no exercício de olhar o mundo, foi representado por José Américo de Almeida (1978[1928]) como se estivesse ele próprio presente à cena. Falava-se de Lúcio, o filho do coronel, protagonista de *A Bagaceira*, que se formava doutor. Em uma tarde daquele ano de 1898, quando a seca bateu a porta das gentes e o brejo se encheu de retirantes, o jovem estudante deitou-se no galho de um cajueiro e seguiu a leitura de mais um de seus romances, quando Soledade, uma jovem retirante, apareceu ao seu lado. Àquela ocasião, o senhor deu-se conta da beleza da menina, revestida pelas heroínas dos livros, da qual não havia se apercebido até então, e com a qual ensaiaria aquele amor inocente que tanto sonhara.

– Soledade, você, uma moça feita, tomando banho de açude!...

Ela ia, de fato, banhar-se, às noitinhas. E ria, escandalosamente, quando as piabas famintas, como as pirambebas do rio do Peixe, lhe beliscavam as coxas pubescentes.

A água baldeada, às borbulhas, como que fervia ao calor do seu corpo núbil. Não parecia água morta; não tinha a corriqueira insensibilidade de espelho, com fundo de lama.

E ele esforçava-se para persuadi-la da consciência do lar. Mostrava-lhe o jenipapeiro sobrecarregado, sem uma folha:

– Olha, aquilo é como a mãe de família: despe-se de todos os ornatos, renuncia a todas as vaidades, para ficar só com os seus frutos.

Ela redargüia:

– Eu não vou nisso. Gente deve ser como o pau-d’arco, que fica sem uma folha pra se cobrir todo de flores.

E indicava ainda o mulungu. Na verdade, toda a árvore sangrava. Toda borrifada de sangue fresco, numa palpitação de carne viva.

Vendo que a casaca-de-couro compunha o ninho com espinhos e gravetos, Lucio censurava:

– Passarinho cabouqueiro!...

Só compreendia o amor conchegado em plumas.

E Soledade lembrava o beija-flor que nidifica, de preferência, nos pés de urtiga (ALMEIDA, 1978[1928], p.72).

Ao correr das horas que atravessaram aquele encontro, Lúcio e Soledade se desconstruíam em suas tentativas de entender o outro. O jovem estudante, a cada novo gesto que a garota ensaiava, tentava encaixá-la em uma das personagens dos romances que lera, o leque era grande, dispunha de mulheres com diferentes personalidades e destinos dos mais controversos, mas nenhuma tinha as medidas da sertaneja. Talvez a figura mais próxima fosse Carlota, cuja história os parentes mais velhos contavam com algum receio, também ela fora uma retirante, pela qual um sujeito da sua família se apaixonara. O enredo desfechou em tragédia, fazendo ecoar tiros na Vila de Areia, porém aquela era uma representação ingrata, que condenaria o seu amor ao destino mais infeliz. Acontecia que as leituras de Soledade não foram mais felizes, ao medir a frouxidão de Lúcio, a garota desfazia-se daqueles homens do brejo, que perdiam feio para os vaqueiros valentes que povoavam a sua terra. O termômetro estava equivocado, o filho do coronel não cabia em nenhum dos dois grupos, ele era rapaz da cidade, polido pelas letras, munido de outros valores e outros desejos, ele carecia do amor romântico, ela de um sujeito mais corajoso.

A Bagaceira (1978[1928]) foi concluída cinco anos depois da publicação de *A Paraíba e seus problemas* (1980[1923]), uma primorosa pesquisa sobre as estiagens que assolavam o estado, a qual tinha celebrado o jovem escritor dentre os intelectuais da sua geração. Aqueles primeiros ensaios fariam de José Américo de Almeida um estudioso das questões que envolviam o mundo rural e assim ele se perpetuaria também como burocrata. Na década seguinte, o intelectual assumiu o Ministério de Viação e Obras Públicas, onde se valeu das ferramentas que conhecia para cercar, da maneira como compreendia ser necessário e possível, os problemas sociais que assolavam os flagelados das secas. Em vias dessas circunstâncias, era possível ler os desencontros de Lúcio e Soledade como uma espécie de confissão ou atestado de humildade quanto a uma derradeira possibilidade de compreensão da sua obra e ação política. Era possível que, naquela tentativa de desvendar o *outro*, ele não tivesse entendido nada. Enfim, que ao apagar das luzes que encerra mais um expediente na biblioteca fique registrada essa confissão desajeitada, o rigor da teoria e do método pode ter sido acometido de uma ilusão qualquer, dessas que criam enredos anacrônicos e inventam passados que de fato não existiram. Em todo

caso, fica a narrativa para informar, enfrentar ou iludir o leitor mais desavisado, que, com esse ponto, encerra a sua jornada.

Referências

Arquivos

Arquivo Privado Maurílio de Almeida

Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte, vinculado à Fundação Espaço Cultural (FUNESC)

Coleção de Cordéis da Fundação Casa de Rui Barbosa

Coleção Paraibana da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Folhetos

BARROS, Leandro Gomes de. **O Boi Misterioso**. Edição de João Martins de Athayde. Recife, PE: A Pernambucana, 1939.

CRUZ, Antonio da. **Historia da Machina que faz o mundo rodar**. Guarabira, PB: Typ. D'A Luz, 1921.

FERREIRA, João Melquiades. **O Romance do Pavão Misterioso**. Propriedade das filhas de José Bernardo da Silva. Juazeiro do Norte, CE: José Bernardo da Silva Ltda, s/a.

JULIÃO, Francisco. **O ABC do Camponês**. Recife, 13 mai.1958. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/>. Acessado em: 20 set. 2016.

SOARES, José. **Direitos do Camponez: a base da reforma agrária**. 1964. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/>. Acessado em: 20 set. 2016.

Periódicos

A União. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1932-1962.

Agência Senado. Brasília, DF: Portal Senado, 25 out. 2016.

Diario do Commercio. Recife, PE: Diario do Commercio, 22 dez. 1891.

Notícias STF. Brasília, DF: Portal STF, 6 out. 2016.

Parahyba-Agricola. Parahyba, PB: Parahyba-Agricola, jan. 1922 - jul./ago. 1923.

Parahyba Agricola. João Pessoa, PB: Parahyba Agricola, jul. 1932 - jul./ago. 1932.

Paraíba Agrícola. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, jul. 1953 - jan./dez.1959.

Revista do Fôro. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, set. 1931 - jan./abr. 1935.

Revista do Fôro. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, jan. 1940 - jul. 1943.

Revista do Fôro. Recife, PE: Imprensa Industrial, jan./jun. 1944 - jul./dez. 1945.

Revista do Fôro, João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1957 - 1961.

Veja. São Paulo, SP: Abril, 12 mar.1969.

Romances e poemas

ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 14 ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1978[1928].

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1956[1914]. p.233-259.

MANN, Thomas. **A montanha mágica**. Tradução de Herbert Caro. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1980[1924].

MELLO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina**. Belém, PA: Unama, s/d[1967].

QUEIROZ, Eça de. **Os Maias**. São Paulo, SP: Saraiva de Bolso, 2014[1888].

REGO, José Lins do. Menino de Engenho. In: REGO, José Lins do. **Menino de Engenho/Doidinho/Bangüê**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1961[1932].

REGO, José Lins do. Bangüê. In: REGO, José Lins do. **Menino de Engenho/Doidinho/Bangüê**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1961[1934].

REGO, José Lins do. Usina. In: REGO, José Lins do. **Moleque Ricardo/Usina**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1961[1936].

REGO, José Lins do. Fogo Morto. In: REGO, José Lins do. **Água Mãe/Fogo Morto**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1961[1943].

Relatórios

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa, PB: A União, 1980[1923]).

ALMEIDA, José Américo de. **O ministério da Viação no Governo Provisório**. Rio de Janeiro, RJ: Oficinas dos Correus e Telegrafos, 1933.

ALMEIDA, José Américo de. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba**. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1957.

AURÉLIO, Marco. **Relatório da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.983 Ceará**. Brasília, DF: STF, 2016.

BRASIL. **Anuário Estatístico do ano de 1940**. Rio de Janeiro, DF: IBGE, 1941.

BRASIL. **Anuário Estatístico do ano de 1950**. Rio de Janeiro, DF: IBGE, 1951

BRASIL. **Anuário Estatístico do ano de 1960**. Rio de Janeiro, DF: IBGE, 1961.

BRASIL. **Relatório final da subcomissão especial de trabalho escravo**. Brasília, DF: Câmara

dos Deputados, 1994.

Legislação

DECRETO-LEI nº1.164, de 15 de novembro de 1938. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1938.

LEI nº847, de 11 de outubro de 1890. In: BRASIL, República Federativa do. **Coleção de Leis do Brasil de 1890**. Rio de Janeiro, DF: Imprensa Nacional, 1891.

LEI nº256, de 9 de outubro de 1906. In: PARAÍBA, Estado da. **Collecção de Leis e Decretos de 1906**. Parahyba, PB: Imprensa Oficial, 1913.

LEI nº458, de 20 de novembro de 1916. In: PARAÍBA, Estado da. **Collecção de Leis e Decretos de 1916**. Parahyba, PB: Imprensa Oficial, 1917.

Livros de memória

BANDEIRA, Lourdes; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; MIELE, Neide (orgs.). **Eu marcharei na tua luta**: a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa, PB: UFPB, 1997.

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1962.

LEMONS, Francisco de. **Nordeste**: o Vietnã que não houve, ligas camponesas e o golpe de 64. Londrina, PB: UEL; João Pessoa, PB: UFPB, 1996.

Dicionários

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. Tradução de Carmem C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 11 ed. Brasília: UnB, 1998.

GARCIA, Hamilcar de. **Dicionário de língua portuguesa Caldas Aulete**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Delta, 1978[1958].

MUNIZ, Elisabete Lins; CASTRO, Hermínia Maria Totti de (coord.) **Dicionário Barsa da Língua Portuguesa**. São Paulo: Barsa Planeta, 2003. 2v.

Bibliografia

ABREU, Márcia. **História de Cordéis e Folhetos**. Campinas, SP: Caminhos das Letras, 1999.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa**: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945). João Pessoa, PB: EDUFPG, 2013[2006].

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político**: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945). 2 ed. João Pessoa, PB: CCTA, 2015[2012].

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói, RJ: Eduff, 2008[1986].

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v.14).

BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 2000[1989].

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX & SIRINELLI (org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. Tradução de Alcântara Nogueira. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1957[1952].

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 1989[1973]. p.7-16.bo

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989[1980]. p.107-132.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII, v.1: As Estruturas do Cotidiano**. Tradução de Telma Costa. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1995[1979].

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Ijuí, RS: UNIJUI, 2010[1997].

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3 ed. São Paulo, SP: Edusp, 2000[1989].

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/Teatro de sombras**. 8 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013[1974].

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18 ed. atualizada. Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira, 2014[2001].

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013[1980].

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa, PB: UFPB; Idéia, 1998[1995].

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: EDUSC, 2006[2001]. (Coleção História).

CITTADINO, Monique; SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Estado Novo na Paraíba: aspectos iniciais da interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945). In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia (orgs.). **Historiografia em Diversidade**: ensaios de história e ensino de história. Campina Grande, PB: UFCG, 2008. p. 121-142.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002[1985]. p. 61-80.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010[1999].

COSTA, Emília Viotti da. **O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania**. 2 ed. São Paulo, SP: UNESP, 2006[2001].

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere v.1**: introdução ao estudo da filosofia/A filosofia de Benedetto Croce. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. 6 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013[1999].

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. In: CUNHA, Euclides da. **Obra Completa**. Organizado por Paulo Roberto Pereira. 2 ed. São Paulo, SP: Nova Aguilar, 2009[1901]. 2v.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Tradução de Sonia Coutinho. São Paulo, SP: Paz & Terra, 2014[1984].

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo, SP: Global, 2005.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 1977[1969].

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e subordinação**: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930). João Pessoa, PB: UFPB, 1999[1988].

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013[2001].

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge/ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano v.3**: O tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013[2003].

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014[2011].

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa, PB: UFPB, 1993[1982].

- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e romanização: a implementação da diocese da Paraíba (1894-1910)**. João Pessoa, PB: UFPB, 2016[1994].
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2004.
- FLORES, Elio Chaves. **República às avessas: narradores do cômico, cultura política e coisa pública no Brasil contemporâneo (1993-1930)**. João Pessoa, PB: UFPB, 2015[2002].
- FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramalhete. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013[1975].
- FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. Tradução de Lilian Holzmeister e Angela Loureiro de Souza. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização de Roberto Machado. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014[1977].
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 52 ed. São Paulo: Global, 2013[1933].
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2013[1989].
- GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. 2 ed. Tradução de João Batista Neto. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1988[1966].
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006[1976].
- GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o Sabá**. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2012[1989].
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005[1988].
- GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1996.
- GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007a, p.43-63.
- GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007b, p.53-81.
- GOMES, Angela de Castro. Introdução: as marcas do período. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2013. (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010).
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014[1932].

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.5: o risorgimento**/notas sobre a história da Itália. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011[1935].

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007b, p.209-236.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tradução Denilson Luís Werle. São Paulo, SP: Unesp, 2014[1962].

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2014[2003].

HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2013[2005].

HOBSBAWM, Eric. O Sentido do Passado. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998[1970], p.22-35.

HOBSBAWM, Eric. Os camponeses e a política. In: HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. Tradução de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1998[1973]. p.35-74.

HOBSBAWM, Eric; SCOTT, Joan W. Sapateiros politizados. In: HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. Tradução de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1998[1980]. p.215-240.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. Traduzido por Donaldson M. Garschagen. 4 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010[2000].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 20 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995[1936].

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978[1967].

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006[1979].

KOSELLECK, Reinhart. Estratos de Tempo. In: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2014a[2010]. p.19-25.

KOSELLECK, Reinhart. Quão nova é a modernidade? In: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2014b[2010]. p.209-222.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012[1947].

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999[1970].

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalibos. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1993[1987].

LIRA NETO. **Padre Cícero**: poder, fé e guerra no sertão. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura ilustrada**: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas, SP: UNICAMP, 2001[1998].

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene**: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). João Pessoa, PB: Ideia, 2015.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em Confronto?** O Arcaico e o Moderno na Cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa, PB: UFPB, 2010[1999].

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente opulenta e de boa linhagem**: família, política e relações de poder na Paraíba (1917-1924). João Pessoa, PB: UFPB, 2013[2005]. (Coleção Humanidades).

MARIANO, Serioja. A Paraíba e as (inter)conexões provinciais: elites, poder e redes familiares (1825-1840). In: MARIANO, Serioja. **A Paraíba no século XIX: sociedade e culturas políticas**. João Pessoa, PB: UFPB, 2014[2010], p.99-120.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo, SP: USP: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Eduardo. **A União**: Jornal e História da Paraíba, sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa, PB: A União, 1977.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2013[1979].

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo, SP: Boitempo, 2010[1844].

MARX, Karl. **O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013[1867], 3v.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo, SP: UNESP; Brasília: NEAD, 2010[1997].

MELLO, Evaldo Cabral de. Revolução em Família. In: MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. São Paulo, SP: Editora 34, 2002[2000]. p.163-170.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5 ed. São Paulo, SP: A Girafa, 2012[2004].

MENDONÇA, Sônia Regina. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo, SP: Hucitec, 1997[1990] (Coleção de Estudos Rurais).

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano 3: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013[2003]. p.241-271.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil, v.4: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998. p.63-171.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Tradução de Maria Ludovina F. Couto. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1983[1967].

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano 3: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013[2003]. p.155-194.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro, RJ: Vício de Leitura, Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p.13-37.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo, SP: Ed.34, 2003[2005].

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **História do Cangaço**. 5 ed. São Paulo, SP: Global, 1997[1968].

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 1999 (Economia e Planejamento; 36. Série “Teses e Pesquisas”; 21).

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Tradução de Mônica Costa Netto. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012[2003].

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1: De Varnhagen a FHC**. 9 ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2007[1999].

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo, SP: Unesp, 2009[2007].

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARCZ, Lilia. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Robert. **Ao vencedor as batatas**. 6 ed. São Paulo, SP: Duas Cidades, Ed.34, 2012[1977].

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano 3: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013[2003]. p.217-240.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1979.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: AMC Guedes, 2016[2011].

SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio de. **Importando ideias: a reinvenção do juiz de paz no Império (1871-1889)**. In: Seminário Internacional de História e Direito: instituições políticas, poder e justiça. Niterói, RJ: 25 e 26 de agosto de 2011. p.1-22.

SOUZA, Candice Vidal e. Ver o Brasil, pensar a Nação. In: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins de (org.). **O Império do Brasil: Educação, Impresses, Confrontos Sociopolíticos**. São Luiz: Café & Lápis; UEMA, 2015. p.515-536.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada, v.1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997. p.41-81.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa v.1: A árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. 6 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011[1963].

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa v.2: A maldição de Adão**. Tradução de Renato Bussato Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 2 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2012a[1963].

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa v.3: A força dos trabalhadores**. Tradução de Denise Bottmann. 2 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2012b[1963].

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses. Tradução de Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro. In: NEGRO, Antonio Luigi; Silva, Sergio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Unicamp, 2001[1965].

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Revisão técnica de Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998[1971]. p.150-202.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987[1975]. (Coleção Oficinas da História, v.7).

THOMPSON, Edward Palmer. A venda de esposas. In: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Revisão técnica de Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998[1991]. p.305-348.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004[1920].

WEFFORT, Francisco. Política de massas. In: WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1978[1963].

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**, na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011[1973].

Monografias, dissertações e teses

ARAÚJO, Edinaura Almeida de. **Religiosidade e prática educativa popular: grupo Espírito de Luz – Pombal, PB**. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa, PB: UFPB, 2005.

ARAÚJO, Henny Nayane Tavares de. **Princípios cooperativistas no espaço escolar paraibano (1938-1949)**. Monografia (Licenciatura em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2011.

ARAÚJO, Railane Martins de. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do Poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2009.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2012.

BESKOW, Gabriela Carames. **“A pátria é a terra”**: As representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2010.

BURITY, Luiz Mário Dantas. **A redentora do atraso do Nordeste: uma Escola de Agronomia na história da sociedade rural paraibana (1934-1950)**. Monografia (Licenciatura em História). João Pessoa: UFPB, 2014.

KYOTOKU, Virgínia Regis de Barros Correia. **A imigração japonesa no Brasil: rastros na Paraíba (1938-1985)**. Monografia (Especialização em História da Paraíba). João Pessoa, PB: FIP, 2009.

MUNIZ, Roberto Silva. **A fabricação de João Pedro Teixeira como herói camponês**. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande, PB: UFCG, 2010.

NÓBREGA, Elisa Mariano Medeiros. **Retalhos de um corpo santo: a construção histórica da Cruz da Menina (1923-1995)**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

PEREIRA, Priscilla Leandro. **Experiências educacionais na Paraíba para o meio rural (1930-1937): ações civilizadoras, profissionalizantes e disciplinares**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). João Pessoa, PB: UFPB, 2010.

PEREIRA, Priscilla Leandro. **Educação rural na Paraíba (1946-1961): "um meio para fixar o homem do campo"**. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa, PB: UFPB, 2013.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As Ruínas da Tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, SP: USP, 2003.

PESSOA, Victor Gadelha. **As ligas camponesas da Paraíba: história e memória**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2015.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, SP: USP, 1976.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. **Raptos consentidos: afetos proibidos e relação de poder na Paraíba (1880-1910)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2008.

SANTOS, Suelly Cinthya Costa dos. **Educação e trabalho para meninos desvalidos: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2015.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2007.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve!** Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2011.

XAVIER, Wilson José Félix. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964)**. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa, PB: UFPB, 2010.

Artigos em periódicos

BORGES, José Carlos. O ensino jurídico no Brasil. **Jurisway, sistema educacional online**, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem (Caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.8, São Paulo, USP, 1970, p.67-89.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados online**, v.40, n.2, 1997.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. **Saeculum:** revista de história. João Pessoa, PB, n.16, jan./jun.2007. p.83-102.

GARRIGA, Carlos; SLEMIAN, Andréa. "Em trajes brasileiros": justiça e constituição na América Ibérica (C. 1750-1850). **Revista de História**, São Paulo, SP, n.169, jul./dez. 2013, p.181-221.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, jan./jun.2003. p.93-107.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas e os conflitos no campo. **Saeculum:** revista de história. João Pessoa, PB: n.18, jan./jun.2008. p.11-31.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, v.21, n.40, São Paulo, SP, 2001.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; SILVA, Evelyanny Nathaly Cavalcanti de Araújo; BURITY, Luiz Mário Dantas. Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba estadonovista (1937-1945). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.54, dez.2013, p.172-188.

RODYCZ, Wilson Carlos. O juiz de paz imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil. **Justiça & História**. Porto Alegre, RS, v.3, n.5, p.35-72, 2003.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Cultura Histórica em Representações sobre Territorialidades. **Saeculum:** revista de história. João Pessoa, PB, n.16, jan./jun.2007. p.33-46.

Vídeos

CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **31ª Bienal de São Paulo:** curso para educadores, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bzjqbXo4xiA>. Acesso em 29 jun. 2016.

GOMES, Angela de Castro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). **A República que não era velha:** exclusão e inclusão social. Caxambu, MG: 35º encontro anual da ANPOCS, 24 a 28 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DjJFblApf1Y>. Acesso em 29 jun. 2016.

PRANDI, Reginaldo. **Religiões**. Entrevista concedida a Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo, SP: Entrevistas, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=anGbwxO6Cug>. Acesso em 29 jun. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Agenda Brasileira**. Belo Horizonte, MG: Sempre um papo: literatura em todos os sentidos, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pw2CSIPZVk>. Acesso em 29 jun. 2016.

Música

EDNARDO. **Pavão Misterioso**. RCA Records, 1974.

Apêndice A: Organização demográfica dos municípios paraibanos

Quadro 06 População dos municípios da Paraíba (1960)					
Município	Área (Km ²)	População Total	População Urbana	População Rural	Densidade Demográfica
Água Branca	463	4.391	830	3.561	9,48
Alagoa Grande	309	33.219	12.115	21.104	107,50
Alagoa Nova	253	31.309	5.018	26.291	123,95
Alagoinha	86	10.840	2.898	8.006	126,05
Alhandra	228	12.898	2.396	10.502	56,57
Antenor Navarro	930	26.906	4.664	22.242	28,93
Araçagi	202	18.854	1.822	17.032	93,34
Araruna	232	18.265	2.930	15.335	78,73
Areia	143	32.474	5.934	26.540	227,09
Aroeiras	797	19.409	2.107	17.302	24,35
Bananeiras	284	26.232	3.376	22.856	92,37
Barra de Santa Rosa	768	11.927	2.094	9.833	15,53
Baieux	21	17.338	16.737	601	825,62
Belém	111	9.949	3.738	6.211	89,63
Bonito de Santa Fé	379	8.781	2.331	6.450	23,17
Borborema	39	4.123	1.554	2.569	105,72
Brejo do Cruz	1.188	17.094	2.983	14.101	14,38
Cabaceiras	1.512	8.039	1.026	7.013	5,32
Cabedelo	33	12.657	10.738	1.919	383,55
Cacimba de Dentro	216	12.893	1.473	11.420	59,69
Caiçara	264	17.759	3.051	14.708	67,27
Cajazeiras	803	39.104	17.055	22.049	48,70
Campina Grande	1.789	207.445	126.274	81.171	115,96
Carnoió	1.257	19.600	3.433	16.167	15,59
Catingueira	635	7.613	1.096	6.517	11,99
Catolé do Rocha	926	29.511	6.558	22.953	31,87
Conceição	1.002	14.795	2.988	11.807	14,77
Congo	354	4.060	667	3.393	11,47
Coremas	425	12.247	4.523	7.724	28,82
Cruz do Espírito Santo	235	14.491	1.889	12.602	61,66
Cubati	144	3.804	970	2.834	26,42
Cuité	1.076	14.345	4.164	10.181	13,33
Desterro	217	6.818	826	5.992	31,42
Dona Inês	58	8.019	1.158	6.861	138,26
Esperança	230	25.574	10.042	15.532	111,19
Guarabira	222	38.547	17.962	20.585	173,64
Gurinhém	215	13.220	1.763	11.457	61,49
Ibiará	398	13.511	1.047	12.464	33,95
Ingá	461	27.877	10.966	16.911	60,47
Itabaiana	592	43.365	15.131	28.234	73,25
Itaporanga	1.314	33.700	11.551	22.149	25,65
Jericó	530	11.011	973	10.038	20,78
JOÃO PESSOA	452	155.117	137.788	17.329	343,18
Juarez Távora	87	3.678	1.630	2.048	42,28

Juazeirinho	666	9.812	2.441	7.371	14,73
Malta	669	11.621	1.790	9.831	17,37
Mamanguape	1.424	66.994	14.365	52.629	46,09
Mari	187	12.687	8.242	4.445	67,84
Monteiro	1.727	25.339	6.405	18.934	14,67
Mulungu	238	13.199	3.458	9.741	55,46
Nova Floresta	80	3.422	1.825	1.597	42,78
Patos	2.578	61.178	28.922	32.256	23,73
Pedra Lavrada	577	6.607	929	5.678	11,45
Pedras de Fogo	534	20.639	4.443	16.196	38,65
Piancó	2.175	39.349	8.994	30.355	18,09
Picuí	1.100	14.141	3.455	10.686	12,86
Pilões	456	29.441	7.281	22.160	49,66
Pilar	63	8.397	1.028	7.369	133,29
Pirpirituba	75	12.152	4.980	7.172	162,03
Pocinhos	721	20.018	3.616	16.402	27,76
Pombal	1.750	45.569	9.012	36.557	26,04
Prata	385	6.625	1.347	5.278	17,21
Princesa Isabel	1.020	20.888	4.762	16.126	20,48
Remígio	553	13.734	2.067	11.667	24,84
Rio Tinto	601	27.058	16.811	10.217	51,78
Santa Luzia	953	16.596	4.737	11.859	17,41
Santa Rita	788	47.325	22.285	25.040	60,06
São Bento	275	7.239	1.387	5.852	26,32
São João do Cariri	2.286	17.633	2.084	15.549	7,71
São José da Lagoa Tapada	320	6.981	1.054	5.967	201,82
São José de Piranhas	691	16.394	2.773	13.651	23,82
São Mamede	559	12.022	2.137	9.885	21,51
São Sebastião do Umbuzeiro	1.290	9.383	814	8.569	7,27
Sapé	441	48.596	10.602	37.994	100,09
Serra Branca	1.034	10.923	2.348	8.575	10,56
Serra da Raiz	110	10.292	2.770	7.522	93,56
Serra Redonda	62	8.299	1.610	6.689	133,85
Serraria	248	18.071	3.581	14.490	72,87
Solânea	368	23.161	5.707	17.454	62,94
Soledade	1.028	11.807	1.907	9.890	11,49
Sousa	1.989	62.948	13.832	49.116	31,65
Sumé	864	11.764	3.281	8.483	13,62
Tacima	325	11.023	2.022	9.001	33,92
Taperoá	980	18.648	4.031	14.617	19,03
Tavares	694	12.448	2.716	9.732	17,94
Teixeira	649	24.351	3.792	20.565	37,53
Uiraúna	446	15.081	3.907	11.174	33,81
Umbuzeiro	513	25.363	2.286	23.077	49,44
Paraíba	56.372	2.018.023	708.051	1.309.972	35,80
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1961, p.32/33)					

Quadro 07 População dos municípios da Paraíba			
Município	População 1940	População 1950	População 1960
Água Branca	–	–	4.391
Alagoa Grande	23.085	30.020	33.219
Alagoa Nova (Laranjeiras)	27.428	31.383	31.309
Alagoinha	–	–	10.840
Alhandra	–	–	12.898
Antenor Navarro	28.815	34.662	26.906
Araçagi	–	–	18.854
Araruna	32.167	41.019	18.265
Areia	41.851	16.650	32.474
Aroeiras	–	31.383	19.409
Bananeiras	53.644	34.662	26.232
Barra de Santa Rosa	–	–	11.927
Baieux	–	–	17.338
Belém	–	–	9.949
Bonito de Santa Fé	7.179	41.019	8.781
Borborema	–	–	4.123
Brejo do Cruz	18.094	46.650	17.094
Cabaceiras	23.924	62.425	8.039
Cabedelo	–	–	12.657
Cacimba de Dentro	–	–	12.893
Caiçara	30.883	37.704	17.759
Cajazeiras	26.738	31.268	39.104
Campina Grande	126.139	176.132	207.445
Carnoió	–	34.805	19.600
Catingueira	–	–	7.613
Catolé do Rocha	28.307	34.805	29.511
Conceição	16.263	20.313	14.795
Congo	–	–	4.060
Coremas	–	–	12.247
Cruz do Espírito Santo (Espírito Santo, Maguari)	30.573	36.711	14.491
Cubati	–	–	3.804
Cuité	21.827	25.586	14.345
Desterro	–	–	6.818
Dona Inês	–	–	8.019
Esperança	16.408	24.351	25.574
Guarabira	75.553	81.904	38.547
Gurinhém	–	–	13.220
Ibiará	–	–	13.511
Ingá	24.451	29.427	27.877
Itabaiana (Tabaiana)	37.199	38.896	43.365
Itaporanga (Misericórdia)	23.825	29.191	33.700
Jericó	–	–	11.011
JOÃO PESSOA	94.333	120.857	155.117
Juarez Távora	–	–	3.678
Juazeirinho	–	–	9.812
Malta	–	–	11.621
Mamanguape	64.899	84.118	66.994

Mari	–	–	12.687
Monteiro	44.985	53.811	25.339
Mulungu	–	–	13.199
Nova Floresta	–	–	3.422
Patos	41.850	50.232	61.178
Pedra Lavrada	–	–	6.607
Pedras de Fogo	–	–	20.639
Piancó	41.069	–	39.349
Picuí	19.781	23.436	14.141
Pilões	–	–	29.441
Pilar	32.781	33.709	8.397
Pirpirituba	–	–	12.152
Pocinhos	–	–	20.018
Pombal	41.793	50.665	45.569
Prata	–	–	6.625
Princesa Isabel	32.617	39.491	20.888
Remígio	–	–	13.734
Rio Tinto	–	–	27.058
Santa Luzia (Sabugí)	22.006	24.383	16.596
Santa Rita	33.932	43.834	47.325
São Bento	–	–	7.239
São João do Cariri	30.520	32.097	17.633
São José da Lagoa Tapada	–	–	6.981
São José de Piranhas (Jatobá)	12.057	13.023	16.394
São Mamede	–	–	12.022
São Sebastião do Umbuzeiro	–	–	9.383
Sapé	39.320	47.749	48.596
Serra Branca	–	–	10.923
Serra da Raiz	–	–	10.292
Serra Redonda	–	–	8.299
Serraria	24.288	28.338	18.071
Solânea	–	–	23.161
Soledade (Juazeiro, Ibiapinópolis)	15.808	19.011	11.807
Sousa (Souza)	38.195	51.924	62.948
Sumé	–	–	11.764
Tacima	–	–	11.023
Taperoá (Batalhão)	16.099	17.613	18.648
Tavares	–	–	12.448
Teixeira	23.597	30.615	24.351
Uiraúna	–	–	15.081
Umbuzeiro	37.951	43.367	25.363
Paraíba	1.422.282	1.730.784	2.018.023
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1961; 1951; 1941)			

Quadro 08 População dos municípios da Paraíba				
Município	População 1940	Densidade Demográfica	População 1960	Densidade Demográfica
Água Branca	–	–	4.391	9,48
Alagoa Grande	23.085	67,11	33.219	107,50
Alagoa Nova (Laranjeiras)	27.428	93,29	31.309	123,95
Alagoinha	–	–	10.840	126,05
Alhandra	–	–	12.898	56,57
Antenor Navarro	28.815	20,32	26.906	28,93
Araçagi	–	–	18.854	93,34
Araruna	32.167	31,54	18.265	78,73
Areia	41.851	64,58	32.474	227,09
Aroeiras	–	–	19.409	24,35
Bananeiras	53.644	88,23	26.232	92,37
Barra de Santa Rosa	–	–	11.927	15,53
Baieux	–	–	17.338	825,62
Belém	–	–	9.949	89,63
Bonito de Santa Fé	7.179	14,08	8.781	23,17
Borborema	–	–	4.123	105,72
Brejo do Cruz	18.094	11,46	17.094	14,38
Cabaceiras	23.924	9,47	8.039	5,32
Cabedelo	–	–	12.657	383,55
Cacimba de Dentro	–	–	12.893	59,69
Caiçara	30.883	58,05	17.759	67,27
Cajazeiras	26.738	26,21	39.104	48,70
Campina Grande	126.139	49,14	207.445	115,96
Carnoió	–	–	19.600	15,59
Catingueira	–	–	7.613	11,99
Catolé do Rocha	28.307	18,16	29.511	31,87
Conceição	16.263	9,44	14.795	14,77
Congo	–	–	4.060	11,47
Coremas	–	–	12.247	28,82
Cruz do Espírito Santo (Maguari)	30.573	40,02	14.491	61,66
Cubati	–	–	3.804	26,42
Cuité	21.827	16,35	14.345	13,33
Desterro	–	–	6.818	31,42
Dona Inês	–	–	8.019	138,26
Esperança	16.408	46,75	25.574	111,19
Guarabira	75.553	93,74	38.547	173,64
Gurinhém	–	–	13.220	61,49
Ibiará	–	–	13.511	33,95
Ingá	24.451	44,46	27.877	60,47
Itabaiana (Tabaiana)	37.199	60,68	43.365	73,25
Itaporanga (Misericórdia)	23.825	19,15	33.700	25,65
Jericó	–	–	11.011	20,78
JOÃO PESSOA	94.333	116,60	155.117	343,18
Juarez Távora	–	–	3.678	42,28
Juazeirinho	–	–	9.812	14,73
Malta	–	–	11.621	17,37
Mamanguape	64.899	31,95	66.994	46,09
Mari	–	–	12.687	67,84

Monteiro	44.985	11,34	25.339	14,67
Mulungu	–	–	13.199	55,46
Nova Floresta	–	–	3.422	42,78
Patos	41.850	17,19	61.178	23,73
Pedra Lavrada	–	–	6.607	11,45
Pedras de Fogo	–	–	20.639	38,65
Piancó	41.069	14,86	39.349	18,09
Picuí	19.781	11,32	14.141	12,86
Pilões	–	–	29.441	49,66
Pilar	32.781	48,56	8.397	133,29
Pirpirituba	–	–	12.152	162,03
Pocinhos	–	–	20.018	27,76
Pombal	41.793	16,78	45.569	26,04
Prata	–	–	6.625	17,21
Princesa Isabel	32.617	18,38	20.888	20,48
Remígio	–	–	13.734	24,84
Rio Tinto	–	–	27.058	51,78
Santa Luzia (Sabugí)	22.006	15,05	16.596	17,41
Santa Rita	33.932	37,62	47.325	60,06
São Bento	–	–	7.239	26,32
São João do Cariri	30.520	8,84	17.633	7,71
São José da Lagoa Tapada	–	–	6.981	201,82
São José de Piranhas (Jatobá)	12.057	17,84	16.394	23,82
São Mamede	–	–	12.022	21,51
São Sebastião do Umbuzeiro	–	–	9.383	7,27
Sapé	39.320	86,80	48.596	100,09
Serra Branca	–	–	10.923	10,56
Serra da Raiz	–	–	10.292	93,56
Serra Redonda	–	–	8.299	133,85
Serraria	24.288	52,34	18.071	72,87
Solânea	–	–	23.161	62,94
Soledade (Juazeiro, Ibiapinópolis)	15.808	7,33	11.807	11,49
Sousa (Souza)	38.195	19,81	62.948	31,65
Sumé	–	–	11.764	13,62
Tacima	–	–	11.023	33,92
Taperoá (Batalhão)	16.099	13,24	18.648	19,03
Tavares	–	–	12.448	17,94
Teixeira	23.597	18,08	24.351	37,53
Uiraúna	–	–	15.081	33,81
Umbuzeiro	37.951	31,65	25.363	49,44
Paraíba	1.422.282	36,04	2.018.023	35,80
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1961; 1951; 1946)				

Municípios nos quais a zona urbana era maior que a rural em 1960: Bayeux, Cabedelo, Campina Grande, João Pessoa, Mari, Nova Floresta, Rio Tinto.

Municípios cuja zona urbana era maior que 10.000 habitantes em 1960: Alagoa Grande, Bayeux, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Esperança, Guarabira, Ingá, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mamanguape, Patos, Rio Tinto, Santa Rita, Sapé, Sousa.

Municípios que aumentaram em 50% a sua população entre 1940 e 1960: Cajazeiras, Campina Grande, Esperança, João Pessoa, Patos e Souza.

Quadro 09 Correspondência dos municípios	
Município em 1940	Municípios em 1960
LITORAL	
Cruz do Espírito Santo	Cruz do Espírito Santo e Pedras de Fogo
João Pessoa	João Pessoa, Alhandra e Cabedelo
Mamanguape	Mamanguape e Rio Tinto
Pilar	Pilar, Gurinhém
Santa Rita	Santa Rita e Bayeux
Sapé	Sapé, Mari
SERRAS	
Alagoa Grande	Alagoa Grande e Juarez Távora
Alagoa Nova (Laranjeiras)	Alagoa Nova
Araruna	Araruna, Cacimba de Dentro e Tacima
Areia	Areia e Remígio
Bananeiras	Bananeiras, Dona Inês e Solânea (Vila do Moreno)
Cabaceiras	Cabaceiras e Carnoió (Barra de Santana)
Caiçara	Caiçara, Belém e Serra da Raiz
Campina Grande	Campina Grande e Pocinhos
Cuité	Cuité, Barra de Santa Rosa e Nova Floresta
Esperança	Esperança
Guarabira	Guarabira, Alagoinha, Araçagi, Mulungu e Pirpirituba
Ingá	Ingá e Serra Redonda
Itabaiana (Tabaiana)	Itabaiana
Monteiro	Monteiro, Prata, Sumé e São Sebastião do Umbuzeiro
Picuí	Picuí, Pedra Lavrada e Cubati
São João do Cariri	São João do Cariri, Congo e Serra Branca
Serraria	Serraria e Borborema
Soledade (Joazeiro, Ibiapinópolis)	Soledade e Juazeirinho
SERTÃO	
Antenor Navarro (São João do Rio do Peixe)	Antenor Navarro, Pilões e Uiraúna
Bonito de Santa Fé	Bonito de Santa Fé
Brejo do Cruz	Brejo do Cruz , São Bento Brejo do Cruz e São Bento
Cajazeiras	Cajazeiras
Catolé do Rocha	Catolé do Rocha e Jericó
Conceição	Conceição e Ibiará
Itaporanga (Misericórdia)	Itaporanga
Patos	Patos
Piancó	Piancó, Coremas e Catingueira
Pombal	Pombal e Malta
Princesa Isabel	Princesa Isabel, Tavares e Água Branca
Santa Luzia (Sabugí)	Santa Luzia e São Mamede
São José de Piranhas (Jatobá)	São José de Piranhas
Sousa	Sousa e São José da Lagoa Tapada
Taperoá (Batalhão)	Taperoá
Teixeira	Teixeira e Desterro
Umbuzeiro	Umbuzeiro e Aroeiras
Fonte: Tabela construída pelo autor com o Anuário Estatístico do Brasil (1961; 1951;1946)	

Apêndice B: Caderno de imagens



Figura 42: Na Parahyba – Tirando leite...

Fonte: *Parahyba-Agricola* (ago./set.1922, p.13).



Figura 43: Gravura da Seção de Consultas

Fonte: *Parahyba-Agricola* (out.1922, p.16).

A menina sorriu para o fotógrafo enquanto ordenhava a vaca. Àquela altura, o trabalho das crianças não era considerado um problema, sobretudo no mundo rural. Em certo sentido, a representação da pequena camponesa conferia ares de realidade à gravura que era vendida na seção de consultas da *Parahyba-Agricola*, de um rapaz forte, com um chapéu que o protegesse do sol, um regador em uma mão e uma ceifadeira na outra. As calças curtas entregavam há quanto tempo eram usadas e os pés descalços vendiam a falta de recursos para comprar sapatos ou quão desajeitados eram os calçados naquelas circunstâncias, outrora proibidos aos escravizados. Denunciava-se a profunda pobreza na qual aquela gente continuava a viver. Em alguma medida, aquela gravura comunicava a realidade, bem como a menina também maquiava o real. O que se podia dizer é que, apesar das difíceis circunstâncias em questão, a personagem guardava um sorriso para o futuro, como quem depositava alguma esperança na modernização que, em alguns anos, ela também construiria.



Figura 44: O arbusto que se vê por traz do cavaleiro é o "Batiputá", nativo dos tabuleiros da Parahyba

Fonte: Parahyba-Agrícola 1922 n.8e9 (ago./set.), p.23.



Figura 45: Um traje de vaqueiro

Fonte: Parahyba-Agrícola (ago./set.1922, p.10).

Os sujeitos reagem à máquina fotográfica de formas muito variadas. Os meninos que colhiam bananas olhavam com desconfiança para a câmera enquanto um sujeito mais velho, com uma penca na mão, enfrentava o fotógrafo. O coronel, por sua vez, destituía-se da posição de protagonista do evento, na qual muitos outros se investiram, para deixa-se mostrar no segundo plano, em uma posição marcada entre os trabalhadores e a lente. Enquanto isso, os vaqueiros roubavam a cena cujos protagonistas deveriam ter sido os animais e as plantas, deixando que o corpo falasse e roubasse para si a atenção do momento. O cavaleiro da direita, com a pretensa vestimenta de vaqueiro aparecia com um propósito de constituir um padrão higiênico para aqueles homens de ofício. Mas por certo nenhum registro foi mais flagrante do que a cena dos trabalhadores que capinavam onde não havia mato a ser capinado. As enxadas eram usadas com objetivos meramente cenográficos, ideia que foi comprada por alguns sujeitos, cujos corpos incorporaram a proposta e vestiram o personagem, mas que não foi consenso entre todos os camponeses e as camponesas fotografados. Os mais desconsertados com o papel figurativo que lhes foi dado largaram o exercício da atuação e voltaram o olhar para a câmera. No mundo que se modernizava, de fato, não dava para ficar indiferente a ela. Até o coronel parecia ter comprado a proposta, com o filho à frente dos pés, deixando seu registro para a posteridade.



Figura 46: Fazenda Fechado - Colheita de Bananas
Fonte: *Parahyba-Agricola* (jan.1922, p.9).



Figura 47: Aspecto da Fazenda Cumaty
Fonte: *Parahyba-Agricola* 1922 n.6 (jun.), p.15.



Figura 48: Zebu puro sangue - Fazenda Jatuarana
Fonte: *Parahyba-Agricola* (fev.1922, p.18).



Figura 49: Coronel Aristides Carneiro de Moraes
Fonte: *Parahyba-Agricola* (fev.1922, p.17).

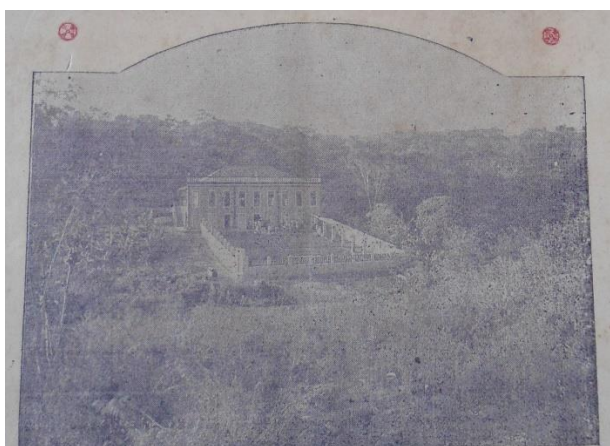


Figura 51: Fazenda Cardeiro – Bananeiras – Parahyba
Fonte: *Parahyba-Agricola* (abr.1922, capa).



Figura 50: Alfaiataria Zaccara
Fonte: *Parahyba-Agricola* (fev.1922, p.17).



Figura 52: Propagandas diversas
Fonte: *Parahyba-Agricola* (mar.1922, caderno de propagandas).

Os homens de elite trajavam suas melhores roupas para fotografar ao lado do gado puro-sangue, aquelas que possivelmente eram compradas nas alfaiatarias da cidade, que vendiam um padrão est tico àqueles primeiros anos da década de 1930. Os chefes políticos se queriam modernos e a revista ilustrada *Parahyba Agrícola* vendia em suas páginas todo o arsenal necessário para alcançar esse padrão. Em outras palavras, todo esse universo cultural se colocava a serviço da distinção social, instituindo um mundo de signos que demarcava território entre as pessoas da elite e a população camponesa. Os coronéis seriam os homens que vestiam as melhores roupas, compravam livros, mesmo que não os lessem com frequência, bem como toda aquela quantidade de produtos que ocupavam as prateleiras das importadoras, atestando que a elegância vinha de fora. As casas grandes se investiam de uma arquitetura mais arrojada e medida pelos padrões higiênicos investidos pelas cidades, observe-se a platibanda que cobria os telhados do prédio, representando em sua grandiosidade o poder do seu proprietário. Em meio a esse cenário de modernização conservadora, os senhores de terra guardavam para si o protagonismo do processo em curso, vendendo o exemplo dos seus pares como homens de futuro, que miravam o horizonte com altivez, mas sem despir a pose aristocrática que os seus pais e avós constr  ram como senhores de escravizados.

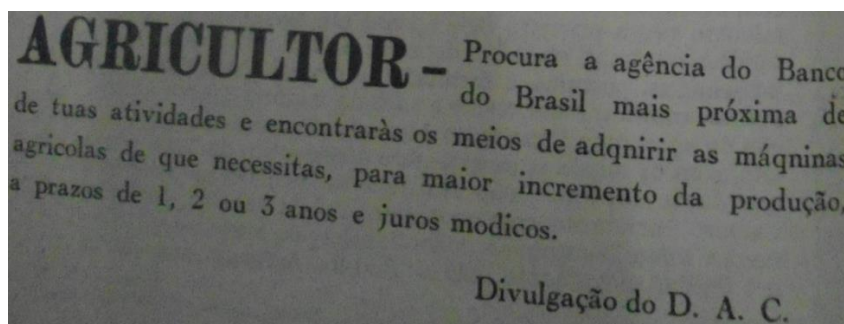


Figura 53: Chamada aos agricultores
Fonte: *Paraíba Agrícola* (out.1952, p.4).



Figura 54: Fernando de Noronha – Como é feito o transporte de passageiros
Fonte: *Parahyba-Agricola* (ago./set.1922, p.2).



Figura 55: Trator Fordson – Rebocando 80 caixas de gasolina.
Fonte: *Parahyba-Agricola* (jun.1923, p.2).



Figura 56: Engenho a bois – Areia – Parahyba do Norte
Fonte: *Parahyba-Agricola* (jan.1923, p.3).

A modernização das práticas agrícolas esbarrou no uso de máquinas agrícolas nas lavouras, as quais substituíram e/ou aprimoraram o trabalho da população camponesa e dos animais de tração. As mudanças técnicas, todavia, não implicaram na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais, que continuaram a conviver com a violência em seu cotidiano. As hierarquias continuavam mantendo a população negra do mundo rural, trajados com tecidos de algodão já muito encardidos, abaixo das cadeiras que levavam os homens de elite, em seus fraques de linho e na farda de general. As desigualdades de raça sobreviveram ao tempo, apesar de moldadas por novas vestes.



Figura 57: Experiência aratória, na propriedade do Cel. Manuel Henrique - Parahyba – 1911

Fonte: *Parahyba-Agricola* (jul./ago.1923, p.21).

As máquinas agrícolas foram apresentadas à população camponesa ainda na Primeira República, mas o seu valor e o seu trato ainda eram estranhos para aquela gente, o cenário diferia em tudo daquele que os jornais apresentariam nos anos 1950, quando o trator se tornou parte da paisagem agrária paraibana. O arado, provavelmente a mais simples dentre as máquinas às quais se tinham acesso na década de 1910, ainda era um signo estranho para aquela gente, que, não por acaso, escolheu o cavalo e não um boi para mostrá-la em público.



Figura 58: Transportando algodão

Fonte: *Parahyba Agrícola* (fev./mar.1932, p.166).



Figura 59: Campos Sementes Espírito Santo – Arando
Fonte: *Parahyba-Agricola* (mar.1923, p.4).

Os signos do moderno não eram acessados da mesma forma por toda a gente. O senhor trajado de linho branco, estrategicamente sentado sobre o arado e com as mãos pousadas nos braços do instrumento, nas quais possivelmente buscava equilíbrio, não trabalhava. Aquela cena, a propósito, pouco representava o cotidiano daquela fazenda, na qual a máquina decerto era operada pelos trabalhadores rurais. As hierarquias criaram no trato com o cultivador outra figura, o homem negro que ia à frente dos bois puxando o animal, para que esse fizesse a tração necessária ao processo agrícola. A fotografia vendia a modernização pelo protagonismo do coronel, ao passo em que no cotidiano era a gente camponesa que geria pelo seu trabalho os rumos que esse moderno tomaria. Com o passar do tempo, as máquinas tomariam cada vez mais espaço no processo produtivo e da vida coletiva, envolvendo também o acesso que se tinha às fontes hídricas.

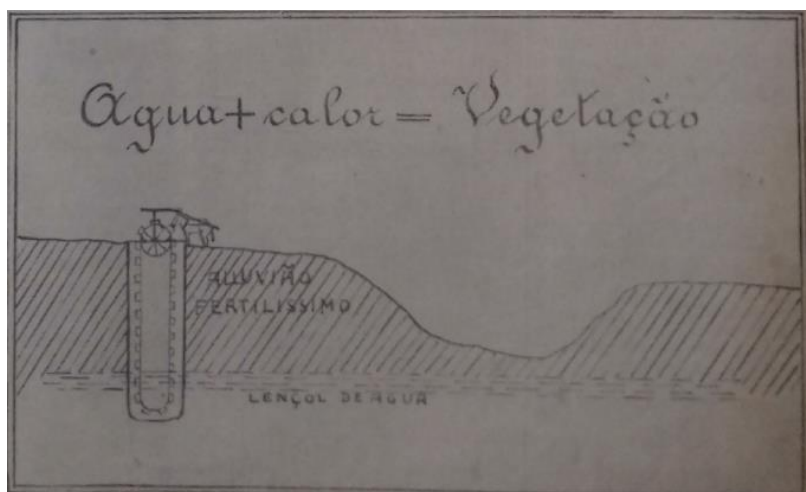


Figura 60: A nora será verdadeiramente ideal se obedecerem, na montagem, às indicações desse croquis
Fonte: *A Paraíba Rural* (27 jan.1935, p.9).

Ao termo daquele processo, os veículos motorizados eram vendidos como meio de transporte por excelência para a produção agrícola do estado. Os animais davam lugar às engrenagens dos caminhões e tratores que faziam o despacho da carga e a tração na hora do cultivo. Outros tempos, outras formas de lidar com o moderno. Ao final dos anos 1950, a gente camponesa já conhecia muito das ferramentas da modernidade e aprendeu com elas a barganhar territórios dentro desse mundo.

A POTENCIA

de 8 cilindros,

a ECONOMIA

de 4



O caminhão Ford V-8 alarace-lhe, ao lado de maior potencia (40 cavalos) a mesma economia que o Ford de 4. Oito cilindros não significam maior consumo, mas que a mesma gasolina usada por um motor de 4 é dividida em 8 partes. E conservando a mesma economia, o V-8 possui maior resistência e durabilidade.

Seu motor é de tipo especial para caminhão. O Ford é o único

OS NUMEROS CLAMAM!

Corros de-	1933	1934
4 cilindros	13	3
6 cilindros	66	19
8 cilindros	21	20

caminhões que já possuem motor V-8, obedecendo a tendência generalizada das fabricantes para abandonar os motores de 4 ou 6 cilindros. É o único em

essa classe com elas trussas inteiramente flutuantes, em que toda o peso da carga repousa sobre a caixa do eixo, permitindo que este funcione livremente, sem qualquer tensão.

Se precisa de um caminhão, compare, experimente. Não se preocupe com o Ford V-8 pela baixa economia, pela custo barato de serviços mecânicos, pela resistência, segurança e velocidade.



FORD MOTOR COMPANY

Figura 61: Ford Motor Company
Fonte: A União, 12 ago. 1934, p.11.



Figura 62: Fabricando queijo
Fontes: *Parahyba-Agricola* (ago./set.1922, p.8).



Figura 63: O cesteiro que faz um cesto... faz um cento.
Fonte: *Parahyba-Agricola* (out.1922, capa).

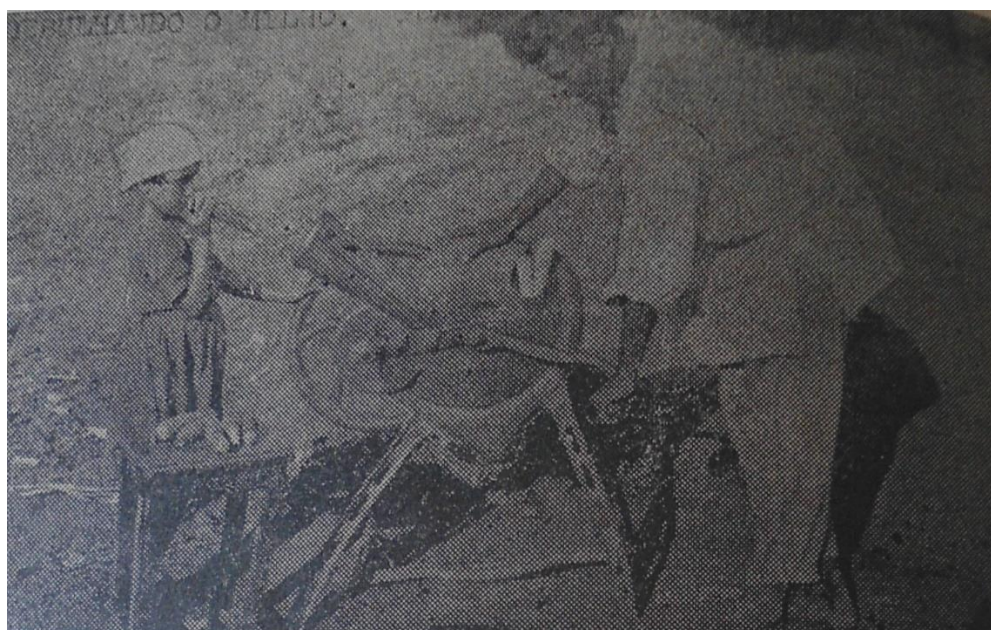


Figura 64: Debulhando o milho
Fonte: *Parahyba-Agricola* (out.1922, p.18).



Figura 65: Primeiro embarque de algodão para a América do Norte. Vapor *Virgii* entrando em Cabedelo a 28-1-922.

Fonte: *Parahyba-Agricola* (abr.1922, p.3).

Pequenos e grandes proprietários de terra possuíam condições muito diferentes de produção. Os primeiros costumavam se valer de métodos artesanais e desenvolver seu trabalho em família, enquanto os outros não raro dispunham de moradores e empregados, bem como de articulações regionais para a comercialização do produto. Mediante o processo de modernização, os pequenos produtores perderam bastante em competitividade em relação aos latifundiários. Em certa medida, essas práticas também interferiam na criatividade daquele primeiro grupo, que, ao criar gado, não só vendia leite, mas também produzia queijo.



Figura 66: Propaganda da Fazenda Modelo Riachão

Fonte: *Parahyba-Agricola* (out.1922, caderno de propagandas).



Figura 67: Fazenda Marituba - Reunião de Gado - Município de E. Santo

Fonte: *Parahyba-Agricola* (mar.1922, capa).

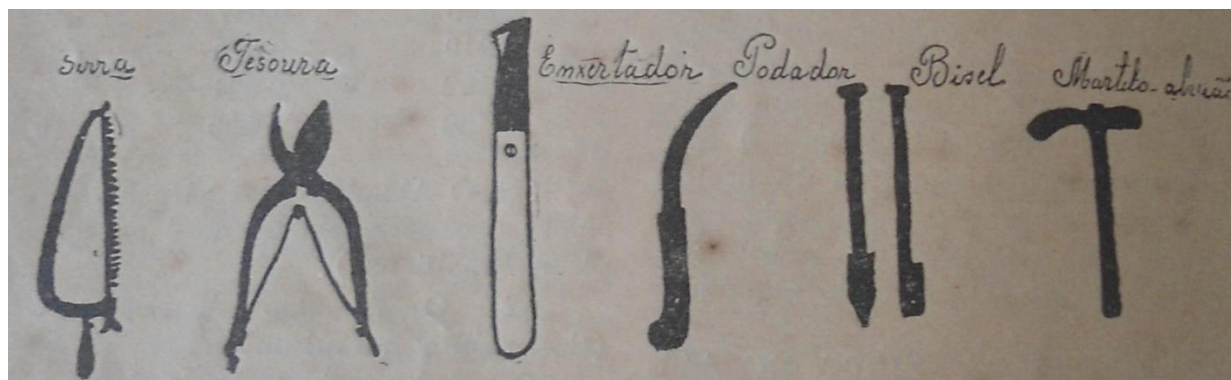


Figura 68: Ferramentas

Fonte: A União, 26 abr. 1942, p.2.

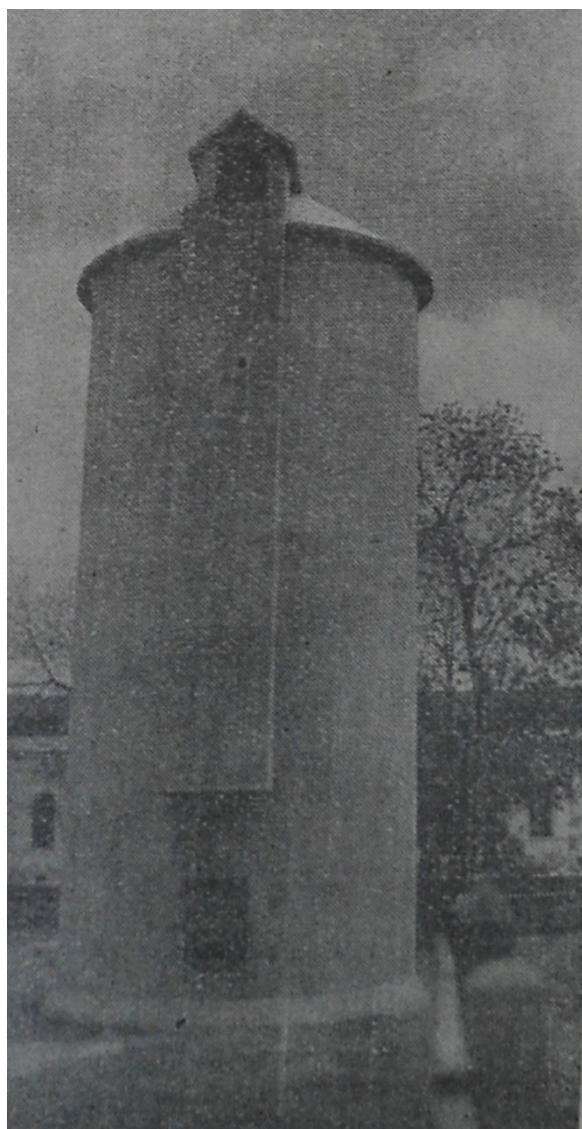


Figura 69: Um silo

Fonte: Parahyba-Agrícola (1922, p.7).

O projeto de modernização colocou como pauta pública, dentre muitas outras demandas, a padronização e modernização dos instrumentos utilizados na lavoura, os quais deveriam obedecer aos padrões de higiene e segurança. Dentre esses instrumentos, destacava-se uma construção de alvenaria de proporções avantajadas e que demandavam bastante do criador de animais que o desejasse ter. O silo permitia que se guardasse ração que alimentasse o gado quando as chuvas cessassem.

As propagandas das mais diversas mercadorias também se investiam do cotidiano da gente camponesa para estabelecer a comunicação necessária à venda do produto. Àquela ocasião, a população do estado paraibano ainda era predominantemente agrária. Deve-se observar, contudo, que essas representações da vida da população rural, em certo sentido, imprimia uma agenda de compromissos e necessidade sobre a vida daquela gente que até a década de 1930 não existia.

A história do cavaleiro que curou a sua dor de cabeça com o medicamento era um bom termômetro desse mundo coalhado de mudanças e permanências. O trabalhador rural estava a mando do patrão, seguia com o cavalo para a cidade e encontrou uma farmácia pelas estradas. Era aquele um mundo ainda marcado pelo poder dos latifundiários, que se encontravam pelas estradas e representava os animais como uma extensão do homem. Mas ali estava a farmácia e o medicamento no lugar das rezas e das ervas. O mundo estava mais racional, a ciência dotava a modernização de poder.



Galopando, galopando, vai José ao povoado a mandado do patrão, porém está com uma dor de cabeça que o põe louco. Na primeira farmácia que encontra, desce e pede:

— Por favor! Estou com uma dor de cabeça terrível, pode dar-me um bom remédio?
— Vou dar-lhe o que tenho de melhor: Melhoral.

E José continua seu caminho já aliviado e contente, sem se importar com o sol, o vento e a chuva que o esperam.

SEJA PREVIDENTE:

Tenha sempre à mão alguns comprimidos de **Melhoral**

para combater suas dores de cabeça, resfriados e outras indisposições semelhantes. Melhoral corta a dor e baixa a febre.

MELHORAL É MELHOR!

Figura 70: Propaganda do medicamento "Melhoral"
Fonte: *A União* (26 abr. 1942, p.2).



Figura 71: Visita do sr. governador e srs. secretários aos campos da Diretoria de Produção
Fonte: *A Paraíba Rural* (17 fev. 1935, p.9).

MAQUINAS AGRICOLAS
"JOHN DEERE"

Uma demonstração, domingo e segunda-feira, na Usina "São João"



ARADO "JOHN DEERE", 104, DE 4 DISCOS
Aplicavel em qualquer terreno e especialmente nos argilosos, cobertos de capoeirinha, tócos, etc., fazendo o corte com a largura de 1m,20

Figura 72: Máquinas Agrícolas "John Deere"
Fonte: *A União* (17 jun. 1934, p.3).